



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Nacelice Barbosa Freitas

**O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO:
DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA
VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO**



São Cristóvão
2014

NACELICE BARBOSA FREITAS

**O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE
“CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA
VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe - Núcleo de Pós-graduação em Geografia como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Dra. Alexandrina Luz Conceição

São Cristóvão
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Freitas, Nacelice Barbosa
F866d O Descoroamento da princesa do sertão; de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço / Nacelice Barbosa Freitas; orientadora Alexandrina Luz Conceição – São Cristóvão, 2014.
415 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Geografia humana. 2. Urbanização. 3. Sertões. 4. Costa. 5. Feira de Santana (BA). I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU: 911.375.1(813.8)

NACELICE BARBOSA FREITAS

**O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE
“CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA
VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora _____
Profª. Dra. Alexandrina Luz Conceição
UFS/NPGEO

1º Examinador _____
Profª. Dra. Jocimara Souza Britto Lobão
UEFS/PLANTERR

2º Examinador _____
Prof. Dr. Clovis Ramaiana Moraes Oliveira
UNEB/LINSP

3º Examinador _____
Profª. Dra. Fabrícia de Oliveira Santos
UFS/GPECT

4º Examinador _____
Profª. Dra. Ana Rocha dos Santos
UFS/NPGEO

Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal ...

João Guimarães Rosa

O sertão é um paraíso ...
Sucedem-se manhãs sem par, em que o irradiar do levante incendiado retinge a púrpura das eritrinas e destaca melhor, engrinaldando as umburanas de casca arroxeadas, os festões multicores das bignônias.

Euclides da Cunha

O que é a Feira de Santana senão tudo o que disse o meu compadre Dos Anjos e mais esse espírito aberto a todas as vertentes, a todas as geografias, a todas as inovações? Os senhores me entendem? O gado vem de toda parte, pode vir do Oeste, do Leste, do Norte ou do Sul, para nós é gado bom de venda. Vem do sertão, do b sanfrancisco, do diamantino, da serra, é gado bom de venda.

Juarez Bahia

Ao sertanejo e sertaneja, pelo cuidado em
fazer o sertão!

AGRADECIMENTOS

Quais seriam as palavras certas para agradecimentos? Como ser justa no momento de finalização de um trabalho que só foi possível realizar, mediante apoio de muitos? Compreendo que este não deve se constituir em algo ritualístico, mas o registro de um momento para aproximação daqueles que nos distanciamos durante a escrita da tese.

Talvez não consiga ser honesta com todos!

Onde situar Valter companheiro solidário, tão ansioso quanto eu pela finalização da tese, em tudo ajudando, compartilhando, e no trabalho de campo estava sempre presente.

À Yuri, filho querido, mesmo compreendendo o esforço laboral, cobrava a minha presença, sempre a perguntar: que dia você termina?

À minha preciosa família. Todos: pelos compreensivos olhares de apoio, perplexidade e orgulho. Meu pai – tropeiro quando jovem -, e minha mãe, que me ensinaram os caminhos da construção da dignidade do sertanejo; desde os sabores da mesa, como o prazer de deleitar-se com o feijão tropeiro, carne seca com abóbora, ao uso da esteira de pindoba, do chapéu de palha à valorização do homem e da mulher que produzem o sertão, assim como, orientarem para apreciar a beleza da vegetação e compreender a importância daqueles que, no passado conduziam o gado à pé.

Aos meus irmãos: Gerffeson, Solonon, Nébia de perto, Núbia em Los Angeles e Nélcia em Londres, seguindo-me cotidianamente, e junto com Lisie - sobrinha querida - ajudando-me na tradução dos textos de língua inglesa.

À Keith cunhado querido que deixou seus afazeres de professor para, de Londres, auxiliar na correção do Abstract.

Aos cunhados e cunhadas Liliane, Claudia, Josafá, Wellington pelas palavras elogiosas.

Meus sobrinhos e sobrinhas, grandes amores da minha vida, todos, sem exceção, acompanhando-me com orgulho. Precisaria descobrir palavras coerentes com agradecimento.

Que palavras seriam adequadas para agradecer a um ser que ilumina: Alexandrina. Ou Aleixa? Eu prefiro assim. O conhecimento sobre o objeto de análise foi essencial para definição do mesmo. A perspicácia inerente aos que pensam geograficamente o espaço com a sensibilidade de encontrar os limites tênues entre os conceitos e sabendo-os diferenciá-los, sem separá-los ou isolar cada um deles foram obviamente apropriados como direcionamento da discussão. Agradecer a

orientadora parece rito obrigação, mas isso torna-se inverdade quando se tem ao seu lado alguém que te apoia, incentiva, reconhece as tuas dificuldades, nunca recriminando, pelo contrário coloca-se no lugar de alguém que propõe os ideais socialistas, trata a orientanda como aquela que está necessitando do seu apoio, busca contribuir para o seu investimento intelectual, e além, de conduzir coerentemente no trajeto acadêmico é amiga incondicional.

Quais termos seriam eficientes para retratar a eficiência técnica de Eliany: competência profissional, responsabilidade e seriedade, pois sem a sua participação não seria fácil preparar o arquivo da tese para a impressão. Amizade completa/perfeita; nada que eu disser sobre agradecimento será possível a justiça com tão preciosa companhia.

Aos Professores do Departamento de Ciência Humanas e Filosofia (DCHF-UEFS) especialmente meus colegas/companheiros da Área de Geografia, por assumirem tarefas que eram minhas, permitindo a tranquilidade na liberação para realização do doutorado.

À Universidade Estadual de Feira de Santana, especialmente a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PPPG-UEFS), por disponibilizar bolsa de estudos.

Aos estudantes do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia sempre me dirigindo palavras de confiança e apoio.

Aos professores e funcionários do NPGeo, e colegas de pós-graduação pelo convívio durante estes anos.

À todos os companheiros do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamentos Territorial (GPECT), especialmente, Ricardo, Pedro Jr., Danilo, Vanessa, Jordana, Marcelo, Shauane e Tereza.

Quais seriam as palavras certas para agradecer o convívio cotidiano na Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC), permeado pelo ambiente acadêmico mais acolhedor e tranquilo que já pude experimentar. Inicialmente recebi um presente de Fátima que me apontou a saborosa solidão da Cabine 8. Lá pude desfrutar dos cuidados de Isabel e Maria do Carmo, diretoras que têm na sua prática a certeza da importância política e acadêmica de uma Biblioteca em um trabalho de tese. Conteí com a seriedade e apoio de Raquel, a secretária mais que exemplar. Gil, Isabela, Suzi e Valéria... Quantas vezes solicitadas... E eu sempre seguia atendida com a transversalidade de sorrisos tão agradáveis de ver. Vocês são responsáveis por um sentimento que jamais pensei em ter: saudade dos momentos de solidão desta escrita.

À Gézia, pela consolidação da amizade na vizinhança da Cabine 8. Denise, Rejane, sempre solícitas e alegres, ajudando-me a caminhar.

Ao Sr. Wanderson sensível ao trabalho intelectual de alguém que precisava estar só no espaço de biblioteca. Dete, Dani, Sr Railson e todos da BCJC.

Aos amigos e amigas - irmãs/irmãos - Dalva, Marluce e Tatiana Velloso, por me incentivarem e acreditarem em mim.

À João Rocha e Elizete irmão/irmã e grandes camaradas que não me abandonaram um só momento, sempre solícitos além de me oferecerem apoio abriram as portas da sua casa, pretendendo a construção de um espaço “neutro” e de tranquilidade para a realização da escrita.

Ao amigo e colega de labor Israel pelo cuidado e companheirismo na elaboração dos mapas.

A Cris, competente diretora do Museu Casa do Sertão, sempre solidária e compreensiva trazendo documentos e informações preciosas para o desenvolvimento do trabalho.

Ao Srs. Antonio e Helio, no Arquivo Público municipal disponibilizando documentos preciosos sem nenhuma reserva.

À Marieta, Eliana, do Arquivo da Câmara Municipal, pelo excelente tratamento e respeito pela pesquisa que não era delas.

Aos professores Marialvo Barreto, Franklin Machado, a Agente de Desenvolvimento Territorial e a Secretária e Secretária Executiva do Território de Identidade Portal do Sertão.

À Lu, pois sem suas mãos no eterno fazer doméstico seria difícil na escassez do tempo, disponibilizar tempo para a escrita.

À todos os sertanejos e sertanejas que fazem a Princesa do Sertão ser Portal do Sertão!

RESUMO

Estudar o processo de formação territorial no estado da Bahia, tendo Feira de Santana como recorte escalar, visa desvelar circunlóquios e práticas que materializam os poderes sustentados por instituições políticas e econômicas sobre esta escala geográfica. O estudo enfoca o sertão/território como lócus da implantação da territorialização do capital, espaço que é compreendido enquanto relação dialética em suas múltiplas dimensões escalares. A diferença litoral *versus* sertão explicada sob o viés marxista se inscreve na divisão social e territorial do trabalho, onde o social e o político estão submetidos ao crivo do capital em suas múltiplas determinações. Se o real é contraditório no seu fazer e (re)fazer-se, a geografia do sertão é concretude desse movimento. O ponto de partida - Feira de Santana - é a escala de análise, lugar que serve de alicerce para a busca do conhecimento sobre a formação territorial do sertão. A construção/criação do sertão baiano institui um desafio para se pensar a importância econômica e política da localização geográfica de Feira de Santana, enquanto Princesa do Sertão e Portal do Sertão. O processo de investigação tornou possível perceber as profundas transformações no seu espaço urbano. Cada contexto histórico contribuindo para firmar a cidade como Princesa do Sertão. A investigação conduziu a análise territorial tratada como relação sertanejo-litorânea que é a formação da nação brasileira. Conclui-se que é no sertão que se produz uma nacionalidade brasileira porquanto esse não é somente um espaço que se incumbiu de carregar uma nomenclatura repleta de estereótipos e múltiplos significados. Feira de Santana se inclui nesse lugar considerado por muitos estudiosos como espaço de localização imprecisa, indefinida, de fronteiras fragilizadas. Território de acumulação primitiva e reserva de valor. Essa condição a conduz a ser chão transformado em território, onde a ideia de vazio foi ao longo do espaço-tempo, conteúdo essencial para o processo de valorização do capital. Sertão, sertanejo que assume diferentes significados para constituir-se vereda do capital.

Palavras chave: Sertão. Litoral. Território. Formação territorial. Diferenciação/igualização. Valorização do espaço.

ABSTRACT

To study the process of territorial formation in the state of Bahia, we categorised Feira de Santa in scaled sections, aiming to unveil euphemism and practices that create the powers supported by political and economic institutions on this geographical scale. The study focuses on the Sertão/territory as the locus of implementation of the territorial capital, a space which is understood as a dialectical relationship in its multiple scaled dimensions. The difference between litoral and sertão (coastal & dry land) explained under the Marxist orientation, falls within the social and territorial division of labour, where the social and political are subjected to the scrutiny of the capital in its multiple determinations. The reality is contradictory in its making and remaking the geography of the sertão (dry land) and signifies the concreteness of this movement. The starting point is that Feira de Santana is the scale of analysis, a place that serves as the foundation for the pursuit of knowledge about the territorial formation of the sertão. The construction/creation of the Bahian sertão establishes a challenge to consider the economic and political importance of the geographical location of Feira de Santana, as Princess and Portal of the Sertão. The research process has made it possible to understand the profound changes in its urban space and the historical context helping to establish the city as Princess of Sertão. The investigation led to the territorial analysis treated as the sertanejo-litorâneo relationship, which is the formation of the Brazilian nation. In conclusion, it is the Sertão that creates a Brazilian nationality, therefore this is a space that is instructed to carry a nomenclature full of stereotypes and multiple meanings. Feira de Santana is included in this place considered by many scholars as a space of no precise location, undefined, the fragile borders. There is a primitive accumulation and store of value in the territory. This condition causes a transformation into ground territory, where the idea of emptiness throughout space-time, is an essential context to the process of creating value for the capital. The Sertão, in the sertanejo area, assumes different meanings in constituting the streams of the capital.

Keywords: Sertão. Litoral. Territory. Territorial formation. Differentiation/igualization. Valorization of the space.

LISTA DE MAPAS

| | | |
|---------|---|-----|
| Mapa 1 | A Região Semiárida do Nordeste e o Polígono das Secas..... | 35 |
| Mapa 2 | Localização de Feira de Santana, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e os Rios Principais..... | 88 |
| Mapa 3 | Localização de Feira de Santana, Nossa Senhora do Rosário do Porto Da Cachoeira e Foz do Rio Paraguaçu..... | 93 |
| Mapa 4 | O Sertão da Bahia no Século XVI: Localização dos Caminhos do Povoamento..... | 100 |
| Mapa 5 | Localização da Sesmaria de João Peixoto Viegas no Início do Século XVIII: São José das Itapororocas, Jacuípe e Água Fria..... | 103 |
| Mapa 6 | O Sertão da Bahia no Século XVII: Localização dos Caminhos do Povoamento..... | 106 |
| Mapa 7 | O sertão da Bahia no século XVIII a XIX: Trajetos de Boiadeiros, Mineiros e Tropeiros..... | 109 |
| Mapa 8 | Sertão e Litoral no século XVIII: Limite Territorial..... | 113 |
| Mapa 9 | Localização das Terras dos Guedes de Brito, Garcia D' Ávila e João Peixoto Viegas na Capitania da Bahia: Início do Século XVIII | 120 |
| Mapa 10 | Localização Aproximada das Terras Recebidas em Sesmarias por Antônio Guedes de Brito: Final do Século XVII..... | 123 |
| Mapa 11 | Feira de Santana: Localização dos Bairros e Distritos..... | 131 |
| Mapa 12 | A Região Semiárida da Bahia..... | 140 |
| Mapa 13 | Limite entre Sertão e Litoral: Demarcação da Carta Régia de 1701..... | 183 |
| Mapa 14 | Feira de Santana: O Caminho do Gado entre Sertão e Litoral através da Estrada das boiadas | 199 |
| Mapa 15 | Estrada das Boiadas e Estrada Real do Gado..... | 229 |
| Mapa 16 | Feira de Santana: Localização da Fazenda Santana dos Olhos D' Água e da Capela de Nossa Senhora de Santana..... | 246 |
| Mapa 17 | Feira de Santana: Localização das Principais Lagoas no Espaço Urbano..... | 247 |
| Mapa 18 | Feira de Santana: Entroncamento Rodoviário – Principais Vias no Centro da Cidade..... | 252 |

| | | |
|---------|--|-----|
| Mapa 19 | Feira de Santana: Expansão Urbana até 1959..... | 259 |
| Mapa 20 | Feira de Santana: Expansão Urbana Norte-Sul da Cidade e Localização dos Bairros Tomba e Sobradinho..... | 263 |
| Mapa 21 | Feira de Santana: Expansão Urbana até 1973..... | 264 |
| Mapa 22 | Feira de Santana: Atual Localização das Feiras Livres nos Bairros e Centro de Abastecimento (CAF) | 273 |
| Mapa 23 | Feira de Santana: Localização dos Bairros..... | 279 |
| Mapa 24 | Feira de Santana: Localização do CIS Tomba e CIS-BR 324..... | 282 |
| Mapa 25 | Feira de Santana: Expansão Urbana até 1983..... | 286 |
| Mapa 26 | Feira de Santana: Expansão Urbana até 1991..... | 289 |
| Mapa 27 | Feira de Santana: Expansão Urbana até 2001..... | 291 |
| Mapa 28 | Feira de Santana: Expansão Urbana até 2011..... | 292 |
| Mapa 29 | Estado da Bahia: População Total em 2010..... | 304 |
| Mapa 30 | Estado da Bahia: População Urbana em 2010..... | 309 |
| Mapa 31 | Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) e Área de Expansão Metropolitana..... | 320 |
| Mapa 32 | Feira de Santana: O Portal do Sertão..... | 328 |
| Mapa 33 | Comarca Feira de Santana em 1850..... | 338 |
| Mapa 34 | Estado da Bahia: Territórios de Identidade..... | 346 |
| Mapa 35 | Feira de Santana: Território de Identidade Portal do Sertão | 355 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|---|-----|
| Figura 1 | Carta de Pero Vaz de Caminha..... | 145 |
| Figura 2 | Guerrilhas de Rugendas..... | 156 |
| Figura 3 | Feira de Santana: Planta elaborada por Frederico Merei em 1878 | 235 |
| Figura 4 | Auto de Instalação, Posse e Juramento à Câmara Municipal da Nova Vila do Arraial de Santa Anna da Feira – Página 1 do Texto Original..... | 337 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 1 | Feira de Santana: Efetivo dos Principais Rebanhos 1980-2008..... | 135 |
| Tabela 2 | Feira de Santana: Conjuntos Habitacionais - Décadas de 1960 e 1970..... | 278 |
| Tabela 3 | Feira de Santana: Conjuntos Habitacionais - Década de 1980..... | 278 |
| Tabela 4 | Feira de Santana: Conjuntos Habitacionais - Década de 1990..... | 288 |
| Tabela 5 | Feira de Santana: Conjuntos Habitacionais - Década de 2000..... | 288 |
| Tabela 6 | Brasil e Bahia: Taxa de Urbanização entre 1872 e 2010..... | 295 |
| Tabela 7 | Feira de Santana: População Total, Urbana, Rural, Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento da População Urbana 1859-2010..... | 297 |
| Tabela 8 | Bahia: População Total dos Municípios Mais Populosos em 2000 e 2010..... | 303 |
| Tabela 9 | Bahia: População Total, Urbana e Taxa de Urbanização dos Municípios mais Populosos em 2010..... | 305 |
| Tabela 10 | População de Feira de Santana e de algumas Capitais Brasileiras – 1980, 1991, 2000 e 2010..... | 310 |
| Tabela 11 | Feira de Santana: População Total, Urbana, Rural e Taxa de Urbanização dos Municípios da Região Metropolitana e Área de Expansão Metropolitana em 2010..... | 318 |
| Tabela 12 | Território de Identidade Portal do Sertão: População Total Urbana e Rural em 2010..... | 364 |

LISTA DE FOTOS

| | | |
|---------|--|-----|
| Foto 1 | Engenho Nossa Senhora da Vitória..... | 95 |
| Foto 2 | Rio Paraguaçu..... | 98 |
| Foto 3 | Feira de Santana: Feira do Gado – Campo General Câmara..... | 116 |
| Foto 4 | Feira de Santana: Curral Modelo – Campo General Câmara..... | 117 |
| Foto 5 | Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira – Estação Ferroviária nas Proximidades do Porto..... | 204 |
| Foto 6 | Rua Senhor dos Passos: Passado..... | 236 |
| Foto 7 | Avenida Senhor dos Passos: Presente..... | 236 |
| Foto 8 | Centro Urbano de Feira de Santana: Cruzamento das Avenidas Senhor dos Passos e Getúlio Vargas | 248 |
| Foto 9 | Casa situada na Fazenda Santana dos Olhos d' Água pertencente a Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão..... | 255 |
| Foto 10 | Igreja Nossa Senhora Santana..... | 256 |
| Foto 11 | Igreja Nossa Senhora dos Remédios..... | 257 |
| Foto 12 | Lagoa do Prato Raso..... | 265 |
| Foto 13 | Tanque da Nação na década de 1940..... | 267 |
| Foto 14 | Fonte da Lili: Canalização da Nascente..... | 268 |
| Foto 15 | Fonte da Lili: Local de Armazenamento da Água na Parte Central e ao Fundo a Lavanderia de uso coletivo..... | 269 |
| Foto 16 | Praça do Comércio: Passado..... | 270 |
| Foto 17 | Praça da Bandeira: Presente..... | 270 |
| Foto 18 | Última Feira-Livre da Cidade em 10 de Janeiro de 1977..... | 272 |
| Foto 19 | Feira de Santana: Grandes Propriedades no Centro Urbano..... | 287 |
| Foto 20 | Feira de Santana: Vista Aérea da Avenida Getúlio Vargas..... | 298 |
| Foto 21 | Feira de Santana: Vista Aérea do Espaço Urbano..... | 300 |
| Foto 22 | Feira de Santana: Portal do Sertão..... | 322 |
| Foto 23 | Feira de Santana: Portal do Sertão – Br 324 Leste Km 518..... | 323 |
| Foto 24 | Feira de Santana: BA 502 –Bairro Tomba..... | 323 |
| Foto 25 | Caminho para o sertão pela antiga ponte do rio Jacuípe..... | 334 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|-----|
| Quadro 1 | Feira de Santana: Avenidas e Articulação Regional e Nacional... | 251 |
| Quadro 2 | Feira de Santana: Formação Territorial..... | 335 |

LISTA DE FLUXOGRAMAS

| | | |
|--------------|---|-----|
| Fluxograma 1 | Mediação: Modelo Esquemático..... | 48 |
| Fluxograma 2 | Etapas de Desenvolvimento da Pesquisa..... | 83 |
| Fluxograma 3 | A Perspectiva Escalar..... | 181 |
| Fluxograma 4 | Desenvolvimento Territorial: Uma Visão Sistêmica..... | 353 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------------------------|---|
| ADT | Agência de Desenvolvimento Territorial |
| ADUFS | Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNB | Banco do Nordeste |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CAF | Centro de Abastecimento |
| CDS – Portal do Sertão | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Portal do Sertão |
| CEDETER | Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CEI/FJPP | Centro de Estatística e Informação da Fundação João Pinheiro |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| CEPLAB/SEPLANTEC | Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia |
| CIS | Centro Industrial do Subaé |
| CODES - Portal do Sertão | Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Portal do Sertão |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DCHF | Departamento de Ciências Humanas e Filosofia |
| DNOCS | Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas |
| EMBASA | Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. |
| FINOR | Fundo de Investimento para o Nordeste |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFOCS | Inspetoria Federal de Obras Contrás as Secas |
| INOCOOP | Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais |
| MAFRISA | Matadouros Frigoríficos S/A |
| MDA | Ministério de Desenvolvimento Agrário |
| MOC | Movimento de Organização Comunitária |
| NPGeo/UFS | Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/Universidade |

| | |
|-------------|---|
| | Federal de Sergipe |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PDLI | Plano de Desenvolvimento Local e Integrado |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONAT | Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RMFS | Região Metropolitana de Feira de Santana |
| RMS | Região Metropolitana de Salvador |
| SDT | Secretaria de Desenvolvimento Territorial |
| SECOM | Secretaria de Comunicação Social |
| SEI | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia |
| SFH | Sistema Financeiro de Habitação |
| SINDUSCON | Sindicato da Construção Civil |
| SINPRO | Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino |
| SNHIS/FNHIS | Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste |
| UEFS | Universidade Estadual de Feira de Santana |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFS | Universidade Federal de Sergipe |
| URBIS | Habitação e Urbanização da Bahia S. A. |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 1.1 | Os prolegômenos da questão..... | 21 |
| 1.2 | O título da tese..... | 37 |
| 2 | PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO: O MÉTODO..... | 44 |
| 2.1 | Território: espaço da realização do poder..... | 53 |
| 2.2 | A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado: a possibilidade da unidade sertão <i>versus</i> litoral..... | 60 |
| 2.3 | Feira de Santana: a escala de análise..... | 63 |
| 2.4 | Procedimentos metodológicos: a realização da pesquisa | 70 |
| 3 | SERTÃO: CHÃO VAZIO OU TERRITÓRIO DE VALOR?..... | 84 |
| 3.1 | As terras d'além Paraguaçu..... | 85 |
| 3.1.1 | A SESMARIA DE TOCÓS E AS TERRAS DE FEIRA DE SANTANA..... | 99 |
| 3.2 | No chão das boiadas a terra em transe..... | 110 |
| 3.2.1 | A CASA DA TORRE E A CASA DA PONTE: UM TERRITÓRIO-SERTÃO..... | 118 |
| 3.3 | A pecuária no sertão da feira..... | 128 |
| 3.4 | “Sertão é onde manda quem é forte” no chão que transmuta-se em território..... | 135 |
| 3.5 | Território que se produz no conflito..... | 151 |
| 4 | A GRANDEZA DO SERTÃO E AS VEREDAS DO CAPITAL..... | 158 |
| 4.1 | “Vazio” para valorização..... | 158 |
| 4.2 | Sertão e litoral: uma questão escalar..... | 174 |
| 4.3 | Os “sabores” do valor: a cana-de-açúcar e o gado..... | 185 |
| 4.4 | O vazio e as escalas de produção: entre dualidade e diferenciação geográfica..... | 200 |
| 5 | FEIRA DE SANTANA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO ESPAÇO SERTANEJO..... | 209 |
| 5.1 | Questão urbana e urbanização: breves reflexões conceituais..... | 209 |
| 5.2 | Urbano e relação sociedade-espaço..... | 220 |
| 6 | A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A CIDADE..... | 240 |
| 6.1 | Lócus da gênese da cidade e a expansão urbana..... | 243 |
| 7 | SERTÃO QUE EMERGE DA URBANIZAÇÃO..... | 294 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 7.1 | Urbanização no espaço urbano de princesa..... | 294 |
| 7.2 | Região Metropolitana sem metrópole..... | 312 |
| 7.3 | A Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) | 315 |
| 8 | O SERTÃO QUE É TERRITÓRIO DE PRINCESA: ALÉM DO LITORAL É PORTAL DO SERTÃO..... | 321 |
| 8.1 | Demarcar o limite territorial da Princesa do Sertão..... | 324 |
| 8.2 | O Território de Identidade Portal do Sertão: produção da identidade sertaneja..... | 339 |
| 8.3 | O Território de Identidade Portal do Sertão: identidade por decreto..... | 342 |
| 8.3.1 | O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE REVELA A ESCALA DE PODER..... | 345 |
| 9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 366 |
| | REFERÊNCIAS..... | 386 |
| | OUTRAS FONTES..... | 397 |
| | APÊNDICES..... | 400 |
| | ANEXOS..... | 404 |

1 INTRODUÇÃO

Pensar uma proposta de tese é uma exigência acadêmica que coloca o pesquisador diante da responsabilidade de elaborar respostas a uma afirmativa intelectual, que obrigatoriamente implica/exige uma tomada de posição. Desafiar: esse é o verbo a ser conjugado, ação a ser realizada, especialmente quando se pretende percorrer a possibilidade de encaminhar perguntas e se arvorar para alcançar respostas, por muitas vezes indizíveis ou ainda não ditas. Essa tarefa intelectual indica perplexidades, porquanto perguntas simples podem exigir respostas complexas no âmbito da produção científica.

1.1 Os prolegômenos da questão

A elaboração de uma tese, decerto, deve levar em conta o contexto histórico a que se refere e ao mesmo tempo ao que está inscrito. Escreve-se nas primeiras décadas do século XXI, momento de intensa crise estrutural do capital em nível mundial, repleto de dúvidas com relação ao futuro da sociedade capitalista, de incertezas com relação à seguridade econômica das nações que direcionam a lógica do capital.

A investigação resulta de inquietações sobre o passado-presente na escala local, e em virtude do posicionamento ideológico necessário ao viver cotidiano, defende-se que a pesquisa deve revelar uma postura intelectual que vise a transformação social da realidade vivida, a explicação desta realidade/totalidade, tendo a produção do espaço como guia para concretização do fazer geográfico: são essas questões que aborda-se ao longo deste trabalho.

O objetivo principal da pesquisa se encaminha para explicação da formação territorial do município de Feira de Santana, além de analisar como a Princesa do Sertão transforma-se de “chão” em território, evidenciando o discurso da depreciação do sertão em relação ao litoral como resultado da valorização do espaço sob as bases da desigualdade combinada para a reprodução ampliada do capital.

O interesse por Feira de Santana surgiu quando do início da vida acadêmica como professora de Geografia Econômica e Geografia Urbana do Curso de

Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). No processo de busca do conhecimento geográfico produzido, identificou-se que Feira de Santana, o segundo maior município do Estado da Bahia, conforme os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contando em 1980 com uma população maior que sete capitais brasileiras, e em 1991, possuía tamanho populacional maior que nove capitais brasileiras, estava enredado na ausência de dados sistematizados. Não conseguia localizar um pensar geográfico para quem sediava o maior entroncamento rodoviário de todo o Norte-Nordeste do país e agregava significativa importância por conta de ter sido em tempos pretéritos, os lócus de efervescência da segunda maior feira de gado do Brasil.

Nesse período – entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 – o foco principal da análise se encaminhava para a consolidação da Geografia Crítica na UEFS, tendo como objetivo principal elaborar uma leitura sobre a realidade brasileira. No Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF), podia-se participar das reflexões com um pequeno grupo de professores que tinha o interesse precípuo de implantar uma Geografia Nova. Não era possível, entretanto, incluir o aprofundamento do debate sobre a Teoria de Marx, questão anteriormente apresentada pelos professores durante a Graduação, nos primeiros anos da década de 1980. Naquele contexto – ainda na ditadura militar – a ambiência acadêmica era sublinhada pela vigilância por parte do Estado autoritário, porém mesmo com certo receio apontavam e indicavam leituras que favoreciam a ampliação do conhecimento sobre o materialismo histórico dialético. A convivência com os professores da Área de História e de Filosofia foi extremamente gratificante nesse sentido.

Outro aspecto que não se pode olvidar é a aproximação com a militância estudantil e sindical no Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino (SINPRO), assim como, durante o período de participação como integrante da diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (ADUFS), que despertou para a importância em conhecer de forma mais aprofundada o legado de Marx, pois em todo tempo era conduzido a consolidar o debate tendo em vista a necessidade premente de transformação social.

O autodidatismo, entretanto, contribuiu desde o período antes da Graduação para que viabilizasse o conhecimento sobre o arcabouço teórico de Marx, fato

exigido como profunda necessidade pela consciência política que emerge no contexto histórico vivido e também pelo desejo de ter claramente definida a postura política de caráter essencialmente geográfico. Algumas leituras foram fundamentais para que os horizontes fossem abertos e servissem para iluminar o percurso que ora se vislumbrava: a Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado e A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra de Friedrich Engels; O manifesto Comunista e a Ideologia Alemã de Karl Marx e Friedrich Engels, O Capital - Livro I de Karl Marx – especialmente o capítulo XXIV intitulado A Chamada Acumulação Primitiva, que particularmente considera-se especial para entendimento da lógica da acumulação capitalista. Esses são classificados como profundamente marcantes para o crescimento acadêmico e redefinição da posição política enquanto intelectual, porém não os únicos responsáveis pelo crescimento necessário a prática profissional.

Nesse período, os estudos sobre a escala local não eram colocados como um imperativo, assim, não havia a prática da pesquisa e o ensino sobre o lugar nos distanciava dos objetivos acadêmicos, inerentes a Universidade. Como profissional da educação, percebia-se a incompletude e assumia-se a responsabilidade da função do intelectual que se pretende orgânico na perspectiva gramsciana, e não ser apenas um letrado com afirma Milton Santos, porque almejava pela construção do conhecimento que refletisse a *práxis*: relação teoria e prática que revela o prisma da transformação. Para tanto, recorria-se a informações fragmentadas, soltas, ainda não sistematizadas sobre Feira de Santana, no que se refere aos objetivos didático-pedagógicos para o exercício profissional em sala de aula.

Feira de Santana encerrava diversas lacunas no que se refere a conhecimentos estruturados de forma mais objetiva. A preocupação da educadora reunia as aspirações de alguém que vivenciava as transformações no espaço do município com a certeza de que carecia de informações. Percebendo a necessidade de desvendar os mistérios geográficos sobre a realidade feirense, busca-se organizar e atualizar os dados estatísticos e entra-se em contato com um espaço que explodia em informações significativas para explicar o passado-presente-futuro.

Deve-se também destacar a contribuição do Silva, Silva e Leão (1985) com a publicação de O Subsistema Urbano-Regional de Feira de Santana em 1986, onde se encontra um relato em bases teórico-quantitativas, a análise da cidade e do

município na perspectiva de centro regional e as características de sua centralidade, com informações estendidas à década de 1970. O estudo é desenvolvido de forma detalhada e muito rico em dados, mas em virtude do método de abordagem não explica a totalidade do espaço e a contradição imanente. Além deste, Poppino (1968) escreve uma dissertação intitulada Feira de Santana, que tem por objetivo explicar o rápido crescimento do município e da cidade desde o início do século XIX até a década de 1950, em meio ao declínio econômico da Bahia – nesse período. É uma discussão de caráter historicista, com o texto fundamentalmente construído a partir das informações do Arquivo Municipal, Arquivo Público Estadual e Arquivo Nacional.

O projeto de mestrado, todavia, foi idealizado com a perspectiva de saldar uma dívida à sociedade feirense, esperando ansiosamente pelo Mestrado em Geografia que despontava no horizonte da Bahia e projetado na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Não chegando a tempo de atender aos objetivos encaminha-se para o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, no qual se disserta sobre a relação entre urbanização e industrialização em Feira de Santana. Estuda-se o período entre 1970 – ano da instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS) – e 1996, analisando a relação do processo ora implantado e a urbanização: as análises dos dados sobre o crescimento populacional e o diálogo com os diretores do CIS, fora condição básica para o atendimento do objetivo proposto. Porém na dissertação de mestrado, não se conseguiu apreender aspectos da formação territorial no âmbito da escala local/regional, havendo no fim da pesquisa diversas lacunas a serem preenchidas. Além disso, a relação espaço-tempo impôs uma condição que responsabilizava sobre a urgência em concluir a pesquisa.

Após um significativo intervalo, resultante da opção de contribuir para o fortalecimento do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da UEFS, tanto em termos acadêmicos quanto das questões que se apresentavam como burocráticas, prepara-se o projeto para ser submetido a seleção do doutorado, com a intenção de continuar pesquisando sobre o processo de modernização industrial do município.

Encerrando-se o processo seletivo, iniciam-se as aulas e leituras sobre o tema. Porém o que se apresentou como profundamente marcante foi a relação com a Professora Alexandrina Luz Conceição – orientadora deste trabalho - seja em sala

de aula nas disciplinas cursadas (especialmente aquelas que foram por ela ministradas), ou nos encontros em lugares apropriados ao lazer, onde o profícuo debate geográfico era efetivado com o prazer que só os verdadeiros mestres conseguem conduzir.

A pesquisa também partiu de questões que instigaram desde 2007, durante as aulas da disciplina Relação Campo-Cidade (NPGeo-UFS), ministradas pela professora Dra. Alexandrina Luz Conceição, quando se discutiu especialmente sobre os motivos sociais, políticos, econômicos, ideológicos e culturais da depreciação do sertão em relação ao litoral. Refletiu-se longamente sobre a dualidade espacial, questão tão cara à geografia, e desafiadora aos que pretendem explicações sob as bases do materialismo histórico dialético.

Como respostas aos debates, os encontros para orientação culminaram com a mudança dos objetivos propostos no projeto original a ser defendido, chegando-se a uma questão que serviria de base para a realização desta tese: a princesa do sertão foi descoroada, para receber a coroa de rainha do sertão em decorrência da valorização do espaço perpetrado pela reprodução ampliada do capital, além disso, o chão, descrito no processo colonizador, transforma-se em território, delineando o conflito pré-existente que foi definidor das especificidades da relação sertão *versus* litoral.

A escala de análise se amplia quando se propõe uma explicação das contradições, escolhendo sertão e litoral como espaço a ser definido enquanto totalidade para a análise. Partiu-se para uma nova interpretação, nesse ínterim com o amadurecimento das leituras marxistas. Dessa forma, as orientações conduziram para a reformulação, tanto do método, quanto das bases teóricas. Sendo assim, conhecer Feira de Santana sob o ponto de vista dessa temática representava um desafio, uma barreira grandiosa a transpor, pois a sistematização de informações, que favorecia a ampliação do pensar geográfico, encontrava-se quase que completamente ausente. Área de transição entre o sertão e o litoral, interior que se vê silenciado quanto aos estudos sobre a produção do seu espaço: um espaço que se produz historicamente e geograficamente, relação tempo-espaço negligenciado no seu existir.

Nessa perspectiva, o tema proposto relaciona-se à formação territorial do sertão, e o texto pretende oferecer uma explicação sobre o alicerce político-

econômico que confere a valorização do espaço para o capital, tendo o processo da colonização de base mercantilista como veículo principal da acumulação primitiva do capital. Feira de Santana é o espaço escolhido para a realização de uma análise mais específica, embora seja compreendida como expressão da totalidade espacial/territorial brasileira.

O objeto do estudo é a formação territorial do sertão, sob o viés do desenvolvimento territorial, mediante um exame minudenciado das diferenças com que se pode manifestar em âmbitos espaciais variados, isto é, como o poder sobre o território tramita em direção à valorização do espaço para a reprodução ampliada do capital. Não se trata, portanto, de que a análise dos antagonismos no campo do desenvolvimento revele alguma síntese que seja esclarecedora sobre o tema, mas a pesquisa propôs explicar como a colonização abriu as fendas da reprodução ampliada do capital, concretizando no território a desigualdade combinada.

O sertão, nessa perspectiva, foi cartografado enquanto território, no sentido de um novo posicionamento geográfico/espacial, porque, a partir desse território é possível mostrar como o processo de ocupação transforma uma área essencialmente rural dedicada predominantemente à pecuária, em espaço urbano de significativa importância nacional. Essas afirmações indicam a necessidade de atualização geográfica sobre um “sertão que virou mar”, pois, se antes era considerado espaço do atraso, na atualidade desponta como modernizado e inserido na mundialização do capital.

Esta tese é uma aposta teórico-metodológica que pleiteia uma leitura espacial/territorial sobre o sertão baiano. Não se pretendeu realizar um estudo de caso, mas escolheu-se um objeto concreto, que foi apreendido numa perspectiva escalar, assim, o ponto de partida e chegada, é o município de Feira de Santana analisado desde a origem da sua formação territorial.

A escolha deste município para uma análise mais específica decorre do fato de já ter-se um conhecimento prévio sob as bases geográficas e que são importantes para deslindar a questão central. Este aspecto acadêmico confere a certeza de que Feira de Santana não foi ainda estudada nessa perspectiva e até há distorções na leitura espacial quando se trata da sua localização no sertão. Por exemplo, na regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é colocada na área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, denominado

Agreste baiano, estando assim, fora dos lugares sertanejos. Se retomar-se as delimitações para o litoral, impressas na Carta Régia de 1701, está localizada no sertão, pois além de 60 km em linha reta, está fora do litoral, ambiente que se opõe ao “interior” do território e do município tem o limite do seu terreno além desta demarcação. Fazendo uma análise geográfica sobre essa questão, conclui-se que, apesar do completo desconhecimento do colonizador, registra-se a primeira regionalização do território brasileiro, quando foram definidas duas grandes regiões: Litoral e Sertão.

Confirma-se que a carência de ampliação dos estudos territoriais na Bahia moveu o alicerce do desejo de investigar: o olhar que vislumbrou o horizonte é iluminado com a luz resplandecente da curiosidade, estabelecendo o espaço territorial como fundamento do conhecimento geográfico que se anseia consolidar sobre o Brasil.

Então, este texto é, ao mesmo tempo, a busca da verdade, a expressão de uma vontade, a fim de proporcionar aos feirenses - sujeitos sertanejos - o prazer de conhecer o saber que pretende eliminar qualquer sentimento estoico ao mencionar o sertão; a ciência geográfica, então, pode se favorecer do objetivo da descoberta científica que para Nietzsche (2006, p. 49), é iluminação, importando buscar os caminhos e descaminhos trilhados, e descobrir, tendo-se a certeza de que “talvez fosse descoberta ao mesmo tempo sua força contrária, sua prodigiosa faculdade de fazer brilhar para a alegria um novo céu estrelado!” Não privando a sociedade do experimentar o novo – a novidade científica humanizadora que Bertold Brecht colocava como esperança, dizendo: “eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”.

Diante da importância da discussão, tem-se como objetivo, oferecer uma leitura espacial/territorial sobre a formação do sertão, observando os discursos e as práticas do desenvolvimento territorial como caminho para o entendimento do real, analisando a produção do espaço geográfico desde o período colonial, à atualidade, ou seja, da acumulação primitiva à reprodução ampliada do capital.

O saber produzido sobre o sertão exige que ele seja compreendido para garantir a manutenção da ordem estabelecida, reificação que guarda subterfúgios sobre o conhecimento espacial, regional e territorial. Assim, estudar o processo de formação territorial da Bahia, tendo Feira de Santana como recorte escalar, visa

desvelar circunlóquios e práticas que materializam os poderes sustentados por instituições políticas e econômicas sobre esta escala geográfica. Além disso, é importante registrar que as discussões sobre a formação territorial ainda são incipientes e especificamente sobre Feira de Santana inexistente o debate sob o ponto de vista geográfico.

A necessidade de explicar as origens da formação territorial deste município torna patente a compreensão sobre o sertão, espaço que não é, na visão de Moraes (2002-2003), produto da natureza, um espaço determinado pelas peculiaridades naturais, o *lôcus* da reprodução sertaneja, mas fundamentalmente, o território onde o econômico se sobrepõe ao natural, porque se configura como fronteira da acumulação primitiva, enquanto manifestação dos prolegômenos que indicam os limites/extensão do capital financeiro na Bahia. A discussão, entretanto, considera a produção do território como resultado das relações sociais e econômicas, pois a reprodução ampliada do capital transforma o sertão de origem rural em densa área urbana de representatividade nacional.

O sertão é analisado por diversos teóricos, descrito em roteiros de viagem e delineado em romances, mas observa-se, nesses textos a predominância da visão histórica, sempre privilegiando o processo de ocupação. Quando se trata da preocupação dos geógrafos, esta se direciona para a definição da Região, das condições e classificações climáticas, evidenciando as respeitáveis consequências das adversidades da natureza para os habitantes do lugar. Todavia, nota-se um significativo silêncio sobre as bases da formação territorial, tornando-se necessário explicá-lo enquanto espaço da acumulação primitiva do capital para a sobrevalorização do litoral.

Não se pretende aqui realizar extensas digressões teóricas, mas buscar a ampliação do conhecimento sobre o território baiano, e a formação territorial do sertão é escopo principal deste trabalho; se a pretensão é fundamentar a leitura espacial/territorial, Feira de Santana, é o espaço essencial da realidade investigada. O desvendamento da realidade, isto é, a formação territorial de Feira de Santana, é a questão central da produção do espaço que é terminantemente valor-espaço – a abordagem dialética, então, permite e conduz ao conhecimento concreto, alicerçado no modo de produção capitalista.

Feira de Santana, a despeito de sua importância para a compreensão do sertão, carece de informações sobre sua realidade geográfica, especificamente quando o interesse se volta para a abordagem territorial. O entorno desta questão é bem complexo, pois há pelo menos duas histórias diferentes sobre a origem da sua formação territorial, implicando em explicações distorcidas: um grupo de estudiosos indica o casal Domingos Barbosa de Araujo e Ana Brandoa como fundadores do município, no século XVIII, enquanto outros pesquisadores mais cuidadosos buscaram, nas Cartas de Doação de Sesmarias informar mais coerentemente que, em meados do século XVII, João Peixoto Viegas foi o primeiro donatário das terras do sertão que hoje correspondem aos limites do município. Essas discussões indicam a necessidade de elaborar uma leitura espacial/territorial do sertão, mostrando como se deu a ocupação, e de que forma foi possível o “sertão virar mar”, metáfora compreendida mediante os processos materiais de reprodução do capital.

A formação territorial do sertão baiano é, contudo, marcada pelo povoamento capitaneado por duas famílias, quando a penetração para o interior se deu sob a batuta dos Garcia d' Ávila e Guedes de Brito: Os Garcia d' Ávila proprietários da Casa da Torre são os responsáveis pela colonização de grande parte do sertão, nordestino.

O primeiro integrante desta família chega ao Brasil com Tomé de Souza em 1549, assumindo o cargo de almoxarife da cidade recém-fundada para servir de capital da Colônia. Em 1552, dedica-se a criação de animais na sua Quinta de São Pedro de Rates, e posteriormente implanta currais em terras de Itapagipe, Itapuã e Tatuapara. Entre 1600 e 1624 constrói a Casa da Torre, um castelo localizado em Tatuapara - atual Praia do Forte - situado no município de Mata de São João, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Esta Casa foi construída para servir de forte, ou seja, um local de proteção contra possíveis ataques de inimigos, contrariando àqueles desejosos em inferir que o território é espaço de harmonia.

Os Guedes de Brito detêm o poder da Casa da Ponte, e também estruturaram um latifúndio, mediante a apropriação indébita do território indígena, usando a força e a escravidão como instrumento de posse. Sesmeiros que adentrando o território, estendem seus domínios, expandindo o sertão.

Antonio de Brito Correa, casado com Maria Guedes no século XVII, passa por testamento as terras do sertão ao seu herdeiro Antonio Guedes de Brito, consolidando poder político e econômico: uma mistura de fazendas de gado e trabalho escravo, que formavam o amálgama da vasta extensão territorial desde Morro do Chapéu na Chapada Diamantina, até Ouro Preto em Minas Gerais, passando também nas proximidades do rio Paraguaçu, nas cercanias de Feira de Santana. (NEVES, 1999). Nesse território, a Casa da Ponte fora construída para a segurança dos novos donos das terras, numa área que atualmente corresponde às terras do município de Morro do Chapéu.

Essas duas famílias são sempre citadas pelos autores que tratam do povoamento do sertão porque se diferenciam dos bandeirantes que, usando tropas de guerrilheiros - verdadeiros exércitos sertanistas - não podem ser comparados àqueles que se apossavam do terreno, tangendo o gado para além de Tordesilhas. O objetivo destes invasores era, contudo, a dissolução da comunidade indígena, pois tal destruição é o principal requisito de sobrevivência da sociedade escravista.

Construíram a casa da Torre e a Casa da Ponte que são marcas distintivas da divisão do sertão da Bahia, prova incontestada da formação territorial, símbolos da luta inglória entre índios e portugueses para demarcação do território usurpado. O propósito dos Garcia d'Ávila e Guedes de Brito é o alimento para saciar a fome de terras, que faz o colonizador chegar às margens esquerda do rio São Francisco, após o ritual de ataque e massacres dos habitantes, incendiando suas aldeias, ou mesmo as missões. A delimitação do espaço invadido está repleta de complexidade desde o período colonial, seja por desconhecimento geográfico, ou por interesses particulares inerentes ao processo de apropriação.

Na visão de Castro (2010), o sertão do Nordeste é o espaço que se estende desde a margem direita do rio Paraíba, localizado no estado da Paraíba até o rio Itapicuru na Bahia, e abrange os estados da Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, excluindo-se apenas o Maranhão, como registro de uma denúncia que há muito tempo o sertão foi confundido com as condições climáticas do semiárido. É nessa perspectiva que a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), na primeira metade do século passado, indicava que a extensão territorial correspondia a aproximadamente 670.000 Km².

É indiscutível a relevância contida na obra do autor, mas tem-se que considerar a fragilidade teórica e conceitual na caracterização conferida ao sertão, confirmando a ideologia impressa nos textos: Região Nordeste, clima semiárido, sertão e interior, são termos geográficos fortemente ideologizados. A dificuldade em definir este espaço, é explícita, não sendo possível identificar claramente os limites climáticos e territoriais ou quiçá regionais. Nos seus argumentos:

Se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada. (CASTRO, 2007, p. 158-159).

Reconhecendo a análise contextualizada, porém marcadamente humanista percebe-se também a leitura apocalíptica resultante dos horrores climáticos, registro dos revezes de uma natureza hostil e invencível, que é impeditiva de progresso e prosperidade.

A carência de uma leitura geográfica sobre o sertão é nítida, quando surpreende o fato que, o autor está definindo o mesmo espaço que os Guedes de Brito e os Garcia d' Ávila pousaram e expandiram a pecuária nos tempos colônias, engordaram as crianças e enriqueceram com o gado, mataram a fome e não foram por ela dizimados, mesmo estando sujeitos às alternâncias naturais entre chuvas concentradas e estiagens prolongadas. É igualmente o lugar em que do alto da Serra do Sincorá na Chapada Diamantina, era possível visualizar os barracos brancos estendidos como Lençóis, encobrendo garimpeiros à cata de diamantes.

É também, o mesmo sertão que com a peculiaridade da linguagem do romantismo, José de Alencar na sua obra *O Sertanejo*, escreve imprimindo um estilo regional, retratando o final do século XVIII. O cenário do interior do Nordeste é descrito como o espaço marcado pela “anomalia climatológica”. Com a propriedade de quem conhece o território em que nasceu, descreve o período de estiagem como marcante para definir a geografia da Região, afirmando que, “nessa época o sertão parece a terra combusta do profeta; dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumiu

toda verdura, que é o sorriso dos campos e a gala das árvores, ou o seu manto” (...) (ALENCAR, 2011, p. 5).

A crueldade climática não encobre, todavia, a beleza do sertão, parece até que a revela, mesmo que se mostre contraditória, quando afirma que:

Quem pela primeira vez percorre o sertão (...), depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma até os últimos refolhos em face dessa inanição da vida, desse imenso holocausto da terra. (...) É mais fúnebre que um cemitério. (...) Das torrentes caudais restam apenas os leitos estanques, onde não se percebe mais nem vestígios da água que os assoberbava. (...) A sombra da tarde reveste-o de seu manto suave e melancólico; é também a hora em que chega a brisa do mar e derrama por essa atmosfera incandescente como uma fornalha, a sua frescura consoladora. (ALENCAR, 2011, p. 5).

Ainda que se possa separar sertão do litoral pelas condições climáticas o espaço não se rompe nas diferenças de temperatura e índices de chuva, comprovando que a circulação das massas de ar não se dá isoladamente, ao contrário, estão em permanente movimento da totalidade atmosférica não contrariando a dialética da natureza.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compartimenta o Nordeste em sub-regiões, separa a Zona da Mata o Meio-Norte e o Sertão, colocando ainda o Agreste como fronteira que desliga a região úmida da semiárida; é aí que se encontra o sertão da Bahia dos Garcia d'Ávila e dos Guedes de Brito. Desvincula não obstante, a produção do espaço do seu conteúdo histórico, porque para aqueles que consideram apenas as unidades de paisagem, pensando fazer a Geografia Física, a Região é apenas uma divisão ou fragmentação que revela a separação dos aspectos da natureza.

O semiárido, a despeito das riquezas naturais é definido tanto nacionalmente como em nível internacional pelos aspectos morfoclimáticos, porque evidenciam preferencialmente semiaridez, eternamente considerada como fator negativo. Portanto, não é posto como prática analisá-lo tendo como referência as potencialidades que lhes são inerentes – elas são negligenciadas - pois a preocupação é explicar a sua “capacidade” em constituir-se como “problema” regional/nacional.

A construção desta imagem tem por alicerce o processo histórico que data do período colonial, quando as políticas territoriais tinham por objetivo beneficiar a

classe dominante desejosa em usurpar as riquezas aqui encontradas. Outro fato que chama a atenção é que a listagem dos problemas regionais elaborada pelo Estado capitalista é matematizada como resultante das “desigualdades” e “desequilíbrios”, sempre colocados como uma “questão regional”. Tem-se a certeza de que tais questões são respostas sobre a forma como se dá a reprodução ampliada do capital no referido espaço.

Então, confundir a região semiárida do Nordeste com o sertão é certamente uma estratégia geopolítica, para camuflar a incapacidade do Estado em atender as demandas sociais, é uma maneira de delimitar para dispor os dados estatísticos linearmente, transformando-a numa planície isotrópica avaliada pela média, ou seja, a combinação perfeita para governar o território, refletindo o *regere* dos romanos. É com essa perspectiva que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cria a Região Semiárida com base na Lei 7827/89, tendo sua área ampliada pela Resolução Nº 10929/94, correspondente hoje à cerca de 11,5% do território nacional, ou seja, 858.000 Km², ou ainda, 52,4% da Região Nordeste. Segundo os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), nela vivem mais de 30 milhões de habitantes: é o semiárido mais povoado do mundo. (MAPA 1).

A instituição federal a classifica como o espaço caracterizado pelo balanço hídrico negativo, em decorrência das precipitações inferiores a 800 mm, uma forte insolação, temperaturas relativamente altas, e regime de chuvas assinaladas pela escassez, além da irregularidade e concentração das precipitações num período de três meses. (LOBÃO, 2013).

Outra delimitação definida institucionalmente é o Polígono das Secas, uma especificidade regional, com limites fixados em 1936, ampliado em 1947 e também em 1951, delineando uma fronteira que tangencia o espaço nordestino e do norte de Minas Gerais sujeito a longas estiagens, desde o interior, ao litoral da Paraíba. Este sertão de clima semiárido demarcado para receber recursos financeiros, em nada pode se contrapor ao litoral, pelo contrário, o integra enquanto totalidade espacial, isto é, na desigualdade combinada do real. (MAPA 1).

Moraes (2009) estuda o sertão com a sensibilidade intelectual que tem na dialética uma opção geográfica, sendo assim, o sertão não é discutido como subdivisão, no sentido de zoneamento não é colocado como parte representativa da

região. O conhecimento geográfico sobre o sertão põe em dúvida algo que se apresenta como revelador da acumulação primitiva do capital, e situa-se na questão: Como um espaço que poderia conter ouro, prata e pedras preciosas, pode ser depreciado se a riqueza de Portugal disso depende?

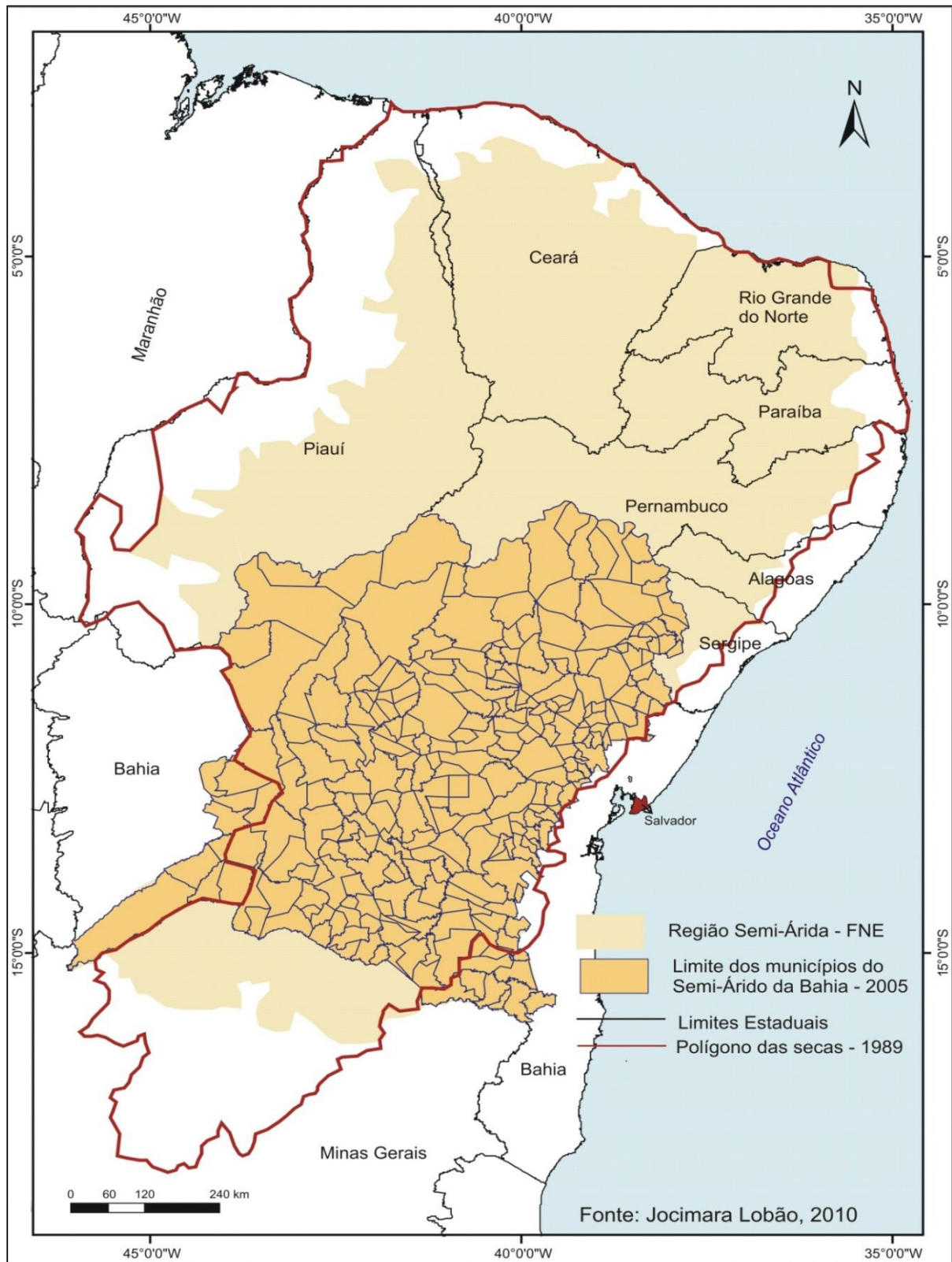
Na opinião de Conceição (2010b), nesse emaranhado geográfico o conceito de sertão vai se estabelecer sob o lastro do conceito de nação, que é sempre compreendida a partir dos elementos que a formam: território, povo soberania, língua, mas isto não basta, é preciso ter uma história, os fundamentos do passado-presente-futuro, os caminhos do entendimento do processo formador da sociedade. Separar sertão numa perspectiva regional significa negar a nação, utilizando a ideia de fronteira.

Nação é então, um conceito geopolítico, e tem como base a política de controle do território, a autonomia nacional revestida de contradição, pois é autonomia construída para dominar. Tais afirmações comprovam que o conceito de nação tem na sua origem a garantia do controle do território, não somente soberania ante as nações, mas supremacia sobre o outro: é isso que justifica a colonização do sertão. Os povos coloniais não têm uma política de nacionalidades porque as Metrôpoles detêm esse controle, porquanto o território brasileiro é necessário a Portugal, que para se estabelecer como centro, depende da exportação, da produção econômica.

Nessa perspectiva o sertão, isto é, a sua existência, se constitui também o *lôcus* de contradições internas, pois não é apenas o outro do litoral, não pode ser isolado porque nele também estão manifestas as suas contradições internas estabelecidas sob o eixo do modo de produção capitalista.

Ler sobre os sertões não surpreendeu a certeza sobre a concepção de dualidade em relação ao litoral; cada escrito manifesto configura um registro, a confirmação das noções pré-concebidas. A dialética do sertão, essência da totalidade do território, expõe, contudo, a realidade contraditória da formação da Nação, ao tempo em que o desenvolvimento do capitalismo sob as bases territoriais responsabiliza o pesquisador sobre a fidelidade que se deve portar no uso da contextualização, como recurso acadêmico: buscar a historicização, como forma de fazer Geografia, por que, a

MAPA 1 – A REGIÃO SEMIÁRIDA DO NORDESTE E O POLÍGONO DAS SECAS



dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro 'total' da realidade, na infinidade dos

seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. (KOSIK, 1976, p. 36).

O estudo enfoca o sertão/território como lócus da implantação de uma territorialização do capital, espaço que é compreendido enquanto relação dialética porquanto estudado em suas múltiplas dimensões.

A diferença litoral *versus* sertão explicada sob o viés marxista mostra claramente que a resposta se insere na divisão social e territorial do trabalho, porque essa é determinante da diferença espacial, são espaços produzidos para serem desiguais, mas integrante de uma totalidade. A subordinação de um espaço ao outro, deixa explícito que o capital não frutifica em lugares de igualdade, pelo contrário, esta condição compromete a essência de sua reprodução.

Enquanto expressão da desvalorização, a diferenciação e depreciação do sertão estão na base do capital mercantil, tornando impossível argumentar em sua defesa, porque o diálogo entre estes espaços só faz sentido quando se entende a essência do desigual e combinado, a Teoria como fundamento para explicação do real, sertão-litoral, ou litoral-sertão – a inversão correspondendo a negação da posição de superioridade daquele que se encontra em posição ante, mas num (re)fazer permanente.

A discussão sobre o sertão tem como objetivo defini-lo enquanto território abalizando-se que, ao escolher este espaço para objeto de estudo, defrontou-se com duplo problema a ser respondido: um refere-se à definição conceitual e o outro sobre a delimitação. Optou-se, portanto, pelo sertão significativo de interior, e a delimitação do município compreendendo a extensão territorial a ser estudada.

Buscou-se a elaboração de um quadro teórico que sirva de base para o entendimento geográfico sobre a totalidade espacial, e, uma vez explicada a dualidade/desigualdade territorial e espacial, passou-se entender a dimensão econômica, como essencial para explicitar onde o sertão se insere na trama capitalista, tendo em vista a produção do espaço. Partiu-se da premissa que a acumulação capitalista não se distribui uniformemente no espaço, estabelecendo diferenças e desigualdades. Tais diferenças contribuem para a construção de um complexo “*andamiaje geográfico*’ *a través del cual el capitalismo se acumula*” na visão de Ceballos (2003, p. 99).

A dificuldade de delimitação do sertão propalada pelos estudiosos e assimilada no imaginário social impôs uma condição para elaboração da tese, no que diz respeito à definição da escala, em decorrência da sua grandeza e das veredas que podem ser percorridas pelo capital. Ela não é analisada nem entendida enquanto fixa, e

por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado. O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas com já contidas na estrutura do capital. (SMITH, 1988 p. 197).

Como a análise se encaminha para elucidação do valor do espaço, considerado vazio, por aqueles que detinham o poder sobre o chão e o transformou em território, escolheu-se a escala local – a cidade de Feira de Santana para demarcação de fronteiras sertanejas – não como fronteira fixa, mas flexibilizada pela singularidade que traz em si mesma, de fazer e refazer-se, (re)definindo limites territoriais, reestruturando-se perpetuamente no interior da escala global/nacional. Sertão/litoral, o território que projeta Feira de Santana para o mundo, extensão transformada, porque

1.2 O título da tese

O título da tese surgiu como respostas aos colóquios com a orientadora. No momento do encontro/orientador teve-se a certeza da conclusão dos recortes necessários ao objeto de análise. Os diálogos foram, além de profícuos, também responsáveis por sempre colocar diante de aposiopeses, lacunas a serem preenchidas pelo pensar sobre o objeto no sentido de concretização da análise. No primeiro instante encontra-se em situação singular, não apenas por exigir uma competência acadêmica que não estivesse diametralmente oposta à orientação, mas tão somente por situar-se diante do desafio de desvendar um espaço ainda pouco estudado. Partiu-se então para leitura sobre o sertão, considerando-o pouco compreendido quando se trata de territorialização.

O texto produzido para a qualificação viabilizou algumas respostas necessárias ao iniciar a pesquisa, mas ainda assim, defronta-se com diversas questões que ficaram por serem respondidas. Nesta tese, encaminham-se as respostas consideradas necessárias ao desvendar, a busca da verdade e a leitura geográfica sobre o espaço.

A proposta do título, portanto, relaciona-se ao epíteto - Princesa do Sertão - outorgado por Ruy Barbosa, quando em campanha presidencial em 1919, realizando excursões pela Bahia chega ao sertão que juntamente com o Recôncavo denomina de “coração da Bahia” explicitando no seu discurso que é,

(...) o coração da terra flagelada o de que, com os meus companheiros, viemos todos à busca, nesta romagem pelos sertões e pelo recôncavo, de Vila Nova da Rainha à Feira de Santana, da antiga corte sertaneja à bela princesa do sertão. (...). (BARBOSA, Ruy. In: GAMA, 2002, p. 74).

Ao ler o referido discurso não se conseguiu perceber de forma evidente intencionalidade outra que não seja rebuscar a sua fala para o público feirense, conquanto a linguagem é permeada por frases peculiares e muito comuns aos discursos de estadistas, que em determinados momentos carregadas de um certo romantismo expõe sobre sua recepção conferida pela sociedade feirense:

(...) quando, ao cair da tarde, mas talvez ainda mais para o dia que sobre a noite, debaixo da abóbada celeste inteiramente azulada, na planura imensa dos *gerais* que a cercam, estendendo-se a perder de vista através de uma atmosfera onde se adivinhava o crepúsculo, que vinha esbatendo-se entre os primeiros vapores vespertinos, a cidade das graças do sertão emergia como que suspensa num sonho de riso, contentamento e harmoniosa ebriedade.

(...) abrolhada em pétalas de beleza com a corola grandiflora de uma árvore do firmamento voltada para a terra, a donairosa capital sertaneja vogava numa evocação de luz, magnificência e energia vitoriosa. (BARBOSA, Ruy. In: GAMA, 2002, p. 74, grifo do autor).

A despeito da beleza do texto, percebe-se claramente nas linhas escritas o fino trato conferido por alguém que é o candidato ao cargo de Presidente da República, no momento em que precisa usar as armas da sedução política para somar os votos necessários à vitória. É possível que fosse realmente apaixonado por Feira de Santana, mas não se tem como comprovar esse sentimento, por

desconhecer textos ou atos reveladores dessa possibilidade. Porém, é nesta Conferência que foi registrado, pela primeira vez os marcos da posição do município no Estado da Bahia; uma Bahia que ele no mesmo discurso, contraditoriamente pretendia em unidade. Ao demonstrar esse objetivo, prescreve a separação sertão e litoral. Qual foi a surpresa ao encontrar nos termos descritos que o objeto de análise é parte dos anseios políticos de Ruy Barbosa, que também entrevia a separação entre as áreas e este problema é colocado em seu texto como “distinção” que induz a “discriminação”, a ideia de depreciação do sertão em benefício do litoral, um reflexo da desigualdade combinada da valorização do espaço. Assim, expõe a leitura política sobre o espaço/território:

De sorte que, senhores, não há mais discriminar entre estas ou aquelas regiões do Estado, não há mais que distinguir entre a capital e o recôncavo, ou o sertão e o litoral. Politicamente, na situação de agora, tudo é um; tudo, a Bahia; tudo, o mesmo povo em revolta contra a ignomínia do nosso cativo; (...) (BARBOSA, Ruy. In: GAMA, 2002, p. 84).

A sua visão se contrapõe aos objetivos deste trabalho porque não é o mesmo povo lutando da mesma forma contra o opróbrio da desigualdade social. Refere-se, no entanto, a uma homogeneização impossível na sociedade de classes.

Nessa discussão, o título “Princesa do Sertão” diz respeito às posições do município nas formas como se dá a reprodução ampliada do capital. O termo descoroamento é utilizado para revelar algo por muito tempo interceptado, escamoteado, sob a égide do modo de produção capitalista. Sertão cartografado enquanto território, no sentido de uma nova reflexão geográfico/espacial.

Alude-se ao objeto de estudo, isto é, a formação territorial do sertão abordado sob o viés do desenvolvimento territorial. Surpreende, porém o fato de Feira de Santana ter a quase totalidade do seu território situado no agreste e ser denominada Princesa do Sertão, e se o entendimento é geográfico, e o sertão é demarcado como sub-região, tem-se que entender os critérios de regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Criado em 1934 e instalado em 1936, determina a primeira divisão regional em 1942, classificando o território brasileiro em Regiões Naturais. Porém as diferenças na paisagem da Zona da Mata, Agreste e Sertão, principalmente no espaço que compreende a atual Região Nordeste, segundo Andrade (2005), era percebida desde os tempos coloniais, e, se esta era

determinada pelas condições climáticas supõe-se que Ruy Barbosa conhecia a delimitação, não se restringindo somente a compreensão do sertão como local que está no interior, ou seja, além da fronteira do litoral.

Feira de Santana de acordo com tal subdivisão localiza-se na área de transição entre o litoral e o sertão denominado Agreste, mas é sertão, Portal do Sertão, como desejam aqueles que depreciam o espaço de delimitação imprecisa, e Princesa do Sertão para os que queriam anunciar o seu poder político. Onde começa? Onde termina? Esse início e fim da circulação capitalista originada das formas mercantilistas é o espaço de valorização nos moldes da acumulação primitiva que se opõe aos limites mapeáveis. Achar o município é defrontar com o território definido para as lutas e dominação.

Coaduna-se com a posição daqueles que consideram necessário, uma justificativa que seja minimamente plausível. Para responder, remete-se a questão: qual o significado do termo “Princesa do Sertão”? A questão geral, insere-se uma mais particular: como, quando, porque e através de quem Feira de Santana recebe o título honorífico? As indagações demandam respostas objetivas que provavelmente não são as encontradas no campo da objetividade.

Buscando a Enciclopédia Larousse Cultural para definir o termo princesa chega-se a conclusão de que essa deriva do francês *princesse* e no plano político significa filha do rei, ou ainda, filha ou mulher de príncipes. O seu papel também coincide com o fato de ser soberana de um principado. Em termos figurativos representa a pessoa do sexo feminino que se destaca pelas maneiras elegante e graciosa, além disso, pode trazer embutido no tratamento familiar uma forma carinhosa de pais e mães referir-se às filhas quando crianças. Desejar estar aprisionados a esses significados pode encaminhar para a perversidade de respostas que sejam arbitrárias ou levianas. Na enciclopédia supracitada encontra-se a derivação do gênero masculino, e em alguns aspectos, difere do feminino, qual seja: filho primogênito do rei, ou de uma família soberana, título que recebe o consorte de uma rainha, podendo representar também o mais elevado título de nobreza. Insere-se ainda a caracterização de um homem que detém maneiras finas e aristocráticas. Tais definições não satisfazem ao objetivo desta tese, indicando que se precisa abstrair para ter acesso a uma resposta razoável.

Diante do exposto, é plausível vislumbrar a tese de que o sertão é o espaço colocado em contraposição ao litoral, porque foi originalmente criado para acumulação primitiva, portanto, território da reprodução ampliada do capital. A afirmação faz supor que a contraposição sertão *versus* litoral, indica que a produção do espaço do interior da Bahia no século XVIII, tem nas práticas mercantilistas a origem do capital, fazendo com que no sertão brasileiro desponte Feira de Santana, confirmando a determinação do econômico a partir da relação sociedade-natureza. Assim, a formulação do problema e hipótese da pesquisa é uma tarefa que traz no consigo o sentimento precípua da descoberta, razão de ser do processo de investigação.

Propõe-se então, realizar o fazer geográfico numa pesquisa alicerçada nas categorias geográficas, questionar o espaço, antever a relação sociedade-natureza e responder sobre as contradições. Não há como fazer Geografia que não tenha como perspectiva analisar o espaço; a proposta basilar é contemplar o sertão e litoral com o olhar geográfico, examinando, procurando, indagando sobre as contradições.

A tese divide-se em nove capítulos que trazem conteúdos para discussão da formação territorial do sertão, numa abordagem que reflete sobre a valorização do espaço numa perspectiva escalar.

O primeiro capítulo encontra-se a **Introdução**, os prolegômenos da questão e justifica a escolha do título da tese. Apresentam-se a problematização, os objetivos da pesquisa e o objeto de estudo, mencionando a importância de elucidá-lo sob o viés da dialeticidade.

No segundo capítulo - **Percursos da investigação: o método** - trata do arcabouço metodológico, isto é, os percursos da investigação, explicitando a opção pelo materialismo dialético, tendo em vista a especificidade do objeto, ou seja, Feira de Santana, escala de análise, cotejada enquanto totalidade, e o sertão- litoral unidade socioespacial. Discorre sobre a diferenciação/igualização usada com recurso explicativo da especificidade sertanejo-litorânea, e a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado o caminho para interpretação da diferença.

O terceiro capítulo intitulado **Sertão: chão vazio ou território de valor?** traz uma análise sobre o processo de formação territorial do sertão, elaborando a leitura espacial para explicitar o que se encontra impresso no imaginário social, desde o

período colonial, no sentido de desvendar a essência da realidade sertanejo-litorânea a partir do processo de valorização do espaço, tendo a relação entre cana-de-açúcar e pecuária como fundamental para a diferenciação espacial.

O espaço do sertão colocado como vazio nos escritos coloniais é interpretado como reserva de valor, para posterior valorização no capítulo quatro, intitulado **A grandeza do sertão e as Veredas do capital**. Sertão e litoral são estudados numa perspectiva escalar, pois cada espaço é caracterizado tendo em vista a diferenciação na totalidade e não dualidade para separação. Discutiu-se o processo de valorização do espaço, expondo como questão fundamental para a ciência geográfica, e o conceito de valor como essencial para explicar a produção do espaço, mediante acumulação. Sertão e litoral, tomando como referência o método de análise, evidencia-se enquanto totalidade a despeito da primeira demarcação lastreada na separação, quando traça-se os limites territoriais entre os dois espaços, que tinham por perspectiva o afastamento, apartação, porém contraditoriamente se unem para imprimir a dialética sertanejo-litorânea.

No quinto capítulo – **Feira de Santana: transformações urbanas no espaço sertanejo** - consta a discussão sobre as transformações urbanas no sertão, trazendo breve reflexão sobre o conceito de urbanização. A questão urbana é debatida como especificidade, porque o crescimento da cidade que se processa diferenciado entre litoral e sertão demarca o urbano que se expande, consolidando a separação campo-cidade, ou seja, separação entre duas escalas socioespaciais. Feira de Santana – o sertão – é confrontada com Salvador – o litoral – quanto a particularidade da gênese urbana; cada cidade é representação escalar e diferenciação/igualização espacial, observando a relação sociedade-espaço.

A produção do espaço urbano sertanejo e a expansão urbana de Feira de Santana foram analisadas no capítulo seis – **A produção do espaço urbano e a cidade**. Explicou-se a cidade como produto social, que reflete a contradição de classes inerente à sociedade capitalista, conquanto a diferenciação decorre da essência do modo de produção e a ampliação do espaço é resposta à necessidade que tem o capital em promover os meios da sua reprodução.

No capítulo sete - **Sertão que emerge da urbanização** - expõe-se sobre a urbanização do sertão, explicando-o com o processo decorrente da relação campo-cidade, elaborando uma análise nas escalas nacional, estadual e local, situando o

Brasil, a Bahia e Feira de Santana a partir de dados estatísticos, especificamente dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1872 e 2010. Conclui-se com a discussão sobre os principais aspectos políticos motivadores da criação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), e sua relação com o processo de metropolização.

O oitavo capítulo – **O sertão que é território de princesa: além do litoral é Portal do Sertão** - trata do uso do território pelo Estado, tendo em vista o discurso sobre desenvolvimento territorial e os equívocos expressos na definição da identidade sertaneja, porquanto utiliza como recurso espacial o Território de Identidade Portal do Sertão. Discute-se, especialmente, a identidade que se elabora mediante decretos, isto é, definida em gabinetes, fazendo com que tenha caráter mais burocrático que sociocultural, porque foi construída a partir de bases socialmente distantes da realidade. Além disso, o território é definindo como *locus* do conflito, elemento que fragiliza a identidade territorial.

O último capítulo encontra-se o tecido das **Considerações finais**, conclusões que têm por propósito básico abrir espaço para novas questões, novos olhares sobre o sertão, sobre a Princesa do Sertão, enquanto porta de entrada/saída de um sertão que se amplia em direção ao litoral. O objetivo da tese é empreender o entendimento sobre o território sertanejo, na perspectiva da construção de novas territorialidades. O território, tomado como espaço de implementação de políticas de desenvolvimento na realidade, é desvendado, apostilado como *locus* de conflito, quando a lógica da formação territorial do sertão tem como alicerce espaço produzido para o poder, porque idealizado para a permanência do Estado capitalista.

Cada capítulo tem na sua escrita a intenção de iniciar a discussão sobre o espaço-territorial feirense, este que em tempos pretéritos era terra chã, chão considerado vazio, mas reserva de valor, território, repleto de minúcias a desvendar para o (re)fazer histórico-geográfico.

2 PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO: O MÉTODO

A geografia é uma ciência que se estabelece no período da história em que a produção do espaço, carece de aprofundamento do conhecimento que serve à dominação. É no século XIX, momento de ascensão das ciências humanas, que se inscrevem no leito da (des)humanização. Nesse contexto, tem-se um certificado e certificação para fatos sombrios da formação do território brasileiro, especialmente do sertão baiano, que foi povoado sob traços da expropriação. A dominação recebe, neste instante, o conceito de verdade absoluta, essência da realidade que justifica a violência: é para isso que serve a Geografia, como já afirmava Yves Lacostes, “para fazer a guerra”; frase que soa como trombeta, som de alerta para os que creem na possibilidade da elaboração do conhecimento geográfico que se inclina na busca de compreensão da essência humana. O propósito é imprimir um discurso geográfico, em direção ao objeto da Geografia que, mesmo essencialmente histórico foi construído, contraditoriamente, sob a égide da naturalização do social: este é o desafio, a barreira que se pretende transpor nesta tese.

O modo de produção da vida material é entendido sob o viés marxiano, ou seja, o social e o político estão submetidos ao crivo do capital, sustentados em contradições. Se o real é contraditório no seu eterno fazer e (re)fazer-se, a geografia do sertão é concretude desse movimento, devendo-se portanto, buscar a explicação do mesmo como princípio da compreensão, lembrando as afirmações de Marx (1987, p. 16) que:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição da representação.

O ponto de partida - Feira de Santana - é a escala de análise, lugar que serve de alicerce para a busca do conhecimento sobre a formação territorial do sertão, uma contribuição geográfica sobre um passado-presente carente de explicação. Este município serve de síntese e resultado enquanto espaço territorial, porquanto a intencionalidade da (des)valorização do espaço do interior da Colônia e faz crer que

a análise geográfica pode trazer explicações sobre a totalidade do território brasileiro.

Nesse sentido, pesquisar a formação territorial do sertão, tendo Feira de Santana como enfoque principal da investigação implica em trazer à luz do materialismo dialético, parcela do espaço brasileiro que ainda não foi geografizado. Não há pretensão de fazer longas digressões teórico-conceituais, mas apresentar reflexões com o intuito de contribuir para o entendimento do objeto da investigação, lembrando que a pesquisa tem como rota de percurso o descerramento da realidade, buscar a raiz da questão, ser radical, uma perspectiva anunciada por Karl Marx.

Ao fazer uma análise geográfica foi possível reconhecer que na cartografia do sertão predomina a abordagem histórica, mas, os levantamentos cartográficos desde o início da colonização têm como finalidade precípua garantir a posse do território. Os limites são delineados para demarcar a fronteira, explicitando o objetivo geopolítico da coroa portuguesa.

Escolher o método indica a responsabilidade do pesquisador na busca da “verdade” do conteúdo a ser desvendado, quando se tem por meta a produção do conhecimento sobre a realidade que é teórico-prático, ou seja, *práxis* que se institui na relação do sujeito com o objeto. Essa, concebida no percurso da história, denuncia o movimento da sociedade que se transforma ao transformar o mundo. História que é ciência, pois na visão de Karl Marx, todas as coisas se (re)produzem, tendo por base o contexto histórico: ciência que é conhecimento, pois desvenda a essência da realidade, driblando os meandros da aparência, o escamoteamento do real.

O método dialético tem a contradição como lei precípua, entendendo-se que a totalidade em que a realidade se inscreve, traz em si, forças contraditórias que se interpenetram, esses são os princípios que guiarão o processo de investigação. A contradição expõe o choque entre contrários, indicando uma unidade do real, início e fim ao mesmo tempo, negação-afirmação, movimento que se dá em três tempos: tese-antítese-síntese, semelhante ao mover em espiral, então o sertão-litoral, é o par dialético que define o movimento determinante da formação territorial do espaço investigado. (CONCEIÇÃO, 2010).

Cheptulin (2004), afirma que:

(...) os contrários caracterizam uma única e mesma formação, uma única e mesma essência, eles devem necessariamente ter muitas coisas em comum, coincidir em uma série de propriedades essenciais porque, em caso contrário, sua interação não poderia criar uma contradição dialética viva, não poderia tornar-se o fundamento da existência do fenômeno qualitativamente determinado correspondente.

Em todo objeto encontra-se nele mesmo a contradição, ou seja, o oposto necessário à sua própria existência, na visão de Lefebvre (2011), porque nenhum objeto é completo ao ponto de terminar em si mesmo, porquanto negativo e positivo é ao mesmo tempo unidade da totalidade: um existe para o outro se fazer existência. Essa reflexão implica em afirmar que: *“toda negación es así, para la afirmación inicial e inmediatamente formulada el comienzo de determinaciones nuevas. Em el ser y em el pensamiento la negatividade es creadora, raíz del movimiento, pulsación de la vida”*. (LEFEBVRE, 2011, p. 18).

A opção pelo materialismo dialético como método decorre da especificidade do objeto pesquisado, pois é ao mesmo tempo, pergunta e resposta sobre a realidade a ser respondida. Assim, estuda-se o objeto como totalidade, considerando o movimento como um atributo da matéria, como uma propriedade básica.

A metodologia científica, aqui reivindicada como geográfica, é apenas a forma escolhida para interpretação do real-concreto, o caminho a percorrer na busca de uma resposta que é supostamente “verdade científica”: verdade pelo rigor acadêmico, porém aberta as novas respostas/verdades, mediante ao que é acessível ao pesquisador.

O Método reúne ao mesmo tempo a determinação do caminho a seguir no processo de investigação e a opção ideológica, tendo em vista a interpretação do mundo de forma coerente, articulada numa visão de totalidade, compreendendo que

(...) numa totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade. Isto porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são as determinações, dispostas em relações, que perpassam e completam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade, isolados seus elementos entre si e em relação com a totalidade e desconhecidas suas leis, não for possível captar a amplitude de determinações ontológicas das partes e da totalidade –

determinações que só podem ser apreendidas se a análise percorre a transversalidade essencial do todo. (CARVALHO, 2008, p. 52).

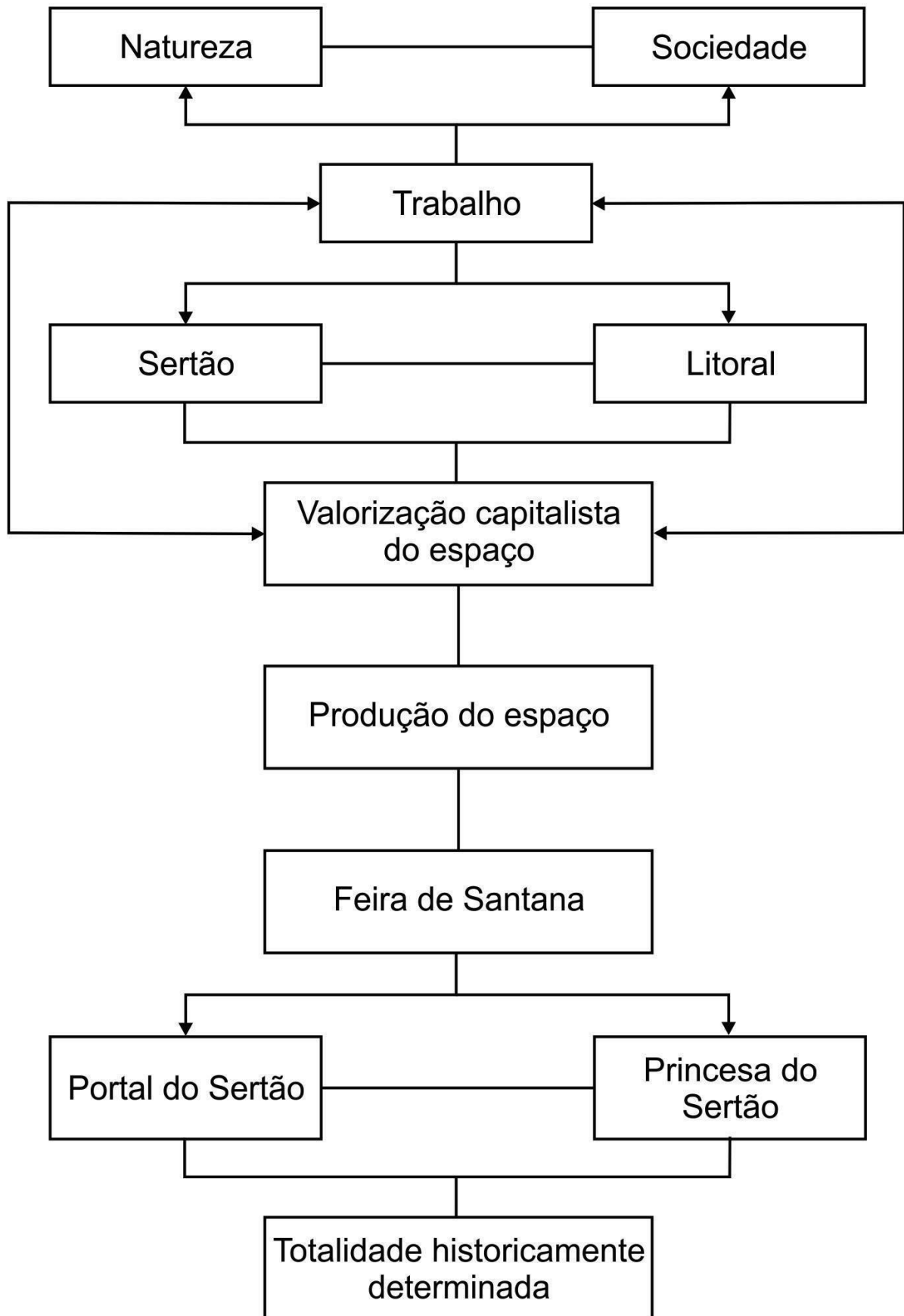
Encetar uma análise alicerçada na totalidade permite o entendimento sobre o Sertão-litoral que em bases dialético-marxianas é uma unidade concreta, espaço onde as contradições estão em interação, cada parte do todo em relação que compreende a realidade. A interpretação dessa realidade, implica em escólio teórico, explicação do mundo articulado e não fragmentado.

A pesquisa, portanto, compôs um caminho difícil de ser percorrido, pois a tendência da Literatura e também da Geografia é elaborar a explanação deste espaço de forma seccionada, cada um dito e escrito com características próprias que se diferenciam na aparência, de tal forma que substitui a essência. O visualizar do objeto superficialmente não torna possível a transposição dos seus limites externos. Conhecer as partes pressupondo a reciprocidade como afirma Carvalho (2008), deve ter como meta a observância das interligações dos seus elementos: sertão-litoral, espaço-território.

Nesse azo, o compromisso assenta em delinear a totalidade social/espacial em bases marxianas quando a análise sobre o objeto – Feira de Santana a Princesa do Sertão - tem como fundamento o todo estruturado e historicamente determinado. Cada especificidade, ou seja, as partes analisadas e entendidas sob o viés das mediações, pelas quais permitem explicitar as conexões existentes entre elas. E se para Karl Marx a categoria Trabalho se institui enquanto mediação que determina a relação Sociedade-Natureza, diante da problemática abordada - as especificidades litoral-sertão – posiciona-se o ponteiro no atributo do Valor do Espaço e o define como intermediário, porquanto inscreve o conflito entre os limites territoriais sertanejo-litorâneo. (FLUXOGRAMA 1).

Tais limites projetam o território então definido como objeto de estudo. Sertão-litoral, totalidade estudada sob a base dialético-materialista, como unidade concreta, espaço onde as contradições estão em constantes interações, inseparáveis, indissociáveis. Assim, busca-se decifrar a produção do espaço sobre Feira de Santana porquanto “estruturado e historicamente determinado”. (BOTTOMORE, 1988, p. 381).

FLUXOGRAMA 1 - MEDIAÇÃO: MODELO ESQUEMÁTICO



Não se propõe a interpretação da realidade como algo dado, coisa pré-existente ou condição *a posteriori*, mas trazer à tona a certeza da produção do conhecimento, compreendendo que ao invés da ciência se arvorar e oferecer respostas prontas, ela deve estar em constante expectativa das certezas que estão em movimento permanente: isso é a essência da verdade científica, e é talvez por esse motivo que a produção do conhecimento se torne tão atraente, tão esplendorosamente sedutora, conquanto uma resposta às questões levantadas são a condição da dialeticidade, da existência do objeto, portanto, jamais eternamente estável. Nessa perspectiva, considera-se que não se pode revelar respostas objetivas, ou fechadas, mas indagações resultantes da inquietação que impulsionou o desejo de investigar o objeto no seu eterno fazer e (re)fazer-se, enquanto uma construção histórica.

A concepção da História de Marx representa uma inexorável ruptura com a concepção natural, de uma ciência que rejeita o desenvolvimento histórico. O intento geográfico dessa tese é garantir, com o materialismo histórico dialético, a explicação das transformações no espaço territorial desde o período colonial, tendo o modo de produção material como determinante da produção do espaço, lembrando as afirmações de Marx (1987, p. 4, grifo do autor)

Quando se trata, pois de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso querer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de *uma* determinada época histórica, da produção burguesa moderna (...). Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns.

Partindo dessa premissa, a leitura dialética da realidade permite escrever sobre a (re)produção do espaço e da sociedade, onde estão imbricados o político, o social e o econômico estruturando uma unidade, o passado-presente-futuro de forma indissociável, profundamente interligado, a tal ponto que a essência é uma e indivisível.

Para Mészáros (2011, p. 2 e 3),

Ignorar o caráter correlativo da estrutura e da história acarreta as mais desastrosas consequências para a produção teórica, pois uma

abordagem anti-dialética resulta necessariamente ou numa descrição anedótica e filosoficamente irrelevante dos fatos e personagens históricas, que apresenta sequência cronológica ‘do antes e depois’ como contendo em si a sua auto justificação narrativa, ou num culto mecânico do ‘estruturalismo’.

A totalidade do objeto, ou seja, Feira de Santana, Princesa do Sertão, em contraposição ao litoral, é a prova cabal que sertão e litoral é a unidade dos contrários: um todo em que as partes estão interconectadas e em movimento tal que expõe as contradições inerentes, enquanto o conhecimento sobre o mesmo se dá sob o viés da reciprocidade.

Isto porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações, que perpassam e completam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputa a totalidade, isolados seus elementos entre si e em relação com a totalidade e desconhecidas suas leis, não for possível captar a amplitude de determinações ontológicas das partes da totalidade – determinações que só podem ser apreendidas se a análise percorre a transversalidade essencial do todo”. (CARVALHO, 2008, p. 52 e 53).

A leitura sobre a realidade estudada comprova esta inter-relação, quando o social, político, econômico e espacial, etc. se entrelaçam, impedindo qualquer possibilidade de separação. Contrapõem-se, portanto, a compreensão da realidade, escrita de forma cronológica, linear, a visão cartesiana, com continuidade consequente, resultante de etapas estanques. A abordagem dialética possibilita antever que há relação entre a continuidade e descontinuidade das determinações objetivas da história-geografia: tempo espaço do existir universal.

A produção e valorização do território, objeto desta análise, na perspectiva ora eleita, abomina toda e qualquer abordagem mecanicista e reducionista da leitura espacial, porquanto, na visão de Mészáros (2011, p. 3), desprovida “de qualquer significado explicativo real no que se refere ao desenvolvimento social”. Rigor científico que independe das bases positivistas, da racionalidade moderna, de viés newtoniano-baconiano-cartesiano, da linearidade que propõe verdades, consideradas superiores a realidade em si. Trata-se de propor um caminho que supere a crise paradigmática que assola a ciência; não apenas uma metodologia, mas um método de análise da realidade posta em questão, uma forma de perquirir

as especificidades do objeto, observando o todo articulado, traspassado por contradições. Questiona-se, portanto, a leitura do objeto que se apresenta de forma estática, porque tal visão estática/estranha tem por propósito escamotear a essência conflitiva, a contradição inerente a ele.

Essa concepção traz a certeza de que definir o método é um imperativo e impõe-se como uma necessidade, porquanto preocupação em buscar o rigor científico na produção do conhecimento. Busca-se neste trabalho elaborar um discurso geográfico, considerando as diferentes tendências, no âmago sinuoso da Geografia, que implicaram em mudanças de paradigmas ao longo do processo histórico, com evidentes rebatimentos na produção do conhecimento científico. É uma análise espacial, conquanto os conceitos de Espaço e Território foram discutidos em bases concernentes a dialeticidade, convergindo para uma reflexão especificamente geográfica. Nesse sentido, o diálogo com o objeto permite ter como princípio a ideia de que a realidade deve ser explicada como processo em que natureza e sociedade estão em constante movimento não sendo possível considerá-la como um conjunto de coisas acabadas. Movimento universal da unidade dos contrários, refletida no desenvolvimento em espiral; nesse contexto ocorre a transformação da quantidade em qualidade.

Sertão e litoral são analisados como continente e conteúdo. O movimento universal dessa unidade dos contrários, enquanto contraposição perpetuada e perpetrada ao longo do processo histórico reflete tão somente os interesses idealistas da interpretação do mundo. Descarta-se a dualidade presente na racionalidade moderna ocidental e assume-se o encargo de revelar o que se pretende enquanto *práxis*.

O método permite conceber a negação da negação sertaneja-litorânea como indiscutível totalidade, antevendo o movimento de constante transformação do todo; uma relação concernente a interpretação dos contrários. A assunção do método dialético, então, teve como finalidade perquirir, esquadrihar minudentemente o objeto, obtendo-se a elucidação radical encaminhada pela criticidade na análise. Esse não foi utilizado com estratégia técnica ou instrumento, visando resultados que refletissem a leitura empírica, porém como uma visão de mundo, um conduto para obter a revelação do real-concreto.

A leitura dialética que se propõe indica o espaço e o tempo como categorias de análise e contrapõem-se a visão empirista da realidade. Nessa perspectiva, defronta-se com a concreticidade fruto de um processo do conhecer diretamente vinculado a inter-relação sujeito-objeto, com o objetivo de construir uma síntese. O método nesse íterim, é responsável pela direção dos veios elucidativos de uma realidade complexa, porém cientificamente explicável.

Compreendendo também como fundamental a definição conceitual, parte-se então, da reflexão sobre a totalidade do objeto, separando os conceitos que representam a sua essência, e, ao mesmo tempo permitissem a produção do conhecimento: território e sertão se estabelecem como contorno da totalidade que é objeto da investigação: Feira de Santana - constitui o alicerce para o debate sobre a valorização do espaço.

Pensar a produção do espaço de Feira de Santana, entretanto significa refletir sobre as relações sociais em sua dimensão espacial. A espacialidade analisada como “imaneente à existência constitutiva da sociedade”. (CARLOS, 2011, p. 54). Isso significa que a sociedade se reproduz num espaço determinado, especificamente social porque alicerçado numa dimensão histórica, e em perspectiva escalar. Torna-se necessário, entretanto, entender a reprodução da sociedade em sua totalidade, pois essa se apropria “do mundo enquanto apropriação do espaço”. Reprodução do espaço significa perpetuação da vida: essa é a intenção que substancia a explicação do espaço feirense.

O viés marxiano proposto para a pesquisa não pretende colocar a teoria como modelo de análise, mas buscar no método a possibilidade da leitura da totalidade, quando a realidade é explicativa da forma, como a sociedade ao se apropriar do espaço, apropria-se do mundo, reproduzindo a sua própria condição de existência.

O materialismo histórico dialético, porém, não é uma aquisição metodológica apenas para fazer valer a cientificidade do conhecimento, esse serve como deleite para aqueles conscientes e convictos sobre a dialeticidade/concreticidade do mundo, uma consciência que é utópica, permanentemente desejosa por transformação.

Carlos (2011) afirma que Marx oferece condições de refletirmos sobre a produção do espaço, porquanto discute a temática, buscando defender a especificidade dos seres humanos numa perspectiva social e histórica, condizente

com o desenvolvimento histórico da humanidade. Nessa perspectiva, o conceito de produção do espaço tem, em bases marxianas, um duplo sentido: significar uma particularidade do humano e também ter um “caráter histórico”. Para a autora, Henry Lefebvre traz à tona essa dupla abordagem porque explica a produção material, ou seja, a “produção do espaço como condição da reprodução da vida social” e também o “processo de subjetivações”. (CARLOS, 2011, p. 56)

A explicação sobre o sertão só se tornou possível na perspectiva do método histórico-dialético, porque a leitura sobre o sertão, e, sobretudo, no que diz respeito às bases da formação territorial, é uma necessidade geográfica. Todavia, na escolha do método tornou imperativo o diálogo com outras ciências buscando romper com a disciplinaridade característica do positivismo, conquanto o conteúdo histórico fosse fundamental para escrevermos sobre o passado geográfico, e a produção do território. O entendimento da totalidade contraditória do espaço deve ter como referência a totalidade para compreender e explicar o sertão, concepção que expressa o movimento dialético da sociedade e natureza, assim como, a relação tempo-espaço.

Problematiza-se a realidade com a responsabilidade de iniciar o processo de investigação, levantando questionamentos que ao mesmo tempo viabilizassem a construção dos caminhos para responder as questões que direcionaram a pesquisa:

1. Feira de Santana, a Princesa do Sertão como vazio e condição para depreciação;
2. Sertão como território da acumulação primitiva e da contradição do litoral;
3. Formação territorial de Feira de Santana e valorização do espaço na perspectiva escalar;
4. O desenvolvimento territorial e a modernização do espaço para a reprodução ampliada do capital;

2.1 Território: espaço da realização do poder

Localizar, delimitar, achar o território da Princesa do Sertão impõe ancorar na abordagem territorial, elegendo uma definição conceitual que satisfaça aos

imperativos de resposta sobre o objeto de análise desta tese: o sertão que está além do litoral, mas é ao mesmo tempo, negação da negação, quando explicado enquanto totalidade territorial.

O território, assim como espaço, é categoria de análise que coloca o conhecimento geográfico confrontado com um esforço malabarístico ao imprimir a discussão teórica imprescindível à solução de algo que lhe é inerente, qual seja a alegação da polissemia do termo, considerando esse desvendamento fundamental para a compreensão geográfica da realidade.

Santos (1986, p. 189) afirma ser árdua a tarefa de explicitá-lo, porquanto passível de múltiplas definições, importa prescrevê-lo como espaço de dominação e de conflito, porque o “território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força”. A fronteira o coloca como “um dado fixo” é o lugar ocupado pelo povo que o toma como *lócus* do exercício do poder instaurado mediante coerção. Para o autor, sua extensão é modificada ao longo do tempo histórico adsorvendo contornos deliberados pela “ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas”. (SANTOS, 1986, p. 189) analisa a relação entre espaço e território, e revela território é o local que se faz antes do espaço, porque é a “utilização do território pelo povo que cria o espaço”. (SANTOS, 1986, p. 189). Considera-se, portanto, que são formados simultaneamente porque concluindo a relação sociedade-natureza, nela está impressa também relações de poder.

Espaço e território englobam o edifício teórico da Geografia, estabelecendo-a como ciência. Surpreende o fato de que até o momento há um fazer refazer-se permitindo concluir sobre as (in)definições dos conceitos quando se contextualiza, ou aplica a determinados interesses: por exemplo, situar a Princesa do Sertão no sertão, impõe insculpir no solo - *boden* - traçados cuja autonomia não está submetida a decretos, quando se trata dos deslocamentos da porta de entrada para o interior, sendo assim, não seria considerada território, no entanto, se esse espaço foi formado mediante apropriação, se houve luta, conflito permeando a instalação da colonização, se esse processo implicou em uso da força e poder, então, é território.

Impõe-se um desafio: tratar do conceito de território em meio à diversidade e complexidade imposta, entre a dificuldade de discutir, tendo por base o aporte

antropológico para dar conta da questão cultural, e o da ciência política que cuida das relações de poder. Nessa perspectiva, geografar o território é questão epistemológica que por muito tempo preocupou os estudiosos da relação Sociedade-Natureza por diversas razões: primeiro, porque para explicar essa questão, necessitava-se de instituí-la em um campo científico que se debatia na busca da própria definição da sua essência científica, difícil de ser encontrada no âmbito dos moldes positivistas que a gerou. Segundo, porque originada em bases deterministas-possibilitas a ciência geográfica encontrava-se com a sua primeira contradição, quando a sua essência interdisciplinar não permitia o encontro com o próprio objeto de análise de forma plena, porque a totalidade lhe é inerente. Isso permitiu Santos (1986) apostilar que o espaço é categoria universal e permanente e também categoria histórica, uma condição *a priori* e *a posteriori*; preexiste à existência humana, e ao mesmo tempo, mantém o seu existir em decorrência do subsistir que constrói a sua permanente (re)produção.

O autor oferece importante contributo para a explicação sobre a formação territorial brasileira desde a colonização, no sentido de atualizar as interpretações em bases ocidentais. A gênese do território no contexto do século XVI, sonegava a possibilidade da existência anterior, e a explicação do autor permite abalizar que o espaço colonial existe enquanto condição *a priori*, território explorado, e estruturado para ser território do outro.

O conceito de território, amplamente discutido no âmbito da Geografia, mas diante do contexto apresentado, considera-se pertinente retomar o debate desde Friedrich Ratzel à atualidade sem pretender elaborar um referencial teórico, mas entrever a sua relação com a sociedade e o Estado, para situar o discurso sobre os Territórios de Identidade no contexto atual. Traz-se à tona o viés territorial que se refere à luta e conflito, com o intuito de justificar a discussão sobre o objeto de análise desta tese: o sertão e sua relação territorial com o litoral.

A palavra espaço, nesse turno, é o primeiro conceito que engloba o discurso geográfico, e posteriormente à consolidação do *status* de ciência, constitui o seu objeto. (CONCEIÇÃO, 2010). O território, porém, é uma categoria que também serve de baldrame a ampliação do conhecimento geográfico. Desde o final do século XIX, esse conceito tem assumido diversos significados, e ao integrar o arcabouço teórico-conceitual da Geografia, amplia os conhecimentos desse campo científico.

Inicialmente é lastreado na concepção organicista da realidade, tendo o Friedrich Ratzel como o principal responsável pela abordagem, seus estudos tendem a vincular território ao Estado-Nação, enquanto condição para a seu existir, expandir e fortalecer-se. Analisado enquanto produto da sociedade, compreende apropriação do espaço sustentado na ideia de limite como revelação das relações de poder sobre uma determinada área. É, portanto, espaço de controle, dominação, vigilância. (FREITAS 2012).

Ratzel (1882/1990) traz a origem da discussão sobre território no debate iniciado no final do século XIX que se encaminhava para um viés expansionista, onde, guerra, luta e conflito por espaço é algo natural. As reflexões elaboradas são resultados/resultantes de uma nova forma de conjecturar sobre o significado do espaço usado para fortalecimento do poder do Estado, portanto, a importância geográfica das fronteiras, tendo em vista que, a consolidação de uma Teoria do Estado tem como lastro a formação territorial. Em sua Antropogeografia expõe que a existência do território é condição *sine qua non* para a existência do Estado, referindo-se Estado-Nação, ente que inexistiria sem o território, fronteiras, limites, isto é, essência geopolítica.

Essa questão serve com fundamento para assimilação dos limites territoriais demarcados pela identidade estruturada e mapeada pelos interesses estatais: Região que ressurge como Território, ou pelo menos como receptáculo dos projetos e políticas concretizadoras do planejamento regional.

Sabe-se que o final do século XIX, é expressivo quanto à consolidação do conceito de território sob o ponto de vista geográfico, pois este assume novos significados e passa a integrar de forma mais efetiva o arcabouço teórico-conceitual desta ciência, alicerçado numa concepção organicista da realidade. Friedrich Ratzel, responsável por esta abordagem - associa o território ao Estado-Nação, como sendo uma condição para a sua existência, expansão, e fortalecimento. Escreve no último quartel do século XIX, período crucial para o processo de unificação territorial da Alemanha. Os conteúdos de suas assertivas são justificativas políticas para a realidade que se apresentava. O político se sobrepõe ao econômico e social, absorvendo estes dois campos numa perspectiva de totalidade, quando conclui, que o Estado é o único capaz de definir os limites territoriais. Que valor do espaço teria aquele em que não possui a forma de Estado nacional nos moldes europeus?

Considera-se que isso fluiu em meandros pouco sinuosos, onde o desaguar se estabelece no estuário do poder, amplidão de mar crescente, aberto, que alimenta a sede dos integrantes da coroa portuguesa. Forma-se a unidade do/no Estado-nacional.

Depois de assim formada, esta unidade vai crescendo gradativamente até alcançar a amplitude dos impérios mundiais, que se estendem por continentes inteiros, e pode ser ainda que este incremento não tenha atingido seus limites extremos. (RATZEL, 1990, p. 77).

Descreve, caracteriza e reafirma o papel dos colonizadores, conquistadores de terra e formadores de territórios. Mostra que os impérios formados são respostas de um projeto de poder, previamente elaborado e posteriormente executado.

Termo polissêmico tem na sua essência a dificuldade geográfica da definição e até mesmo da delimitação no sentido de dizer sobre as diferenciações entre este e o espaço geográfico. Não é uma tarefa fácil desvendá-lo, tal questão é defendida por Santos e Silveira (2001, p. 20), ao afirmar que “interessa discutir (...)então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território.”

Palavra de origem latina – *territorium*–deriva diretamente do vocábulo terra. Haesbaert (2004, p. 43) assinala que “era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (...) como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa”. Etimologicamente, também está atrelado ao termo *terrifer*– de origem francesa – que corresponde ao “direito de aterrorizar”. Ao buscar a etimologia tem-se por propósito chegar ao seu conteúdo, considerando que a história revela essência sobre a qual foi construída. Se a palavra é densa de significados, passando a conceito, indica o imperativo da explicação sobre a realidade que ela integra: território, lugar de poder, dominação correspondente ao espaço em que, um determinado grupo é expulso, ou recomendado a não adentrar naquele limite, indicado como fronteira do “outro”, isto é, efetivação do real com ações mediadas pelo terror. Nesse sentido, pode-se deduzir que a base linguística associa sua acepção à apropriação do espaço pela sociedade: território é, portanto, *locus* de conflito. (FREITAS, 2012).

As transformações nas últimas décadas implicaram, entretanto em transformação no substrato territorial, reafirmando que é o mercado quem delimita as fronteiras territoriais. No século XXI, a influência da pós-modernidade, direciona uma definição que tem por base a multidimensionalidade e a multiescalaridade, quando os lugares são pensados, definidos, delimitados, sob o viés da pluralidade: assim, o espaço torna-se segmentado, a partir da funcionalidade, mas a análise territorial permite concluir que o território é tão somente, espaço de guerra, campo de luta, terreno que Sun Tzu (1996, p. 93), no século VI a. C., mostrava a importância do conhecimento sobre o mesmo como estratégia geopolítica, então:

1. O terreno pode ser classificado segundo a sua natureza como acessível, falacioso, não-decisivo constrito, íngreme e distante.
2. O terreno que tanto eu como o meu inimigo podemos atravessar com igual facilidade é chamado acessível. Nesse terreno, aquele que primeiro tomar posições elevadas do lado do sol, convenientes às suas rotas de abastecimento, pode lutar vantajosamente.
3. O terreno que apresenta facilidade para sair, mas dificuldade para voltar é falacioso. A natureza desse terreno é tal que se o inimigo estiver despreparado e o atacares, poderá derrotá-lo.

Na colônia brasileira, sesmeiros, bandeirantes, capitães! Ilustres seres comandantes da colonização. Quão importantes fostes para a consolidação do território nacional brasileiro, a conquista do terreno, atravessando-o, buscando acessibilidade, aproveitando o brilho do sol para enxergar novos caminhos. A extensão continental é surpreendente, tanto quanto o império que formastes, atingindo limites em que a extremidade defronta-se com a barreira dos Andes, de outros impérios, exemplo comprovado da luta por território, do conflito do seu próprio existir.

Na Bula *Inter Coetera* e no Tratado de Tordesilhas, estava previsto que a luta era constante, permanente. O Estado-nacional europeu é o atributo para submeter e se sobrepor às sociedades que se organizavam a partir do território, e buscavam a sobrevivência através da caça, coleta, pesca, configuravam os limites e fronteiras, mas as afinidades sedimentadas nos laços de parentesco, apesar de ser condição única para o fazer político e social, não é suficiente para garantir o fundamento territorial desta tipologia de Estado.

Em 1882 Ratzel (1990, p. 80, grifo do autor) definiu território como uma categoria histórica, pois, “sendo um fator constante em meio à variação dos acontecimentos humanos, *representa em si e por si um elemento universal*. É por isso que sua importância na história foi primeiramente reconhecida através da filosofia”.

Enquanto categoria universal e permanente, portanto, histórica, não pode prescindir de ambiente físico; é nesse instante que a Geografia e História se entrelaçam com a responsabilidade de expor uma totalidade espacial, um dado concreto, lócus do “desenvolvimento das formas sociais e políticas que tendem a ocupar espaços cada vez maiores”. (RATZEL, 1990, p. 80). Base da formação do Estado que segundo o autor, ao ampliar os seus limites, não se expande apenas territorialmente, mas igualmente a sua força, riqueza e poder e, enfim, a sua permanência e existência. Não há discussão sobre o econômico no debate proposto, porque prioritariamente político, mas oferece elementos para comprovar que o Estado português tem no território, as bases políticas, econômicas, e sociais.

O traçado dos limites de Tordesilhas conduz para a reflexão sobre o olhar geográfico de Ratzel (1990) quanto à leitura a respeito dos limites territoriais. A sua análise indica os interesses políticos sobre a formação territorial, o solo enquanto base concreta da atividade política do ser humano, na construção do espaço de lutas, vitórias e derrotas. Essa é a justificativa sub-reptícia à expansão portuguesa, para a apropriação do território estrangeiro: um Brasil que emerge do conflito entre os “povos testemunhos” e os “povos novos”, na visão de Moraes (2000). Considerando que os primeiros deveriam se colocar na posição de submissão ao segundo. Sabe-se estar diante da concepção determinista, mas não se pode negligenciar que a visão naturalista reflete uma leitura alicerçada na prática: povo que “herdou” o território como resposta do destino.

É inegável que a ciência geográfica sistematizada no século XIX traz o território como categoria de análise. O conteúdo naturalista respalda todo o percurso da construção teórico-conceitual. A formação do Estado-Nação subjaz a existência do território, este, condição a priori, lócus que promove e amplia, estrutura uma unidade, e se sobrepõe a sociedade como consequência da centralização do poder, e a posteriori, pois garante o poder do Estado: submeter o outro é condição para a permanência do Estado.

Pode-se afirmar que a relação entre povo e território tem um significado especial constituindo um paradoxo, porquanto são inversamente proporcionais, porque a leitura de Ratzel indica que crescimento populacional reduz o espaço territorial, mas a densidade populacional é, portanto, fator preponderante para a sua existência e permanência. Manter o povo em união entre si e separado dos outros povos em um substrato territorial, corresponde a luta constante da civilização que deseja permanecer subsistindo, sob o lastro do conflito, produzir espaço em meio a luta de classes, refletindo a existência da desigualdade.

2.2 A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado: a possibilidade da unidade sertão *versus* litoral

A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado interpreta a essência da totalidade existente entre as diferentes etapas e, se o desenvolvimento é desigual e combinado, é o movimento que explica as contradições. Como separar sertão do litoral, a sociedade do espaço, os sujeitos políticos do território? A ausência da leitura dialética sobre a realidade denota que o conteúdo histórico estaria progressivamente sendo excluído da análise geográfica, apontando para a existência do tempo fragmentado, desarticulado, colocando as temporalidades no plano do indivíduo e não da sociedade.

A essência da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado se constitui em demarcar, dispor as partes principais do caráter contraditório da combinação das peculiaridades do todo, por exemplo, ao abordar a desigualdade no desenvolvimento técnico entre o sertão e o litoral, não se descobriu desproporções entre ambos, mas peculiaridades, quando a desigualdade existente, vai exigir que uma das partes dê um salto de qualidade - queimando etapas históricas - para estabelecer a unidade.

Princesa do Sertão, *lócus* da formação territorial situa-se na área de transição entre sertão-litoral, não obstante, é a totalidade espacial onde a desigualdade “lei mais geral do processo histórico” desponta com pungência, compelindo a combinação de distinta valorização do espaço, amalgamando o atrasado e o moderno como consequência da desigualdade dos ritmos no desenvolvimento em bases capitalistas. (TROTSKY, 1978).

Percebe-se que a colonização foi impiedosa com relação a esse processo e não conferiu nenhuma oportunidade, ou a mínima chance aos habitantes do sertão. Poderiam os colonizadores aplicar uma pena mais branda ao “delito” do sertanejo, pelo fato de ter-se feito sertanejo. Quando se trata de ampliação do capital mercantil, a lógica da acumulação replica as perversidades necessárias aos ditos “atrasados”. O sertão é projetado para o litoral em caráter de inferioridade, tendo em vista a sobrevalorização do litoral como uma exigência à solução da empreitada portuguesa, uma condição ao cumprimento da tarefa a que foram confiados pela Coroa quando se destinaram a terra que elegeram como Colônia.

Para Löwy (1995, p. 73) a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado é “uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo”, uma contribuição à teoria marxiana, ampliando a discussão sobre a dialética, porque Leon Trotsky procura enfatizar e dar conta das contradições inerentes à sociedade capitalista dos países que estão submetidos a lógica do imperialismo.

Segundo Trotsky (1978, p. 23):

Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distancias que, no passado, separaram estas diferentes armas.

Isso ocorre, na opinião do autor, porque é o modo de produção capitalista que demarca as determinações do progresso da sociedade. Esta Lei foi referenciada metodologicamente quando se trata das temporalidades históricas no âmbito da pesquisa. Explicar o desenvolvimento territorial só se tornou possível, retomando a discussão que Trotsky (2007) realiza em sua tese sobre a Revolução Permanente. Tomando o debate como referência pode-se inferir que o desenvolvimento pode fatalmente ocorrer sem atender a nenhuma linearidade, negando-se a ideia de progresso. A dialeticidade da história, da produção do espaço, permite concluir que sertão e litoral, chão que se converte em território institui a comprovação da inexistência da compreensão evolucionista de uma dada realidade. Etapas históricas

que são percorridas em saltos que são dados “por cima das etapas”, negando todo o constructo positivista, quando o autor afirma que:

É absurdo dizer que não se pode saltar as etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima. E, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. (TROTSKY, 2007, p. 164).

Sabe-se que são várias as teorias que têm como objetivo explicar o desenvolvimento desigual, mas a origem da discussão são as teses de Karl Marx. Os textos de Leon Trotsky permitem concluir que são sustentados nos escritos marxianos, portanto partem do método das contradições.

Smith (1988) expondo o que denomina de “Dialética da Diferenciação e Equalização Geográficas”, explicita em detalhes os estudos que explicam a forma escalar da expansão do capital a partir do desenvolvimento desigual e combinado, afirmando que as “tendências contraditórias para a diferenciação e para a igualização determinam a produção capitalista do espaço”. É essência do modo de produção capitalista que esculpe a paisagem registrando o “desenvolvimento desigual.” (SMITH, 1988, p. 149). Registra, assim, a Geografia do capitalismo, precisando uma concepção sobre espaço.

Entende-se que a valorização do espaço perpetrada no contexto da colonização, evidencia a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista que torna patente a contradição. É segundo o autor a “diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos de divisão territorial do trabalho [que] deriva da divisão social do trabalho mais geral”. (SMITH, 1988, p. 159). Essa, porém, é repleta de complexidade ao mesmo tempo é escamoteada, enquanto divisão territorial do trabalho no âmago do capitalismo, ou seja, um constructo para diferencia/separar os espaços.

Tais reflexões permitem compreender que a separação entre sertão e litoral, não se origina com o capitalismo, mas existe enquanto particularidade da contradição deste modo de produção.

Smith (1988, p. 150 e 151) esclarece que:

Marx reconheceu a universalidade do trabalho como um atributo natural da existência humana, mas toda a sua análise do capitalismo dependia de separar a propensão natural ao trabalho das formas social e historicamente determinadas do processo de trabalho sob o modo de produção capitalista. É, sem dúvida, uma marca registrada da ideologia burguesa universalizar as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista em relações permanentes, ‘naturais’. Isso também vale para o desenvolvimento desigual.

A universalidade do capitalismo, na atualidade, aprofunda a desigualdade combinada, naturalizando a divisão territorial do trabalho, separando natureza e sociedade litorâneo-sertaneja, premissa básica para a reprodução ampliada do capital. O espaço é seccionado, dividido, fragmentado para atender aos ditames do capitalismo, transformando-o em mercadoria enquanto a própria expansão geográfica o faz perder o seu sentido social.

Segundo Kosik (1989, p. 18, grifo do autor):

A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo *revolucionário* a realidade humano-social porque ele próprio é o produtor *desta última* realidade.

Dessa forma, busca-se desvendar a lógica que orienta a conexão das partes, rejeitando qualquer possibilidade de fragmentação, ou explicação parcial dos conceitos. Não se pretende colocar essa discussão como finalizada, ou mesmo assegurar respostas acabadas, aspecto que inviabilizaria os caminhos da elaboração do conhecimento científico, porquanto o interesse sobre a verdade considera a relativização. A investigação conduziu para a análise do movimento do todo – litoral sertão – no sentido de revelar a unificação, em que “as contingências, as circunstâncias e os acidentes” se apresentam articulados. (CARVALHO, 2008, p. 56). Conhecer a realidade, então, mediante a produção do conhecimento que se pretende criador, e certo de que se volta para a construção do sujeito.

2.3 Feira de Santana: a escala de análise

A análise escalar propõe a escala geográfica como instrumento metodológico, abordado sob o viés da totalidade. A metodologia escalar constitui o aporte tomado

para analisar a diferenciação projetada entre o sertão e o litoral, especificando as dimensões espaciais e territoriais no âmbito da sociedade capitalista numa perspectiva dialética. Esses são referenciados como território para a produção do capital e a escala como categoria de análise para explicar as relações espaciais.

Essa discussão remete à questão da escala temática que passa a integrar o debate no campo da Geografia desde a década de 1970, avaliando-se a sua importância para o entendimento das dimensões políticas na produção do espaço. Especialmente para esta ciência, o objetivo é percorrer caminhos que evidenciem as manifestações das diferenças espaciais, destarte considera-se uma referência importante para fundar os diversos níveis de análise das relações global-local, tendo em vista que a acumulação capitalista não cria espaços de igualdade, mas desigualdades e diferenciações.

Gomez (2006, p. 235) enfatiza que desde a década de 1980, observa-se o início das discussões geográficas sobre a questão da escala com os trabalhos de Peter Taylor e Neil Smith, atestando que foram importantes para alavancar o debate porquanto as reflexões se voltavam para o entendimento desta categoria como um conceito político. Segundo o autor, Neil Smith encaminha o debate sobre poder, diferença e capitalismo, realizando a leitura escalar como um caminho para discutir o “poder e a diferença no âmbito do capitalismo”. Nesta década o marco é o estudo do espaço quanto a relação global *versus* local, mediada pelo avanço tecnológico que Milton Santos denomina de meio técnico-científico e informacional, assinalando a capacidade que tem esse aparato de estruturar relações em rede, aproximar os espaços e diminuir o tempo.

Nos anos de 1990 há uma significativa ampliação do debate em diversas áreas do conhecimento como a Sociologia, Economia e Ciência Política, circunstância em que a escala geográfica se estabelece como significativamente importante ao fornecer elementos básicos para explicar as relações de poder e desigualdade espacial alicerçada no modo de produção capitalista. Buscava-se, então, explicitar a forma como o local, regional e o global estão posicionados na esfera da acumulação, da mundialização do capital. Submetido ao mesmo tempo a crise estrutural trucidada a possibilidade de aproximação dos espaços, porque viabiliza o aprofundamento da desigualdade: desenvolvimento desigual na sociedade de

classes, que no entendimento de Smith (1988) é peculiar ao padrão de acumulação do capital. (CEBALLOS, 2003).

Smith (1988, 2000, 2001) parte do princípio que mediante a leitura escalar é possível explicar as diferenças espaciais e as relações desiguais de poder no âmbito do modo de produção capitalista, sendo assim, “a construção da escala geográfica é um meio primário mediante o qual ‘ocorre’ a diferenciação espacial”, destarte, a “compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial”, além disso, “a construção da escala é um processo social”. O autor chama atenção para uma necessidade teórico-prática essencial ao fazer geográfico, quando se pretende a análise do objeto da geografia na sua essência. (SMITH, 2000, p. 139).

Harvey (2006) elabora uma análise da realidade socioespacial, apresentando o que considera dois aspectos importantes, ou seja, ‘a produção das escalas espaciais’ e a ‘produção da diferença geográfica’. As suas reflexões são dirigidas para que se possa ter clareza de um lado sobre a necessidade da leitura a partir da escala, mas por outro sobre as dificuldades que se tem em definir e delimitar as fronteiras escalares, tendo em vista a questão local, regional, nacional e internacional. A sociedade hierarquiza as escalas para viabilizar a organização das atividades e ao mesmo tempo compreender o espaço em que vive. A interpenetração das escalas e a simultaneidade oferecem a possibilidade de uma leitura da totalidade do espaço, levando em consideração as especificidades, porém deve-se ter o cuidado quanto à dimensão, velocidade e a capacidade de reorganização dos eventos em cada uma delas, além disso, a perspectiva histórica como caminho a consensualizar a completude da relação espaço-tempo. A fixidez das fronteiras inexistente nessa perspectiva de análise, embora cada escala preserve o fator distintivo pressuposto da hierarquia.

Smith (2000) defende que a importância da escala está em ser uma política especializada, e chama a atenção para a necessidade de definir-se uma linguagem geográfica sobre a diferenciação no sentido de instituir-se uma linguagem espacial. Ao elaborar a análise sobre esse aspecto, assevera que a “divisão do mundo em localidades, regiões, nações” sempre foi abordada como natural, num contexto organizado para negligenciar o debate político sobre a escala. Trazendo a denúncia que em todo o século XX a teoria social colocava o tempo numa posição

hegemônica em relação ao espaço, registra que isso impossibilitava uma leitura mais apurada da diferença espacial, por vezes ignorada ou colocada como trivial, sendo assim, os estudos escalares não se encontravam em evidência na comunidade geográfica. Nessa tese, entretanto, a relação sertão e litoral não é estudada no sentido de hierarquizar tempo-espaço, nem um espaço em relação a outro. A produção econômica perpetrada desde os tempos coloniais até a atualidade não permite outra afirmação senão que é obvia a interpenetração das diferenciações, mesclando, formando combinações espaciais da totalidade espacial. Sertão-litoral é o “todo” (re)produzido pela sociedade em constante formação. A “redescoberta do espaço” alicerçado na teoria social reflete o desenvolvimento de uma “linguagem da diferenciação espacial”, e de acordo Smith (2000, p. 139),

Primeiramente a construção da escala geográfica é um meio primário mediante o qual 'ocorre' a diferenciação espacial. Em segundo lugar, uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial. Em terceiro lugar, a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa.

Desigualdade se constitui um fator de diferenciação, hierarquização que colocava dois espaços, um em frente ao outro numa posição de conflito e combate: o lugar do desenvolvimento era revestido de superioridade em relação ao subdesenvolvido. O primeiro representando o moderno e o segundo o atraso, escamoteando a realidade denunciadora que a condição de moderno é condição de atraso, Discutir o sertão “vazio” e o litoral enquanto escalas de produção impõe uma análise sobre as diferenças espaciais, conquanto a realidade situa-se plantada em diferenciações geográficas e dualidades resultantes de interesses e discursos.

A explicação da relação sertão e litoral busca na leitura escalar o recurso metodológico para explicar a territorialização do capital. O objetivo é apresentar a dimensão espacial do processo de dualidade/desigualdade construído ao longo do tempo. Tem-se a separação necessária onde a acumulação capitalista não se distribui uniformemente através do espaço, mas cria diferenças fixadas no mesmo estabelecendo a totalidade geográfico-espacial. Moderno e atraso são confrontados

separando dois blocos desligados distanciados e o volume de riqueza produzido por cada um funciona com medida de valor do espaço.

A metodologia escalar para o autor coloca escala como critério de diferenciação, tanto no que se refere aos tipos de lugares como entre os lugares. Responder às questões implica em ver Feira de Santana como particularidade sertaneja, e isso pressupõe a produção da escala na proporção em que os espaços são diferenciados, manifestando materialidade espacial, *lócus* de solidificação de processos sociais, políticos, econômicos e específicos.

Cabe a Geografia explicar a produção do espaço com o objetivo de fazer a sociedade entender tão somente os motivos econômicos políticos sociais dos aspectos determinantes dessa produção. A relação sociedade-natureza através do trabalho, na sociedade capitalista vai imprimir a desigualdade fazendo com que a configuração espacial se apresente alicerçada na divisão do trabalho refletindo a contradição de classe, os conflitos sociopolíticos inerentes ao modo de produção.

Para a ciência geográfica, limites e fronteiras são espaços de tensão, de manifestação do poder, confirmando que as escalas implicam em diferenciação e diferença. “É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado”. (SMITH, 2000, p. 145).

Explicar desigualdades e diferenças no capitalismo implica em assumir uma postura política porque no âmago da questão imbricam-se questões teórico-conceituais e ideológicas, pois, são pautadas nas contradições.

O sertão, dimensionado pela teoria da escala geográfica, não se configura como um mero recorte a ser decifrado, mas o espaço/território eleito para o aprofundamento da busca, porque além de procurar corrigir o silêncio sobre o tema específico, pretendeu-se, através do materialismo histórico dialético, explicar a dimensão territorial.

A análise escalar sobre a desigualdade entre o sertão e o litoral busca clarificar, abrir caminhos elucidativos dos elementos que conduzem a depreciação do primeiro em relação ao segundo, tendo como objetivo básico entender a produção espaço/territorial sob o viés da totalidade, tanto as diferenças fruto da formação territorial, quanto às relações sociais e políticas que contribuem para perpetuação.

Grandezas de sertão, veredas do capital que se iniciam no litoral, formando territórios lastreados na divisão do trabalho. Feira de Santana escolhida como escala local, serviu de base para verificação de que os espaços não são fixos, com fronteiras rígidas, ou limites estanques, pois se alargam e se encolhem para atender a dinâmica da reprodução ampliada do capital. Então, propõe-se a análise escalar para responder questões geográficas ao mesmo tempo em que serviu de instrumento metodológico para explicar a totalidade. O sertão dimensionado pela escala geográfica, não é recorte espacial, porém o espaço/território definido para o aprofundamento da investigação.

Entretanto, a definição da escala local é a cidade e o município, porém terminantemente vinculada à escala nacional.

Segundo Smith (1988, p. 195)

Uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital, porque é difícil compreender-se o sentido real da dispersão, da 'descentralização', da 'reestruturação espacial' e assim por diante, sem uma clara compreensão da escala geográfica.

O autor propõe uma leitura da realidade espacial mostrando a importância da escala para desvendar a essência do capitalismo que é a produção de espaços desiguais. Nesse sentido, uma proposta diversa a metodologia escalar, inviabiliza a leitura das contradições na perspectiva da totalidade.

A dificuldade de delimitação do sertão impôs uma condição para elaboração da tese, no que diz respeito à definição da escala em decorrência da sua grandeza, e das veredas que podem ser percorridas pelo capital. Como a análise se encaminha para elucidação do valor do espaço, considerado vazio por aqueles que detinham o poder sobre o chão que se transforma em território, escolheu-se a escala local – Feira de Santana – não como fronteira fixa, mas flexibilizada pela singularidade que traz em si mesma do fazer e refazer-se, (re)definindo limites territoriais, reestruturando-se perpetuamente no interior da escala global/nacional: sertão/litoral, o lugar que projeta a cidade e o município para o mundo, extensão transformada, porque “por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado.” (SMITH, 1988 p. 197).

A hipótese evidencia que o sertão é estudado na literatura como área, espaço e região, porém nesta tese é deslindado enquanto território, considerando que é *locus* do conflito e da perpetuação da luta de classes, concretizando a objetividade do seu sentido político. A categoria escalar, neste sentido, constitui um instrumento metodológico, extremamente valioso na questão proposta para o debate.

Gomez (2006) elabora um estudo da escala geográfica, destacando a dimensão política e relação entre diferença espacial e sua importância quando se faz necessário explicar a dinâmica do modo de produção capitalista. A escala, contudo, relaciona-se à questão do poder, então é fundamentalmente significativa para o entendimento das disputas espaciais, no momento de estabelecer fronteiras entre os lugares, ou seja, “um instrumento privilegiado da análise das relações de poder na sociedade”.

A explicação das relações de poder perpetradas entre o sertão e o litoral, tornou-se possível, enquanto estudo da dinâmica do capitalismo, sob o âmbito geográfico, mediante articulação escalar. (GOMEZ, 2006, p. 5). Nessa perspectiva Smith (2002, p. 140) ao propor a teoria política da escala geográfica, busca em particular, elaborar uma investigação sobre a

(...) estructuración del espacio de acuerdo con las diferentes escalas. (...) la teoría política de la escala geográfica reside en el corazón de una teoría social geográficamente instruida, y que incluso, tal teoría ayuda a situar uno de los dilemas centrales que surgen a partir del post-modernismo: es decir, cómo negociar entre la diferencia y las diferentes posiciones relativas.

A escolha da metodologia escalar resultou das reflexões desenvolvidas nas últimas décadas sobre o objeto da Geografia, especialmente nas disciplinas Tópicos Especiais em História do Pensamento Geográfico; Espaço e Tempo como Categorias Analíticas no Modernismo e Pós-Modernismo Sob o Olhar de David Harvey, ministradas pela profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição, (NPGeo-UFS), e no Grupo de Pesquisa, Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais, sob sua coordenação. Foi especialmente neste lugar de debate que confirmamos a importância de travar um diálogo com os autores que têm como fundamento a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, fundadas nas discussões de Karl Marx, Leon Trotsky e Neil Smith e a importância da escala para o discernimento sobre as particularidades espaciais.

O conhecimento teórico que se buscou ao longo da vida acadêmica sobre a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, permitiu perceber que o par dialético sertão-litoral, torna-se essência de uma totalidade territorial, unidade na diversidade, espaço privilegiado da luta política, antes da efetiva colonização. São lugares diferentes, produzidos conforme as exigências do capital, isto é, a relação sociedade-natureza sob o lastro do trabalho: espaço e tempo, que perdem o sentido, se vistos de forma separada.

A contribuição de Smith (1988) sobre este discurso implica em perceber que há carência de estudos geográficos, pois grande parte dos cientistas sociais, embevecidos com a denominada pós-modernidade, distancia-se do materialismo histórico, e por vezes, nega a sua importância científica. Segundo o autor, o desenvolvimento desigual é uma ‘lei universal da história humana’ – leitura que tem por fundamento Marx e Trotsky, e é essencialmente de base materialista.

Para realização da pesquisa, além da leitura de documentos históricos, pesquisa em Jornais do município, e do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas com profissionais que detêm conhecimento histórico-geográfico sobre Feira de Santana, e o Território de Identidade Portal do Sertão.

2.4 Procedimentos metodológicos: a realização da pesquisa¹

Inicialmente a pesquisa é marcada pela definição de Feira de Santana como escala de análise, porquanto a investigação enveredou para explicar a formação territorial, e a produção do espaço urbano. Sendo assim, buscou-se garantir a liberdade de analisar as duas escalas - cidade e município - sem a preocupação em separá-las, mas, ao longo do texto, de acordo com a necessidade, especificar a perspectiva escalar.

Definida a escala - espacial - de análise realizou-se o levantamento bibliográfico, tendo em vista fundamentar a discussão sobre o objeto, especialmente quanto às questões teórico-conceituais. O arcabouço delineado se insere como um instrumental metodológico necessário ao processo de investigação, quando se pretendeu buscar o conhecimento já produzido com relação ao tema em questão, no

¹ Todas as etapas da pesquisa descritas neste subcapítulo, estão sintetizadas no fluxograma 2, apresentado no final do item.

sentido de ir além, ampliar a discussão existente. A perspectiva escalar permitiu garantir estudar o espaço/território sob o viés essencialmente geográfico sem perder de vista a totalidade, tendo em vista a necessidade de explicar a diferenciação/igualização sertão/litoral, enquanto dimensões espaciais, produzidas no contexto do capital. Para tanto, recorreu-se à leitura de Neil Smith e David Harvey, visando detalhar a diferenciação/igualização e em qual intensidade interpenetraram as especificidades.

A preocupação conceitual concentrou-se na definição do sertão e território com o objetivo de analisar o espaço feirense. Deparou-se nesse momento com a dificuldade em encontrar precisão sobre o significado do termo sertão, na língua portuguesa, processo que impulsionou o desejo em pesquisar e sobretudo conhecer as especificidades dessa realidade. Nessa etapa, concluiu-se por ler o sertão e o litoral como totalidade espacial sob viés da diferenciação/igualização. A questão conceitual se dirigiu para a necessidade de relacionar a formação territorial à valorização do espaço, haja vista o sertão ser discutido enquanto reserva de valor para a reprodução do capital em contraposição ao litoral. O debate sobre o território foi permeado pela explicação da formação territorial e localização do sertão da Feira de Santana, com leitura desde os clássicos às concepções atuais. Nesta fase da pesquisa a Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC), o Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), foram essenciais como espaço de busca de informações em livros, revistas, jornais, etc..

A base metodológica se constituiu a partir do materialismo dialético, delineando os meandros do primeiro caminhar da pesquisa: a totalidade - sertão/litoral foi analisada nessa perspectiva. Teoricamente a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky, serviu de alicerce para a análise da diferenciação/igualização, face à necessidade de demarcar o desenvolvimento territorial e situar Feira de Santana, desde o início da formação territorial até o contexto atual. Definiu-se a escala temporal para análise, observando que o estudo, não foi delimitado na perspectiva de datar um período, para a realização da pesquisa, porquanto tratar-se de uma abordagem dialética. Partiu-se do período colonial, visando a análise em espiral, utilizando-se particularmente das categorias dialéticas geral-particular. Dessa forma, as bases geo-históricas, explicam a formação atual, ou seja, passado-presente da totalidade sertão/litoral. O marco

temporal determinado para o estudo conduziu à leitura de documentos, priorizando os textos da Bula *Inter Coetera*, Tratado de Tordesilhas, Carta de Pero Vaz de Caminha; a Bula indica a apropriação das fronteiras que seriam redesenhadas em Tordesilhas, o Tratado serviu de base para a fundamentação sobre a origem territorial, mostrando uma faceta importante da formação do território brasileiro que teve delimitações empreendidas antes do efetivo processo de povoamento português, assinalando que, entre os limites Norte (Belém) e Sul (Laguna), encontram-se demarcados no documento, o sertão e o litoral. A Carta confere elementos para revelar a unidade sertão/litoral, terra chã² desconhecida, extensa; o texto serviu então, para explicar a importância do solo - *boden* - na constituição territorial. É portanto, o documento de referência para a definição da tese, porquanto o chão transforma-se em território, mediante processo de valorização do espaço.

Recorreu-se a leitura das Cartas de Doação de Sesmarias para evidenciar a excepcionalidades do território estudado. Leu-se diversos documentos, priorizando as Cartas de Doação de Sesmarias que estão nos arquivos do Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde diversas visitas foram realizadas, e sempre que necessário retornava-se para novas leituras e busca de informações complementares.

No Arquivo Público Municipal situado na Avenida Senhor dos Passos, nº 1101, Centro, realizou-se um total de 12 (doze) visitas entre os meses de março e dezembro de 2012, com o intuito de buscar informações documentais sobre a origem de Feira de Santana, assim como, termos sobre possíveis conflitos territoriais no período colonial. Atentou-se para os séculos XVIII e XIX considerando que somente em 1696 foi criada a Freguesia com o nome de Feira de Santana, elevada à categoria de Vila em 1832, e em 1833 à condição de município. Registra-se nessa etapa da pesquisa a disponibilidade e atenção dos funcionários do referido arquivo, porém o acesso aos documentos é dificultado pela forma como estão catalogados e arquivados, e apesar dos problemas decorrentes, o cuidado e delicadeza dos mesmos tornavam a tarefa agradável de ser desenvolvida. Durante a busca, encontrou-se a Ata da Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

² Terra chã, nos dicionários da língua portuguesa significa, chão plano, área ou extensão de terra plana. Nesta pesquisa, é considerada como o solo - *boden* - que serviu de alicerce para a usurpação mercantil por parte da metrópole portuguesa, portanto a base da formação do território que a partir do processo de colonização, passa a ser denominado Brasil.

18 de setembro de 1833, documento consultado e considerado importante por oferecer informações históricas fundamentais sobre o Auto de Instalação, Posse e Juramento à Câmara Municipal da Nova Villa do Arraial de Santa Anna da Feira.

As fronteiras sertanejas objeto dessa pesquisa, têm limites deliberados no início do movimento da pecuária até a consolidação do urbano, impondo a reflexão que campo-cidade, rural-urbano, não se separam no processo de valorização do espaço. Entendidas como construídas e em construção, foram demarcadas pelos contornos territoriais do município, porque a preocupação principal é distinguir a totalidade: estes foram mapeados e constam no texto da tese, especificadas pelo conteúdo abordado.

Outro recurso usado para explicar a totalidade litorâneo/sertaneja de Feira de Santana, são as informações estatísticas. A necessidade de explicar a produção do espaço, exigiu a demonstração da realidade numa perspectiva em que fosse possível a síntese. Optou-se pelo uso de dados sociodemográficos dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente população total, urbana, rural, taxa de urbanização, desde 1872 a 2010, situando Feira de Santana no Brasil e na Bahia. Inclui-se também as estimativas realizadas por Poppino (1968) para o ano 1859, e os números referentes à população total e urbana de Almeida (2006), com relação aos anos de 1872, 1892, 1900 e 1920; os cálculos atinentes à taxa de urbanização e taxa de crescimento da população urbana dessas quatro décadas foram elaborados pela autora. Os números sobre o efetivo dos principais rebanhos do município entre 1980 e 2006, foram organizados a partir dos dados concedidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), publicados nas Informações Básicas dos Municípios Baianos (1980 e 1995), assim como do Anuário Estatístico de Feira de Santana (2000 e 2010), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM-2008). As informações sobre conjuntos habitacionais construídos ao longo das décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000, foram extraídos da Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS), Instituto de Orientação às Cooperativas da Bahia (INOCOOP) e Caixa Econômica Federal (CEF), além dos dados sistematizados por Freitas (1997) e Santo (2012).

Após levantamento das informações estatísticas e leitura de documentos recorreu-se à técnica de mapeamento. Para a confecção dos mapas, os dados

estatísticos foram apresentados em Excel, objetivando uma melhor visualização da evolução dos processos reunidos em números. Em seguida utilizou-se dos softwares de geoprocessamento ArcView 3.3 para processamento dos dados vetoriais, obtidos no banco de dados fornecidos SIG-BAHIA da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), e introdução dos dados tabulares adquiridos no site da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), e, ArcMap (ArcGis 9.2), assim como o Corel Draw X4, para finalização e layout. Por fim, elaborou-se um banco de dados em formato de Sistema de Informação Geográfica (SIG). As informações numéricas foram manipuladas pelo emprego de métodos estatísticos, para a definição da quantidade e intervalos das classes dos mapas, sendo estas definidas em quebras naturais. Os dados cartográficos analógicos, foram digitalizados e georreferenciados para integração ao SIG da pesquisa, sobretudo, para a vetorização e representação de processos geográficos-históricos. No processo de identificação de alguns elementos geográficos e históricos relacionados à ocupação dos sertões do Brasil, foi preciso o levantamento de dados em campo, pelos quais foram obtidas as coordenadas geográficas, para a integração ao SIG e confecção dos mapas.

Para a representação dos fenômenos em diferentes escalas geográficas, foram utilizados os limites políticos e administrativos dos municípios brasileiros (IBGE, 2007), e os limites dos principais rios (BRASIL, 2010). Na escala de Feira de Santana, a delimitação das lagoas, rios e açudes pautou-se em Santo (2012), e a evolução da urbanização em Almeida (1982), Lobão (2003) e Freitas (1997 e 2012).

A produção do conhecimento sobre a questão urbana, o processo de urbanização, industrialização e expansão do sistema viário, tornou necessário a busca de informações em jornais. Fez-se a seleção dos periódicos de maior circulação no município nos períodos considerados mais importantes para a realização da pesquisa. O Museu Casa do Sertão (UEFS), conta com jornais dos séculos XIX e XX, digitalizados e organizados em um banco de dados por ano de publicação, disponíveis para consulta que se estabeleceram como fundamentais para a reunião de informações. Após a leitura dos mesmos, foram registrados no texto da tese informações contidas no Jornal O Município de 1893, Jornal Folha do Norte de 1926, 1935, 1942, 1957, 1968, 1969 e 1976, Jornal Feira Hoje de 1970 e 1987 e Jornal Tribuna da Bahia de 2009.

A compreensão sobre o planejamento urbano impôs a necessidade de analisar o texto do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI-1968), que pelo seu caráter e objetivo, planificava a urbanização e a industrialização, determinando as diretrizes da primeira Lei de Zoneamento nº 631 de 30 de julho de 1969. Buscou-se a leitura do PDLI, especialmente por sua importância quanto as informações sobre planejamento urbano, fundamentais para a elaboração dos mapas da tese, pois consta detalhes da evolução urbana de Feira de Santana. Apesar da importância desse documento apenas uma cópia do volume 1, referente ao texto encontra-se na Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC-UEFS), enquanto o volume 2 que contém os mapeamentos, está catalogado na biblioteca do Museu Casa do Sertão.

A importância do plano assim como do processo de industrialização moderna e o planejamento que se delineia, aparece em diversas discussões e debates na Câmara de Vereadores, colocados como elemento importante para a projeção da cidade em nível nacional e também internacional. Para analisar estes aspectos, fez-se a leitura das Atas da Câmara Municipal de Feira de Santana de 1969 e 1970, obtendo o texto referente as falas dos vereadores. Considerou-se importantes os registros das seguintes Atas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal: A Ata da 32ª Sessão de 20 de junho de 1969, a Ata da 37ª Sessão de 21 de outubro de 1969, a Ata da 39ª Sessão de 23 de outubro de 1969, e a Ata da 9ª Sessão Municipal de 6 de maio de 1970.

O Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé (CIS) foi consultado por considerá-lo fundamental para a explicação do conteúdo urbano de Feira de Santana, relacionado à industrialização. Diretamente vinculado ao PDLI, determina as diretrizes do planejamento industrial baseado na intervenção estatal, desde a expansão urbana - especialmente através da construção dos conjuntos habitacionais - até o zoneamento industrial.

Para a discussão sobre a produção do espaço urbano e territorial de Feira de Santana, procurou-se informações em legislações específicas. No site governo federal recorreu-se ao texto da Lei Complementar Nº 14 de 8 de Junho de 1973, que propõe a institucionalização das nove primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, para relacionar à formação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), através da Lei Complementar nº 35 de 6 de julho de 2011. A cópia do

projeto de criação da RMFS, da autoria do Deputado Colbert Martins, após solicitação, foi gentilmente enviada por sua assessoria através de e-mail.

Na Câmara de Vereadores, fez-se contato com o vereador Beldes Luis Ramos, que muito solícitamente cedeu a cópia da Lei Complementar Nº 75 de 20 de Junho de 2013, documento que redefiniu os limites interdistritais designados para delimitar 06 (seis) novos bairros criados em 2013: Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada, CIS-Norte, Mantiba, Registro, Chaparral, que desligados do espaço rural, dão um passo em direção ao urbano ampliando-o.

Em sites do governo do estado da Bahia, consultou-se o Decreto Nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, responsável pela criação dos Territórios de Identidade na Bahia com o intuito de reunir elementos sobre a concepção do Estado e território, observado os elementos da delimitação territorial na atualidade. Definido o debate sobre a questão territorial, concluiu-se pela necessidade de explicar o processo de formação dos Territórios de Identidade na Bahia, especificamente o Território de Identidade Portal do Sertão.

Em outra etapa importante da escrita da tese, quando se buscava a informações sobre a importância da água para explicar a expansão urbana de Feira de Santana, necessitou-se de subsídios que explicassem os principais elementos motivadores da direção do processo. Precisava-se também, certificar-se sobre aspectos inerentes à relação entre expansão territorial e a questão urbana, para tanto, recorreu-se a técnica de entrevista. A escolha desse procedimento metodológico teve como propósito principal, estar próximo daqueles que participaram diretamente das questões necessárias à investigação.

Gil (1999, p. 117) indica que a entrevista é uma

(...) técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que cada uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Esquadrinhou-se portanto, o diálogo com pessoas que detinham amplo conhecimento sobre as questões que se pretendia esclarecer, levando-se em conta a flexibilidade na coleta de dados que é permitida pela entrevista, valorizando acima de tudo a espontaneidade do entrevistado. Assim, tomou-se esse caminho por considerar um procedimento fundamental para a viabilização da relação de

aproximação, entre quem pergunta e responde, no desenvolvimento da pesquisa, pois o processo de troca de conhecimento, compreende uma forma efetiva de comunicação. A escolha dos mesmos não obedeceu a nenhum critério rígido, porém a certeza quanto ao conhecimento sobre o tema investigado.

Optando-se pelo contato face a face, preparou-se um roteiro, com questões semiestruturadas, focalizando assuntos específicos para cada entrevistado. A definição por essa modalidade originou-se da necessidade de ter-se um roteiro previamente estabelecido, com perguntas definidas, que estavam “prontas”, porém permitiam a flexibilização das respostas, quando os entrevistados tinham ampla liberdade de seguir falando, todavia não de forma diretiva. Nesse procedimento, há uma rápida semelhança com entrevista do tipo não-estruturada, mas apenas quanto ao fato dos respondentes poderem falar livremente sobre o que foi questionado. Dessa forma, ao serem interrogados, respondiam de modo livre, da forma que desejassem, rompendo com qualquer possibilidade de apresamento, enquanto a entrevistadora anotava tudo o que era declarado, ao mesmo tempo em que, com autorização dos entrevistados, gravava o relato. Durante o processo, a entrevistadora buscou não interferir nas respostas, nem incentivar ou direcionar qualquer abordagem, antes que fosse completada a explanação. Assim, pretendeu-se a obtenção de informações com o mais alto nível de profundidade, visando elaborar uma análise qualitativa sobre as respostas. As perguntas foram ordenadas no sentido de acompanhar o delineamento do objeto, mas a preocupação principal era conferir a maior liberdade possível nas respostas, em virtude da presença da entrevistadora, quando, a interação social inerente à técnica de entrevista, permitiu o diálogo, fazendo com que as duas partes – entrevistados e entrevistadora – construíssem dados e informações conjuntamente. A transcrição das mesmas, visou tão somente a análise do conteúdo, particularmente quando a temática e as especificidades do objeto. Para a análise dos relatos, iniciou-se organizando as questões centrais a serem abordadas, refletindo sobre o pensamento do sujeito entrevistado, através do conteúdo expresso nas respostas.

O professor de história e jornalista Franklin Machado, através da entrevista realizada em um encontro no Museu Casa do Sertão, concedeu informações relativas ao conhecimento histórico produzido sobre Feira de Santana, especialmente quanto aos limites da sesmaria da Bahia, onde se localiza hoje o

município, sobre a origem da Fazenda Santana dos Olhos d' Água, Igreja Nossa Senhora dos Remédios e Igreja Matriz - Catedral de Santana -, as tribos indígenas que habitavam a região, assim como, acerca da pecuária. A escolha do entrevistado tem por motivo principal a sua experiência como diretor deste Museu, fato que contribuiu para o amplo conhecimento sobre a formação territorial de Feira de Santana. (APÊNDICE A).

Apesar dos diversos estudos sobre a expansão urbana de Feira de Santana, observando a importância social, ambiental, econômica dos recursos hídricos, identificou-se que apenas, o trabalho monográfico escrito pelo professor do Curso e Licenciatura e Bacharelado em Geografia, da Universidade Estadual de Feira de Santana, Marialvo Barreto, define a água como determinante do direcionamento da ocupação urbana. Ele gentilmente concedeu entrevista, realizada em dois encontros, e nas respostas explicou o que denomina excentricidade do crescimento urbano. (APÊNDICE B).

Quanto à questão territorial, fundamentalmente sobre o processo que deu origem ao Território de Identidade Portal do Sertão, a explicação sobre a relação entre desenvolvimento territorial, Território de Identidade, e consequentemente os elementos definidores e balizadores da identidade sertaneja, as informações foram elaboradas a partir dos relatos da Agente de Desenvolvimento Territorial e da Secretária Executiva do Território de Identidade Portal do Sertão. As duas entrevistas foram realizadas em conjunto, devido a dificuldade de agendamento. Isso não causou nenhum prejuízo porque optou-se por fazer as mesmas questões, tendo em vista o objetivo da pesquisa. O encontro ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado à rua Juvêncio Erudilho 420, Barroquinha, no dia 20 de março de 2013, entre 14 e 18h35 (APÊNDICE C).

O conhecimento sobre o espaço definido para análise impeliu a necessidade de vivenciá-lo, senti-lo experimentá-lo durante a realização da pesquisa. Nessa perspectiva, definiu-se o trabalho de campo como procedimento mais apropriado para se ter uma aproximação empírica. O primeiro foi realizado em dezembro de 2009, numa viagem através do rio Paraguauçu. Saiu-se de Feira de Santana às 7h, chegando à Cachoeira às 8h30, após uma parada em Conceição da Feira. No porto, tomou-se uma escuna de pequeno porte, com capacidade para 20 pessoas, e seguiu-se por 3 horas até a Baía de Iguape, num percurso de aproximadamente 27

Km, até o distrito de Cachoeira, denominada Santiago do Iguape. Este foi fundado por padres jesuítas em 1561, e atualmente vivem remanescente de quilombos - pescadores e pequenos agricultores. A referida Baía é formada pelo alargamento do rio Paraguaçu nas proximidades da foz, recebendo inclusive influência da marés. Antes do almoço, percorreu-se o povoado de Santiago do Iguape à pé, conversando com alguns moradores, e às 15h20, retornou-se para Cachoeira, chegando 18h20. Percorrer o rio, teve como proposta vivenciar o deslizar desse caminho que faz a ligação sertão-litoral, e outrora funcionava como porta de entrada para o sertão. Foi possível visualizar as construções antigas em suas margens, destacando-se, o Engenho Nossa Senhora da Vitória, a Barragem e Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, a Imperial Ponte D. Pedro II, e a Igreja Matriz de Santiago do Iguape. Além disso, no centro da cidade de Cachoeira, foi possível fotografar a Estação Ferroviária nas proximidades do Porto.

Outro momento significativo e fundamental para a escrita da tese foi o Estudo de Campo pelos sertões de Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco, realizado como trabalho de campo da Disciplina Relação Campo-Cidade, ministrada pela profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição do Núcleo de Pós-graduação em Geografia (NPGeo), entre 01 e 04 de dezembro de 2010. Saindo de São Cristóvão, às 8h30, percorreu-se diversos municípios, desde o litoral até os sertões, retornando ao litoral. O roteiro incluiu, Aracaju, Itaporanga d' Ajuda, Lagarto, Simão Dias, Paripiranga, Cícero Dantas, Canindé do São Francisco, Jeremoabo, Paulo Afonso, Glória, Piranhas, Xingó, Jatobá, Garanhuns, Palmeira dos Índios e Arapiraca, tomando o caminho de volta a Aracaju.

Visualizar o sertão no momento dos primeiros escritos da tese, foi essencial para encaminhar a leitura sobre esse espaço, fato fundamental para afirmar que a Geografia oportuniza ao pesquisador, uma variedade de sertões, percebendo-se a singularidade de cada um, quando, a especificidade sertaneja identificada em um lugar, pode não ser encontrada em outro. O deslizar do ônibus pelas rodovias BRs 101, 235, 110, BAs, 220, 210, SEs 245, 270, ALs 110 115, PEs 218, 423, remeteu à reflexão sobre aspectos que foram discutidas nessa tese: como mais de cinco séculos depois dos portugueses aportarem no Brasil, os sertões ainda podem ser considerados tão relativamente inóspitos, quando se considera a condição de distância e acessibilidade, em termos de um referencial de distância do litoral?

Obviamente que se fazia a leitura a partir da paisagem, e a pesquisa de campo trouxe a certeza que é preciso explicá-lo primordialmente a partir da divisão do trabalho. Considerou-se essa etapa como um momento de sensibilização fundamental para a análise do objeto.

Confirmou-se o desejo de desvendar a realidade a partir dos conceitos de território e explicar a formação territorial, a partir da valorização do espaço, observando a interioridade e interiorização do sertão, aspecto prático-sensível essencial para explicar a materialidade da realidade estudada. Com o objetivo de registrar aspectos da formação territorial, realizou-se dois trabalhos de campo no distrito de Maria Quitéria³. O primeiro foi realizado no dia 15 de outubro de 2011, saindo de Feira de Santana, através do bairro Sobradinho, alcançando o Sítio Novo e a Estrada da Pedra Ferrada, até chegar em Maria Quitéria. A intenção principal era, no percorrer parte da antiga estrada das boiadas, vivenciar o espaço, onde os tropeiros circularam conduzindo os rebanhos, iniciando a escrita das fronteiras municipais atuais. Chegando ao distrito, conversou-se informalmente com dois moradores sobre a importância daquele lugar para a formação territorial de Feira de Santana, reunindo impressões que incluiu-se no texto da tese.

O segundo foi realizada em 29 de setembro de 2012, em decorrência da necessidade de inserir no texto, a foto da Igreja localizada no centro do distrito. Nessa oportunidade, tomou-se como caminho o acesso pela BR116-Norte, e ao chegar à praça principal, dialogou-se com moradores sobre a origem da igreja, assim como, sobre a sua importância como marco territorial. Várias fotos foram feitas para escolher a que considerou-se mais apropriada para ilustrar os aspectos histórico-geográficos atinentes ao texto.

Em Feira de Santana, foram realizados dois trabalhos de campo no espaço urbano em 2012, para registrar através de fotos, espaços e monumentos importantes que foram apresentadas nos capítulos 5, 6 e 8. Escolheu-se dois sábados à tarde para evitar a aglomeração de pessoas e veículos que ocorrem no horário comercial, pois interessava mostrar a extensão urbana, evidenciando a estrutura do centro, especialmente o cruzamento das avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos. Assim no dia 22 setembro de 2012, registrou-se imagens das

³ O distrito de Maria Quitéria é o nome conferido a São José das Itapororocas em 1938, para homenagear Maria Quitéria de Jesus Medeiros, feirense de São José das Itapororocas, e primeira militar brasileira a lutar pelo Brasil, na guerra de Independência da Bahia em 1823.

referidas avenidas, Prefeitura Municipal, casa situada nas imediações da Fazenda Santana dos Olhos d' Água, Igreja Nossa Senhora Santana - Igreja Matriz -, Nossa Senhora dos Remédios, e Praça da Bandeira. Em 29 de setembro, entre 8h e 10h, fotografou-se a canalização da Fonte da Lili, o local de armazenamento da água na parte central e a lavanderia de uso coletivo, aproveitando para dialogar com os moradores do bairro.

A discussão sobre a relação espaço urbano e rural em Feira de Santana, determinou a necessidade de elaborar registros sobre a presença do campo na cidade. Em 08 de dezembro de 2012, no turno matutino, realizou-se trabalho de campo no bairro CIS, especificamente nas margens do rio Jacuípe e na parte mais alta do Conjunto Residencial Viveiros, onde foi possível visualizar fazendas no espaço urbano. Nas margens do rio encontra-se diversos bares e restaurantes, local em que aproveitou-se para almoçar e conversar com as pessoas que ali comercializavam, buscando informações sobre as propriedades rurais que estavam sendo registradas. Nessa ocasião identificou-se a localização e os limites entre as mesmas, sendo possível fotografar com mais segurança em decorrência das informações concedidas.

As reflexões sobre a toponímia de Portal do Sertão, expostas no capítulo 8 (oito), despertou o desejo de reproduzir o significado do mesmo. Assim, tomou-se o destino de duas saídas/entradas da cidade no dia 13 de janeiro de 2013: a BR 324-Leste, Km 518, que permite o acesso à Salvador, e a BA 502, no Bairro Tomba, com destino à Cachoeira. Nestas situam-se viadutos que completam o anel de contorno rodoviário da cidade; no primeiro identifica-se o título de Portal do Sertão exposto nos dois lados, porém, no segundo, não há nenhuma descrição sobre tal identificação. As dificuldades em fazer os registros fotográficos, resultaram da intensidade do fluxo de veículos, a despeito de se escolher um domingo, por imaginar-se que este seria mais ameno. Registrou-se as imagens posicionando-se na parte superior do viaduto e também, estando sob o mesmo.

Durante a pesquisa, observou-se a significativa importância da Estrada das Boiadas para a origem de Feira de Santana, pois até o início do século XVIII, era apenas uma fazenda, tangenciada pelo percurso dos tropeiros que circulavam entre o litoral e o sertão comercializando o gado. Percebeu-se que a referida estrada circunscrevia os termos territoriais consolidados na Freguesia criada em 1696 e

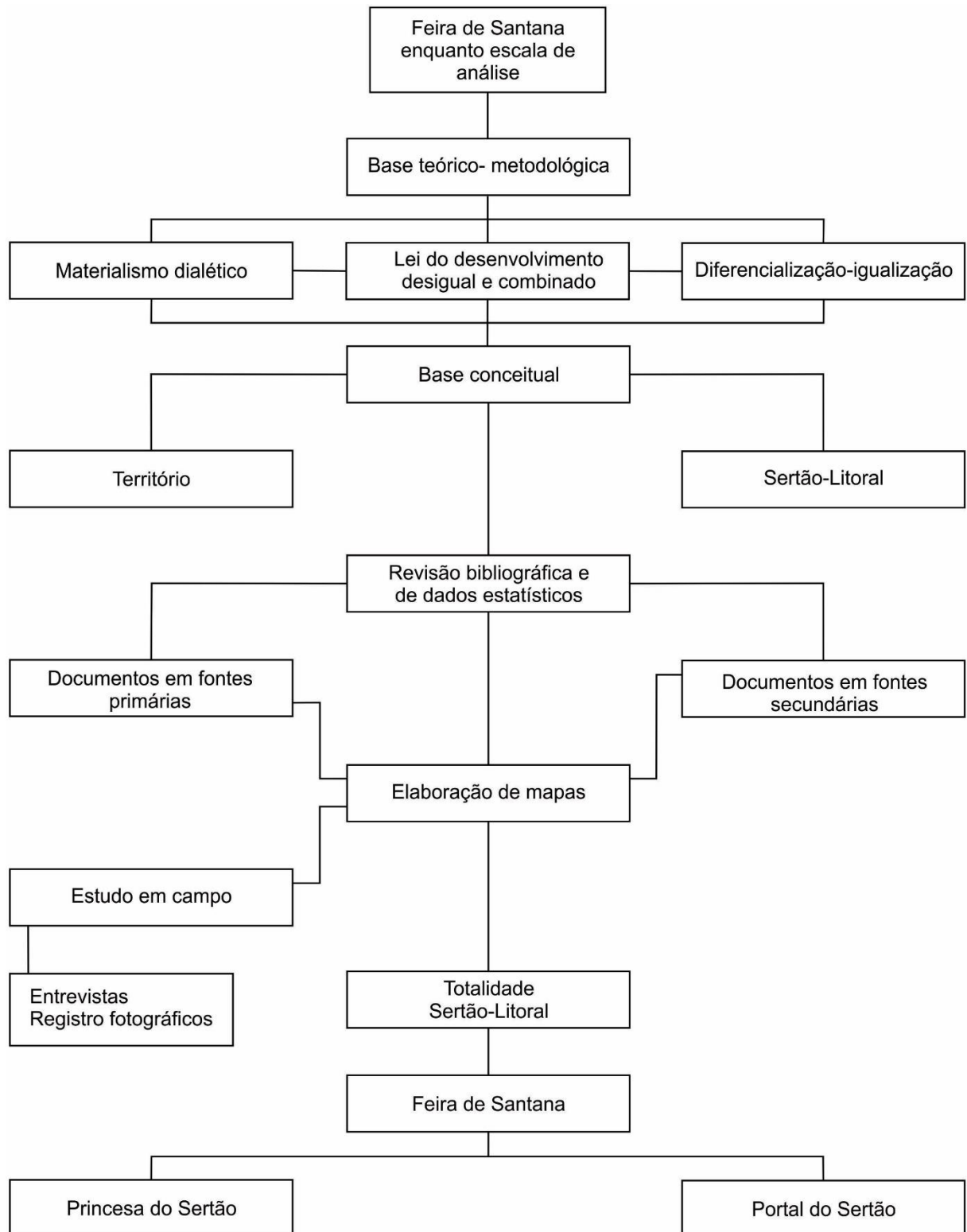
elevada à categoria de vila em 1832. O interesse em perfazer este caminho – mesmo que em parte – resultou da intenção de vivenciar os termos percorridos por vaqueiros, que com suas boiadas, escreviam o percurso entre o sertão e o litoral/Recôncavo. Nessa etapa da pesquisa, decidiu-se por traçar o caminho em ambiente SIG e posteriormente transportar para o mapa. Sendo assim, para elaborar o mapeamento da Estradas das Boiadas e a Estrada Real do Gado, entre Feira de Santana e Cachoeira, realizou-se trabalho de campo.

O percurso foi delimitado, levando em consideração a acessibilidade na atualidade, pois não houve condições de reunir informações mais precisas sobre estas vias de circulação, tendo-se notícias sobre a existência de vários caminhos. Optou-se por demarcar como ponto inicial o distrito Maria Quitéria - antigo São José das Itapororocas - em decorrência da sua importância para o trajeto.

Saiu-se de Feira de Santana no dia 18 de fevereiro de 2012, às 9h, percorrendo de automóvel por 40 minutos, os 16 Km que separa o distrito do centro urbano de Feira de Santana, através da BR116-Norte. Retornou-se pela Rua Real, alcançando a Rua Pitombeiras até a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), seguindo para a Rua Monsenhor Moisés Gonçalves do Couto, e alcançar a Avenida Eduardo Fróes da Mota nas imediações do Centro Social Urbano (CSU), tomando a direção do bairro Sobradinho, pela rua Bartolomeu de Gusmão. Percorreu-se a rua Voluntários da Pátria, até a Rua Conselheiro Franco, passando pela Igreja dos Remédios, Catedral de Santana, - Igreja Matriz – Feiraguay e a casa localizada na fazenda Santana dos Olhos d'Água. Pela rua Papa João XXIII, tomou-se o destino do bairro Tomba, que permitiu acesso a BA-502. Chegando à rodovia seguiu-se para Belém de Cachoeira, passando por São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, e cruzar o entroncamento com a BR 101, posteriormente seguir para o centro da cidade de Cachoeira, onde chegou-se às 12h45, perfazendo um total de aproximadamente 75 km trafegados.

Em todo o percurso parou-se e diversos pontos considerados importantes para obtenção das coordenadas geográficas e integração dos dados no Sistema de Informações Geográficas (SIG). As informações foram organizadas e sistematizadas em dois mapas: o mapa 14 intitulado, Feira de Santana: O Caminho do Gado entre o Sertão e Litoral Através da Estrada das Boiadas, e o mapa 15 com o título Estrada das Boiadas e Estrada Real do Gado.

FLUXOGRAMA 2 - ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA



Elaboração: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

3 SERTÃO: CHÃO VAZIO OU TERRITÓRIO DE VALOR?

O Sertão, na literatura e no imaginário social brasileiro, sempre esteve associado ao significado de arcaico, atraso político, fome, pestes, pobreza, miséria, seca. Essa visão estigmatizada torna-se mais complexa ao ser considerado como forma de explicar a relação Sociedade-Natureza. Desde o período colonial as leituras geográficas sobre o sertão o coloca como lugar vazio, distante, desprovido de humanidade, condição espacial que o particulariza.

Estranhar a ideia de sertão, portanto, é o caminho para a concessão de possibilidades da ciência geográfica outorgar os meios de estudá-lo e explicá-lo em sua dialeticidade. A geografia do sertão originada sob o viés da alteridade, é contraponto que confere significado a diferenciação.

Nos livros *Brasil Terra de Contrastes* de Roger Bastide, e *Os Dois Brasis* do Jacques Lambert, por exemplo, o sertão situa nas fronteiras construídas, para expansão permanente dos limites territoriais, existe porque é necessária a contraposição com o litoral, e subsiste solene à condição de sua negação, dualismo que esteve sempre presente na formação territorial brasileira, opondo sertão e litoral numa perspectiva de afastamento, de diferenciação. É nessa perspectiva que Feira de Santana se estabelece como *lócus* do desenvolvimento da pecuária (sertão), oposição ao “lugar” da cana-de-açúcar (litoral), não é uma referência do “negativo”, mas de negação, ou lugar que existe para dificultar a demarcação e localização, pois, esse território produzido no período colonial, descrito como sinônimo de hinterlândia é a concretização do espaço do não-sertão, o outro, isto é o litoral.

Quando se trata do sertão na Bahia, predomina na literatura a discussão encarregada de desvendar os mistérios de Canudos, anunciar a valentia do sertanejo – aquela que o faz, antes de tudo um forte -, classificar como lugar onde habita a pobreza. Há um vasto debate também sobre a definição de sertão como interior, além de caracterizar e explicar o semiárido como representativo dos azares climáticos, as consequências nefastas da semiaridez, quando muitas vezes o espaço é confundido com o clima, e esse um ente indicativo da barreira intransponível da Natureza: sertão espaço natural.

3.1 As terras d'além Paraguaçu⁴

Explicar a formação territorial do sertão impele para o retorno ao passado, aos primórdios do “achamento” de Pedro Álvares Cabral. Não significa afirmar que este é o momento da gênese do território porque ele é condição *a priori*, sendo assim, preexistente à colonização, contando com não-brasileiros para testemunhar a audácia do invasor.

Chegada ao litoral que combina violência, força e destruição como instrumentos estruturantes do poder condizente com o delineamento das novas fronteiras e limites. Terra que serve de abrigo ao português, Porto Seguro no ano de 1500; tão eficaz ao ponto de permitir um intervalo de três décadas para a concretização da posse, o tempo-espço entre Pedro Álvares Cabral e Martim Afonso de Souza, assinalado pelo desconhecimento do território.

O administrador aporta no litoral para tão somente mapear e imprimir os requisitos delineadores da apropriação. Em São Vicente funda a primeira vila de origem lusitana nas paragens do Brasil. Os portugueses que aqui chegaram por essa época, com a cana-de-açúcar, cartografaram os limites do espaço usurpado, desenharam fronteiras intra/extraterritoriais, ao mesmo tempo, encontraram o sertão, interior distante, onde o desconhecido tinha por marcos fronteiriços os atributos da natureza: delimitado está o espaço açambarcado pela Coroa portuguesa. O processo de colonização na Bahia é consolidado após o estabelecimento do governo geral, fundamento para um povoamento de base urbana, espraiando-se em direção aos rios mais próximos do litoral e em direção ao interior.

Abreu (1976) elabora uma descrição do litoral brasileiro no início da colonização, baseando-se em cartas, relatórios de viagens, etc., tendo como preocupação principal demonstrar conhecimento sobre o espaço. Indica os marcos fronteiriços que constituem as bases exploratórias e a posse da terra, e de forma detalhada expõe a importância econômica para o desenvolvimento do comércio, e local privilegiado das comunicações com a Europa. Escrevendo no último quartel do século XIX, conclui que “no comércio de 1501 a 1532 está quase todo o comércio brasileiro do século XVI”. Esse período é fundamentalmente importante para o início

⁴ Paraguaçu é uma palavra de origem tupi e significa “mar grande”: de *pará* ou mar e *gûasu*, grande. Passa por modificações desde o período colonial, sendo escrito sob diversas formas: Paraossu, Paraoçu, Peroguaçu, Perasu, Peruassu e Peoassu.

da implantação do modelo mercantil, pois é o contexto em que foram construídos os aportes territoriais para a sua consolidação. (ABREU, 1976, p. 53).

Os registros históricos indicam que desde a segunda metade do século XVI os colonizadores chegaram às terras do sertão dos rios São Francisco, Itapicuru Paraguaçu e Vaza Barris, tomando para si o território espargindo a pecuária tangendo o gado, guerreando com os índios, distribuindo a destruição, alimento que nutria a fome de Felipe de Habsburgo, no período, reinando plenamente sobre a América da União Ibérica (1580-1640). Neste contexto, bastava um pouco de tinta sobre o papel para a redação dos termos referentes aos prêmios e recompensas dadas em forma de sesmarias.

Para explicar a apropriação das terras d'além Paraguaçu, muito significativa foi a participação indireta de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, português que atinge a costa em 1509, após sobreviver a um naufrágio. Registra-se então a associação entre povos portugueses e os povos da terra encontrada da baía. Ao fundar a Vila do Pereira, toma o litoral como espaço para comercialização do pau-brasil e nela planta algodão e cana-de-açúcar. Mas isso não era suficiente, faltava à chegada ao interior.

Frei Vicente de Salvador, aqui vivendo no início do século XVII, escreve sobre o povoamento da Bahia expondo as condições da ocupação propriamente dita. Considerado como nosso primeiro historiador por diversos autores, evidencia as formas de distribuição de terras logo após a chegada de Tomé de Souza em 1549. No litoral já havia povoamento desde 1534 e as primeiras construções estavam com Diogo Álvares Correia, na entrada da Barra, local onde Francisco Pereira Coutinho o encontra em 1534. O enviado de D. João III, em 1536 funda o povoado do Pereira nas imediações da Ladeira da Barra, na Vila Velha, Chame-Chame, Graça, lugar que atualmente pode ser identificado com um totem colocado na linha da praia. O povoamento é instalado no litoral, mas alarga-se para o interior das terras recém-apropriadas. Salvador (2010, p. 141) registra que da (...) “capitania da Bahia fez mercê el-rei D. João Terceiro a Francisco Pereira Coutinho, (...) em o ano do nascimento do Senhor de 1535, e desembarcando da ponta do padrão da baía para dentro se fortificou onde agora chamam a Vila Velha.”

A ampliação do povoamento ganha novo ritmo quando Paulo Dias Adorno, (homicida fugitivo de São Vicente), chega às terras da Bahia em 1533, e é acolhido

por Diogo Álvares Correia tornando-se seu genro. O conhecimento do sogro sobre o espaço vivido, derivado da convivência com os índios, permite a realização das primeiras incursões através dos rios Paraguaçu, Subaé e Jaguaribe, até chegar as terras d'além Paraguaçu, que seriam no porvir as terras da feira de Sant' Ana, localizada no espaço situado distante aproximadamente 8 léguas das suas margens, no território do sertão que pertencia a capitania da Bahia. Rios que foram fundamentais para a expansão territorial, pois serviam de caminhos, deles fazendo brotar núcleos de povoamento como Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e Feira de Santana, tangenciados pelos Rios Jacuípe e Paraguaçu. (MAPA 2).

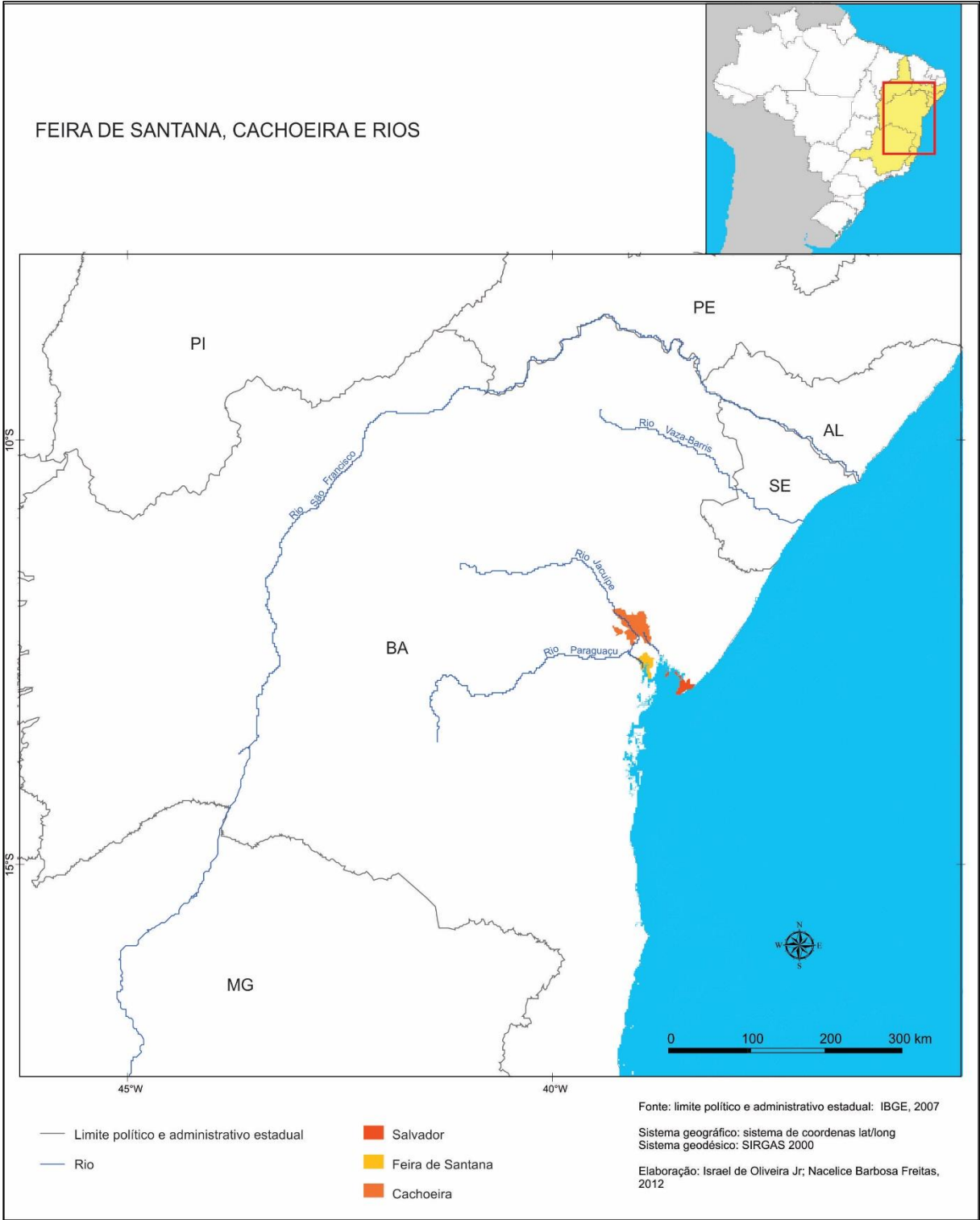
Além do Paraguaçu, voltando às costas para o Recôncavo, o colonizador dirige o olhar para o poente, defronta-se com altitudes que se elevam suavemente para configurar o planalto, coberto num primeiro degrau por vegetação de transição, e seguindo para o Oeste a caatinga das bromélias e cactáceas. Feira de Santana situar-se-á nessa formação planáltica, espargindo como porta de entrada para o sertão. Assume – desde o século XIX – a posição que pertencia a Nossa Senhora do Rosário do Porto Cachoeira, pois em decorrência do desenvolvimento dos transportes e comunicação a população do sertão não mais dependeria do rio que serpenteava o Recôncavo, mas dos caminhos terrestres, escritos no solo pelo constante roçar do pisotear das boiadas. O espaço a ser produzido era considerado o litoral imediato do sertão, isto é, de Feira de Santana.

Falar das terras d'além Paraguaçu é mencionar o sertão que corresponde ao espaço que dista das margens do rio, responsável pela origem desta cidade no território da capitania da Bahia, com povoamento iniciado no século XVII e intensificado no século XVIII. Terras do sertão que surgem como resultado da expansão territorial, alicerce principal da colonização e extensão do Estado português. Cada empreendimento mercantil se revertia em posse da terra, mediada pelas Entradas e Bandeiras, conflitos, guerras, defesa e valorização do espaço.

As capitanias hereditárias, nesse turno, são as divisões político-administrativas representativas da implantação do projeto da empresa colonizadora. Donatários, responsáveis pela justiça, usurpavam as terras d'além Paraguaçu, doavam, vendiam a sesmeiros que garantiam a produtividade do sertão. No litoral e Recôncavo a linha da água – mar e rio – se incumbia de abrir a porta de entrada

para o interior: água que era vida, fonte de abastecimento de alimento, via de circulação e território.

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA, NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO PORTO DA CACHOEIRA E OS RIOS PRINCIPAIS



Para a posse da terra tornava-se necessário conferir poderes legais e policiais, incluindo a jurisdição civil e criminal essencial para garantir a paz na colonização. É Martim Afonso de Souza quem assume o posto de comandante da expedição responsável por, em 1530, alavancar o processo em terra *brasilis*. O capitão-mor torna-se dono de todas as terras descobertas porque recebeu de D. João III plena autoridade para nomear oficiais que administrariam a justiça no território. Além disso, o oásis encontrado era distribuído em forma de sesmarias, aos homens mais valentes do reino, aqueles que corajosamente atravessavam o Oceano Atlântico, assumiam o controle do espaço hostil, resistiam aos inimigos – ou reais proprietários – construíam fortalezas com estrutura e arquitetura de engenho, expandindo o projeto mercantil com cana-de-açúcar e gado. Ao retornar para Portugal em 1533, deixa a demarcação das capitanias hereditárias que seriam ofertadas aos donatários no ano seguinte, para ter gerência diretamente vinculada à política portuguesa.

O povoamento foi intensificado após 1530, quando o território encontrado dividido em doze capitanias, no espaço que correspondia as atuais áreas entre o Maranhão e Santa Catarina, limitado a oeste pela linha de Tordesilhas. Abreu (1960, p. 61) afirma que “até então o Brasil estivera entregue a degredados, a desertores, a traficantes da madeira que lhe deu o nome.”

Os caminhos do povoamento são descritos louvando o trabalho de homens audazes, pois, na visão do autor, entre o sul da Bahia de Todos os Santos e a capitania de Santo Amaro, detinha uma “mata grossa”, densa ao ponto de vedar a passagens daqueles que buscavam a expansão territorial, prejudicavam as incursões quando os revezes da natureza somavam-se às dificuldades da pacificação dos indígenas; só assim poderiam libertar grandes áreas para implantarem fazendas de gado. (ABREU, 1960). Nas terras d'além Paraguaçu o processo está diretamente vinculado à necessidade de penetração para os sertões: entrar significava deslindar o desconhecido, revelar o encoberto. Portugal mergulhado nos desejos mercantilistas expande seus domínios no litoral, espalhando até o Recôncavo, atingindo a cachoeira do rio Paraguaçu. Estas terras pertenciam aos índios, habitantes de um território que fora violado por interesses externos.

Nesse ínterim, as sesmarias têm um papel fundamental enquanto sistema agrário e recurso de posse, pois constituía o documento legal para a distribuição do

espaço “descoberto” a ser cultivado, condição *sine qua non* para a apropriação. No bojo da questão está a sedentarização, veiculada pela obrigatoriedade do agricultor, se fixar no local, aspecto que não fora aqui encontrado no alvorecer do século XVI. A descoberta das minas de prata em Potosí, no Peru, é um acontecimento de significativa importância para impulsionar a instalação do governo geral na Bahia, revelando que encontrar metais preciosos constituía o estímulo para o efeito colonizador. Bandeira (2000, p. 91) registra que encontrar o eldorado era a principal preocupação da Coroa portuguesa. Em 1551 Tomé de Souza solicita a Manoel da Nóbrega um padre para integrar uma expedição que fora formada por D. João III com o propósito de descobrir ouro no sertão. Nesse mesmo ano, emite ordens para que “uma galé, comandada por Miguel Henriques, adentrasse os rios, ‘na direção donde ficava o Peru’”. Ir para o Oeste, perseguir caminhos que levassem a algum grande tesouro.

Além do Atlântico jaz o trono que comanda a produção do espaço brasileiro, a apropriação das terras d'além Paraguaçu. Distante está El rei D. João III, determinando e dirigindo o desbravamento das áreas desconhecidas, saindo do Povoado do Pereira, seguindo em direção a Tatuapara, localização que atualmente corresponde à área entre a Barra e Praia do Forte – lugar onde Garcia d'Ávila construiu a Torre de São Pedro de Rates, a Casa da Torre. Adentrou o território mais além da costa, debulhando o sertão de Peraxuim, que correspondia aos limites das bacias do rio Jacuípe, Itapicuru, Sauípe, Joanes e Pojuca, a uma distância de seis léguas de Tatuapara, subjugando os tupinambás, destruindo suas aldeias, escravizando as pessoas hostis e contrárias ao processo da colonização. Cumprindo fielmente as determinações contidas no Regimento entregue pelo rei a Tomé de Souza, presta inestimável serviço a Coroa, fazendo-se merecedor de uma sesmaria.

Bandeira (2000, p. 118), afirma que:

Garcia d'Ávila, senhor do maior latifúndio do Brasil e também foreiro do conde de Castanheira, não podia explorar sua vasta possessão de terras, que se estendia, no fim do século XVI, até o rio Jacuípe, ao sul, e o Itapicuru, ao norte, senão por meio de arrendamento a terceiros, cujo controle ele fazia, através de procuradores, da Torre de Tatuapara.

Sua influência econômica e política materializavam-se desde o litoral ao sertão, exercida, no espaço de vigilância, do alto da Torre, lugar estratégico da Baía

de Todos os Santos, onde podia avistar e avisar sobre qualquer ataque à capital da Colônia.

Para intensificar o movimento de povoamento para o sertão, suficiente foi a descoberta do ouro, metal que incentivava o caminhar pelo leito de rios e córregos do interior. A riqueza, porém, concentrava-se na mata, onde estavam os engenhos, o plantio da cana-de-açúcar em terras férteis com abundância de lenha para os fornos. A proximidade da linha da praia era a garantia de competitividade dos produtos no mercado porque os fazendeiros diminuía as despesas com o transporte. Eram espaços considerados sombrios que impunham dificuldade ao bravo lutador das zonas temperadas que vinham buscar nos trópicos os instrumentos para mercantilização.

Como Portugal não detinha capacidade financeira, condições bélicas e econômicas exigidas para efetuar a conquista efetiva do sertão, privatizava o espaço, passando às mãos de terceiros fragmentos territoriais, regulamentados pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas, e segundo Andrade (1990, p. 31), somente no final do século XVII é que teremos cobranças de dízimos e foros. São as Cartas Régias de 1698 e 1699 que concedem autorização para este fim, quando esta última, “advertia que os sertões, ainda despovoados causavam grandes prejuízos ao desenvolvimento da Colônia”. O valor do sertão está explícito no texto. Dominá-lo, era objetivo básico para concretização do empreendimento mercantil português, obter o lucro após investimentos, mediante povoamento. Contraditório é a depreciação perpetrada e sedimentada.

As terras do Recôncavo da Bahia têm forma de um mediterrâneo, em que o mar entre terras, abraçava quem desejasse os lugares desconhecidos, penetráveis através dos rios. É uma faixa com cerca de 80 Km de largura, de solo fértil, cortada por inúmeros rios navegáveis, que nos tempos coloniais foram extremamente importantes como vias de transporte e comunicação. O rio Paraguaçu se destacava como via de penetração e escoamento da produção. Foi intensamente utilizado pelos latifundiários do gado e do açúcar, como ligação entre o local da produção ao porto da cidade do Salvador.

Entradas que libertavam o invasor ao tempo que escravizavam quem rejeitasse a invasão. Mar e mangues que se encontram para alimentar com peixes e mariscos, os pobres e os escravos - mais uma vantagem da marinha. Neste vasto

espaço, defrontamos com as terras que beiram o rio Paraguaçu que em tempos de colonização constituía um precioso canal de escoamento da produção açucareira, ao mesmo tempo, porta de entrada para o sertão e instrumento ótico que permitia ver o espaço que dista do seu leito com estuário no mar da Bahia de Todos os Santos.

Rio Paraguaçu que nas proximidades das margens fincavam casas de engenho e currais de gado, reflexo da ocupação humana que completa a relação com a natureza: a foz, ampla porta de entrada para o sertão, escreve percurso de entrada dos índios – forçados ao deslocamento para o interior – bandeirantes e colonizadores. Obedecendo a lógica da apropriação territorial sempre dependente das bacias de drenagem, dos cursos de água que escoavam a produção de riquezas. As suas águas serpenteiam o solo, conduzindo povoados desde o final do século XVI. Barcos e canoas que permitiam o transitar permanente para ampliação do espaço e termos estruturantes do elo entre Colônia e Metrópole, entre o litoral e o sertão, desde a Baía de Todos os Santos, da Cidade do São Salvador às paragens de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira até Feira de Santana. Espaço que se amplia, erguendo-se das águas do rio, expandindo território até o norte para encontrar a “princesa altaneira”. (MAPA 3).

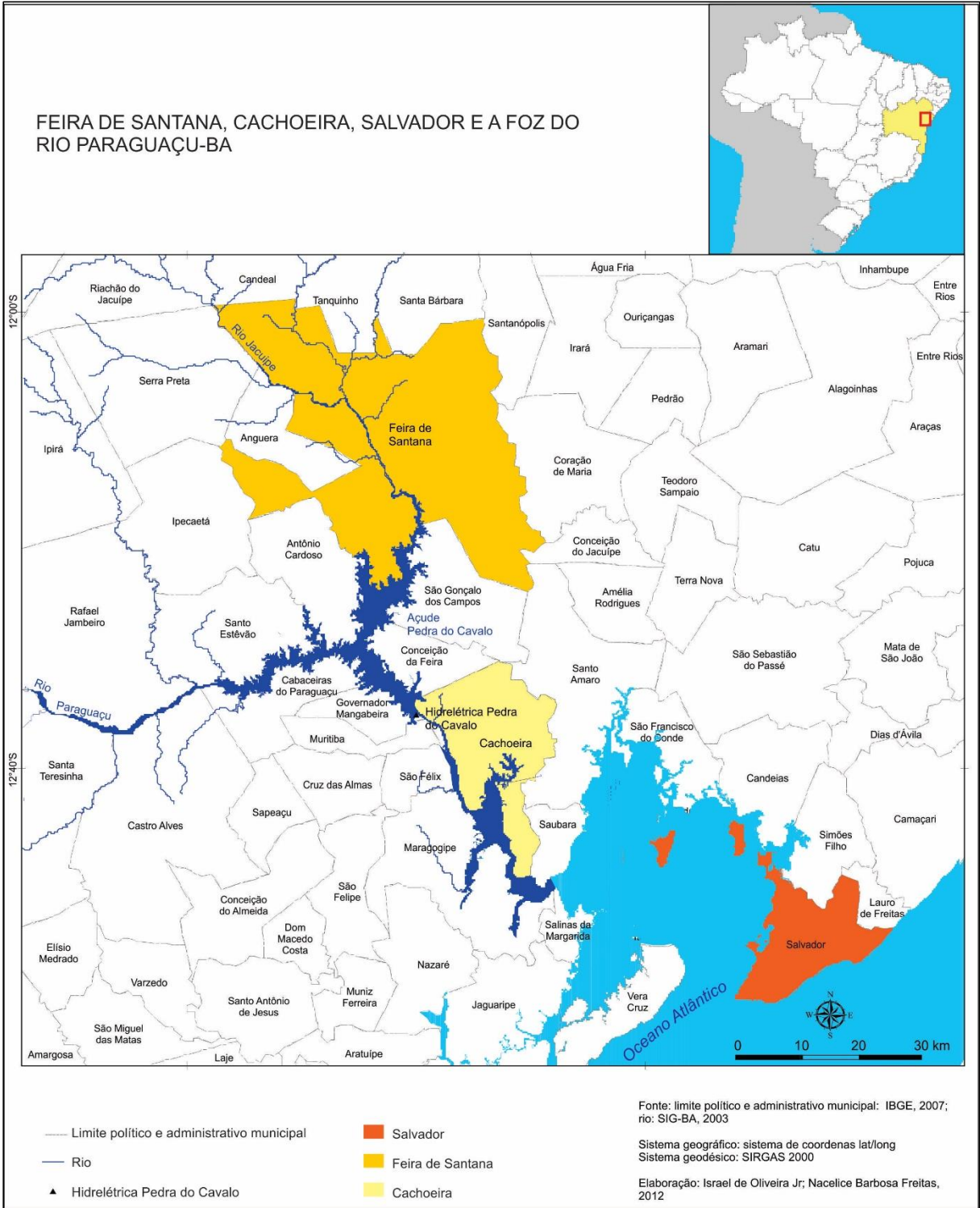
A natureza é favorável à fixação do colonizador: massapê, solo fértil para o cultivo da cana-de-açúcar, grandes extensões para distribuição do gado, peito da pomba que engorda os cofres lusitanos, asas que se estendem, movimentam para alçar poder econômico e político. A Bahia é o centro irradiador da formação territorial sertanejo/litorânea. Não há fragmentação territorial, nem separação espacial, é unidade, totalidade, interdependência socioespacial, desigualdade combinada. Salvador (2010, p. 139) registra a fertilidade da Baía de Todos os Santos, incluindo o Recôncavo, nas proximidades da Cachoeira do Paraguaçu, indicando que:

Está esta baía em treze graus e um terço, e tem em seu circuito a melhor terra do Brasil; porque não tem tantos areais como as da banda do norte, nem tantas penedias como as do sul, pelo que os índios velhos comparam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia, e as asas as outras capitânias, porque dizem que na Bahia está a polpa da terra, e assim dá o melhor açúcar que há nessas partes.

Clima, solo e geomorfologia que permite a abundância do cultivo da cana-de-açúcar, no peito da pomba, representativo da fartura, do que se tem de melhor para

alimentar as artérias mercantilistas, no momento em que os caminhos do sertão se dirigiam ao porto da Cachoeira. (MAPA 3).

MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA, NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO PORTO DA CACHOEIRA E A FOZ DO RIO PARAGUAÇU



A capitania de Peroassú abrange o território entre as terras do Paraguaçu e Jaguaripe, e 10 léguas para o sertão na sesmaria doada a D. Álvaro da Costa em 16 de janeiro de 1558. Em 12 de junho de 1551, parte norte desse rio é doada a Francisco toscano e a partir de 1563 a colonização toma direção do norte para o rio Real quando Tomé de Souza recebe a sua sesmaria com extensão correspondente a oito léguas no litoral e cinco adentrando o sertão. (FREIRE, 1998). Desde então, o povoamento iniciado no Recôncavo, se acentua nas áreas que compreende ao rio Paraguaçu, para depois alcançar as terras interioranas.

Antonil (1982, p. 186) traçando o “roteiro do caminho da cidade da Bahia para as minas do rio das Velhas”, indica Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira como primeira pousada, após ter percorrido doze léguas, que segundo suas informações não ofereciam muita dificuldade para o percurso de pessoas e gado. A Vila de Cachoeira foi estruturada à margem esquerda do rio Paraguaçu, em terras pertencentes a Gaspar Rodrigues Adorno; rio essencial para o movimento à valorização desse espaço, com as margens bordadas de engenhos.

O Engenho Nossa Senhora da Vitória, por exemplo, localiza-se na margem esquerda do rio Paraguaçu entre Cachoeira e o Distrito de Iguape, e foi durante o século XIX e primeira metade do século XX um dos mais importantes engenhos de açúcar do país. Este foi fundado por Pedro Rodrigues Bandeira em 1812. Atualmente a construção é um registro do passado-presente no espaço. (FOTO 1).

As terras d'além Paraguaçu, é o mesmo sertão que compõe as fronteiras naturais demarcatórias da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo: nesse espaço de reserva de valor encontra-se, desde o século XVII, a feira realizada nas imediações da capela de Sant'Ana. Não há separação ou fragmentação do espaço, pois está diretamente vinculada a Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que nesse contexto se posicionava como a porta de entrada para o interior.

Spix e Martius (1981, p. 3), viajando pelo Brasil entre 1817 e 1820, apresentam a “feição física do país (...) os costumes, a vida intelectual e burguesa dos seus habitantes”. No texto coloca também as suas impressões sobre a realidade encontrada: os aspectos da Natureza, as paisagens, os habitantes da terra, o sertanejo e o seu modo de vida, assim como, a seca. Visitam a Bahia passando pelo sertão e Recôncavo, navegam pelo rio Paraguaçu e relatam sobre tudo que pode alcançar com o olhar essencial aos naturalistas. Descrevem os lugares, detalhando

o clima, a vegetação e as dificuldades decorrentes da escassez de água: sertão considerado árido e pobre, Recôncavo e litoral, úmido e rico. Afirmavam que o “viajor, que durante os meses seccos conduzir numerosa tropa de burros, através do sertão da Bahia pela estrada que tomámos, jamais terá certeza de alcançar, com um animal siquer, o fim da viagem.” (SPIX e MARTIUS, 1938. P. 25).

FOTO 1 - ENGENHO NOSSA SENHORA DA VITÓRIA



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2009.

A viagem data do período anterior à independência do que denominam de “florescente império”, no relatório, com nítidas posições deterministas, o sertão é colocado como o lugar do atraso, pobreza e aridez, o litoral associado à umidade, riqueza e progresso. Sertão representativo da “aridez das matas ressecadas, sem folhas, (...) região, esturrada pela seca, antolhava-se-nos como miragem horrível, de morte lenta.” Alcançaram o porto de São Félix no rio Paraguaçu, na Vila de Cachoeira, lugar onde respiraram “desafogados numa aprazível região descampada, (...) cujo cultivo e população sempre crescentes já anunciavam a proximidade de uma grande cidade”. (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 139, 142 e 147).

De Cachoeira partiram pela estrada de Capoeiraçu, seguindo em direção a Jacobina e ao Piauí. Passando por Feira de Santana, percorre o sertão da Bahia, até Juazeiro, atravessa “catingas requeimadas, [numa] demorada marcha por esse sertão deserto e tão árido (...)”. (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 220).

Nesse monótono cenário, pusemo-nos a caminho (...) viajado cinco léguas e meia até o Arraial da Feira de Sant’Ana.

Os moradores deste mísero povoado já nos mostravam o tipo perfeito do sertanejo.

(...) Duas léguas a noroeste de Feira de Sant’Ana, encontramos o pequeno Arraial de São José, abandonado por quase todos os habitantes, por causa da falta de água (...). (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 222).

A narrativa desvenda o cenário da Colônia antes do processo de independência, mostrando a desigualdade social, política e econômica inscrita no espaço. O desenvolvimento das forças produtivas, nesse contexto, impõe a submissão ao clima, aos revezes da Natureza. Eis a comprovação da existência de fatores que colaboraram para a origem da depreciação do sertão em relação ao litoral; momentos de produção do espaço impressos por argutos observadores que concederam importante contribuição para o entendimento da dualidade/desigualdade entre os dois espaços. Sedimentar esta visão no atual contexto histórico, demonstra que passado-presente se interpõe para compor a realidade, o desigual combinado escamoteado na leitura da aparência.

É inegável a contribuição científica destes pesquisadores para ter-se hoje a leitura do objeto de análise. A narrativa sobre os locais visitados está repleta de detalhes possíveis para os que sabem expressar e revelar cada minúcia diante dos olhos: íris aguçadas capazes de colocar o espetáculo da Natureza – sertão/litoral – diante de um espelho, onde a imagem refletida é o outro e não a si mesma. Elaboraram uma espécie de relatório guardando, preservando e conservando passado-presente para a certeza do porvir.

Nas beiras litorâneas as matas: matas que serviam de abrigo e obstáculo. Descrevendo-as sobre estas áreas Abreu (1960, p. 88) afirmava que:

A mata do recôncavo, a partir da margem direita do Paraguaçu, é contínua com a que se estende até além do Capricórnio pela fralda oriental da serra do Mar. Da ponta de Santo Antônio, um dos extremos do recôncavo, até o rio de São Francisco a mata aparece em manchas consideráveis, capões, ilhas mais ou menos extensas,

engasgadas nos campos e caatingas, antes denominadas que dominantes. Por aqui de preferência se estabeleceu o povoamento, depois de repleto o recôncavo.

O autor detalha cada localidade, descreve como se estivesse diante de uma obra de arte, mapeando cada lugar. No seu texto, rememora trechos de uma carta de Teodoro Sampaio, escrita em 31 de agosto de 1899, quando ainda nesse período ele expõe os perigos das matas virgens e das caatingas. Se a mata fechada escondia as regiões sota-vento, embargava, servia de barreira, a caatinga do sertão assustava pelo desnudar de suas folhas em período de estiagens, multiplicando caminhos sem nomes, início ou fim.

Se o perigo da mata virgem é a solidão ser veredas sem saídas (...) o terror da caatinga é o desnorreamento infalível pela multiplicidade dela. O bruto com o seu instinto rasga horizontes sem vacilar; o homem, porém, que de uma vez penetrou na caatinga e lhe falhou a memória na escolha da vereda, é uma vítima que só um milagre o salvará. (SAMPAIO, 1899. In: ABREU, 1960, p. 89).

Para salvaguardar-se, os “homens” usavam o recurso dos “brutos”, conquanto o mato ralo que permitia ampliar a visão do horizonte e do céu e por seus astros serem guiados. O além Paraguaçu fora assim descrito e conquistado gradativamente chegando-se ao sertão das terras de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. O território do sertão antes considerado “vazio” da economia de mercado, e amorfo para o capital, amplia-se no ritmo da velocidade dos fluídos em nascentes fluviais; no início é apenas um fio d’água, mas percorre os declives do terreno recebe o alimento que nutre e sustém a multiplicação deste líquido, se estende e dilata, como que obedecendo a necessidade da produção do capital: o rio Paraguaçu. (FOTO 2).

Rio de genuinidade baiana, representação de que o sertão pode ser/virar mar. As nascentes diamantíferas – em Morro do Ouro, na Serra do Cocal em Barra da Estiva – colhem as águas que se avolumam e promovem, nas proximidades da sua foz, a leveza da navegação que expande litoral e sertão.

A sua extensão saciava a sede dos que desejavam ampliar os territórios do processo colonizador, e atualmente, o acervo arquitetônico guardado nas margens, testemunham a importância histórico-geográfica para formação territorial da Bahia. Surpreende a pouca importância conferida a Baía de Iguape, as cidades localizadas

nas margens e proximidades da foz, uma vez que, são registros da importância no passado-presente. (FOTO 2).

Paraguaçu que se abre a umedecer o sertão, molhar terras secas, contribuindo para a reprodução da vida através do cultivo em suas margens; águas que explodem em cachoeira, e sobressaem no ponto de união entre os espaços diferenciados, materializando a totalidade dialética: sertão, Recôncavo/litoral.

FOTO 2 - RIO PARAGUAÇU



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2009.

Corrente fluvial que traz vida ao sertão, conduz ao litoral manancial que é sinônimo de riqueza, recurso essencial para a sobrevivência sertaneja. Rio das nascentes diamantíferas e margens férteis, possibilitou acesso e conhecimento do território ao permitir a ligação com o litoral. Águas que se distribuem pela superfície, derivadas dos filetes de áreas elevadas da Bahia, para em seu destino final conceber o “mar grande”, ou tão somente, Paraguaçu.

3.1.1. A SESMARIA DE TOCÓS E AS TERRAS DE FEIRA DE SANTANA

Feira de Santana ainda não despontou como território sertanejo na Bahia do século XVI. Ao identificar os atuais limites territoriais no mapa 4, que além de situar a localização das Capitanias da Bahia de Todos os Santos, Pernambuco, São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro, indica a direção dos caminhos de povoamento no período que tem origem o litoral brasileiro/baiano, pode-se observar que inexistia enquanto núcleo povoamento, enquanto como Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e Nossa Senhora da Assunção de Macamamu se fazem presentes.

O caminho ao sul tem como porta de entrada a foz do rio Jequiriçá, em Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, perfazendo um caminho em direção oeste. O caminho demarcado ao norte concede acesso pela foz do rio Paraguaçu chegando a Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, seguindo para o norte em direção ao rio Vaza-barris; esse passa pela porção sudeste dos limites atuais do município que corresponde ao Distrito de Humildes. Percurso que irremediavelmente se responsabiliza em preparar a concretização de um novo espaço sertanejo.

Feira de Santana não aparece no mapa original, porém a cidade constitui o objeto desta investigação, tornando-se geograficamente importante para a compreensão da discussão a definir sua localização no espaço mediante a demarcação dos limites do município. Para atender a esse propósito, em todos os mapas do capítulo, especialmente do item que trata das direções e localização do povoamento desde o século XVI ao XVII, buscou-se incluir as fronteiras municipais atuais no espaço correspondente as sesmarias distribuídas naquele período.

Antonio Guedes de Brito, proprietário da Casa da Ponte e Francisco Dias d'Ávila da Casa da Torre, bandeirantes e criadores de gado da Bahia, assumem já no início do século XVI extensas sesmarias, tomando espaços desde o rio São Francisco, atingindo Morro do Chapéu até o Piauí, submetendo o sertão da Bahia aos seus comandos. A sesmaria de Tocós dá origem ao povoamento de Feira de Santana. Sua gênese está na propriedade de Antônio Guedes de Brito, isto é, da Casa da Ponte, desde 1609 e parte dela, correspondia a porção de terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria as quais foram adquiridas mediante a compra por João Lobo de Mesquita e depois por João Peixoto Viegas.

Delimitar essa sesmaria se constitui um problema geográfico de grande complexidade e difícil de ser solucionado, pois há diversos entraves às respostas objetivas e convincentes, pelos limites técnicos e cartográficos da época. A importância em relatar sobre ela vincula-se ao fato que durante muito tempo a fundação da cidade de Feira de Santana esteve estreitamente associada ao casal Domingos Barbosa de Araujo e Ana Brandão.

Poppino (1968), Galvão (1982), Andrade (1990), Freitas (1997) e Freire (2000), trazem informações significativas, mas não há consenso quanto à origem dos termos de Feira de Santana. Identifica-se, portanto, uma vasta contribuição na perspectiva histórica, mas sob o ponto de vista geográfico há uma lacuna considerável

Segundo Freire (2011) não há como precisar os limites e a localização exata do sertão de Tocós, afirmando que em 1655, compreendia ao espaço entre o rio Jacuípe e Itapicuru, podendo abranger as terras de Itapororocas. Confronta informações de diversos historiadores expondo as diferentes propostas. Certo de que o sertão de Tocós situava-se nas possessões de Antônio Guedes de Brito, apresenta os pontos de conflito no que se refere à questão.

Em 1926, Antônio José de Araújo tratando das origens das famílias do município de Serrinha distingue esse município como parte dessa sesmaria, mas não registra a localização de Feira de Santana nela. Afirma que Poppino (1968) e Figueiredo Filho (1976) corroboram com aqueles que indicam Feira de Santana como parte de Tocós. Andrade (1990) confirma estar a referida sesmaria em terras originariamente pertencentes aos Guedes de Brito, e posteriormente vendida a João Lobo de Mesquita, que transferiu para João Peixoto Viegas, o qual legaliza o título de compra.

Diante de muitas controvérsias sobre a questão, Galvão (1982) busca dar uma explicação baseando-se em documentos históricos. Assegura que data de 1615 as primeiras informações sobre a apropriação do espaço pelo colonizador das áreas que correspondem as atuais imediações de Feira de Santana. Para trazer essa resposta faz menção a uma Carta de Concessão em favor de Miguel Ferreira Feio, e em 1619 de João Peixoto Viegas. Informa, ainda que, João Lobo de Mesquita, possuindo fazendas no Recôncavo abre estrada para o rio Jacuípe.

Todas as explicações são concordantes quanto à importância da pecuária, especialmente da feira de gado, para a origem da cidade, evidenciando o local de pouso obrigatório das manadas. A relevância do comércio, quando, vaqueiros, tropeiros, e sesmeiros, abriam caminhos e fixavam a população, e para escoar a produção se dirigiam para o ponto de convergência: Feira de Santana, lugar de descanso, recanto de repouso, onde as ações desses homens denotavam o interesse explícito na valorização do espaço.

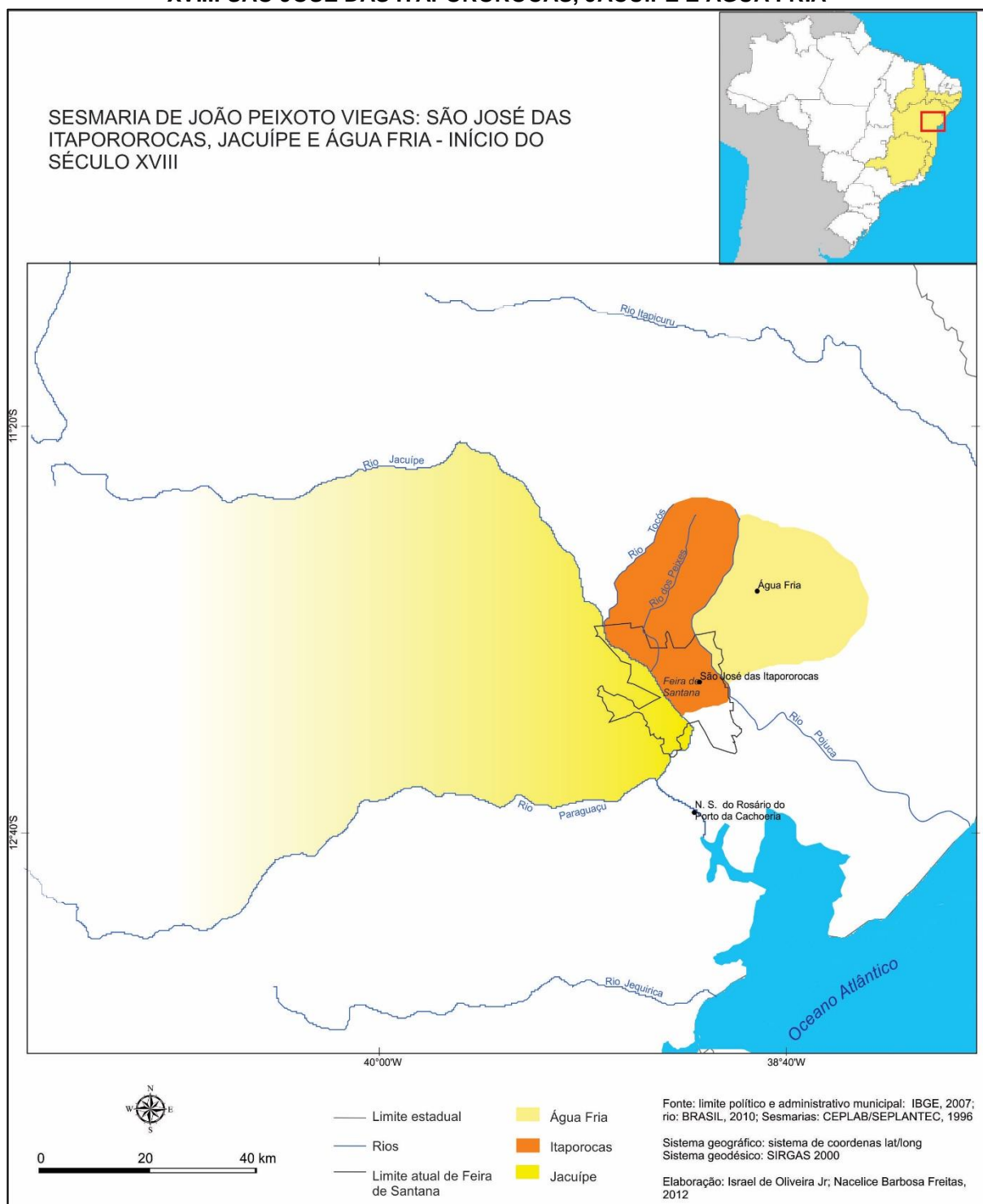
O conflito com os holandeses no litoral e com os índios no interior dificulta a efetiva exploração e produtividade da sesmaria. Posteriormente, diversos pontos de criação de gado nela se instalaram na segunda metade do século XVII a exemplo da fazenda Santana dos Olhos d' Água, havendo registros de 317 fazendas nas proximidades do rio Paraguaçu no final deste século: isso demonstra a sua dinamicidade econômica.

As sesmarias de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria estavam politicamente submetidas à jurisdição da Capitania da Bahia. No mapa 5 constam as extensões territoriais das mesmas, porém para efeito de compreensão da realidade atual, inclui-se os limites territoriais de Feira de Santana com o intuito de indicar a sua localização e observar a sua abrangência. O sesmeiro João Peixoto Viegas, mercador português proveniente da Vila de Viana chega à Bahia por volta de 1640. Era filho de Fernão Peixoto, de Viana, e Barbara Fernandes. Aqui chegando, casou-se com Dona Joana de Sá e foi possuidor de grandes extensões de terras, tendo sido o incorporador do Paraguaçu, em Itapororocas e Água Fria, desde 1652, área que corresponde ao sertão baiano, incluindo terras pertencentes à Feira de Santana. (MAPA 5).

Adquiriu as terras d'além Paraguaçu, localizada entre o rio Jacuípe e o Itapicuru. Na Bahia, Viegas compõe os quadros políticos, como administrador da Companhia Geral do Comércio, tesoureiro e escrivão de Bulas, além de ter em sua história o papel de denunciador da Inquisição, etc. Em 1675, parte para devastar o sertão, apropriando-se das terras indígenas.

O sesmeiro João Lobo de Mesquita exerceu na Bahia a função de vereador e juiz ordinário. Abre caminhos da Mata de São João, numa extensão de nove léguas, tendo por direito, cobrar uma res a cada curraleiro. Em 1653, vendeu a João Peixoto Viegas as terras de Jacuípe e Itapororocas.

MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DA SESMARIA DE JOÃO PEIXOTO VIEGAS NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII: SÃO JOSÉ DAS ITAPOROROCAS, JACUIPE E ÁGUA FRIA



O despacho datado de 6 de junho de 1653, do Livro das Sesmarias da Bahia – Livro de Provisões Reais nº 257 - consta o registro da Carta de Doação de

Sesmaria a João Peixoto Viegas, das terras de Itapororocas, Jacoipe e Agoa Fria⁵. (MAPA 5).

Dom Jeronimo de Attayde Conde de Athoguia. Faço saber aosque esta Carta de Sesmaria virem, que João Peixoto Viegas me enviou a representar a petição Cujo theor he o seguinte / Diz João Peixoto Viegas, que de cinco anos a esta parte tem povoado com quantidade de gados, gente e Escravos, as terras que chamão de Itapororocas e terra nova de Jacoippe nos limites da Cachoeira termo desta cidade: as quaes ele suplicante, houve por titulo de compra de João Lobo de Mesquita estando despovoadas e einabitadas havia vinte anos pelos assaltos e mortes que nells havia feito e fazia muitas vezes o gentio bravo: (...)

Lendo a referida Carta foi possível identificar as justificativas para a posse da terra. Os sesmeiros aqui se instalavam, soltavam o rebanho, e mediam o espaço pela quantidade de cabeças de gado; povoava a terra com gente transformada em escravos e ampliavam a apropriação com os animais. Pecuária e colonização se cruzam, interpenetram e individualizam como especificidade da totalidade que desemboca no capital mercantil.

Outra carta de doação com despacho datado de 3 de julho de 1653, no Livro das Sesmarias da Bahia, confirma a importância do sesmeiro para o povoamento do sertão, quando esse novamente reivindica o título de posse da terra⁶:

João Rodrigues de Vasconcelos e Souza Conde de Castelmelhor. Faço saber aos que esta Carta de Sesmaria virem que João Peixoto Viegas me representou em sua petição como houvera de João Lobo de Mesquita por título de compra as daltas de terras e Campos das Itapororocas, Jacoipe e Agoa fria, citas no termo desta Cidade que chamão da Cachoeira das quaes ele suplicante estava de posse havia mais de trez anos, hia povoando de gado com grande risco e despeza, em razão do gentio bravo

(...)

Hey por bem delhe confirmar com pela presente faço, em nome de Sua Magestade todas as suas ditas terras que houve por título de compra do dito João Lobo de Mesquita nos districtos da Cachoeira

⁵ Registro da Carta de Sesmaria de Terras e Campos Jacoipe, e Agoa Fria sitas na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 6 de Junho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 47.

⁶ Registro da Carta de Sesmaria das Terras e Campos das Itapororocas, Jacoipe e Agoa Fria então na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 3 de Julho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 46v.

assim e da maneira que as nomeão e confrontão na escriptura que delas se fez ao dito impetrante (...)

A terra é concedida ao sesmeiro, que passa a ter direitos plenos sobre “os sobejos, voltas, enceadas, agoas, salinas e os mattos que ao redor das ditas terras estivessem por dar, visto ser em utilidade da fazenda e rendas de Sua Magestade”. Exige o direito de posse porque tomou por tarefa povoar de “gado e escravo, e moradores”, o espaço que inexplicavelmente confirma como desabitado. Este ato, porém, foi realizado sob as “armas” e “fortes de sobrado de pedra e cal”. (CARTA DE DOAÇÃO DE SESMARIA, 03/07/1653).

Após seu falecimento a sesmaria foi fragmentada em várias fazendas, uma delas adquirida pelo casal Ana Brandão⁷ e Domingos Barbosa de Araújo.

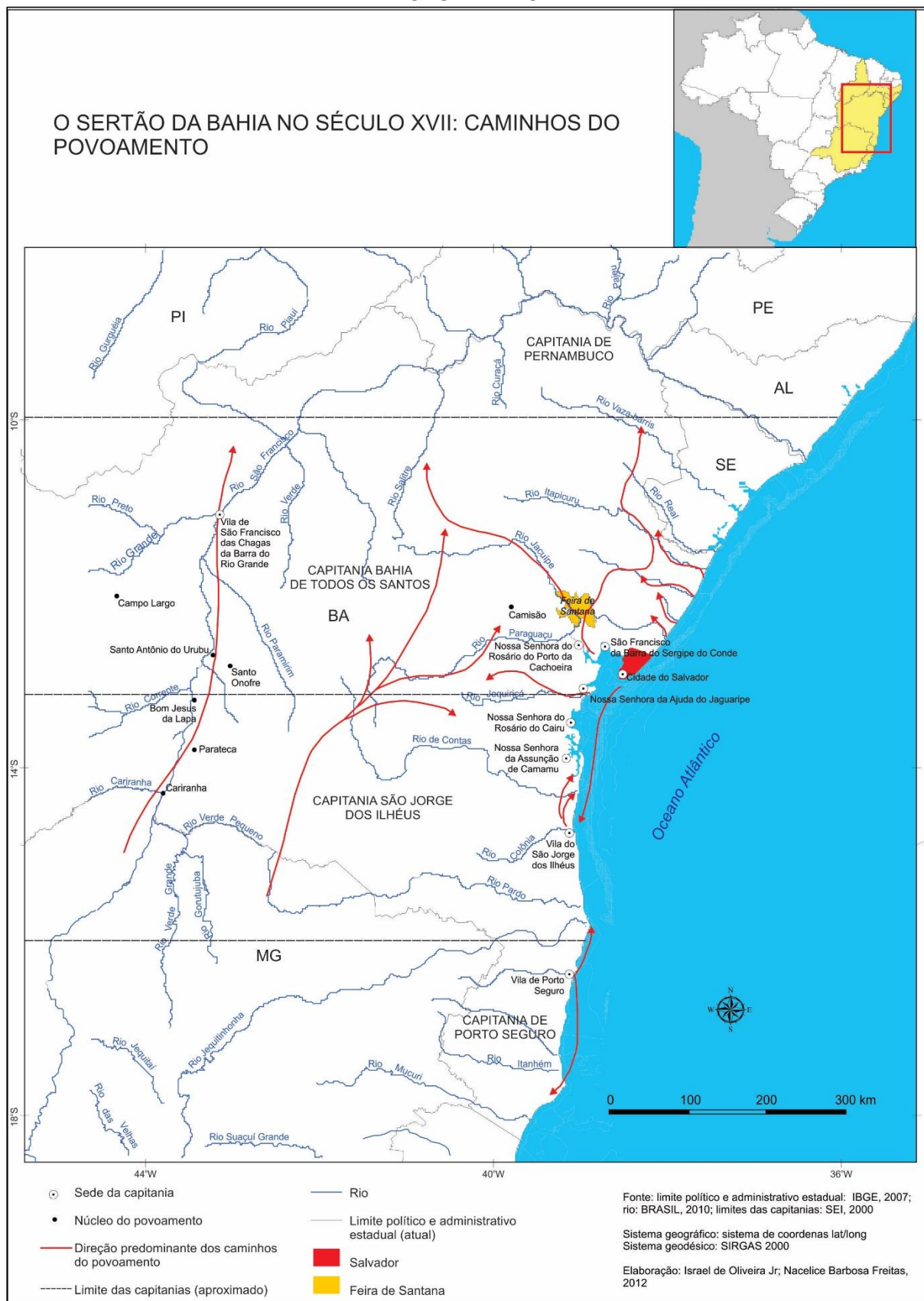
As transformações que ocorreram no território com o avanço desta prática de colonização no século XVII, estão demonstradas no mapa 6. Caminhos que se multiplicam e tomam diversas direções do sertão. A Cidade do Salvador é ponto de partida para o Sul da Capitania da Bahia, a Vila de São Jorge dos Ilhéus se encaminha para Nossa Senhora da Assunção de Camamu. Saindo do Paraguaçu, passando por Feira de Santana, um segue o destino da Capitania de Pernambuco, e outro para o Piauí. Da região das minas gerais têm dois pontos de partida em direção ao norte, além de Porto Seguro que se encaminha tanto para o Norte, quanto para o Sul. Caminhos cravados no solo que tinham por encargo gerar ouro.

Apesar das dificuldades cartográficas no período, e do visível desconhecimento do território, observa-se a importância do povoamento de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Localizada nas proximidades litorâneas da Região do Recôncavo, é indiscutível a sua posição de porta de entrada do sertão, toponímia conferida, à Feira de Santana na atualidade.

A inversão de posição é determinada pelo econômico, mas não podemos olvidar a relevância histórica de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira desde os primórdios da colonização. Localizada às margens do rio Paraguaçu, é possível comprovar, na atualidade, tal importância ao visualizar construções que, em tempos preteridos se posicionavam como importantes engenhos de açúcar, além da sua contribuição em relação às exportações do fumo.

⁷ Em diversos textos e documentos o nome de Ana Brandão tem a grafia de Ana Brandoa, porque, segundo o jornalista e pesquisador Franklin Machado, na época era comum colocar no feminino, sobrenomes das mulheres que apareciam com conotação masculina. (ENTREVISTA FRANKLIN MACHADO).

MAPA 6 – O SERTÃO DA BAHIA NO SÉCULO XVII: LOCALIZAÇÃO DOS CAMINHOS DO POVOAMENTO



No século XVIII era um centro comercial de grande importância, e local de passagem para quem se dirigia para as vilas e povoados dos sertões do São Francisco. Ao que tudo indica, a economia girava em torno do fumo, neste período, exportando para a África, especialmente para Angola, quando era utilizado como moeda na compra de escravos. (GALVÃO, 1982). Tornou-se centro comercial de grande importância estendendo a sua influência desde a foz nas imediações da Baía do Iguaçu, até os sertões do rio São Francisco. É somente no início do século XVII que o fumo tornou-se produto de relevância para o lucro: cultivo que não exigia grandes investimentos comerciais para a sua produção em capital, e necessitava de reduzida força de trabalho escravo. O município de Cachoeira, principal porta de entrada para o sertão, tornou-se centro da produção fumageira da Bahia, importante a tal ponto que no final do século superou o valor da exportação do açúcar e se tornou o maior produtor para a produção de exportação agrícola.

Tais aspectos, além da sua participação e contribuição ao processo de Independência da Bahia, fazem com que seja considerada a 2ª capital do Estado de acordo com a Lei Estadual nº 10.695/07, e em 25 de julho, a sede administrativa é transferida para o município, onde, nesta data, o governador realiza os despachos.

Este era o domínio territorial da feira que posteriormente seria realizada nas proximidades da Igreja de Sant' Ana, fundada no período em que governou D. João de Lancastre, entre 1694 e 1702. Tais afirmações são feitas por Luis dos Santos Vilhena, um português que atuou como professor de grego na Bahia entre 1787 e 1799 e ao ser jubilado da sua cátedra, passou a escrever cartas em que relatava todas as notícias do Brasil, narrava e descrevia episódios que chegavam ao seu conhecimento, assim como, as paisagens da Bahia no século XVIII. Na Carta Décima-Terceira, informou:

Começa o termo da Cachoeira na ponta do engenho chamado em outro tempo dos Aragões, e hoje Engenho da Ponta, e divide com o termo da vila de Maragogipe pelo sítio chamado a Varginha, e seguido a rumo de Lessueste fica a vila situada em uma pequena planície de terra baixa na margem do rio Peruaçu (...). (VILHENA, 1969b, p. 481).

O mapa 7 mostra o sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX, indicando os trajetos de boiadeiros, mineiros e tropeiros. Observa-se que Feira de Santana no século XVIII ainda não aparece identificada a exemplo de Cachoeira, Água Fria,

Maragogipe, Jaguaripe, Ilhéus, Camamu, Rio de Contas, etc., porque ainda integra os domínios de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, no entanto, é território reservado para despontar no espaço da acumulação, situada nas rotas dos caminhos do gado que se entrecruzavam para atingir o porto. É sertão. Lugar de pasto para alimentação do gado, lócus de origem da Vila de Feira de Santana.

Vê-se que o adensamento populacional no litoral, já é bastante acentuado neste período, e foi durante muito tempo utilizado para justificar e problematizar a dualidade que disseminava a depreciação do sertão. A terra chã se amplia, expandindo-se sobre o “chão” antes considerado “vazio”, porém permanentemente produzido para a valorização, testemunhando como se faz o Brasil sertanejo.

Compreendia-se que o sertão estava logo após o litoral, se não estava nas bordas litorâneas, lá se encontrava o espaço distante. Sertão que avança para o interior, obedecendo ao ritmo do desejo em desbravar: transforma-se em território, espaço que é significativo como fundamento da nação. É neste lugar que são impressas as relações sociais, comprovando que o solo é a base natural do poder político, espaço físico delimitado e estruturado para consolidação do poder e formação do Estado-Nação.

Ao fazer uma leitura geográfico-espacial da Colônia no século XVIII pode-se afirmar que a Carta Régia de 1701 define duas macrorregiões, delimitando-as por uma linha, os dois espaços de produção de riqueza diferenciados pela forma específica como se dá a reprodução do capital: Essa divisão resultou do conflito entre criadores de gado e latifundiários da cana-de-açúcar, pois os animais entravam nas plantações destruindo-as. As reclamações atravessaram o Atlântico e o rei atendeu a partir do princípio romano “dividir para reinar”: *regere*.

De origem relativamente recente, se comparada ao processo de formação territorial da Bahia, este território sertanejo de Feira de Santana foi considerado unidade política em 1873, quando a vila foi elevada à categoria de cidade como um testemunho da importância dos núcleos de povoamento rurais; por esse motivo não é possível identificar o seu registro no mapa que localiza o sertão da Bahia no século XVIII. Os registros e documentos históricos indicam que desde 1693 fazia parte da Comarca de Cachoeira, sendo elevada à categoria de Freguesia no ano de 1696.

Por essa época, as áreas de pastagens foram substituídas pelos canaviais, e Feira de Santana, uma aldeia com pouca expressão, passa a sediar a feira. No início do século XIX, já era “grande e povoada” e considerada o “maior arraial da paróquia de São José das Itapororocas”, passando à categoria de povoado em 1819: até então Cachoeira era a segunda maior cidade do Estado. (POPPINO, 1968, p. 21). Desse modo, firma-se como importante centro econômico, denotando a importância do capitalismo comercial para a valorização do espaço.

O interesse inicial volta-se para o entendimento do processo de formação das bases que possibilitaram Feira de Santana tornar-se um centro de expressão nacional, para isso elabora-se uma síntese sobre a produção espacial/territorial.

3.2 No chão das boiadas a terra em transe

No contexto em que se inicia a fixação da população no interior, Frei Vicente do Salvador, escrevendo a História do Brasil em 1627, registrou que os portugueses se assemelhavam a caranguejos, arranhando a costa brasileira. Ab’Saber (1985), afirma que, nesse momento, todos os núcleos se encontravam no litoral exceto São Paulo, onde a mineração no final do século XVII e início do século XVIII se encarregará de expandir o povoamento. No Norte aparecem diversas tentativas para ampliar a ocupação através da pecuária. Feira de Santana desponta na segunda metade do século XVII, inicialmente como ponto de encontro das tropas, área para descanso do gado, e posteriormente local de vendas e trocas estruturando uma feira de importância regional.

A sua formação territorial esteve vinculada à expansão da pecuária, se consolidando a partir do final do século XVIII. Até então, a feira de gado mais importante da Bahia era a de Capoame localizada no norte do Recôncavo, na localidade que hoje corresponde aos limites do município de Dias d’Ávila, entretanto no reinado de D. Pedro II, “O Pacífico” - 1683/1706 – ocorre a proibição da prática da pecuária numa faixa de 10 léguas a partir do litoral, determinando que esta área estava destinada à produção canavieira.

A importância da pecuária na Bahia, data do início da colonização. Ab’Saber (et. al. 1989, p. 117), afirma que em 1549 Tomé de Souza aporta na Baía de Todos os Santos trazendo “algumas poucas cabeças de gado”. A produtividade foi

significativa ao ponto de no ano seguinte essa pequena quantidade ser somada com mais uma leva de vacuns trazida pela caravela Galga que retorna para Cabo Verde com o mesmo propósito. Goulart (1965, p. 14) informa que não há como precisar o dia, mês e ano que o gado entrou no Brasil, mas supõe-se que aqui tenha chegado nos primórdios do século XVI, na porção norte da Colônia, porque o “Cônego João Pedro Gay, no registrar a atuação dos padres jesuítas em terras do Paraguay, chegou ao ponto de asseverar, num rápido lance comparativo, que no Brasil já havia muitos bois e vacas em 1530”, apesar da literatura registrar que Martim Afonso de Souza e Ana Pimentel, sua esposa, os trouxe em 1534 para São Vicente e Porto Seguro.

Nesse período, criação de animais significava inovação, instrumento de conquista: era com o gado, que passava lentamente, dando movimento a terra, ao chão, que deslizava embaixo das patas, sem poder para deter as boiadas, que adentravam o território, submetendo os índios cariris, tupinambás, caetés, dentre outros. É o alicerce que confere firmeza a fixação dos primeiros colonizadores, posicionando-se como um parceiro fiel, reproduzindo, multiplicando, “acompanhando o homem na penetração dos sertões nordestinos”. (GOULART, 1965, p. 67). Inicialmente a criação se estendia pelas franjas litorâneas, atingindo o Recôncavo, sendo realizada diretamente associada aos canaviais.

O governador-geral por essa época já afirmava que o gado representava nobreza e fartura para a Colônia, ele mesmo que obterá uma propriedade de duas léguas nas proximidades do mar “nos campos de Itapoã” alarga permanentemente o benefício, atendendo aos seus desejos e de seus descendentes. Considerado competente na administração dos interesses lusitanos trabalhou para fortalecer e expandir a lavoura de açúcar atividade paralela à criação do gado.

Multiplicam-se os currais (...) “e os rebanhos, favorecidos pela abundância de barreiros e depósitos salinos” propagam-se para dentro, até as bandas do rio São Francisco. “Daí esgalham-se, sem maior trabalho, pois se movem as reses com as próprias forças, rumo ao sertão do Nordeste, que ajudam a desbravar e povoar, seguindo em direção das futuras Minas Gerais”. (AB’SABER et. al. 1989, p. 136).

Antonil (1982, p. 199) faz saber que as fazendas e os currais de gado se localizavam sempre em vastas áreas ao longo dos rios São Francisco, rio das Velhas, rio das Rãs, Paramirim, Verde, Ipojuca, Inhambupe, Real, Vaza-Barris,

Sergipe, Itapicuru, Jacuípe, entre outros. Não há indicação do rio Paraguaçu, mas pode-se afirmar que deve ser incluído nessa listagem. Registra ainda, a existência de “mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio de São Francisco, cento e seis”, deste partem boiadas em direção ao Recôncavo e a Cidade do Salvador.

Deve-se registrar que o período da União Ibérica (1580-1640) se estabelece como impulsionador da interiorização. Nesse contexto histórico, aproveita o colonizador dos benefícios legais por não haver impeditivos à circulação: povoamento, fundação de cidades, abertura de caminhos são especificidades da produção do espaço no Brasil hispânico. No centro econômico do processo está a produção açucareira, consolidando um período de franco enriquecimento e expansão do mercado consumidor europeu.

A totalidade do espaço não poderia suprimir a relação dialética entre sertão e litoral, porque o engenho demandava estoques de matérias-primas exigindo significativa quantidade de trabalho morto a ser depositado no território.

A Carta Régia de 1701, portanto, contém os termos proibitivos, determinando que a criação do gado não poderia situar-se no lugar da cana-de-açúcar, ampliando os limites já descritos em 1688. (MAPA 8).

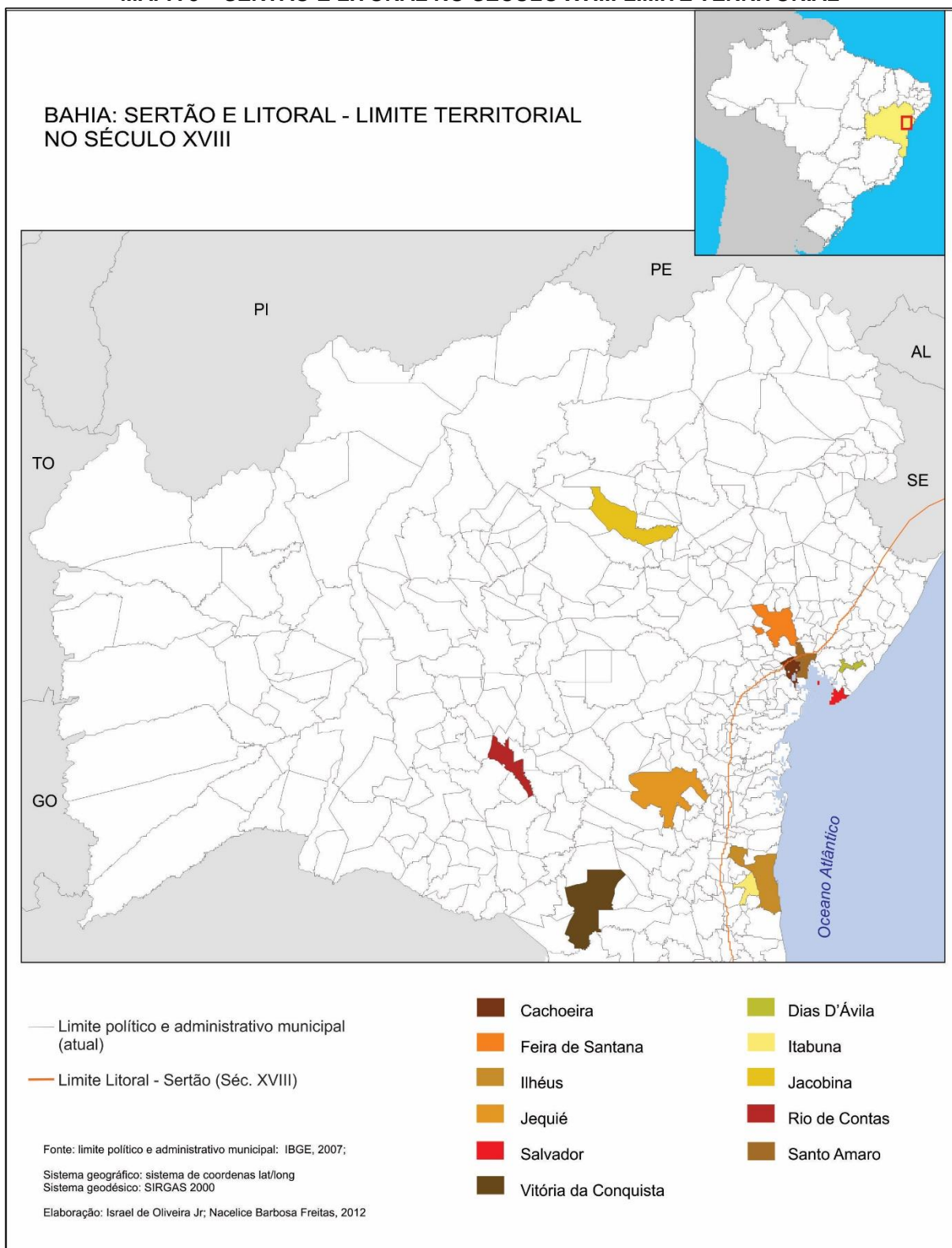
Linhares (1996, p. 112) transcreve um fragmento do texto, da Carta Régia onde tem as seguintes determinações:

Tivesse feito não somente nas dez léguas do Recôncavo, mas em toda a parte onde chegasse a maré, correndo as mesmas dez léguas da margem dos rios pela terra a dentro e que em nenhum dos sítios, nem nas três capitanias do Camamu, houvesse a inovação do gado de criar e só lhes fosse lícito terem o de serviço, fazendo as pessoas que o tivesse pasto fechado, com cercas tão fortes que ele não pudesse sair e fazer prejuízos às roças e lavouras vizinhas.

No mapa 8, traça-se uma linha para aproximar a delimitação da área inscrita na referida Carta Régia. Incluiu-se os limites dos municípios baianos na atualidade para ter-se uma ideia da separação dos espaços naquele período. Ao relacionar ao espaço a função das determinações legais, identifica-se o esquitejamento territorial para empreendimento dos interesses mercantis. A linha transpassava as terras hoje pertencentes a Santo Amaro da Purificação e Cachoeira, colocando no litoral Dias d'Ávila (Capoame), Salvador, Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus e Itabuna. Feira de

Santana está imediatamente a Oeste da delimitação, decretada a ser sertão, da mesma forma que, Rio de Contas, Jequié, Vitória da Conquista e Jacobina, importantes núcleos de povoamento.

MAPA 8 – SERTÃO E LITORAL NO SÉCULO XVIII: LIMITE TERRITORIAL



Se a pretensão real era a produção de riqueza através do “ouro doce” – o açúcar – as entradas e bandeiras, e a criação do gado, se estabeleceram como concretizadores dessa cartografia: cada palmo de chão medido, regulado, mapeado com olhar dos que através do poder político criam condições para extração de matéria-prima que é fundamento do valor do espaço, e, desde o período colonial, firmado para atender os interesses do mercado.

A cidade dista do litoral em linha reta, cerca de 80 km - 13 léguas aproximadamente - e quando as pastagens foram substituídas pelos canaviais, perdendo a região sua feição anterior, abriu-se, um novo espaço para a expansão daquela atividade produtiva: uma aldeia, pequeno núcleo de povoamento, transformando-se em 1828 em um importante centro de comercialização de produtos oriundos da pecuária e principal feira de gado do Estado. (FREITAS, 1997).

Gado e conquista territorial andavam juntos, faziam parte de um mesmo projeto, movimentando um comércio crescente nas áreas sertanejas. A imensidão das terras interioranas concedia possibilidade para ampliação de riqueza mediante a produção de alimentos e da pecuária. Nesse contexto, um proprietário de terra que estendia o latifúndio em direção norte e oeste, tornava-se respeitado socialmente ao submeter os donos das terras.

A submissão se dava através de sangrentas lutas contra os povos indígenas, pois, para os portugueses, serviam de impedimento para a interiorização e não corroboravam com os interesses lusitanos: a vitória nessas guerras conferia ascensão social. A busca de metais preciosos também movia os conquistadores, ao mesmo tempo em que tangiam o gado, atravessavam os rios, construíam passagens, promovendo a conexão do sertão com o litoral.

A grande propriedade do João Peixoto Viegas foi modificada após a sua morte quando em 1732, por razões econômicas o neto divide as terras da família em várias fazendas, e uma delas a fazenda Sant’Ana dos Olhos d’Água, que foi adquirida mediante a compra pelo casal natural de Iguape – localidade do Recôncavo - Domingos Barbosa de Araujo e Ana Brandão. (ANDRADE, 1990). Inicialmente o gado servia para fornecer alimento para o litoral e força de tração nos engenhos.

A importância da pecuária para a sociedade baiana no século XVIII é registrada por Vilhena (1969a, p. 160), e nos seus escritos, Feira de Santana é

identificada pela relevância da “Feira” que recebia rebanhos e por enviar o gado pela Estrada das Boiadas , proveniente dos “diferentes sertões”.

(...) donde saem os bois que se consomem nesta cidade [Salvador]; (...); vêm êstes por tôda a mencionada distância agitados por vaqueiros, montados em cavalos, e armados com ferrões de uma plegada de comprido, com que os atravessam até as entranhas; comendo por toda a viagem, o que é fácil supor, até que finalmente chegam a Feira (...) e ali são recolhidos em currais (...) donde só saem em quartos para os açougues, desde a sexta-feira de uma semana até a quinta-feira da outra; (...).

Poppino (1968, p. 12) afirma que “desde os tempos coloniais [Feira de Santana] tornou-se conhecida como um entreposto comercial de vida própria” e “em 1950 era conhecida em todo o Nordeste do Brasil”, isto devido ao importante mercado de produtos agrícolas e pecuários. Dessa forma, a cidade, constituída a partir de um pequeno povoado, gravitando em torno de uma capelinha e de uma feira, adquire importância regional, tendo em vista o crescimento econômico com a pecuária e a comercialização de produtos agrícolas.

Os registros mostram que os primeiros povoadores eram criadores de gado e desde meados do século XVII e no século XVIII a fazenda Sant’Ana dos Olhos d’Água era pouso obrigatório de antigos tropeiros que levavam o rebanho em direção a Salvador, além de comercializar, uma parte no local.

O autor aborda a formação espacial de Feira de Santana, no início do século XVIII, quando era apenas uma fazenda localizada na “estrada das Boiadas, três léguas ao sul do arraial de São José das Itapororocas”. Esse contexto é *stricto sensu* conteúdo da história da pecuária no sertão da Bahia, sendo a feira do gado o elemento de maior expressão para a valorização do espaço. (POPPINO, 1968, p. 19).

A aglomeração urbana que se desenvolveu nas proximidades da capela da fazenda Santana dos Olhos d’Água, aumentando a população por conta da necessidade de busca das pastagens, do povoamento em direção ao sertão, consolidando um processo de urbanização comandado pela reprodução do capital.

Nesse contexto, Feira de Santana tem a produção pautada na pecuária e agricultura predominantemente de subsistência, mas, em segundo plano, praticando a comercialização do fumo, algodão e de produtos agrícolas e alimentícios, ao invés

da monocultura para exportação. A produção econômica é consequentemente complementar, estratégia utilizada pelos propagadores do mercantilismo, e neste trabalho analisado como uma alternativa para garantir posse do território.

Segundo o pesquisador e jornalista Franklin Machado o comércio de gado era realizado no “Campo do Gado ou da Gameleira” que se localizava a aproximadamente um quilômetro ao norte da capela de Santana, local onde atualmente é a Praça D. Pedro II popularmente conhecida como Praça do Nordeste. Na década de 1950, é retirada do centro, sendo transferida para o Campo General Câmara – quando foram construídos currais modelos bem modernos para a época – essa área compreende hoje a Praça do Fórum Filinto Bastos no centro da cidade, nas imediações da Praça da Kalilândia e Largo São Francisco, próximo ao Hospital Dom Pedro de Alcântara. (FOTOS 3 e 4).

FOTO 3 - FEIRA DE SANTANA: FEIRA DO GADO – CAMPO GENERAL CÂMARA



Fonte: Clube de Fotografia Gerson Bullos/Museu Casa do Sertão.

Explicar as bases da formação territorial importa para aqueles que desejam empreender uma leitura geográfica do mundo, nesse sentido, o conceito de território passa a ser tema principal, e assaz, utilizado por distintas instituições na elaboração

de projetos e políticas públicas na atualidade. Buscou-se nesse debate, ir além da significação clássica mais utilizada do mesmo como espaço de governança e entendê-lo sob o prisma da geografia.

FOTO 4 - FEIRA DE SANTANA: CURRAL MODELO – CAMPO GENERAL CÂMARA



Fonte: Clube de Fotografia Gerson Bullos/Museu Casa do Sertão.

“À medida que os arruados vão crescendo, seguem para o Campo do Gado, atualmente nas proximidades do Shopping Boulevard”. (ENTREVISTA FRANKLIN MACHADO – 2012). Posteriormente, para o Campo do Gado Novo, essas duas últimas na área situada a Nordeste da cidade, nos Bairros do mesmo nome.

Pecuária que garante território e contribui para o crescimento econômico e espacial da cidade, guiado e guiando os que quisessem desenhar as estradas das boiadas. Caminhos do gado que crescem obedecendo ao ritmo do caminhar para constituir território do capital.

Fazendas de gado e lavouras de cana-de-açúcar são registros da geografia e da história escrita pelos sujeitos que produziram o espaço, configurando-se portanto, como elementos essenciais da expansão territorial. Trilhas que emergem dos movimentos decorrentes da circulação das tropas e tropeiros,

adentram o sertão, pisoteando caminhos com direções traçadas pela expropriação colonizadora.

Assim, pode-se afirmar que na Bahia e conseqüentemente em Feira de Santana o processo de colonização se estabelece como ponto fulcral da acumulação primitiva, instituindo a apropriação territorial, produção/reprodução das classes que têm como projeto político a construção da Nação, no território que emerge do seio abissal como uma concreta manifestação do modo de produção capitalista.

As Capitanias Hereditárias da Bahia e de Pernambuco, são aquelas que no início da colonização garantiam de forma mais eficaz a acumulação primitiva do capital e o sertão funcionava como a reserva de valor para o enriquecimento do litoral. Essas no período colonial, tem a formação territorial associada à monocultura canavieira no litoral, determinando que os criadores efetivem o desenvolvimento da pecuária no interior – o sertão. Configura-se o espaço de base mercantil, tendo por referência o sistema de distribuição de terras pautado na Lei de Sesmarias. Este sistema remonta ao século XIV – mais precisamente 1375 - em Portugal, e foi aplicado como legislação fundiária no Brasil desde início da ocupação até próximo à independência em 1822. Grandes extensões de terras eram distribuídas aos interessados em assegurar o processo na Terra de Santa Cruz.

3.2.1 A CASA DA TORRE E A CASA DA PONTE: UM TERRITÓRIO-SERTÃO

O sertão da Bahia, no início da colonização, estava dividido entre a Casa da Torre que pertencia aos Garcia d'Ávila, e a Casa da Ponte aos Guedes de Brito, como já foi dito, e precisa-se registrar que é inegável a importância deste processo para o entendimento da natureza da exploração do sertão, observando-se que neste momento teve início as atividades econômicas, a expansão do mercado especialmente da venda do gado. (MAPA 9).

O mapa 9 oferece uma ideia da extensão da dominação, cartografada no território encontrado pelos portugueses, evidenciando como estavam delimitadas as possessões das referidas famílias. Identificou-se Salvador, Feira de Santana, Jacobina, Serrinha, Água Fria, São José das Itapororocas e Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, para ter-se uma noção dos limites territoriais das

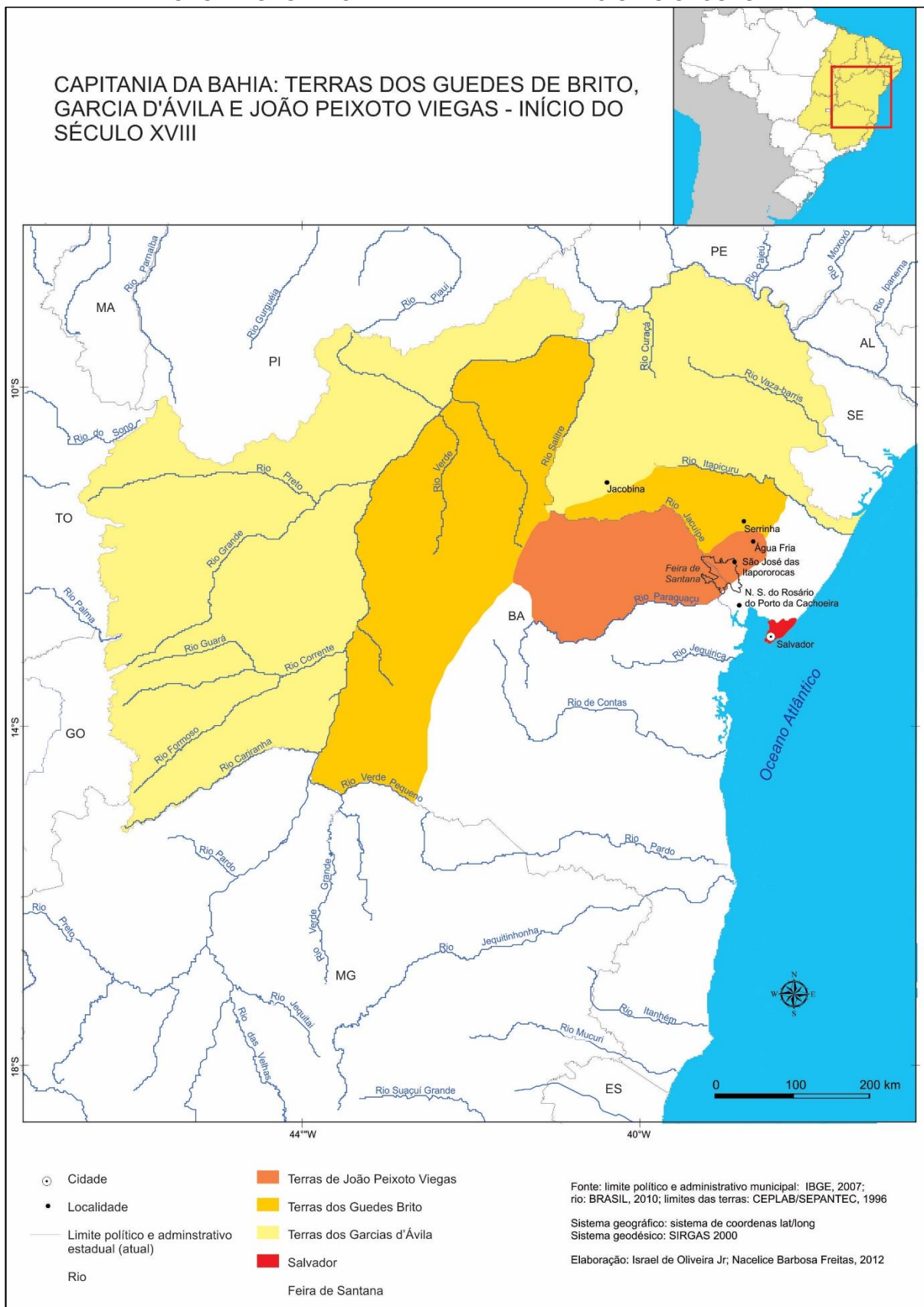
mesmas. A sede da capitania situava-se no litoral e nas proximidades dos rios Paraguaçu, Jacuípe e Jaguaripe, onde aparecem os principais núcleos de povoamento, assim como a direção tomada por aqueles que adentravam o sertão.

A Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (CEPLAB/SEPLANTEC) elaborou o mapa da Capitania da Bahia, delimitando as terras dos Guedes de Brito, Garcia d'Ávila e João Peixoto Viegas no século XVIII. Nele, incluem-se os atuais limites de Feira de Santana, sabendo que a sua extensão territorial no período não corresponde ao atual, mas observa-se que estava cravada nas terras de João Peixoto Viegas. Os limites precisos dessas sesmarias ainda são muito nebulosos, e diversos são os fatores que dificultam a delimitação, especialmente porque os colonizadores que aqui chegaram souberam utilizar, de forma muito competente, o princípio do *uti possidetis* para a posse da terra: primeiro conquistava, em seguida, pedia ao rei o direito de posse. Entretanto, é possível observar que expandiram seus domínios para o norte, no espaço da semiaridez, detentor de rios marcados pela intermitência do seu curso. De acordo com Antonil (1997, p. 2000),

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, (...) quase todo pertence a duas famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentos e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas.

O autor escreve sobre a cultura e opulência do Brasil, obra publicada em 1711, e queimada por ordem de D. João V para que não fossem divulgadas as riquezas aqui existentes, sobretudo as minerais. Um texto de significativo valor geográfico, onde mediante observação expõe as condições da economia colonial com rigor de detalhes, demonstrando profundo conhecimento do espaço, e uma atilada preocupação em registrar a sua história e geografia. Delimita o sertão da Bahia, utilizando os recursos de demarcação do período, com o cuidado daqueles que sabem o valor do tempo e a sua relação com o espaço. Cada fato é colocado sem perder de vista os detalhes da Natureza e os pontos de fixação dos seres humanos - todos devidamente nominados e localizados.

MAPA 9 – LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS DOS GUEDES DE BRITO, GARCIA D'ÁVILA E JOÃO PEIXOTO VIEGAS NA CAPITANIA DA BAHIA: INÍCIO DO SÉCULO XVIII



Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; de Centocê, cento e trinta léguas; de Rodelas por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa; e do Tucano, cinquenta. (ANTONIL, 1997, p. 199).

As fronteiras do sertão apresentam limites carregados de imprecisão, mas precisos enquanto área de encontros sertanejos da pecuária, que impõe a opulência e riqueza construída através da captura dos índios, forçados a desfazer seus territórios. Invasores movidos pela ganância perpetram a sobreposição com cercas, porteiras e currais. Gado e donos da terra confrontados. A boiada passava, submetendo o chão, e quem pensava possuir a terra é forçado a se esquivar para não sucumbir ao pisotear *vacum*; entrar no território não para possuir, mas esconder-se, desaparecer, desumanizar-se, animalizar-se. A boiada atravessa os rios, planícies e tabuleiros, quase que divinizados, porque protegidos e guiados cuidadosamente pelo vaqueiro. O índio, ser bravio, hostil, diabolizado por não aceitar passivamente, a entrega do paraíso aos semideuses na terra que geme as dores dos que perdem o poder do território antes formado.

Bandeira (2000, p. 21), nas páginas escritas com o toque do rigor acadêmico, expõe a saga dos Garcia d'Ávila, identificando-os como responsáveis pelo “processo de conquista e ocupação dos sertões do Nordeste”. O autor informa as especificidades do povoamento desta Região em relação ao centro-sul informando que:

A Casa da Torre Constitui um caso emblemático, no qual a feudalidade essência da colonização do Nordeste mais claramente se manifestou. Sucessivas gerações dos senhores da torre de Garcia d'Ávila não apenas conquistaram os sertões como, por três séculos, detiveram o domínio econômico, político e militar sobre uma extensão territorial mais vasta do que a de muitos reinos na Europa: cerca de 300.000 km² de extensão. (BANDEIRA, 2000, p. 25).

Discutir a posição do historiador quanto da existência de feudalismo no Brasil, tendo a Casa da Torre como exemplo não é objetivo desta tese, mas percebe-se claramente que em sua obra escrita com explícita responsabilidade de um exímio pesquisador, o autor assume o discurso de poder nos moldes feudais, desconsiderando, em seu texto, a posição dos sujeitos excluídos no contexto da colonização, e mesmo que reconheça o massacre espetacularizado pelos Garcia d'

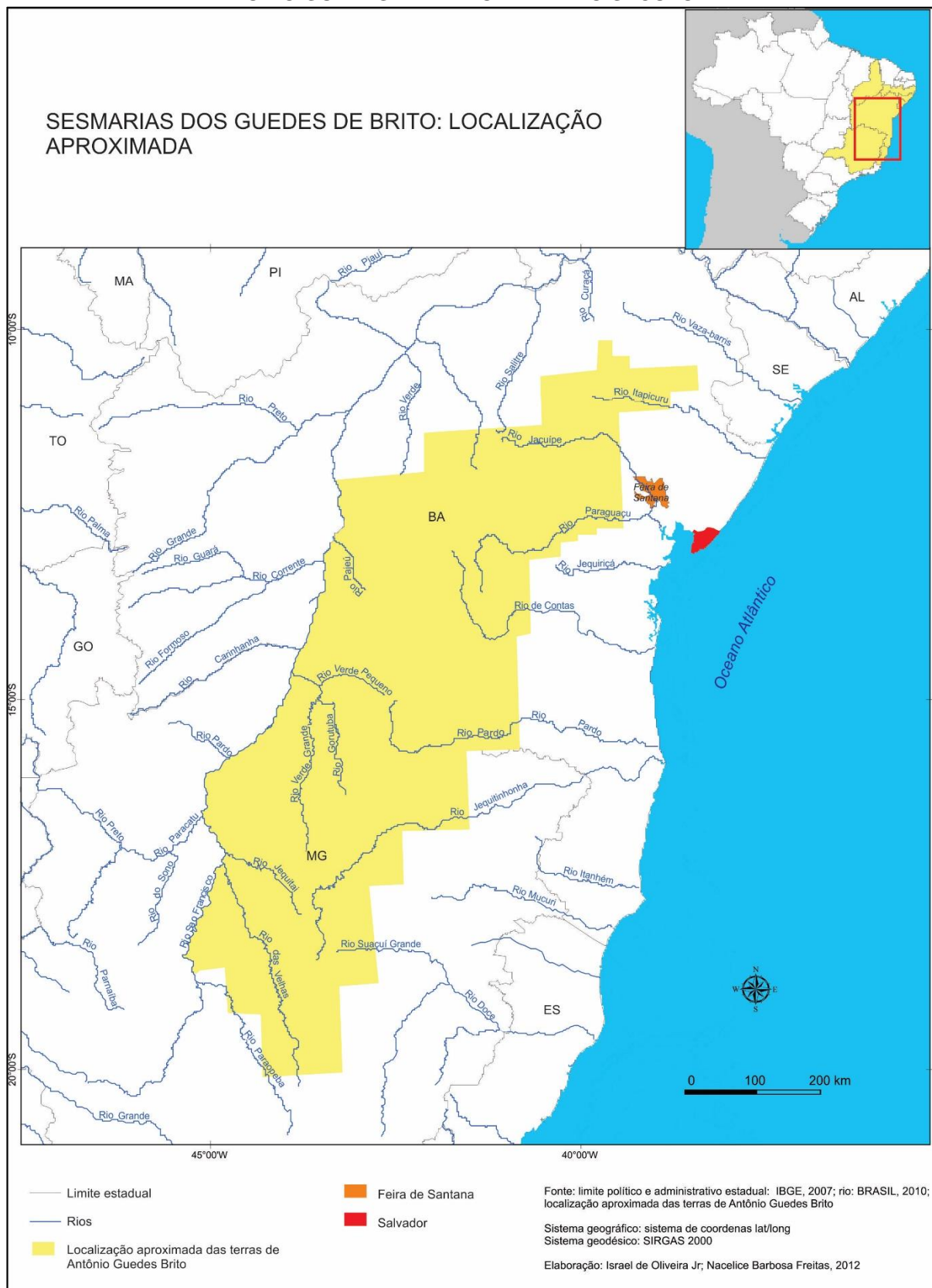
Ávila, prioriza o papel dessa família, dando ênfase à importância do papel no processo “civilizador”, opinião que está, portanto, recheada de ideologia e intencionalidade, por ser ele um descendente direto desta família.

A casa da Ponte pertencia a Antonio Guedes de Brito, filho de Antonio de Brito Correia e Maria Guedes, era uma propriedade situada na região de Jacobina e Morro do Chapéu até o Rio das Velhas. Os limites exatos dessa sesmaria são desconhecidos, não obstante, no mapa 10 expõe-se uma aproximação da sua extensão. Alguns autores admitem que ela tinha mais ou menos 150 léguas de terra e em virtude das formas como efetuavam a demarcação da vastidão do terreno, não há como precisar o tamanho das propriedades que os colonizadores recebiam da coroa portuguesa. A delimitação exata representava um entrave à medição das mesmas, tanto no sertão quanto no litoral. É importante ressaltar que, as configurações do relevo eram constantemente utilizadas para fixar os limites das propriedades: um rio ou riacho, um monte ou mesmo uma árvore mais frondosa, uma rocha mais saliente, serviam de marco. O sesmeiro, além dos poderes econômicos, era respeitado também pelos notáveis serviços de defesa que empreendia na Bahia no século XVII. Ele e seus familiares foram os principais responsáveis pela expansão da pecuária no sertão, estendendo seus domínios para além dos núcleos de povoamento, adentraram o território, acompanhando o curso dos rios Jacuípe, Paraguaçu, São Francisco e Rio das Velhas, em busca, tanto de terras e alimentos para os animais, quanto de escravos, ouro e pedras preciosas.

A utilização de mão de obra indígena era o fator agregador na disseminação do poder no/do espaço efetivado pelos portugueses, e fundamental para tornar consistente o conflito nos limites territoriais. A marcha para o sertão era executada pelos bandeirantes, e especialmente pelos criadores de gado, ampliando consideravelmente o território, quando atuavam como expedições militares, retirando os índios – que o desvario dos colonizadores indica como “estrangeiros” – ao tempo que o escravizam e lhes despojam das suas posses.

A importância da pecuária também está em marcar a toponímia dos municípios baianos do sertão, por exemplo, Feira de Santana. Esses recebiam nomes vinculados à água dos diversos pontos de pouso para as boiadas: Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo, Tanquinho, Riachão do Jacuípe, Riacho de Santana, Alagoinhas, Itapicuru, São Gonçalo dos Campos, entre outros.

MAPA 10 - LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DAS TERRAS RECEBIDAS EM SESMARIAS POR ANTÔNIO GUEDES DE BRITO: FINAL DO SÉCULO XVII



No chão das boiadas a terra em transe, todavia a visibilidade conferida à pecuária pelo colonizador ainda não era muito significativa, pois se a produção do espaço no período colonial fora por eles elaborada, os textos supervalorizam o açúcar em detrimento das outras atividades, porém se o engenho é responsável pela ocupação do litoral, o gado estava diretamente vinculado ao povoamento do sertão. Antonil (1997, p. 201), integra o grupo de historiadores que escreveram no período colonial atribuindo singular importância econômica do gado, assinalando que:

Para que se faça justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil, e os das Alagoas de Pernambuco dous mil e quinhentos, bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos.

Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até cinquenta mil e meios de sola; (...)

O certo é que não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes se sustentam nos dias não proibidos da carne no açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades, vivem de fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos.

Criadores e vaqueiros que adentravam o território, para retornar com as suas crias para o litoral, agora como mercadoria, aboiando em caminhos que eram escritos no solo pelas pisadas dos animais até chegar ao destino final do mercado no litoral. Caatingas submetidas ao vaquejar trotes que marcam o solo no constante caminhar, emitindo o som que calava a voz indígena, silenciada sob as ondas das manadas. Essa é a forma colonizadora, que invade o espaço usurpados dos povos aqui encontrados e que corriam em busca de socorro no interior, para (re)construir o seu habitar: uma busca incessante do porto seguro, doado ao colonizador. No chão das boiadas a terra sangra e recebe a escrita da História e da Geografia, dos currais que se alastravam no Nordeste, avançando no espaço. Terra que treme submetida ao circular do rebanho do ir e vir que produz território.

Durante o percurso, os bois podiam ser abatidos para alimentar os homens que o conduziam, ou mesmo para a troca de alimentos que encontrasse ao longo do

trajeto. Para Abreu (1960) o que mais impulsiona a criação do gado e garante vantagens em relação à agricultura de exportação é a extensão territorial do Brasil, associada à baixa densidade demográfica e capacidade que tem a própria mercadoria de conduzir-se, necessitando apenas do vaqueiro para guiá-la no trajeto entre o centro de produção e o mercado consumidor, local onde eram comercializados a carne seca, o gado em pé, e o couro. Em contrapartida, retornavam para o sertão com utensílios diversos: sal, armas, tecidos, louças, etc.

Poppino (1968) escrevendo sobre a efervescência do comércio da cidade de Feira de Santana no século XIX, afirma que eram vendidos na feira diversos objetos dos mais simples aos mais sofisticados, inclusive louças vindas da Inglaterra.

Para Ab'Saber (et al. 1985 p. 218),

A pecuária, apesar de ter constituído no período colonial uma atividade secundária e acessória, ficando sempre em segundo plano e dependendo das outras grandes explorações econômicas, ou seja, da agricultura de exportação, principalmente da cana e da mineração, teve um papel extraordinário no desbravamento e na ocupação de vastas áreas do Brasil atual. (...) A área povoada por intermédio da pecuária é bem maior do que a que deve sua ocupação à mineração.

Apesar de o povoamento ser disperso, a feira do gado se estabelece como concentrador de população e é neste pormenor que verificamos a sua importância, pois na visão do autor, a expansão por intermédio da pecuária “sempre se deu por contiguidade a partir de um centro de irradiação”, quando essas áreas no período colonial apresentavam um povoamento contínuo, apesar de pouco denso. Chama atenção a importância que confere a criação para a formação territorial do Brasil, indicando que é através dela que temos a dimensão do território nacional para além dos limites traçados em Tordesilhas. A sua função de transporte e alimento era fundamental para intensificar o comércio interno e além da mineração era, portanto, “a única atividade rendosa para os sertões, pois o gado a si próprio se transporta”. (AB'SABER, et al. 1985, p. 218).

Criar o gado não se constituía uma atividade pacífica, pois vaqueiros e índios entravam sempre em guerra na luta pelo território quando o cuidado com o rebanho compreendia tensão e atrito com a captura dos animais pelo “inimigo”. Tais conflitos sempre apareciam nas Cartas de Doação de Sesmarias, como registro das

dificuldades impostas a eles pelo “gentio bravo” ou “gentio bárbaro” que lhes davam muitas despesas no processo de defesa da terra e dos bens, inclusive das boiadas. Schwartz (2005) relata que o desbravamento do sertão da Bahia, partindo do Recôncavo tivera início por volta de 1570, no entanto somente em meados e final do século XVII é que as incursões contra os índios tornaram possível a apropriação de grandes extensões de terras.

Nesse contexto, havia também um nítido conflito entre os senhores de engenho e os da pecuária, porquanto lutavam pela proibição da criação do gado em áreas de canavial e a Carta Régia de 1701 resultou de tais reivindicações. No entanto, “muito antes disso, rebanhos baianos já haviam penetrado no sertão seguindo o leito dos rios, especialmente o São Francisco, o Itapicuru e o Paraguaçu.” (SCHWARTZ, 2005, p. 88). Nesse espaço de pecuária, era comum fazendas pequenas possuírem de mil a três mil cabeças de gado, porém pecuaristas como Garcia d’Ávila, com terras em Tatuapara, e João Peixoto Viegas situado no curso superior do rio Paraguaçu, contavam com rebanhos com mais de 20 mil cabeças. Registra ainda o autor que as ordens religiosas possuíam rebanhos de até 15 mil cabeças como o Colégio Jesuíta de Salvador. Antonil (1997) realizando uma estimativa em 1711, afirma que o sertão nordestino contava com mais de 1,3 milhão de cabeças de gado, alegando ainda que as boiadas contavam com “cem, cento e cinquenta, duzentos e trezentas cabeças de gado”, que também eram enviadas a feira de Capoame, localizada a oito léguas de Salvador. (ANTONIL, 1997, p. 202).

Litoral e sertão aqui formam uma unidade, uma totalidade socioespacial, espaço geográfico produção e reprodução. Schwartz (2005, p. 88) chama atenção para essa relação afirmando que:

Salvador e o Recôncavo dependiam do sertão. Salvador necessitava da carne que o sertão fornecia. Carne, couro e sebo eram usados na cidade e no campo, e os engenhos precisavam igualmente de bois para o transporte, muitos também como força motriz.

Ressalta ainda a importância das feiras de gado para o período, especialmente no que se refere à ligação promovida entre o sertão, Recôncavo e Litoral, e registra:

Grandes boiadas percorriam às vezes sessenta quilômetros por dia com destino às feiras na orla do Recôncavo, onde o ativo comércio tinha lugar. A primeira dessas feiras foi Capoame, estabelecida por Francisco Dias d'Ávila em 1614. Localizada na paróquia de Santo Amaro de Ipitanga, próxima a atual Camaçari, a feira, realizada às quartas, prosperou e permaneceu a mais importante até a ascensão da feira de Santana, a 'Princesa do Sertão', na década de 1820. (SCHWARTZ, 2005, p. 88).

A acumulação de capital através da pecuária exigia grandes extensões de terras, porquanto a criação se efetivava de forma extensiva, e a circulação das mercadorias entre a área de produção e o mercado consumidor, além da necessidade de estar sempre em busca de água provocava longos deslocamentos. O gado e a cana-de-açúcar constituíam a base da economia da Bahia no século XVII, e enquanto o litoral/Recôncavo se fortalecia com a agricultura, o sertão se sobressai com a pecuária, formando um par dialético que alimentava os anseios mercantilistas: de um lado a fertilidade dos solos litorâneos e recôncavo, onde rios serpenteiam, do outro, a planura que consentia a mobilidade necessária para a expansão do interior. A importância da pecuária nesse contexto decorre de uma particularidade que é a estreita dependência da produção do açúcar dos cavalos e bois para movimentar o engenho e transportar o produto até as bases de escoamento. O curral concretizava não somente a apropriação do território, mas parte essencial da *plantation*. As porteiras à beira dos rios indicavam que cana-de-açúcar e gado compunham a dinâmica da estrutura econômica da Colônia, uma totalidade indissociável e mesmo que os escritos de cunho linear e descritivo imponham uma leitura espacial de separação entre esses dois espaços específicos, não é preciso muito esforço para entender que o açúcar demandava gado necessário ao abastecimento do engenho, seja no que se refere ao alimento, à embalagem ou ao meio de circulação e transporte. Ampliam-se os espaços, promove-se a ligação entre as diversas regiões do país, condição que contribui para que Feira de Santana se torne o maior entroncamento rodoviário de todo o Norte-Nordeste, ponto de entrecruzamento de diversas rodovias federais e estaduais: caminhos do gado na terra em transe, vias que interligavam as diversas áreas sertanejas, território/espço atrás do litoral, mas que tem olhar frontal para a linha da costa.

No final do século XVII, a economia baiana, usando o açúcar como alicerce entra em declínio, e o doce produto é diluído nos rios e mares do fracasso: monocultura dependente das condições de clima e solo e superprodução, não resiste aos excessivos impostos e elevação do preço no mercado mundial; decai porque não há como sobreviver à crise do capital mercantil. Há, portanto, a substituição pelo ouro das gerais na década de 1690. Russel-Wood (1981, p. 55), assinala que os “criadores e os fazendeiros de fumo, também sofreram reveses, mas recuperaram-se rapidamente”, porém, foram os “homens de negócio e mercadores, cujo capital não estava investido em terras” a receber menor impacto da crise. O ouro promove declínio da Bahia, deslocando o centro econômico da Colônia do Norte para o Sul. Para Oeste restam as entradas; tanger o gado, buscar território, desvendar a terra em transe.

3.3 A pecuária no sertão da feira

A relação de Feira de Santana com a pecuária tem início no século XVII e diversos fatores contribuem para a ampliação da criação do gado. O clima tropical subúmido a seco e semiárido, com pluviosidade média máxima de 1.595 mm/ano e mínima de 444 mm/ano, concentradas entre março e maio e estiagens entre agosto e outubro, foram fundamentais para o avanço econômico. O espaço tomado como recurso, transmuta-se em *locus* de reprodução de capital, alicerce da expansão dos interesses mercantis.

Localizada numa faixa de transição Feira de Santana situa-se entre a área úmida, correspondendo a toda parte situada no sudeste e sul-sudeste do município extensão do Distrito de Humildes, na fronteira com Conceição do Jacuípe e Santo Amaro, incluindo as proximidades do Distrito de Oliveira dos Campinhos até São Gonçalo dos Campos. Essa porção do espaço feirense é beneficiada, pela maior proximidade com o mar – cerca de aproximadamente 60 a 70 Km em linha reta – possibilitando o recebimento de um maior volume de umidade conduzida pelas brisas marítimas. Além disso, a altitude média de 234m, somando-se ao fato de situar-se num planalto sedimentar, domínio das depressões interplanálticas na depressão sertaneja denominada pediplano sertanejo, com formação de tabuleiros interioranos, tabuleiros pré-litorâneos e inselbergs na porção Oeste. O relevo impõe

uma estrutura que oferece condições de constituir uma posição de barlavento no sul-sudeste.

O tipo de vegetação de transição com predominância das espécimes arbustivos e gramíneas permitia haver farta alimentação e local de amplas pastagens para o gado. O planalto com poucas ondulações tem na configuração a planura que é extremamente positiva à circulação dos animais. A significativa quantidade de nascentes, e também a proximidade das Bacias dos rios Paraguaçu e Jacuípe se impõem como decisivas para tropas que vinham de todo o Norte-Nordeste do país, aqui parassem para descansar os rebanhos. Dessa forma, podemos afirmar que as manifestações da natureza foram essenciais para a expansão do comércio do gado. Para Antonil (1997, p. 199),

(...) as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manente de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais.

O uso da Natureza serviu para ampliar a riqueza e transformá-la em valioso recurso econômico como reserva de valor para o capital mercantil.

Avaliando a rede hidrográfica de Feira de Santana, identificam-se com aproximadamente 40 (quarenta) lagoas e diversas nascentes abrangendo uma área de 600 a 650 Km². Muitas já desapareceram sufocadas pela especulação imobiliária que sobre as mesmas fincaram grandes construções. As que mais se destacavam eram: Lagoa Grande, Taboa, Pirixi, Salgada Subaé e Prato Raso. Garantida a abundância de água necessária à expansão da pecuária, por causa da existência de três bacias hidrográficas: a oeste da cidade a bacia do rio Jacuípe, a leste a do rio Pojuca e ao sul a do rio Subaé, alimentados pelas águas pluviais e pelo lençol freático. (ALMEIDA, 1992).

A relação Sociedade-Natureza manifesta nessas paragens, demonstra a estreita relação do homem com o espaço: seja vaqueiro, pecuarista, ou comerciante - espaço vivido, percebido e concebido como condição para relação política e econômica, passado-presente determinante da formação territorial.

Saindo do litoral, dirigindo-se para o interior da cidade no sentido Sudeste-Noroeste pela BR 324, - em tempos pretéritos, destino da colonização - a Natureza revela o natural no clima e na vegetação. Descreve-se o local da cidade, com uma visão do domínio climático com manifestações nítidas no espaço urbano; e se o clima se apresenta como abstração, a vegetação se encarrega de concretizar o espetáculo, pois as condições fitoclimáticas oferecem a percepção de forma mais evidente destas mudanças climáticas: ao Sul e Sul-Sudeste nas imediações dos bairros Subaé, Limoeiro, Tomba, SIM, 35º BI e Aviário, seguindo a BA 502 em direção a São Gonçalo dos Campos, percebe-se a presença da vegetação do tipo arbórea, típica da mata atlântica, com espécie entre 9m e 15m de altura, numa área de contato direto com o Recôncavo: é a área de influência domínio tropical úmido. Dirigindo-se para o Centro da cidade, desde os bairros Olhos d'Água, Jardim Acácia, Chácara São Cosme, Brasília até o Centro, o crescimento econômico e as construções não permitem mais visualizar claramente o que é o limite de transição, onde se encontravam espécies arbóreo-arbustivas. Essa é uma área de contato entre a caatinga e a mata atlântica, ou ecótono, domínio das matas caducifólias decíduais.

Nas imediações dos bairros Papagaio, Novo Horizonte - ao Norte - identifica-se a existência da caatinga de transição, isto é, caatinga de ecótono, para ver-se de forma mais nítida a caatinga propriamente dita nos Distritos de Maria Quitéria e Matinha, localidades delimitadas no mapa 11.

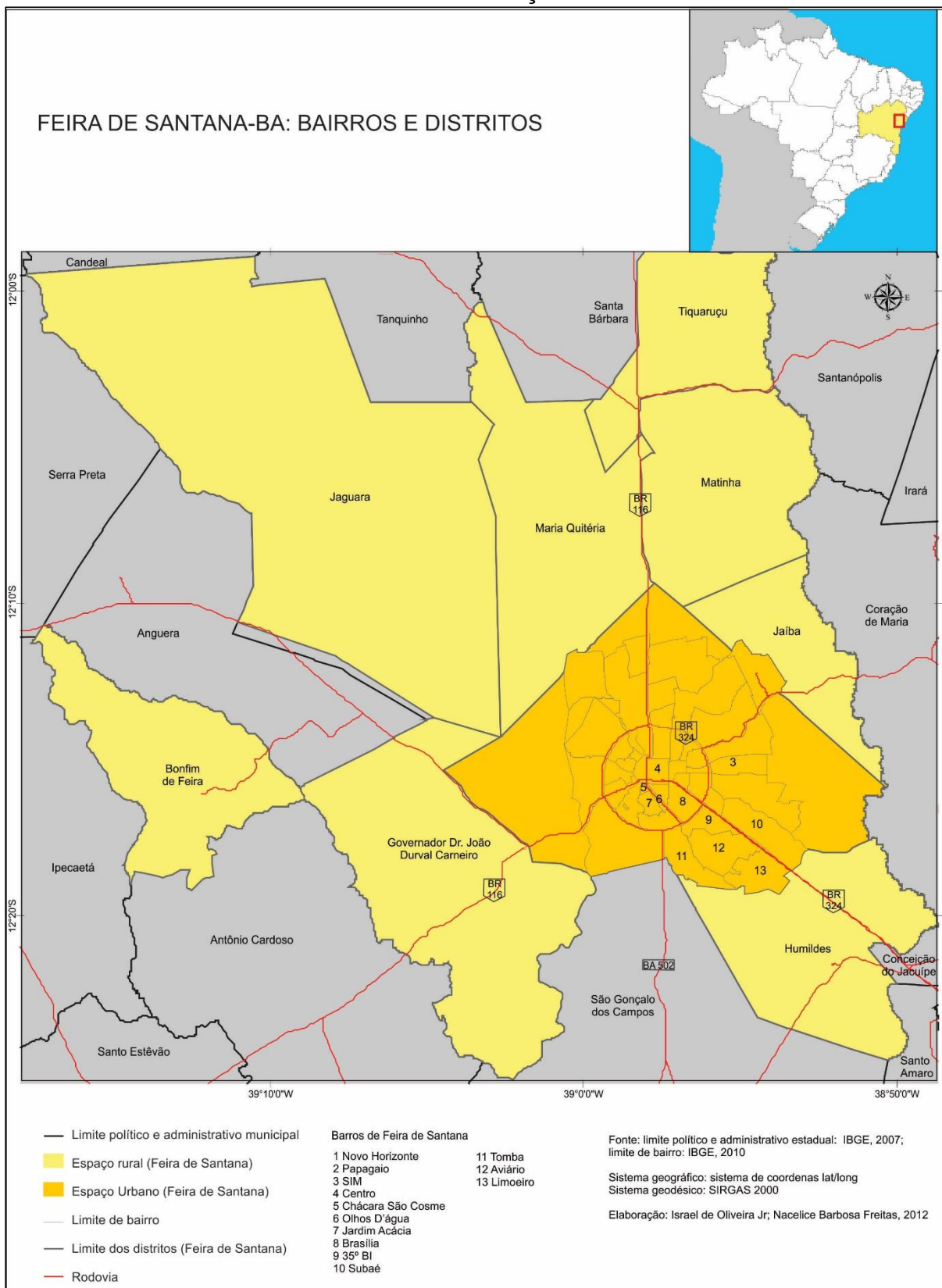
O tipo de vegetação encontrado facilitou a ação colonizadora mediante a pecuária por fornecer a forragem natural, e apesar da ação antrópica, ainda hoje é possível identificar esses aspectos impressos no espaço. Assim, a produção do espaço é consolidada na pecuária que se desenvolveu desde o século XVII, na terra que se oferece enquanto possibilidade para realização econômica e adaptabilidade natural.

Abreu (1998, p. 242) escrevendo sobre as dádivas da Natureza relacionadas ao desenvolvimento da pecuária no período colonial, assegurava:

Que a mata é incompatível coma criação do gado, ainda agora se vê no Amazonas. A pouca luz que cõa através das copas unidas do arvoredado não permite a formação de pasto; para os ruminantes a opulência vegetativa redundava em inanição irremediável. A caatinga é

bem mais hospitaleira, apesar dos espinhos que caracterizam grande parte de suas árvores (...).

MAPA 11 – FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS E DISTRITOS



Quem entrava a terra demarcava o espaço com a fixação do gado, investigando sobre a existência de metais preciosos e trazendo índios cativos para movimentar os engenhos, contribuição basilar para o fortalecimento e produção da riqueza colonial.

A localização das fazendas de gado no sertão também contribuía para não onerar as despesas na produção açucareira do Recôncavo, pois os preços do produto não podiam ser alterados, diante da concorrência com os que estavam mais próximos do mercado.

Essa caatinga foi inicialmente desprezada, preterida pelos colonos em relação ao litoral, porém, tomando por base as informações do autor, pode-se registrar que, posteriormente os campos entre as árvores de espinhos foram tomados, transformados em pastos que, margeavam rios, riachos e nascentes, para fugir da falta de água, seguindo ao encalço dos índios, enquanto no “território assim descoberto o gado multiplicou-se de modo maravilhoso”. (ABREU, 1998, p. 244).

Não se pode olvidar ou negligenciar as especificidades climáticas de Feira de Santana porque mesmo situando-se em área de transição recebe as influências, tanto a umidade, quanto da semiaridez. Com chuvas concentradas entre setembro e março, está submetido a longos períodos de estiagens durante o ano, integrando a lista dos municípios que incluem os limites do Polígono das Secas. Porém, esta demarcação indica uma contradição, podendo-se afirmar que são fronteiras políticas, pois coloca a Natureza como problema, entrando em conflito com as vantagens que o mesmo espaço oferecia nos tempos coloniais.

A relevância de Feira de Santana como cidade que desponta no sertão para posteriormente ser Princesa do Sertão, mediante a realização de uma atividade considerada secundária é evidente. Nos diversos momentos de crise da cana-de-açúcar despontava como mais lucrativa, e até mesmo a mineração, classificadas como mais importantes para os interesses metropolitanos. Importa registrar a proeminência da pecuária quanto a sua relação com mercado interno; neste aspecto se diferencia das outras atividades econômicas desenvolvidas na Colônia, pois não tinha ligação direta com a Metrópole, enquanto sua realização englobava interesses internos. É, portanto, a que mais se destaca depois daquelas dedicadas à exportação. Uma leitura sobre a economia colonial permite afirmar que a mesma estava estreitamente relacionada ao engenho e as minas, por colaborar com o

processo de geração de riqueza da Colônia, destacando-se como determinante na dinamização do mercado interno.

Mas não foi apenas a expansão dos currais que impulsionou a conquista do sertão. Desde os primórdios da colonização, ambição de alcançar o Eldorado ou encontrar *a serra resplandecente* alimentara o sonho de portugueses e mamelucos, aos quais os índios transmitiam informações sobre a existência, nas proximidades das cabeceiras do S. Francisco, de serras onde havia metal amarelo, cujos pedaços desciam para as águas do rio. (BANDEIRA, 2000, p. 123, grifo do autor).

A descoberta das minas contribuiu para a instalação de diversos currais no sertão nas margens dos rios, ao longo dos caminhos trilhados em busca de ouro e diamantes; ao mesmo tempo em que criavam, produziam requeijão – o queijo do sertão - exportavam o couro e com ele faziam suas vestes, comercializavam carne fresca e carne seca, e o boi em pé.

Feira de Santana, ao mesmo tempo em que emergia como um entreposto comercial subsidiário do capital mercantil, não é ainda a cidade, a arquitetura e o urbanismo, ou uma infraestrutura desenhada pela engenharia, mas a feira. O comércio contribuindo para a formação de aglomerações populacionais. É mormente na margem dos rios perenes que se concentra o povoamento. Prado Junior (1981, p. 68) relata que na metade do século XVIII o sertão nordestino “alcança o apogeu do seu desenvolvimento”, porquanto o gado abastece os centros urbanos do litoral, entre o Maranhão e a Bahia, marcando a produção do espaço e a cultura, a tal ponto que Abreu (1998, p. 133) ao tratar da questão alega que “pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro”. Imbricados estão a Natureza e Sociedade mediadas pelo trabalho para o fazer sertanejo. Pictografia que inscreve caminhos que se entrecruzavam, perpetuando uma cultura do couro num eterno fazer geográfico: Feira de Santana é um exemplo.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato os banguês para o curtume ou para apurar o sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros

puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 1998, p. 133).

Delineada está a especificidade sertaneja em detalhes, estruturando uma paisagem que é registro da realidade determinada pelo econômico. Paisagem não como um fim, mas um meio explicativo da relação espaço-tempo, passado-presente geográfico produzido pela sociedade, onde os fenômenos que ocorrem são essências do processo de desenvolvimento socioespacial.

Para Feira de Santana a pecuária se estabeleceu no século XVIII como espaço de valorização mesmo sem possuir riquezas minerais, nem significativo desenvolvimento da lavoura canavieira, a despeito de alguns engenhos localizados no atual Distrito de Humildes.

Atualmente a pecuária não mais detém o mesmo significado do período colonial. Considera-se que a diversificação das atividades produtivas, especialmente após a implantação da industrialização moderna em 1970, pode ser avaliada como um fator preponderante para a perda da importância do gado na economia feirense. Substitui a importância pelo o comércio mais diversificado, e até a feira livre deslocada do seu lugar de origem - o sítio urbano que se consolidou como centro da cidade – fragilizou o comércio do gado.

O campo do gado novo, não garantiu a continuidade da atividade e o desmoronamento dos Matadouros Frigoríficos S/A (MAFRISA), distancia cada vez mais os fazendeiros de gado do seu ofício. A feira de gado, aquela que nominou a cidade, hoje se resume a um evento anual no Parque de Exposições João Martins da Silva, localizado às margens da BR 324, quando em meio a exposições de animais têm-se shows de artistas da música nacional, regional e local. Pecuáristas expõem, vendem e compram em meio ao tilintar dos músicos.

Na tabela 1 constam os dados referentes ao efetivo dos principais rebanhos entre 1980 e 2008. Especialmente quanto ao número de bovinos observa-se clara instabilidade no que se refere à evolução.

Os dados mostram que entre 1980 e 1985 há diminuição do rebanho em mais de sete mil cabeças, para crescer em mais de quarenta e quatro mil em 1990, ocorrendo uma redução de 80.868 animais em 1995, e apesar da recuperação a partir de 2000, não registra os números de uma década atrás.

Tabela 1 - FEIRA DE SANTANA: EFETIVO DOS PRINCIPAIS REBANHOS 1980-2008

| Ano | | | | | | | | |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| Rebanho | 1980 | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2006 | 2007* | 2008* |
| Bovinos | 75.003 | 67.869 | 112.300 | 31.432 | 63.738 | 64.755 | 65.967 | 69.265 |
| Equinos | 4.135 | 5.201 | 9.600 | 8.813 | 14.186 | 19.811 | 20.603 | 16.520 |
| Suínos | 15.123 | 17.335 | 28.700 | 38.207 | 60.934 | 62.307 | 64.131 | 65.879 |
| Ovinos | 10.758 | 11.776 | 21.910 | 20.755 | 31.698 | 42.093 | 45.881 | 58.000 |

Fonte: SEI Informações básicas dos municípios baianos (1980-1995).

Anuário Estatístico de Feira de Santana (2000-2010).

*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)-Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM).

Diante do exposto, pode-se afirmar que desde o final do século XVIII a pecuária contribuiu para que Feira de Santana obtenha condições de desenvolver um comércio mais autônomo, consolidando no sertão da Bahia uma economia interna apoiada na criação do gado, e na diversificação agrícola, com plantio para subsistência, mas no contexto atual, perde a importância frente à modernização comercial e industrial.

3.4 “Sertão é onde manda quem é forte” no chão que transmuta-se em território

A abordagem do sertão como território reflete uma preocupação intelectual em virtude da insuficiência de estudos sobre o tema. Para explicitar o objetivo desta tese precisa-se deixar claro que a elaboração do conceito está estritamente relacionada à postura ideológica do sujeito, às condições dadas pelo/no espaço. A linguagem desse sujeito é permeada pelos conteúdos viabilizadores/possibilitadores da comunicação ou limitadoras do diálogo, indício denunciador da complexidade da questão.

O estudo sobre os sertões não é recente se considerar os escritos de viagem desde o final do século XIX e início do século XX, e também nos romances que abordam o tema com significativa propriedade, mas geograficamente o seu aprofundamento torna-se necessário em decorrência da fragilidade conceitual.

Etimologicamente a definição de sertão apresenta conceituações multireferenciadas, e a origem do termo é carregada de complexidade, controvérsias e diversidade nas explicações: é definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como subárea árida e pobre do Nordeste, situada à oeste do

agreste e zona da mata, no entanto, Neves e Miguel (2007), expõem que o mesmo tem sua gênese na palavra “desertão”, isto é, deserto grande. Alguns filólogos afirmam que deriva do latim *desertanu*, mas segundo o autor, apresenta uma obscuridade etimológica que contribui para a polissemia.

Conforme Neves e Miguel (2007, p. 10, grifo do autor),

(...) Gustavo Barroso (1888-1959), apoiado no ‘Dicionário da Língua Bunda de Angola’ de Bernardo Maria de Carnecatim, publicado em Lisboa em 1804, conferiu sua origem ao vocábulo *mulceltão*, corrompido de *celtão* e depois, *certão*, cujo significado, em latim seria *lócus mediterraneus*, ou lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa.

As Grandes Navegações no século XVI contribuíram para que esse espaço fosse associado à fronteira da colonização, laboratório para os bandeirantes que penetravam a terra “chã”, o mundo hostil e vasto, símbolo da capacidade metropolitana de estender os limites territoriais. O termo é carregado de ideologia, porquanto repleto de sentido geográfico, histórico, sociológico, antropológico e cultural.

Explicar o sertão, destarte, implica em entender o tempo-espaço. Nesse sentido, torna-se evidente que é impossível elaborar uma leitura sobre a realidade sem assumir uma postura teórica e metodológica que seja condizente com a prática que se deseja construir, e que tem por meta a transformação. Este é o desafio no contexto da sociedade capitalista quando Espaço e Tempo se estabelecem como categorias analíticas fundamentais para a explicação da realidade centrada na mercadoria, pois tais conceitos se referem à nossa condição de existência, à relação Sociedade-Natureza mediante a luta de classes.

Amado (1995) afirma que o sertão, desde o século XVI, está presente nos relatos dos viajantes e cronistas que passaram pelo Brasil, sustentando que se trata de uma categoria do pensamento social, cultural e historicamente foi construído desde o início da colonização. Não aborda a questão da depreciação, nem o relaciona aos mecanismos utilizados pelo Estado e Sociedade para instituí-lo como território da acumulação primitiva do capital, mas trava um debate que oferece a possibilidades para traçar os caminhos geográficos. “Talvez nenhuma outra categoria, no Brasil, tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão estranhada na história brasileira, tenha significados tão importantes e

variados e se identifique tanto com a cultura brasileira”. Mas ainda é insuficiente o conhecimento geográfico produzido sobre o tema, e urge uma explicação que considere a totalidade das relações sociais da produção capitalista.

Definir e explicar o sertão significa situar-se diante de uma questão complexa, porque é necessário levar em consideração a dialeticidade espacial, isto é, a sua essência. Geograficamente esse espaço é determinado pelo falseamento, escamoteamento da realidade, seja no campo climático, geomorfológico ou biogeográfico. Na opinião de Moraes (2002) os discursos “ordenam” uma realidade que está impressa no imaginário social/regional, e é sedimentado em maneiras de agir e pensar, consolidado nas formas regionais, e também perpetuado na história através dos textos dos livros didáticos, na literatura acadêmica, nas músicas e poesia, de “conteúdo” regional. A análise sobre o sertão é uma resposta concreta sobre o significado da contradição, porque no percurso da (des)qualificação é explicado sob viés cultural referência que não corresponde ao real, pois a sua localização não é diretamente vinculada à vivência, ao lugar da vida cotidiana, mas fora dele. Essa leitura contraditória corresponde à ideia de localização enquanto espaço isolado, distante, o outro, cartografia subjacente no estranhamento e corresponde à desconhecimento, condição que inviabiliza uma definição mais consistente.

Espaço a ser “descoberto”, “valorizado”, ao passo que, é sítio de uma acumulação primitiva, e enquanto tal ergue-se como território apropriado para a consolidação do capital mercantil, fato que exprime a contradição manifesta na (des)qualificação e depreciação. O período colonial, analisado sob o viés espacial, tem a distância como fator essencial à compreensão da relação espaço-tempo, vinculando-a ao tipo de transporte usado. A localização do sertão condiz à ideia de lugar distante, longe, fronteira quase inalcançável, uma delimitação que indica grandeza e amplas extensões territoriais. Feira de Santana *lócus* da relação tempo-espaço, quando o “tempo de deslocamento emerge como critério de medida.” (MORAES, 2009, p. 93). Desponta como Freguesia circunscrita aos limites territoriais de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira em 1696, e a ela esteve submetida politicamente até 1832. Nesse contexto, encontrava-se distante da capital, pois para alcançá-la, tinha-se que cruzar os seus termos, andarilhar na Estrada das Boiadas, descendo cerca de 300m de altitude, um requisito

indispensável à permissão para navegar o Paraguaçu até alcançar o litoral, para além do horizonte da Baía de Iguape. Nesse limiar do século XXI, tempo e espaço se aproximam como linhas paralelas que se unem no horizonte, contradizendo as Leis da Física, e confirmando a determinação do econômico mediante a mundialização do capital.

Quando a localização do sertão exige relação com a sociedade, a resposta perpassa o prisma da desumanização, porque é definido através da ocupação por “povos”: exóticos selvagens, índios ferozes, gentios à prear. O que justifica o extermínio, por não pertencerem à nacionalidade brasileira, e contra a ordem da construção da Nação. Sertão não é uma exclusividade na literatura brasileira: há sertões de dentro e sertões de fora, sertões de Goiás, sertão de Canudos, conhecidos bem antes da efetiva instalação da colonização portuguesa. É uma categoria nacional, situando-se, espalhando-se em todos os rincões; no Amazonas, “sertão de dentro” para os limites com a Venezuela, e “sertão de fora”, no Rio Grande do Sul para porções da fronteira com o Uruguai, permitindo concluir que vários estados brasileiros, além dos nordestinos não sobrevivem sem o sertão. (AMADO 1995).

Na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a Região Nordeste, afirma-se a leitura sobre o sertão fundamentada no discurso da semiaridez como representativo das dificuldades e mazelas da população, então, respostas às desigualdades socioeconômicas resultantes da contradição inerente a reprodução do capital. Tal contradição refere-se não somente a forma como o capital busca caminhos sinuosos, meandros para a sua sobrevivência, e penetra no âmago da sociedade, esgueirando as curvas da compreensão, com vistas a cegar o entendimento do real-concreto, sobretudo, a maneira como o discurso se perpetua. Sertão e semiárido se confundem.

Espaço/região delimitado, definido e explicado a partir do ressequido, aridez que não tem fim, seca, pobreza, miséria e desgraça, decorrentes das condições climáticas. Esses aspectos são determinantes na definição dos limites da Região Semiárida da Bahia descritos pelo Estado. (CASTRO, 1996). (MAPA 12).

Limites tênues, mas que em território baiano conta com 265 (duzentos e sessenta e cinco), dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios, correspondendo a aproximadamente 70% da área de todo o Estado. Os 30 % restantes compreende

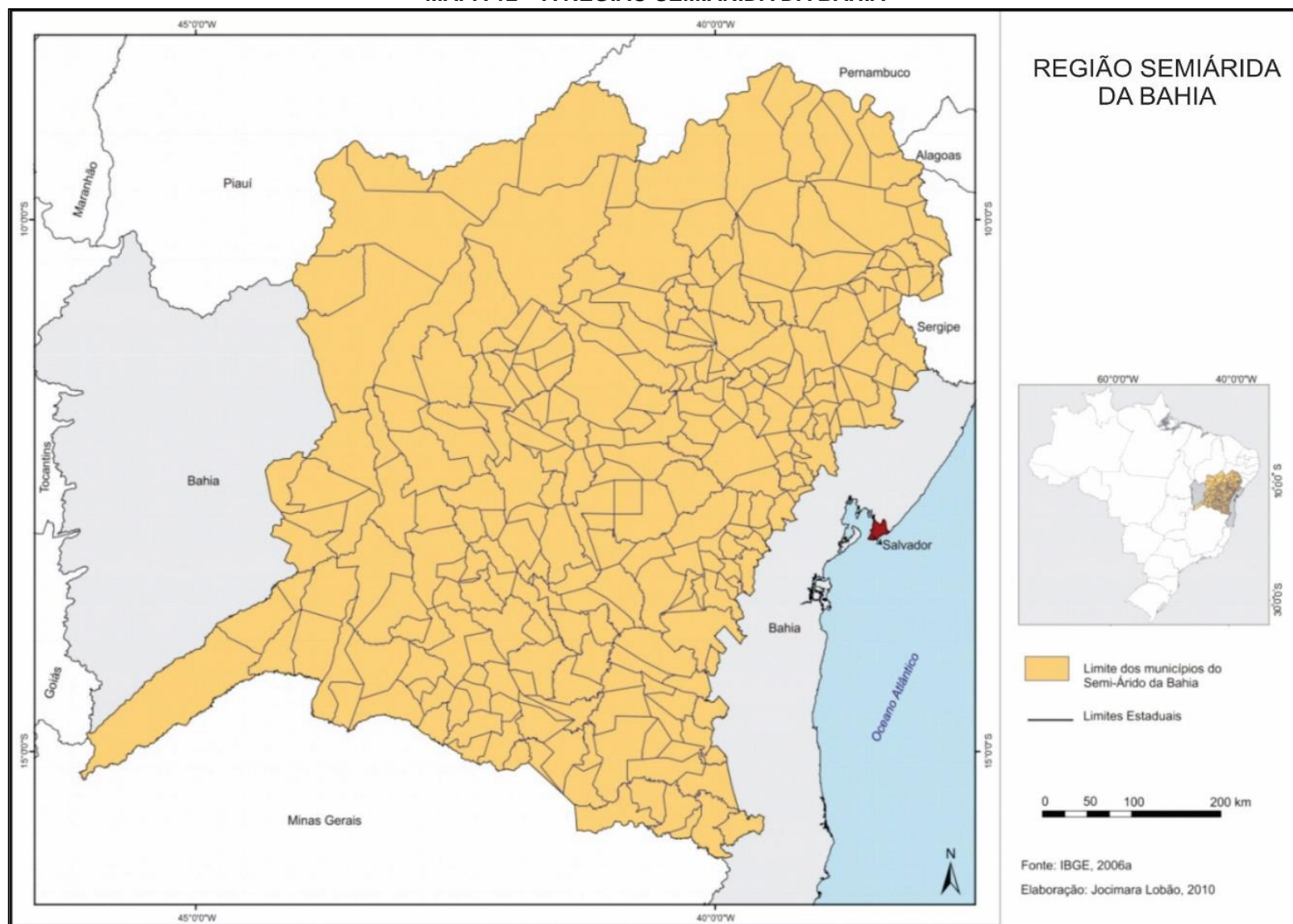
o litoral da zona da mata e o Oeste do cerrado. Este último, levando em consideração a divisão regional do século XVIII é também sertão. Confundir sertão com semiárido constitui um problema geográfico que merece resposta, porque sertão, nessa perspectiva, é o interior, e não significa que estando ali localizado tenha como destino essa classificação climática.

As dificuldades impostas pela natureza é a confirmação de que a força social será sempre, indiscutivelmente, impotente diante da sua determinação, esse ente superior a tudo e a todos, representativo do poder sobrenatural das certezas climáticas: não apenas clima, mas, sobretudo uma barreira insuperável, entrave que impossibilita a realização de qualquer projeto de transformação social. Natureza que é utilizada como recurso ideológico, portanto, amálgama da composição político-econômica com conteúdo básico para escamotear a realidade concreta, a essência da relação sociedade-natureza.

Pode-se inferir que, o sertão é definido como Região na perspectiva Lablacheana, quando a “natureza física” determina “o modo de vida”, influenciando a população deforma a “adaptar-se” ao cotidiano eterno e imutável. Imagens reais que emergem como punição, princípio e fim do emaranhado de plantas, solo, relevo que resistem as intempéries e interpenetram-se, aceitando o destino cruel que lhes foi outorgado: existir e resistir, devorar e devorar-se geograficamente na Natureza concebida para ser intransponível, com direitos autorais garantidos no imaginário regional/social. Nessa perspectiva, a relação sociedade-natureza é estabelecida como fundamento para a (re)produção social e territorial do sertão.

A singularidade do sertão não é compreendida através da relação sociedade-natureza, assim, o trabalho não explica as obras resultantes da ação humana que é responsável pela transformação do espaço, torna-se diferente do entorno quando é visto sob o ponto de vista da alteridade, o “outro” separado, isolado, fragmentado da totalidade, transcendendo-a permanentemente: é como se fosse o território do “nada”, do inexistente, sem construções habitações ou pessoas, um espaço desvalorizado, preterido, submisso ao litoral, *lócus* da reprodução econômica e social: um “chão”, um vazio apenas. A sua imagem ressequida, o aspecto do solo rachado, a caveira do boi, indica o pouso da desgraça e a inexistência das atividades produtivas e ausência de humanidade. (MORAES, 2009; MACHADO, 1995). Para Moraes (2009, p. 88).

MAPA 12 – A REGIÃO SEMIÁRIDA DA BAHIA



O sertão não se constitui, portanto, como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres. Ao contrário, a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raros definidos como ‘vazios demográficos’ ou ‘terras desocupadas’.

São argumentos perpetrados pelo poder para a edificação dos atributos da depreciação. Não sendo “materialidade criada pelos grupos sociais” é o “chão”, terreno plano e desocupado, o trivial, *lócus* da vulgarização da possibilidade da formação do território, pois é o lugar “vazio”, terra a ser recriada. O imaginário social construído sobre o espaço concreto é uma resposta ao que era descrito no projeto da monarquia portuguesa, guerreira e marítima, em busca do eldorado, análogo ao paraíso na terra.

A visibilidade da presença humana não seria possível naquele “chão” que se pretende destituído de história e geografia, porque essa se iniciaria com a colonização que se coloca na gênese da valorização do espaço. A natureza tida como separada da sociedade nesse momento, tem como meta distanciar espaço e tem do sertão, o interior, o outro lado do litoral, lugar que está posto dentro, fincado no âmago do território.

Sertão, efígie que é geografia e história registrada na memória, eternizada e perpetuada no movimento que se mantém, permanece e desvanece, escamoteando a realidade e transformando-a em metáfora.

Na literatura, a geografia do sertão é geralmente redigida sob viés descritivo, firmando o que legitimou a ciência geográfica no momento de sua consolidação. A análise sobre o “chão” sertanejo é fragilizada porquanto é indicada como caracterização da aparência que está evidenciada nos interesses bandeirantes.

Moraes (2009, p. 88) tecendo críticas sobre os recursos metodológicos para análise dos sertões, afirma que:

Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois essas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno.

São essas questões que se situa no centro da problemática dessa tese, porque a sertanização do território baiano precisa de explicação, enquanto Feira de Santana é tomada como exemplo e espaço delimitado para a análise específica, por

consequente, carece de estudos que circunscrevam com precisão a sua “localidade sertaneja” nesta “materialidade terrestre” que em tempos pretéritos foi tornada o “chão”, mas é na essência, o território, que no contexto atual se apresenta geopoliticamente “delimitado e cartografado no terreno”.

O sertão na visão de Moraes (2009) é um espaço que não é compreendido sob o ponto de vista empírico, comprovando-se uma ruptura entre conceito e realidade, e não se constituindo conceito, também, não é espaço - geograficamente falando - não assume, portanto, a posição de ‘habitat’, ‘região’ ou ‘território’.

O embate teórico-conceitual é inevitável, pois essas categorias são concretas, delimitáveis, fundamento espacial objetivo, porquanto, realidade do espaço terrestre. Isso justifica a afirmação de João Guimarães Rosa de que o sertão é um ente presente entre aqueles que o querem ver, ter, sentir, saborear. O “(...) sertão que é o mundo misturado. Não é à toa que esse é o lugar do atraso e do progresso imbricados do arcaico e do moderno enredados, onde o movimento do tempo e das mudanças históricas compõe as mais peculiares combinações”. (ROSA, 2006, p. 357). É o mesmo sertão que Euclides da Cunha buscou na escrita da história, para redigir sobre a geografia.

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. (MORAES, 2009, p. 89).

A naturalização do sujeito histórico, homem real que dá sentido político ao espaço é antônimo a qualquer redução generalizante. Então o que é o sertão, sua variedade espacial, suas singularidades? Como está definido no imaginário social e que discursos o materializam?

Moraes (2009, p. 90) ainda assegura que:

Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse dos agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paisagens.

O sertão é comumente concebido como um espaço para expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento.

O sertão, nesse sentido, é compreendido como “espaço natural”, ao passo que a significação revela a natureza enquanto uma condição *a priori*, ou conhecimento que se refere ao mundo das coisas ou dos objetos como aquele acabado, com formas determinadas previamente, ou seja, anterior à capacidade humana de ultrapassar os limites do natural “antes criado”. Esta linha marca a fronteira que separa superfície natural e social, fixando a impossibilidade de transformação da realidade. Tal pensamento corrobora com a ideia de que a “natureza não produz o material (...) os espaços naturais são, em realidade, espaços construídos pelo imaginário coletivo” expressando uma não aceitação do presente. (SOUZA, 1997, p. 14-15). “Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; (...) O sertão está em toda parte.” (ROSA, 2006, p .8).

O imaginário social construído a partir do natural contém poder, confirmando a compreensão que se situa na base do projeto colonizador, formando o território para apropriação e dominação que, sob o ponto de vista dialético é a tese do processo expansionista. A produção do conhecimento geográfico, nesse turno, se inclina cuidadosamente para o “espaço natural”, que é na essência naturalizado, para ser socializado na forma de realidade histórica, porquanto a “natureza-em-si”, não é dotada de competência de produzir o ente “natural”, produz sim natureza, porque é a relação sociedade-natureza que produz o espaço geográfico que jamais será natural, porque é sobremaneira histórico.

A valorização que é perpetrada indica que o processo de dominação instalado no sertão do Brasil integra o projeto capitalista de apropriação do espaço da Nação. Este é responsável pela definição do sertão, território que segundo Moraes (2009, p. 92) é “qualificado para ser superado”. Assim, a concepção sobre o sertão é baseada no desconhecimento geográfico – é, contraditoriamente, desconhecimento do objeto que está longe da nossa visão, além do horizonte, distante da capacidade visual daquele que contempla, escala geográfica passível de entendimento somente a partir da descrição.

Achar o sertão significava desbravar, destroçar fauna, flora e nativos, derramar o sangue “brazil”, matéria-prima primordial para os propósitos dos “bravos” portugueses, valentes mercadores, desejosos da posse do “chão”.

A carta de Pero Vaz de Caminha é o testemunho escrito *verus-vicis*, sobre o que se propõe nessa discussão. (FIGURA 1). (ANEXO A).

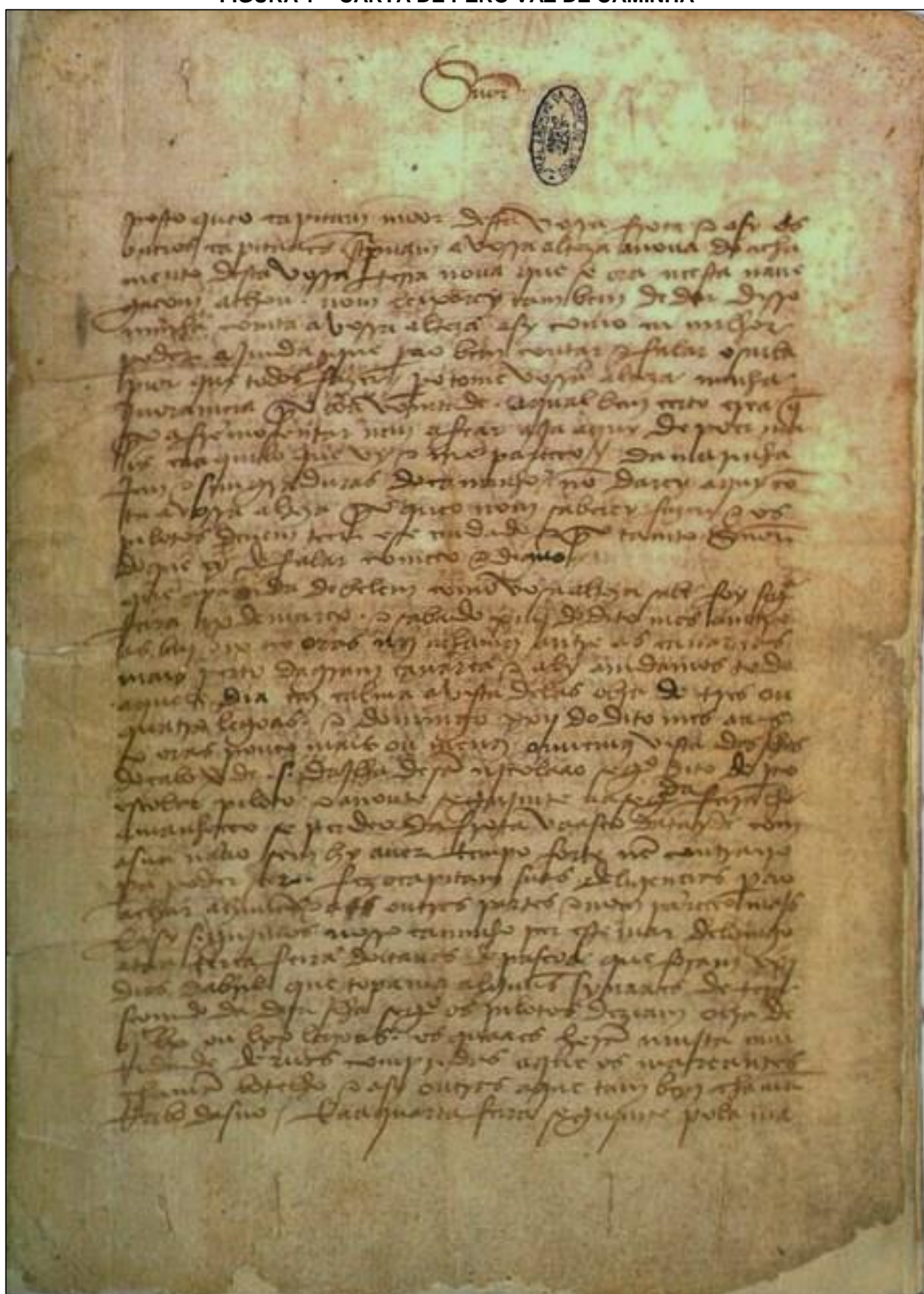
esta terra S^{or} me parece que da pomta q mais contra o sul vimos ataa out^a ponta que contra o norte vem de que nos deste porto ouuemos vista, sera tamanha que auera neela bem xx ou xxx legoas per costa. traz ao lomgo do mar em algüas partes grandes bareiras delas vermelhas e delas bramcas e a terra per çima toda chaã e mujto chea de grandes aruoredos. de pomta a pomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 10).⁸

Os olhos curiosos de Pero Vaz de Caminha estão destituídos de qualquer espírito poético. As relações sociais impressas na visita colonizadora confirmam o propósito português de estender os olhos para além dos arvoredos, na esperança de desvendar o que não se pode ver obliquamente, ou perpendicularmente. Nesse momento colonizador, ainda não há a separação entre o litoral e o sertão - essa prova cabal de regionalizar isolando.

pelo sartaão nos pereceo dom mar mujto grande porque a estender olhos ñ podíamos veer senõ tera e aruoredos que nos parecia muy longa tera. neela ataagora ñ podemos saber que aja ouro nem prata nem nhuia cou sa de metal nem de fero, nem lho vjmos. / pero a terra em sy he de muito boos aares asy frios e tenperados coma os dantre doiro e mjnho por que neste tenpo dagora asy os achauamos coma os de la. agoas sam muitas imfmdas. em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 10).⁹

⁸ “Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta aponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa.” (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 13).

⁹ “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.” (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 14).

FIGURA 1 – CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA ¹⁰

Fonte: <http://absguedes.blogspot.com/2012/05/descobrimento-do-brasil.html>.

¹⁰ Primeira página do texto original.

O escriba imaginava a “terra chã” grande, muito extensa, com ouro, prata e fertilidade: indiscutivelmente o eldorado. Cada parágrafo da carta enviada a El Rei D. Manuel, descreve respostas aos desejos de Sua Alteza Real, mas, ao mesmo tempo, ele é o remetente de várias contradições. Com linguagem peculiar, sobrepondo descrição e narração, registrava a realidade cotidiana, os problemas encontrados, com cada detalhe transferido ao texto de forma minuciosa.

Pormenorizava as particularidades do cotidiano, quando os fatos ou acontecimentos novos eram relatados, e, ao mesmo tempo, analisados e expostos num emaranhado de opiniões que estão enxertados de juízo de valor.

No encontro que pretendia registrar como casual descreve os índios como pessoas à espera de salvação, objetivo básico da última Cruzada portuguesa, afirmando que “o mjlhor fruto que neela se pode fazer me parece que sera saluar esta jemte”¹¹. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 10). Porém, ao território só cabe o fio da espada, a morte, a destruição, a expropriação para apropriação, a salvação de si mesmo.

O texto da missiva denuncia a maldade e ausência de inocência característica do capital, o desejo de rapina, que leva ao saque das riquezas encontradas pelos mensageiros que param perplexos, pois os seres humanos encontrados, para Pero Vaz de Caminha, parecem “*jemte de tal jnoçencia que se os homem emtendese e eles a nos que seriam logo christaaãos porque eles não teem nem emtendem em nhuúa creemça segº parece.*” (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 8).¹²

A gente cândida que aqui encontraram se entendessem a língua do invasor seria convertida ao cristianismo, no momento em que a Terra de Santa Cruz passa à condição de Território de Portugal. A linguagem como elo fundamental das relações sociais, e o cristianismo como bálsamo que unge a política de boa vizinhança.

Avaliados como inferiores os verdadeiros donos da terra são capturados para realizar o trabalho forçado nos canaviais. Essa gente completamente diferente

¹¹ “O melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente”. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 14).

¹² “Gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença”. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 12).

daqueles que vieram na esquadra de Cabral, é submetida aos interesses mercantis com a “inocência” inerente aos que não experimentavam o valor do excedente, mas registravam doravante o início da formação de dois mundos desiguais, na combinação perfeita para a profusão colonial.

A posse da terra é a preocupação central do cronista, e a presença indígena é colocada sempre como o principal motivo de entrave à penetração para o interior. É obvio que o sistema de transporte e comunicação utilizado na época se constituía um complicador, para a implementação do povoamento português no interior, predominando a concentração populacional litorânea, que esparramando pela costa, faz do Atlântico a ponte que ligava a Colônia à metrópole, quando o português (...) ao mesmo tempo...previne, ou toma exclusivamente para si, as entradas ao sertão, tolhendo aqui, sobretudo, o arbítrio individual (...). (MADER, 1995, p.). A autora afirma que, ao contrário da metrópole espanhola, Lisboa dificultava a consolidação do povoamento no sertão, no desejo insano de acumulação com a produção no litoral.

O sertão, das terras a serem tomadas dos índios, é habitado por seres inocentes, amistosos, que depositam confiança nas mãos dos usurpadores - inimigo real – pois a lealdade e ternura é para o rei, é Regia, reservada a Sua Alteza Real. Serão confrontados, eliminados para posse indevida da “terra chã”, do vasto sertão, agora “vazio”: uma fronteira que se expande, limites que são sempre ultrapassados no território como resultado do processo de valorização do espaço.

O território é habitado por nações indígenas, os povos testemunhos do massacre português, que no exercício de sua geopolítica será considerado pelo colonizador ou “desbravador”, tão somente como ‘muralhas do sertão.’ (MORAES, 2009). Este argumento foi amplamente utilizado como norma de fronteira, fator de integração, protecionismo e defesa do território. Nesse contexto, segundo o autor, o sertanejo é considerado um integrante da Nação, mas é o “segmento diferente, um tipo exótico ou arcaico”, sujeito/objeto de depreciação e desvalorização, ser que foi sempre conceituado a partir da “sua” fortaleza, guardando porções de humanidade, transmutado na miscigenação.

Não é o sertão que suscita o despontar de uma nova territorialidade, mas é a forma pela qual se realiza a trama das relações sociais, no contexto da divisão do trabalho. Tempo e espaço se encontram como essência da unidade do par dialético.

O sertão, imagem de “chão” “vazio”, conquanto limites territoriais desocupados, desconhecidos, desnudos de humanidade, porém guardando o valor do/no espaço.

Sertão é a “terra chã” que presumidamente território, na epístola de Pero Vaz de Caminha é a concretização da esperança, quando os aventureiros toparam em “sinais de terra”. É o sentimento colonialista que nela está contido, o que diz cada sílaba, cada palavra esculpida no papel, e endereçada para colorir a imaginação do soberano, porque continha os detalhes sobre cada aspecto do “chão”. A carta é a representação histórico-geográfica da primeira presença de papel na colônia, registro documental da presença portuguesa e das fronteiras definidas seis anos antes em Tordesilhas. A planície da primeira vista de terra tem antes um “grande monte muy alto e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de terra chaã com grandes aruoredos, ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pascoal e aa tera a tera da Vera cruz.”¹³

Sinal de terra, já anteriormente objeto de distribuição episcopal submetida a autoridade do Adão, que por testamento é indiscutivelmente o proprietário do planeta. A dialética impressa na relação religião e poder do Estado Nacional, está registrado na carta que apresenta um significativo valor geográfico. O texto deste documento é o testemunho que a produção do território brasileiro compõe um projeto geopolítico consciente, refletindo a forma de pensar da sociedade naquele contexto histórico.

Conclui-se que a relação com as fronteiras no Estado Moderno é de separação: fronteira como lugar de constrangimento, da exposição do indivíduo na obrigatoriedade da apresentação dos documentos, artifício de demonstração de poder do Estado, sinal de alerta no instante em que são profanados os limites territoriais. (SPOSITO, 2004). O “chão” ao ser transformado em território reveste-se em valor de troca, em decorrência do trabalho humano nele impresso.

A produção econômica seja da cana-de-açúcar, pecuária ou mineração, instrumentos *de facto* para a acumulação primitiva do capital, destaca-se como paradigma responsável pela inscrição dos limites territoriais que se movimentaram

¹³ “grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz.” (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 1).

em direção ao oeste, como que obedecendo ao ritmo dado pelos ventos alísios do nordeste e sudeste: desde o Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madrid (1750), em período assinalado por constantes conflitos localizados, e é ao mesmo tempo, e contraditoriamente alicerce da unidade territorial. Assim, Geografia e História se confundem demonstrando a importância das ciências humanas para a compreensão da dialeticidade da produção espacial, legitimando o Estado-Nação brasileiro e o território nacional edificado em bases regionais.

A formação do Estado-Nação no Brasil foi um processo marcado por conflitos, e o território serviu como base para a conservação da unidade territorial, necessária à consolidação do Estado-Nação. O território se estabelece como fundamental para a conformação do sistema político, essencial à unidade do Império. Não houve a fragmentação territorial, específica da produção do espaço na América Latina, quando as fronteiras inerentes ao poder das oligarquias, foram transmutadas em contornos, linhas demarcatórias do poder político-territorial, e os limites estaduais nacionais se formaram como resposta à atuação dos líderes regionais. O sertão e o litoral da Bahia se inserem nessa discussão como espaço da acumulação primitiva, um par dialético da referida unidade.

Explicar a formação territorial de Feira de Santana torna-se patente a necessidade de explicação/compreensão sobre o território, porque o sertão, espaço que não é, na visão de Moraes (2002-2003), produto da natureza, um espaço determinado pelas peculiaridades naturais, o *lócus* da reprodução sertaneja, mas fundamentalmente, onde o econômico se sobrepõe ao natural, porque se configura como fronteira da acumulação primitiva, enquanto manifestação dos prolegômenos que indicam os limites/extensão do capital financeiro na Bahia em decorrência da implantação do fenômeno industrial. Insere-se destarte, no contexto da mundialização do capital como forma de visualizar a organização do poder local.

A produção do território, entretanto, reflete a dor dos que perdem e o sabor dos que ganham na luta de classes. História e Geografia revelam o desejo contido naqueles que saciam a fome mercantilista na posse da terra: não é a terra que como atributo da Natureza sacia a fome daqueles que a possuem, mas a posse para aniquilar aqueles que nela habitam e dela necessitam, mas não podem experimentar a fome. No bojo desse processo surge o sertão, a terra chã, o “vazio” espaço oposto ao litoral, valorizado pela possibilidade da existência de metais e pedras preciosas,

alimento para ampliação do povoamento e fundamento que exclui qualquer dúvida com relação à ausência de riqueza nesses rincões: “chão” que se faz território, e “vazio” que se faz valor.

O imaginário construído/produzido em torno do sertão entrava a compreensão sob o viés geográfico. Sempre definido como área, espaço, lugar paisagem, região, não se conhece ainda a explicação enquanto território, ou seja, *locus* de conflito desde os primeiros momentos da colonização. Povos testemunhos defrontaram-se com a sanha dos colonizadores na usurpação da terra, o litoral é o território dos primeiros encontros e conflitos, o sertão, lugar distante, longe do alcance do olhar.

O conceito, ou pré-conceito sobre o sertão está presente também, em diversos momentos na geohistória, do Estado-Nação que fragmentado e fragmentário não se constitui totalidade Nação. Temos por confirmação o Hino Nacional Brasileiro - texto de Joaquim Duque Estrada e a música de Francisco Manoel da Silva – que é uma resposta inconteste ao que se propõe discutir nesta tese. Escrito no início do século XIX - contexto da modernização do ocidente - revela a liberdade da Pátria, o valor da terra, não havendo uma só menção ao termo Nação, pois se este valor resulta da unidade territorial, espelho da união nacional, a Nação é a síntese.

Nos versos, o termo “pátria” se faz presente em seis momentos, ao tempo em que a palavra “terra” é repetida três vezes. A pátria, termo escrito em letras maiúsculas, é exposta como um ente querido, amado; um amor incondicional que não se deve submeter à crítica, algo metafísico, divino, porque idolatrado: é o Brasil. A terra, não está escrita em maiúsculas, mas é “garrida” e ao mesmo tempo, sacralizada, porquanto é adorada: terra que se faz pátria, e não território que se faz Nação. A leitura geográfica do texto elucida algumas questões sobre a formação territorial brasileira: a unidade territorial, sem unidade nacional, a fragmentação regional que desemboca num regionalismo exacerbado de caráter fragmentário e separatista, além da depreciação do Norte pelo Sul. Esses aspectos são reproduzidos, nas diversas escalas, desde a nacional, até a local – o sertão definido como tal.

Não se pretende elaborar uma análise literária, mas ler a Geografia descrita nos versos sobre o tema, pois a hipótese gravita em torno do centro de construção da Nação, e o hino nacional são exemplificados por refletir a fragilidade e o

distanciamento da realidade, especialmente em relação à intenção do poder imperial. Nação, nessa perspectiva, implica na retratação da unidade, projeto político inclinado para os interesses internos.

A independência não altera o conteúdo da história, e o rumo tomado pelo processo de apropriação do território põe a Colônia no seio de uma profunda contradição porque o Brasil - eldorado no roteiro mercantil - é marcado pelo descalabro da exploração colonial, não construindo autonomia da Nação. A contradição é irrefutável, visto que, em 1822 o príncipe português, declara independência da Colônia portuguesa em relação a Portugal. Entretanto, em 1831 - nove anos depois - desgarra-se do “Império independente”, retorna à Metrópole, no instante em que o “gigante pela própria natureza” torna-se um pequeno brinquedo, para o príncipe herdeiro D. Pedro de Alcântara: uma criança, que com olhar pueril vai entreter-se com constructo territorial.

3.5 Território que se produz no conflito

Dois povos – índios e portugueses – traziam diferentes significados para as fronteiras e limites construídos e a construir: os primeiros considerados primitivos, vivendo uma coletividade em que a posse não se constituía propriedade privada nos moldes mercantilistas: território era valor de uso. O segundo tem na posse da terra ela mesma como fonte de riqueza e dominação, mediante apropriação privada: território era valor de troca. Soma-se a isso o fato do invasor situar-se no momento da História marcado pela existência do Estado Nacional, contexto em que a fronteira assume um caráter particular, porquanto a toma como garantia da própria existência.

Almeida (2010) registra que, no início do século XVI os tupinambás foram amistosos com os portugueses por influência de Diogo Alvares, o Caramuru. A forma como ocorreu a apropriação do território, por meio de abusos, traições, escravizações e mortes tem como resultado o confronto, além disso, sabe-se que os governos de Tomé de Souza e Mem de Sá são marcados pelas guerras com os tupinambás, tupiniquins, com massacres violentos: conflitos entre índios e portugueses e entre tribos, indicativo da produção do espaço territorial.

Gândavo (2013, p. 13), escrevendo sobre a questão em 1576 indicou que:

Não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode por o sertão dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não acha povoações de índios armados contra todas as nações humanas, e assim como são muitos permitiu Deus que fossem contrários uns dos outros, e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias, porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na terra nem seria possível conquistar tamanho poder de gente.

Havia muitos destes índios pela Costa junto das Capitanias, tudo enfim estava cheio deles quando começaram os portugueses a povoar a terra; mas porque os mesmos índios se alevantaram contra eles e faziam-lhe muitas traições, os governadores e capitães da terra destruíram-nos pouco a pouco e matarão muitos deles, outros fugirão pela o Sertão, e assim ficou a costa despovoada de gentio ao longo das Capitanias.

Fernandes (1989, p. 36) afirma que nas disputas territoriais, os portugueses impunham condições aos índios que tornaram a vida deles bastante árdua, e expõe que entre 1557 e 1571, “já tinham penetrado, fugindo dos brancos, mais de 264 quilômetros pelo interior da Bahia”. Sousa (1587- s/d, p. 132) relata que Mem de Sá, “destruiu e desbaratou o gentio que vivia de redor da Bahia, a quem queimou e assolou mais de trinta aldeias, e os que escaparam de mortos ou cativos, fugiram para o sertão e se afastaram do mar mais de quarenta léguas”.

O relato de Gândavo (2013 p. 14) detalha a forma como os habitantes da terra defendiam o território, esclarecendo que:

Esses índios são mui belicosos e têm sempre grandes guerras uns contra os outros; nunca se acha paz nem é possível haver entre eles amizade; porque umas nações pelejam contra outras e matam-se muitos deles, e assim vai crescendo o ódio cada vez mais e ficam inimigos verdadeiros perpetuamente.

Outro documento do século XVI é escrito por Gabriel Soares de Sousa e contém as informações sobre a disputa territorial em 1587, que conduzia índios para a produção do território sertanejo, real, concreto, delimitado.

Pela parte do sertão, confinava este gentio com os tapuias e tupinaés, e se faziam cruéis guerras, para cujas aldeias ordinariamente havia fronteiras, que as corriam e salteavam. E quando os caetés matavam, ou cativavam alguns contrários destes, tinham-no por mor honra, que não quando faziam outro tanto aos potiguares nem aos tupinambás. (SOUSA, 2012, p. 62).

Lutavam para garantir o litoral, e conscientes dos direitos a terra, expulsavam o invasor, fosse ele português ou pertencente à outra nação indígena, certos da existência de fronteiras – fixas ou móveis – porque é espaço pertencente a alguém, razão pela qual relata a posição dos aimorés e as dificuldades as quais colocavam o colonizador.

Parece razão que não passemos avante sem declarar que gentio é este a quem chamam aimorés, que tanto dano tem feito a esta capitania dos Ilhéus, segundo fica dito, cuja costa era povoada dos tupiniquins, os quais despovoaram com medo destes brutos, e se foram viver ao sertão; (SOUSA, 2012, p. 78).

Cada viajante ou visitante um sentido geográfico, postura, função, projeto. Nesse momento não há uma ciência geográfica sistematizada com arcabouço teoricamente decidido nos pilares da modernidade, há o espaço, o território geograficamente desenhado pelas mãos e imaginação dos naturalistas. Território que é natureza ao mesmo tempo relação sociedade-natureza, prova cabal da existência *a priori* do objeto da geografia. Feira de Santana preexiste numa territorialidade onde o território é projeto geopolítico de ultramar. Não há nessa relação espaço-tempo a demarcação e nomenclatura de feira, há a condição de existência, lugar guardado, espaço reservado, delineando a condição *a posteriori*. Projeto geopolítico, uma cópula entre Estado e solo para gestar território e Feira de Santana, compreenderia os limites do projeto agroexportador no arquipélago mercantil para ser, no poema de Georgina Erisman:

Terra formosa e bendita
Paraíso com o nome de Feira
Toda cheia de graça infinita
És do norte a princesa altaneira

Projeto consolidado com índios capturados gentios, que se debatiam entre liberdade, escravidão e destruição. Bandeiras que esvoaçavam o desejo de cópula naquela terra fértil.

Busca o colonizador instalar a extensão deste no território do colonizado: terra já habitada, mas aniquilada ao tempo em que ergue sobre si um novo existir, rompendo com as linhas anteriormente consolidadas por seus habitantes. “Sem dúvida a linha materializada é uma ‘perversão’ política que dissimula um estado

latente de guerra, ou seja, uma incapacidade de aliar as relações de poder das quais a violência seja excluída; incapacidade de aliar relações negociadas de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 167).

Conflitos litorâneos e sertanejos, marcados pelo cercamento das propriedades, aldeamento dos índios, destruição e morte. Nos aldeamentos têm-se territórios criados sob o comando dos jesuítas, evangelização como forma de controle ao tempo em que conheciam a língua do estrangeiro, mediante a articulação entre o Estado e a Igreja para efetivar a usurpação da terra.

Em meio às guerras contra os índios, as tropas portuguesas adentravam o sertão, assassinando, e os que não morriam, ou se embrenhavam pelas matas eram capturados como escravos. Lutas que se iniciavam no litoral com Itapoã, Pirajá, prosseguindo,

(...) além da linha de Caramugipe, e os colonos ocuparam Matoim, as ilhas do Recôncavo e ultrapassaram a barra do Paraguaçu auxiliados pela catequese que os jesuítas faziam, a organizarem aldeias, com as do rio Vermelho e S. Tiago, uma légua distante de Salvador, bem como Santo Antônio, S. João, S. Paulo, na região de Tatuapara, afora a de Capuame e a de S. Pedro, esta junto da Torre propriamente dita, reunindo as tribos Cabogy. (BANDEIRA, 2000, p. 96-97).

A promoção da guerra entre tribos e estas entre os portugueses era condição para tomar a terra. A derrota conduzia a sociedade que preexiste a colonização perdendo a condição de liberdade e passa a condição servil juntamente com a população africana nos moldes do escravismo colonial, então “solicitar” um pedaço do chão das terras devolutas como pagamento por serviços prestados durante os conflitos, tinha como resposta ao sucesso previsto na guerra contra os índios. Na opinião de Bandeira (1972, p. 21) o maior inimigo dos Kariri era Francisco Dias d’Ávila da Casa da Torre, porque ele os perseguia permanentemente colocando até os missionários em dificuldade para defender-se e defender os índios das “ciladas político-administrativas e das lutas que movia os Dias d’Ávila”. João Peixoto Viegas tinha a mesma ação com os Paiaíás, nas terras de Itapororocas e Jacuípe, da Feira de Santana, tomadas do “gentio bravo”.

Os Garcia d’Ávila usavam como recurso para camuflar a ambição do ouro e da prata o combate aos índios não mais denominados de gentios, mas de bárbaros, porque, “atacavam as vilas”, atacavam os engenhos, assim como os rebanhos,

“inconformados com a apropriação de suas terras e adversos à escravização à qual os colonos tratavam de submetê-los”. (BANDEIRA, 2000, p. 152). Sublevações inicialmente no litoral, e posteriormente no sertão para impedir o avanço do colonizador sobre seus territórios, que Santos (2004, p. 43) identifica como os “ocorridos no sertão do Orobó – região situada entre os rios Paraguaçu e Jacuípe – e no sertão de Aporá – situado entre a margem sul do rio Paraguaçu e de Contas”. ‘Guerra do Orobó’ (1657-1659) e a ‘Guerra do Aporá’ (1669-1673), contexto da instalação de João Peixoto Viegas em São José das Itapororocas. A Serra do Orobó no século XVII compreendia “a região de serras que incluíam as serras de Santa Brígida (no município de Itaberaba) do Camisão (Ipirá) e de São Francisco (Serra Preta), entre outras que compõem o planalto leste anterior a depressão do Rio São Francisco”.

Aldeados pelos jesuítas na segunda metade do século XVII, processo que resultou dos conflitos decorrentes da expansão, tanto de frentes pioneiras, quanto da expansão da criação do gado. Localizados nas áreas correspondentes a Banzaê, Ribeira do Pombal na Missão do Saco dos Morcegos – habitavam desde o Paraguaçu até a Chapada Diamantina e margens do Rio São Francisco. Essa missão situava-se no caminho que ligava o sertão do São Francisco ao Recôncavo e a Salvador e prestava proteção aos viajantes contra os “índios bravos” aqueles que atacavam os vaqueiros que conduziam o gado.

O aldeamento era uma forma de territorializar os habitantes da terra colocando-os ao alcance dos olhos do colonizador, que efetuava o controle efetivo do território, porque na luta pelo território, os habitantes da terra confiscavam o gado incendiavam canaviais, conferindo imprimindo estado de insegurança. Na Bahia,

(...) o Conde de Óbidos (1663-1667), ordenou que se transferisse as aldeias das nascentes dos Rios Iguape, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaribe para as proximidades das povoações, onde supunha ser mais fácil observá-las e submetê-las. Entretanto, os tapuias continuaram os saques a povoações, com mortos e feridos entre atacantes e atacados. (NEVES, 2012, p. 43).

Na figura 2 tem-se a obra do artista Johann Moritz Rugendas, que viajou pelo Brasil no início do século XIX, retratando a cultura brasileira, nesta pintura tem-se um combate entre portugueses e índios no Brasil Colonial, um significativo registro daquele contexto histórico-geográfico.

GOMES (1991, p. 48) afirma que a “cada território conhecido a ser colonizado vinham às guerras de extermínio”. Lembra que Domingos Jorge Velho no Piauí conquista “mais território do que lhe fora concedido em prêmios e sesmarias”. Os sobreviventes das guerras “eram distribuídos entre as fazendas de gado”.

FIGURA 2– GUERRILHAS DE RUGENDAS*



Fonte: <http://www.google.com.br>

* Guerrilhas, na legenda original. Viagem pitoresca através do Brasil. A pintura retrata um combate entre luso-brasileiros e indígenas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, invoca uma tentativa de reparação aos direitos territoriais. O Artigo 20, Inciso XI, expõe que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” são bens da União. O texto constitucional no Artigo 231, parágrafo 1º define os domínios das terras indígenas, considerando que:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas

atividades produtivas e imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O Artigo 231 trata dos direitos de posse e o reconhecimento dos direitos territoriais, porém, considera-se que a análise que se faz sobre os índios no Brasil é essencial para a compreensão da formação do território sertanejo no Brasil/Bahia. Sempre apresentados como personagens secundárias, estão praticamente ausentes dos escritos geográficos. Quando aparecem nos relatos dos viajantes, ou mesmo dos habitantes que migraram para o Brasil, tem sub-reptício o olhar do estrangeiro, recheado de etnocentrismo, permitindo abrir-se discussão sobre a essência humana dos denominados índios, porém sabe-se sobre a significativa relevância desses habitantes da terra para a designação territorial. Proprietários do *boden* dele usufruíam a sua territorialidade que fora usurpada pelo invasor.

Retoma-se, portanto, a possibilidade de um novo escrito geográfico-histórico sobre as articulações políticas entre esses sujeitos e os portugueses na disputa territorial, pois tinham consciência territorial, lutavam, guerreavam e resistiam à conquista do espaço e conseqüentemente ao serem derrotados passavam a integrar a “ordem colonial”.

4 A GRANDEZA DO SERTÃO E AS VEREDAS DO CAPITAL

Na obra intitulada Teorias da Mais-valia Karl Marx trava o debate explicando como se produz a riqueza excedente, a essência da acumulação capitalista. Toma como base as relações sociais de produção para definir a teoria do valor, discute as relações de troca específicas da economia mercantil, o destino e a direção da produção. Entende-se que esse processo situa-se no emaranhado capitalista e não é uma relação técnica, mas social, real-concreto determinante na transformação de valor-de-uso em valor-de-troca.

4.1 “Vazio” para valorização

O processo de valorização do espaço é questão central da Geografia, e impõe a necessidade da discussão sobre o significado do valor, elemento básico para explicar a produção visando a acumulação, elemento específico do capitalismo. Para alcançar esse fim, as coisas, os objetos, a natureza, são transformados em mercadoria, porquanto destinada à troca. Como produto do trabalho humano, é realidade essencialmente social só podendo existir enquanto relação social.

As formas naturais passam a condição de valor, relativa e equivalente, materializado na mercadoria que é a concreticidade da realização do lucro, “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. (MARX, 2008a, p. 57). Essa reflexão impulsiona para a certeza que, no geral, as coisas são constituídas de valor determinado pela capacidade de suprir as necessidades.

Espaço sertanejo, *a priori* valor-de-uso indígena, desconsiderado enquanto um bem para ser valor-de-troca, utilizado como mercadoria para consumo atendendo aos trâmites do mercantilismo, essa política econômica tinha por objetivo a implantação de um comércio em escala mundial, sendo assim, a circulação visava obter somas em moeda como condição para perpetuar o lucro; valor-de-troca subjugando o valor-de-uso, elaborando os contornos da mercadoria que é a unidade contraditória entre ambos. Nesse contexto, o espaço, de valor-de-uso passa a valor-

de-troca e a produção do espaço obedece à lógica da mercadoria na sociedade capitalista como “forma elementar” de riqueza, que constitui a base do modo de produção; valor de uso e de troca ao mesmo tempo, contém aspectos quantitativos e qualitativos. (MARX, 2008 a, p. 57). Enquanto essência da mercadoria, o valor é algo que lhe é inerente, compreendendo-se que a sua substância é o trabalho humano nela materializado e no processo de troca o dinheiro é o seu equivalente universal, visto que, o trabalho é o único criador ativo de riqueza.

Para Marx (2008 a, p. 62-63):

Uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. (...) Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social.

O valor do espaço sertanejo, iniciado com a colonização é resposta à lógica mercantilista, que tem na moeda a questão central, uma vez que, a riqueza era medida pela quantidade de ouro e prata que uma nação possuísse, então, a busca desenfreada por metais preciosos fazia parte do projeto político e econômico do ocidente europeu que aqui se instalou. A valorização do espaço resulta então na expectativa de transformá-lo em mercadoria, transformando-o em valor-de-troca. O sertão, enquanto condição *a priori*, não expõe perspectiva para essa reprodução, mas submetido àquela construção histórica e espacial converte-se em valor, em mercadoria.

O vazio demográfico visto como destituído de valor, ou seja, é apresentado como vazio de capital transmutado em valor-espaço. (CONCEIÇÃO, 2010a). Lá, estava a produção de riqueza concentrada no litoral e Recôncavo, fincada no solo, no mais profundo do seu interior, raízes da cana-de açúcar que aprisionam e são por ela aprisionados - uma forma explícita de manifestação do poder, na Bahia, onde a mina contém o “ouro doce”. Distante, depois da linha da costa, o sertão, produzindo riqueza, com os animais que deslizam sobre o chão, fazendo-os resvalar sob as suas patas, fixando população, ao tempo que garante a posse da terra – a preciosa mercadoria que ao se movimentar faz circular capital. A Bahia era vista definida, medida milimetricamente pelo litoral, assim, o colonizador usurpava a outra Bahia, a

do sertão, mas não a via; em sua totalidade o que implicava em conceber que ela estava para além do litoral e do Recôncavo, confirmando-se a necessidade de delimitá-la também pelo sertão.

Esse sertão é descrito de forma curiosa por Frei Vicente do Salvador, quando afirma sobre a existência de riquezas no espaço marcado pela fertilidade, abundância de pedras preciosas nas capitanias da Bahia, Ilhéus e Pernambuco, onde “se colige quão fértil é aquele sertão e pelo conseguinte com tanta facilidade se pudera tornar em busca das pedras preciosas já descobertas e descobrir outras.” (SALVADOR, 2012, p. 231). Dessa forma, é *locus* da riqueza: as minas de ouro, prata e pedras preciosas não se localizam no litoral.

Valor que produzia a riqueza nos prolegômenos do capitalismo, o sertão foi revestido de conteúdo de mercado, retido enquanto valor-de-uso para transformar-se em valor-de-troca: mercadoria não avaliada pela utilidade, pelo seu conteúdo material, mas uma forma relativa de valor.

A contradição litoral *versus* sertão subsiste à origem do modo de produção capitalista. Para os indígenas, “povos testemunhos da colonização”, o sertão é o “valor-de-uso sem valor”, era o espaço “útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria”. O colonizador o retém para si, colocando-o na inércia que contraditoriamente é investimento de agiotagem, juros que se acumulam no tempo-espaço do sertão que no futuro emergirá sustentado na reprodução do capital.

Luxemburg (1985, p. 239) na análise da acumulação do capital coloca o problema da reprodução, revelando as particularidades da realização da mais-valia, afirmando que “em uma sociedade que adota o modelo capitalista de produção, ou seja, que cria mais-valia, ela é consumida inteiramente por seus apropriadores, isto é, pela classe capitalista”. Esses buscam constantemente, criar e recriar as condições para continuar ocorrendo o lucro, porque, “de um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente”. (MARX, 2088b, p. 679). Tendem a expandir o capital, pois só assim, torna-se possível o desenvolvimento do capitalismo, expandir o valor, produzir espaço alicerçado na vontade da posse do capital porquanto “acumular é empreender a conquista do mundo da riqueza social. Juntamente com a quantidade do material humano explorado, a acumulação amplia o domínio direto e indireto do capitalista”. (MARX, 2088b, p. 690). Luxemburg (1985, p. 265) denuncia também a

“inclusão das comunidades de economia natural na economia e na circulação mercantis”, meio basilar para o crescimento da economia de mercado.

O texto da Carta de Pero Vaz de Caminha, chama atenção a preocupação do escriba, quando menciona a ausência de produção agrícola na Terra de Santa Cruz, registrando a prática da caça e da pesca, atividades produtivas que serão posteriormente destruídas às expensas da produção mercantil.

(...) eles nom lavram nem criam nem há aquy boy nem vaca nem cabra nem ovelha nem g^a nem out^a nhuia alimarea que costumada seja ao viuer dos homeës nẽ comẽ senõ desse jnhame que aquy há muyto e dessa semente de frutos que a terá e as aruores de sy lançam (...) (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 8).¹⁴

As afirmações de Luxemburg (1985), p. 275) servem de base para essa discussão, pois esclarece que um dos objetivos do capitalismo é combater de todas as formas a economia natural.

O capitalismo necessita da economia mercantil para vender sua própria mais-valia. A produção mercantil é a forma mais geral, que permite o capitalismo desenvolver-se. Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra essa última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado.

Destruição para criar o fortalecimento das bases do modo de produção capitalista, instituir o novo no alicerce destruído do passado, e sobre esse, editar o presente, que se encontra numa luta atroz sobre as ruínas, para subsistir ao avassalador aniquilamento: eis, portanto, o “vazio” que será transmutado em valor.

Luxemburgo (1984, p. 265) afirma que “o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não capitalista” e a inserção da economia natural na economia de mercado é fator preponderante porque “todas as camadas da sociedade não capitalistas têm de se tornar consumidoras de mercadorias do capital e têm de vender-lhe seus produtos.”

¹⁴ Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos que a terra e as árvores de si lançam. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, p. 12).

Marx (1986) considera que a história não se repete, senão como tragédia ou farsa, e, não é demais registrar que, em todo o percurso histórico-geográfico, o processo de apropriação territorial – das riquezas contidas na “terra chã” – se dá de forma violenta. O avanço da pecuária nas áreas do sertão, especialmente no século XVII, aponta para operações de verdadeiras expedições de extermínio, no contexto atual, análogo por exemplo, aos assassinatos em série cometidos pelos governos norte-americanos em terras do Paquistão, Afeganistão, Iraque, continente africano, e também na América Latina, Israel na Palestina, comprovando que a formação do território pressupõe conflito, antítese da ideia de harmonia prevista nos textos legais, que são escritos para compor a arquitetura do Estado Nacional.

Nas letras da carta-relatório de Pero Vaz de Caminha é perceptível em cada cena descrita, o pecado original da acumulação capitalista. Às sombras das frondosas árvores da mata atlântica descansam os “inocentes” – os índios - que posteriormente seriam condenados a ganhar o pão com o suor do seu rosto; momento singular da separação do produtor dos meios de produção, assim como do sertão e litoral, isso por que:

A essência do sistema capitalista está, pois, na separação radical entre o produtor e os meios de produção. Essa separação torna-se cada vez mais acentuada e numa escala progressiva, desde que o sistema capitalista se estabeleceu; mas, como essa separação constituía a sua base, ele não se poderia estabelecer sem ela. (MARX, 2004, p. 13-14).

Para o autor “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”. (MARX, 2008b, p. 828).

Luxemburg (1985, p. 265) deixa claro em seus argumentos que todas as sociedades não capitalistas, são impelidas a se transformar em consumidores dos produtos que são vendidos no mercado, como também, são submetidos a vender as mercadorias no contexto que permite a ilação “que é ao menos esse o marco inicial da ‘paz’ e da ‘igualdade’, do *do ut des*, da reciprocidade de interesses da ‘concorrência pacífica’ e das ‘influências civilizadoras’”. A lucidez da autora, fruto da sua *práxis*, traz perplexidade diante da reflexão que elabora sobre as atrocidades que foram cometidas pela burguesia mercantil, fato também concretizado na prática

do colonizador em Terras de Santa Cruz - no sertão “vazio” – quando instaura a valorização do espaço em benefício ao modo de produção nascente.

O acaso contado sobre o “achamento” da terra, perde a validade e se estabelece como façanha da realidade capitalista, de uma burguesia que tem a necessidade cada vez mais crescente de mercado para estender os seus produtos, e isso os impele a ocupar todos os espaços do globo terrestre, pois quer se fixar em toda parte, “criar vínculos em toda parte”. Com o mercado mundial “a burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias”. (MARX, 2007, p. 42). Segundo as reflexões do autor, podemos inferir que, no espaço estudado, as relações sociais indígenas foram peremptoriamente permutadas por meras relações comerciais em formas mercantilistas, moldadas pelo ocidente europeu, pronunciada em uma nova língua: a língua portuguesa.

A expropriação necessária à expansão capitalista separa os verdadeiros “donos do litoral” do seu habitat, uma forma preliminar de realização da essência do capital que, inicialmente em bases mercantilistas, posteriormente torna-se incontrolável a sua evolução mediante a prática comercial. A carta enviada a Vossa Alteza, escrita com cuidados de quem põe as informações em detalhes, permite esquematizar a visita que transformaria a realidade encontrada tomando, a água, o solo, as vidas sem qualquer questionamento que pusesse em dúvida o desejo de rapina. A saga iniciada na foz do Tejo, em Belém de Portugal aqui completa um capítulo do poder metropolitano.

*(...) e asy seguimos nosso caminho per este mar de longo ataa
terça feira doitauas de pascoa que foram xxj dias dabril (...) que
topamos alguüs synaaes de terá (...)*

*(...) daly ouuemos vista d homeës q amdauam pela praya obra de x
ou bij bijj segº os nauios pequenos disseram por chegarem primeiro
(...)*

*(...) e entam se começaram de chegar mujtos e emtrauam pela beira
do mar pera os batees ataa que mais nom podiam e traziam
cabaços dagoa e tomauam alguüs barijs que nos leuaamos e em
chianos dagoa e trazianos aos batees (...)*

*(...) aly por emtam nom ouue mais fala nẽ emtendimento cõ eles por
berberja deles ser ta manha que se nom emtendia nem ouuja njngẽ
(...)*

*(...) traziã alguus deles arcos e seetas e dodolos deram por
carapuças e por qual quer cousa que lhes dauam. comiam cõ nosco
do que lhes dauamos e bebiam alguus deles vº e outros nã podiam*

beber mas parece-me que se lho ave zarem que o beberam de boa vontade. (...)
*(...) amdauam já mais mansos e seguros antre nos do que nos amdauamos antreles (...)*¹⁵ (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA p. 1 a 8).

Homens que traziam água - fonte de vida - realizaram trocas que foram cruciais para motivar a perda da essência de sua existência: a plenitude da liberdade, terra como fonte de riqueza no limiar do capitalismo, da subjugação das populações, significado do seu crescimento para servir de mercado consumidor.

Cabe lembrar, que está se falando das vésperas da implantação do modo de produção capitalista, momento do espraiamento do mercantilismo, que é fruto do Renascimento Comercial, decorrente das transformações na ordem medieval. Concomitante ao desmoronamento do feudalismo o surgimento da economia de trocas e da burguesia mercantil, ocorre a origem do Estado-Nação, e Portugal, com território unificado desde o século XIV e tem na Revolução de Avis (1383-1385), o marco da consolidação do Estado Moderno de caráter absolutista. A permanência e fortalecimento desse Estado dependiam do seu poder bélico e colonialista, assim como, da capacidade de estimular o comércio e a navegação. Os esforços da Escola de Sagres, no entanto, colocam os portugueses na costa atlântica da Terra de Santa Cruz, condição *sine qua non* da geopolítica mundial, que assegura o domínio das terras mediante a “descoberta” do “chão” pertencente aos tupinambás tupiniquins: este é o mecanismo básico para a acumulação. O movimento histórico capitaneado pelos colonizadores transforma então, seres livres em servidores da sanha mercantilista.

¹⁵ E assim seguimos o nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas da Páscoa, que foram 21 dias de abril (...) topamos alguns sinais de terra (...) (...) Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro (...) Então se começaram de chegar muitos. Entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam; traziam cabaços de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos: enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis (...) (...) Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém. (...) (...) Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebião alguns deles vinho; outros o não podiam beber (...) (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA p. 1 a 11).

Quando Marx (2004, p. 19) escreve sobre a origem do capital deixa claro que “a revolução que ia lançar os primeiros fundamentos do regime capitalista teve seu prelúdio no último terço do século XV e no começo do XVI.” Não há, portanto, nenhuma coincidência nos afazeres da esquadra de Cabral, pois os seus integrantes são mesmo, que promovem os primeiros capítulos da história do modo de produção capitalista.

Expropriar a população primitiva fazia parte desse projeto, separando radicalmente da terra, conclui-se a desvinculação dos meios de sobrevivência. O colonizador promovia o que Marx (2004, p. 46) denomina de metamorfose, quando porções de terras destinadas à caça e a agricultura de subsistência são convertidas em propriedade privada para o estrangeiro que a invadiu, “conquistaram a terra para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e [séculos depois] entregaram à indústria das cidades os braços dóceis de um proletário sem lar nem pão.” Esses homens que foram bruscamente arrancados de suas tarefas habituais, não tinham condições de se adaptar prontamente às especificidades do novo sistema social, e, expulsos do litoral, se embrenharam para o sertão, que vai ser classificado com lugar de gente inferior.

Uma leitura minuciosa da Carta de Pero Vaz de Caminha deixa perplexo qualquer leitor, diante dos registros sobre a ânsia pela riqueza natural. Sentado na cadeira o capitão encontra-se imponente com seu colo envolto em corrente de ouro. Está aprisionado ao desejo de acumulação, a busca do prazer que é resultante/resultado da mais-valia. Saciar esta sede elimina qualquer possibilidade de complacência. Qual ave de rapina coloca-se diante dos “homens de cabelos tosquiados” tão inocentes que não cobriam suas vergonhas, a mostrar a alma, o íntimo dos sentimentos ao homem que exhibe a corrente que de dourada brilha para quem a contempla, figurando a armadilha para a finalização da caça onde está projetada a questão: Nesta terra tem ouro? Metal que serve de lastro para poder de Estado sustentado no Metalismo; Estado que por questão de sobrevivência e manutenção no poder, carece, de forma desesperadora, acumular metais preciosos, mediante comércio exterior, que tem por função única manter a balança comercial favorável, garantido com as grandes navegações. Ouro e sertão se combinam, lá naquele lugar interior distante há o metal que brilha.

(...) o capitam quando eles vieram estaua assentado em huia cadeira e huia alcatifa aos pees por estrado e bem vestido com huü colar douro muy grande ao pescoço (...)
 (...) pero huü dele pos olho no colar do capitam e começou a daçenar cõ a mão per a terra e depois pera o colar como que nos dezia que avia em tera ouro e tambem vio huü castical de prata e asy mesmo acenaua pera a tera e entã pera o castical com que avia tambem prata (...) ¹⁶(CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA p. 2).

Produção do espaço em bases contraditórias, ponto de partida para a explicação da formação territorial do sertão, definindo a sina da depreciação em relação ao litoral, porque ao apontar para o interior o homem primitivo não só mostrava a existência de metais brilhantes, mas terminantemente a possibilidade de metamorfosear a terra que é valor-de-uso em reserva de valor. A análise sobre essa realidade induz afirmar que a contradição inerente ao sistema do capital, é,

(...) essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é *estrutural*, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — *irreformável* e *incontrolável*. (MÉSZÁROS, 1998, p. 11).

Tal subordinação retira do homem o poder de decisão sobre a terra, enquanto meio de subsistência. A produção capitalista na visão de Martins (1990), tem na “produção de mercadorias” a definição de uma primeira etapa de sua consolidação enquanto modo de produção, então,

o processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles a produção de mercadorias e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro a circulação de mercadorias, subordinada à produção; num outro temos a produção subordinada a circulação. (MARTINS, 1991, p. 21).

¹⁶O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado (...) e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, com que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal com se lá também houvesse prata (...) (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA p. 3).

É a mercadoria, portanto, que segundo o autor, confere um “caráter mundial” ao capitalismo. Dessa forma, a terra deixa de ser terra de trabalho, e passa a ser terra de exploração, perde a constituição de valor de uso, e passa a ser valor de troca, atingindo de chofre aquele que nesta tese é considerado como dono da terra. Tal fato resulta da capacidade que tem o capital de expandir, sabendo-se que a terra era o principal meio de produção, e o acesso a ela o elemento principal para a reprodução da vida, lembrando-se do que nos esclarece Martins (1986, p. 177), quando expõe que “já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência.”

O habitante da terra passará a viver no “vazio”, pois, desterrado do seu espaço, é subordinado à ferocidade daquele que lhe toma o meio de produção da vida material, a sobrevivência retirada de forma violenta, para o exercício do poder no constructo territorial. O território, por conseguinte, forjado na urdidura do capital, numa trama fomentada pelo conflito.

O sertão, território da exploração colonial, com a pecuária, reveste-se de valor, e passa a ser espaço apropriado pela prática mercantilista. As estratégias impressas no espaço viabilizam a sua função de valor-de-troca, eliminando as possibilidades do seu caráter de valor-de-uso antes conferido pelos povos que testemunharam a invasão portuguesa. O significado que lhe é dado, inverte a condição material no sentido de satisfazer as necessidades sociais.

O processo de valorização, concentrado no litoral - por esse turno, permite a concentração dos recursos financeiros nas mãos da burguesia, que posteriormente foram utilizados para a compra dos meios de produção e exploração do trabalho, através da expropriação, ampliando a demanda por acumulação; a colonização é um elemento de fundamental importância para essa acumulação, que compõe as colunas de sustentação do Estado absolutista português.

A valorização do espaço tem sua gênese na própria constituição do “vazio”. Concebê-lo, dessa forma, é condição para expressar a criação da mais-valia para o capital, porque o processo de produção capitalista transforma valor-de-uso em valor-de-troca (MARX, 1980). As terras que distam do litoral – o sertão - representam investimento a longo prazo são reservadas, separadas, usadas como artifício para nutrir as espessas franjas do capital. A abordagem marxiana é aqui utilizada para

indicar com clareza como esse serve de base para a acumulação primitiva e justificativa do “vazio” no instante em que passa a ser considerada mercadoria:

O que constitui seu *valor de uso específico* para o capital não é o seu caráter útil particular, tampouco as propriedades especiais úteis do produto em que se materializou, e sim o seu caráter como elemento criador do valor de troca, como trabalho abstrato; (...) (MARX, 1980, p. 395).

O objetivo principal dessa discussão é buscar na Teoria da Acumulação de Marx elementos explicativos da dimensão espacial do modo de produção capitalista, observando que a acumulação do capital ocorre “num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas.” (HARVEY, 2005, p. 43).

Uma análise mais apurada sobre a exploração colonial no sertão permite afirmar que, enquanto espaço/território da valorização confirma a tese que essa Teoria relaciona-se diretamente à compreensão da estrutura espacial. Dessa forma, o sertão não é explicado por suas particularidades naturais, mas por ser uma natureza que se constitui espaço tendo o trabalho como mediação: é o espaço percebido e concebido, porém desvinculado do vivido porque torna-se espaço apropriado pelo capital.

As análises de Harvey (2005) sobre a produção capitalista do espaço oferecem condições para a elaboração de algumas conclusões sobre os objetivos da colonização portuguesa no que se refere à instituição do sertão como espaço da acumulação primitiva. Sabe-se que Karl Marx não propõe uma “teoria do imperialismo” porque ele buscava a explicação da realidade mediante a “teoria da acumulação numa escala geográfica expansível e intensificada”. (HARVEY, 2005, p. 64-65). A valorização do espaço ora colonizado representa os primórdios do capitalismo que se consolidaria em modo de produção e esse “se destina a se expandir por meio tanto da intensificação dos relacionamentos nos centros capitalistas de produção, quanto da expansão geográfica desses relacionamentos no espaço.” (HARVEY, 2005, p. 62).

A condição de “vazio” é dada para determinação do valor do espaço: valor do capital mercantil, introduzindo o constructo da acumulação primitiva do capital; relações sociais se estabelecem entre os habitantes do litoral e sertão, constituindo a totalidade necessária ao propósito português, ou seja, a valorização do espaço

que fortalecerá o capital, confirmando o que afirma Karl Marx quando define a sua essência: ele não é coisa, mas uma “relação social expressa nas coisas” porque a sociedade se relaciona com o espaço, mediante o trabalho, travando contato direto com todas as coisas que o integram, imprimindo um movimento permanente de valorização. É o trabalho, transferido e agregado à natureza que condiciona tal valorização. A apropriação do espaço faz com que ele seja transformado em riqueza mediante a posse de um recurso que determina o seu valor, então a função daquele que toma para si é convertê-lo em escasso. É o trabalho que valoriza o espaço do sertão – valor capitalista – o recurso que determina o valor e o solo para realização da pecuária.

As cartas de doação são a expressão dessa realidade. Na redação do texto as palavras manuscritas estão carregadas de fagulhas ideológicas. O sesmeiro é descrito como ser valente, corajoso, que com intrepidez e ousadia desgarrar-se do seu solo – a pátria portuguesa – para construir o Brasil, perpetrar a valorização do espaço. Perseverante, diante das adversidades do “vazio”, do desconhecido, não reluta perante as surpresas contidas detrás das serras e caatingas, visualizando o horizonte com o olhar em perspectiva, a esperança de prosperidade que ora de base mercantil, é contudo, o fundamento do modo de produção capitalista. Cartas que proferiam palavras cândidas, expressando que valor é dado pelo investimento em capital. Nos relatos, os suplicantes justificavam os pedidos com informações e dados precisos e recheados de intenções.

(...) de cinco annos a esta parte tem povoado com quantidade de Gados, gente e Escravos, as terras que se chamam de Itapororocas e terra nova de Jacoippe nos limites da Cachoeira termos desta cidade: os quais elle (...) estando [as terras] **despovoadas e inabitadas** havia vinte annos pelos assaltos e mortes que nellas haviam feito, e fazia muitas vezes o gentio bravo: e elle João Peixoto Viegas as **povoou de gados, e escravos creados, e moradores, com Armas** e casas fortes de sobrado de pedra e cal, e uma Igreja no que tem feito muitas grandes despesas de Fazenda, e **dado muito crescimento, as rendas de sua Majestade** e segurança aos moradores que lhe são vizinhos (...) (CARTA DE SESMARIA DE JOÃO PEIXOTO VIEGAS, grifo nosso).¹⁷

¹⁷ Registro da Carta de Sesmaria de João Peixoto Viegas das Terras de Itapororocas, Jacoippe e Agoa Fria. Despacho de 3 de Julho de 1653. Lançado no Livro das Sesmarias a folhas 132 verso, na Bahia em 15 de Agosto de 1653.

A contradição está em transformar em escasso aquilo que é abundante. O sertão “vazio” do João Peixoto Viegas, extenso, grande, “desertão”, quase infinito, é convertido em um produto raro mediante o “terror indígena” – homens estranhos, olhos rasgados, olhar de esgueira, vigilante da permanente disputa territorial. Uma leitura mais atenta do texto da Carta de Sesmaria concedida a João Peixoto Viegas não deixa dúvidas quanto a essa questão: serras, campos, interflúvios nunca antes visitado por gente branca são “aproveitados”, isto é, valorizados e tornados propriedade privada. Ele mereceu receber os termos sertanejos porque,

(...) o gado [de João Peixoto Viegas] vae em crescimento, e não bastam para apascental-o as ditas suas terras, e nas cabeceiras dellas para o poente, e Noroeste, que ficam entre os Rios Paraassú e Jacuippe, té suas nascentes tem notícia haver entre grandes Serras, **Mattos inúteis**, que ali se estendem, alguns campos que se podem aproveitar, e povoar os quaes nunca até este dia, penetrou gente Branca, nem foram sabidos, e estão devolutas, pelas grandes caatingas e dificuldades de Serras e Mattos que cercam e principalmente **sujeitas ao gentio bravo, que as não deixa entrar, nem descobrir**, e elle [João Peixoto Viegas] suplicante o tem feito nas que comprou, e fará também nestas porque tem cabedal, e fabrica para o conseguir, inda que com grande trabalho e despesa: no que receberá o bem comum desta republica, conveniência e utilidade, e as rendas de Sua Majestade acrescentamento (...) ¹⁸ (CARTA DE SESMARIA DE JOÃO PEIXOTO VIEGAS, grifo nosso).

No “vazio” inventado pelos senhores do mercantilismo os donos da terra se escondem, fogem do “chão” transmutado em território, nas terras da América ou Itacema, de José de Alencar: terra dada por Tupã, guardada por aqueles que, por identidade deviam preservar os “secos tabuleiros sem água e sem florestas”. Era nesse território que os guerreiros erigiam o tacape nos tempos do “doce aracati”, sempre a espera da brisa da tarde. Porém a expansão marítima da burguesia comercial em busca de ouro e escravos consideravam que “navegar é preciso, viver não é preciso”, como consta nos versos do Fernando Pessoa, especialmente enquanto as necessidades econômicas impelissent os “descobridores”. Se a convicção do poeta é tornar a vida grande, o “*navigare necesse; vivere non est necesse*” de Pompeu, expressa melhor a realidade que se posta em discussão.

¹⁸ Registro da Carta de Sesmaria de João Peixoto Viegas das Terras de Itapororocas, Jacuippe e Agoa Fria. Despacho de 3 de Julho de 1653. Lançado no Livro das Sesmarias a folhas 132 verso, na Bahia em 15 de Agosto de 1653.

Mader (1995), realizando uma leitura dos relatos, crônicas, narrativas e diários de viagem e cartas dos séculos XVI e XVII, mostra o imaginário construído sobre o sertão, onde a ideia de vazio é estridente. Nos seus argumentos indica claramente que a concepção dos visitantes e viajantes ultrapassa a “noção espacial”, impondo um “imaginário social” carregado de valores. Sertão, o “vazio” no processo de valorização do espaço, é objeto e justificativa para a acumulação primitiva do capital.

O território colonial construído para valorização produz o sertão como o domínio do “vazio”, desconhecido, ou seja, o espaço preenchido pela colonização. Nesse, propositadamente, não haverá pessoas, sujeitos históricos, homens e mulheres em busca de sobrevivência, mas índios ferozes, gentios a prear, a serem reduzidos, escravizados pela população sequiosa de ouro, prata, pedras preciosas.

O arcabouço teórico marxiano deixa evidente que é o trabalho que dá significado a produção material, valorizando o espaço enquanto produção/reprodução. Dessa forma, o esforço do capital em apresentar o sertão como desprovido da presença humana, é, todavia, conteúdo de um projeto de depreciação uma forma de dominá-lo mediante apropriação: - se não há seres humanos, se nele tem-se apenas a semiaridez, caatinga, sol escaldante, ardente, intermitência de cursos d’água, é sem vida, sem expectativa de reprodução, então é também desprovido de valor.

A produção da negatividade em relação ao sertão é a concretização da produção do espaço nacional, através de uma leitura exógena, alicerçada na ampliação dos interesses externos. Os valores conferidos imprimem o desejo de transformação/apropriação e dominação do espaço que é qualificado no referido contexto histórico-geográfico, então a riqueza do espaço é fruto do ritmo dado ao processo de apropriação¹⁹.

¹⁹O exemplo mais evidente é a “sertanejação” nacional, com a construção de Brasília no interior do território, localizada então no lugar distante do litoral – porta de entrada da civilização – transferida para o longínquo, mas valorizada pelo poder, pois é guiado por um novo projeto nacional para o país, pautado na modernização, tornando-se motivo imediato para a redefinição do eixo central da Nação, do território, e dos recursos que o integram. Construída a nova capital na hinterlândia, será demarcada pelo progresso, o espaço então, deixa de ser sertão e passa a ser área de “fronteira de recursos” como definem Becker e Egler (1993). Esse termo, tem a função de (des)sertanejar, trazer outra caracterização, transfigurar o estigma do atraso, deslocar do lugar geográfico, conferir ao sertão uma nova cor, transmutando espaço opaco em espaço luminoso, o ponto transluzente de Brasília.

O distanciamento projetado para o sertão e o litoral no início da colonização pode ser visto na atualidade como pontos de aproximação. A rodovia que liga Feira de Santana a Salvador - BR 324 - denominada Bahia-Feira, até a década de 1960 do século passado, representava o principal contato com a capital, pavimentada para atender a fluidez, a modernização que insiste em se instalar na Região Nordeste, obedecendo aos critérios definidos pelos governos através do Plano Rodoviário Nacional descrito na Lei Nº 2975/1956, cujo objetivo principal era a adequação às exigências da indústria automobilística nos moldes do nacional-desenvolvimentismo. As vias construídas visavam permitir a ampliação da circulação no território nacional. Vinculando sertão e litoral a BR-324 tornar-se-á responsável por contribuir para a diminuição das distâncias entre lugares sertanejos/litorâneos, imprimindo uma nova relação tempo-espço. Lembrar que até a década de 1930, a ligação com o litoral era feita pelo município de Cachoeira através do Rio Paraguaçu.

A modernização nos transportes e nas comunicações vai aproximar esses dois espaços, tendo em vista a necessidade da valorização para o capital. A desigualdade, antes vista como justificativa para a separação, serve de motivos para a aproximação, a tal ponto que nos anos de 1990 há uma discussão na esfera governamental do Estado para incluir o município na Região Metropolitana de Salvador: sertão e litoral se unem como desigualdade combinada, unidade contraditória para fortalecimento do capital.

Os escritos de Smith (1988) oferecem argumentos para inferir que a desigualdade constitui a essência da contradição, quando a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, explica não somente o capitalismo, mas a própria história humana, expressando uma Lei da História da Humanidade.

Nesse contexto, consolida-se o imaginário sobre o real-concreto, fundado no sentimento de desvalorização de um espaço em relação ao outro, com propósitos explícitos na prática da espoliação do colonizado mediante a dilapidação dos recursos existentes na terra encontrada. A depreciação é nítida nos textos da época, quando, por exemplo, os escritores, ao caracterizar os índios como os aimorés - e a Bahia está no centro desta discussão - os apresentavam de forma negativa, comparando-os aos animais. Os portugueses os denominavam de

Botocudos devido aos botoques de madeira ou de pedra que usavam nas orelhas e no lábio inferior.

De acordo com Tavares (2001) eles se denominavam *gueren*, e Monteiro (2008) afirma que esse é um termo para generalizar e depreciar grupos indígenas que habitavam as áreas de florestas dos vales dos rios Doce, Prado, Mucuri e Jequitinhonha. Esses integrantes da Nação indígena que habitava o sul do Estado se destacavam pela capacidade militar e de enfrentamento, mas são excessivamente criticados e execrados pela prática da antropofagia, quando avançavam do sertão para o litoral em defesa de suas terras.

Foram desde o São Francisco até o rio Doce, os principaes inimigos dos invasores, os mais fortes defensores da terra, os mais implacaveis exterminadores dos estabelecimentos portugueses, os mais valentes e indomaveis filhos deste paiz. Heróica gente! (SILVA, 1919, p. 175).

Nenhum povo ofereceu resistência mais contínua e eficaz aos portugueses que os aimorés, habitantes do Espírito Santo, Ilhéus e regiões fronteiriças do sul da Bahia. Sua eficiência militar e sua determinação são comparáveis à resistência dos araucanos no Chile. Por mais de dois séculos, os aimorés aterrorizaram as áreas do sul da Bahia e chegaram a atacar as margens meridionais do Recôncavo. (SCHWARTZ, 2005, p. 43).

O povoamento e as práticas agrícolas nesse espaço estavam submetidos à defesa do território pelos aimorés, em luta constante contra a invasão portuguesa e segundo Schwartz (2005, p. 43) a “hostilidade dos aimorés provocava em colonos, jesuítas e oficiais da Coroa reações que beiravam a paranoia” podendo ser identificado nos relatos um “misto de medo, admiração e repugnância”.

Silva (1919, p. 175) deixa nítido em seu texto a sua admiração por esses defensores do território, dizendo que:

Os Aymorés eram muito bravos e quando aprisionados muitas vezes se deixavam morrer de fome, sem um gemido.
(...) Se os matavam, fosse qual fosse o suplício que lhes infligiam, sofriam-o estoicamente.

Entrementes, a descrição dada aos brancos fixados no litoral, tinha como referência o respeito que impõem e o temor que provocavam em decorrência do poder que detinham.

No decurso histórico-geográfico a resistência desses grupos tem no isolamento, uma forma única para continuar sobrevivendo, então os limites da “terra chã” se expandem, quando esses povos são obrigados a promover constantes deslocamentos em direção ao sertão. A onda populacional que se inicia no litoral, adentra ao continente, fazendo com que áreas mais pobres venham a se constituir reserva de valor, porquanto doravante habitada. Confrontar litoral e sertão onde o primeiro é demarcado pelo adensamento populacional e o segundo pelo vazio, constitui a *raison d’être* da valorização do espaço, objetivo do colonizador que veio para mercadejar, usurpar, tirar as riquezas: uma valorização que é para o espaço exterior, lá, além do Atlântico, distante do sertão justificado pelo vazio.

4.2 Sertão e litoral: uma questão escalar

Feira de Santana - o sertão, e Salvador o litoral- são escalas locais, em que as fronteiras econômicas são definidoras das relações de poder estruturante da produção do espaço geográfico nacional. Passíveis de serem separadas, seja pelas especificidades naturais – clima, solo, vegetação – ou pelo desempenho das atividades econômicas – cana-de-açúcar, fumo, pecuária e mineração – são constructos espaciais necessários que culminam com a formação da Nação. Não se quer dizer que as escalas se desvinculam dos componentes naturais, mas não são fixas, estanques e se modificam perpetuamente.

O sertão é subjugado aos dissimules do capital que se concentra no litoral. O lastro cultural da valorização direciona a apropriação simbólica do espaço, expressa na ideia do “sertanejo” percebido como uma representação e não como sujeito da história: produção do espaço que se realiza alicerçada em pré-ideações, reverberando os interesses fundados na acumulação capitalista, que no aprofundamento das desigualdades delimita espaços a serem dominados.

Examinar a totalidade, todavia, implica em entrever as particularidades escalares, quando cada uma, apresenta conteúdo responsável pela realização de processos específicos, isto é, as diferenças geográficas. Entender esse detalhe, teórico pressupõe certificar-se da essência da escala, localizar cada movimento no âmbito político, econômico, cultural, etc. e revelar que a leitura da totalidade não deve negligenciar as particularidades em decorrência da diferença geográfica.

Smith (2000) indica a questão da escala como caminho para o entendimento da diferenciação e da diferença espacial, no sentido de observar o significado político da produção do espaço. Para Lima e Conceição (2012, p. 1), “A produção espacial, inserida no bojo do conteúdo das relações sociais de um determinado período é, portanto, ontológica ao ser social”. Os autores asseguram que:

A estrutura geográfica de interações sociais sob o capitalismo produz uma interpenetração hierárquica entre as escalas por onde transita o capital. A produção escalar também passa a deter um novo propósito com o desenvolvimento da sociedade, mediado pelos interesses do capital. (LIMA e CONCEIÇÃO, 2012, p. 2).

Sertão que é o **outro** do litoral e não espaço estruturante da divisão territorial do trabalho no capitalismo escala espacial produzida social, política e economicamente, dualidade que pressupõe separação e hierarquização, partes inversas, lugares complementares, fragmentado e fracionado. Analisado dessa forma, impõe afirmar que, ao estar dentro do sertão significa estar fora do litoral - e vice-versa – encontrar-se no espaço *a priori* adaptado à rotina mercantilista dos colonizadores. Escamoteia-se a realidade da organização espacial que se institui como resultado da expansão geográfica que tinha por meta a construção de objetos que servissem de base para o processo de acumulação, produzido para atender as demandas do mercado. Em consequência pode-se testemunhar a luta constante entre os espaços devido às relações de poder que se estabelecem nas diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional, tendo o solo como a base física para a divisão social do trabalho. O capital mercantil no período colonial e posteriormente a consolidação do capital monopolista amplia estes espaços, aprofundam a interpenetração e diferenciação espacial entre o sertão e o litoral, e impõe-se uma estrutura espacial edificada na desigualdade. Cada especificidade se transforma em escala de análise, permitindo a reflexão sobre a intensidade da ação em nível local, regional, nacional, etc. concluindo-se que se apresentam de forma diferenciada, mas não significa dicotomia, separação.

O espaço nivelado, visto em camadas, sob gradação, um de mosaico criado e valorizado pelo desenvolvimento econômico - como elemento essencial para classificar, demonstrar o poder de um sobre o outro. Nesse constructo espacial Feira

de Santana se insere numa posição hierarquicamente subjugada ao litoral, porquanto é princesa do sertão: Portal do Sertão.

Desconsiderada está a ligação com o Recôncavo, o fato de ser o espaço que foi produzido como sua extensão, sendo assim, não o integra e se constitui em separado. Então, diferenciação e igualização não são entendidas à luz do materialismo histórico, condição necessária para entender que

É a síntese dialética entre diferenciação e igualização do espaço geográfico promovida pela expansão do capital, que desenvolve o entendimento do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade capitalista. Esse par dialético não se verifica atuando separadamente sobre o espaço, mas representam partes do processo contraditório da reprodução do capital. (LIMA e CONCEIÇÃO, 2012, p. 2).

As relações sociais comprovam que cada escala é construída socialmente, implicando em tênues e complexas relações de poder. A leitura escalar, entretanto, impede toda e qualquer possibilidade de entendimento das particularidades como uma ruptura, a valorização das diferenças de modo hierarquizado, e se impõe como um recurso inigualável para fortalecer a análise espacial na perspectiva geográfica da formação territorial do Brasil.

A contradição é resposta à própria produção do espaço, porquanto diferenciações construídas pela sociedade e são passíveis de serem vistas tanto no plano interno quanto externo: sertão das terras d' além Paraguaçu e sertão do São Francisco, litoral e Recôncavo, diferença espacial repletas de especificidades que são produção e reprodução contínuas de escalas, ao tempo em que cada lugar se diferencia do outro, mas se unifica, como uma determinação geográfica da contradição inerente à sociedade capitalista. A luta pelo poder, entre/intra espaços confere a essência da realidade política, fragilizando o estabelecimento das fronteiras e limites entre sertão e litoral na medida em que a escala se impõe enquanto critério de diferença. Essas pressupõem a formação da nação, onde as relações sociais mercantilistas precursoras das relações capitalistas se sucedem mediante a luta permanente entre os distintos modos de produção do espaço. Sertão-litoral, singularidade e generalidade do lastro formador da nação, homogeneização alardeada pelo território forjado no século XVI, para se estabelecer no Estado-Nação: não é relação espacial, divisão de lugares, e Feira de Santana,

nesse aspecto, é escala espacial em que a formação se dá subjugada ao capital, é espaço de acumulação primitiva, enquanto sertão, Portal do Sertão.

Neste lugar sertanejo emerge os elementos que permitem a compreensão sobre o desenvolvimento desigual. O local da pecuária, semiárido, caatinga, população dispersa, situado distante do caminho das caravelas que singravam os mares levando “ouro” – metal e açúcar – era representativo do atraso. No lado oposto encontrava-se o *lócus* litorâneo da cana-de-açúcar, úmido, florestas densas, maior concertação populacional, apalpando o mar, acariciando as ondas que empurravam as embarcações e escoavam a produção colonial - era representativo do moderno.

Lugar rude, áspero, caracterizado pelo atraso, miséria, pobreza infertilidade, esterilidade, improdutividade é completado/complementado pelo seu oposto, que é privilegiado pelas condições naturais: clima solo abertos à produção e produtividade, simbolicamente máscara da modernização. É o litoral da umidade, indício da certeza do retirante:

Bem me diziam que a terra
se faz mais branda e macia
quanto mais ao litoral
a viagem se aproxima.
Agora afinal cheguei
nessa terra que diziam.
Como ela é uma terra doce
para os pés e para a vista. (MELO NETO, 1994, p. 40).

Terra adoçada pela cana-de-açúcar produzida por homens e mulheres que socialmente se diferenciam daqueles, que através dela acumulam capital, numa doçura que compõe a amargura da exploração de uma sociedade que se origina na Colônia e consolida-se posteriormente. Mas é terra fértil, produtiva, terra que concede conforto aos pés, ao pisotear dos bandeirantes, maciez fundante da riqueza do engenho. A umidade, no entanto, impossibilita a fragmentação da secura, a separação dos contrários, porquanto diferenciação espacial, escalas de produção social de estruturas geográficas que interagem no clima da luta política constante. É a síntese dialética, a unidade dos contrários provocadora da surpresa do viajante que ao se indagar sobre a Geografia do Nordeste só tem uma resposta:

Mas não senti diferença
entre o Agreste e a Caatinga,
e entre a Caatinga e aqui a Mata
a diferença é a mais mínima. (MELO NETO, 1994, p. 45).

Espaço geográfico, relação Sociedade-Natureza no sertão-litoral, diferenciação espacial determinada pelo econômico: sertão, agreste e mata, na permanente unidade dialética, escala, lugares que se diferenciam, se unificam, permitindo a visão do inigualável colorido inerentemente espacial.

A separação é dada por uma linha demarcada mediante Decreto Real no início do século XVIII, tornando-se um limite na unidade espacial, conquanto separação do litoral testemunhando a impressão da diferenciação que deve ser entendida na perspectiva da escala; é a Gênese da desigualdade espacial brasileira, demarcação do desenvolvimento desigual sob a égide do mercantilismo, contorna, dá forma, impõe a lógica de concretização do espaço traspassado pela história.

Esta é uma delimitação espacial que se estabelece enquanto espaço de concretização da contradição, texto e contexto abrem os dutos que permitem a leitura da totalidade espacial sobre a formação territorial de Feira de Santana que está respaldada na separação entre o sertão e o litoral, como condição única para a consolidação do capitalismo nascente. Lugar de passagem, ponto de comercialização, transforma-se em marco, local, referência da fixidez do capital.

O modo de produção que emerge do mercantilismo tem como atributo único a contradição e o seu movimento se realiza em dupla direção: uma segue ao nexo da expansão e mobilidade e, a outra, se encaminha para atender a necessidade de fixação no espaço, este como requisito para concepção da acumulação: adsorve no espaço real para a construção de objetos concretos enquanto meios de produção. O engenho, as vias de circulação, o espaço da feira de gado no período colonial e atualmente as indústrias, os portos, aeroportos as rodovias, etc. são pontos para a realização do encrave do capital.

Para González (2005) a produção se configura em parte integrante do regime de acumulação, se instituindo enquanto poder do espaço. No momento em que ocorre a fixação dos processos de acumulação a escala se apresenta com o espaço capaz de manifestar com exatidão e objetividade os limites e as fronteiras espaciais. A escala de produção da pecuária e da cana-de-açúcar cumpre esse papel definidor

dos enclaves, constatando a importância dos estudos espaciais que indicam os aspectos do desenvolvimento desigual e combinado inerente ao capitalismo. Sendo assim:

Las narrativas escalares son las historias que justifican, enmarcan y dan coherencia a la emergencia de una escala como um ámbito de movilización política. Em este contexto de globalización, por lo general, estas narrativas son discursos relativamente simples, que presentan la realidad en términos dicotómicos: antes/después, industrial/post/industrial, local/global, etc. y la organizan mediante una estructura lógica entre sus diferentes momentos. (GONZÁLEZ, 2005, p. 105).

A escala não oferece condições de compreensão da completude das trocas espaciais no âmbito do capitalismo, mas permite identificar a manifestação das feições que a compõem. A discussão sobre as narrativas escalares evidencia, portanto, a importância dos aspectos discursivos na produção social da escala.

Compreender o sertão numa perspectiva escalar significa explicar a existência de diferentes sertões, desigualdade combinada da realidade inerente ao modo de produção capitalista. Isso impossibilita a sua separação do litoral, porquanto formam especificidades da totalidade do processo que estabelece a essência da sua própria reprodução. Há diferentes sertões também sob o ponto de vista da identificação dos espaços na escala nacional à regional e local, assim como, aquele que é delimitado tendo por base a reprodução ampliada do capital. São diferenciações que indicam a necessidade de delimitar o objeto de análise e isso não significa que as escalas sejam determinadas pelas fronteiras naturais, pois a demarcação de onde inicia ou termina cada lugar desafia aos que veem o espaço de forma fragmentada, deslocado do contexto histórico, desvinculado do conteúdo geográfico.

João Guimarães Rosa em Grande Sertão Veredas propõe delimitações bem próximas dessa dimensão ao definir o sertão diante das diferenciações internas, seja de ordem cultural, social, política, natural, etc.

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais e fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. (...). Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (...). O sertão está em toda a parte. (ROSA, 2006, p. 7 e 8).

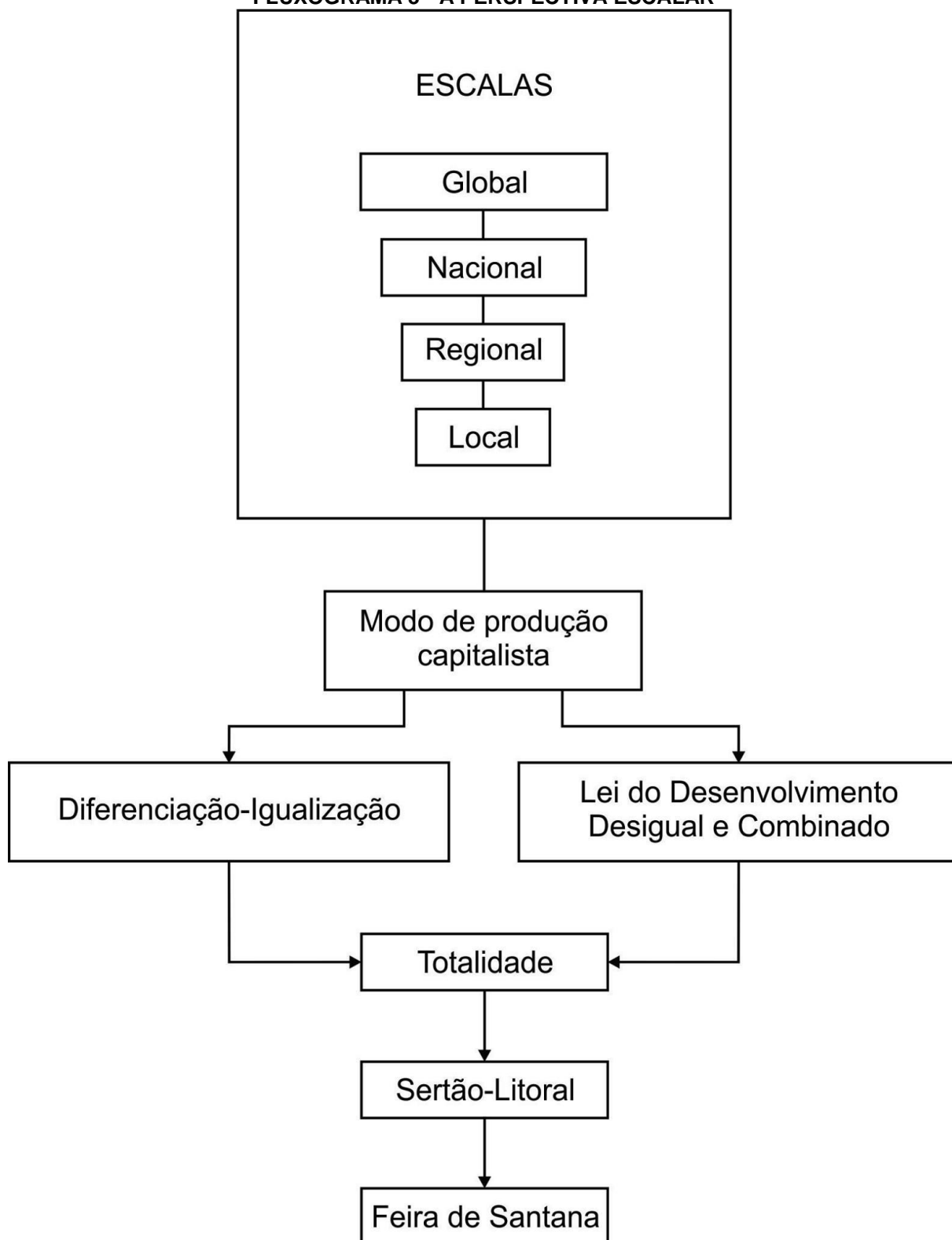
Euclides da Cunha apresenta a necessidade da caracterização minuciosa da Natureza do sertão, uma preocupação perceptível em delimitá-lo, defini-lo, indicar fronteiras que fixassem o poder no espaço específico: “Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir.” (CUNHA, 2007, p. 36).

Sertão e litoral são colocados como espaços caracterizados, definidos pela manifestação da natureza, e na tentativa de impor a dualidade, o esforço de expor os elementos naturais como opostos. Uma oposição onde se tem: sertão seco, litoral úmido, sertão da caatinga - mata rala, espinhosa e cinzenta – e litoral da mata atlântica, frondosa, úmida e colorida, sertão dos rios intermitentes, litoral dos rios caudalosos. Diferenciar hierarquizando, colocando em oposição, impede qualquer possibilidade de entendimento da unidade dos contrários, inviabiliza a explicação do conteúdo específico de cada lugar que compõe o todo.

De acordo com Gomez (2006, p. 237) as “escalas são tipos de espaços que possuem características diferenciadas”, havendo uma estreita relação entre escala e diferença espacial. No Estado da Bahia, por exemplo, o sertão do Oeste baiano, não pode ser explicado com os mesmos critérios do sertão do São Francisco, ou do Sudoeste que se diferencia do sertão das terras d’Além Paraguaçu, além disso, um evento que ocorre nesta escala difere em diversos aspectos se acontecer na escala regional ou nacional. São espaços que se diferenciam, mas se unificam porque é produção do espaço, só entendidos na perspectiva escalar. (FLUXOGRAMA 3).

A grandeza do sertão é condição para dificultar a definição da escala de análise. Feira de Santana: a fronteira é o sertão das terras d’além Paraguaçu, mas começa no litoral na foz desse rio, onde também é extensão dos limites de Salvador, comandando a reprodução do interior, que tem a porta de entrada de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Delimitação comandada pelo capital é prova cabal da capacidade que tem o mesmo na produção espacial. Encerra-se o sertão na ascensão econômica através da feira que serviu de instrumento para recuar às entradas e alargar o espaço, talvez, fazendo Feira de Santana ser “menos” sertão, ou seja, o Agreste que é Portal do Sertão e Princesa do Sertão estando, ideologicamente, mais perto do litoral. (MAPA 13). Como foi explicitado no capítulo 3 a linha traçada corresponde a uma aproximação dos limites constantes na Carta Régia de 1701.

FLUXOGRAMA 3 - A PERSPECTIVA ESCALAR



Elaboração: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

Tais determinações conferem poder, aprofundados pelo desenvolvimento dos transportes e comunicação que a partir da década de 1960 com a duplicação da BR 324, aproxima o tempo-espço, consolidando a contradição que subsiste a relação

de poder entre os dois lugares que estão em constante competição e cooperação, alicerçados na disputa pelo melhor local de valorização.

Estando vinculadas às relações de poder, a escala é um importante instrumento para expor as desigualdades espaciais/territoriais. Confirmando essa assertiva Smith (2000, p. 142) assegura que:

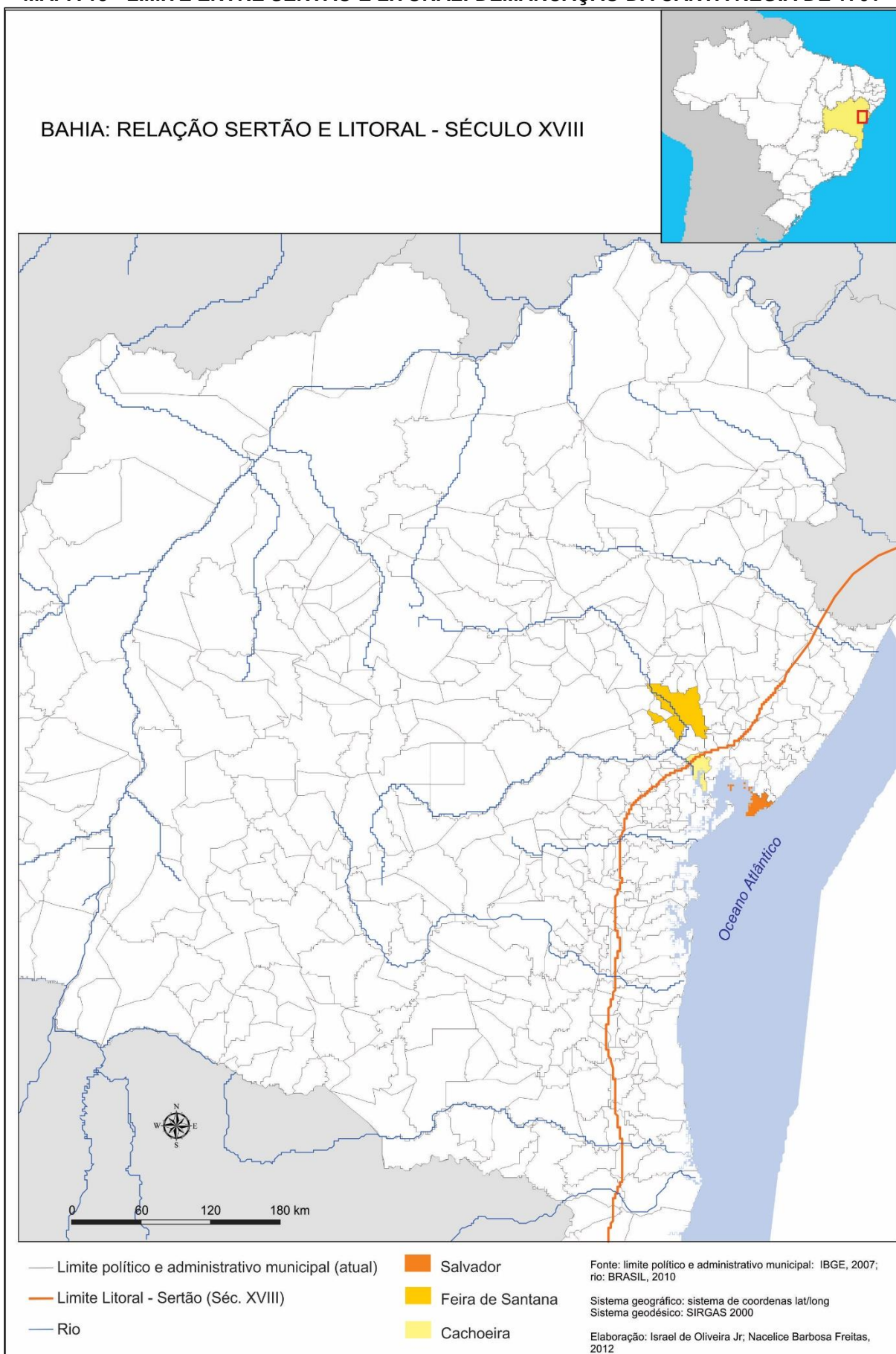
É possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação. A produção e reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações sítios de experiência.

A construção do lugar está diretamente vinculada à produção da escala na visão do autor, pois se esses se diferenciam, contêm especificidades, é a escala que se estabelece enquanto “critério de diferença”: igualização e diferenciação determinada pela produção capitalista do espaço. Assim, tanto interna, quanto externamente, sobrepõe-se a divisão do trabalho como base para a diferenciação espacial, e, segundo Smith (1988) o capital será o nivelador, porque em todos os níveis da produção deve haver igualdade nas formas de exploração do trabalho, porque:

Inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. (...) Em constante oposição à tendência para diferenciação, a tendência para igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual. (SMITH, 1988, p. 170).

Significa que, se a tendência do capital é ser universal, esse opera em condições para produção da contradição, isto é, o espaço geográfico global é “produzido como espaço relativo”, resultante da circulação de mercadorias, estabelecendo o mercado em toda parte na visão de Marx e Engels (2007), a essência do capitalismo. Smith (1988, p. 127) afirma que a “diferenciação territorial e a universalização do mercado mundial efetuam-se como um processo único.” Perpetua-se a expansão geográfica que é ao mesmo tempo expansão social, espaço geográfico sob o lastro da diferenciação e igualização, implantando o que o autor denomina de ‘lei universal da história humana’ qual seja, o “desenvolvimento desigual”.

MAPA 13 - LIMITE ENTRE SERTÃO E LITORAL: DEMARCAÇÃO DA CARTA RÉGIA DE 1701



Feira de Santana nesse ínterim se estabelece enquanto vereda do capital, porta de entrada para o território, ao mesmo tempo em que garante o escoamento da produção, entendida e explicada como representativo da totalidade. Porta de entrada do sertão - ou agreste - e sertão porque se localiza no interior diferencia-se e igualiza-se, expande-se, refletindo a divisão do trabalho na “geografia do capitalismo, expondo os alicerces da diferenciação espacial e os diferentes níveis de desenvolvimento. (SMITH, 1988, p. 127 e 151). Sertão e litoral são espaços em que a grandeza é definida pela reprodução do capital, escalas geográficas que se diferenciam pelas especificidades seja sob o ponto de vista social, cultural, econômico ou pela formação territorial determinadas por processos sociais específicos, não apenas materialidade espacial.

Índios e portugueses em conflito escrevendo no solo da *terra brasilis* a diferenciação espacial lastreada nas disputas sociais/territoriais, produzindo dois espaços específicos da totalidade que se estabeleceram para atender as demandas do capital mercantil: o litoral considerado espaço da produção direta, o sertão reserva de valor para fortalecimento da reprodução capitalista. Conflitantes e conflitados na produção da mais-valia, porquanto as diferenças se manifestam tanto no plano interno quanto externo. A escala nesse sentido se apresenta como “possibilidade política de resistência”. Não é separação rígida, é diferença espacial, especificidade da totalidade, porque “a escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcalismo contemporâneos”. (SMITH, 2000, p. 144).

La cuestión substancial es que el concepto de diferencia es teórica y políticamente abrumado como um concepto agudamente contestatário, y por consiguiente susceptible de apropiación y representación ideológica. (...)

(...) Fundamentalmente, quiero explorar estas cuestiones sobre la diferencia espacial como um medio para conseguir ir más allá de las categorías existentes – específicamente para introducir uma conceptualización sobre la producción de la escala geográfica. (SMITH, 2002, p. 134-135).

Tratando de questões referentes ao poder econômico e político no capitalismo, a questão espacial torna-se fundamentalmente importante para compreensão da distribuição no lugar, compondo esferas diferenciadas que se combinam, estruturando diferenciações que permitem a análise da realidade

mediante as especificidades. Tomando como referência o sertão e o litoral, pode-se afirmar que o capitalismo se desenvolve desigualmente, tanto no plano interno quanto externo, constituindo espaços desiguais a partir dos padrões de acumulação, porque o capital tem como essência a contradição de revestir-se de dupla tendência, isto é, universalização e a necessidade de fixação em um local. O desafio está em imprimir um discurso geográfico tendo como reflexo das narrativas escalares.

4.3 Os “sabores” do valor: a cana-de-açúcar e o gado

Sertão: espaço/território que se instituiu desde os primórdios da colonização como reserva de valor em relação ao litoral. Lugar de criação do gado, mercadoria inserida no processo de produção, circulação e consumo produzindo um espaço de uso, no futuro, como extensão do litoral.

Em sendo reserva de valor, o sertão é transmutado para a condição de valor de troca, uma vez que é instituído como moeda, desde o início da colonização, quantitativamente aquilatada, para garantir a reprodução do capital. Produzido para uso futuro, emerge no contexto da modernização do século XX como o *locus* de crescimento econômico lastreado pelo comércio, serviços e indústria. Esse processo iniciado com a pecuária é registro, esculpido no solo, advertindo sobre a forma como o espaço serve para implantação da acumulação primitiva do capital, questão explicativa da forma como o capitalismo se firmou ao longo do processo histórico, de como o sertão é condição *a priori* para estabelecimento do novo modo de produção que está sendo gestado nas entranhas do mercantilismo, tendo na pecuária a relação pré-capitalista fundamental para a valorização do espaço. A dissociação entre trabalhadores e meios de produção é específica, de uma realidade que difere da sociedade ocidental e demonstra a anterioridade do capitalismo, enquanto a presença do capital mercantil outorga as condições para a gênese de um novo sistema, que transformou os meios de sobrevivência em capital.

A introdução do gado no sertão, no século XVII, a guerra entre portugueses e índios, são partes integrantes de um processo que determinou ao surgimento de grandes e médias propriedades latifundiárias. A doação das sesmarias culminava com a completa apropriação dos recursos naturais e fundamentalmente a terra, estabelecendo um modelo de exploração que aprofunda a expropriação, excluindo os donos do território e convertendo o sertão em espaço de pecuária.

Marx (2008b, p. 828) explicita que o “sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho”. Na consolidação do modo de produção não se identifica essa tipologia de separação, no entanto, registra-se nitidamente a separação entre terra e dono da terra, quando a expropriação dos povos preexistentes – os índios - aniquila qualquer possibilidade de reprodução da vida material em sintonia com as condições anteriores à colonização.

O espaço usurpado mediante a instalação portuguesa atravessa o tempo-espaço sem oferecer qualquer possibilidade de soerguer ou retomar a condição espacial anterior - condição reivindicada pelos povos originários, donos da terra que guerreavam com o intuito de barrar a invasão. Atônitos, recuavam para o interior, separando-se do seu solo, da terra que pressupõe subsistência, valor de uso antagônico ao valor de troca, isto é, mercadoria. Se anteriormente a reprodução da vida dependia diretamente das benesses da natureza, será agora submetida a iniciação a agricultura para exportação, quando o sabor mercantil é regado a carne, couro e açúcar, e decorado com metais preciosos, perfazendo o circuito produtivo entre as fronteiras litoral-sertaneja: valor dado a terra enquanto fundamento da formação territorial e produção do espaço.

A importância do sertão quanto a sua capacidade produtiva é validada por uma questão fundamentalmente importante no início da colonização, quais sejam as dificuldades em que estavam submetidos os portugueses no que se refere à circulação de pessoas e mercadorias, assim como, a comunicação com a metrópole. Diante dos olhos, o desconhecido, somado ao fraco desenvolvimento das forças produtivas, hostilidade do lugar inóspito, contraste e oposição, fronteiras a serem ultrapassadas para se expandirem. A relação Sociedade-Natureza é fundamento para apropriação e a ideia de espaço vazio pressupõe isolamento do poder central metropolitano, *lócus* da negação, porém, a realidade explicita em estreita ligação com este, mediante a circulação de mercadorias.

Para efetivar a colonização é necessário conviver com o espaço, então, aprendem com a população nativa utilizar as dádivas da natureza se alimentando da caça, coleta e pesca ao tempo em que desenvolve uma incipiente agricultura como forma de minimizar os transtornos resultantes da necessidade de importação de

alimentos: substituem a farinha de trigo por farinha de mandioca, por exemplo. (ANDRADE, 1996).

No espaço da acumulação primitiva pecuária e cana-de-açúcar são atividades que impõem a necessidade de fixidez do capital, e mão de obra, portanto, crucial para garantir a efetiva apropriação do espaço.

Marx (2008b, p. 827-828) explica que a

“acumulação primitiva” é “uma acumulação que não decorre do modo de produção capitalista (...) é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” [constituída no que denomina] “pré-história do capital”.

A acumulação primitiva corresponde a todos as transformações responsáveis pela produção do espaço e que ao longo do tempo serviram de alavanca a estruturação da sociedade capitalista. Capital que preexiste ao modo de produção, instrumento de expropriação e exploração. Para efetivação desse processo, os colonizadores usurpavam as terras, expulsavam populações que eram bruscamente arrancadas das suas circunstâncias de existência e eram submetidas às novas condições transplantadas da Europa ou passavam à situação de excluídos do seu próprio habitat. Nesta será formada um amálgama que alimenta: açúcar e gado. A organização do processo de produção do capital no território brasileiro/baiano retira os donos da terra, criando as condições para o surgimento dos latifúndios.

Especificar o processo ocorrido impulsiona para a leitura da realidade e confirma-se que o Brasil diferencia-se em diversos aspectos do mundo ocidental. O capitalismo surge em muitas cidades mediterrâneas no século XVI, onde a servidão já estava abolida, asseverando que os prenúncios podem ser já observados nos séculos XIV e XV. Nesse contexto, emerge o sertão baiano, como espaço que é na sua essência reserva de valor. Percorrendo essa trajetória Feira de Santana desponta no século XVIII como centro de comercialização do gado, mercado dinâmico a tal ponto que no final desse século se torna um dos mais importantes da Colônia em detrimento de Capuame, antes considerada a maior feira de gado da Capitania da Bahia.

Andrade (1996) expondo sobre a importância da pecuária no período colonial entre 1500-1822 localiza os produtos agrícolas cultivados no Brasil e traz uma

interpretação sobre a relação entre produção e consumo, apontando a direção de cada uma delas. Inicia afirmando sobre as dificuldades de comunicação entre Colônia e metrópole, como motivo básico para forçar o desenvolvimento de uma agricultura incipiente para suprir a carência alimentar da população que aqui se fixou no século XVI. Adaptando-se às condições objetivas, a atividade nascente garante a sobrevivência e a fixação da população e estrutura relações sociais de produção fundamentais para corporificar a posse do território ora violentamente arrebatado. O autor coloca o cultivo da cana-de-açúcar como peça-chave para essa questão geopolítica, induzindo ao surgimento de um sistema que marcou a formação territorial: a escravidão. Chama atenção para o fato de a mesma ser inicialmente desenvolvida em diversos espaços da Colônia, todavia, foi posteriormente centralizada nas capitanias da Bahia e Pernambuco. Para cultivá-la, tornava-se necessário um grande contingente de mão de obra, além de grandes somas de investimento em capital o que demandou a implantação dos engenhos, no sistema de *plantations*. Na Bahia, o Recôncavo e o litoral desempenham um papel fundamental, concretizado em escalas de produção específica, controlando os pontos de articulação entre duas áreas diferenciadas: Feira de Santana articula-se à Salvador, através de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, estendendo sua área de influência para outros sertões através do comércio do gado.

A gênese do comércio de pessoas vindas de diversas regiões do continente africano, e aqui transformadas em mercadoria de valor inestimável para a implantação do projeto português nos moldes do Escravismo Colonial, intensifica o crescimento e conseqüentemente a demanda de alimentos, ampliando a importância do sertão como área de cultivo. As mudas e sementes vindas da Europa, Ásia e África são somadas à prática indígena do cultivo de algodão, milho e mandioca, tanto no litoral, quanto no sertão. Segundo Andrade (1996), nas áreas de interflúvios, distanciados do solo de massapê, eram plantados tubérculos e frutas, quando as lavouras tinham função alimentar. A delimitação espacial entre pecuária e cana-de-açúcar no século XVIII, promove uma relativa separação, intensificando a importância do sertão como fornecedor de alimentos para o litoral. O gado criado à solta necessitava de amplos espaços e interiorizar foi recurso inigualável para evitar a destruição das preciosas plantações.

Com condições climáticas que favoreciam a criação do gado a Feira de Sant'Ana se ampliou: índios expulsos do seu *habitat* e pecuária associam-se ao crescimento populacional, estruturando uma forma de ligar lugares distantes ao litoral. Seguindo essa direção, a produção do sertão dirige-se para a esfera da circulação da cana, e conforme a visão de Andrade (1996), como o litoral volta-se para a produção e para exportação, necessitavam de animais para transporte de mercadorias, do couro e de alimentos, que promoveu a entrada para o sertão. Schwartz (2005), estudando a sociedade colonial no período entre 1550 e 1835, coloca a importância desse espaço como fornecedor de carne para Salvador e Recôncavo. A produção do açúcar, na visão do pesquisador, dá a Bahia, principalmente ao Recôncavo uma condição que reveste a sociedade de uma essência, que é “razão de ser e que criou a sua sociedade”.

Com início modesto no século XVI, a Bahia veio a tornar-se a segunda região açucareira do Brasil, suplantada apenas por Pernambuco; após o eclipse da liderança desta capitania após invasão holandesa (1630-54), a Bahia manteve a primazia durante a maior parte do século XVIII. (SCHWARTZ, 2005, p. 89).

A pecuária fundamenta a essência do sertão, pois o “tipo de carne mais consumido em Salvador e no Recôncavo era a carne bovina”. (SCHWARTZ, 2005, p. 88). Em 1716, A câmara de Salvador procurou conseguir que o sertão fosse dividido em zonas para que a costa pudesse assegurar um fornecimento constante de carne do interior.

Salvador e Recôncavo dependiam do sertão. Salvador necessitava da carne que o sertão fornecia. Carne, couro e sebo eram usados na cidade e no campo, e os engenhos precisavam igualmente de bois para o transporte, muitos também com força motriz. Grandes boiadas percorriam, às vezes, sessenta quilômetros por dia com destino às feiras na orla do Recôncavo, onde um ativo comércio tinha lugar. (SCHWARTZ, 2005, p. 88).

Explicar a origem da pecuária no sertão colonial é iniciar mostrando o seu papel na consolidação do mercantilismo, assim também, o açúcar, porquanto são mercadorias fundamentais para alimentar a sociedade que aqui se estabelece. Então, a reflexão se direciona para o significado da mercadoria na sociedade capitalista: antes de ser valor-de-troca é fundamentalmente valor-de-uso, em sendo

valor-de-uso deve ser entendida como indispensável à sobrevivência, útil ao que a possui, e como valor-de-troca tem a capacidade de ser substituída por outra mercadoria, levando-se em consideração a proporcionalidade. Valor-de-uso e valor-de-troca são condições explicativas sobre a capacidade da valorização do espaço para a reprodução, assim como o gado e a cana-de-açúcar. A fazenda de gado se estabelece na Colônia como empresa sertaneja da mesma forma que o engenho como empresa litorânea. As relações de trabalho perpetradas com a pecuária no sertão são responsáveis pela disseminação da pequena e média propriedade como uma característica básica do sertão em contraposição a grande propriedade canavieira no litoral.

Não é intenção atribuir relação de proporcionalidade da troca entre as duas mercadorias, porém analisar a produção do espaço nos primórdios do capitalismo brasileiro, porque a introdução do gado na Colônia tinha caráter divicioso tanto pela dificuldade em trazer de outro continente, quanto pelo fato de ser necessário circular por terras desconhecidas, além de estar constantemente submetido às condições de insegurança decorrentes da guerra entre portugueses e índios.

Prado Jr (2011, p. 195) coloca a pecuária como fundamentalmente importante em fornecer uma mercadoria para alimentação no período colonial, sendo registrados em diversos “documentos públicos e escritos particulares da época” os problemas decorrentes das dificuldades de abastecimento no país. O autor é enfático ao afirmar que os problemas estavam relacionados à escassez, periodicidade do abastecimento, falta de açougues e matadouros, este último só existente nas maiores cidades e vilas da Colônia, o que era recorrente o clamor de toda a população. Essa situação caótica não impedia o ritmo frequente, a intensidade, o valor e a importância do comércio da carne. “Mais de 20.000 bois, chegados de um sertão remoto, eram consumidos anualmente só na cidade da Bahia”, e Feira de Santana compõe este longínquo lugar sertanejo. (Prado Jr, 2011, p. 196). Essa afirmação corresponde aos cálculos feitos baseados na renda da carne nos anos entre 1795 e 1798, citados por Vilhena (1969a). O Portal do Sertão neste período, ainda é uma Freguesia, porém, Poppino (1968, p. 154-155), descrevendo sobre a importância do gado em pé para economia do município e tomando por base as informações das Atas da Câmara 1870-1883, que se encontram no Arquivo Municipal de Feira de Santana, indica que

Desde a era colonial que a considerável maioria do gado oferecido à venda, em Feira de Santana, tinha sido adquirida para os mercados da Cidade do Salvador e do Recôncavo. Em 1877, quando o gado vendido em Feira de Santana, provavelmente, não excedia de cinquenta mil cabeças por ano, quase quarenta mil se consumiam como carne na Capital e nas comunidades da zona açucareira.

(...)

Em 1950 muito mais do que oitenta mil cabeças saíram de Feira de Santana para os mercados à beira-mar. O restante, quase vinte mil cabeças, consumiu-se no município.

Classificar o comércio do gado na Colônia como uma atividade de segunda ordem, significa tentar apagar parte importante da formação territorial brasileira, quanto à valorização do espaço tem no comércio e consumo da carne singular importância. Gado que perambulava pelo sertão seguindo vaqueiros e tropeiros que dirigiam o olhar para o litoral: sertão *locus* da exportação, e litoral *locus* da importação. Invertida está, nesse contexto, a ordem do valor do espaço: uma feira de gado que se situava como importante ponto de articulação, estendendo a sua influência comercial desde Alagoas, Sergipe, Piauí até o norte de Minas Gerais.

Vilhena (1969) faz severas críticas à forma como se processa o comércio da carne na Bahia no final do século XVIII, contexto em que Feira de Santana se consolida enquanto centro distribuidor, assumindo o lugar antes pertencente à Capoeira. Reuniu em vinte cartas escritas a um amigo em Lisboa, preciosas informações sobre a Capitania da Bahia do final do século XVIII. As primeiras são escritas entre 1798 e 1799 expondo aspectos econômicos e sociais. Envia notícias soteropolitanas em detalhes, e o sertão também aparece em diversos escritos, especialmente as Cartas I e III ao tratar dos produtos resultantes da pecuária.

Igual ou maior tem sido a desordem motivada pelos mesmos, e fulminas descarados, e protegidos, pelo que pertence à carne, sem que se possa deixar de atribuir-se a descuido o permitir que estejam servindo de covis de onças, e tigres, terras admiráveis, e próprias para a criação de gados, que com a obrigação de povoá-las se deram em outro tempo por sesmarias nesta mesma Capitania a famílias poderosas, que nada cuidam nelas, podendo estar cheias de criação, abastecendo de carne a cidade, e aumentando o comércio da courama; (VILHENA, 1969a, p. 127).

Quando fala do comércio da carne, além de expor sobre os aspectos referentes à higiene, mostra a quem era destinada, e até os preços dessa

mercadoria. Observa-se uma nítida preocupação em detalhar as atividades comerciais indicando que:

A Praça da Bahia é uma das mais comerciosas das colônias portuguesas, e que o seu comércio, bem a pesar das nações estrangeiras, é somente privativo aos vassalos da Coroa de Portugal, sem que o possam manter, ou girar à exportação, mais do que para esse Reino, e algumas das suas colônias, ou senhorios; (VILHENA, 1969, p. 56).

A carne é classificada como gênero de primeira necessidade, e o que chama atenção é que esse relato é evidenciado quando trata do comércio de varejo. As boiadas vindas de Jacobina são tratadas nas Cartas I e IV, em que fala do comércio de importação e exportação, momento em que informa sobre o açúcar, indicando o número de engenhos (400 engenhos: 260 no Recôncavo baiano e 140 na comarca de Sergipe del Rei). Diversos produtos comercializados - carnes secas, farinhas, courama etc. – são lembrados, assim como o comércio com Minas Gerais que ele aponta como “muito diminuto”, pois os mineiros preferiam contato com o Rio de Janeiro em decorrência da distância. Quanto às boiadas, o cronista coloca como provenientes de Minas Novas e Jacobina.

Feira de Santana é lembrada na Carta IV apenas como a “Feira”. Não há um só registro sobre a sua importância com relação ao comércio do gado, e na sua descrição situa como o último pouso até seguir para Salvador – que ele sempre assinala como “a cidade” –, deixando sub-reptícia a necessidade de diferenciação do sertão como ausente de urbano; o único caminho é a Estrada das Boiadas, frequentado por boiadas inumeráveis até serem “recolhidos no curral do Conselho, donde só saem em quartos para os açougues, desde a sexta-feira de uma semana até a quinta-feira da outra;” (VILHENA, 1969, p. 160). Subentende-se que, nesse período, a feira de gado é realizada em Salvador, cabendo ao sertão apenas a função de criação e transporte do gado para o litoral. A posição do autor só é compreensível porque ele trata das “notícias soteropolitanas e brasílicas”, com a leitura concentrada na capital, pois Feira de Santana se sobressai com a pecuária no século XVII, e se consolida no final do século XVIII, contexto em que Vilhena (1969) escreveu. Compreende-se a sua posição nas descrições, porque a evidência do litoral era inigualável, ali era o modelo padrão do progresso, conquanto o sertão o seu oposto.

As afirmações de Vilhena (1969) confirmam a assertiva que o escoamento da produção do sertão, principalmente à pecuária, é destinado prioritariamente para a esfera da circulação da cana-de-açúcar, seja para garantir a alimentação, ou para o serviço dos carros e da moenda. Conclui-se que a produção vai prioritariamente para outras áreas, produz-se no sertão, mas não é a ele diretamente destinado, apesar de sua população consumir o produto.

Antonil (1982) relata sobre o cultivo da cana-de-açúcar, descrevendo em detalhes como estava organizado o engenho, sendo possível perceber junto ao cultivo do produto de exportação plantava-se também mandioca, legumes, criava-se ovelhas, cabras, éguas, bestas, galinhas, perus, patos e também bois, destinados tão somente para o consumo, mostrando a capacidade de automanutenção da propriedade de caráter rural. Na cidade, porém, o abastecimento se dava mediante o comércio.

Fica evidente que o sertão é representativo economicamente e servia de sustentação e base econômica para o litoral, fornecendo mercadoria com quantidade e frequência em ritmo que garante a acumulação do capital e o processo de valorização do espaço, porém em bases desiguais: a desigualdade combinada. O que chama atenção é a contradição quanto a pouca importância dada ao gado no que se refere à circulação, produção e consumo na Bahia no Século XVIII em relação à cana-de-açúcar, salvo restritas leituras, como em Vilhena (1969) ao colocar essa mercadoria no campo da importação e exportação, retratando a comercialização com os portos brasileiros, das carnes secas e salgadas, a courama, dentre outros produtos.

Prado Jr (2011, p. 196) reafirma a discussão escrevendo que:

Não é com justiça que se relega em nossa história para um plano secundário. Certo que não se ostenta o lustre dos feitos políticos, nem aparece na primeira ordem dos grandes acontecimentos do país. Recalcada para o íntimo dos sertões, escondem-na à vista, a intensa vida do litoral, os engenhos, os canaviais, as outras grandes lavouras. E não tem os atrativos naturais do ouro e diamantes

Negligenciada em relação ao capital mercantil que enfileira embarcações para atravessar o Atlântico, levando a doçura do açúcar aos cofres portugueses, a pecuária é olvidada enquanto responsável pela subsistência, principalmente daqueles que paralelamente contribuíam na produção desse agradável sabor para

os europeus. Doçura que tornava a pecuária pouco visível na composição da acumulação primitiva, sempre colocada em segundo ou terceiro plano, perdendo no *ranking* da produção econômica para a cana-de-açúcar e o ouro porque a valorização é diretamente proporcional ao volume de capital acumulado.

A carne, o couro e o transporte das cargas foram, na literatura, equivocadamente excluídos dos 60 km (sessenta quilômetros) da demarcação do litoral, elas devem ser vistas na escala de produção. Prado Jr. (2011, p. 196), evidencia a relevante contribuição da pecuária, seja como fornecedora de alimentos, seja para a formação do território brasileiro, desde o litoral até o mais extremo interior. Destaca as poucas mudanças sob o ponto de vista tecnológico, colocando que a sua prática, no século XX, considerando muitos aspectos, ainda é igual ao passado colonial, quando “boiadas que no presente como ontem palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passo lerdo as distâncias imensas que separam o Brasil”. Essa ligação com o passado, entretanto, representa um dos aspectos mais importantes da vida econômica com significativas consequências para o entendimento da formação territorial. O sertão baiano está, então, profundamente marcado com fronteiras nítidas em relação ao litoral. Agricultura e pecuária, para além da função econômica, desempenham papel geopolítico, evidenciado na separação nítida entre o cultivo e a criação.

A valorização do espaço é perpetrada pelo caminhar dos bois, paralelo a monocultura realizada na grande lavoura usuária de grandes contingentes de mão de obra, muito mais atraente no processo de acumulação, realizadas nas terras que foram avidamente tomadas e usadas para promoção de amplos lucros. A pecuária abraça o sertão que vai socorrê-la quanto a sua maior necessidade que é a grande extensão de terras, apesar de exigir pequeno contingente populacional para a realização do trabalho. O gado nasce, cresce e engorda obedecendo às leis da natureza, enquanto o vaqueiro reúne o rebanho para tanger no deslocamento para a estreita faixa de terra que constitui a costa litorânea.

Fato de relevante importância é o sertão, desde o período colonial, ser considerado impróprio para a agricultura e ainda no contexto atual é perceptível essa crença, mesmo com o atual nível de desenvolvimento das forças produtivas do Brasil decorrente da modernização tecnológica. As afirmações das desmedidas dificuldades em decorrência das mazelas climáticas, pobreza dos solos, falta de

recursos, ecoam no interior de clima semiárido, no mesmo lugar que valorizava o espaço mediante a pecuária desde os primórdios da colonização. Sabe-se que neste período é óbvio o baixo nível técnico na atividade de criação: sem preparo para a melhoria dos pastos o uso da queimada ou coivara – prática indígena, aplicada para a limpeza do solo – são fatores caracterizadores e definidores de fronteiras e limites além das determinações legais. Outro aspecto que não se deve olvidar é o papel da pecuária quanto à responsabilidade pelo surgimento de diversos núcleos de povoamento em toda a Colônia e como já foi explicitado, Feira de Santana está no centro da questão.

Salvador localizada no litoral constituía importante centro de onde partia a população para o sertão: busca de terras que servissem para a criação de gado, fundamentais para o fornecimento de animais para o engenho, e alimentação. Os criadores de gado constituem a foz do Paraguaçu uma ampla porta de entrada também à cata do ouro.²⁰

A criação em caráter extensivo foi responsável pela formação de grandes latifúndios que se expandiam do litoral da Bahia até o Piauí e Maranhão e partiam em longas caminhadas da fazenda para o mercado consumidor do litoral baiano. Sendo assim, os caminhos do gado eram extremamente longos, e ao serem conduzidos em longas viagens os animais perdiam peso. Spix e Martius (1981, p. 122), durante a vigem pelo Brasil, descrevem os caminhos do sertão para o litoral, percorridos no início do século XIX, expondo com rigor de detalhes as dificuldades enfrentadas, pelos vaqueiros e tropeiros conduzindo os rebanhos acompanhados de “mulas cargueiras” que transportavam outras mercadorias como o algodão. Esse um produto demandado por comerciantes da Bahia; muitos compravam até “1.000 cargas de mula” vindas de todas as direções, enriquecendo lugares sertanejos. Afirmavam, por exemplo, que “Caetité (...), desde vinte anos se dedica em grande escala ao cultivo algodoeiro, e tornou-se, assim, um dos mais ricos lugares do sertão da Bahia.” /

Além de Jacobina, que se estabeleceu como ponto para repouso do gado, Feira de Santana tornou-se pouso, centro produtor, e também de comercialização.

²⁰ Não foi possível identificar documentos, ou encontrar na literatura informações sobre o povoamento do espaço que atualmente corresponde ao município de Feira de Santana estar diretamente vinculado a busca do ouro, mas uma ligação direta com a pecuária, talvez uma consequência dos atos do Tomé de Souza em relação à questão: doação de sesmarias, misturado ao gado trazido d'além mar.

Sertão, que se tornou espaço complementar da área úmida no que se refere à produção de carne, couro, prática indispensável à sobrevivência tanto das pessoas, quanto da economia açucareira do litoral. Além disso, garantiu o surgimento da segunda maior cidade do Estado da Bahia na atualidade, no espaço da caatinga de clima semiárido em oposição ao massapê, aos ares do tropical úmido, em decorrência dos deslocamentos de animais e seres humanos, desde o início da colonização.

Esse que se espalhava também para todo o Nordeste – entre o rio Parnaíba e o norte de Minas Gerais – é, todavia, sertão da Bahia que Prado Jr. (2011) denomina sertões do Norte, espaço que com significativa rapidez ampliavam as fazendas de gado em decorrência do consumo crescente no litoral e nas minas. O autor explica tal estrutura falando da pouca necessidade técnica para a sua existência, afirmando que bastava uma casa coberta de palha, “feitos uns toscos currais e introduzidos os gados (...).”

Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário. Mão de obra não falta; e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, tem uma inclinação especial para a vida aventureira e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda. (PRADO JR. 2011, p. 200-201).

A leitura despreziosa sobre o vaqueiro oferece condições para mais um detalhe que conduzia a desvalorização do sertão em relação ao litoral no que se refere à esfera do valor. Ao mesmo tempo em que é “mão de obra” ociosa e avessa ao trabalho, é, contraditoriamente, inclinada à aventura comercial que garante alimento e transporte. Essa é uma avaliação que inevitavelmente direciona para analisar a forma como era a pecuária na Colônia. Os vaqueiros tinham diversas tarefas na criação das manadas preparando-as até chegar o período de conduzir o gado para o mercado consumidor, desde cuidar das feridas dos animais, até a proteção contra onças e morcegos e evitar a dispersão sob o risco de perderem a domesticidade.

Pressupõe-se que a forma como se dava a reprodução do capital é responsável por tal ajuizamento, porquanto era o trabalho escravo a mais importante mão de obra para a multiplicação do capital mercantil. Prado Jr (2011) comenta sobre a forma de pagamento destes trabalhadores – os vaqueiros - que recebiam

“um quarto das crias; pagamento que só se efetua decorridos cinco anos, acumuladas as cotas de todos eles”. Saindo dessa condição ao receber a sua cota, podiam se “estabelecer por conta própria” em terras adquiridas, ou predominantemente, arrendadas dos sesmeiros, após uma espera marcada pela lentidão do tempo, mas que ao mesmo tempo, rapidamente ampliava os domínios da comercialização. (PRADO JR. 2011, p. 201). Vaqueiros que trabalhavam todo o tempo para a garantia da carne - vendida com o gado em pé – carne seca, couro salgado, couro curtido, solas e vaquetas.

Trazendo uma reflexão sobre a importância desta atividade econômica o autor afirma que o “movimento ascensional da pecuária no sertão do Nordeste se estende até princípios do século XVIII (...)”, se mantendo até o final do século, e esteve diretamente vinculado ao crescimento populacional e povoamento, “formação de novas capitanias e ereção de freguesias e vilas”. Registra ainda que “é desta fase que data a formação da maior parte dos núcleos de povoamento deste setor”. No final do século inicia o declínio e um dos fatores determinantes foi uma seca que durou três anos, entre 1791 e 1793. (PRADO Jr. 2011, p. 206). Contraditoriamente Feira de Santana, porém, se estabelece como feira de gado no mesmo período, e principal fonte de escoamento da produção para o litoral.

Como o preço do gado se baseava no peso dos animais, as secas contribuíam para a diminuição da produtividade, em decorrência da escassez de alimentos, provocando um declínio temporário. O retorno das chuvas, contudo, restabelecia o fluxo e a feira. A criação do gado, nessa perspectiva, exerce influência econômica na sociedade brasileira que precisa ser descrita em alguns aspectos, para reafirmar sua significativa participação da manutenção do sistema colônia, pois garante elementos para a defesa do território e contribui efetivamente para intensificar o povoamento do interior em todas as direções. Além disso, é fundamental no sentido de diversificar a produção e distribuí-la em todos os rincões, não sendo praticada de forma tão fixa quanto à *plantation* canavieira, assegurar também a formação de um mercado consumidor de produto genuinamente brasileiro para a Colônia, com dinâmica diretamente associada à economia canavieira. De acordo com Furtado (1976, p. 54), pode-se “admitir, como ponto pacífico, que a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de

outras regiões do país.” Isso, porém, deve levar em consideração que o processo se realiza sob o lastro do modo de produção capitalista, tendo por alicerce a desigualdade, então, uma das preocupações da administração colonial era não permitir o surgimento de qualquer outra atividade que pudesse concorrer em igualdade com a economia voltada para os interesses metropolitanos. Partindo dessa premissa, coloca-se o sertão, lugar da princesa, porque hierarquicamente “inferior” à cidade, à capital. Quem seria na visão do Ruy Barbosa a Rainha do sertão? Independente da vontade política Feira de Sant’ Ana emerge, e como Rainha, é coroada, para, no contexto da internacionalização atender as demandas da reprodução ampliada.

É aqui que se insere o sertão, na reafirmação da formação territorial, tendo o econômico como determinante da desigualdade combinada inerente a reprodução do capital mercantil. Espaço que emerge no seio da colonização como fonte inesgotável para fortalecimento da expansão portuguesa: num primeiro momento fornece a mercadoria do comércio de índios, posteriormente envia para o mercado o gado *vacum*, muar, equino, agricultura de subsistência, entre outras.

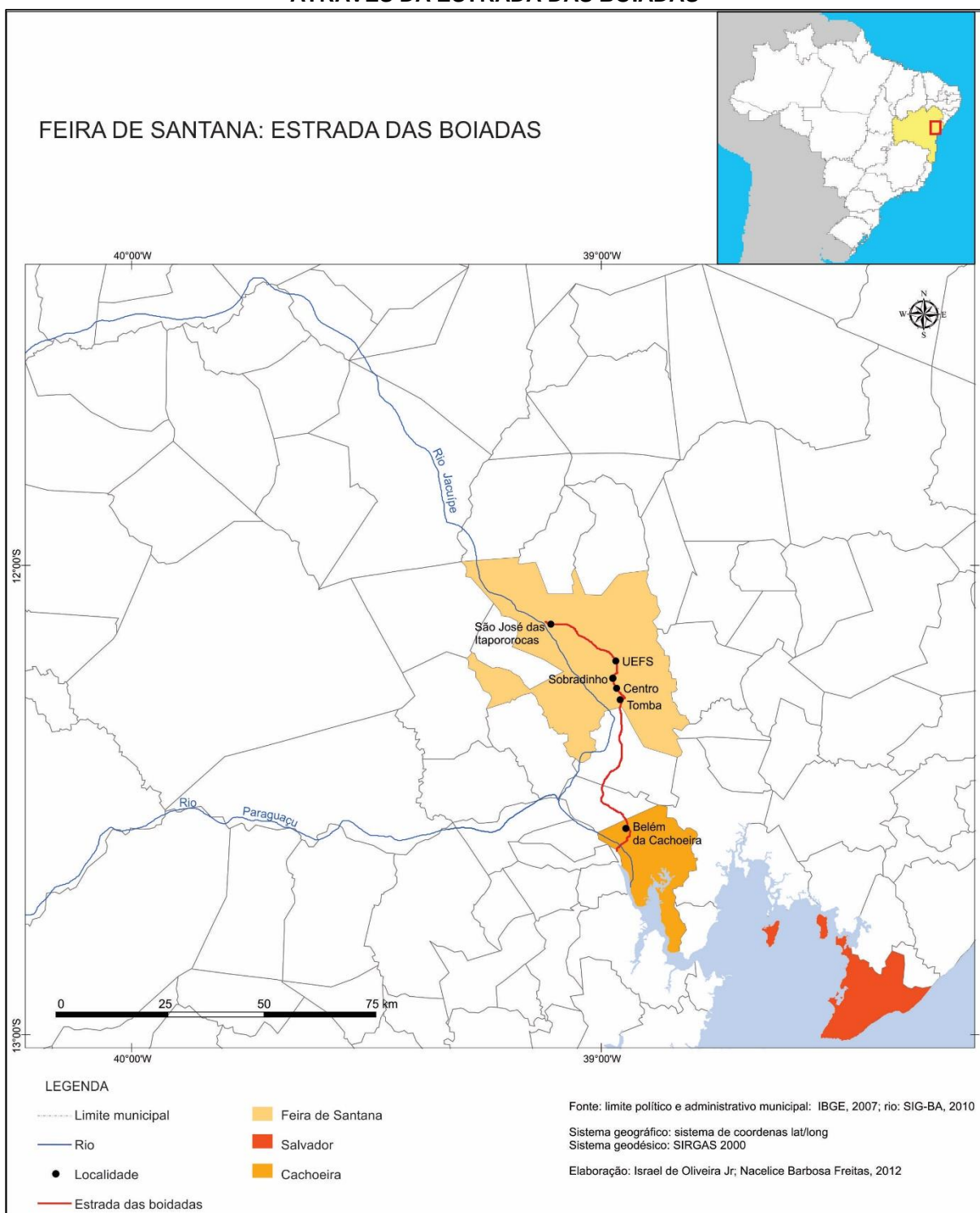
Furtado (1976) relaciona o açúcar à pecuária, mas em caráter hierárquico, supervalorizando a capacidade técnica da primeira em relação à segunda, ao afirmar que as duas atividades se realizavam em separado. Vê-se na leitura estruturalista a distinção entre as “atividades econômicas”, com o entendimento da totalidade fragmentada, segmentada em partes que se associam, mesmo considerando que pelo menos na etapa inicial a criação era induzida pelo cultivo e também fundamental para a expansão territorial.

Os caminhos do gado foram construídos para perpetuar a ligação entre os espaços: a Estradas das Boiadas, permitia a condução do gado a pé e a Estrada de Ferro com seus trilhos trens e vagões prestam a contribuição necessária a circulação. Percursos que são improvisados pelas boiadas que desde o século XVII seguiam para o litoral, Recôncavo das margens do Paraguaçu, embrenhando pelo sertão até alcançar o rio do São Francisco, passam por Feira de Santana, São José das Itaporocas e Belém de Cachoeira. (MAPA 14).

Com a garantia do mercado consumidor no litoral e também no interior, Feira de Santana será beneficiada por diversos fatores: a feira do gado assegurava o

crescimento comercial, as fontes hídricas afirmavam o lugar de pouso para as boiadas, vindas de todas as direções.

MAPA 14 – FEIRA DE SANTANA: O CAMINHO DO GADO ENTRE SERTÃO E LITORAL ATRAVÉS DA ESTRADA DAS BOIADAS



A distância do litoral e a existência da Estrada das Boiadas favoreciam com relação os custos do transporte tornando a circulação menos onerosa. Essas foram condições cruciais para a expansão da pecuária de braços dados com a cana-de-açúcar. O litoral e sertão em posição frontal, um para o outro, disputando a corrida da acumulação em proporcionalidade diferenciada, mas compondo a dialeticidade da totalidade espaço-territorial. Isso permite afirmar que a cidade crescia beneficiada pelo que vendia e consumia; a pecuária respeitada mediante a compra e venda, pois,

Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, portanto, a população pode continuar crescendo normalmente através de um longo período de decadência das exportações. (FURTADO, 1976, p. 64).

Esse registro refere-se ao Nordeste como um todo, onde contraditoriamente as condições de alimentação eram mais favoráveis quando havia baixa produtividade no litoral, e intensificando a migração para o sertão contribuía para o crescimento demográfico e inevitavelmente a formação de núcleos urbanos.

4.4 O vazio e as escalas de produção: entre dualidade e diferenciação geográfica

Entender a Geografia da acumulação do capital e da produção desigual do espaço geográfico é fundamental para a explicação do “vazio” que é o sertão enquanto escala de produção. Não se tem a pretensão de fazer afirmação que se apresentem como verdades absolutas partir de respostas prontas conquanto questões já amplamente discutidas, mas retomar o debate propondo a teoria como base para entendimento e explicação da realidade.

Desconsidera-se nessa tese a ideia do vazio, que segundo Lima (1999, p. 59), está presente na literatura no sentido de imprimir uma explicação que esteja vinculada ao “isolamento físico e social”, mas embutida está a definição de um sertão autônomo, distante das relações de poder. Essa posição de distância implica em afirmar que a área do atraso, é desvinculada do moderno. Moderno e atraso porem são, cada um, condição para existência do outro e resultante da desigualdade combinada inerente ao capital, transluzindo a realidade desigual.

O vazio é visto na descrição de Spix e Martius (1938), quando, pelo sertão, circularam entre 1817 e 1820, passando por Feira de Santana em março de 1819. É interessante perceber no texto - que, na realidade, é um diário/relatório de viagem - os detalhes demonstrativos da evidente presença humana, porém, ao descrever o caminho entre Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira até Feira de Santana, afirmam:

(...) a lavoura escassêa cada vez mais, até que perto da Feira da Conceição, [atual Conceição da Feira] duas léguas distantes da villa [Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira], desaparecem todos os vestígios de uma população industriosa e o viajante, de novo, se acha em pleno sertão.

(...)

Por taes logares monotonos, continuámos a 1º de Março a viagem de cinco leguas e meia até o arraial da Feira de Sant' Anna.

Os moradores desse pobre logarejo já nos mostravam o tipo exacto do sertanejo. (SPIX E MARTIUS, 1938, p. 233 e 239),

Observa-se claramente a visão dualista, hierarquizando a partir de uma classificação onde está presente a relação moderna e atraso. Na linguagem escrita, sub-reptício, está a descrição depreciativa do sertanejo. Noticiam os viajantes-naturalistas que passam por paragens submetidas a um longo período de estiagens, sabem que estão a contemplar as consequências da seca típica das regiões de clima semiárido, no período tão hostil que não era possível a realização das feiras semanais livres e de gado, suspensas devido às condições naturais adversas. Mas descrevem o espaço que é caracterizado para ser estigmatizado, mediante um confronto não avaliado a partir da contradição dialética inerente à produção alicerçada no capital - é o diferente, o outro inferiorizado, e não diferenciação/igualização determinada pelo econômico. A natureza é descrita como um impeditivo para a modernização porque a semiaridez está perto da morte, porém, ao longo dos relatos, são perceptíveis as leituras contraditórias decorrentes, especialmente, do pouco conhecimento geográfico sobre o lugar.

Não se deve recear pela segurança individual, nem pela necessaria alimentação, pois encontrará, diariamente, uma ou mais fazendas. Mas, agua e forragem para as bestas de carga são, por vezes, escassas e podem faltar completamente, por ocasião de prolongada secca; então, os animaes morrerão rapidamente e o viajante ficará desamparado, com a bagagem, á mercê da bondade dos sertanejos. (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 25).

Visão catastrófica, alicerçada no sentimento de abandono, desamparo diante da Natureza implacável. Sabe-se estar diante de uma escala de produção que passa por vicissitudes climáticas, variação geográfica, subentendendo desenvolvimento geográfico desigual. Obviamente que a seca impõe dificuldades, porém chama atenção que, a despeito de não constar no relatório dos naturalistas registros sobre a dinamicidade econômica da feira de gado que desde o final do século XVII ocorria regularmente em Feira de Santana, está bem evidente, a opulência do litoral, sintetizada na capital e Recôncavo.

Esta villa [Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira] estende-se pela margem do rio, [Paraguaçu] ao sopé de verdes collinas, cobertas com plantações de canna de assucar e tabaco.

E' sem duvida, a mais rica, populosa e uma das mais agradaveis villas de todo o Brasil. Numerosas vendas e armazéns, cheios de varios artigos europeus, revela alto grau de movimentação do seu commercio.

A villa conta com cerca de mil casas e mais de dez mil habitantes, entre os quaes se acham, relativamente muitos portugueses. A maior fonte de renda é a cultura do fumo, que prospera bem no districto e também na redondeza de 10 leguas. O fumo é exportado para a Europa e, especialmente, para Gibraltar, Lisboa, Porto de Marselha, Hamburgo e Liverpool, em grandes fardos de 30 a 100 libras, mas para a Costa d' Africa a exportação faz-se em pequenos fardos de 10 a 12 libras.

(...) á primeira vista, a Bahia [Salvador] despertará as mais agradaveis impressões ao viajante, que sentir prazer em ligar suas contemplações, ás ideias sobre dignidade do gênero humano e á magnitude dos seus esforços. (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 76 e 88).

Litoral, *lócus* de prosperidade, riqueza, inversão do sertão que tem o solo esculpido pela pobreza, revelando a pintura em que, ao fundo da tela, está a atroz paisagem de semiaridez. Diferenciações impressas no espaço geográfico emergindo como linguagem para interpretação da realidade, uma maneira de expressar a diferença como oposição, a fragmentação como separação, não compreensão que a diferença preexiste dialogando com a totalidade. Esta leitura é também realizada por Vilhena (1969b, p. 483) em cartas escritas no século anterior à passagem dos viajantes: “de todas as vilas do Recôncavo [Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira] é esta a mais povoada, assim pelo seu comércio, como pela fertilidade do seu terreno, quando o seu clima é muito saudável, e benigno”.

O conhecimento elaborado no início do século XIX traz riqueza de detalhes espaciais, no momento em que não se pode falar da Geografia enquanto ciência,

mas tão somente de descrição da paisagem, listagem de recursos decorrentes de observações impregnadas de curiosidades conclusivas de fotografias do espaço. Composição da Natureza herdada do desejo de conquistar o mundo para cumprir o projeto imperialista. A paisagem encontrada era marcada em termos e linguagem confrontada com a Europa Ocidental, desenhada no papel para, ao mesmo tempo, desnudá-la. Aos viajantes pouco importava a existência do espaço como produto das inter-relações constituindo uma totalidade, entendida como diferenciação geográfica.

Revelada está a nítida tendência da hierarquização espacial, da leitura dualista, separando, fragmentando, classificando as especificidades dos lugares. Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira com seu porto e estação de ferroviária, denota imponência litorânea. (FOTO 5). É explicação do espaço sob o viés comparativo confrontado, quando é visível o dualismo na descrição espacial impressas nos textos, denotando a necessidade da compreensão da realidade numa perspectiva escalar que tenha como meta a explicação do desenvolvimento desigual e combinado, excetuando a dualidade.

Harvey (2006) argumenta que, em bases capitalistas, as diferenciações geográficas geram disputas políticas e econômicas, revelando as contradições do desenvolvimento geográficos desiguais, porque as escalas são construções sociais, expressão da organização de processos sociais, portanto sustentadas em relações de poder, se posicionando tanto como um objeto, quanto um meio para lutas econômicas e políticas. Tomando o sertão e litoral como escalas, impõe-se uma análise sobre o espaço, observando as determinações do modo de produção que demonstram como as classes dominantes mobilizam instrumentos políticos e ideológicos para implementar o controle.

Galvão (1984) expõe que, no início do século XIX, havia rezingas entre o poder do litoral e do sertão no que se refere à localização das atividades econômicas, e Feira de Santana aparece como centro de disputa, entre as vilas de Santo Amaro e Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira relacionada a feira de gado. De um lado, o poder do açúcar, que produzia o ouro doce e fortalecia o poder político e econômico do litoral de uma aristocracia que se enriquecia, misturando agricultura e escravidão. Do outro, os donos do gado cravando caminhos no solo, levando a produção de alimentos e matéria-prima para o engenho, fortalece

o poder político e econômico do sertão, gerando confrontos que emolduravam a formação territorial. O autor denuncia que:

FOTO 5 - NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO PORTO DA CACHOEIRA – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NAS PROXIMIDADES DO PORTO



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2009.

A açucarocracia, sob o pretexto de melhor prover a cidade de Salvador através do porto de Santo Amaro, armou-se de decreto imperial de dom João VI, de 9 de agosto de 1819, classificando a nossa feira de gado de ‘irregular’, clandestina e lesadora do físico... (GALVÃO, 1984, p. 58)

O poder do Recôncavo, centrado em Santo Amaro, tinha o deputado Luiz Paulino d’ Oliveira Pinto França como porta-voz da aristocracia ligada a cana-de-açúcar. Rico e poderoso, era proprietário do Engenho Aramaré, localizados nas terras onde atualmente situa-se o município de Terra Nova há aproximadamente 70 Km de Salvador, ou, 10 Km afastado da área delimitada em 1701 como litoral. Forneceu todas as condições de infraestrutura para que a feira fosse transferida para este local. Para a concretização do seu intuito, deprecia o sertão, com o apoio

de D. João VI, usando argumentos que caracterizam o espaço da feira como desprovido de infraestrutura para garantia da acumulação, lançando mão de uma manobra política para impedir o crescimento econômico de Feira de Santana. Transferindo a feira de gado para as terras pertencentes ao deputado, aniquilaria aquela que contraditoriamente seria classificada como a mais próspera da Capitania da Bahia.

Galvão (1984, p. 58 e 59) transcreve o decreto imperial, salientando a ordem de D. João VI para a instalação da feira de gado:

Tendo-me apresentado o marechal-de-campo graduado Luís Paulino d' Oliveira Pinto da França, que sendo reconhecido pela experiência que as causas que, poderosamente, obstem a uma maior abundância na cidade da Bahia e à prosperidade do comércio interno com os seus dilatados sertões da parte do norte, consistem na falta de trânsitos, cômodos, depósitos e mercados centrais, para onde possam concorrer os introdutores e compradores de boiadas, cavalarias e mais gêneros, assim de consumo da cidade e das vilas do Recôncavo, como os preciosos para a lavoura das terras deste, por não lhe oferecer outra direção mais do que a da única feira de Capuame, só cômoda aos sertões de Beira-Mar, e o mercado irregular de Sant' Ana dos Olhos d' Água, (...) conduzidos senão pela única estrada, denominada das boiadas, que, dirigindo-se à cidade com ramificações clandestinas e contrárias aos interesses fiscais, é impraticável nas estações invernosas e também nas secas (...) ²¹. (GALVÃO, 1984, p. 58).

Impressionam os termos do texto do Decreto no que se refere a necessidade de justificar o atraso, a fragilidade da infraestrutura para sediar a atividade econômica, a depreciação do sertão, salientado como o lugar que não conta com abundância e prosperidade econômica do litoral, além de posicionar-se como impeditivo do urbano, de comunicação dificultada pelas condições impraticáveis das estradas. Esta estrada das boiadas posteriormente serviria como testemunho da estruturação do maior entroncamento rodoviário de todo Norte-Nordeste, não obstante, integra a gênese de importante malha rodoviária do território nacional.

Comprova-se também a ligação direta entre sertão e litoral no que se refere ao comércio da carne, além disso, a ideia de que em todo lugar há um sertão, “dilatados sertões”, como extensão do litoral. Porém o poder político e econômico do deputado qualificado pela influência econômica se sobrepõe aos interesses locais, e

²¹ Decreto de 9 de agosto de 1819. Concede a faculdade para estabelecer-se uma feira no quarto dia de cada semana em terras do engenho Aramaré da Capitania da Bahia. (GALVÃO, 1984, p. 58).

vai prevalecer, indo de encontro aos domínios do Portal do Sertão que dissipa as suas forças diante das atrocidades provenientes do espaço que se exhibe como oposição, revelador da dualidade e separação.

O teor do Decreto é distintivo de defesa e benefício ao abastado deputado:

(...) e que possuindo ele [Luiz Paulino d' Oliveira Pinto França] no termo da mesma vila o seu engenho denominado Aramaré, em uma situação central por onde atravessam duas estradas que comunicam com os muitos ricos engenhos colocados ao norte, do nordeste e noroeste da referida vila, com grandes terras, mui extensos e abundantíssimos pastos e águas saudáveis, além das do rio Pojuca, que atravessa em vários sítios, tem projetado socorrer a causa pública, ainda, com algum sacrifício particular, oferecendo uma parte do mesmo engenho para nele estabelecer uma feira semanária, fazendo, à sua custa, as primeiras acomodações, rancharias, currais e pastos fechados e abertos (...) ao que tendo consideração e as grandes vantagens que devem resultar de semelhante estabelecimento ao aumento e prosperidade do comércio interno daquela capitania, e ao novo impulso que com o seu aumento deve conseqüentemente receber a agricultura, que muito desejo promover, como o primeiro manancial de riqueza: Hei por bem que no sobredito engenho Aramaré possa o suplicante estabelecer uma feira no quarto dia de cada semana (...). (GALVÃO, 1984, p. 59).

Com recursos próprios o senhor de engenho cuida de construir toda a infraestrutura para a instalação da feira, assumindo o lugar do poder público mediante grande “sacrifício particular”.

A licença é concedida, e a feira é instalada, porém, não teve sucesso e Feira de Santana manteve a sua função de fornecedora de carne, couro e animais para transporte e força motriz. As condições pedológicas do litoral – solo de massapê –, segundo o autor, tornaram o decreto imperial “inexequível pela barreira [natural] intransponível (...) que conspirou contra as ambições dos poderosos senhores de engenho”. (GALVÃO, 1984, p. 58). Isso permite afirmar a importância climática do semiárido, confirmando que semiaridez é compatível com a pecuária, e a despeito das estiagens que inevitavelmente impõem limites ao pleno desenvolvimento em todas as épocas do ano, o sertão possui também, o tipo de solo mais favorável à circulação das boiadas.

É evidente a necessidade da articulação entre o comércio do gado e a agricultura canavieira, quando o crescimento econômico não pode ocorrer de forma

fragmentada, isolada, e no Decreto de D. João VI está explícito a relação entre cana-de-açúcar e gado.

Há também registros em 1825 de José Joaquim Arnizá, confirmando a polêmica, quando afirmava que em Feira de Santana, a feira semanal, às terças-feiras recebia cerca de quatro mil pessoas para comprar e negociar, mas que “a insegurança” e os “crimes são impunes” e solicitava repressão aos mesmos. Era, segundo Galvão (1984, p. 58) “a sede inconformada com o desenvolvimento do arraial de Sant’ Ana dos Olhos D’ Água”.

O espaço de reprodução do capital é o espaço da contradição de interesses opostos, desenvolvimento desigual. Por conseguinte a pecuária no sertão e a cana-de-açúcar no litoral constituem a base da produção para a passagem do mercantilismo para o capital comercial e posteriormente troca de mercadorias.

Marx (2011, p. 237) quando, explicita o processo de trabalho e o processo de valorização expõe que “o processo de produção do capital não é diferente do processo de produção material em geral”. Em Feira de Santana a desigualdade aparece como inerente à valorização, porque,

a produção cria os objetos correspondentes às necessidades; a distribuição os reparte segundo leis sociais; a troca reparte outra vez o já repartido, segundo a necessidade singular; finalmente, no consumo, o produto sai desse movimento social, devém diretamente objeto e serviço da necessidade singular e a satisfaz no desfrute. (MARX, 2007, p. 44).

A gênese da explicação do modo capitalista de produção percorre os meandros decorrentes das formas de produção que são fundadas sociohistórica e geograficamente, conferindo o alicerce das relações sociais, políticas e econômicas. Produção da sociedade, produção do espaço, da vida material que traz em si o poder de definir os caminhos determinar o contexto histórico e a estrutura econômica. A sociedade que é formada durante a colonização é lastreada nas relações sociais mercantilistas, aquela que ofereceria as condições para fundar a diferenciação/desigualdade entre sertão e litoral. Feira de Santana se coloca neste processo como base material, o território formado pelo capital comercial nascente, erguida para ser o ponto nodal da desigualdade, espaço que se institui como o **outro** do litoral, pautada na produção da vida material, em relações que são responsáveis por fundamentar a estrutura econômica.

Tomando as afirmações de Marx (1977, p. 24) sobre essa questão, conclui-se que

Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona os processos da vida social, política e espiritual em geral.

As relações sociais se processam tendo por embasamento um contexto histórico que é a produção da existência humana. Há uma base material, alicerçada no modo de produção emergindo formas de representação da realidade, construídas pela sociedade. A existência humana, não como dada imediatamente pela natureza, mas, sobretudo, em relação com a Natureza, porque o homem é um ser social. O desenvolvimento das forças produtivas no contexto da colonização produz o espaço – sertão/litoral – em circunstâncias determinadas, trazendo a certeza que a sociedade só existe pela ação direta e indispensável da coletividade. A produção do espaço e sociedade de Feira de Santana ocorre no momento de plena consolidação das condições de elaboração do capitalismo comercial, entendido aqui como qualidade e conteúdo da consolidação histórico-geográfica da realidade.

Para Harvey (2005, p. 48) a “expansão geográfica” é, portanto “produto necessário para o processo de acumulação” e está diretamente vinculado à “produção das estruturas espaciais”, assim, a necessidade de expandir e “intensificar” geograficamente é a lógica subjacente da acumulação capitalista, fator determinante da colonização do espaço brasileiro: Capital necessita de espaço, sobrevive do espaço, este é condição *sine qua non* para a sua existência.

5 FEIRA DE SANTANA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO ESPAÇO SERTANEJO

O processo de urbanização é responsável por transformações no espaço e na sociedade e decorre da forma como se concretiza a relação campo-cidade especialmente a partir do século XIX. Para discutir o tema, torna-se necessário entender que há uma multiplicidade de elementos responsáveis por sua realização, e explicá-los todos, e de forma detalhada, seria uma tarefa desnecessária para realização desta discussão. A análise está centrada na compreensão da diferenciação entre o litoral e sertão, tendo em vista a expansão urbana de Feira de Santana.

Explicar o que qualifica o urbano no espaço estudado importa como identificação da especificidade, diante do que é difundido na sociedade sobre a delimitação da urbanização.

5.1 Questão urbana e urbanização: breves reflexões conceituais

Considerando a questão conceitual, pode-se inferir que não há uma definição objetiva para o termo urbanização, nem mesmo a temporalidade sobre a gênese do fenômeno, assim como a sua localização precisa. Observa-se, entretanto, uma dúvida contextualização, pois este é localizado em diversos períodos históricos como se fosse um processo generalizante. Há correntes que o relacionam ao segmento populacional, outros vinculam à industrialização e algumas ao setor terciário, e ainda têm aqueles que o ligam à expansão do espaço urbano, não havendo um consenso quanto à sua caracterização.

Lefebvre (1969) o situa como estreitamente relacionada à industrialização, quando a Revolução Industrial a generaliza e confere amplas dimensões, portanto são interdependentes, quando as formas da/na cidade são concretizadas, acabadas, mediante aperfeiçoamento técnico. Davis (1972) e Sjoberg (1972) indicam que a sua origem está no século XIX, mas ao estudar as populações urbanas de 3100 a. C., o uso do conceito está associado à evolução urbana. Entretanto, está claro que é determinante enquanto condição urbana, tendo em vista os aspectos sociais, espaciais, econômicos e políticos que abarcam a sua essência.

Gomes (2002, p. 11) esclarece que a “condição urbana”, era um termo usado pelo Império Romano para “distinguir um estatuto próprio adquirido por certo adensamento populacional, dotado de formas estritamente relacionadas à organização urbana”. Sendo assim, além dos equipamentos técnicos particulares da cidade - praças, ruas, avenidas, etc. – formas que a qualifica, é um espaço que não se pode dissociar do poder, quando ela representa a condição *sine qua non* para o exercício da política, relações sociais que a fazem o ponto nodal, a sede da administração, *locus* de domínio, território. Para, além disso, é sobretudo movimento que se amplia em decorrência da ampliação capitalista, processo inerente à reprodução da sociedade, considerando-se o urbano como elemento essencial na definição da sociedade contemporânea.

As transformações que ocorreram no campo, em decorrência do desenvolvimento do mundo da mercadoria são determinantes da urbanização no século XIX. Marx e Engels (2007), escrevendo em 1846, analisam a questão partindo do pressuposto que o aprofundamento na divisão do trabalho representa um processo deflagrador dessa organização.

A separação entre campo e cidade com o evento da grande indústria transforma o espaço da cidade, promovendo a separação das duas escalas colocando-as em oposição; se antes o campo necessitava da cidade para complementar as suas necessidades, passa a depender desta para a sua própria reprodução - questão que é início e fim da gênese da urbanização.

A divisão do trabalho tem rebatimentos internos e externos à cidade, pois o seu crescimento impõe a necessidade da construção de instrumentos de poder para subsistir e manter a efetivação da administração, tais como, a polícia e os impostos, etc. “aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção.” Nessa perspectiva, a oposição entre cidade e campo, que, para os autores iniciam com a “passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação,” perpassando todas as etapas da história, torna-se alicerce da urbanização e como a “maior divisão entre trabalho material e espiritual, a separação entre cidade e campo” representa o marco geográfico determinante do entendimento da condição urbana. (MARX e ENGELS, 2007, p. 52).

A complexidade urbana, ora consolidada, faz da cidade o lugar de ampliação dos desejos, guiando para o surgimento de novas necessidades, que aprofundam a divisão do trabalho, a separação campo-cidade, assim como, a divisão da sociedade em classes: produção do espaço desigual, dimensão espacial do desenvolvimento do capitalismo, essência da contradição. Não são dois conteúdos dissociados, mas duas escalas, cada uma emergindo para formar a totalidade.

Marx e Engels (2007) nessa perspectiva representam sob o ponto de vista da teorização um divisor de águas no pensamento sobre a cidade. Nos seus escritos, não constam o termo urbanização, porque tratam essencialmente da realidade urbana, da estrutura interna das cidades e espaço urbano que se estabelece no contexto do século XIX em consequência da Revolução Industrial, assim como, da desigualdade socioeconômica determinante da diferenciação espacial. Discutem, portanto, o aprofundamento da divisão do trabalho que diferencia e separa duas escalas espaciais – campo e cidade – para a compreensão da totalidade.

Na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1845, é direcionado aos alemães uma publicação de Engels (2008), intitulada *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, onde está registrado as transformações do espaço decorrente da urbanização. O conceito não aparece no texto, fazendo crer que era desconhecido naquela época, embora essência da realidade concreta que transformava, instituindo novos espaços. Utilizando-se do termo “urbanismo”, o autor descreve em detalhes as desigualdades socioespaciais derivadas do espaço nascente e responsável pela nova relação campo-cidade para atendimento à demanda da indústria. O texto é um importante relato sobre a desigualdade produzida com o crescimento da indústria e no seu bojo, o crescimento da cidade e, por consequência, a oposição campo e cidade.

Observando as diferenciações espaciais, o interior das cidades, é um “urbanismo” que na realidade é processo de urbanização. A partir de então, o processo emergente passa a ser explicado como dependente da industrialização, mas é importante destacar que é, fundamentalmente, resultante da forma como se processa a relação campo-cidade no momento em que as transformações técnicas imprimem uma divisão territorial do trabalho e a relação sociedade-espaço passa a ser determinada pelo valor do espaço em bases capitalistas.

Não é uma simples dualidade, é antagonismo, separação para estruturar a totalidade dialética: campo-cidade, urbano-rural, litoral-sertão, um “existe na existência do outro”, por que há o outro, aquilo é completude, que delimita seu próprio início e fim. Espaço urbano preexistente ao capital é historicamente fenômeno erigido antes da consolidação do modo de produção capitalista, mas a sua essência e conteúdo é profundamente transformada, quando passa a ser a ele submetido. Na opinião de Smith (1988), então, é fundamentalmente escala espacial do capital, e serve a circulação e ampliação do valor porque,

No que tange ao espaço urbano, o capitalismo herda claramente uma divisão entre cidade e campo, mas a riqueza econômica centralizada e a atividade representada pela cidade pré-capitalista resultaram primordialmente da necessidade de um sistema organizado de mercado de trocas ou, ainda, das funções religiosas ou de defesa. (SMITH, 1988, p. 197).

Sob o ponto de vista histórico-geográfico, pode-se afirmar que a cidade antecede ao urbano. No que tange a sua existência, desde a Idade Antiga, é o lugar da concentração da riqueza independente das razões do seu surgimento. Na sociedade capitalista, a sua existência demanda explicação para o entendimento da escala urbana como alicerce da centralização do capital, porquanto espaço que expande para além da cidade, revelando deslocamento dos seus múltiplos limites. É a urbanização que preexiste como condição para a reprodução ampliada do capital, alicerçada na relação campo-cidade; registro da oposição, contradição dialética para realização dessa síntese.

Campo colocado como o outro da cidade, é completude, totalidade; cada um, representativo de uma escala específica, onde a chave da sua compreensão é a própria sociedade no seu (re)fazer histórico e geográfico. Urbano que estende a cidade para além dos seus domínios ultrapassa os limites da sede do poder político para ampliá-lo, atingindo o horizonte do campo subordinando-o, submetendo-o à sua grandiosidade.

A concepção de Lefebvre (1999, p. 51) sobre a questão urbana encaminha para uma leitura da urbanização sob o viés da totalidade, compreendendo que a grandiosidade do fenômeno urbano na atualidade surpreende sob o ponto de vista teórico-prático. A “sua complexidade ultrapassa os meios de conhecimento e os instrumentos de ação prática.” Tal aspecto impõe a exigência do método que possa

expor a sua completude, porque, ultrapassando os limites da cidade, e dependendo dela para ser explicado, torna complexa a definição dos seus limites e da sua morfologia. Sendo assim, descrevê-lo impossibilita qualquer compreensão objetiva sobre a essência do real.

A escala urbana herda do capitalismo o desenvolvimento desigual, a diferenciação geográfica, a separação nítida entre campo e cidade na visão de Smith (1988, p. 199), e se esta constitui a demonstração necessária da centralização do capital, a “diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana”. A discussão envolve um aspecto marcante da urbanização porque a diferenciação no interior da cidade decorrente da complexificação da divisão do trabalho desemboca na valorização do espaço, demonstrando que “a renda do solo desempenha um papel fundamental na mediatização da diferenciação geográfica do espaço urbano”.

Valor do espaço, expressivo da realidade que se consolida no século XX, fincando seu poder em duas escalas diferenciadas, onde uma estende seus tentáculos, sufocando a outra, e se fizer uma leitura superficial, a impressão que se tem é que o campo é absorvido pela cidade, contudo uma leitura aprofundada evidencia a capacidade que tem o capital de igualizar os espaços. Campo e cidade se estabelecem como diferenciação, escalas de análise que se separam, juntam, interpenetram, em conjunção. Assim, a urbanização não tem por objetivo ou propósito fazer desaparecer o espaço rural, extinguir o campo, mas consolidar os objetivos do capital perspectivando a objetivação.

Contexto que teoricamente marca a formulação inicial do pensamento sobre a cidade, Feira de Santana não está excluída ao processo, visto que inicia a consolidação do urbano, preocupando quem a observava, encantando os seus habitantes pela possibilidade da urbanização.

É na década de 1960, especialmente após maio de 1968 que, na Europa Ocidental, os estudiosos do urbano assumem a crítica à visão ecológica e neopositivista. Desenvolvem um pensamento renovado assimilado por diversos investigadores da América Latina, elaborando um discurso onde traz embutido a problematização sobre a estrutura urbana e a cidade. O enfoque principal está assentado nas diferenciações internas da cidade e na forma com que se processa a urbanização capitalista. Diversos teóricos têm destaque nesta temática a exemplo

de Manuel Castells, Henri Lefebvre, Milton Santos, Aníbal Quijano. As críticas gravitavam em torno de questões caracterizadas como “problemas urbanos”, porquanto a ampliação da população facilitava a percepção e a visualização concreta das contradições encravando no solo as diversidades, que punham o Estado capitalista em conflito explícito com a sociedade, tendo em vista que este não tinha respostas a dar àquela que é garantidora da sua sobrevivência: não respondendo às demandas sociais, atende aos interesses da classe dominante perpetuando a desigualdade combinada, registro da diferenciação socioespacial.

Castells (1983), escrevendo na década de 1960 sobre o processo de urbanização, relaciona-o ao desenvolvimento e dependência, questão que estava no centro das discussões acadêmicas, tema que despertava interesse dos intelectuais porque, tanto é revelada, quanto deflagra a realidade urbana capitalista que estava sendo delineada naquele período em todo o mundo, de forma indiscriminada, os seus ritmos de intenso crescimento. O autor chama atenção para o crescimento populacional total, afirmando que, se este é significativo, “(...) o da população urbana é espetacular”, bem como as formas espaciais que ela toma – profundamente expressivas e carregadas de significação política.” (CASTELLS, 1983, p. 53). Relacionada à Revolução Industrial torna-se responsável pela gênese da produção do espaço capitalista. Para o autor, está alicerçada em dois aspectos que considera fundamentais:

1. A decomposição *prévia* das estruturas agrárias e a emigração da população para centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização.
2. A passagem de uma economia doméstica para uma economia de manufatura, e depois para uma economia de fábrica, o que quer dizer, ao mesmo tempo concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial. (CASTELLS, 1983, p. 23, grifo do autor).

Traçando uma relação direta entre industrialização e urbanização, o autor trata da origem do processo a partir da realidade inglesa. A cidade constitui o lugar da implantação do fenômeno industrial, da formação de uma nova sociabilidade, mediante a hegemonia da indústria, criadora de uma nova paisagem, declaração da lógica capitalista. Esta é uma problemática mundial, que se manifesta de forma diferenciada em múltiplas escalas, consentindo o surgimento de formas urbanas de

reprodução do capital, devido ao desenvolvimento técnico aplicado às comunicações e transportes. Enfim, a urbanização, promove a produção de espaços que, em síntese, são especificidades resultantes da concentração da população em determinado lugar e o século XIX aperfeiçoa o movimento em direção ao aprofundamento dessas relações.

O século XIX, porém, foi marcante para eclodir as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais nas cidades inglesas e, à medida em que ocorria a segunda Revolução Industrial no ocidente europeu, Feira de Santana é predominantemente rural, com ínfimas manifestações de urbano, e, mesmo desse se distanciando. Estas afirmações são possíveis tendo por base as descrições feitas por Johann Baptist von Spix, Friedrich von Martius e Julius Naeher, que por aqui passaram e deixaram suas impressões.

No contexto que se está elaborando uma crítica espacial sobre a forma em que a cidade se expande, floresce o urbano em Feira de Santana, uma marca caracterizadora da formação espacial da cidade que difere do litoral: nasce do rural e transcende para urbano por conta dele. Não é cidade que surge como fortaleza, funda-se para dar proteção ao projeto colonizador, mas cidade fundada do constante pisotear dos animais que seguem para o litoral. Solo urbano que foi moldado, esculpido pelo insistente cavalgar dos tropeiros, trotar das mulas e dos rebanhos que se arrastavam em direção ao litoral, emblema da pecuária associada ao comércio, arquitetando o porvir urbano: cidade que é valor de uso, mas tão somente custo de troca no capitalismo - obra de arte concreta para hospedar o processo de urbanização.

Em Feira de Santana, portanto, emerge um novo sertão. É obvio que se defrontam duas temporalidades, confrontadas simultaneamente, porém diferenciadas: Europa Ocidental e Brasil Imperial. Nelas, as forças do capital atuam sorratoriamente, driblando meandros, transpondo obstáculos, germinando o urbano para alcançar a escala planetária. Embora espaço-tempo mundial, na atualidade, se diferenciam quanto ao ritmo dos fenômenos do movimento de urbanização e das particularidades das relações capitalistas de produção, contudo se completam, interpenetram. Inicia-se a formação urbana: tímida, frágil, porém sólida, na;

(...) cidade de Feira de Sant' Anna, que se avista de todos os lados a não pequena distancia, acha-se collocada sobre uma extensa planicie

com uma pequena depressão ao sul e ao oeste, quasi fora de suas portas. Tem proporções para uma grande cidade, que ha de ser no futuro, e a mais formosa da Bahia (...). (JORNAL O MUNICÍPIO, 03/09/1893).

Ao mesmo tempo, a técnica aplicada aos meios de comunicação da época, aproximam os lugares, e a interdependência entre sociedade-espço, serve de *approach*. Inevitavelmente o urbano se estabelecerá em Feira de Santana no final do século XIX, desenhando a paisagem, fazendo-a cidade mediante Decreto Provincial.

A ruptura com o pensamento positivista de caráter teórico-quantitativo traz embutido à preocupação com o conceito de urbanização associando-o diretamente à industrialização. Davidovich (1989, p. 73) afirma que o “conceito (...) está sujeito à controvérsia e a diferentes interpretações, a partir das quais se pautam diferentes enfoques sobre tendências que estruturam ou até mesmo que devam ser incentivadas”. A sua argumentação implica no entendimento que os diversos teóricos têm como enfoque as questões demográficas, ou seja, o aumento populacional urbano e os problemas que ele encerra.

Processo diretamente vinculado à reprodução ampliada do capital quando “herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais”. (SMITH, 1988, p. 196). Paisagem urbana submetida ao domínio do capital, e à medida que esta se submete ao seu domínio, assume caráter utilitário para este, isto é, passa a ser escala do capital e, por mais que seja fixa a capacidade de se expandir, rompe os limites geográficos. Seu alcance mundial, é estrondoso.

Castells (1983, p. 146, grifo do autor), debatendo sobre a interdependência entre espaço e sociedade, conclui que

é um produto social em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social.

É produto histórico, então, a teoria do espaço está inserida no conceito social geral, que resulta da relação sociedade-natureza, é resposta de todos os processos sociais, dado concreto da realidade. Nessa perspectiva, o urbano emana dessa

relação, porque espaço, enquanto categoria *a priori*: o homem ao transformar o faz produzindo o futuro.

Se existem dificuldades teóricas para concluir sobre a essência da urbanização, tem-se a clareza que as escalas sertão e litoral se diferenciam quanto a sua gênese, porque, enquanto o litoral tem explícito as manifestações nos prolegômenos da colonização, o sertão – Feira de Santana – é parte do processo, à medida em que é reserva de valor, cuidadosamente protegido, vigiado, posto em lugar conveniente para as circunstâncias previsíveis, mantido para o porvir; campo, espaço rural garantido com esforço bélico, será urbano em condições determinadas, no momento da chegada do tempo que o espera, caminhando resoluto em direção ao litoral. A gênese do fenômeno urbano de Feira de Santana é explicada tendo por referência aspectos geográficos, determinantes do conhecimento do espaço produzido em bases capitalistas. Escala de análise que se amplia, tempo-espaço passado-presente que se responsabiliza pela concretização da cidade. Conquanto urbanização é processo concreto, consolidado, realidade histórico-geográfica, produção social.

No Brasil o tema foi amplamente debatido principalmente no que se refere à manifestação no espaço litorâneo que, no geral, apresenta semelhanças quanto à origem, porém, ao adentrar o território, constata-se especificidades que necessitam ser explicadas. Há diferenciações quanto ao processo urbano, quando se tratam das escalas sertão e litoral, porque as cidades constituíam demarcações para domínio, pontos que materializavam a geopolítica portuguesa, porém os motivos da implantação dos núcleos urbanos têm diversas fundamentações: umas surgiam em decorrência da pecuária, outras da busca por metais preciosos, e algumas para ser espaço de vigilância.

Diversos aspectos induzem a expansão urbana no litoral, tais como, a implantação da administração na construção da cidade fortaleza – Salvador -, a dependência econômica, social e política da agricultura para exportação: cultivo de cana-de-açúcar em Santo Amaro da Purificação, do fumo em Cachoeira e São Félix, cacau em Ilhéus e Itabuna, sempre sob a hegemonia do plantio em bases latifundiárias.

Feira de Santana tem a origem urbana também nas atividades primárias, mas se diferencia desse emaranhado, pois emerge da pecuária, de uma feira de gado - o

comércio foi uma excepcionalidade. É certo que a abundância de água serviu de meio para esse lugar se firmar como local de pouso para boiadas e vaqueiros, mas não recebe a subserviência de ser apenas um grande pasto. Movimenta-se em direção ao comércio: compra e venda não só de animais, mas também de produtos agrícolas e manufaturas. Sendo assim, a urbanização tem sua gênese no alargamento das áreas de pastagens e redução da população rural, assim como, do crescimento comercial que apresenta no contexto atual, o setor terciário superior e terciário inferior, bastante diversificado, em consequência da ampliação tecnológica local, além da influência marcante da industrialização, especialmente a partir dos anos 70. (FREITAS, 1997).

Sabe-se que os estudos urbanos na primeira metade do século XX têm a influência da Escola Americana orientada prioritariamente pela Escola de Chicago; a urbanização é analisada sob o ponto de vista sociológico de visão neoecológica a partir dos problemas sociais inerentes às grandes cidades.

Após a II Guerra Mundial tem-se a influência da abordagem teórica e quantitativa que fazia a leitura dos processos tendo por base as médias estatísticas: no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se encarrega de classificar o fenômeno urbano nessa perspectiva.

Os estudos sobre a urbanização no Brasil se iniciam no final da década de 1950, e a tese de livre-docência de Nestor Goulart Reis Filho intitulada *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)* é o marco inicial da discussão sobre a formação urbana no país. A obra é fundamentalmente relevante por ser a primeira que traz o urbano como “objeto de interesse científico”, pois propõe uma interpretação da urbanização com processo social e, numa perspectiva histórica, coloca-o como processo determinante para a explicação da estrutura do sistema social da Colônia, porque “as relações entre a política de colonização e o processo de urbanização expressam-se por uma ordem eventualmente elaborada em teoria, mas necessariamente elaborada na prática, que é a política urbanizadora”. (REIS, 1968, p. 15).

O objetivo do autor era mostrar que a política de urbanização, tinha por proposta a formação de uma rede a serviço do projeto colonizador. O regime de capitanias imposto por Portugal estimula a fixação da população mediante a ocupação do território brasileiro, influenciando na forma dos embriões da

urbanização brasileira, ao obedecer a política deliberada pela metrópole. Reis (1968, p. 67) afirma que, as “cidades eram criadas em pontos especiais. Funcionavam como centros regionais e, por meio delas, revelavam-se as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunham, ainda que discretamente, à dispersão dominante.”

A escala urbana, nessa perspectiva, é utilizada para atender o projeto geopolítico português, núcleo instalado como objeto de centralização do poder.

Até meados do século XVII, Portugal aplica no Brasil uma política urbanizadora que consistia em estimular, indiretamente, a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários e a expensas desses, reservando-se as tarefas correspondentes à fundação, em seu território, de cidades com funções de centros controle regional. (REIS, 1968, p. 73).

A conjuntura política e social da Europa da década de 1960, particularmente da França em efervescência com os movimentos sociais de esquerda, oferece condições para o debate sobre os problemas urbanos, possibilitando a ascensão de um pensamento crítico sobre a cidade e as questões urbanas. É certo que, em meio às condições urbanas capitalistas, os problemas existiam e evidenciavam os limites deste fenômeno, apontando para um futuro em que a relação sociedade-espço aprofundaria a contradição.

Assim, renova-se o pensamento sobre a cidade, colocando-a “como el resultado de um processo de producción, y no solamente com objeto de consumo material y simbólico” (TOPALOV, 1979, p. 7). É uma visão da sociologia urbana francesa, posteriormente assimilada pela geografia urbana brasileira, quando o espaço urbano e as cidades passam a ser explicados pelo movimento de urbanização capitalista em que a lógica da concentração e centralização do poder econômico e político conduz ao desenvolvimento desigual do espaço.

A desigualdade, contudo, decorre da valorização que impõe limites escalares, por conta da distribuição diferenciada dos serviços de infraestrutura, instituindo uma separação por diferenciação: bairros da classe alta, classe média e a periferia dedicada aos menos abastados. São as denominadas “áreas nobres” e “áreas pobres” da cidade, trazendo à tona a questão urbana e as particularidades do processo de urbanização.

5.2 Urbano e relação sociedade-espço

Explicar as transformações urbanas em Feira de Santana, espaço-sertão que emerge como território, tem como objetivo, traçar os percursos geográficos, escritos na história das ruas, avenidas, bairros, distritos e subdistritos, considerando que foram construídos em bases materiais, portanto é trabalho vivo, produção do espaço em cada objeto edificado na cidade.

Produção entendida como reprodução, contextos históricos que representam a redefinição da cidade, as especificidades do processo de urbanização, a constante construção de novos espaços sobre os velhos que se refazem: passado-presente testemunhando a totalidade da sociedade-espço. A cidade que se expande mediante o urbano, em direções determinadas pelo econômico, crivando-a, traspassando-a, no âmago do modo de produção capitalista, esse ente que é alfa e ômega da formação da sociedade urbana, essência que é resposta à realidade explicativa da contemporaneidade.

Num país essencialmente agrário desde o século XVI, as condições históricas e geográficas permitem ver que o movimento em direção ao urbano até o século XIX, foi lento porque os núcleos urbanos não contavam com lastro suficiente para atrair e fixar a população na cidade.

O Brasil e, conseqüentemente, a Bahia têm, ainda, em todo o século XIX, a predominância do campo em virtude da questão agrária que se impõe como problemática social.

O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e, Salvador pode-se mesmo, dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada, junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centro de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo. (SANTOS, 1993, p. 17).

O valor do espaço, do século XVI ao XIX, era determinado pela posse da terra. Até então, criavam-se as cidades, e os censos demográficos de 1872 a 1920, quando observadas às taxas de urbanização indicam a importância do campo no período porque, menos de 30% da população morava na cidade, cifra que só foi alcançada em 1940 com 31,2%.

Diante dessa realidade, refletir sobre espaço urbano e a relação sociedade-em Feira de Santana impõe uma avaliação sobre questões socioeconômicas e espaciais determinantes da fixação da população no litoral, elemento fundamental para a centralização do poder nas cidades, e, paradoxalmente, concentração das atividades produtivas no rural. Estes aspectos marcam a gênese do urbano na Bahia e no Brasil, mas com uma particularidade que é a instalação da cidade como extensão do campo, o rural integrado ao urbano de tal forma que é possível afirmar sobre a inexistência da dicotomia campo-cidade, firmando a relação dialética quando a diferenciação se apresenta, enquanto escala desigualdade combinada porque se trata da totalidade espacial.

Trata-se de uma especificidade, pois é espaço urbano produzido em bases pré-capitalistas para servir ao modo de produção nascente. Segundo Smith (1988, p. 196), “o espaço geográfico pré-capitalista poderia ser bem descrito como um mosaico –de espaços, de troca (centro e interior), por exemplo, constituídos por um bem desenvolvido sistema de Mercado”, mistura de diversidade, diferenciação alicerçada na dialética estruturadora do desigual e combinado no seio do mercantilismo. O desenvolvimento do capitalismo necessita ampliar a importância da produção do espaço para tornar possível a sua própria sobrevivência, esta só se realiza imprimindo a desigualdade. A essência da relação sociedade-espaço é resposta da dialética, diferenciação igualização, criando escalas espaciais diferenciadas, produzidas pelo próprio capital, como reflexo do desenvolvimento desigual. Não são espaços fixos, porque esta é uma condição irrealizável pelo capital em decorrência da sua própria contradição interna “mas na tentativa inútil de realizar este fixo espacial, o capital atinge um grau de fixidez espacial organizado em escalas de atividade social, identificavelmente separadas.” (SMITH, 1988, p. 196). Espaço urbano e rural enquanto condição *a priori*, já são espaços separados, escalas diferenciadas geograficamente e à medida que o capital neles se instala, os limites entre as escalas tornam-se mais nítidos, porquanto a paisagem serve como elemento identificador das diferenças.

A relação entre cidade e campo, assim como, sertão e litoral, revela uma dualidade que é negação, episódio para confirmar o estabelecimento e solidificação das sesmarias. Estas se constituíram instrumentos para a ocupação do território, e para esse feito, tornava-se necessária a implantação de vilas e cidades, seja no

litoral, Recôncavo ou sertão: espaços que se movimentam; cidade edificada como recurso para dominação e ampliação das relações econômicas necessárias à sobrevivência do projeto lusitano.

A Bahia, se analisadas as particularidades, na opinião de Silva, Silva e Leão, (1989), pode-se afirmar que se inicia pelo urbano. Acreditar nessa premissa implica, entretanto, guardar as devidas proporções e dimensões, porquanto sub-reptício a implantação da fortaleza com “caráter” de cidade, encontra-se a essência do projeto de poder Metropolitano-Colonial erigindo um arremedo de urbano. As vilas se portavam como garantia de futuras cidades ao tempo que eram núcleos político-administrativos da Colônia. O objetivo basilar era usá-las para demarcar os limites metropolitanos, fixando a população d’além-mar, desde o século XVI, sob a função urbana que tem por propósito de espriar o poder lusitano: cidades que emergem do chão para soerguer a dominação.

Assim, o processo de colonização inscreve uma especificidade na formação do espaço baiano e Silva, Silva e Leão (1989, p. 3), estudando a urbanização e metropolização no Estado da Bahia, afirmam que esse fenômeno tem início no século XVI, tomando-se como marco a fundação da cidade do Salvador em 1549. Consideram que “com a instituição do sistema de capitanias hereditárias e criação do primeiro Governo Geral”, a forma de apropriação do espaço colonial, implica em gênese do urbano brasileiro. No momento dessa formação, concentrava-se nas proximidades do litoral, em áreas de planície, próximo do porto, em busca das facilidades dos transportes e comunicações com a Metrópole.

Atendendo a esse propósito, a Cidade do Salvador emerge do mar, das mãos de Tomé de Souza, do guardião do Regimento ergue-se como fortaleza sobre a acrópole, protegida pela escarpa de falha, em atendimento ao monarca português que escreveu:

Eu, *El Rei*, faço saber a vós, Tomé de Souza, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se

ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes.²²

A construção da cidade é resposta da relação sociedade-espço determinante do urbano que surge do comando real. Foi edificada sob bases legais, planejada para ser a sede da administração portuguesa, lugar de proteção daqueles que vieram concluir a materialização das determinações da partilha do mundo, pondo em evidência que a formação do espaço urbano na Bahia não é obra do acaso, além de ser registro geográfico extremamente importante no que se refere à apropriação territorial.

Feira de Santana, nesse momento, inexistia enquanto configuração urbana, é condição *a priori*, plantada no rural, espaço reserva de valor, escala por construir para ser sertão, é ainda, semente a ser lançada no solo-rural para germinar no porvir e atender às exigências da agenda do projeto colonizador.

Afirmar sobre a existência de uma rede urbana nesse contexto é muito prematuro, em decorrência da forma como era praticada a articulação entre as cidades, ao ponto de estabelecer a valorização do espaço nos moldes atuais. Com frágeis vinculações entre si, este urbano replicava a realidade do Estado colonizador, com a particularidade da arquitetura e urbanismo simples e pouco arrojado e tinha por função primordial se instituir como *lôcus* da reprodução do capital mercantil, concentrando as atividades associadas à comercialização, quando as instituições responsáveis por garantir o sistema de trocas entre Colônia e Metrôpole - o mercado, a alfândega, os trapiches, os caminhos e estradas que levavam ao porto - conferem a estrutura urbana inicial.

As cidades da Bahia, do século XVI, são caracterizadas pela precariedade da infraestrutura, insalubridade, e exceto Salvador, iniciaram como povoado ou vila. A Vila do Pereira (1536), por exemplo, localizada atualmente onde corresponde à Barra, antecede a fundação da capital da Colônia e passa a integrar a acrópole. Portugueses que roçagando o litoral, escavam o solo erguendo cidades: Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (1531), São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro (1534), Santo Amaro da Purificação (1557), Camamu (1561), Santa Cruz de Cabrália (1535); núcleos de povoamento, com arruamentos estreitos e tortuosos, desprovidos de infraestrutura para um saneamento básico adequado. Nesse

²² Regimento de Tomé de Souza, assinado pelo rei D. João III, em 17 de dezembro de 1548.

contexto, cidades e vilas eram, sob o ponto de vista espacial, muito semelhantes, quanto a estrutura interna, mas outro aspecto fundamental diz respeito à relação campo-cidade, reveladora da aproximação dos espaços rural-urbano.

A implantação das cidades ocorria de forma espontânea a partir dos núcleos de povoamento pré-existentes que cresceram em áreas onde as condições geoambientais se apresentavam enquanto ecúmeno. Não eram meros espaços urbanos, mas centros políticos e econômicos, importantes instrumentos para a expansão do poder colonial. Construções portuguesas distribuídas nas plagas litorâneas, nas “várzeas e elevações, espalhando-as pelas enseadas e penínsulas, aconchegando-as às paisagens exóticas de duas possessões tropicais”. (FREITAG, 2009, p. 33).

Salvador tem a sua gênese como fortaleza com limites bem definidos concretizados: “a parte alta escolhida para a implantação da cidade, considerando as questões defensivas, foi inicialmente protegida com cerca de pau a pique”. (VASCONCELOS, 2002, p. 47).

Poucos sabem que quase todas as vilas e cidades mais antigas tiveram muros e portas, como grandes fortalezas. Poucos sabem também que muitas delas foram traçadas por engenheiros militares e tinham formas geométricas regulares. E muito poucos tiveram notícias sobre as Aulas de Arquitetura Militar, que formavam esses engenheiros a partir de 1696, inicialmente na Bahia e em Pernambuco e depois, também no Rio de Janeiro e no Pará. (REIS, 2000, p. 9).

Era segundo o autor um “urbanismo português na América” que apresentava um nível técnico avançado para a época se destacando como “uma atividade planejada regular do mundo luso-brasileiro” controversa por ser construída pela sociedade assentada no agrário. (REIS, 2000, p. 11). Os colonizadores não apenas plantavam cana-de-açúcar ou somente bandeirantes desbravadores responsáveis por formar a aristocracia que posteriormente também plantaram algodão, fumo, café, cacau, criação de gado, e paralelamente fundavam cidades e espargiam o urbano.

A literatura prioriza a leitura sobre o espaço urbano localizado no litoral, essencialmente das capitais, deixando evidente que o conhecimento mais aprofundado sobre as cidades do interior ainda é incipiente sob o ponto de vista

geográfico e, Feira de Santana, tomada como objeto de análise, fortalece toda e qualquer reflexão sobre a necessidade de desnudar esse processo no sertão.

Como especificidade da Colônia, emerge uma estrutura urbana específica, moldada para atender ao projeto colonizador, ao mercado que é essencialmente voltado para as necessidades externas, evidenciando a importância da produção-circulação-consumo – tomando tríade marxiana – para, no plano interno, originar as principais vilas e cidades, e, assim, a apropriação do espaço mediante o urbano permite a ampliação da ocupação. Colonizadores sequiosos por território a conquistar, adentram os vales dos rios, invadem o sertão, fincando no solo os caminhos a percorrer, forjando povoamentos, que se inclinavam em direção aos portos, sedimentavam a função de escoar a produção; é o capital mercantil invadindo as áreas pré-capitalistas, impondo a sua lógica de diferenciação espacial.

Segundo Wehling e Wehling (1994, p. 98) “as principais vilas do final do século XVI eram Conceição (Itamaracá), Olinda (Pernambuco), Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga”. Apenas três cidades se destacavam na Colônia: “Salvador (1549), Rio de Janeiro (1565) e Filipéia (1584)”. A Cidade do Salvador, por exemplo, foi, até o início do século XIX, a segunda maior cidade do império português, perdendo em tamanho populacional apenas para Lisboa²³, entretanto, não é possível falar sobre o estabelecimento de uma rede integrada de cidades, tendo em vista que os núcleos urbanos nesse período, não podem ser considerados os centros da produção, devido às práticas centralizadas na agroexportação.

Concentradas nas bordas litorâneas apresentam-se como fundamentalmente importante em meio à predominância das atividades rurais, diante da estreita relação campo-cidade. Povoar o litoral significava fortalecer o poder metropolitano, pois a produção desse espaço, mediado pelo urbano é tão somente extensão da urbanização metropolitana. Holanda (2010, p. 95) traz uma reflexão que inclui a discussão sobre a fundação das cidades como instrumento de poder metropolitano, afirmando que “para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram”. Baseando-se em Max Weber exemplifica o processo no Oriente Próximo, mundo helenístico, Roma Imperial, China, e as cidades da colonização espanhola, porém a leitura do

²³Para Vasconcelos (2002) Lisboa em 1820 contava com 210.000 habitantes, enquanto Salvador, segundo as estimativas de Spix e Martius, tinha 115.000 habitantes em 1818.

Regimento de Tomé de Souza permite pensar o processo urbano da Bahia nessa mesma direção. Comparando a colonização espanhola à portuguesa indica que o mesmo se deu de forma diferenciada nas terras do Brasil, no entanto o referido Regimento é claro quanto à questão. A preocupação dos portugueses com a localização, a busca dos lugares adequados geograficamente para a implantação do fenômeno urbano, permite afirmar que a essência da realidade encontra-se na expansão do poder sobre o espaço. O rei escreve:

e por ser informado que a Bahia de todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abastança e saúde da terra, e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento, e, para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e todo o mais que for necessário.²⁴

Não era uma simples povoação da cidade, era construção que se fazia mediante poder armado, arquitetura impressa para adjudicar confiança que tem D. João III no governador, aquele que era o responsável pela fortaleza; serviria ele de guardião das terras “na dita Bahia”, o lugar em que os recursos naturais agregam conveniência para a instalação do poder metropolitano. Rios que entram na terra para alargamento e expansão dos mandos reais, terra bondosa por garantir a abastança. A cidade tornar-se-ia o lugar da confiança do rei, do exercício da fidelidade vassalar. A sua fundação é para servir como local de governo, espaço central da dominação.

Nos escritos de Holanda (2010, p. 98), está clara a separação entre poder político e econômico, quando caracteriza a expansão urbana “pela predominância do caráter de exploração comercial”, considerando um empreendimento tímido em relação ao espanhol. Porém, no final do século XVI, houve mudanças na forma de povoamento no Nordeste do Brasil - antes do litoral para o interior - o seu curso foi invertido, especialmente no período da dominação dos Felipes (1580-1640), imprimindo, no espaço, a marca espanhola da colonização, lastreada na interiorização. Esta mudança é responsável pela abertura de vários caminhos internos e multiplicação de diversos núcleos urbanos. (HOLANDA, 1989). Nesse

²⁴ Regimento de Tomé de Souza, assinado pelo rei D. João III, em 17 de dezembro de 1548.

período, o Nordeste é a área de maior prosperidade econômica demandando atenção da Espanha, que incentiva a disseminação de centros urbanos, fato característico dos movimentos de conquista, ou seja, povoamento com elemento básico para a sua consolidação.

Cidades reais foram então criadas em maior número do que qualquer época anterior, novas unidades territoriais, cuja permanente necessidade de 'reconquista' contornou menores em seus traçados geográficos – e isso é a principal característica do Nordeste. (HOLANDA, 1989, p. 187).

Por outro lado, Schwartz (2004) lembra que no Brasil, entre 1532 e 1650 foram fundadas seis cidades e trinta e uma vilas, inicialmente concentradas no litoral no espaço entre Olinda e Santos, e após 1580 chega-se até Belém.

O século XVII é marcado pela franca conquista, fato relevante ao ponto de Frei Vicente do Salvador afirmar que os portugueses deixaram de arranhar a costa como caranguejos e passaram do litoral para o interior, em 1627, com a pecuária e as bandeiras.

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve que a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de andar arranhado ao longo do mar com caranguejos. (SALVADOR, 2010, p. 70).

A Bahia, nesse período, integra o império português como parte da principal Colônia, com exploradores ansiosos por terras, ouro e açúcar. Núcleos urbanos dispersos, desarticulados se estabeleceram como resposta à forma como se estruturava a economia mercantil. Pernambuco, Rio de Janeiro e São Vicente também compõem cenário da colonização mais consolidados sob o ponto de vista urbano. As principais cidades fundadas em pontos geopoliticamente estratégicos como Salvador, Recife, Rio de Janeiro se firmaram com o atendimento às necessidades da Metrópole, constituindo verdadeiras portas de entrada na Colônia. A sua origem é fundamentalmente política, quando se tinha atento cuidado, tendo em vista a proteção da escassa população. Quanto à estrutura urbana, as cidades se caracterizam por possuir arruamentos estreitos e tortuosos, problemas de saneamento, desde escoamento das águas pluviais até adequabilidade da ventilação.

Até o final do século XVII, o povoamento se apresenta nitidamente concentrado no litoral e Recôncavo, porém a disseminação das atividades econômicas – cana-de-açúcar e gado - permite a expansão para o interior, sendo a pecuária o principal elemento irradiador. No período contexto, foram abertas as primeiras vias de acesso para ampliar a comunicação com toda a porção norte e o nordeste da Capitania Geral da Bahia de Todos os Santos, caminhos que serviam para conduzir os rebanhos de bovinos em direção ao litoral, além de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Feira de Santana situa-se nos contornos do trajeto, com as Estradas das Boiadas, a Estrada Real do Gado unindo o sertão ao litoral. (MAPA 15).

Mas Feira, (...) jamais teve a tentação do mar. O mar é o infinito. Bastava-lhe, como lhe basta, o infinito que já possuía, o infinito do campo. Suas idas ao mar eram via Cachoeira, como que fugindo a aristocracia santamarense. Nesta época, não se tornara ainda a grande cidade, a prestigiada feira de gado que hoje é. (SANTOS, 1959, p. 16).

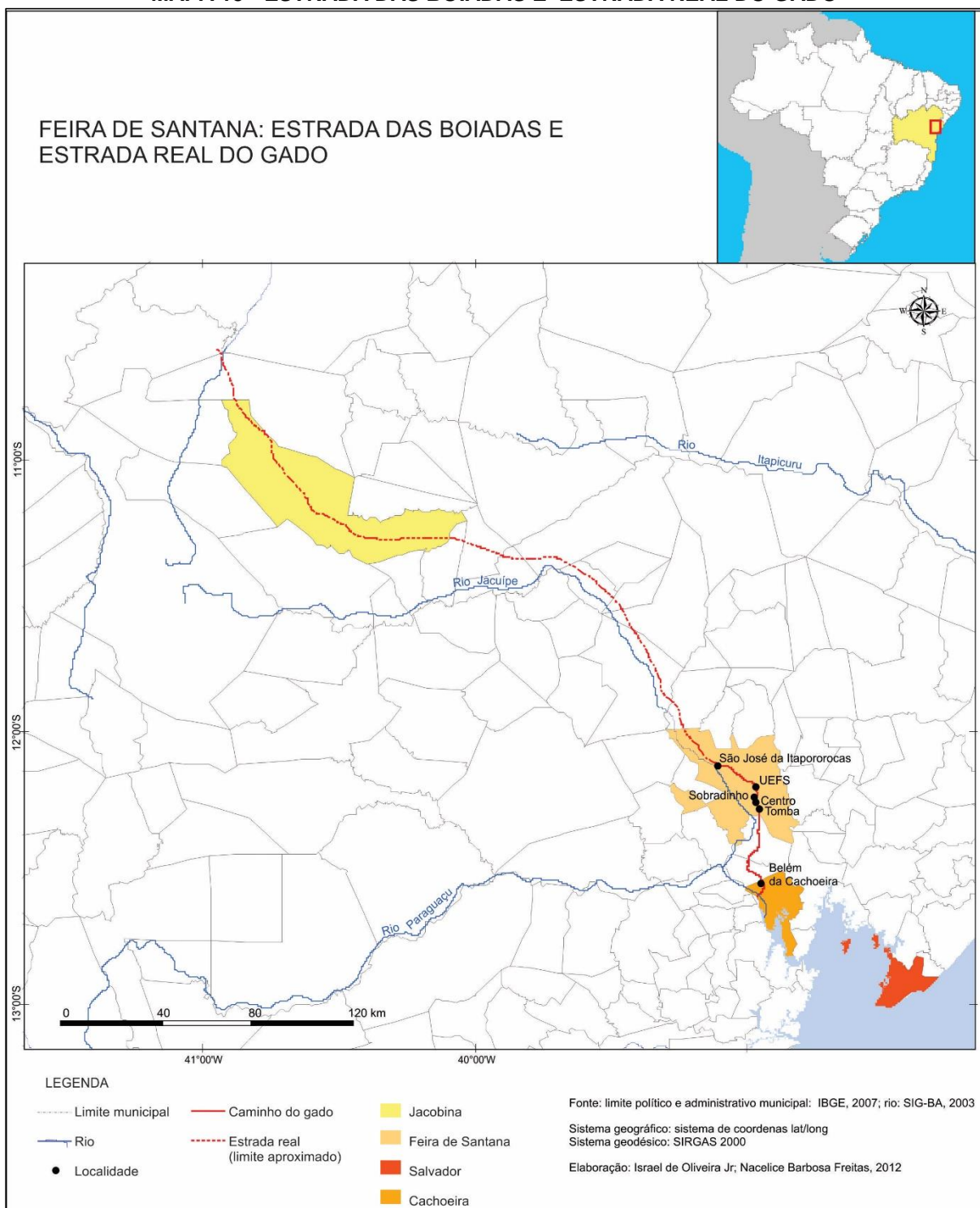
Distancia-se do mar para, ao mesmo tempo, dele aproximar-se. O conferencista em seu pronunciamento pela inauguração da Biblioteca Municipal Arnold Silva em 1959, percebeu que havia a preocupação em enaltecer Feira de Santana, assegurando ser a porta do sertão baiano, colocando-a em igualdade com o litoral, e ainda que não faça uma reflexão sob viés da escala, confronta a infinitude do mar com a do campo de criação de gado, trazendo e mostrando que a totalidade não se separa em partes, se apresenta com especificidades complementares: mar e campo, que são produtos da relação sociedade-natureza, portanto espaço geográfico.

Vilhena (1969), escrevendo sobre a Bahia no século XVIII não dá muita importância à Feira de Santana, não expõe sobre qualquer sinal de urbano. Também Antonil (1982), traçando suas observações sobre o Brasil colonial, no início do século XVIII, não faz menção sobre a questão numa Feira de Sant' Anna que só em 1696 foi elevada à categoria de Freguesia.

Antes fixados no litoral, os colonizadores promovem a interiorização acentuada do urbano no século XVIII em decorrência da descoberta das minas, e Feira de Santana insere-se nessa trama, pois, até o final do século XVII, é espaço

rural pertencente à Comarca de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e, se comparada ao litoral, está colocada na condição de atraso em relação ao urbano, porque, embora o sertão servisse de base para a reprodução do capital mercantil, e, posteriormente, comercial, a escala urbana é mais significativa no que se refere à concentração do capital.

MAPA 15 - ESTRADA DAS BOIADAS E ESTRADA REAL DO GADO



A centralização no litoral é também em decorrência da centralização administrativa, fator que pode ser apontado como relevante para o retardamento da interiorização do urbano, porquanto a Cidade do Salvador era o *locus* de controle de toda a Colônia portuguesa entre 1549 e 1763. Cidade que é povoada cresce e se expande para além da escarpa de falha, amplia seus tentáculos em direção ao interior - sobretudo com a intensificação da exploração aurífera no século XVIII - urbano que cresce à medida que adentram os sertões quando,

A interdição real do desenvolvimento das minas na Bahia fora provocada pela consideração estratégica de que elas induziriam as pessoas a abandonar a cidade de Salvador e o Recôncavo. O rei temia que a força humana remanescente fosse incapaz de defender a cidade contra o ataque de estrangeiros, ou de negros ou índios insurretos, que se sentiriam tentados a fazê-lo diante do pequeno contingente de brancos. (RUSSEL-WOOD, 2004, p. 475).

As preocupações reais não tinham tanto fundamento, mas a expansão da atividade de exploração fragilizava algo essencial para a manutenção do poder colonial, isto é: a cidade fortaleza porquanto punha vulnerabilidade ao litoral a tal ponto que a “Câmara de Salvador chegou a requerer à coroa que fossem proibidas todas as atividades mineiras”. A solicitação foi ignorada, porém, durante a primeira metade do século XVIII, as câmaras das cidades e vilas situadas no litoral “atribuíram todos os seus infortúnios à mineração”. (RUSSEL-WOOD, 2004, p. 475). O sertão, nesse período, está em franca expansão com o fornecimento de carne para a região das minas.

É certo que o urbano se efetiva imbricado com o rural, enquanto totalidade instituída, porquanto herança feudal ainda presente em Portugal, é vigorosa a tal ponto que, mesmo com a formação dos Estados Nacionais, ainda tem-se uma sociedade atrelada à terra como fator preponderante e determinante da riqueza.

Pode-se afirmar que a produção do espaço urbano baiano se confunde com o processo de colonização e a instalação programada da cidade de São Salvador - quebra-cabeça montado para ser a sede da Colônia - coloca o ano de 1549 como marco geográfico-histórico significativo para a discussão da questão central dessa tese. Santos (2008, p. 19) revela que Salvador “é a mais antiga e característica das cidades brasileiras. Construída para ser capital do país, durante três séculos foi a aglomeração urbana mais importante.” Centralizava, nesse período, as atividades

econômicas mediante o escoamento da produção do Recôncavo, e posteriormente do sertão, tornou-se responsável, juntamente com Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e Santo Amaro da Purificação, pelo fortalecimento do urbano nos espaços litorâneos. O desenvolvimento das atividades produtivas era comandado por esses núcleos urbanos de formação pretérita, quando as diferenciações são visualizadas no processo de formação das cidades, de duas escalas, sertão e litoral.

No final do século XVIII consolidou a importância da feira do gado, condição *sine qua non* para a gênese de Feira de Santana. A origem urbana não está vinculada à *plantation* da cana-de-açúcar, cacau, algodão fumo ou café, mas particularmente à pecuária, profundamente marcada no solo, porém esquecida enquanto memória urbana. A sua importância entre os séculos XVII e XVIII encontra-se na configuração da feira, sendo observado que São José das Itapororocas absorve posição econômica, social e política superior. Não há, nesse contexto, a significação do urbano, mas a proximidade campo-cidade é condição especial para a formação do povoado porque o crescimento de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira constituía em entrave, devido à capacidade de centralizar nesta cidade as decisões políticas e econômicas.

O fenômeno urbano no século XVIII é intensificado em decorrência da exploração das minas de prata, ouro e diamantes, fortalecimento da economia mineira desembocando na transferência de capital da Colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro. Feira de Santana mantém-se com estrutura agrária, ampliando o povoamento através da pecuária; no entorno estão Salvador, Santo Amaro, Cachoeira e São Félix.

Até o século XIX, a expansão e consolidação das atividades agrícolas funcionaram como determinantes para a concentração populacional nas bordas litorâneas e o processo de “litoralização” do fenômeno urbano, assume todavia uma nova configuração com a expansão da pecuária.

Spix e Martius (1938, p. 88), passando “através da Bahia” no início do século XIX registra, em seus relatos de viagem sobre a escassez populacional, a preponderância do rural em relação ao urbano, ao comparar o sertão com o Recôncavo e litoral. Referem-se à Feira de Santana como um arraial, localizado em lugar monótono, lugarejo pobre, e, no período desta viagem, São José das

Itapororocas é citado como um pequeno arraial que se encontra praticamente abandonado em decorrência da seca. Demonstrem claro encanto pela cidade do Salvador, seduzidos pelo urbano, “a extensão e a grandeza de seu comércio” impressos no espaço que despertava “agradáveis impressões”, prazer concedido pela grandiosidade do litoral, expressão da opulência herdada, moldada no padrão metropolitano, símbolo de progresso, da semelhança com a Europa, modelo a ser replicado, reproduzido como insígnia do poder metropolitano nas terras d’além-mar, lugar emblemático e representativo do econômico centralizado no litoral.

Desviando-se em direção ao sertão, tem-se a porta de entradas da “Vila de Cachoeira de mais constante e mais salubre clima que o da vizinha capital” lugar onde “encontram-se paisagens, que, pelo verde luxuriante das colinas, pela variação dos bosques e pela diversidade de vistas sobre o majestoso rio, são de particular encanto (...) nessa rica vila”, onde as condições sociais são semelhantes às da capital. (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 228 e 230).

Seguindo na direção Oeste e Noroeste, os vestígios do urbano desaparecem e são substituídos por “chácaras, vendas e ranchos de trabalho dos negros. Vêm-se extensas plantações de café, capim, mandioca e de algumas hortaliças” até chegarem a Feira da Conceição²⁵, povoado de “pobres choupanas de barro”. Para os viajantes, esta paisagem denuncia o encontro com o sertão, espaço em que a escassez e chuvas regulares entre setembro e fevereiro, tornam-se responsáveis por despovoar as estradas. (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 233).

Feira de Santana é descrita por eles em 1º de março de 1819 como um arraial, mísero povoado, onde os moradores distinguem a tipicidade sertaneja. Viajando mais duas léguas a noroeste, deparavam-se com o esvaziamento de São José das Itapororocas, em consequência das estiagens. Os documentos escritos por Spix e Martius (1981), refletem a ausência do urbano nesse sertão em relação ao litoral e Recôncavo da Bahia no início do século XIX, exatamente nesse mesmo ano, 1819, em que assume a categoria de povoado, como explicitado anteriormente.

A maior velocidade na relação espaço-tempo é observada no século XIX, quando a rapidez dos eventos indica, tanto o destaque de Feira de Santana em nível nacional, quanto à aceleração em direção ao urbano, passando à categoria de povoado em 1819, denominado Santana Olhos d’ Água, tem ascensão para Vila

²⁵ Atualmente é o município de Conceição da Feira.

pelo Decreto Imperial de 13 de Novembro de 1832, emancipando-se de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Então, a mudança de Freguesia para povoado durou 123 (cento e vinte e três) anos, porém, em apenas 54 (cinquenta e quatro) anos de povoado, galga a posição de cidade.

A produção do espaço na primeira metade do século, contudo, denuncia a importância de Feira de Santana em nível tal que confere requisitos para despertar a atenção do imperador D. Pedro II, que a visita em 6 de novembro de 1859, para conhecer a tão afamada feira de gado, e segundo Naeher (2011, p. 297), no seu diário registrou suas impressões sobre a vila:

A população parece ser de 3 a 4 mil almas. As ruas não são calçadas, mas as duas principais, paralelas, bastante largas e bordadas de casas, algumas de sobrado e boas, têm passeios calçados. Há três igrejas, estando a matriz por acabar, e três praças, não contando com o campo da feira.

A visita imperial denota a importância alcançada por Feira de Santana que cresce o contingente populacional de acordo com o Censo Demográfico de 1872, registrando 47.588 habitantes livres, 4.108 escravos, e já apresentava diversas manifestações urbanas e características de cidade, expressas nos escritos de Julius Naeher²⁶ engenheiro alemão que visita a Bahia, aqui chegando em 8 de setembro em 1878.

Na parte mais parte mais nova da cidade as ruas centrais principais as ruas centrais principais têm uma largura de cerca de 18 metros, contando com dois trottoirs de cerca de quatro metros de largura, que passam pela frente das aprazíveis moradias, que, quase sem exceção, são térreas e, na maioria das vezes, pintadas de tinta a óleo branca. (NAEHER, 2011, p. 175).

A condição de entreposto comercial é fundamental para passar à categoria de cidade sob a Lei Provincial Nº 1320 de 16 de Junho de 1873 com o título Comercial Cidade de Feira de Santana. Tais aspectos são acentuados quando D. Pedro II sanciona o Decreto Imperial Nº 1.242, de 16 de Junho de 1865, autorizando a construção de uma via férrea permitindo que no final de 1876, fosse interligada

²⁶ Julius Naeher escreve *Land und Leute in der Brasilianischen Provinzn Bahia* (A Terra e a Gente da Província Brasileira da Bahia), publicada em 1881 na Alemanha. Com tradução e pesquisa de Osvaldo Augusto Teixeira, é publicada em 2011 na Bahia.

Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira pela Estrada de Ferro Central da Bahia, com 48 Km de extensão, e também pela instalação do telégrafo que contribuíram para intensificar o fluxo de mercadorias e informações com Salvador. Essa ferrovia iniciava no centro, com a Estação nas proximidades da Catedral de Santana - a Igreja Matriz - área onde atualmente está localizado o Camelódromo denominado de Feiragui.

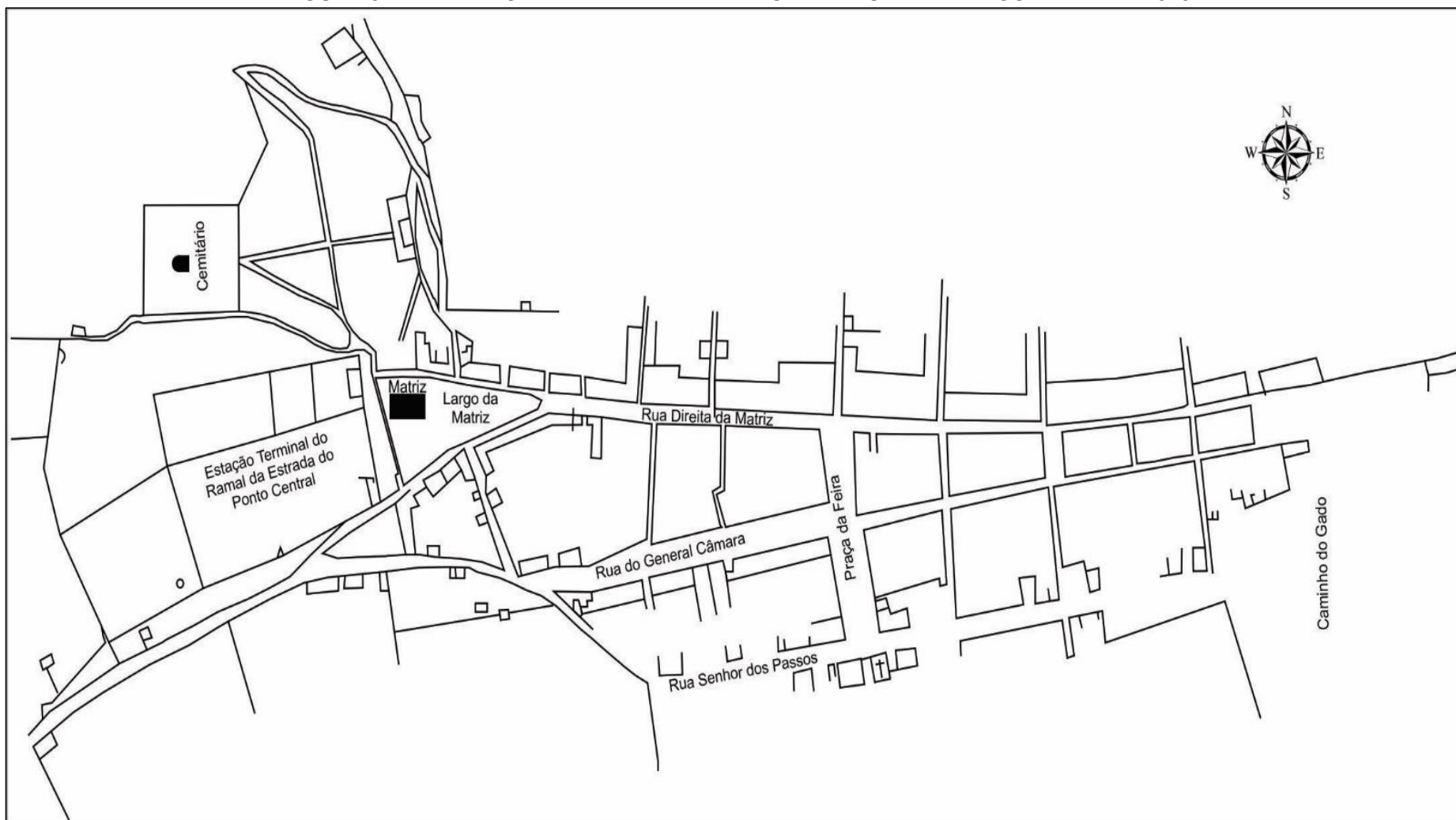
Posteriormente foi construída a Estação Nova às margens da Avenida João Durval Carneiro, nas imediações do Bairro Ponto Central – que nunca foi utilizada. Seguiu em direção ao povoado de Magalhães, passado por São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Belém de Cachoeira, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e São Félix, chegando ao rio Paraguaçu, via fluvial que interligava ao litoral. Funcionou até 1964 quando foi desativada pelo Ministério dos Transportes. (ALMEIDA, 2006).

A importância de Feira de Santana também é observada quando, no final de 1878, é assinado um contrato entre o governo da Província da Bahia e o engenheiro Frederico Merei que seria responsável pelo projeto da instalação de um sistema de transporte de bondes, embora não tenha sido concretizado, apesar dos estudos elaborados por ele, inclusive uma planta da cidade destacando a área central. (FIGURA 3).

Em 1879 a cidade recebe iluminação pública a gás, período em que na visão de Naeher (2011) são inauguradas diversas ruas. A que mais chamou a atenção de Julius Naeher por sua aparência moderna já em 1878 é a Rua Senhor dos Passos, onde estavam localizadas as moradias das pessoas mais abastadas, bastante larga para os padrões de arruamentos da época.

A suntuosidade e alinhamento das ruas despertava a atenção também de jornalistas: “Pelos nomes lembramo-nos da *Rua Direita*, à esquerda de quem entra na cidade, e da Rua Senhor dos Passos à direita. Com 102 palmos de largura em toda a extensão, e é perfeitamente alinhada com bons prédios.” (JORNAL O MUNICÍPIO 03/09/1893, grifo do autor). Boaventura (2006, p. 86), com peculiar sensibilidade poética a descreve com uma obra de arte, afirmando ser uma rua “feita para as músicas de piano”. (FOTOS 6 e 7).

FIGURA 3 - FEIRA DE SANTANA: PLANTA ELABORADA POR FREDERICO MEREI EM 1878



Fonte: NAEHER, Osvaldo Augusto. 2011, p. 303.

FOTO 6 – RUA SENHOR DOS PASSOS: PASSADO



Fonte: Clube de Fotografia Gerson Bullos/Museu Casa do Sertão.

FOTO 7 – AVENIDA SENHOR DOS PASSOS: PRESENTE



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

A Província da Bahia em 1878 era a segunda maior do Império, com uma população inferior apenas a Minas Gerais. Contando com 11 (onze) cidades e 65

(sessenta e cinco) vilas, e o tamanho populacional de Feira de Santana ocupava sétima posição, sendo superada por Salvador, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, Nazareth e Valença, respectivamente. Era, entretanto, a cidade mais populosa do sertão baiano, porque as que lhe superavam, todas sem exceção, situavam-se no litoral.

O crescimento urbano de Feira de Santana, nos séculos XIX e XX, pode ser considerado uma resposta às transformações econômicas e políticas na escala nacional e estadual, conquanto tempo impresso na reprodução do espaço. Não se pode considerar um simples registro da história a vinda da família real para o Brasil em 1808, aportando em caráter primeiro na Capitania Geral da Bahia de Todos os Santos.

Politicamente, a declaração oficial da independência da Bahia em 1823, a Constituição de 1824, a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, colocam a Bahia diante de um contexto histórico, cravando o tempo no espaço, modificando-o, transformando-o, inevitavelmente produzindo um urbano que segue o movimento das ondas da modernização, adentrando o sertão, com efeito de arraste, avançando, alargando-o. Emancipações políticas impactando o espaço da cidade sertaneja que corre a favor do vento, esvoaçante, indo ao encontro do litoral, no século XIX dos movimentos migratórios, da expansão do café, mas fiel a sua origem na comercialização do gado, impondo a espacialidade necessária a ampliação do capital.

Aproximação entre o espaço urbano de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, ponto de contato direto com a Cidade do Salvador, mediado pela ferrovia construída para tornar mais célere a movimentação econômica dos lugares opostos, expande Feira de Santana fisicamente, em ondas que fluem espargindo contingente populacional em movimento agitado, impetuoso, do povoado que se faz vila para ser cidade, “a cidade linear, como tantas começara, ‘com maior perímetro de contato entre a cidade e o campo; possibilidade de oferecer ao homem mais estreito contato com a natureza’(...)”. (SANTOS, 1959, p. 6). Igualização e diferenciação, transformações no tempo-espaço, passado-presente colocam a escala urbana em evidência fazendo exalar a sensibilidade do poeta:

Feira de Sant’Ana
- a de hoje tão diferente

Também é boa
 Riscadinha de eletricidade
 Torcida esticada retesada de fios negros aéreos longos
 Fords estabanados raquítricos
 Levando no bojo viajantes de xarque
 (...) (GODOFREDO FILHO, p. 16).

Na Europa, Engels (2008, p. 67) reflete sobre os efeitos socioespaciais da urbanização na Inglaterra, a parca capacidade da cidade em absorver contingente populacional proveniente do campo, a formação dos adensamentos urbanos, “a massa constituída pelo casario”; espaço que é resposta da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, instituindo uma nova relação campo-cidade: o campo, nesse contexto, para se estabelecer enquanto campo, necessita da cidade para a sua própria reprodução. Oposição que determinada pela divisão do trabalho que a partir de então supervaloriza o urbano.

Nesse contexto, Feira de Santana predominantemente rural, mas não esconderá a vontade de enaltecer o urbano. A melhoria na prestação de serviços públicos de infraestrutura urbana, por exemplo, a iluminação a gás, calçamento das ruas, contribuíram de forma efetiva para sua expansão e ampliação do fenômeno urbano desde o século XIX, transformações na cidade, com a técnica resultante do processo revolucionário, iluminando-a, acelerando o tempo do velho lugar sertanejo. Espaço produzido, alicerçado na contradição desigual e combinado.

A formação de uma rede de cidades na região de Minas Gerais – lugar sertão – com significativo contingente populacional, vivendo, concentrando-se nesse espaço faz surgir diversas manifestações típicas de urbano, por exemplo, o teatro, casas de ópera em Minas Gerais e Mato Grosso, no século XVIII. No estado da Bahia a produção do espaço ainda se concentra no litoral em direta dependência do rural e das relações com o exterior, mantendo os latifúndios açucareiros, pecuaristas e em séculos subsequentes cacauzeiro e cafeeiro.

As transformações socioespaciais e econômicas no século XIX conferem um novo impulso ao urbano na Bahia: Independência do Brasil, Independência da Bahia, Abolição, Proclamação da República são marcos históricos que passam a ter significativa importância na explicação do processo de crescimento das cidades, solidificando os núcleos urbanos pré-existentes, especialmente aqueles que

consolidaram o comércio e a mineração como Feira de Santana, Jacobina, Rio de Contas, etc.

O valor do espaço, entretanto está na capacidade que tem a cidade de fortalecer-se enquanto centro do poder político e econômico. O espaço urbano como um produto social e a urbanização especificidade resultante da transformação do meio, confirmação da perpetuação da cidade. Decorre disso que a relação sociedade-espaço em Feira de Santana concretiza o processo de formação da cidade, contudo o solo urbano não é distribuído equitativamente, confirmando que é estabelecido na diferenciação, enquanto dimensão espacial e temporal, resposta à dialética da relação sociedade espaço.

O Desembargador Filinto Bastos, proferindo a Conferência pelos festejos da Padroeira Sant'Anna em 30 de Junho de 1917, oferece condições para delinear-se o significado da feira e à centralização das atividades econômicas no comércio desde o final do século XIX até aquela data, quando deixa implícito os percursos do capital, tecendo críticas ao materialismo e ganância dos comerciantes:

Era preciso que, às segundas-feiras, o negocio fosse farto; que pingues lucros compensassem a labuta do comercio: isto uma vez conseguido, o resto corria maravilhosamente. Estavam satisfeitos os desejosos da prosperidade material, que se consegue com o dinheiro; os interesses immateriaes, os inestimaveis interesses do espirito, era lançado ao esquecimento, por não terem conotação com o mercado. (BASTOS, 1917, p. 13).

Mercado: princípio e fim do capital escrevendo o perpetuar da cidade Princesa do Sertão, formando uma sociedade pecuarista, tendo contraditoriamente o curral como elemento básico da expansão urbana e condição de valorização do espaço que, antes reserva de valor, confirma-se como centro econômico do vasto sertão.

6 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A CIDADE

Explicar a produção do espaço urbano sertanejo/feirense como produto da relação sociedade-espaço, implica em entendê-lo enquanto processo que reflete o conflito que imprime uma estrutura espacial revelando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, quando a cidade se estabelece como materialidade/materializada na trama do capital, espaço construído para manifestação concreta das diferenciações.

Cidade é produto social, importa explicar que a sua produção reflete a contradição de classes em bases capitalistas, determinando desigualdade combinada necessária à sua manutenção, assim como, as diferenciações porque é tempo impresso no espaço inscrevendo escalas espaciais.

Sobre o processo de valorização do espaço Smith (1988, p. 198-199) expõe que:

A expansão geográfica absoluta deve estar sincronizada com a expansão do valor nas mãos da acumulação.

(...)

Por mais que o fenômeno do desenvolvimento urbano resulte da centralização do capital de produção, sua diferenciação interna resulta da divisão entre este e outros usos do solo, sendo dirigido através do sistema de renda do solo.

Valor de uso e de troca é o que também define a cidade; é mercadoria que imprime a diferenciação. O consumo do espaço reproduz estruturas a partir da valorização do solo urbano, internamente, enquanto a desigualdade combinada determina as “condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana”. (SMITH, 1988, p. 199). Materialidade do espaço não reduzida apenas à localização ou apropriação, mas lugar geográfico, produzido socialmente, *lócus* das relações sociais, base econômica e política, mercadoria a ser consumida, fonte de riqueza, e objeto visível da luta de classes, ou seja, forma concreta da tríade – capital-trabalho-espaço – para explicação da essência das relações sociais.

Diferenciações sustentadas na renda do solo, determinando que a terra urbana detém mais valor, quanto menor for a sua disponibilidade, demonstrativo de como as classes sociais se relacionam com o espaço, que se confere em

propriedade privada, explorada com a finalidade de atender ao mercado. Valor proveniente da comparação: no centro, mais valorizada que na periferia.

Produto das relações de classe carregado da contradição inerente ao capital, não é apenas força produtiva ou meio de produção, mas segundo Gottdiener (1993, p. 129), “constitui também um produto dessas mesmas relações”. Na cidade, a forma específica do consumo a torna escala particularizada do capital, totalidade onde as diferenciações são determinantes da peculiaridade do urbano; não há igualdade na sua distribuição, pois é o lugar em que as relações sociais de produção se processam de forma localizada, sendo assim, geram totalidade contraditória, diferenciação do espaço geográfico inerente ao capital, paisagem urbana, que é expressão do valor.

Cidade é um espaço urbano que faz e se refaz alastrando a desigualdade combinada mediante ação dos especuladores, este segmento da sociedade responsável pela privatização, por escalonar o espaço, dividi-lo, fronteirando-o. Bairros? Sim. Fronteiras vivas, limites histórico-geográficos fixados no espaço, delimitando áreas de conflito, mediante classificação: ricos, pobres, classe média, classe alta – justapostos, hierarquizados, declarando que a hegemonia do capital é especializada, normatizada definindo a materialidade da relação Estado-Sociedade. Portanto, a luta de classes define os elementos que correspondem ao prélio pela dominação e apropriação do espaço, determinando os caminhos da posse do solo urbano. Nessa relação sociedade-espaço, tem-se o espaço urbano enquanto escala de análise, especificidade determinante de uma forma espacial. Expansão urbana que tem no *design* da cidade a contradição aparente, pois à medida que ocorre a produção do espaço urbano, com o desenvolvimento do capital, as diferenciações se apresentam em termos espaciais, estampadas no tecido socioespacial de desenvolvimento desigual e combinado; pobreza *versus* riqueza totalidade contribuinte da sobrevivência do capitalismo.

Analisar a produção do espaço urbano capitalista, tendo Feira de Santana como foco de análise, pressupõe entender os conflitos resultantes da desigualdade numa sociedade de classes, porque esse processo está diretamente vinculado à necessidade de acumulação, espaço que se compra, e se vende, que integra a sanha dos especuladores, e se expande em ondas que propagam valor, seja no centro ou mesmo na periferia.

Inicialmente, no centro originário do urbano estavam as residências da classe alta, tendo como melhores representantes os fazendeiros de gado. As Avenidas Senhor dos Passos, Getúlio Vargas e Maria Quitéria, mantêm o *status* de área privilegiada até o contexto atual. A primeira, na década de 1960 passa a ser absorvida pelo comércio, quando os moradores começam a esquivar-se do centro, se encaminhando para as bordas da cidade, devido ao adensamento econômico, decorrente da transformação de diversas residências em estabelecimentos comerciais. Aberta para a habitação da classe alta - políticos, fazendeiros, comerciantes – mas, em nome da modernização urbana, desistem da história e dos casarões construídos no final do século XIX, implantando modelos de estrutura mais retilíneas em consonância com a arquitetura moderna. (OLIVEIRA, 2013). Bairros qualificados pelo nível econômico dos seus habitantes abastados construídos com o objetivo de atender às demandas da classe alta expõem modelos arquitetônicos, obras de engenharia de uma formação espacial inscrita na dialética do tempo-espaço: Muchila, Santa Mônica, SIM. Bairros precários, estigmatizados pelo baixo poder aquisitivo das pessoas que neles vivem: Rocinha, Aviário, Limoeiro, Subaé.

A cidade é emblemática para a análise específica e entendimento do processo de formação urbana, tomando como referência a relação sertão-litoral e observando as diferenciações nele impressas. Ponto de passagem, no encruzamento das estradas que levavam gente e boiadas, em direção às margens do rio Paraguaçu. Escrevendo história, memórias construídas sobre o espaço, faz florescer o núcleo urbano numa área de transição situada entre o tabuleiro e o vale do rio Jacuípe. Aquele lugarejo, pequeno povoado no início do século XIX, com poucas casas, alguns habitantes, localizado no sertão, ostenta arrojo suficiente para assumir-se cidade no final desse século. Diferencia-se do litoral, contudo, não é a sua localização no interior o elemento decisivo para a originalidade do urbano, mas essencialmente a dialeticidade das relações socioespaciais e econômicas, mediadas pelo comércio e a pecuária, transformando-a na primeira metade do século XX em referência de uma cidade moderna. Na opinião de Boaventura (2006, p. 84).²⁷

²⁷ Escritos de Eurico Alves Boaventura (1909-1974), poeta escritor baiano, organizados e publicados postumamente por sua filha, Maria Eugenia Boaventura. Fragmento do texto intitulado A Velha e a Nova Cidade, publicado no Jornal A Tarde Cf. Recorte s.d.

Até a quarta década do século metamorfoseava-se a velha cidade provinciana, em lenta sugestão de Capital minúscula. Em 1940, daí para frente, todavia, operou-se repentina transformação aqui na vida urbana. Como seguro petardo de progresso da noite para o dia, o comércio sacudiu a cidade.

Comércio é o primeiro nome da urbe nascente: Comercial Cidade de Feira de Santana. “Comércio bom de verdade. Espalhada aos quatro ventos a sua fama. (...) E a cidade se expandira, sertão em fora, através das faturas das suas casas comerciais...” (BOAVENTURA, 2006, p. 74).

Sertão que é colocado desde os primórdios como protótipo de inferioridade, tem na leitura sobre o espaço urbano uma classificação que o coloca como processo secundário, hierarquizado em relação ao litoral. “A economia do sertão baseia-se, espacialmente na criação de gado. Nessas circunstâncias não é de estranhar que haja poucas grandes cidades em toda região” (Poppino, 1968, p. 10). Leitura da segunda metade do século XX, explicitando que o processo é visto sob o viés comparativo, porquanto a expressividade é medida pelo tamanho populacional da cidade, e não por sua posição na produção do espaço.

Produção do espaço urbano que faz Feira de Santana despontar no sertão como o segundo maior município em população da Bahia desde a década de 1960²⁸, e aproximar-se constantemente do litoral. De lugar de descanso e pastagens em tempos pretéritos, transmuta-se em cidade (...) “essencialmente burguesa desde as suas origens. Até os aristocratas fazendeiros sempre se dedicaram ao comércio do gado”. (MACHADO, 1966, p. 110). Princesa que é rainha do sertão, o chão que se transforma em território mediatizado pela valorização do espaço.

6.1 *Lócus* da gênese da cidade e a expansão urbana

Para a identificação da gênese da cidade denomina-se local onde fisicamente aparecem as primeiras construções do núcleo urbano, que conferiu o início da expansão urbana. Este *primum spatium*, lugar singular, onde as condições

²⁸ Através dos dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940, Feira de Santana detinha a 4ª maior população do Estado, superada por Salvador, Ilhéus e Itabuna, respectivamente. Em 1950, assume a 3ª posição, depois de Salvador e Ilhéus.

hidrológicas aparecem como preponderantes, na produção do espaço urbano no sertão.

Almeida (1992, p. 32) indica em Feira de Santana a existência de “quarenta lagoas e inúmeras nascentes”, além de contar com três bacias hidrográficas. Localizada na parte oeste da cidade, a Bacia do Rio Jacuípe, no lado leste a Bacia do Rio Pojuca e ao Sul do centro, na Lagoa do Subaé está a nascente da Bacia do Rio Subaé: Natureza favorável ao emergir urbano determinantes do surgimento da cidade. Olhos d’ Água. Lugar da fazenda de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, da capela de Sant’ Anna, do pouso dos feirantes, boiadeiros, tropeiros e comerciantes. Lugar de preciosa sertanejação, denuncia a alvorada, o nascer da cidade, comprovando o poder da velocidade da luz, pois de longe se vê a Feira de Santana, espaço luminoso em meio a espaços opacos.

FEIRA DE SANTANA ainda é sinônimo de arrojo, construída que foi pelos riscos dos vaqueiros; investimento dos comerciantes e aventura dos MOTORISTAS, ajudados pelos FLAGELADOS das secas nordestinas, ávidos de trabalho que aqui ajudaram a construir a capital dos sertanejos. (MACHADO, 1966, p. 113, grifo do autor).

Para traçar a extensão do urbano e definir o processo de formação da cidade, torna-se necessário situá-lo atentando para resgatar um conceito geográfico que especifica o *locus* inicial da cidade, lugar de afloramento do lençol freático, onde brotavam águas que agradavam homens e gado, brota também a cidade. Sabe-se que o termo emerge da Geografia Clássica de viés positivista, portanto, estigmatizado por mostrar a expansão urbana a partir da fixação e conferir um caráter que se aproxima da imobilidade. Dolfuss (1973, p. 18), por exemplo, afirma que este “representa o receptáculo territorial de um elemento do espaço”. Beaujeu-Garnier (1980, p. 94), explicita que “designa o lugar preciso da implantação inicial da cidade”. George (1983, p. 36), tratando da questão, indica que “o sítio é definido como o quadro topográfico no qual se enraizou a cidade, pelo menos, em suas origens”. As definições dos autores apontam para a perspectiva histórica, ainda que de caráter evolutivo, observando que pode ser ultrapassado, transformado, ou mesmo perder seu caráter de centro, assim como sua importância ao longo dos anos. Feira de Santana, localizada no interior, teve a feira de gado associada aos recursos hídricos como definidores do ponto inicial para o futuro urbano. A Natureza, dialogando com a sociedade, produz espaço urbano - topografia, morfologia plana,

hidrografia e clima - se curvando ao desenvolvimento das forças produtivas para tornar-se cidade. Sertão das nascentes e lagoas que não se confundem com semiaridez, mas com a umidade do litoral e dele se aproxima. Início de cidade nos limites do campo com vidência através dos Olhos d'Água; águas que servem como fronteiras da fazenda; fazenda que dá origem a cidade. O mapa 16 indica na origem do urbano a localização da Fazenda Santana dos Olhos d' Água, e da Capela Santana, espaço que, desde a sua gênese à atualidade concentra o econômico e o político.

Segundo Almeida (2006), a propriedade de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, compreendia os limites desde a lagoa do Prato Raso ao norte, e ao sul o casarão - sede. A leste, nas proximidades da Lagoa Grande, e a oeste o Rio Jacuípe. Eis o *lócus* que é, sobretudo, testemunho da cidade nascente, vai expandindo o urbano, transformando e absorvendo o campo. (MAPA 17). Vilarejo que surge no entorno da capela, comércio que determina o futuro deste fenômeno que tem sua gênese no início na feira de Sant' Anna²⁹ em cumprimento a um calendário semanal permanente.

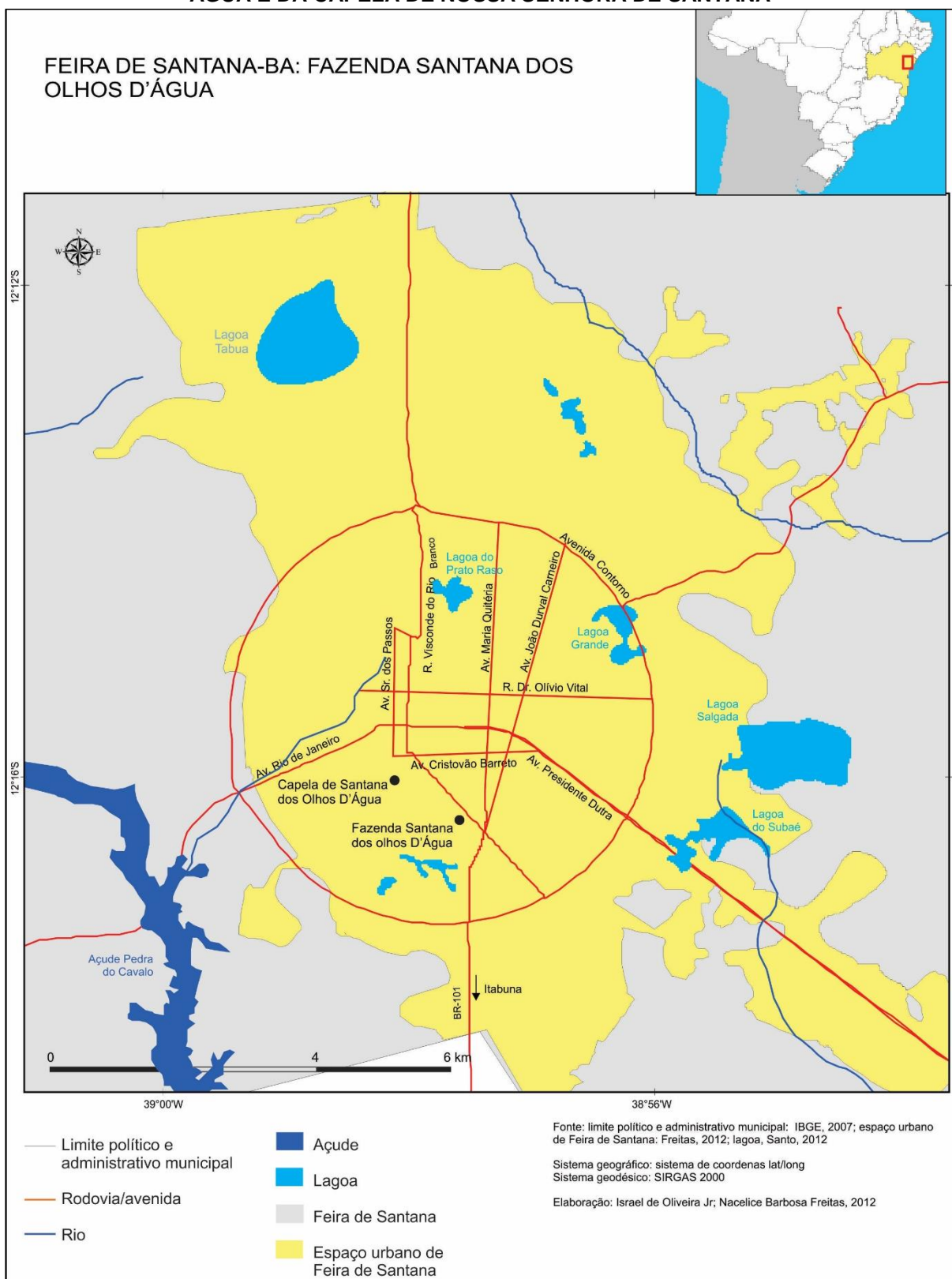
Feira de Sant'Ana do grande comércio de gado
nos dias poeirentos batidos de sol compridos
Feira de Sant'Ana das segundas-feiras de agitações mercenárias
correrias de vaqueiros encourados
tabaréus suarentos abrindo chapéus enormes
- barracas esbranquiçadas à luz
e manadas pacientes que vêm para ser vendidas
de bois do Piauí de Minas do sertão brabo
até de Goiás (GODOFREDO FILHO, 1977, p. 11).

Atualmente o centro mantém o seu valor histórico-geográfico, na relação tempo-espço, mediante expansão, estendendo-se em todas as direções, ampliando, porque ainda é a parte mais importante da cidade sob o ponto de vista da concretização do poder político, econômico e religioso: comércio, bancos,

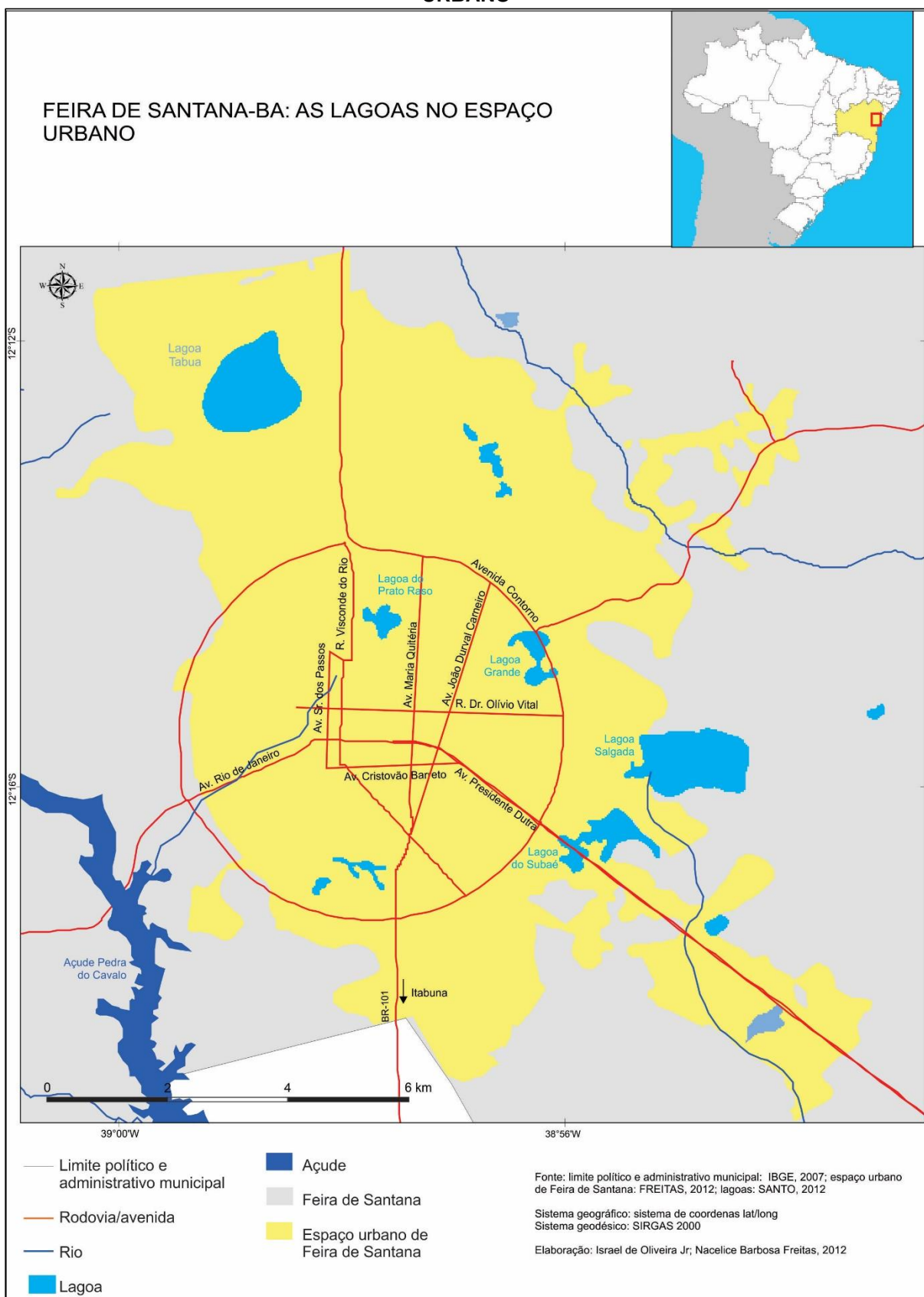
²⁹ Até 1854 a feira era realizada na terça-feira. Entre 1854 a 1870 aos domingos e a partir de 1870 retorna para a segunda-feira. Na atualidade acontecem nos bairros, iniciando sábado à tarde e durante o domingo.

prefeitura municipal, igreja estão aí instalados, especialmente nas Avenidas Sr. dos Passos e Getúlio Vargas. (FOTO 8).

MAPA 16 - FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA SANTANA DOS OLHOS D'ÁGUA E DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DE SANTANA



MAPA 17 – FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS LAGOAS NO ESPAÇO URBANO



Espaço geográfico produzido com a existência de uma feira de abrangência regional, impôs a necessidade de ampliação das vias de acesso à cidade - especialmente o centro - que estava a florescer, permitindo a circulação de pessoas e animais, aspecto determinante para a definição do urbano, perpetra a expansão geográfica articulando valor do espaço e concentração do capital para efetivação da acumulação.

FOTO 8 – CENTRO URBANO DE FEIRA DE SANTANA: CRUZAMENTO DAS AVENIDAS SENHOR DOS PASSOS E GETÚLIO VARGAS



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

Situação urbana é um conceito que também integra o arcabouço da Geografia Tradicional, porém importa nessa discussão, como estrutura espacial devido à relação dialética em que mantém com o sítio. Enquanto Dolfuss (1973, p. 18) explica que a situação urbana “depende do sistema de relações que o elemento mantém com outros, estejam estes próximos ou distantes”, para Beaujeu-Garnier (1980, p. 94) “designa as condições gerais do meio em que uma cidade se insere”. Diferente do sítio “tem frequentemente, um valor mais permanente, que os séculos contribuem para realçar de modo diferente”, e relaciona-se às facilidades de comunicação. George (1983, p. 36) leva em consideração a questão da acessibilidade, afirmando que “pode ser definida como a localização da cidade em função dos fatores naturais

susceptíveis no passado ou no presente, de influir em seu desenvolvimento que, por sua vez, está vinculado à facilidade de expansão”.

Smith (1988), discutindo sobre a expansão do espaço urbano afirma que:

A expansão do espaço urbano não é somente uma questão de aumento na centralização das forças produtivas ou da escala na qual ocorre o sistema diário de trabalho concreto. Ele deveria ser antes interpretado como a expansão da esfera geográfica diária do trabalho abstrato. (SMITH, 1988, p. 198).

O autor inclina o debate em direção à dialeticidade da produção da escala urbana, uma leitura a partir dos escritos de Karl Marx, trazendo à tona uma perspectiva de análise da expansão urbana embasada no econômico, quando a ampliação e concentração seguem o ritmo do capital, porquanto a cidade é sobretudo, trabalho acumulado erigindo “a expansão geográfica absoluta [que] deve estar sincronizada com a expansão do valor nas mãos da acumulação”. (SMITH, 1988, p. 198-199). Relaciona a questão ao consumo do espaço quando a sua reestruturação e reprodução visam atender às necessidades da sociedade, definidora da situação urbana porque, na produção capitalista, o consumo do espaço lhe dá a forma de mercadoria, de objeto para satisfazer as necessidades humanas, sendo assim, tem um preço, só podendo ser adquirido através de um equivalente universal: o dinheiro – expressão única do valor de troca de toda e qualquer mercadoria. Terra urbana que no momento que é adquirida assume a condição de meio de produção, limitando o acesso dos que estão submetidos a alienação.

A explicação dos autores sobre a origem da cidade, embora leve em consideração a sua permanência se distancia das questões determinadas pelo econômico. Compreende-se que não se pode negar que as condições naturais, de acessibilidade e circulação, pois são fundamentais para a sua instalação, mas, resgatando as definições sobre o sítio e situação, observa-se a leitura sistêmica, naturalizada, linear, colocando a origem do fenômeno urbano ligada aos aspectos naturais. A função do espaço aparece como contrário da produção, porém a aproximação do real conduz a compreensão para outra direção que é produção do espaço resultante da relação Sociedade-Natureza e a esse respeito, a base teórica e conceitual dos autores não conferem completude nas suas respostas.

Feira de Santana, situada em região de tabuleiro, pontilhado de nascentes e lagoas, próximas aos rios Jacuípe e Subaé, tem na planura e abundância de água as condições naturais para a instalação de um ponto de comunicação que se ampliou consolidando o entroncamento, mas as condições políticas, mediante decreto, determinam a condição de feira, do comércio que se estabeleceu para garantir a gênese da cidade. Então, ainda que os autores tragam uma leitura linear sobre o espaço, é inegável a relevância da acessibilidade para a expansão urbana, condição que faz surgir o maior entroncamento rodoviário de todo Norte-Nordeste do país. Todavia, não é apenas um pouso obrigatório para quem transitava as estradas da Bahia, ou somente uma feira de gado, mas lugar significativamente importante, sob o ponto de vista econômico, para o Sertão, passando a ser um ponto de convergência para o acesso à capital, centro de distribuição de produtos primários e manufaturados, aspectos fundamentais para a posterior modernização da cidade.

Poppino (1968, p. 11) desenvolvendo estudo sobre Feira de Santana até a década de 1950, justifica a localização da cidade como fundamental para o crescimento econômico.

A posição geográfica de Feira de Santana, a meio caminho entre a costa e o interior, reflete na economia do município. Tal como no sertão propriamente dito, a criação de gado está grandemente desenvolvida e por muitas décadas a cidade sustentou a fama de uma das mais concorridas feiras de negócios de gado no Brasil.

(...)

Conquanto uma parte considerável da sua prosperidade seja uma consequência do clima favorável, Feira de Santana deve a importância presente, em razoável proporção à posição estratégica, visto que se localiza com a principal cidade na estrada-tronco que liga a Capital ao interior.

Relações com o entorno, responsáveis pela instalação de ruas e avenidas – antes caminhos, estradas das boiadas – atualmente as mais importantes da cidade são, como outrora, fundamentais para a mobilidade urbana, como canais de escoamento para diversas regiões do Estado e do país, porquanto seus prolongamentos constituem contatos diretos com a BR 101, BR 324-Sul e BR 324-Norte, BR 116-Sul e BR 116-Norte, além das BAs 052, 242 e 503. (QUADRO 1 e MAPA 18).

Partindo do centro na direção sudeste, a Avenida Presidente Dutra, após cruzar com a Avenida Eduardo Froes da Mota passa a ser BR 324, assim, Avenida Getúlio Vargas ao tangenciar o Anel de Contorno, faz a conexão com ela. Em direção ao norte, a Rua Visconde do Rio Branco une-se a Avenida José Falcão da Silva na altura dos Bairros Baraúna e Queimadinha e esta última à BR 116-Norte, até os limites com o município de Santa Bárbara, quando cruza com a BR 324-Norte. A Avenida João Durval Carneiro, ao norte em contato com o Anel de Contorno Rodoviário, faz também conexão com a BR 116-Norte e, junto com Rua Senador Quintino, na altura do bairro Tomba (direção sudeste) encontra-se com a BA 502, permitindo acesso a BR 101. Cumprem todas, um importante papel no sentido de situar Feira de Santana na condição de entroncamento rodoviário de expressividade nacional.

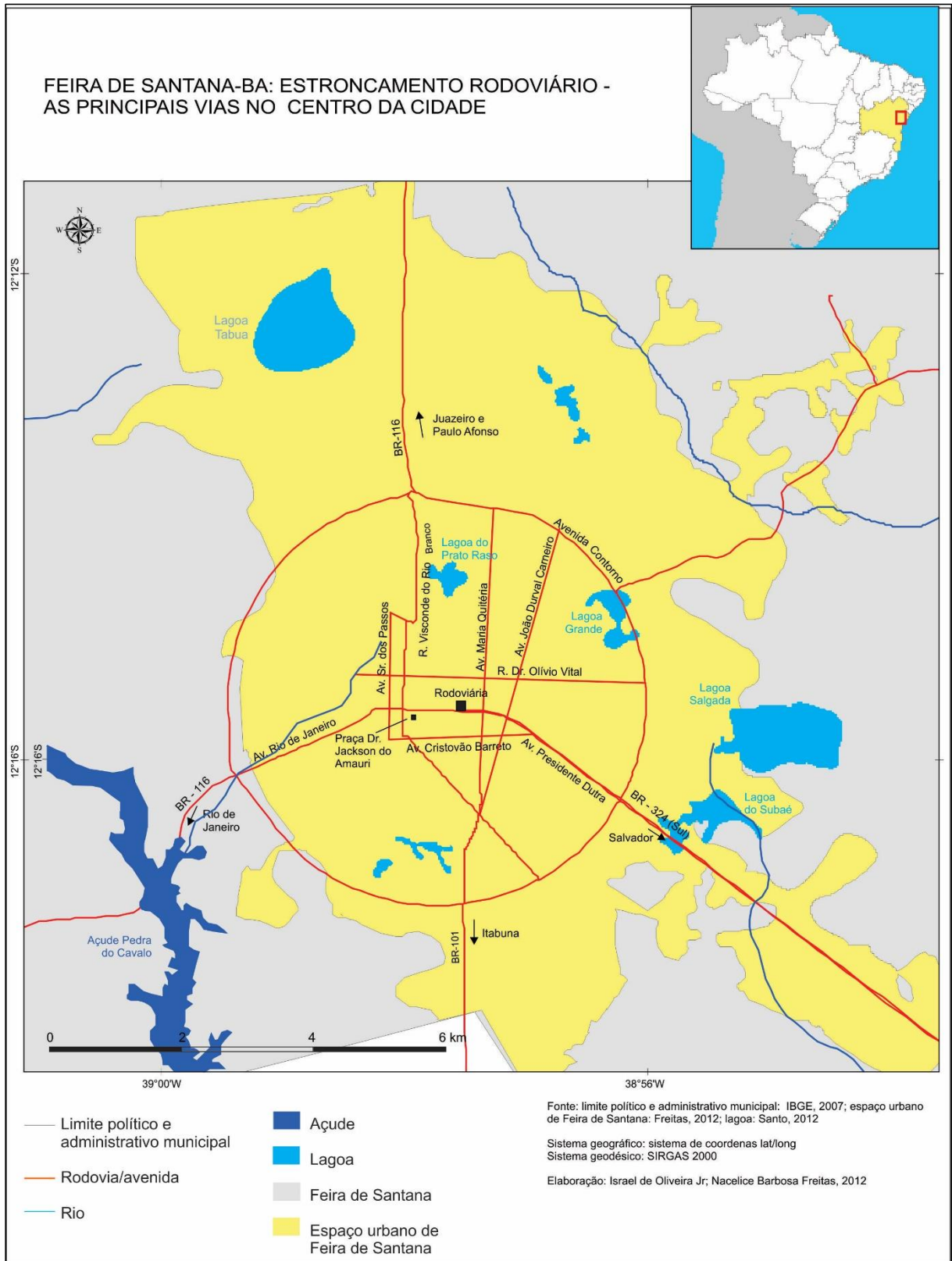
Ruas e avenidas que nascem, possuem destino, sem início ou fim, porque estão abertas ao transitar de pessoas, automóveis, carroças, se abrem para a circulação, como se fossem veias que conduzem alimento ao capital.

QUADRO 1 - FEIRA DE SANTANA: AVENIDAS E ARTICULAÇÃO REGIONAL E NACIONAL

| AVENIDAS | VIAS DE ACESSO | REGIÃO DO PAÍS |
|----------------------|-------------------------|--|
| João Durval Carneiro | BR 101, BR 116 e BA 502 | Região Sul e Nordeste do Brasil e Sul da Bahia |
| Presidente Dutra | BR 324 e BR 101 | Salvador, Litoral Norte-Bahia e Estados da Região Nordeste |
| Rio de Janeiro | BR 116-Sul | Região Sul |
| José Falcão da Silva | BR 116-Norte | Região Nordeste |
| Getúlio Vargas | BR 324 e BR 101 | Salvador, Litoral Norte-Bahia, Região Sul e Nordeste |
| Noide Cerqueira | BR 324 e BR 101 | Salvador, Litoral Norte-Bahia, Região Sul e Nordeste |

Fonte: BAHIA. Mapa de Estradas do Estado, s/d. Elaboração da autora.

MAPA 18 - FEIRA DE SANTANA: ESTRONCAMENTO RODOVIÁRIO - PRINCIPAIS VIAS NO CENTRO DA CIDADE



Neste núcleo urbano do século XVIII, desenvolvia-se a feira, comércio que transforma o espaço, garante a consolidação da cidade, conferindo a pujança econômica na atualidade.

Tem-se, portanto, o centro da cidade integrado ao maior entroncamento de todo o Norte-Nordeste do país. Estradas que passam por rodovias, caminhos desenhados pelo pisotear dos animais e movimentar das pessoas no cotidiano, e em dias de feira, dando origem às vias de acesso, atualmente contornadas pela Avenida Eduardo Froes da Mota, que, desde o século XIX, chamava atenção de quem por aqui passava.

No romance *Setembro na Feira*, Juarez Bahia³⁰ retrata Feira de Santana na década de 1940, delimitando a narrativa mais precisamente em 1942 - ano de inauguração dos Currais Modelo - e 1949, ano do centenário da morte de Lucas da Feira, e registra a importância dessas vias.

Lá adiante, a perder de vista, a estrada para Serrinha, caminho do sertão (...) Feira, um eixo entre o litoral e o sertão por onde confluem as aberturas, os caminhos, as estradas, nas direções do Norte, Sul, Leste e Oeste. Por onde confluem e refluem os caminhos, as pessoas, os destinos.

(...)

A Rio-Bahia está sendo rasgada, desde os anos 30, na ânsia de mais confluências, de mais refluências. O Departamento Nacional de Estradas e Rodagem já se instalou na Feira – daqui por diante a cidade ganha uma nova referência - o Departamento. Gente de Irará, São Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Serrinha e todo o mundo, dos países do mundo e dos estados dos países ao redor do mundo da Feira vai chegando, achegando-se, entrando no esquema do Departamento. (BAHIA, 1986, p. 57 e 58).

Mistifório de fantasia e realidade evidencia aspectos da urbe que se encaminha para a modernização. Contraditoriamente mantém símbolos medievais, mesmo originando-se no século XVIII, pois, sítio e situação urbana não se produzem aleatoriamente, nem isoladamente, é totalidades em um fazer histórico-geográfico, originário das relações capitalistas que produzem espaço: no centro, o comércio como no burgo medieval, e lá estava o mercado, a feira, e para ele convergiam as principais vias de circulação. Assim também a feira nas imediações da capela atraía para si, caminhos que têm por destino a comercialização; todos esses elementos

³⁰ Juarez Bahia, escritor e jornalista, baiano nascido em Cachoeira. A narrativa de *Setembro na Feira* conta a trajetória de um imigrante que vem de Cachoeira para Feira de Santana na década de 1940.

seriam posteriormente fechados no círculo da Avenida Eduardo Fróes da Mota o Anel Contorno, arremedo de uma muralha.

Inicia-se um crescimento urbano tendo por base o comércio e dele não mais se desvincula, ao contrário, se amplia para sorver o rural. Sítio que serviu de feira, situação definidora da cidade, produtora pela/para fora a concentração de capital, e na atualidade mantém a densidade financeira através do grande número de agências bancárias, estabelecimentos comerciais, etc. Embora a concepção de sítio e situação urbana gestada na Geografia Tradicional traga embutida a ideia de espaço fixo, a análise da expansão urbana demonstra que neles estão implícitos a transformação da paisagem, o movimento da história, reproduzindo-o enquanto espaço geográfico consoante com a relação Sociedade-Natureza, ponto de partida da realidade concreta: o espaço urbano de Feira de Santana, lugar sertão, é, geograficamente determinado pela produção social, onde as transformações ocorridas ao longo do processo histórico obrigam a colocá-lo como ponto principal – por ser primeiro – originário da cidade

Nessa perspectiva, o sítio urbano da Princesa do Sertão, é um produto de relações socioespaciais concretas, construídas no tempo-espaço, contribuinte único da referida gênese. Torna-se o centro urbano, determinante da centralização e centralidade do capital, poder político e lugar de maior circulação.

Na atualidade, a urbe sertaneja assemelha-se a grandes cidades – ainda que seja classificada como cidade média e cidade intermediária em que o cotidiano é marcado pela densidade, velocidade, engarrafamentos em horário de pico, supervalorização do solo nas áreas do centro e próximas a ele.

Boaventura (2006, p. 84) assevera que,

Na velha paisagem sertaneja, Feira de Santana sempre foi um claro sorriso de tranquilidade. De chofre, porém, transforma-se a cidade sossegada e se movimenta. De uma hora para outra. E mal se consegue atualmente passar pela Praça João Pedreira, a do Comércio, com tanto carro estacionado nos dois lados e outros em movimento atribulado.

Escrevendo na década de 1950, “ensaio sócio-histórico sobre a aristocracia do pastoreio”, lança um olhar sobre o processo de urbanização que “altera sociabilidades (...) e desloca o centro político econômico do mundo rural para o urbano”. Na obra Fidalgos e Vaqueiros Boaventura (2006) demonstra a emergência

da vida urbana e as transformações em Feira de Santana promovidas pelo fato de se tornar independente em relação ao campo. (SOARES, 2003, p. 7 e 115).

Na porção sul e sudeste do centro, localiza-se o Bairro dos Olhos d' Água, nome prescrito na produção do urbano que se inicia na sede da fazenda de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Atualmente é possível visualizar a casa que situava nos limites da fazenda que dá nome ao bairro e que, segundo o professor entrevistado Franklin Machado provavelmente, era a casa onde guardavam das armas. (FOTO 9).

FOTO 9 – CASA SITUADA NA FAZENDA SANTANA DOS OLHOS D' ÁGUA PERTENCENTE A DOMINGOS BARBOSA DE ARAÚJO E ANA BRANDÃO



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

Em Conferência pronunciada da inauguração da Biblioteca Arnold Silva em 1959 (Santos 1959 p. 6), afirmou que a cidade

(...) nasceu segundo alguns com a Rua Direita – torta como todas as Ruas Direitas -, que não era mais, ao início, que o implantar de casas na estrada que vinha de Juazeiro, a estrada do sertão, a estrada aberta pelos plantadores de currais da nossa civilização pecuária.

(...) A cidade que cresce casa a casa como que cria traços de união mais fortes.

(...)

A fisionomia própria da cidade incipiente não estaria, contudo, apenas no seu linear, ou na sua exteriorização, ou na sua materialização. (...) Feira seria – como é – a porta de entrada de uma região de currais, (...).

Feira de Santana desde os primórdios até 1878 tem o crescimento urbano limitado à área central, permanecendo a tendência iniciada no século XVIII até a década de 1950. Todos os autores que tratam da origem da cidade, situam na Estrada das Boiadas, a fazenda Sant' Anna dos Olhos d'Água, localizada a três léguas ao sul da Paróquia de São José das Itapororocas. Registram também a capela de Sant' Anna e São Domingos, a feira e as construções para habitação, casas comerciais e a Rua dos “Marchants” - posteriormente denominada Rua Direita e atualmente Rua Conselheiro Franco. Esta seguia em direção norte com destino à capela de Nossa Senhora dos Remédios que segundo Genot (1993, p. 33), “fora construída pelos escravos da região em 1707”. (FOTOS 10 e 11). Eis a gênese da urbe sertaneja!

FOTO 10 – IGREJA NOSSA SENHORA SANTANA



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

Em 1835, a vila contava com 634 casas e 2.872 habitantes, na qual 572 eram escravos e 75 libertos. A implantação da Estrada de Ferro em 1876 ligando Feira de Santana ao Porto de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira intensifica a expansão urbana. O crescimento da cidade até 1878 tem dois pontos propagadores: a Capela de Santana, no centro e o Campo do Gado, ao norte. Núcleo estruturado por três ruas que se estendiam em mais de um quilômetro até o Campo General Câmara: a Rua Direita, a Senhor dos Passos e a Marechal Deodoro da Fonseca, que emendava-se como Rua Sales Barbosa nas proximidades da Praça do Comércio (hoje Praça Padre Ovídio), na região do Cemitério Piedade e Santa Casa de Misericórdia. Cidade que, no século XIX, encantava pelos aspectos de modernização que apresentava.

FOTO 11 – IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

O núcleo da cidade é formado por tres largas ruas, que começam em frente á matriz e se prolongam, paralelas e regularmente alinhadas, até na extensão de mais de um kilometro, e vão terminar no vasto *Campo do General Camara*, denominado vulgarmente *Campo do*

Gado, onde, nos dias de feira (nas segundas) se reúnem 1000 a 2000 rezes, que acham compradores.

(...)

As três ruas principais são realmente esplendidas, pela sua largura, alinhamento, calçamento, e passeio das casas, todos uniformes.

(...)

As três mencionadas ruas são cortadas ao meio pela bellissima *Praça do Comercio*, correctamente arborizada por tres ordens de *tamarindeiros*, toda calçada, de construções decentes, formando como um grande e poetico boulevard, como não possui a Bahia, que não tem igual tambem um açougue, um matadouro, e uma rua Senhor dos Passos. (JORNAL O MUNICÍPIO, 03/09/1893, p. 1, grifo do autor).³¹

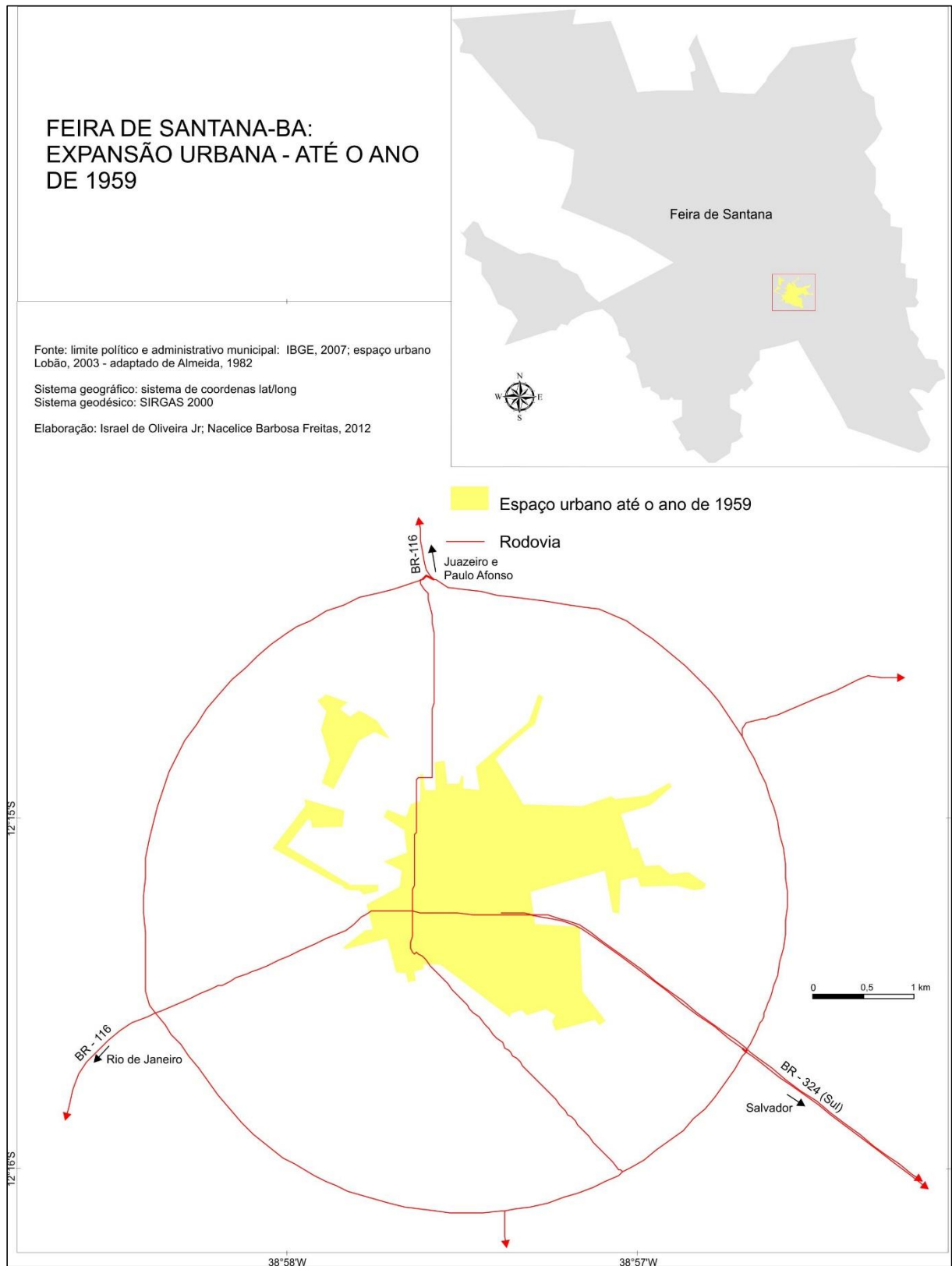
Cidade sertaneja, motivo de orgulho e registro de um urbano que conta com superioridade em relação à capital–Bahia. Ruas que são símbolos de arrojo e progresso. Interessante a comparação quando aquilo que é colocado como atraso está no lugar inverso: sertão aqui é moderno, com ruas largas, *boulevard*, e litoral das ruas estreitas situa-se, na visão do escritor, em posição de inferioridade. Sabe-se da formação espacial de Salvador, no que se refere aos arruamentos, estão diretamente vinculadas às especificidades da colonização que implanta vias estreitas e tortuosas, lembrando os burgos medievais. Em Feira de Santana, as três vias principais chamam atenção por serem largas e praticamente retas.

Na década de 1950, a ampliação da infraestrutura e saneamento básico, fornecimento de água, eram colocados como necessidades urgentes da cidade que expandia seu espaço de forma acelerada, indicando o significativo adensamento no centro. (MAPA 19). As matérias de jornais por esta época evidenciavam preocupação com a problemática, noticiando as ações do poder público local no que concerne à questão.

Estando quase concluídos estudos preliminares para o início dos trabalhos de instalação da rede de esgotos da cidade, tudo indica que dentro de pouco tempo contaremos com mais esse serviço de importância capital para a nossa cidade que terá, desta forma, concretizados, no governo do sr. João Marinho, os seus dois grandes sonhos: água encanada, que já temos em abundancia, e esgotos, necessidade inadiável da nossa terra. (JORNAL FOLHA DO NORTE. 09/03/1957, p. 1).

³¹ O texto publicado no referido jornal é parte dos Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil de Alfredo Moreira Pinto, escrito em 1893 e publicada em 1896.

MAPA 19 – FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA ATÉ 1959



Alfredo Moreira Pinto afirma que, no início do século XX, Feira de Santana contava com 1.418 “prédios pagando décimas” e 10.000 (dez mil) habitantes numa

urbe que, apesar de ser “muito bonita”, era carente de infraestrutura básica – água encanada, por exemplo – e lazer. (GENOT, 1993, p. 35). A chegada da luz elétrica é motivo de felicitações, porque,

Na velha e retrógrada usança da iluminação a querosene não era realmente para duvidar que a população da cidade, mal visse a Companhia de Melhoramentos com a instalação da estação geradora a concluir-se, já estivesse a repetir os contractos de instalações em casas particulares e commerciaes. (...)

Felicitamos o povo feirense pelo brilhantismo com que assim há de representar a Feira de Sant' Anna, como merecedora, que era, de tão importante melhoramento. (JORNAL FOLHA DO NORTE. 16/01/1926, p. 1).

No entorno do centro, as fazendas e chácaras tinham contato direto com o espaço urbano, compreendia os limites dos atuais bairros dos Olhos d'Água, Tanque da Nação – centro – e, ao sul, o Pilão onde estavam concentrados os mais abastados. Ao norte o Minadouro nas proximidades do Campo do Gado habitado pelos trabalhadores que prestavam serviços aos proprietários de terras. A implantação da BR 324 em 1926, estendendo-se em 144 Km até Salvador, contribuiu, de forma efetiva, para a ampliação da cidade porque a população se encarregou de construir habitações e casas comerciais nas proximidades da via, possibilitando a expansão em direção ao sudeste, e intensificação do tráfego.

Dia a dia, mais se intensifica o tráfego na estrada de rodagem que serve de tronco ao systema rodoviario da Bahia, ou seja, a auto-estrada que vincula a Feira à Capital, numa extensão de 144 kilometros. Ainda segunda-feira ultima constatamos a presença de dez auto omnibus estacionados no alto da praça do Commercio. (JORNAL FOLHA DO NORTE. 23/02/1935, p. 1).

Até a década de 1930, não houve crescimento significativo no que se refere à extensão do urbano em virtude da predominância das atividades agrárias e, partindo do centro, a cidade compreendia os limites entre a (...) “rua Barão do Cotegipe à leste; rua Conselheiro Franco ao centro; rua Cristóvão Barreto, no Pilão, ao sul; Tanque da Nação e Olhos d'Água ao oeste; Minadouro ao norte. (GENOT, 1993, p. 35). Entre a década de 1930 e 1940 é importante destacar a expansão do centro em direção a área leste da cidade. Em 1938 o prefeito Heráclito Dias Carvalho foi responsável pelo primeiro loteamento nas áreas que atualmente correspondem à rua Comandante Almiro, rua Castro Alves e a Barão do Rio Branco, onde posteriormente

inicia-se o crescimento do bairro Kalilândia. No contexto atual, foi absorvido pelo comércio, integrando o Centro, adensado com os estabelecimentos comerciais e de serviços. A transferência do terminal ferroviário para o lugar onde se estabeleceu o bairro Ponto Central e a Estação Nova, consolida o crescimento urbano da parte leste, além disso, a duplicação da Avenida João Durval Carneiro e inauguração do Shopping Center Iguatemi³² em 1999 no bairro Caseb, contribui para a expansão urbana dessa parte da cidade. Em 1942 a construção dos “Currais Modelo” fortalece o crescimento da parte norte da cidade. Este funcionava no prédio do atual Museu Regional e segundo Genot (1993) os currais situavam no local onde foi construído o Fórum desembargador Filinto Bastos, o Colégio Agostinho Froes da Mota, o Ginásio Municipal e a Biblioteca Municipal Arnold Silva. Desde o início, espaço diferenciado porque os processos econômicos se organizam desigualmente no espaço urbano. Desenvolvimento desigual, inerente aos próprios padrões de acumulação e a cidade, com o centro se ampliando, construindo a sua geografia, a produção do espaço que obedece ao sistema da acumulação. Escala urbana como âmbito do poder que faz expandir a cidade.

Lefebvre (1969, p. 108, grifo do autor) ao discutir o “direito à cidade” no contexto capitalista confirma que, em condições de desigualdade, o acesso a este espaço é delineado pela também, desigualdade de classes. Então, a sua produção é determinada pela distribuição diferenciada do acesso ao solo urbano que tem como resultado a periferização.

O **direito à cidade** não pode ser concebido com um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado com **direito à vida urbana**, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que ‘o urbano’, de um tempo promovido a posição de supremo em entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.

Sendo assim, a cidade cresceu e cresce atendendo às demandas da população por espaço para habitar, mas em bases desiguais, confrontadas e complementares. Periferização resultante da contradição socioespacial que alicerça a produção do espaço urbano capitalista e revela o processo de apropriação do mesmo revertido em mercadoria. Segundo o autor, é valor de troca que subordina o

³² Em 2008 o Shopping Center Iguatemi, passou a denominar-se Boulevard Shopping.

valor de uso, diferenciando o acesso ao urbano, isto é, o direito à cidade. Dois extremos – Norte e Sul - de Feira de Santana, são consolidados em arruamentos e adensamento em construções que favorecem a ampliação da mancha urbana nessas direções. Para usar a terminologia adequada ao entendimento do que a constitui, aparecem os bairros proletários: ao sul, acompanhando a Estrada de Ferro em direção a São Gonçalo dos Campos, o Tomba, ao norte nas proximidades da Estrada das Boiadas, o Sobradinho. (MAPA 20).

Ao analisar a especificidade urbana de Feira de Santana, chega-se a uma particularidade que é o intenso crescimento no sentido horizontal, especialmente até o final do século passado, implicando em valorização das áreas verdes internas à cidade e também fora do perímetro urbano. Esse aspecto aproxima-a do campo no sentido de submeter este último ao processo de urbanização. Além disso, o fato de estar situada num planalto pouco ondulado, as condições geomorfológicas contribuem para espargi-la nesse sentido.

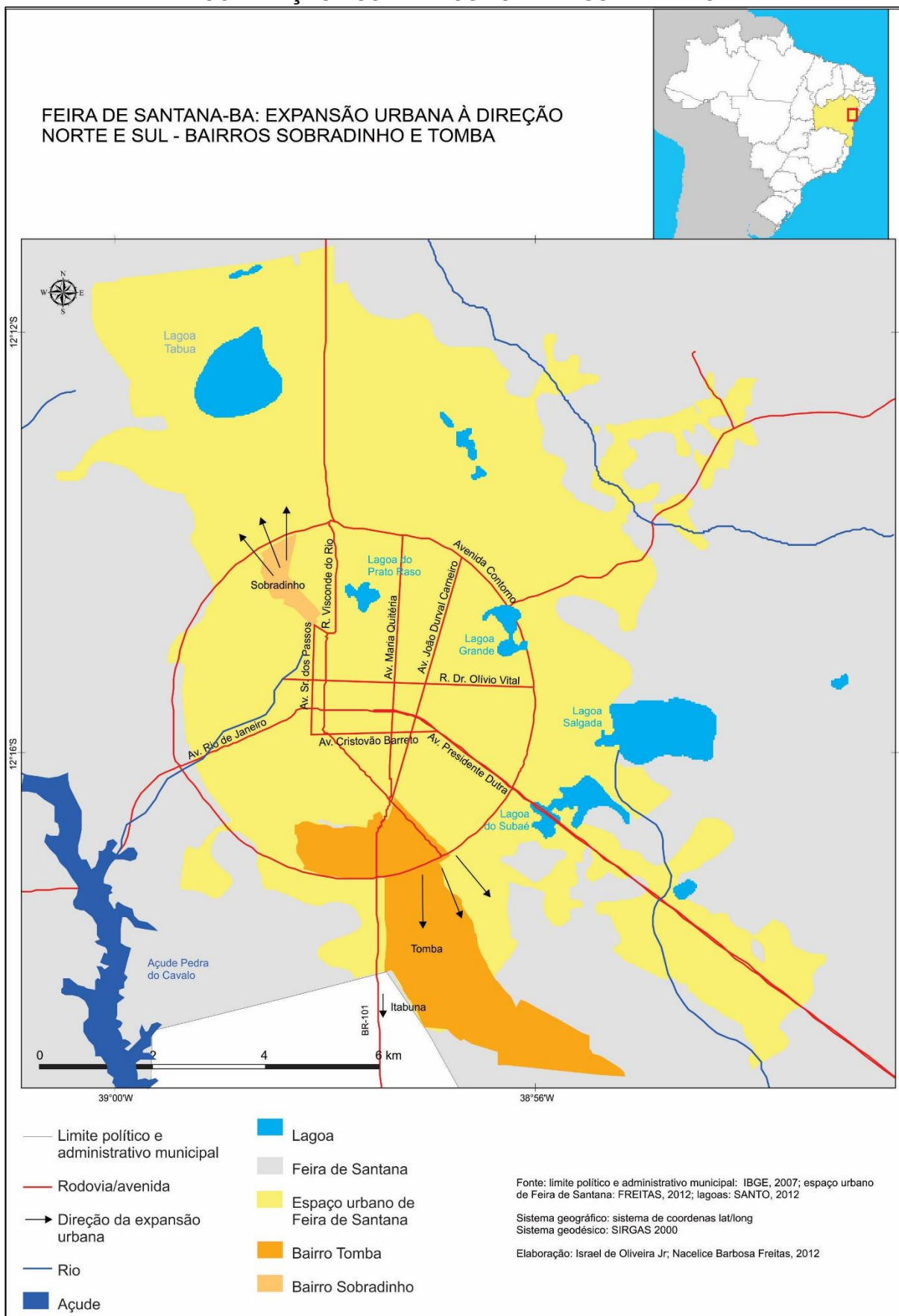
Entre 1959 e 1973 a cidade expande o centro, ampliando em todas as direções, porém não se distancia das fontes naturais de água, fundamental para o abastecimento da população, porque a expansão do espaço urbano se intensifica nas áreas de abundância deste líquido e disponibilidade do lençol freático, sempre em direção ao norte, sul, sudeste e leste, porque a parte oeste-sudoeste mesmo com a proximidade do Rio Jacuípe, não oferece facilidade e condições técnicas para efetuar a captação da água dificultando a ampliação urbana³³. (MAPA 21).

Barreto (2002) observando a direção do povoamento de Feira de Santana coloca a água como o fator essencial para a sua conformação, especialmente da década de 1980. Partindo do núcleo urbano que deu origem a cidade, percebe-se que as construções seguem as direções norte, leste, sul, sudeste.

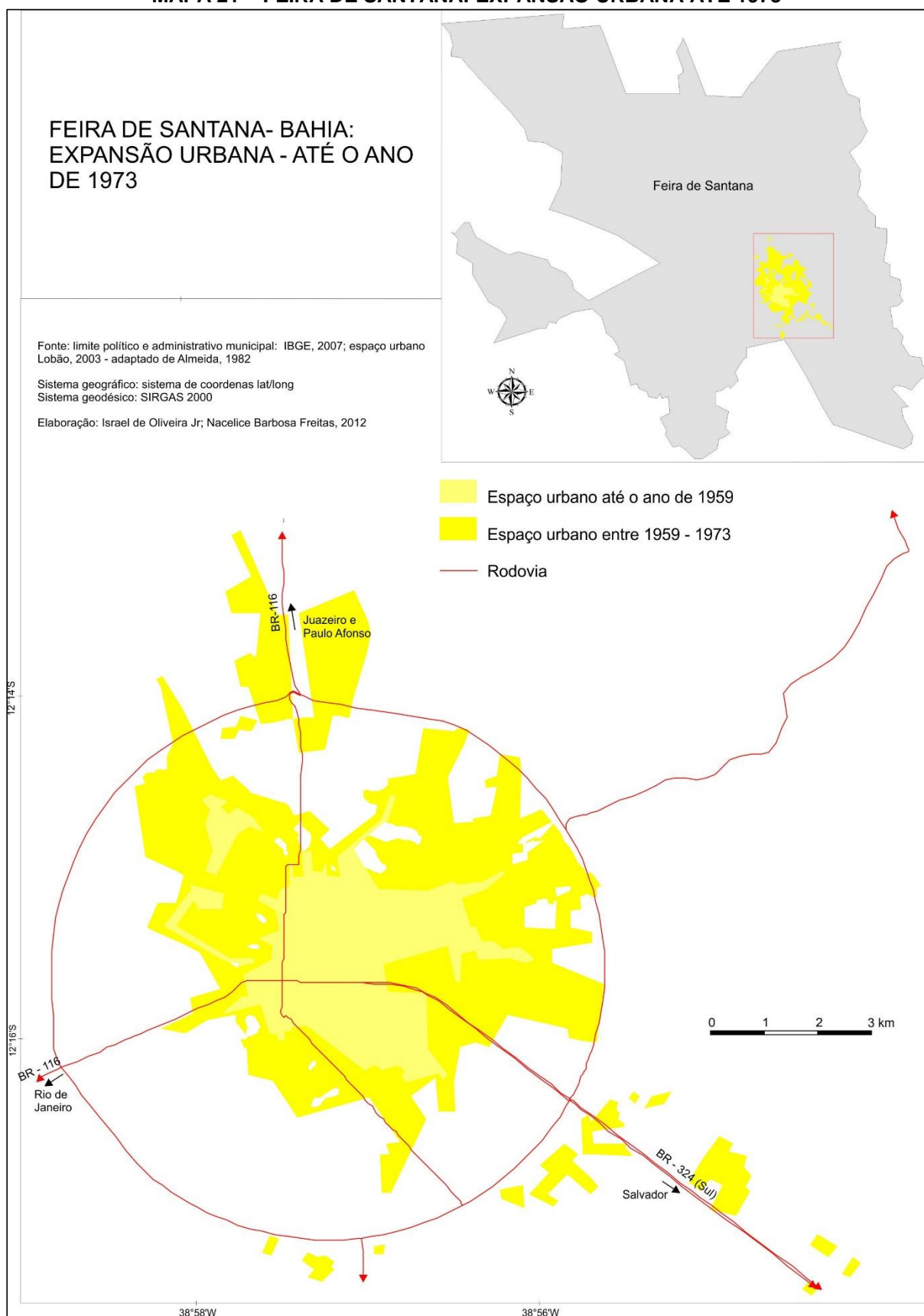
Nas porções oeste e sudoeste existiam fazendas de gado localizadas a aproximadamente 500 m da Catedral de Santana, nas cercanias do Rio Jacuípe e da BR 116-Sul. Desta forma, o centro originário da cidade tem como condicionantes do seu crescimento, tanto o comércio do gado, responsável pela instalação de uma feira, quanto a posição de Feira de Santana como ponto de passagem entre o litoral, o sertão de dentro e de fora, incluindo a presença de um lençol freático.

³³ Apesar do intenso crescimento urbano Feira de Santana recebeu água encanada em 1957.

MAPA 20 – FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA NORTE-SUL DA CIDADE E LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS TOMBA E SOBRADINHO



MAPA 21 – FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA ATÉ 1973



Na visão de Barreto (2002, p. 16) “apesar de pouco espesso, [o lençol freático] era responsável pela existência de inúmeras nascentes nas áreas baixas, próximas do centro, podendo-se identificar a Lagoa do Prato Raso, que, na época, oferecia água potável à população, mas que atualmente está sufocada pelo crescimento urbano de Feira de Santana.” (FOTO 12).

Centro moldado na excentricidade. O autor denomina de excentricidade ao desvio ou afastamento do centro, levando em consideração o círculo no entorno da cidade, estruturado pelo Anel de Contorno Rodoviário, demonstrando que não há um crescimento proporcional partindo do centro, porque se concentra no planalto sedimentar litorâneo. Na porção oeste e sudoeste correspondente ao planalto cristalino ou pediplano sertanejo, também conhecida como depressão sertaneja o crescimento é mais lento. Esta área localiza-se nas proximidades do Rio Jacuípe há aproximadamente 5 Km, mas este potencial hídrico não se impõe como elemento favorável à ocupação urbana em decorrência de diversos fatores de ordem natural, mas, sobretudo, econômica.

FOTO 12 – LAGOA DO PRATO RASO



Fonte: <http://www.acordacidade.com.br>. Foto: Ed Santos.

O embasamento cristalino não oferece a favorabilidade e facilidade de acesso ao recurso hídrico do subsolo, e até a década de 1980, não havia prestação de serviço de água encanada pela Empresa Baiana de Água e Saneamento S. A. (EMBASA). Além disso, aí situavam latifúndios pecuaristas de famílias tradicionais, por exemplo: família Falcão, Ângelo Mário e, pessoas menos vulneráveis à pressão imobiliária, enquanto na área central - entre os Olhos d'Água até o Minadouro era ocupada por pequenas propriedades – sítios, chácaras – que, pelo seu tamanho, e estreita aproximação do centro estavam mais vulneráveis à pressão imobiliária, somando-se a isso, a localização no planalto sedimentar que não conferia facilidade de acesso a água por meio da construção de fontes, poços ou cisternas para abastecimento da população. (ENTREVISTA – MARIALVO BARRETO³⁴, 2013).

No período das chuvas, as nascentes davam origem a diversos riachos e lagoas, ambos temporários, e as condições naturais nas proximidades da fazenda Sant'Ana dos Olhos d'Água, favoreciam a existência de pastagens naturais, garantindo alimentação para o gado, mesmo em período de estiagens, e permitindo que esta estivesse em localização privilegiada em relação à Paróquia de São José das Itapororocas que, pelo distanciamento das nascentes, ficava mais vulnerável em período de estiagens. Águas que brotavam das fontes e se constituíam em recursos fundamentalmente importantes para a expansão urbana. (SANTO, 2012).

As Fontes da Lili, dos Olhos d'água, do Mato do Valado, Buraco Doce, Tanque da Nação foram aterrados para a expansão urbana. O Tanque da Nação, denominação que sugere abundância de água, foi responsável pelo abastecimento da cidade por várias décadas, contudo, atualmente está impermeabilizado pelas construções do conjunto residencial Feira IV, e suas águas drenadas para um canal transformado em esgoto a céu aberto na Avenida Canal. (FOTO 13).

Durante nossa pesquisa avaliando a importância da água para a produção do espaço urbano de Feira de Santana, chegamos à conclusão que o Rio Jacuípe representa pouca influência para a urbanização de Feira de Santana em relação ao Rio Paraguaçu, apesar do primeiro estar mais próximo do local de origem da cidade que situa-se na área de transição entre o seu vale e o tabuleiro. (SANTO, 2012).

³⁴ Marialvo Barreto é professor do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana, e desenvolveu um estudo sobre Feira de Santana tratando da expansão urbana a partir das potencialidades hídricas.

FOTO 13 – TANQUE DA NAÇÃO NA DÉCADA DE 1940

Fonte: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/feiraemhistoria>.

A foto 13, registrada na década de 1940, mostra o Tanque da Nação. Observa-se à direita a Santa Casa de Misericórdia e, ao fundo, as palmeiras em frente à Igreja da Matriz, a Catedral de Santana. Nesta pode ser visualizada a importância da água para a população local. Identificam-se roupas no varal, como registro do trabalho das lavadeiras. Este tanque foi destruído pela ação da especulação imobiliária. Destruição/deterioração como característica da produção do espaço, simbolizando o “progresso”.

A Queimadinha é um bairro que se localiza nas proximidades do centro da cidade, na porção norte, e também tem a origem associada à água. A Fonte de Lili corresponde à nascente que foi fundamental para a sua formação. Além de abastecer a população originária, servia e ainda serve de recurso para o desempenho da atividade das lavadeiras que habitavam nessas imediações e garantiram a intensificação do urbano nesse local. (FOTOS 14 e 15)

Na atualidade, a Fonte da Lili, corresponde a uma canalização para armazenamento de água, destinada a uma lavanderia construída pela Prefeitura Municipal para uso coletivo das pessoas do bairro. Tem ainda o importante significado para os moradores, porém bastante impactada pela expansão e

modernização urbana. As fotos 14 e 15 colocam em destaque a canalização da nascente e mostram o local de armazenamento da água na parte central. Ao fundo, identifica-se a instalação da lavanderia.

FOTO 14 - FONTE DA LILI: CANALIZAÇÃO DA NASCENTE



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

Outro fator importante para o crescimento urbano está diretamente relacionado ao transporte ferroviário em Feira de Santana. Em 1876 a implantação da ferrovia responsável pela ligação com o Porto de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, ocorre três anos após a vila ser elevada à categoria de cidade. O terminal da Estrada de Ferro, situado na Praça da Matriz, ligando a cidade ao Porto foi fundamental para a expansão da porção sul-sudeste da cidade.

O lugar originário tem a geometria espacial demarcada por três ruas que, desde o início, se estendia por mais de um quilômetro de extensão. A Rua Direita (atual Rua Conselheiro Franco), Senhor dos Passos e Marechal Deodoro da Fonseca.

A cidade inicialmente concentrava-se onde atualmente está situada a Igreja Matriz, a Catedral de Santana, a Praça do Comércio (atual Praça da Bandeira) e o Campo do Gado. Centro que hoje é cruzado por importantes vias de circulação, antes demarcado também pelo Campo do Gado outro importante ícone da expansão urbana. (FOTOS 16 e 17).

FOTO 15 - FONTE DA LILI: LOCAL DE ARMAZENAMENTO DA ÁGUA NA PARTE CENTRAL E AO FUNDO A LAVANDERIA DE USO COLETIVO



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

O primeiro Campo do Gado localizava-se no final da Avenida Senhor dos Passos, onde atualmente está sediado o Abrigo do Nordeste e a Praça D. Pedro II. Este era desprovido de infraestrutura, mas com o crescimento da feira, o prefeito Heráclito Dias de Carvalho, na década de 1940, constrói um novo no espaço, onde atualmente situa-se a área do Fórum Desembargador Filinto Bastos. Na década de 1960, é considerado inadequado para a realização da atividade comercial e o prefeito Arnold Silva, transfere para o Bairro da Queimadinha, ampliando a sua estrutura. (SANTANA, s/d, p. 7).

FOTO 16 - PRAÇA DO COMÉRCIO: PASSADO

Fonte: Clube de Fotografia Gerson Bullos/Museu Casa do Sertão.

FOTO 17 – PRAÇA DA BANDEIRA: PRESENTE

Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

Na Avenida Senhor dos Passos concentravam-se as residências dos que tinham poder econômico e político que controlavam grandes propriedades urbanas, indicando as condições econômicas privilegiadas dos pecuaristas e comerciantes locais. É interessante observar que a feira livre semanal acontecia exatamente nessas ruas, até a inauguração do Centro de Abastecimento (CAF), em 10 de janeiro de 1977. Para a transferência dessa feira, as autoridades e comerciantes locais alegavam o congestionamento do centro que se tornava intransitável nas segundas-feiras. A feira que serviu de alicerce para a fundação e crescimento da cidade perde a sua relevância em nome da modernização. Nesse período, era classificada como algo negativo, perturbadora da ordem, impeditiva do progresso, representativa do atraso, e desorganização. Em matéria intitulada “A Feira – Bagunça Homérica” do Jornal Folha do Norte de 24 de agosto de 1976, é assim descrita:

No começo da Av. Getúlio Vargas, se uma das pistas ficou livre, para os automóveis, a outra está superlotada de um imenso mercado de roupas, calçados e barracas de armarinhos. O pior de tudo é que os passeios são invadidos e ninguém tem por onde passar, salvo com grande dificuldade.

Enquanto o Centro de Abastecimento não vem, a Prefeitura poderia impor mais ordem nas feiras livres, deixando livres os passeios e ordenando as barracas de modo a facilitar a vida dos que estão vendendo e livrar de vexames enormes os que estão comprando ou simplesmente procuram meios de se movimentar. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 24/08/1976, p. 2).

Elemento de singular importância está tão arraigada no solo urbano que permanece, impondo a sua presença em caráter compulsório e além de conservar as feiras livres nos bairros aos domingos, por exemplo, a dos bairros, Sobradinho, Estação Nova, Tomba, e nos Conjuntos Residenciais George Américo e Conjunto Feira VI. (MAPA 22).

Lima (2012, p. 95) discutindo a importância das feiras livres para a formação espacial brasileira desde o período colonial, elabora uma significativa discussão sobre a sua relevância para a cidade de Feira de Santana. A autora explica que:

Com a construção do Centro de Abastecimento, a transferência da Feira Livre e a intensificação da urbanização de Feira de Santana houve a dispersão das Feiras Livres que passam a ser realizadas em diferentes bairros da cidade. Entre elas, destacam-se quatro, que funcionam há mais de 30 anos, e constituem importantes espaços de

troca nos dias atuais. Tratam-se das seguintes Feiras Livres: Estação Nova, situada no bairro Ponto Central, no centro da cidade; Tomba; Sobradinho; e Cidade Nova, localizadas em bairros homônimos, respectivamente a sul, a noroeste e a norte da cidade.

A foto 18 mostra a última feira livre no centro da cidade em janeiro de 1977 - ao lado do Mercado de Artes - antes da inauguração do Centro de Abastecimento (CAF). Imagem de rara beleza esculpida no espaço urbano, e segundo Lima (2012), é extremamente importante para a dinâmica social e econômica de Feira de Santana desde a sua origem.

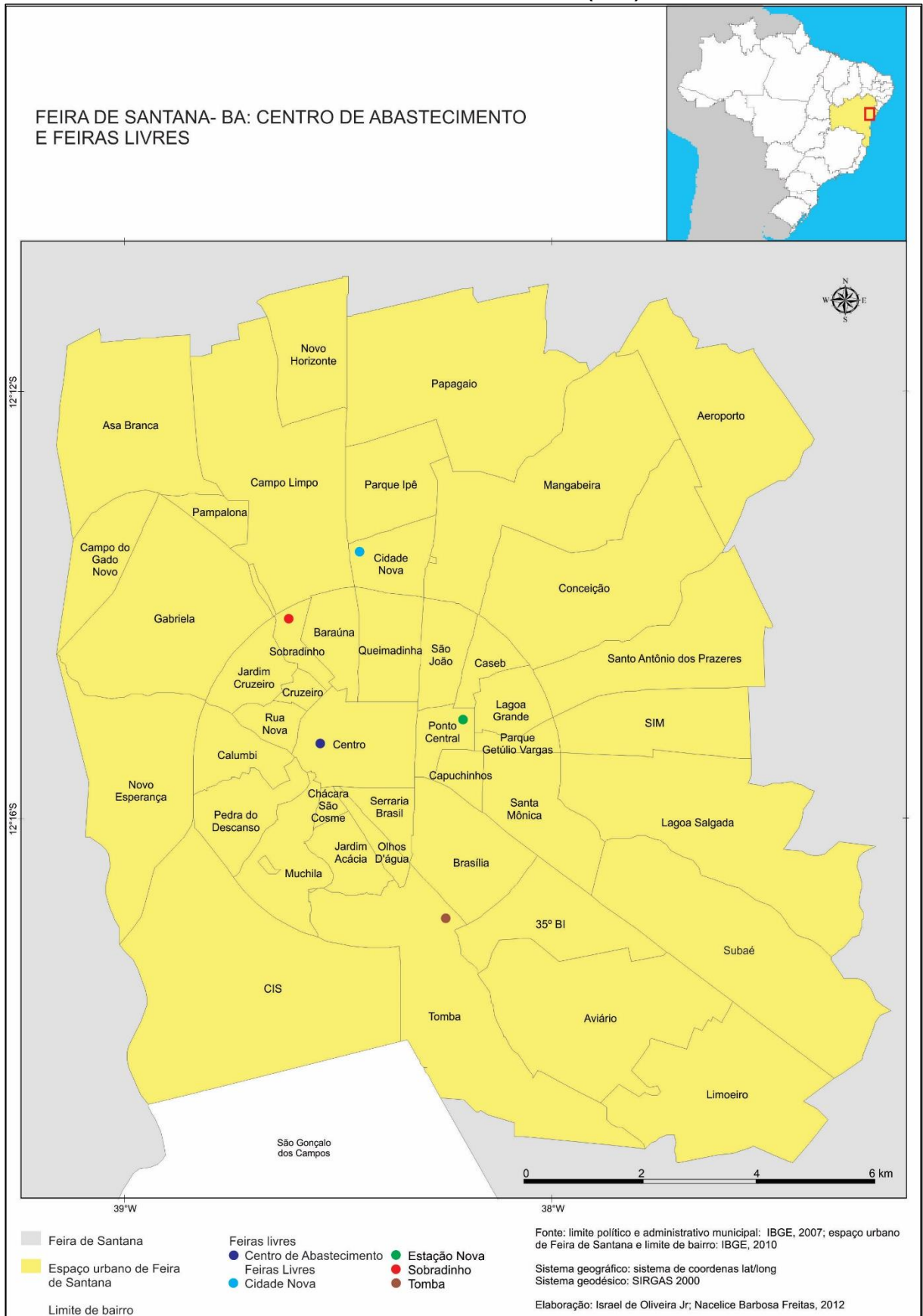
A visualização da mancha urbana da cidade apresentada nos mapas 19 e 21, indica que até meados do século XX, a cidade limitava-se ao núcleo inicial, *lócus* de origem do Bairro Olhos d'Água. Posteriormente, novos bairros se formam, porém, não houve mudanças significativas até o final do século. Observa-se apenas a ampliação do centro, onde, partindo dele a cidade cresce nos sentidos sul, leste, norte e nordeste, contudo, nos limites da Avenida Eduardo Fróes da Mota, a Avenida Contorno. Esse aspecto está diretamente vinculado ao econômico, especialmente à feira que, até o final do século XVIII, era a mais importante do Estado. (PEDREIRA, 1983).

FOTO 18 – ÚLTIMA FEIRA LIVRE DA CIDADE EM 10 DE JANEIRO DE 1977



Fonte: Acervo do fotógrafo Antonio Magalhães.

MAPA 22 – FEIRA DE SANTANA: ATUAL LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES NOS BAIRROS E CENTRO DE ABASTECIMENTO (CAF)



Até a década de 1940, a expansão é significativa, partindo-se do núcleo da cidade em direção ao norte com a formação do Bairro Minadouro, Tanque da Nação e ampliação dos Olhos d'Água à oeste do Centro e, ao sul, forma-se o Bairro Pilão.

A implantação da rodovia Bahia-Feira, com 144 quilômetros de extensão, inaugurada em 1926 para efetivar a ligação com a capital, se constitui num fato de grande relevância para o crescimento da parte sul da cidade. Até então, o principal acesso era através de Cachoeira. Posteriormente a BR-324, proporcionou a formação aglomerações, urbanas, ao longo da via onde se misturavam construções habitacionais e comerciais.

O progresso, entretanto, traria a rodovia. Em vez da estrada das boiadas, a estrada de rodagem. Encascalhada de início – melhor dito, a lama -, estrada de que não guardamos saudades, hoje substituída, graças ao empenho de Juraçy Magalhães junto ao Governo Federal, pela pavimentação asfáltica, que tornou Feira vizinha de Salvador. Vejam que digo vizinha e não falo, como muitos, em subúrbios de Salvador. É que Feira não se suburbanizará jamais. Feira é personalíssima, é única. Feira é metrópole. (SANTOS, 1959, p. 16).

Bahia, (1986, p. 66), mostrando uma cidade em processo de modernização afirmava, que: “as vias esburacadas, escuras, mal-assombradas dos bairros novos e dos subúrbios (...), isso está a mudar. (...) a rodagem, o asfalto, o gado, as indústrias, transformam a Feira na terra da promessa”.

Observando a mancha urbana até a década de 1940, identifica-se que, a cidade se expandiu assumindo as seguintes direções: a Leste, Ruas Barão do Coteigipe, Castro Alves, Barão do Rio Branco, Comandante Almiro e Bairro Kalilândia (atualmente Centro). Ao sul, Rua Cristóvão Barreto no Bairro Pilão. À oeste os bairros Tanque da Nação e Olhos d'Água e ao norte o bairro Minadouro. O centro se amplia a partir das Ruas Conselheiro Franco, Marechal Deodoro da Fonseca e Senhor dos Passos. (GENOT, 1993). O crescimento da parte leste deve-se especialmente à transferência do Terminal Ferroviário da Praça da Matriz para o Ponto Central, atraindo a população que formou esse bairro. A estrada de ferro que fazia a ligação com São Gonçalo dos Campos influenciou na formação do bairro Tomba ao sul, porque, as pessoas de baixa renda construíam suas casas às margens da estrada, combinando para consolidar o adensamento populacional. Já, ao norte, acompanhando a Estrada das Boiadas, expande-se o bairro Sobradinho.

Entre as décadas de 1940 e 1970 a expansão ocorre em todas as direções, mas, conseqüentemente, as áreas de maior adensamento, observa-se que, na porção leste, com o crescimento dos bairros Kalilândia, Estação Nova, Brasília e Chácara São Cosme (MAPA 21). O primeiro surge abrigando a classe média alta, e na atualidade passou a integrar o centro, pois foi por ele absorvido. Os jornais da época noticiavam a sua formação:

O sr. Interventor federal e sua ilustre comitiva, acompanhados do sr. Prefeito, visitaram também a Kalilândia novo bairro de Feira que está sendo construído pelo nosso empreendedor conterrâneo sr. dr. Elias José Kalile, a pouca distância do Mercado de gado, em o qual estão já edificadas dez prédios achando-se muitos outros em estado de adiantada construção e ainda muitíssimos começados a levantar, deixando ao que parece ao espírito dos visitantes agradável impressão. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 28/02/1942, p. 1).

É o mesmo ano da inauguração do Mercado Modelo, noticiada no mesmo veículo de comunicação numa matéria intitulada: “Inaugurado com solenidade o maior mercado de gado do Brasil, em Feira”. Observa-se que a Princesa do Sertão superava qualquer obstáculo que inviabilizasse o seu caminhar em direção ao urbano, insistentemente absorvida pelo processo de modernização. A tendência para projeção nacional é destacada na imprensa:

Obra de grande vulto e que testifica o progresso crescente desta terra, o edifício principal da custosa construção com uma fachada em estilo sóbrio porem elegante, é de solidez comprovada e está situado no primeiro trecho da antiga estrada do Bom Gosto. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 28/02/1942, p. 1).

Seguindo em direção à modernização urbana, e ampliação do mercado, tem-se a formação de bairros populares no final da década de 1960, que foram implantados afastados do centro em áreas urbanas ainda não submetidas à intensa especulação imobiliária. Dois conjuntos residenciais foram construídos na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, pela Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS). Os primeiros conjuntos habitacionais Feira I e II, denominados atualmente Cidade Nova, foram concluídos, em 1969 e 1971 respectivamente, com 1636 (hum mil seiscentos e trinta e seis) unidades habitacionais, como comprovação que o espaço é produzido e as diferenciações estão impressas no planejamento de

bairros em que a forma-conteúdo determinava o caminho da desigualdade combinada. (TABELA 2). Foram programados para abrigar os proletários que integrariam a mão de obra do Centro industrial do Subaé (CIS), registros de poder que “anulam” os interesses contrários ao processo e que não está descrito na matéria publicada no jornal.

Após anular concorrências que atentavam contra os interesses populares, a URBIS sob a Presidência do Prof. Joselito Amorim, realizou, a 28 do findante, a terceira concorrência para a construção de um bairro operário nesta cidade, com oitocentas casas.

(...)

Em entendimentos mantidos com o prefeito João Durval Carneiro, o Prof. Amorim declarou que a URBIS brevemente estará empenhada na construção de outro bairro proletário, nesta cidade, também com oitocentas residências populares. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 31/08/1968, p. 1).

No gabinete do Prefeito João Durval Carneiro foi assinado, quinta-feira última o contrato de compra e venda pelo qual a URBIS adquiriu, no Campo Limpo, trezentos e cinquenta mil metros quadrados para a construção de mais um núcleo residencial de mil habitações proletárias. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 14/12/1968, p. 1).

O Presidente da URBIS prof. Joselito Falcão de Amorim, firma o contrato com o proprietário do terreno o Sr. Filinto Marques de Cerqueira, para a construção do conjunto habitacional identificado com “centro habitacional do trabalhador”. A rapidez, solidez e a qualidade das construções chamavam a atenção da população que as visitava principalmente aos domingos. O nascimento do primeiro conjunto residencial onde “todas as casas da URBIS são levantadas em terreno isolado, com quintal, água, luz e instalações elétricas.” (JORNAL FOLHA DO NORTE, 14/12/1968, p. 1). A inauguração acontece no ano seguinte, mais precisamente em 28 de Julho de 1969, com a presença do Governador do Estado Luiz Viana e do Ministro Costa Cavalcante - que presidiu a cerimônia -, o prefeito João Durval e diversos Secretários de Estado. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 19/07/1969).

A diferenciação bem demarcada na escala urbana, inscrita em estruturas de cimento e tijolos, “enformando” o aprofundamento da desigualdade combinada, através da proletarização dos espaços. Neste mesmo ano, iniciada a duplicação da

Avenida Presidente Dutra, as obras de esgotos pluviais e pavimentação da Avenida Maria Quitéria, como ampliação da modernização do espaço.

Entre o Anel de Contorno Rodoviário - Avenida Eduardo Fróes da Mota - e o centro da cidade, na parte sudoeste, áreas ocupadas por chácaras e terrenos baldios, após a valorização mediante especulação imobiliária, foram transformadas em bairros, a exemplo do Muchila e Santa Mônica, bairros classificados pelo elevado padrão de consumo dos seus moradores e pela valorização do solo. A elevação do preço do solo nestas áreas, faz surgir o que se pode denominar de bairros periféricos, na parte norte, externa da Avenida Contorno como o Campo Limpo, Novo Horizonte e Parque Ipê.

O processo de modernização urbana e industrial faz com que, entre as décadas de 1960 e 1970, ocorra o significativo crescimento da cidade: os primeiros seis conjuntos residenciais foram construídos. (TABELA 2). O adensamento atinge quase toda porção interior do Anel de Contorno Rodoviário com a formação dos bairros Capuchinhos à leste, Eucalipto a sudeste, e Mafrisa em direção nordeste. A ampliação da parte noroeste é responsável pela formação dos bairros, Jardim Cruzeiro e Cruzeiro. No oeste, Calumbi e Rua Nova, ao norte Baraúna. (MAPA 23).

A expansão da parte norte é evidente após a implantação do *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na década de 1970, às margens da BR-116 Norte no Km 6, impondo a necessidade de duplicação desta rodovia, em decorrência da evidente ampliação do espaço urbano.

O Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) construiu vários outros conjuntos residenciais ao norte do centro como: Conjunto Centenário, Antônio Carlos Magalhães e Milton Gomes. A URBIS implanta os Conjuntos e Feira III (Conjunto JOMAFa), Feira V (Arnold Ferreira Silva) e Feira VI (Áureo Filho). (TABELA 2). As construções são responsáveis pela dilatação do espaço urbano ao norte. Afastados do centro, a população promove a intensificação do comércio formal e informal conferindo uma relativa independência no que concerne às necessidades mais imediatas – supermercados, bancos, feira livre, farmácias, bares, restaurantes, etc.

Entre as décadas de 1970 e 1980 foram aprovadas várias demarcações de loteamentos instituindo em torno de 20.000, novos lotes fora dos limites do Anel do Contorno Rodoviário, colaborando intensamente para a expansão do espaço urbano

no período marcado pela implantação de diversos conjuntos residenciais pela INOCOOP e pela URBIS. (TABELAS 2 e 3).

TABELA 2 - FEIRA DE SANTANA: CONJUNTOS HABITACIONAIS - DÉCADAS DE 1960 E 1970

| Nº | NOME | ANO ¹ | TIPO | Nº DE UNIDADES | RESPONSÁVEL |
|----|-----------------------------|------------------|------|----------------|-------------|
| 1 | Feira I – Cidade Nova | 1969 | Casa | 609 | URBIS |
| 2 | Feira II – Cidade Nova | 1971 | Casa | 1027 | URBIS |
| 3 | Centenário | 1972 | Casa | 291 | INOCOOP |
| 4 | Milton Gomes Costa | 1977 | Casa | 204 | INOCOOP |
| 5 | Feira III – Conjunto JOMAFÁ | 1979 | Casa | 570 | URBIS |
| 6 | Antônio Carlos Magalhães | 1979 | Casa | 178 | INOCOOP |

Fonte: Freitas (1997); Santo (2012).

¹ Corresponde ao ano de Conclusão.

As construções obedeciam as “normas definidas pela política habitacional brasileira definida pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) através da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964”, constando que o objetivo era buscar corrigir os problemas habitacionais decorrentes das altas taxas de crescimento urbano.” (FREITAS, 1997, p. 114).

Não há, portanto, discussão aprofundada sobre a expansão urbana fruto da produção quem tem em seu alicerce o êxodo rural como um dos pilares das transformações do espaço, mas sabe-se que a implantação do CIS em 1970, contribuiu como atrativo populacional.

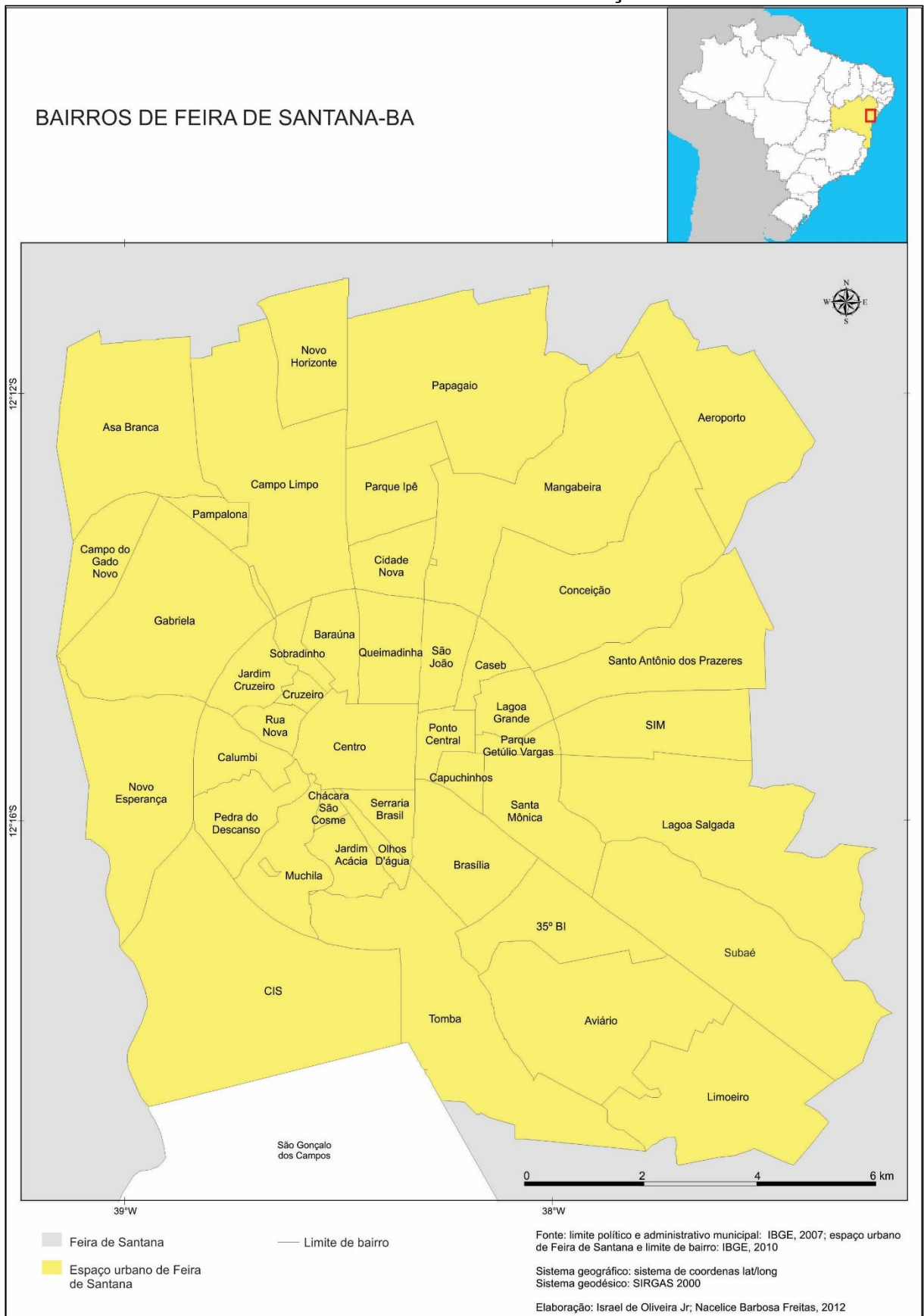
TABELA 3 – FEIRA DE SANTANA: CONJUNTOS HABITACIONAIS - DÉCADA DE 1980

| Nº | NOME | ANO ¹ | TIPO | Nº DE UNIDADES | RESPONSÁVEL |
|----|---|------------------|-------|----------------|-------------|
| 1 | Morada das Árvores | 1980 | Casa | 270 | INOCOOP |
| 2 | João Paulo | 1981 | Casa | 410 | INOCOOP |
| 3 | Vale dos Rios | 1982 | Apto. | 126 | INOCOOP |
| 4 | Morada do Sol | 1982 | Casa | 340 | INOCOOP |
| 5 | Feira IV | 1982 | Casa | 413 | URBIS |
| 6 | Feira V – Arnold Ferreira Silva | 1982 | Casa | 630 | URBIS |
| 7 | José Falcão da Silva | 1983 | Apto. | 128 | INOCOOP |
| 8 | Feira VI – Áureo Filho | 1983 | Casa | 530 | URBIS |
| 9 | Feira VI – Áureo Filho | 1983 | Lotes | 430 | URBIS |
| 10 | J. J. Lopes de Brito | 1985 | Apto. | 224 | INOCOOP |
| 11 | Feira X – João Durval Carneiro 1ª Etapa | 1985 | Casa | 1807 | URBIS |
| 12 | Feira X – João Durval Carneiro 2ª Etapa | 1986 | Casa | 1814 | URBIS |
| 13 | Francisco Pinto | 1987 | Casa | 517 | CEF |
| 14 | Parque das Acácias | 1989 | Apto. | 210 | INOCOOP |

Fonte: Freitas (1997); Santo (2012).

¹ Corresponde ao ano de Conclusão.

MAPA 23 – FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS



A expansão é predominante na área norte da cidade, implicando em elevação das demandas no que se refere ao comércio, serviços, saúde, lazer, etc. Assim como, a duplicação da BR-116 até os limites do *campus* universitário da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) contribui para intensificar o processo. O advento da industrialização que possivelmente atrairia um grande contingente populacional, faz com que o poder público local se volte para ampliar o espaço da cidade mediante construções de mais unidades habitacionais destinados aos proletários.

O Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI-1968), por seu turno, expõe a preocupação em ordenar o espaço urbano mediante zoneamento, obedecendo aos preceitos da Escola de Chicago. De acordo com Ernest W. Burgess “as zonas residenciais dispostas em anéis concêntricos envoltivos ao núcleo central, apresentam-se definidas na sua localização e qualificação na medida que aumentam as distâncias do centro” (PDLI, 1968, p. 101). As habitações da classe alta estariam próximas à área central, e as do tipo médio e populares no seu entorno. Ressalta-se que Feira de Santana é o primeiro município da América Latina que não sendo capital tem um Plano de Desenvolvimento Integrado, elaborado em plena Ditadura Militar, sustentado nas ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e indicava que o desenvolvimento seria alcançado através da industrialização quando o Estado seria o promotor do progresso. (FREITAS, 1997 e SANTO, 2012).

A primeira Lei de Zoneamento nº 631 de 30 de julho de 1969, obedece as determinações do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI 1968), e foi aprovada pela Prefeitura Municipal com a finalidade de corrigir as distorções, ordenar e disciplinar o uso e ocupação do solo urbano. Por conta disso, a cidade foi dividida em oito zonas de quatro especificações: comercial, residencial, industrial e mista, com a função de orientar o crescimento da cidade. As “zonas residenciais” foram estruturadas obedecendo a lógica de anéis concêntricos, em torno do núcleo urbano inicial que se distinguir como “zona comercial”. Em torno destes aparecem as “zonas mistas”, simultaneamente residenciais e comerciais. A 1ª Lei de Zoneamento também define a localização do Centro Industrial do Subaé (CIS), já determinada no PDLI (1968), na “zona sul” da cidade, na parte externa do Anel de Contorno

Rodoviário, entre as rodovias BA 502 (Feira de Santana-São Gonçalo) e a BR 116 (Rio-Bahia). (FREITAS, 1997). (MAPA 24).

A importância do plano aparece em diversas discussões e debates na Câmara de Vereadores, colocando-o como elemento importante para a projeção da cidade em nível internacional.

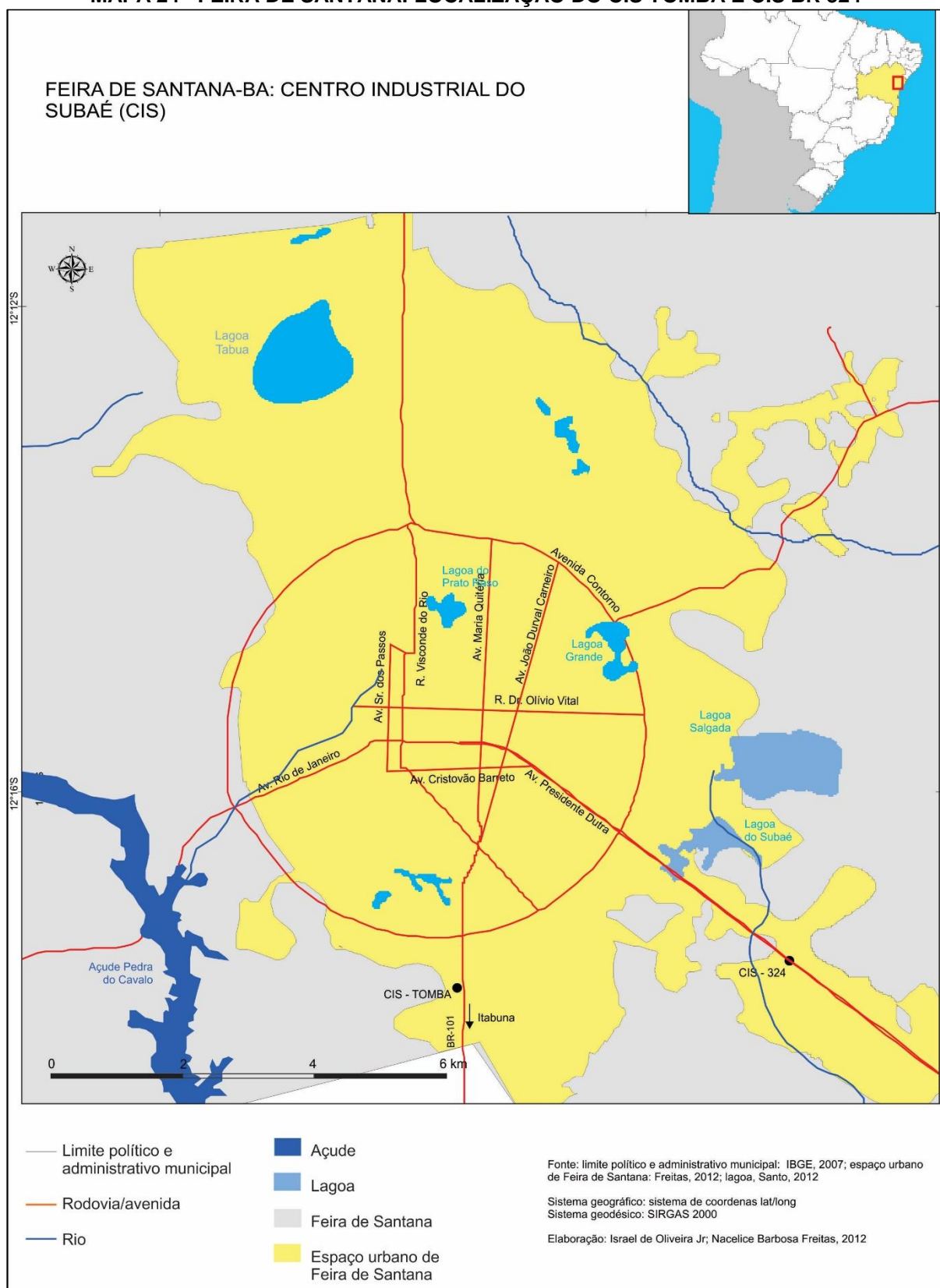
Já desta tribuna tive a oportunidade de fazer uma solicitação verbal, ao sr. Prefeito, para que desse maiores condições de divulgação ao Plano Integrado, através de álbuns (...) e possibilitasse uma maior distribuição. (...) “Bendito Souvenir, Senhor Presidente, que a Feira pode oferecer, com custo tão baixo, para dar provas do alto gabarito da nossa terra. Se infelizmente, a nossa comunidade não compreende ainda o que seja álbuns dessa ordem, valendo duzentos cruzeiros, existindo, hoje na secretaria dos Ministérios do Interior da Argentina, do Paraguai, do Peru, a demonstrar que Feira foi pioneira na consecução do Plano Integrado.” (ATA DA 39ª SESSÃO DA CÂMARA, 23/10/1969, p. 56).

Santo (2012, p. 127) assevera que o PDLI, apesar de não se configurar em legislação, foi importante enquanto estudo sobre a cidade contribuindo de forma efetiva para orientar o seu ordenamento, e só em 1990 a sua revisão se transforma em Legislação.

Esta revisão se tornou fundamental, pois gerou a primeira estrutura legal do município, no que tange à questão ambiental. Desta feita, são editadas as Leis nº. 1.515/1991 e nº. 1.612/1992, que se referem à criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e ao Código de Meio Ambiente, respectivamente (..)

Nos anos de 1980 vivenciou-se o aprofundamento da crise do capital já posta desde 1973, identificada como “crise do petróleo”, ao mesmo tempo, nesta década, vivenciou-se o fortalecimento das reivindicações populares e o acirramento da luta reivindicatória no Brasil e no mundo. Contraditoriamente avaliada como a década perdida por aqueles que representam o grande capital, neste período tem-se significativa efervescência dos movimentos sociais urbanos. Em Feira de Santana o Conjunto Residencial George Américo surge no auge do contexto dessas lutas, exatamente em 28 de novembro de 1987, quando a população, organizada por lideranças, ocupa a área do antigo campo da aviação, localizada no bairro Campo Limpo. É o primeiro registro de ocupação guiada por movimentos sociais em Feira de Santana.

MAPA 24– FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO DO CIS TOMBA E CIS BR 324



Esta localidade toma dimensões tais que Caldas (1998) o qualifica como bairro. Pode-se julgar como bairro *de facto* – uma vez que possui linhas de ônibus

local - mas não é um bairro *de jure*, portanto, pertence até hoje ao Bairro Campo Limpo. “A produção... contou com a ação conjunta de um elemento técnico (o escritório de engenharia), um elemento político (exercício de uma liderança) e dois elementos sociais (a Associação dos Sem-Teto e o MOC³⁵)”. A interação destes desencadeou uma “ação planejada” para a produção do espaço urbano. O seu projeto, determinou uma, certa, “ordem ao espaço, fazendo prevalecer o alinhamento das ruas e a regularidade dos lotes”, com quadras retangulares, de tamanhos aproximadamente iguais, localizado nas proximidades dos Conjuntos Habitacionais Morada das Árvores e Cidade Nova, BR 116 e a Avenida Eduardo Froes da Mota. (CALDAS, 1998, p. 108). Importante afirmar que o referido conjunto residencial é uma resposta ao descaso em relação à área, quando o poder público, tanto no nível municipal, quanto estadual e federal, não conferiam destinação de uso do solo, deixando o espaço em disponibilidade, entre 1884 a 1987, quando foi desativado o uso do campo de pouso. Além disso, resultou da inexistência de uma “política habitacional compatível com a demanda local, numa cidade de entroncamento rodoviário”, impactada nos anos de 1970 pelo elevado grau de migração, fazendo “acumular, ao longo dos anos, um déficit de moradias para as camadas de baixa renda que passaram a ocupar vazios urbanos bem localizados e em disponibilidade” em meio ao rápido processo de urbanização em épocas de crise do capital. (CALDAS, 1998, p. 110). George Américo³⁶, ex-funcionário da prefeitura, foi líder do movimento, que fora demitido por ocasião de uma das vinte ocupações por ele organizadas. À frente do movimento, recebeu apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Católica, Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON), Movimento de Organização Comunitária (MOC) e diversas Associações de Moradores de Bairros.

Confirmando a contradição na produção do espaço, do outro lado estava o prefeito José Falcão da Silva (1983-1988) que se posicionou contra a população, considerando que o Movimento dos Sem-Teto tinha por intenção tumultuar o seu projeto para a área. Porém,

³⁵ O MOC é o Movimento de Organização Comunitária. Associação sem fins lucrativos, fundada em 1967, com sede em Feira de Santana. É reconhecida como entidade filantrópica pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

³⁶ Líder do Movimento dos Sem-Teto, foi assassinado em 05 de maio de 1988. Liderou vinte e uma ocupações e Feira de Santana. Seu assassino não foi identificado até os dias atuais.

Aproximadamente cinco mil pessoas, munidas de picaretas, enxadas, pás e outros utensílios, [ocuparam] (...) a área onde funcionava o antigo Campo de Aviação, no bairro do Campo Limpo, liderado pelo presidente da Associação dos Sem-Tetos, George Américo (...). O prefeito José Falcão da Silva enviou um carro de som até o local para pedir que os invasores se inscrevam no Planolar (...) (JORNAL FEIRA HOJE, 29/11/1987, p. 1).

Ícone das lutas de ocupação do espaço urbano pelos trabalhadores sem-teto o conjunto residencial nascente constitui um novo limite de diferenciação de classes e até hoje é estigmatizado pelo nível dos seus moradores e a violência decorrente do narcotráfico.

O Plano Diretor do CIS (1970) é categórico em afirmar sobre a necessidade da construção de casas populares com o intuito de abrigar a mão de obra que se encaminharia para Feira de Santana em busca de melhores condições de vida. Tem-se, então, uma significativa mobilidade do trabalho, ou migrações bem intensas nas décadas de 1960 a 1980, quando a URBIS construiu diversos conjuntos habitacionais, e estrutura bairros proletários, confirmando a manifestação da urbanização assentada na desigualdade: ruas estreitas, calçadas diminutas, sem arborização e distantes do centro, explicitando a diferenciação entre os espaços, fruto da desigualdade combinada.

Nos bairros Tomba e CIS foram construídos, pela iniciativa privada, mediante financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), os conjuntos Francisco Pinto, Luciano Barreto, e Oyama Figueredo, e, também, o Feira VII ao sul, e Feira IX a sudoeste. (TABELA 3). Com estes empreendimentos há o alargamento do urbano na Princesa do Sertão em direção ao norte, sul, oeste e sudeste. (MAPA 25). A implantação do CIS-Tomba e CIS BR 324, em 1970 associada à construção dos conjuntos residenciais para o proletariado, promovem a busca por moradias e intensificação da ocupação da parte sul-sudeste da cidade.

Todo o crescimento urbano, portanto, acompanha o traçado das estradas em estrutura retangular, a exemplo das avenidas Maria Quitéria, Getúlio Vargas, João Durval Carneiro, Presidente Dutra e José Falcão, conferindo um aspecto de modernização pelo alargamento dessas vias de tráfego, além de reforçar a forma estrelada da cidade. O comércio absorve o espaço, fazendo com que edificações que antes serviam para moradia dos mais ricos, sejam substituídas por edificações com fins comerciais, sobretudo nas Avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos,

Rua Visconde do Rio Branco e adjacências, em consequência da estrutura linear e a largura que estas possuem. (MAPA 25).

Em 1980, aparecem bairros planejados para a classe alta com o Muchila, assim como condomínios Fechados de classe média na parte oeste e sudoeste da cidade. Barreto (2013) destaca que ainda nesta década, encontravam-se currais na área em que atualmente localiza-se o Conjunto Residencial Feira IV e só então o embasamento cristalino é ocupado, na década em que foi implantado o Sistema Paraguaçu com a Barragem de Pedra do Cavalo, inaugurada em 1985. Nesse período, a parte sul, sudeste e leste da cidade já estão totalmente ocupadas ao mesmo tempo em que não há nenhum loteamento planejado ou espontâneo na direção oeste e sudoeste, podendo afirmar que o povoamento foi tardio, vindo depois do referido sistema de captação de água.

Reafirma-se a importância do Rio Paraguaçu desde tempos pretéritos, pois, ainda na atualidade, as margens do Rio Jacuípe, seu principal afluente, que tem nascentes em Morro do Chapéu, e ao desaguar no rio Paraguaçu, nas imediações do município de Antonio Cardoso, contribui para a formação do lago da Barragem de Pedra do Cavalo. Estas permanecem, em grande parte, ocupadas por propriedades rurais, ainda no período de realização desta pesquisa. A foto 19, feita durante o trabalho de campo em 2013, mostra a sede de duas fazendas, às margens do Rio Jacuípe, localizadas ao lado do Conjunto Habitacional Viveiros, bairro Muchila, na parte sudoeste do centro da cidade.

A valorização do solo urbano no centro da cidade impulsiona o crescimento para o norte, desde o Anel de Contorno até a UEFS, consolidando os bairros Novo Horizonte, Papagaio, Parque Ipê. Ao nordeste, Mangabeira e Conceição, a leste SIM e Santo Antônio dos Prazeres, e a sudeste, Santa Mônica, Lagoa Salgada e Subaé. Amplia-se o urbano e a pobreza, pois, exceto o SIM e Santa Mônica, habitados pela classe média alta, os outros, são ocupados pelas camadas populares.

Cada bairro tem uma escala delimitada pela diferenciação e emerge enquanto desigualdade combinada, separação em que os limites servem para conferir a totalidade do espaço urbano. Tais desigualdades são postas ao ritmo da especulação imobiliária, conferindo o valor, porquanto mercadoria; distante ou próximo ao centro, terá seu preço determinado pela dinâmica do capital.

MAPA 25 – FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA ATÉ 1983

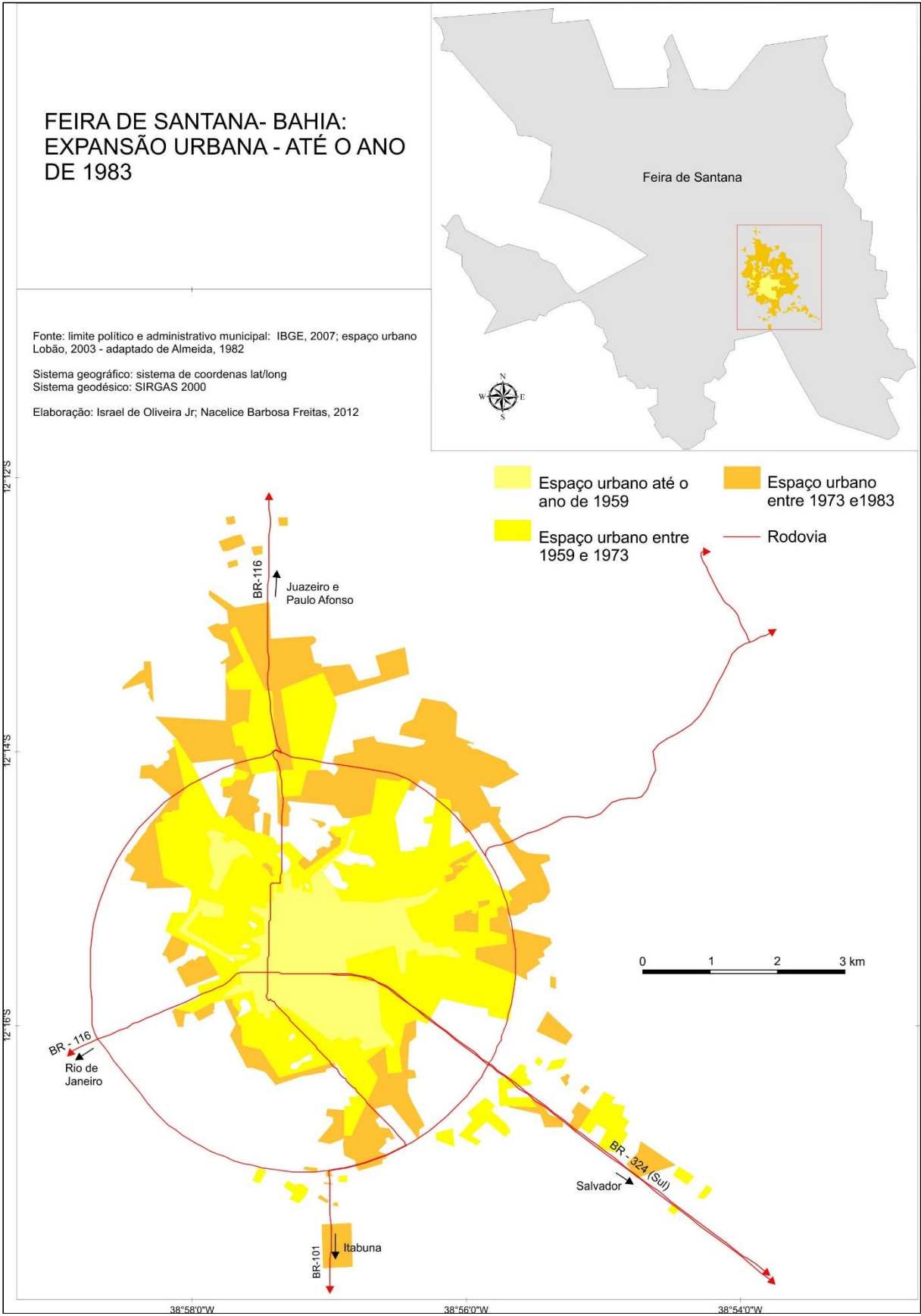


FOTO 19 – FEIRA DE SANTANA: GRANDES PROPRIEDADES RURAIS NO CENTRO URBANO

Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2012.

A construção de treze conjuntos residenciais entre 1990 e 1995, demonstra o déficit habitacional pré-existente, e a forma em que o capital se apropria da escala urbana para reprodução das relações de produção, garantindo a permanência do processo de acumulação, ao mesmo tempo em que ameniza os efeitos dos conflitos sociais, contribuindo para a expansão urbana em todas as direções: norte, sul, sudoeste. Sendo assim, o Estado cumpre a sua função em ação conjunta com o capital privado, fabricando espaços padronizados, ao mesmo tempo em que, desenvolve estratégias geopolíticas para arrefecer a luta de classes. (TABELA 4). (MAPA 26).

A cidade cresce como que preenchendo os espaços urbanos guardados para especulação. Na porção norte diversos condomínios fechados são construídos na década de 2000, demonstrando que a segurança pública aparece como mercadoria essencial e elemento de diferenciação entre as classes porque só tem acesso à parcela da população que compreende a demanda solvável. (TABELA 5). (MAPA 27).

TABELA 4 - FEIRA DE SANTANA: CONJUNTOS HABITACIONAIS - DÉCADA DE 1990

| Nº | NOME | ANO ¹ | TIPO | Nº DE UNIDADES | RESPONSÁVEL |
|----|--------------------------|------------------|-------|----------------|-------------|
| 1 | Feira IX | 1990 | Casa | 1400 | URBIS |
| 2 | Homero Figueredo | 1990 | Casa | 501 | CEF |
| 3 | Oyama Figueredo | 1990 | Casa | 161 | CEF |
| 4 | Viveiros | 1991 | Casa | 1720 | CEF |
| 5 | Arco-Íris | 1991 | Casa | 499 | CEF |
| 6 | Alvorada | 1991 | Casa | 500 | CEF |
| 7 | Parque Cajueiro | 1991 | Apto. | 360 | INOCOOP |
| 8 | Luciano Barreto | 1991 | Casa | 236 | CEF |
| 9 | Parque Lagoa Grande | 1992 | Apto. | 640 | INOCOOP |
| 10 | Luiz H. Prisco Viana | 1992 | Apto. | 168 | INOCOOP |
| 11 | Chácara Mangabeira | 1993 | Casa | 90 | CEF |
| 12 | Terra do Bosque | 1993 | Casa | 70 | CEF |
| 13 | Feira VII – Elza Azevedo | 1995 | Casa | 1600 | URBIS |

Fonte: Freitas (1997); Santo (2012).

¹ Corresponde ao ano de Conclusão

TABELA 5 – FEIRA DE SANTANA: CONJUNTOS HABITACIONAIS - DÉCADA DE 2000

| Nº | NOME | ANO ¹ | TIPO | Nº DE UNIDADES | RESPON-SÁVEL |
|----|--|------------------|-------|----------------|--------------|
| 1 | Luís Eduardo Magalhães | 2001 | Casa | 219 | CEF |
| 2 | Residencial Princesa do Sertão – Ala Norte | 2003 | Apto. | 160 | CEF |
| 3 | Residencial Princesa do Sertão – Ala Sul | 2003 | Apto. | 160 | CEF |
| 4 | Residencial Princesa do Sertão – Ala Leste | 2003 | Apto | 160 | CEF |
| 5 | Residencial São Bartolomeu | 2004 | Apto | 176 | CEF |
| 6 | Residencial (Condomínio) Jardim | 2004 | Apto | 61 | CEF |
| 7 | Residencial Santo Expedito | 2005 | Apto. | 272 | CEF |
| 8 | Residencial Santa Efigênia | 2005 | Apto. | 176 | CEF |
| 9 | Viva Mais Feira VII | 2010 | Apto | 220 | CEF |

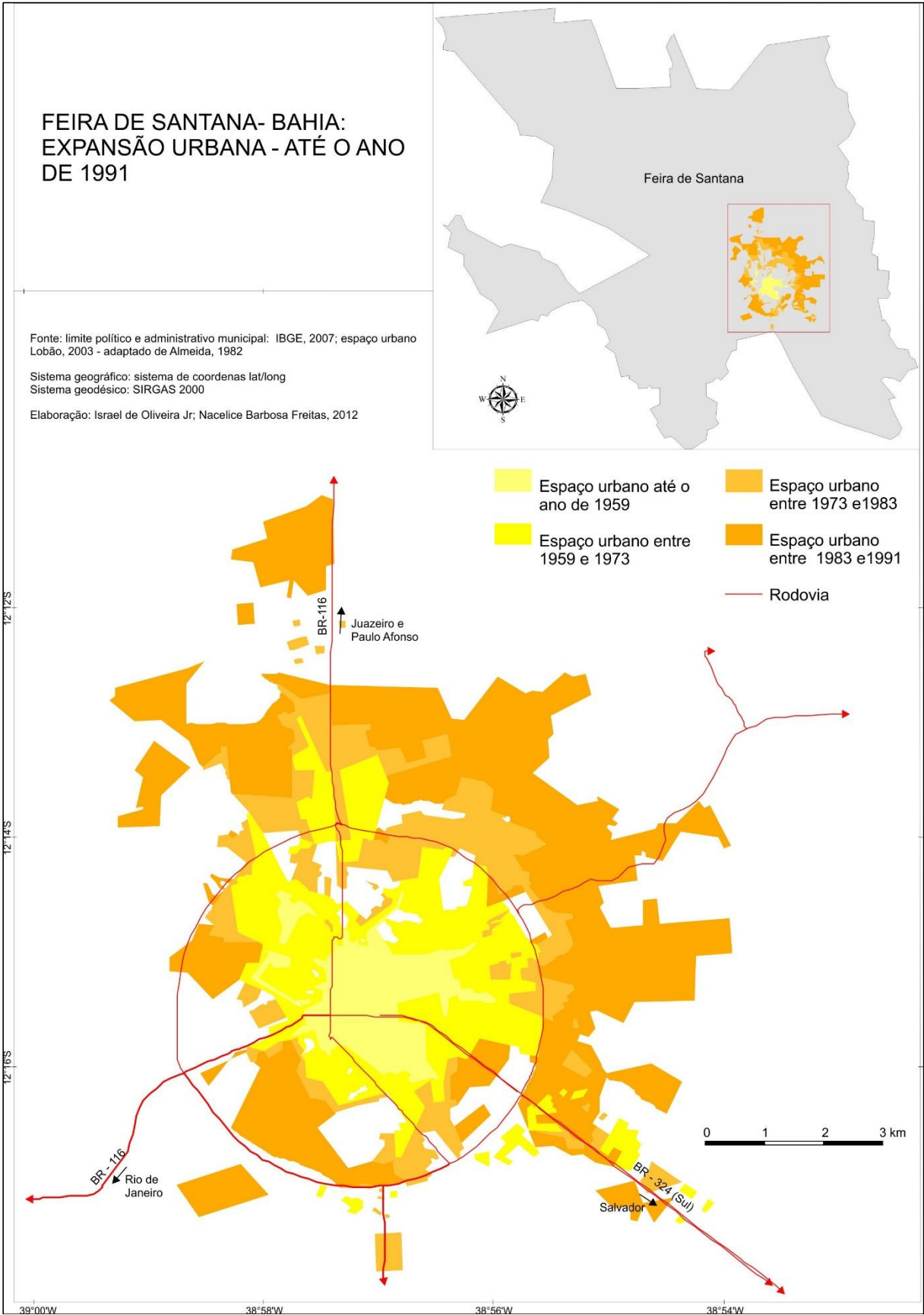
Fonte: Freitas (1997); Santo (2012).

¹ Corresponde ao ano de conclusão

Fundam novos bairros qualificados pelo alto nível econômico de seus habitantes, como o Mar da Tranquilidade, diferenciando da Queimadinha, Rocinha, Campo Limpo, Rua Nova, Pedra do Descanso, locais estigmatizados pelo baixo poder aquisitivo das pessoas que neles vivem. (MAPA 27).

Em 2009, o Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Habitação, desenvolve estudos voltados para a avaliação do déficit habitacional no Brasil, visando o planejamento. O mesmo processo foi elaborado pelo Centro de Estatística e Informação da Fundação João Pinheiro (CEI/FJPP) tendo como parceiro o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

MAPA 26- FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA ATÉ 1991



As necessidades habitacionais explicadas a partir das estatísticas servem como direcionamento para os projetos em que a produção do espaço deve obedecer aos ditames do ordenamento territorial, cumprindo a lógica da construção de conjuntos habitacionais pela iniciativa privada com apoio do governo federal, sob a ótica dos condomínios fechados. O Relatório do Ministério das Cidades conclui estudo afirmando, dentre outras questões, que:

Aparentemente é redundante falar sobre a extrema heterogeneidade e desigualdade social do nosso país. Entretanto, numa sociedade com índices de desigualdade extremamente elevados, questões aparentemente universais com educação, serviços de saúde e habitação não são facilmente comparáveis – e muito menos intercambiáveis – entre alguns dos diversos submundos sociais. (BRASIL - MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009, p. 13).

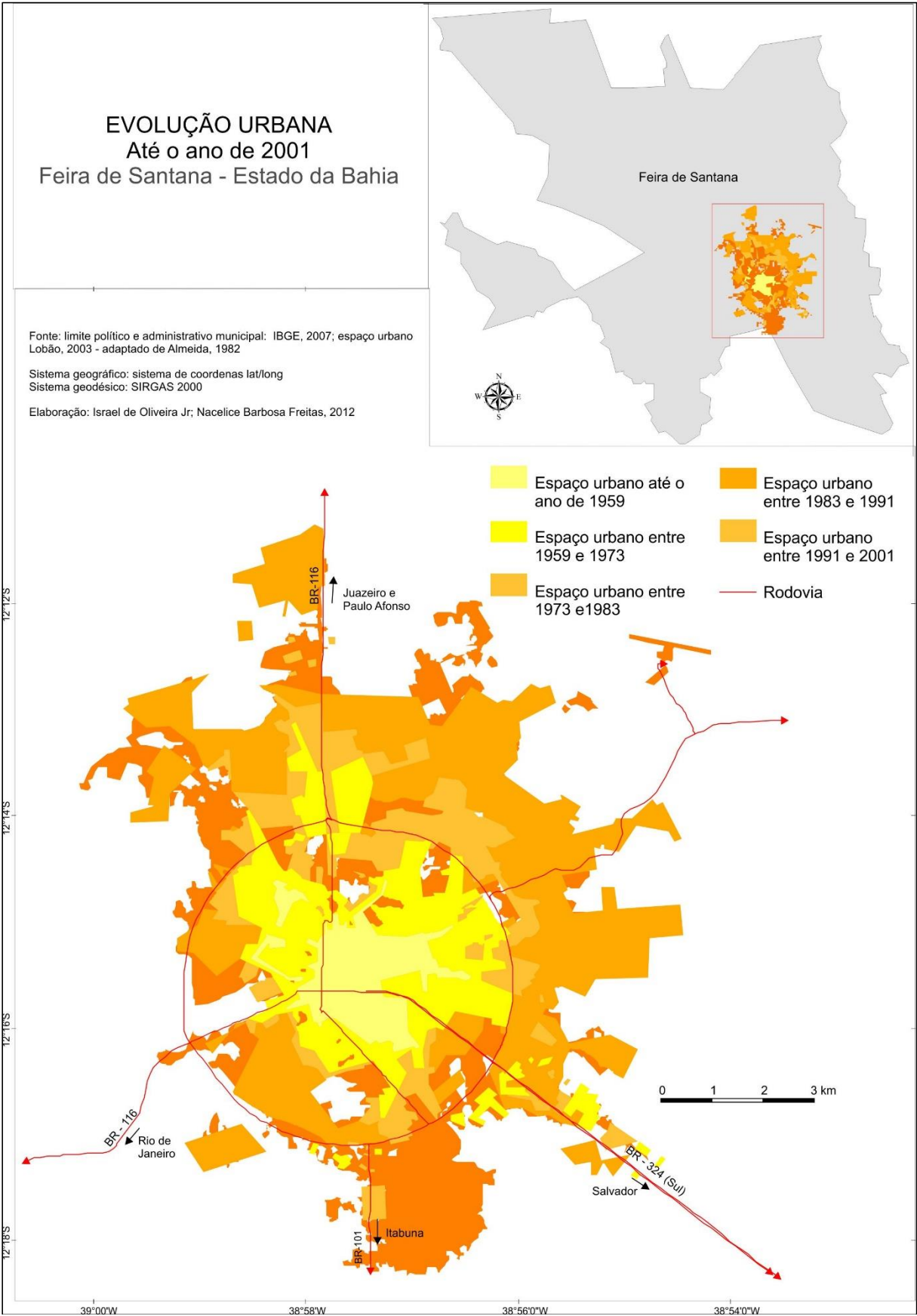
Os três primeiros conjuntos residenciais do país, vinculados ao Projeto Minha Casa Minha Vida, do governo federal, foram construídos em Feira de Santana. Localizados em áreas situadas na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, consolida o espaço urbano que expande a urbanização desigual. (MAPA 28).

De acordo a Lei Complementar Nº 18 de 08 Julho de 2004, Feira de Santana contava, no início do século XXI com 44 Bairros, distribuídos em 5 subdistritos, que foram criados pela Lei Municipal de Nº 966/84. O Projeto de Lei Complementar Nº 004/2013, redefine os limites interdistritais delimitando 06 (seis) novos Bairros: Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada, CIS-Norte, Mantiba, Registro, Chaparral, que desligados do espaço rural, dão um passo em direção ao urbano ampliando-o. (MAPA 28).

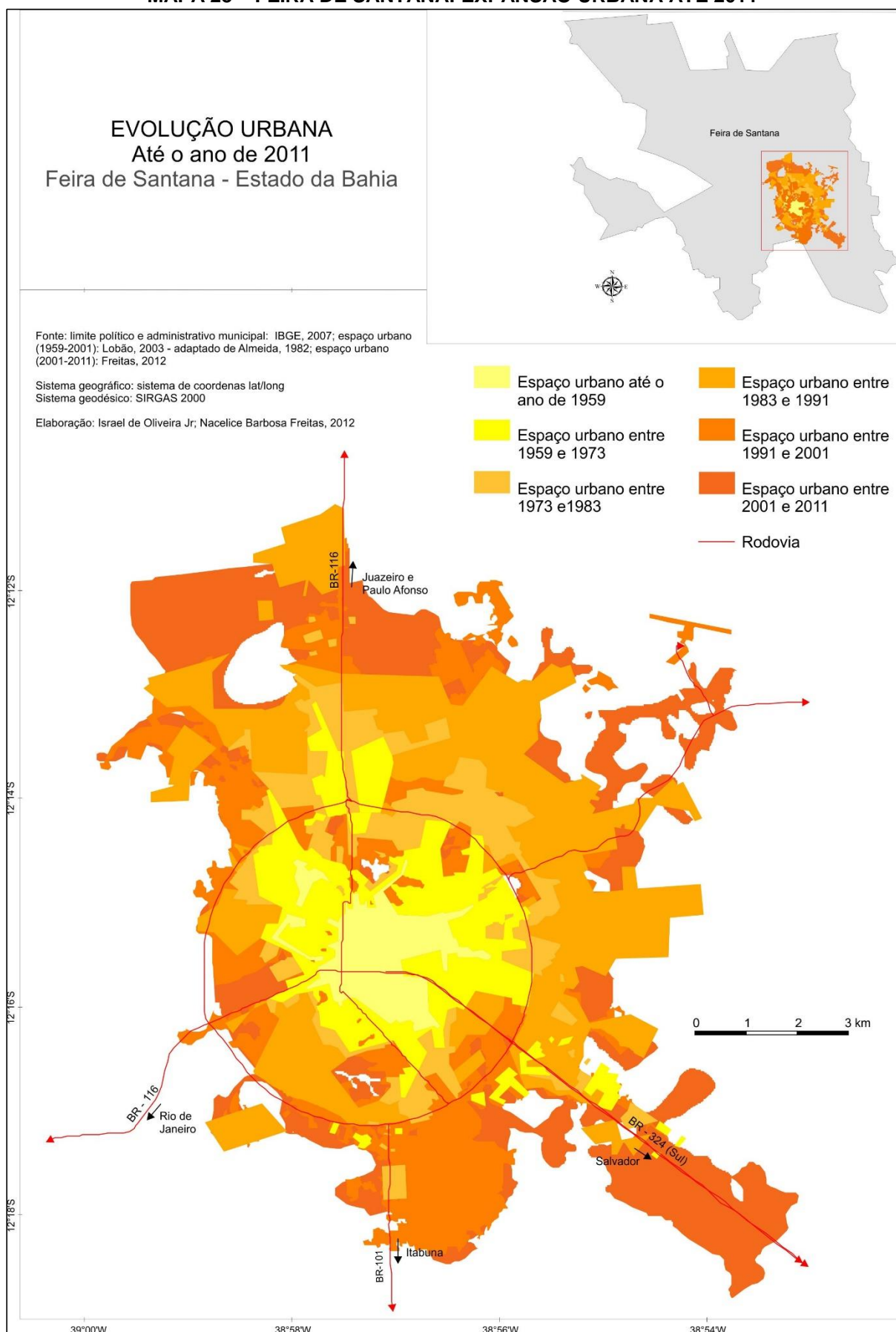
Analizando os programas institucionais sobre a temática em questão, tomando como referência a urbanização de favelas, observa-se a postura do Estado, mesmo tendo a consciência de que os assentamentos precários evidenciam a desigualdade, registrando que:

O excessivo custo da terra urbanizada nas cidades brasileiras, somado a baixa capacidade de pagamento das famílias e à falta de alternativas habitacionais acessíveis no mercado formal ou a insuficiência das políticas habitacionais para as famílias de baixa renda, são fatores que têm levado um significativo contingente da população a viver em assentamentos precários (BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 9).

MAPA 27 – FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA ATÉ 2001



MAPA 28 – FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA ATÉ 2011



Os investimentos em infraestrutura, saneamento, reassentamento, remanejamento e melhorias habitacionais, além da implantação de equipamentos públicos, recuperação ambiental, trabalho social e regularização fundiária, compõem as ações do Estado com recursos da União e investimentos Estados e municípios, indicando as intervenção no espaço urbano mediante o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), tendo a proposta inclusa no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007.

Produção do espaço urbano e produção da cidade que acompanha a lógica da especulação e do capital financeiro inerente ao modo capitalista de produção.

7 SERTÃO QUE EMERGE DA URBANIZAÇÃO

As transformações que ocorreram em Feira de Santana permitem afirmar na rápida aproximação da totalidade do urbano pela absorção do espaço rural. Desde a segunda metade do século XIX à atualidade, é possível indicar a trajetória do processo de urbanização em Feira de Santana, e confrontar com o que ocorre na Bahia e no Brasil.

7.1 Urbanização no espaço urbano de princesa

A urbanização compreende um processo decorrente da relação campo-cidade. Importa ressaltar que, a Bahia apresenta uma particularidade: tem a gênese do território vinculada ao espaço urbano, porque o processo de colonização, a partir da construção da cidade do Salvador, o coloca como antecedente ao rural. Em face do contexto apresentado, Feira de Santana expõe uma ação divergente, encaminhando a formação urbana após a consolidação do rural. (FREITAS, 2010).

Analisando os dados dos Censos Demográficos entre 1872 e 2010, observa-se que, no Brasil, os números referentes à taxa de urbanização, indicam que, até 1960, há um maior contingente populacional localizado no campo, e no estado da Bahia até 1980. O município de Feira de Santana, já na década de 1970, apresenta taxa de mais de 70% (setenta por cento) da população residente na cidade. (TABELA 6).

As baixas taxas de urbanização no Brasil e na Bahia até a segunda metade do século XX estão vinculadas às condições socioeconômicas e socioespaciais determinadas pelo campo, uma vez que predominavam as relações escravistas até o final do século XIX. O primeiro Censo Demográfico, em 1872 ocorre há 16 (dezesseis) anos da abolição da escravidão em 1888, e o segundo em 1890, após 02 (dois) anos desse acontecimento histórico, e no ano seguinte à Proclamação da República. Na economia alicerçada na agroexportação, a cidade não é o centro da produção, mas da circulação e consumo, e somente com a atividade industrial é que essa situação se torna possível, quando em 1970 o Brasil inverte essa condição e passa a ter um maior contingente populacional morando na cidade, em detrimento do campo.

TABELA 6 - BRASIL E BAHIA: TAXA DE URBANIZAÇÃO ENTRE 1872 E 2010

| BRASIL | TAXA DE URBANIZAÇÃO % | BAHIA | TAXA DE URBANIZAÇÃO % |
|---------------|------------------------------|--------------|------------------------------|
| ANO | | ANO | |
| 1872* | 5,9 | 1872 | - |
| 1890* | 6,8 | 1890 | - |
| 1900* | 9,4 | 1900 | - |
| 1920* | 10,7 | 1920 | - |
| 1940 | 31,2 | 1940*** | 18,79* |
| 1950 | 36,2 | 1950*** | 25,87** |
| 1960 | 45,1 | 1960*** | 34,79** |
| 1970 | 55,9 | 1970*** | 41,17 |
| 1980 | 67,6 | 1980 | 49,29 |
| 1991 | 75,6 | 1991 | 59,11 |
| 2000 | 81,2 | 2000 | 67,12 |
| 2010 | 84,3 | 2010 | 72,10 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1968 e Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE- 1960 a 2010).

* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-. Estudos de Estatística Teórica e Aplicada. Características Demográficas do Estado da Bahia. Rio de Janeiro 1949.

** Cálculos realizados da autora.

*** BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, e tecnologia. Fundação de Pesquisa (CPE). Comportamento Demográfico e Divisão Territorial do Estado da Bahia de 1940 a 1970, p. 69.

A emergência do padrão de acumulação em bases urbano-industriais desde a década de 1930, e também a consolidação do mercado interno nacional a partir de então, colabora para o surgimento de uma nova dinâmica urbana, período fortemente marcado pelo êxodo rural, migração forçada do campo para a cidade, em nível nacional do Nordeste para o Sudeste, proveniente das condições socioeconômicas causadas pela estrutura fundiária e dificuldades técnicas para sobreviver às condições impostas pela natureza. Saem do campo aqueles que buscam melhores condições de vida imaginando encontrá-las nas cidades. Contudo o crescimento da população urbana da Bahia não significa total desvinculação do campo desses novos habitantes da cidade no que concerne as formas de organização do trabalho e da produção, porquanto a indústria que se implanta no Estado nas décadas de 1960 e 1970, assimila um ínfimo contingente de População Economicamente Ativa (PEA), devido ao nível de modernização tecnológica.

A desigualdade combinada expressada na relação entre o sertão e o litoral manifesta-se internamente. A expansão urbana desde o século XIX faz esboçar espaços diferenciados: riqueza e pobreza, como delimitação da cidade acompanhando a dinâmica nacional, expressos nos bairros, hierarquizados e

classificados pelo nível socioeconômico, contudo é crescimento que projeta a cidade para o futuro, o urbano, e para Boaventura (1989, p. 409).

Entre o crepúsculo do século XIX e o avatar do século XX, a vila da Feira de Santana sente o efeito da sua fama, acompanhando o ritmo da sociedade brasileira. Vão achegando-se da vila famílias de mais longe e aqui se ficam, lembrando o vigor das suas malhadas, que deixaram lá atrás do horizonte do planalto em que se desenha o arruado. Do Piauí rebenta forte corrente humana. Do norte, do nordeste, voltam famílias renovadas, que subiram do litoral, fazia tempo. E, em seguida, doutros municípios contam-se nomes que vem auxiliar a vida da povoação nascente.

Aqueles que são expulsos do campo fixam suas habitações em cidades que apresentam maior dinamismo econômico e a posição de entroncamento rodoviário, somado à proximidade da capital, coloca Feira de Santana no centro desta problemática. Não é o momento de confrontá-la com as Teorias Urbanas, porém comprovar a importância do processo de urbanização, fato nitidamente visível no final da década de 1960, materializado no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI – 1967) e nos números impressos nos Censos Demográficos do IBGE. A Princesa do Sertão responde ao processo de urbanização de um país que permanecerá com a predominância do agrário mantendo taxas de urbanização inferiores a 40% (quarenta por cento) até a década de 1950, porquanto as relações sociais em uma sociedade agroexportadora induziam a fixação das populações no campo. Contudo, entre 1940 e 1950, a população urbana apresenta uma taxa de crescimento de 90% (noventa por cento), mantendo-a elevada nas décadas seguintes -87% entre 1950 e 1960 e 92% entre 1960 e 1970 – e praticamente dobrar entre 1980 e 1990, desacelerando nos anos subsequentes mesmo mantendo elevado crescimento e números ascendentes. (TABELA 7).

Como já se afirmou o processo de urbanização de Feira de Santana que delineia a desigualdade combinada quando o espaço da cidade é diferenciado por níveis socioeconômicos bem nítidos – espaços que foram modificados, fronteiras demarcativas, registro do tempo no espaço. A cidade forjada em fins do século XIX tinha na Avenida Senhor dos Passos - localizada no centro - a concentração das moradias da aristocracia rural e, já no início do século XX, se movem em direção à Avenida Getúlio Vargas. A periferia pobre antes demarcada pelos bairros Rocinha,

Aviário e Pedra do Descanso. Neles, os serviços de infraestrutura chegam tardiamente, podendo-se observar ainda na atualidade que não possuem saneamento básico de qualidade, pois, os serviços de transportes urbanos são precários e o acesso é dificultado pela má qualidade da pavimentação e iluminação.

TABELA 7 - FEIRA DE SANTANA: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RURAL, TAXA DE URBANIZAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA 1859-2010

| ANOS | POPULAÇÃO RESIDENTE | | | | |
|---------------|---------------------|----------------|-----------------|-----------------------|---|
| | TOTAL | URBANA | RURAL | TAXA DE URBANIZAÇÃO % | TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA |
| 1859* | Cerca de 20.000 | Cerca de 4.000 | Cerca de 16.000 | Cerca de 30% | - |
| 1872** | 51.459 | - | - | - | - |
| 1892** | 43.867 ¹ | - | - | - | - |
| 1900** | 61.758 | 10.873 | 50.885 | 17,60 | - |
| 1920** | 77.873 | 12.000 | 65.873 | 15,41 | |
| 1940 | 83.268 | 19.660 | 63.608 | 23,61 | |
| 1950 | 107.205 | 34.277 | 72.928 | 31,97 | 90% |
| 1960 | 141.757 | 69.884 | 71.873 | 49,30 | 87% |
| 1970 | 187.290 | 131.720 | 55.570 | 70,31 | 92% |
| 1980 | 291.504 | 233.905 | 57.599 | 80,24 | 100% |
| 1991 | 406.447 | 348.973 | 56.875 | 85.86 | 49% |
| 2000 | 480.949 | 431.730 | 49.219 | 89,77 | 24% |
| 2010 | 556.642 | 510.637 | 46.007 | 91,74 | 18% |

Fonte: Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 1940 a 2010).

¹ Em virtude do desmembramento, dos atuais municípios de Ipirá e Pedrão, de Feira de Santana, ocorreu o decréscimo da população em 1892.

* Os dados se referem as estimativas de Poppino (1968), segundo Almeida (2006).

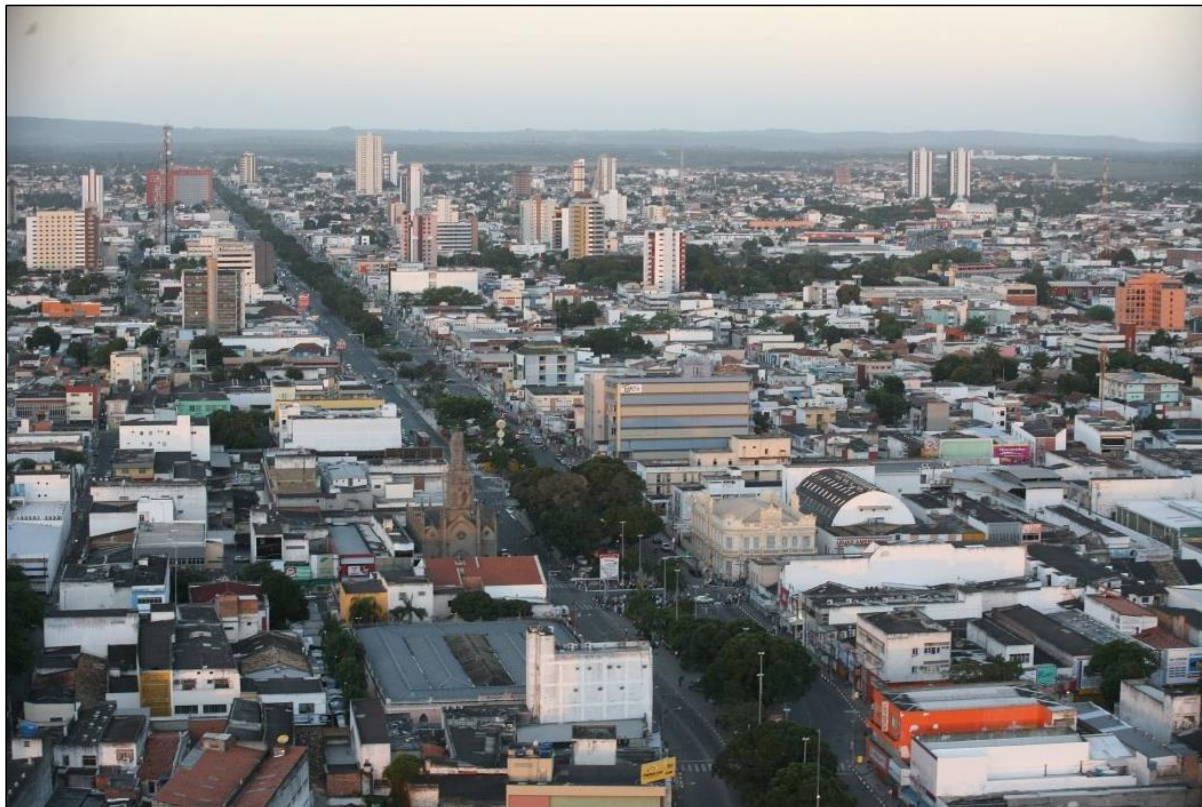
**Os dados de população total e urbana são de Almeida (2006), e os cálculos referentes à taxa de urbanização e taxa de crescimento da população urbana foram elaborados pela autora.

A velocidade dos transportes e comunicação foi responsável por estender o centro em diversas direções fazendo com que bairros que se situavam nas proximidades na década de 1940, fossem por ele assimilados como a Kalilândia, e parte do bairro Brasília, porque o comércio estende-se até estes e as residências foram gradativamente substituídas por estabelecimentos comerciais para servirem ao mercado.

A Avenida Getúlio Vargas que até a década de 1970 estava ocupada por habitações da alta classe, com a intensificação da urbanização é ocupada por estabelecimentos comerciais, um registro-resposta que este processo transforma o

espaço, condicionando uma especificidade responsável pelo desenvolvimento da sociedade. (FOTO 20).

FOTO 20 – FEIRA DE SANTANA: VISTA AÉREA DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS



Fonte: Acervo do fotógrafo Jóstenis Costa.

É o sertão que emerge da urbanização, imprimindo nova relação campo-cidade mediante concentração espacial da população nos limites da cidade, consolidando a formação de uma sociedade essencialmente urbana, responsável por difundir o modo de vida urbano, valores e cultura alicerçados nas manifestações da urbanidade, amálgama resultante da estreita ligação entre forma espacial e conteúdo social.

Feira fez-se metrópole, cresce, agiganta-se, mas não se deforma no melhor dos seus sentimentos. Feira é esta terra em progresso, esta gente civilizada, (...) mas é, principalmente, a estrada ampla, a porta larga, os arcos centenários por onde o sertão desce ao mundo. (SANTOS, 1959, p. 17).

A década de 1970 é marcada pela crise do capitalismo, especialmente a partir de 1973, ano signatário da crise mundial do capital, impacta o crescimento urbano, no momento de consolidação da crítica às desigualdades sociais que surgiu no final

dos anos 1960, e definem o pensamento da Escola Francesa e Escola Latino-americana de estudos urbanos. Voltada para a análise das desigualdades sociais e espaciais, em sintonia com os estudos sociológicos discutiam o subdesenvolvimento, a relação centro-periferia e a dependência dos países da América Latina, com significativa influência na Geografia Urbana Brasileira. Na Bahia, Milton Santos escreve *O Centro da Cidade do Salvador*, debatendo sobre a importância do urbano, obra que se destaca como a mais expressiva sob o ponto de vista geográfico naquele contexto.

Feira de Santana, no período, é descrita por Poppino (1968) sobre os aspectos econômicos, demográficos, mas não se refere às questões urbanas de forma específica, apesar de destacar a importância desta cidade em nível regional.

Em 1970 implanta-se o Centro Industrial do Subaé (CIS), que vem associado às reformas urbanas com a iluminação, duplicação da BR-324, alargamentos das ruas, motivo de constantes notícias de jornais e grande circulação no município.

A Avenida Presidente Dutra, que além das duas pistas de rolamento asfaltadas possui um canteiro central, que deverá ter a sua arborização iniciada dentro de mais alguns dias, pela Secretaria de Serviços Urbanos do Município é considerada como uma das mais importantes, tendo em vista a sua localização, à entrada da cidade. O projeto de iluminação da avenida foi cuidadosamente, para evitar zonas de sombra entre os postes e ofuscar os motoristas que por ali trafegam. (JORNAL FEIRA HOJE – 26/09/70, p. 10).

A nova iluminação instalada mediante convênio entre Prefeitura Municipal, Secretaria das Minas e Energia, Eletrobrás e CEEB, será dotada lâmpada a vapor de mercúrio corrigido. A iluminação da Avenida Presidente Dutra é considerada como uma das melhores do Estado. (JORNAL FEIRA HOJE – 07/11/70, p. 2).

A referida Avenida é uma extensão da BR-324, no centro de Feira de Santana, tangenciando a Estação Rodoviária, que é porta de entrada e saída para a capital do Estado. Está em contato com a BR 116 Sul e Norte, e no afã da industrialização vai receber iluminação numa extensão de 4 km, estrategicamente, área de localização do CIS-BR 324. Expansão da cidade em direção ao litoral que já pleiteia urbanização para fluidez do capital, ruas que se alargam, avenidas que duplicam, para maior rapidez na circulação das mercadorias, impondo a densidade urbana visualizada na foto 21.

A justificativa utilizada pelo governo federal para a duplicação da BR 324 na época está colocada no âmbito do social, porquanto a considerada “Estrada da Morte” não poderia conservar esse estigma, tendo-se a impressão que seria instantaneamente retirado após a conclusão das obras.

Em nome do respeito à vida humana, apelamos para que uma maior atenção seja dispensada à tão movimentada rodovia Feira-Salvador. Uma via que tanto contribui para a circulação da riqueza deve servir apenas como mola propulsora do progresso e nunca como fator de mortalidade. (JORNAL FEIRA HOJE – 07/11/70, p. 2)

Amálgama de interesses econômicos e políticos, a rodovia que serve de canal de escoamento, não poderia ser maculada com mortes no trânsito, um tão fatídico componente da urbanização e modernização da cidade capitalista. As notícias nos jornais cobravam a aceleração das obras, no anseio de propagar a cidade que se inclina em direção ao “progresso” derivativo da riqueza econômica, prosperidade e modernização.

FOTO 21 – FEIRA DE SANTANA: VISTA AÉREA DO ESPAÇO URBANO



Fonte: <http://porbdasanaguas.blogspot.com.br/2011>. Foto: Carlos Augusto.

Enfim, a forma como se dá a reprodução ampliada do capital no Brasil, especialmente a partir da década de 1970 é determinante para explicar a

urbanização e expansão urbana que decorre da especificidade da relação campo-cidade, da crise do capital e espoliação da classe trabalhadora rural, concretizando a ampliação das favelas e bairros periféricos como manifestação das contradições derivadas da concentração fundiária, refletida de forma característica no espaço urbano de Feira de Santana.

A Bahia apresenta a particularidade da formação territorial em que a colonização impõe a forma urbana sobre o rural, compondo uma população urbana desde o século XVI, quando se inicia o crescimento urbano. O colonizador implantou núcleos dispersos no território, concentrados no litoral, com relações bastante tênues por conta da elementar rede de transportes e comunicação. O crescimento urbano, tanto no litoral, quanto no sertão, segue o ritmo das transformações econômicas, e somente no século XIX é possível visualizar a sua aceleração. Desde o início do século XVI é pautado pela contradição, porque destrói/constrói a forma espacial encontrada pelo colonizador, e para implantar o urbano força os povos autóctones a se interiorizar, excluindo-os, marginalizando-os no/do urbano.

Forma-se, portanto, um espaço de diferenciação onde a totalidade é resposta à unidade dos contrários, isto é, pobreza e riqueza que se estabelecem formando o par dialético necessário à reprodução do capital.

Sposito (2011, p. 124) afirma que

A diferenciação socioespacial é marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho. Essa divisão estabelece-se diferentemente, no decorrer do longo processo de urbanização.

(...)

No início do processo de urbanização, a divisão social do trabalho era relativamente simples e se estabelecia, no plano territorial, sobretudo entre a cidade e o campo.

Sociedade capitalista que se funda sobre o urbano contraditoriamente, fortalecendo e firmando o agrário, predefinindo a sua tipicidade, assim como, os meandros da urbanização, manifestação da divisão do trabalho, sob a separação campo-cidade, e a Bahia e Feira de Santana como exemplo para essa discussão.

Colocando o Estado no centro do debate, conclui-se que, pela desigualdade na distribuição da população total e urbana, assim como a concentração no litoral,

tendo o sertão áreas escassamente povoadas, a despeito de ser o semiárido mais povoado do mundo. O tamanho populacional dos municípios e das cidades é diretamente proporcional à concentração do capital; não são meramente pessoas distribuídas no espaço, ocupando espaço, e que, por coincidência ou fatalidade chegaram, mas força de trabalho sumariamente utilizada para reprodução do mais-valor.

A diferenciação implantada no início da colonização permanece, no território e em 2010, tomando como referência a população total, identifica-se a diferenciação, evidenciando-se que não há possibilidade de igualização espacial nos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios baianos. Os resultados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), indicam que a Bahia apresentava uma população total de 14.021.432 habitantes, posicionando-se como 4º Estado mais populoso do país e o que detém o maior contingente populacional da Região Nordeste. No entanto, a distância dos números entre o mais e o menos populoso é suficientemente grande para gerar dificuldade na leitura da realidade. Por exemplo, Catolândia, município sertanejo que apresenta menor população total e urbana de acordo com o IBGE-2010, possuía 3092 habitantes e 848 no espaço urbano, significando 0,12% da população total da capital e 0,64% em relação a 2ª maior, Feira de Santana. (FREITAS, 2010).

Em 2010, de acordo os dados do Censo Demográfico do IBGE, a população urbana do Estado da Bahia era igual a 10.105.218 e a população rural era 3.916.214, com uma taxa de urbanização de 72,07%. Apresentando áreas de concentração e outras escassamente povoadas, de modo que, as desigualdades prevaletentes no território refletem no âmbito da urbanização. (MAPA 29). A capital do Estado, Salvador, detinha uma população total de 2.676.606 e a urbana de 2.675.875, e apenas 731 pessoas vivendo no campo, registrando taxa de urbanização em torno de 100% segundo informações obtidas no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010).

Na segunda posição está Feira de Santana com população total de 556.756 correspondendo a cerca de 20,8% da população total de Salvador, e 510.736 habitantes na cidade, indicando uma taxa de urbanização de 91,7%. O município que está na terceira posição é Vitória da Conquista com 306.374, ou 55,0% da população de Feira de Santana e Itabuna o terceiro mais populoso, tem 204.710

habitantes, ou seja, um percentual de 36% em relação à Feira de Santana. (TABELA 8).

As áreas de maior densidade demográfica situam-se no litoral e Recôncavo, especialmente a Região Metropolitana de Salvador - as mais expressivas estão em Salvador, 3.859,35 hab./Km² e Lauro de Freitas, 2.833,43 hab./km², e as mais escassamente povoadas são: Formosa do Rio Preto com 1,37 hab./Km², Cocos 1,79 hab./Km² e Correntina 2,62 hab./Km².

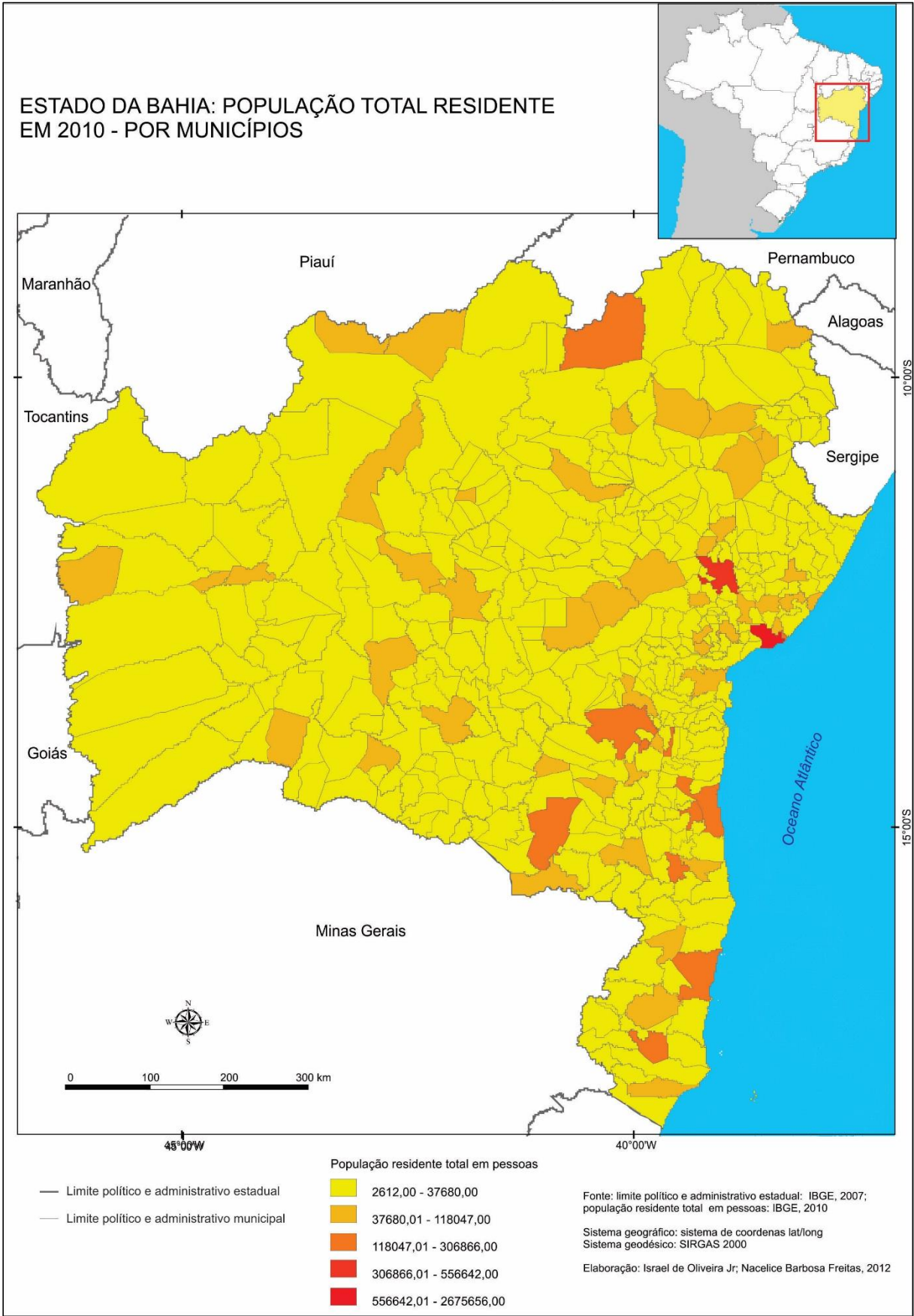
TABELA 8 – BAHIA: POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS EM 2000 e 2010

| Municípios | População Total | |
|----------------------|-----------------|-----------|
| | 2000 | 2010 |
| Salvador | 2.443.107 | 2.676.606 |
| Feira de Santana | 480.949 | 556.756 |
| Vitória da Conquista | 262.494 | 306.374 |
| Itabuna | 196.675 | 204.710 |
| Ilhéus | 222.127 | 184.231 |
| Camaçari | 161.727 | 242.984 |
| Juazeiro | 174.567 | 197.984 |
| Jequié | 147.202 | 151.921 |
| Barreiras | 131.849 | 137.428 |
| Alagoinhas | 130.095 | 142.160 |
| Lauro de Freitas | 113.543 | 163.414 |
| Teixeira de Freitas | 107.486 | 138.491 |
| Paulo Afonso | 96.499 | 108.419 |
| Porto Seguro | 95.721 | 126.770 |
| Simões filho | 94.066 | 118.020 |
| Eunápolis | 84.120 | 100.246 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000 e 2010.

Os números em si pouco comunicam, contudo, foram aqui utilizados para reafirmar que a concentração da população no litoral, não representa o esforço ou tendência histórica derivativa da colonização, mas, tão somente, produção do espaço para o capital, que, ao concentrar riqueza, necessita ao mesmo tempo da concentração populacional, por ser esta a única capaz de reproduzi-la. No estado da Bahia onde esta situação se apresenta como dificuldade para os estatísticos, porque, definir intervalos de classe do tamanho populacional de todos os municípios, se não tiver os devidos cuidados, os cálculos conduzirão as aberrações diante da distância que há entre os mais e os menos populosos. Assim, Feira de Santana “litoraliza-se”, quando se trata de crescimento populacional, apresentando a menor distância em relação a Salvador – por exemplo, não é o município de Cachoeira que hoje tem a segunda maior população, com em tempos pretéritos

MAPA 29 - ESTADO DA BAHIA: POPULAÇÃO TOTAL EM 2010



Esta posição é assumida por Feira de Santana desde 1940, revelando que no espaço urbano há desigualdade quanto à distribuição populacional, concentrando-se no litoral, especialmente nas áreas mais próximas à Região Metropolitana de Salvador, onde situam-se as mais elevadas taxas de urbanização. Observa-se que entre os dezesseis municípios mais populosos do Estado 09 (nove) estão na proximidades desta localidade, identificando-se que Salvador e Lauro de Freitas conta com 100% da população residindo na cidade. (TABELA 9).

Tabela 9– BAHIA: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E TAXA DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS EM 2010

| Municípios | População Total | População Urbana | Taxa de Urbanização % |
|-------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|
| Salvador | 2.676.706 | 2.675.875 | 100,0 |
| Feira de Santana | 556.756 | 510.736 | 91,7 |
| Vitória da Conquista | 306.374 | 274.805 | 89,5 |
| Camaçari | 242.984 | 232.045 | 95,5 |
| Itabuna | 204.710 | 199.668 | 97,6 |
| Lauro de Freitas | 163.414 | 163.414 | 100,0 |
| Juazeiro | 197.984 | 160.786 | 81,2 |
| Ilhéus | 184.231 | 155.300 | 84,3 |
| Jequié | 151.921 | 139.452 | 91,8 |
| Teixeira de Freitas | 138.491 | 129.412 | 93,4 |
| Alagoinhas | 142.160 | 124.245 | 87,4 |
| Barreiras | 137.428 | 123.734 | 90,0 |
| Simões Filho | 118.020 | 105.808 | 89,6 |
| Porto Seguro | 126.770 | 104.090 | 82,0 |
| Paulo Afonso | 108.419 | 93.457 | 86,2 |
| Eunápolis | 100.246 | 93.442 | 93,2 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, 2010.

A cidade cresce e confirma a posição de Feira de Santana no seu lugar Sertão, para ser concretamente a Princesa do Sertão e ascende ao posto de rainha coroada pelos contornos urbanos mais volumosos, que começaram a ser rabiscados no final do século XIX, e firmados no início do século XX, quando:

Apagam-se e se renovam os dias. Passam, caem as duas primeiras decúrias iniciais do século. Começa a paisagem a chorar a desalução de alguns solares rurais, frente ao novo prestígio da vida urbana. Novo ritmo de vida marca o destino da região. Despovoam-se algumas fazendas de alguns aristocratas, a pouco e pouco, completado o êxodo com a guerra de quatorze. Este fato feriu mais fundo a vida das fazendas do que a extinção da escravidão. (BOAVENTURA, 1989, p. 409).

Engels (2008) debatendo sobre a gênese da urbanização na Inglaterra, especialmente em Londres, registrou os efeitos dos custos para a sociedade do

processo que se transforma o espaço para dar vazão às odes capitalistas em detrimento da valorização da essência humana. Expande-se a cidade, consolidando a formação de uma sociedade urbana, uma espécie de onda que se propaga para outros continentes, em ritmos históricos geográficos diferenciados.

Uma cidade como Londres, onde é possível caminhar horas e horas sem se quer chegar ao princípio do fim, sem encontrar o menor sinal que faça supor a vizinhança do campo, é verdadeiramente um caso singular.

(...)

Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros. (ENGELS, 2008, p. 67-68).

Poppino (1968) afirma que os números referentes ao crescimento populacional de Feira de Santana entre 1860 e 1950 deve-se considerar a redução em 75% da área do município neste período, e a ausência de recenseamento entre 1835 e 1872, porém é fácil constatar um crescimento em ritmo significativamente ascendente. Na década de 1940 ocupava o 5º lugar entre os municípios mais populosos do Estado, porém com o desenvolvimento dos transportes e comunicação com a indústria, especialmente durante a II Guerra Mundial amplia-se o número de habitantes, contribuindo para consolidar a urbanização no final da década de 1960 e a partir de 1950 posiciona-se como a 2ª maior população e cidade superando Itabuna e Ilhéus, mantendo-se até os dias atuais. (FREITAS, 1997). (TABELA 9).

A leitura dos dados sobre população total, urbana e taxa de urbanização do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), evidencia a importância da análise sobre a temática em questão. Feira de Santana desponta do sertão, princesa do sertão, destacando tanto economicamente, quanto em tamanho populacional.

Relacionando os municípios mais populosos da Bahia³⁷, identifica-se que todos apresentam taxa de urbanização superior a 80%, denotando as particularidades da relação campo-cidade, onde a diminuição da população do campo e a concentração populacional na cidade revela que há uma ampliação da urbanização em poucos municípios, além de estar centralizada no litoral. Partindo para o interior a tendência é de arrefecimento do tamanho da população com raras exceções, porque o processo de formação territorial no Brasil, especialmente na Bahia não contribuiu de forma efetiva para o fortalecimento do urbano no sertão. (TABELA 9). (MAPA 30). Para explicar a urbanização como processo que emana da relação campo-cidade, quando o crescimento populacional torna-se responsável pela ampliação do espaço urbano, é importante observar que Feira de Santana apresenta uma especificidade: por um lado difere do conjunto das cidades do estado da Bahia no que diz respeito a gênese do urbano, por outro, apresenta taxas de urbanização sempre acima da média do Estado desde a década de 1940, enquanto a sua taxa de urbanização em 1960 era de 49,30, esta cifra, o conjunto dos municípios do estado só apresentará em 1980. A Bahia tem um percentual de 59,1% em 1991, 67,1% em 2000, e 72,1% em 2010, no entanto, Feira de Santana sempre apresentou índices superiores: 85,86%, 89,77%, 91,74%, respectivamente no mesmo período.

Sertão que urbaniza, transformando o espaço, muda a feição, atrai e concentra continuamente capital na cidade. Crescimento fruto de uma urbanização terciária, contudo não se pode olvidar que a industrialização moderna implantada na década de 1970, promove a transformação que rebate na ampliação do mercado, induz a atração populacional intensificando a migração campo-cidade. Sendo assim, se aproxima cada vez mais do urbano, impelido pelo dinamismo econômico que se encarrega de atrair a população para o seu interior, formando aglomeração que enfeita a paisagem urbana traz o automóvel para tornar mais rápida as comunicações e migrantes, que segundo Boaventura (2006, p. 84 e 85) “feirensezou-se”.

Carros pesados atravessam o horizonte novo com buzinas estridentes, cantarolando Asa Branca. Alarmanes estas, outras buzinas sonoras mordiam todo o céu renovado da velha paisagem.

³⁷ Entre os 417 municípios baianos, foram considerados mais populosos aqueles que contavam com uma população total, igual ou maior que 100.000 habitantes, tomando-se como referência os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010).

(...) O tempo mudou o fâcies da minha cidade. No traçado comercial foi radical a mutação.

O poeta e escritor modernista escrevia sobre Feira de Santana, observando o processo de urbanização que transformava a cidade, tanto no que se refere aos aspectos sociais, quanto políticos e econômicos, ou seja, mudanças que transmutavam rural em urbano. (SOARES, 2003).

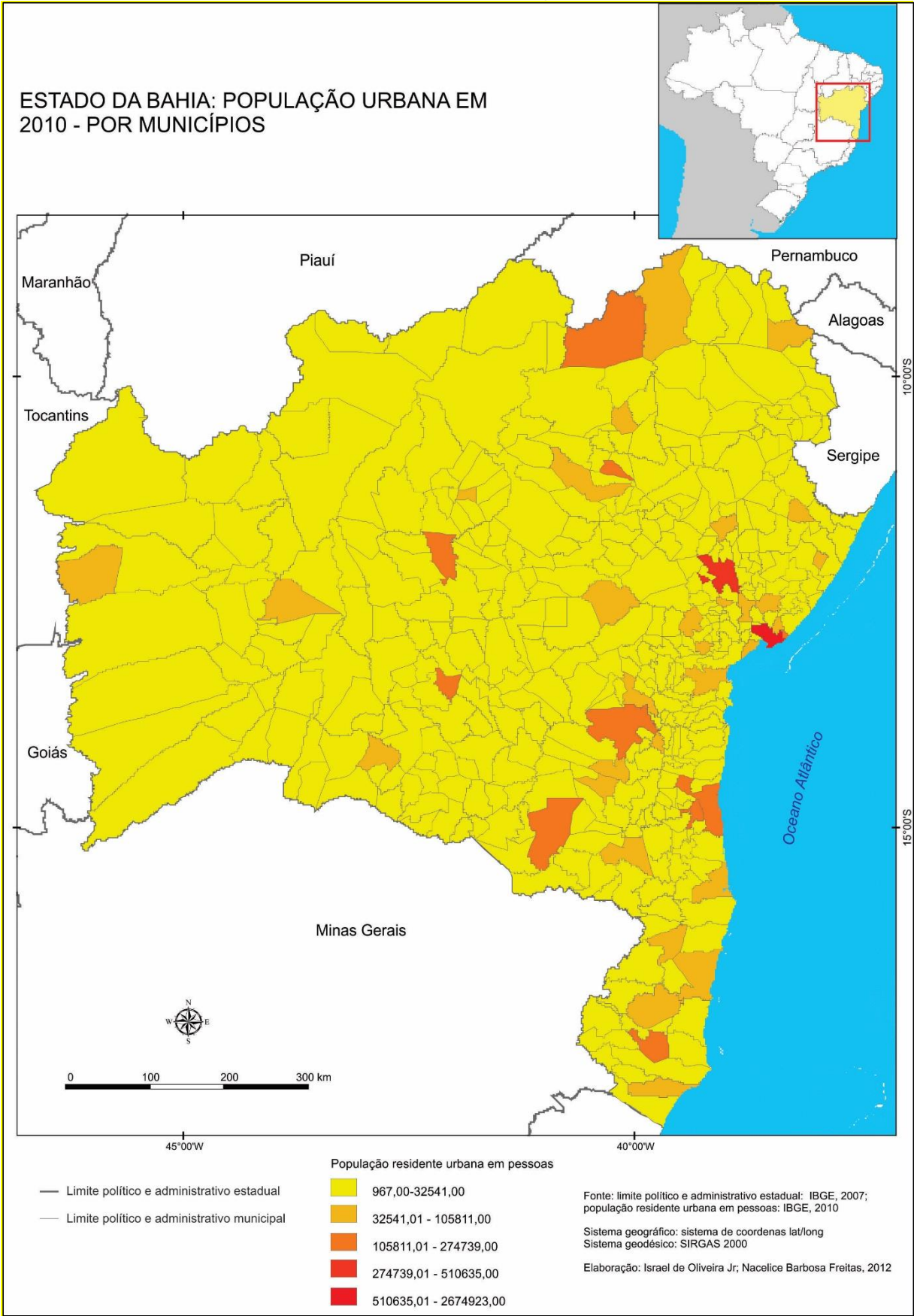
Sua posição quanto à crescente urbanização tende para a macrocefalia na sua região de influência, seja a Região Metropolitana, ou o Território de Identidade ou mesmo a Microrregião Geográfica e a Região de Influência das Cidades³⁸, divisões administrativas e de planejamento que servem para comprovar a hegemonia de Feira de Santana no Estado da Bahia. Por exemplo, o segundo maior município em população da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) é São Gonçalo dos Campos, que contava em 2010 com 33.283 habitantes, e Feira de Santana com 556.642, corresponde a aproximadamente 6% (seis por cento) da sua população total. A relação é similar quanto ao Território de Identidade Portal do Sertão, quando o segundo maior município em população é Santo Estêvão, com 47.901 habitantes ou 8,4% (oito vírgula quatro por cento) da sua população. Quanto à Microrregião Geográfica a situação se repete, pois na segunda posição está Ipirá, com 59.352 habitantes, que possui um contingente correspondente a 10,6 (dez vírgula seis por cento).

Princesa do Sertão que se destaca nacionalmente para confrontar - quanto ao contingente populacional - com o litoral e se isso representa valor no/do espaço, deve-se registrar que em 1980 e 2000 era maior que sete capitais brasileiras. Em 1991 contava com uma população maior que nove capitais brasileiras, e em 2010 sua população supera oito capitais do país. (IBGE 1980 – 2010). (TABELA 10).

Tomando como referência os dados populacionais como um dos elementos básicos para definir a dimensão do município e da cidade observa-se a sua importância nas múltiplas escalas – nacional, regional, estadual -, projeto iniciado com a pecuária quando assume o lugar de principal feira de gado da região no século XVIII. Atualmente se posiciona como a 34ª maior cidade das 5565 (cinco mil quinhentos e sessenta e cinco) sedes municipais brasileiras, em 2010.

³⁸ Feira de Santana é considerada capital regional de uma área que envolve 48 municípios baianos. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 2012).

MAPA 30 – ESTADO DA BAHIA: POPULAÇÃO URBANA EM 2010



Com a ampliação da urbanização há a perda de população rural em números absolutos e relativos desde a década de 1960, obtendo-se um contingente de 2.029 pessoas entre 1970 e 1980 para continuar decrescendo. Em contrapartida, praticamente dobrou o número de habitantes da cidade no período, ressaltando-se que 1970 é o ano da implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), que mesmo não absorvendo a mão de obra disponível para o trabalho, tem a capacidade de, no meio à subjetividade atrair significativo contingente populacional. (FREITAS, 1997).

**TABELA 10 – POPULAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA E DE ALGUMAS
CAPITAIS BRASILEIRAS – 1980, 1991, 2000 e 2010**

| Município | População 1980 | População 1991 | População 2000 | População 2010 |
|------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Feira de Santana | 291.504 | 405.848 | 480.949 | 556.756 |
| Aracaju * | 293.119 | 402.341 | 498.619 | 570.937 |
| Cuiabá ** | 213.151 | 402.813 | 483.346 | 530.308 |
| Porto Velho | 133.882 | 286.400 | 380.988 | 410.520 |
| Vitória | 207.736 | 258.777 | 317.085 | 325.453 |
| Florianópolis | 153.547 | 255.390 | 342.315 | 421.203 |
| Rio Branco | 117.101 | 197.376 | 314.127 | 335.796 |
| Macapá | 140.624 | 179.777 | 282.745 | 397.913 |
| Boa Vista | 67.017 | 144.249 | 242.179 | 284.258 |
| Palmas*** | ---- | 24.334 | 208.166 | 228.297 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos, Brasil e Bahia- 1980 e 2010.

* Municípios com população maior que a de Feira de Santana em 1980, 2000 e 2010.

** Municípios com população maior que a de Feira de Santana em 2000.

*** A cidade foi fundada em 20 de maio de 1989.

A introdução de complexos e modernos sistemas de produção, como a ampliação da infraestrutura viária e dos meios de comunicação, a modernização instalada em Feira de Santana confere um significativo impulso ao crescimento urbano e, depois, ao processo de urbanização, além disso, tem a formação urbana após ter consolidado o espaço rural. Em 1920, a implantação de largas avenidas na cidade lhe confere importância, sendo noticiadas em jornais da época, mostrando uma nova realidade urbana.

O maior aumento relativo da população rural refere-se às décadas entre 1940 e 1950, decrescendo de forma constante a partir de então, especialmente entre 1960 e 1970. Nesse contexto, a Região Nordeste apresenta elevadas taxas de crescimento populacional urbano, resultante do êxodo rural motivado por secas prolongadas que ocorreram no período. Com visão poética, Juarez Bahia afirma que para Feira de Santana se dirigem:

Alagoanos, piauienses, sergipanos, pernambucanos, cearenses, capixabas, rio-grandenses-do-norte, gaúchos, paulistas, portugueses da Madeira, espanhóis da Galícia, turcos, sírios, judeus, libaneses, russos, americanos, essa gente a chegar também vem à procura de promessa. (BAHIA, 1986, p. 66).

A maior queda relativa no período entre 1960 e 1970 pode ser explicada pelas condições de vida no campo, pelos limites impostos pelo capital, impulsionando a saída da população. Entre as décadas de 1950 e 1980 é influenciado pelas primeiras décadas de modernização urbana resultante das relações capitalistas de produção e consequentemente de ampliação da industrialização após a II Guerra Mundial.

A urbanização em Feira de Santana delineia a formação daquilo que Santos e Silveira (2001) denominam de “espaços luminosos” no sertão. Iluminação que faz do século XIX o momento de seguir em direção ao urbano, à “maturidade urbana” no Brasil, especialmente na Bahia, quando, nesse período, os fazendeiros de gado e os senhores de engenho fazem da casa da cidade a sua residência mais importante. (SANTOS, 1993).

O lugar que foi descrito por Pero Vaz de Caminha como distante, chega ao litoral comandado pela modernização da cidade, fortalecida pelo crescimento populacional urbano no século XX.

Emerge um novo sertão. Aquele sertão que sai do agrário, diminui sua inclinação em direção à pecuária, comandando e sendo comandado pelas forças do capital que se fixa no espaço urbano através da indústria, comércio e serviços, e, se o processo é mensurado quantitativamente utilizando-se de índices populacionais, considerando a produção do espaço urbano registrado nas taxas de crescimento da população urbana, pode-se afirmar que houve um acelerado crescimento entre 1950 e 1980, decrescendo os índices para se encaminhar uma estabilização, conquanto a taxa de urbanização em 2010 supera as cifras dos 90%. Isso significa que o futuro aponta para a predominância absoluta da cidade e assimilação do campo em Feira de Santana. Confirmando a assertiva no dia 20 de junho de 2013, foi aprovado na Câmara de Vereadores o projeto de criação de novos bairros. Estes integram um espaço que perde a condição de campo, o direito ao campo e passa a

ser cidade, sem o direito à cidade, estendendo o urbano que submete o campo, colocando-o terminantemente sob seu domínio.

A análise do processo em Feira de Santana permite afirmar que é cada vez mais vigorosa, indicando a tendência para a urbanização ainda maior e mais ampla, consolidando o que Santos (1994c, p. 22) denomina de urbanização da sociedade, porque é crescente e é “uma fatalidade neste país, ainda que se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago...” consolidando a diferenciação em consequência da forma como se efetiva a reprodução ampliada do capital.

7.2 Região Metropolitana sem metrópole

Em trabalho apresentado no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em Salvador em 1959, Milton Santos disserta sobre a importância de Feira de Santana no que se refere à zona de influência, assim como a sua aproximação com o litoral ao ponto de colocá-la como integrante da Rede Urbana do Recôncavo. Rompe com todas as classificações e delimitações anteriormente feitas, com a base tradicional da definição de regionalização, vigente inclusive com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Traz a redefinição do Recôncavo, explicando a sua relevância quanto a comportar a localização da mais antiga rede urbana do país.

A aproximação dos espaços (sertão-litoral/Recôncavo) decorre das relações econômicas perpetradas, entre os municípios, associadas ao desenvolvimento dos transportes ferroviário e rodoviário, iniciado no século XIX. Tais fatos possibilitam a redefinição da hierarquia urbana, e na opinião de Santos (1998, p. 62), tradicionalmente o Recôncavo corresponde a região localizada em torno da Baía de Todos os Santos, porém mais que uma “unidade fisiográfica” é, na realidade um “conceito histórico”, porquanto as relações interurbanas foram lastreadas no econômico: agricultura fumageira, canavieira, pesqueira e de cerâmica, etc., estruturando uma unidade, “Salvador presidia esse espaço, coordenando as suas funções diretoras”. (SANTOS, 1998, p. 65).

Trazendo a atualização na análise espacial, esse autor oferece condições de entender que o espaço não pode se constituir estático: se amplia, encolhe, alarga, se distancia e aproxima mediante a fluidez do capital, incorporando ou desligando

áreas. Movimenta faz e se refaz determinado pelo econômico, produzindo espaço para o capital, incluindo novas cidades, antes “afastadas”, resultado de uma relação espaço-tempo mais lento, e acelerado com as melhorias nos serviços de comunicação. Feira de Santana e outras cidades do Agreste como Alagoinhas passam a integrar o espaço definido pelo autor como Rede Urbana do Recôncavo, sendo o comércio e a posição de encruzilhada a mediação para aproximação desses espaços urbanos com Salvador.

Recôncavo deixa de ser a franja litorânea e se inclina em direção ao sertão, pondo antigos centros urbanos que outrora se posicionavam com significativo destaque no que se refere às relações econômicas com a capital em situação hierarquicamente inferior, por exemplo, Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré.

Feira de Santana encontra-se com o litoral, arrastando a sua zona de influência que se estende até Alagoinhas, Tucano, Ribeira do Pombal, Serrinha e Riachão do Jacuípe. Sendo assim todas as cidades estão em contato direto com o litoral no sentido de integrá-lo espacialmente. Entrementes, o distancia de Cachoeira e Santo Amaro denotando os elementos básicos que servem de alicerce na relação sertão-litoral, posição que impõe a relativização nessa dialética do espaço. Em distância espacial, próximo do Recôncavo, do litoral, integra a sua forma-conteúdo, porém se a distância for medida no âmbito da relação espaço-tempo, estão peremptoriamente dele desintegrado, distante, porque não compõe a totalidade dessa forma-conteúdo.

A Geografia serve para explicar que o movimento do tempo pode mudar o movimento do espaço, deslocar limites, indicando que em determinado momento espaços juntos, fronteirados, podem se desvincular, construindo o próprio fosso de separação.

Os municípios de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré estão no litoral sob o ponto de vista natural, físico, e em tempos pretéritos constantemente ligados a Salvador, através de laços econômicos. O primeiro, servia nitidamente de porta de entrada para o sertão, era divisor de águas, mostrava que sertão e litoral se diferenciavam, seja no que se refere à produção do espaço urbano, ou nas relações socioeconômicas e políticas.

Longe estava Feira de Santana, do outro lado da fronteira, no entanto, em cada passo dado em direção ao litoral, dele mais se aproximava, ao tempo em que

se distanciava das três cidades antes a ele atreladas (Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, Santo Amaro da Purificação e Nazaré). O comércio é a mediação fazendo-a abeirar-se da costa atlântica, ao ponto de Santos (1998, p. 65) propor uma nova rede urbana para a Bahia, para “estudar sobretudo a formação e a hierarquia dos núcleos urbanos, bem como a evolução do tipo de relações mantidas com a Cidade do Salvador”. Utilizando os critérios supracitados garante ser “irrecusável incluir tanto Feira de Santana como Alagoinhas na região urbana a estudar, bem como toda a porção territorial vizinha” (...). Por outro lado, Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré se afastaram do litoral especialmente porque se transformam em região de perdas econômicas, assim como de população, sendo arrebatadas pela “princesa do sertão” que se impõe enquanto litoral.

A classificação dada se distancia da proposta metodológica anunciada no Capítulo 2, porque os dois espaços são analisados e entendidos numa perspectiva escalar, e o autor trata sob o viés da separação. Importa observar que sua discussão comprova que houve transformação alicerçada nas condições econômicas, de tal forma que as fronteiras entre os municípios e a rede de cidade foi modificada, invertendo-as - transferência na totalidade sertanejo-litorânea nítida prova da contradição dialética.

A análise espacial indica que o passado-presente interpenetram de tal forma que permite Santos (1998, p. 85) garantir:

O Recôncavo, passou assim, a olhar para dentro, comunicando-se com Salvador sobretudo por terra. Enquanto Cachoeira e Santo Amaro, portos debruçados sobre a água, viam restringir-se sua zona de influência e desciam da posição de capital regional para a de centro local. Feira de Santana passava a comandar a maior parte das relações no mesmo território.

A aproximação não ocorre somente pela construção da Bahia-Feira - BR 324 – não é somente o traçado da rodovia que as aproximam, mas especialmente, o ritmo da circulação das mercadorias. O fato de ser entroncamento rodoviário, passagem obrigatória para todos os provenientes do Sul-Sudeste e Norte-Nordeste do país, coloca a cidade como centro coletor e distribuidor, conferindo importância regional já nas décadas de 1940 e 1950.

Esta é a razão por que Feira de Santana pôde ascender ao papel de centro distribuidor para o Recôncavo e uma grande parte do sertão, função que outrora representavam Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré. A esse papel na distribuição acrescenta-se um outro na coleta de produtos. Estes vêm de pontos os mais distantes para serem comercializados em Feira de Santana, a começar pelo gado, que é a atividade tradicional. (SANTOS, 1998, p. 93).

Antes o “Recôncavo olhava para fora” e a Princesa que se pretendia Rainha do sertão era impedida pelos municípios de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira às margens do rio Paraguaçu, utilizando esta corrente de água que serpenteava em direção à cidade do Salvador, colocando-a no litoral. O vigor econômico estabelecido na feira obriga o Recôncavo a fazer o movimento inverso, voltar-se para o sertão, ver com outros olhos, visualizar o que antes se situava na condição de reserva de valor, espaço guardado para uso futuro. Este se impõe imprimindo complexidade à estrutura da rede urbana que ora se forma, economia desenhando o crescimento urbano e a posição na região. Assim, de “cidades marginais, Feira de Santana e Alagoinhas, presidem, naturalmente, as relações espaciais que se realizam dentro e fora do Recôncavo.” (SANTOS, 1998, p. 94).

7.3 A Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS)

Discutir a formação da Região Metropolitana de Feira de Santana importa localizá-la nas propostas governamentais de divisões regionais e utilizando critério que a despeito de lançar mão de aspectos naturais ou econômicos, em síntese, são político-administrativos e propendem para o controle do espaço.

Incluindo a discussão no âmbito da compreensão sobre o processo de metropolização, levanta-se um questionamento considerado importante para o entendimento da posição de Feira de Santana na hierarquia e rede urbana da Bahia. É indiscutível a condição de centro intermediário, mas, ao “lançar mão” da teoria, conclui-se sobre a necessidade do aprofundamento teórico sobre o tema em questão.

Na visão de Sposito (2007, p. 9) os estudiosos do urbano precisam dedicar mais atenção quando se almeja definir “cidades médias” e “cidades de porte médio”. Segundo a autora, as cidades médias são abordadas, na literatura brasileira, como aquelas “que desempenham papéis de intermediação entre cidades maiores e

menores no âmbito de diferentes redes urbanas” estas “diferem das denominadas ‘cidades de porte médio’ cujo reconhecimento advém de seus tamanhos demográficos.”

Situando Feira de Santana na rede urbana da Bahia, entretanto, pode-se classificá-la como cidade média, mas também se posiciona como cidade intermediária, tomando-se como referência a sua influência econômica quanto a concentração do desenvolvimento do comércio, serviços, e industrialização.

A Região Metropolitana é uma formação espacial resultado da organização político administrativa entre vários municípios que têm por propósito buscar, conjuntamente, caminhos para atendimento das demandas socioeconômicas, assim como traçar perspectivas para o crescimento econômico e fortalecimento regional. No Brasil é com a Lei Complementar Nº 14 de 1973 que ocorre esta institucionalização. Souza (2006, p. 30) afirma que a sua definição se deu sem ouvir a sociedade, ou mesmo especialistas, sendo oriunda do Ministério da Justiça. Nove Regiões Metropolitanas foram criadas sem critérios claros e sem definição objetiva de uma política urbana para o país.

As cidades escolhidas pelo governo militar recebem ações e destinações de recursos. Desse modo, o desenvolvimento da institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil sempre seguiu à margem de todas as reflexões sobre a política urbana brasileira, e até hoje segue à margem das políticas territoriais.

Nessa mesma perspectiva, concretizando o projeto da autoria do deputado federal Colbert Martins, foi estruturada a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), através da Lei Complementar nº 35 de 6 de julho de 2011, assinada pelo governador Jaques Wagner.

De acordo o texto da referida Lei em seu Parágrafo Único a RMFS constitui-se dos seguintes municípios: Feira de Santana, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Anguera, Santanópolis, Irará, Tanquinho, Conceição do Jacuípe, Santa Bárbara, São Gonçalo dos Campos, Ipecaetá, Serra Preta, Candeal e Riachão do Jacuípe. (MAPA 31).

O Artigo 1º consta que:

A Região Metropolitana de Feira de Santana, na forma do parágrafo 3º do artigo 25 da Constituição Federal e do artigo 6º da Constituição Estadual, é a unidade organizacional geo-econômica, social e

cultural constituída pelo agrupamento dos municípios, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Região Metropolitana de Feira de Santana já se formou incompleta, tanto que outros dez municípios integram a Área de Expansão Metropolitana. São espaços que se esperam valorizar-se, quando a produção do espaço urbano é reserva de valor para integrar-se posteriormente mediante a Lei Complementar nº 106 de 2011. (MAPA 31).

De acordo o Deputado Federal Colbert Martins:

Com mais recursos e uma gestão combinada, os municípios poderão desenvolver novos projetos, reduzir gastos e cobranças de tarifas, como transporte coletivo e telefonia, por exemplo. Além disso, poderão dispor de assessores técnicos especializados no planejamento da ação governamental e na busca de recursos. (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 18/09/2009).

Sabe-se que a metropolização brasileira reflete e assegura o processo de modernização, resultado da rápida urbanização centralizada, a partir dos anos de 1960, e também as mudanças no país associadas ao desenvolvimento técnico implantado no território. Processo complexo porque, além de fenômeno socioespacial é ainda escala de ação governamental, impondo transformações no espaço e na sociedade.

O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana (CDRM) foi criado na mesma Lei que instituiu a Região Metropolitana e se configura como órgão de caráter normativo, deliberativo, consultivo e de planejamento, estruturado com a representação de cada município, além da participação do Governo do estado e da sociedade civil. A RMFS responde a diversas diretrizes do Ministério das Cidades, no que se refere a captação de recursos do Governo Federal, abrindo espaço para a participação em programas de saneamento e mobilidade urbana (BAHIA – SECOM, 2011).

A sua criação, responde a forma em que foi projetado o processo de redemocratização do país e especialmente a descentralização político-administrativa, quando a Constituição de 1988, confere aos Estados a responsabilidade de gestão dos espaços metropolitanos, com autonomia para criar

novas áreas metropolitanas. Em decorrência, o Brasil conta atualmente com vinte e sete Regiões Metropolitanas.

Na tabela 11 identifica-se os municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), e da Área de Expansão Metropolitana. Expõe-se a população total, urbana e a taxa de urbanização (IBGE-2010), tendo em vista a possibilidade de construir uma comparação no que concerne ao crescimento populacional. Observa-se a centralidade de Feira de Santana, quanto ao grande contingente populacional em relação aos demais.

TABELA 11 - FEIRA DE SANTANA: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RURAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E ÁREA DE EXPANSÃO METROPOLITANA EM 2010

| MUNICÍPIO | TOTAL | URBANA | RURAL | TAXA DE URBANIZAÇÃO % |
|--------------------------|----------------|----------------|---------------|-----------------------|
| Feira de Santana* | 556.642 | 510.736 | 46.020 | 91,7 |
| Amélia Rodrigues* | 25.190 | 19.957 | 5.233 | 79,2 |
| Conceição da Feira* | 20.391 | 13.137 | 7.254 | 64,4 |
| Conceição do Jacuípe* | 30.125 | 23.539 | 6.584 | 78,1 |
| São Gonçalo dos Campos* | 33.283 | 16.505 | 16.778 | 49,6 |
| Tanquinho* | 8.008 | 5.711 | 2.297 | 71,3 |
| Anguera** | 10.242 | 4.326 | 5.916 | 42,2 |
| Antônio Cardoso** | 11.554 | 3.225 | 8.329 | 27,9 |
| Candeal** | 8.895 | 3.476 | 5.419 | 39,1 |
| Coração de Maria** | 22.401 | 9.400 | 13.001 | 42,0 |
| Ipecaetá** | 15.331 | 2.637 | 12.694 | 17,2 |
| Irará** | 27.466 | 11.246 | 16.220 | 40,9 |
| Riachão do Jacuípe** | 33.172 | 19.860 | 13.312 | 59,9 |
| Santa Bárbara** | 19.064 | 8.669 | 10.395 | 45,5 |
| Santanópolis** | 8.776 | 1.684 | 7.092 | 19,2 |
| Serra Preta** | 15.401 | 6.920 | 8.481 | 44,9 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010).

* Municípios que integram a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS).

** Municípios que integram a Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana.

Nessa perspectiva, a análise sobre Feira de Santana, torna-se mais complexa, porque, além de não reunir todos os elementos que servem de base para desencadear o processo de metropolização, apresenta problemas, quanto ao planejamento urbano, desde a década de 1960, quando o contexto sociopolítico, implica em distanciamento na relação Estado e a sociedade. Isso se reflete na elaboração dos planos, porque após o PDLI (1968) e a Revisão do PDLI (1990),

Feira de Santana, não conta com um Plano instituído, exatamente por falta de participação popular, apesar da Lei Nº 10.257/2001, Art. 41, Inciso I - Estatuto da Cidade - determinar a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes.

A RMFS, ora criada, contava em 2010 com 673.639 habitantes, e Feira de Santana sozinha detinha o que corresponde a 82,63% deste total, isto é, já nasce com a tendência à macrocefalia, marcada pela centralização econômica e socioespacial.

A leitura dos dados da tabela 11, permite afirmar que o segundo município mais populoso é São Gonçalo dos Campos, com 33.283 habitantes, número que corresponde a apenas 5,98% população total do município central, e o de menor população – Tanquinho com 8.008 habitantes – é igual a 1,4% do contingente do mesmo. Tais aspectos impõem o desafio para a gestão metropolitana do espaço que se apresenta desigual e profundamente hierarquizado, agravada pela ausência de planejamento e aprofundamento das desigualdades que determinam diferenciações no espaço.

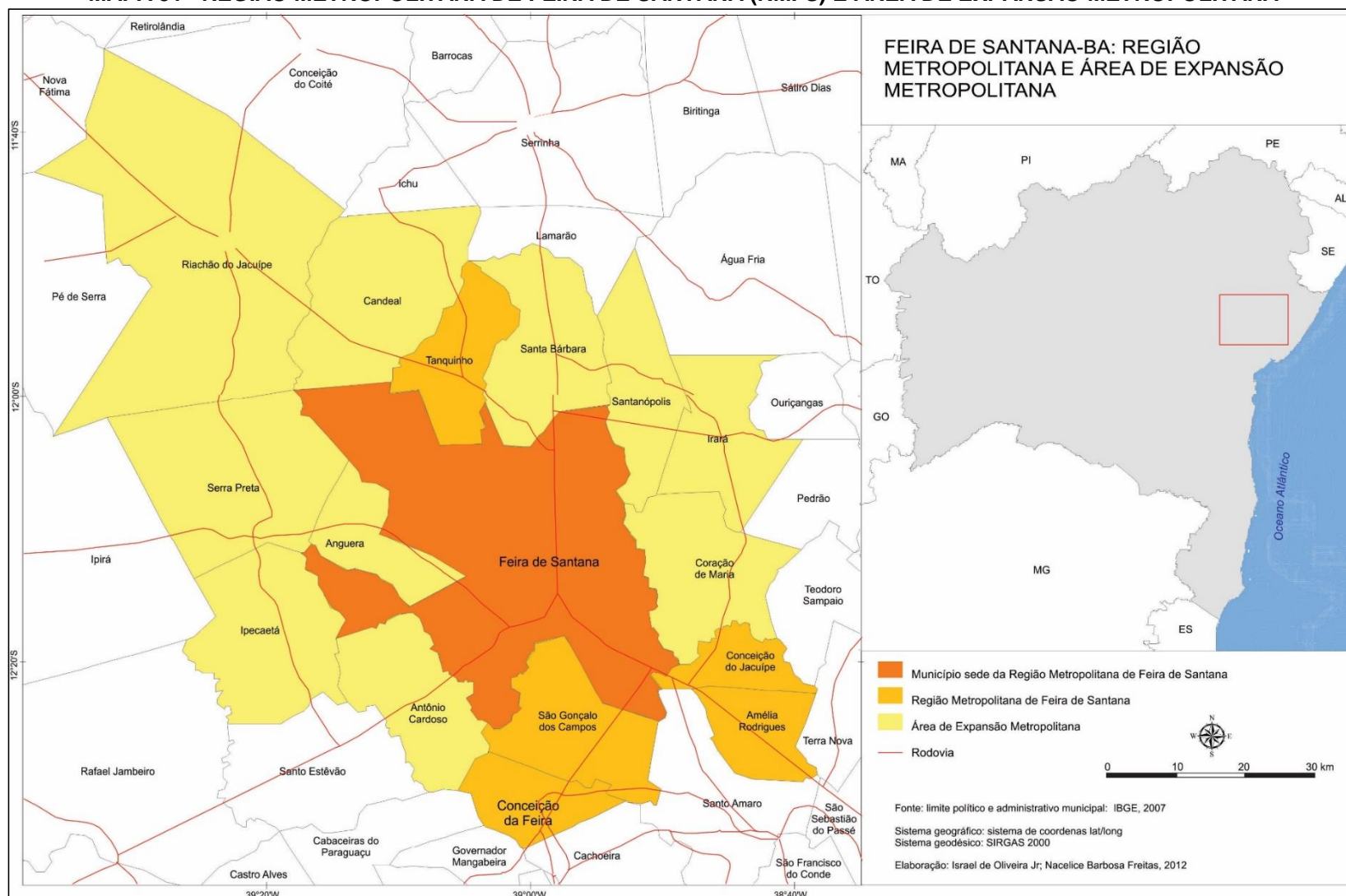
Assim, a definição da RMFS segue a tendência do processo de metropolização no Brasil, que corresponde à dissociação entre construção teórico-conceitual e a dimensão política segundo Silva (2006, p. 390), porque:

O atual quadro da metropolização brasileira tornou-se um enigma de difícil compreensão, porque, diferentemente dos anos 1960, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceram-se os critérios de criação, hoje não há um critério único estabelecido, e a dimensão política é de múltipla diversificação quanto à definição de novas áreas

A despeito do contexto diferenciado, a institucionalização da Região metropolitana de Feira de Santana (RMFS), acontece em situação semelhante, ou seja, distante do diálogo com a sociedade feirense.

Estando na condição de cidade média e de porte intermediário, conclui-se que a definição da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) só tem sentido político, porque, no que se refere ao processo de metropolização, a cidade não alcançou esta posição, portanto, é uma **Região Metropolitana sem metrópole**.

MAPA 31 –REGIÃO METROPOLITANA DE FEIRA DE SANTANA (RMFS) E ÁREA DE EXPANSÃO METROPOLITANA



8 O SERTÃO QUE É TERRITÓRIO DE PRINCESA: ALÉM DO LITORAL É PORTAL DO SERTÃO

Feira de Santana, se constitui na atualidade sob a toponímia de Portal do Sertão, usurpando de Cachoeira a posição de tempos pretéritos, desta cidade que contava, e ainda conta, com os objetos geográficos e arquitetura que concretizam um portal: porto fluvial, curso navegável do rio Paraguaçu, Recôncavo, contato direto com o litoral, via de acesso à capital, portanto, condições geomorfológicas determinantes de entrada-saída.

No Dicionário da Língua Portuguesa Novo Aurélio, o termo portal significa “porta principal, ou o conjunto das portas principais, dum edifício nobre, ou de templo”. Espaço de permissão, ultrapassagem, de travessia, canal que permitia ir mais longe, resvalando os percursos para construção de novos limites. Feira de Santana ao ser delimitada como Portal do Sertão, torna-se responsável por uma nova demarcação territorial, que se estabelece como consequência dos indícios socioespaciais ora apresentados.

A toponímia Portal do Sertão conferida a Feira de Santana, segundo o historiador e jornalista Franklin Machado é fato recente, e provavelmente foi definida no “primeiro governo José Ronaldo de Carvalho” (gestão municipal, 2001-2004). Este imprime o mesmo no viaduto de entrada da cidade pela BR 324-Leste, Km 518 - acesso à capital do estado. Observa-se que o nome é colocado na posição de entrada para o sertão para quem vem de Salvador. (FOTO 22).

A foto 23 traz uma imagem que denota ampla abertura para o litoral. Porém, a relação sertanejo-litorânea está anulada em direção ao Recôncavo, à Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Chama a atenção, que a entrada-saída da cidade pela BA 502, conta também com um viaduto no bairro Tomba e nele não se encontra o distintivo de Portal do Sertão (FOTO 24). Vale ressaltar que este era o caminho mais importante para o litoral, até a inauguração da rodovia Bahia-Feira em 1926 - atual BR 324. Tal constatação é uma indicação que desprezada está a primeira passagem obrigatória para adentrar este sertão, para quem vinha de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, confirmando que a abertura do Recôncavo aos recônditos do interior, cresceu, dilatou-se e se ampliou, desenhando

novos contornos de posse. Mediante este acesso se desloca para trás, recua para ser portal, lugar principal de novas fronteiras.

FOTO 22 – FEIRA DE SANTANA: PORTAL DO SERTÃO



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2013.

Traçar linhas que delimitem o território sertanejo implica em saber lidar com estes meandros geográficos sem obstar a relação teórico-prática necessária à demarcação da escala de análise, especialmente porque ao abordá-lo sob o viés dialético, sertão encontra-se com o litoral.

Esta dificuldade está atrelada à diversidade teórica, que implica também em diversidade de definições e aplicações dos conceitos – território e sertão – assim como, variedade de elementos explicativos da realidade, portanto, complexidade e interdisciplinaridade inerente ao conhecimento geográfico, conquanto ao tempo em que enriquece a análise, impõe cuidados teóricos no momento de realizar recortes necessários a implementação de uma exame lastreado na perspectiva escalar: o sertão/litoral, limite para achar o Portal do Sertão e a Princesa do Sertão.

FOTO 23 – FEIRA DE SANTANA: PORTAL DO SERTÃO – BR 324 LESTE KM 518



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2013.

FOTO 24 – FEIRA DE SANTANA: BA 502 - BAIRRO TOMBA



Fonte: FREITAS, Nacelice Barbosa. 2013.

É sobre estas bases espaciais de complexo e singular conteúdo, que se produz a realidade, que o Estado se apropria para implementar o planejamento do desenvolvimento no capitalismo. Capitalismo que o planeja porque este se realiza tendo por base um modo de produzir, um projeto alicerçado no espaço, onde talvez, a base esteja, contraditoriamente, no seu desconhecimento.

Território? Sertão? Litoral? Onde situam e se estabelecem os limites e fronteiras, quando se quer localizar Feira de Santana? Diversas são as linhas que os constroem- seja na literatura, em textos acadêmicos, ou mesmo no imaginário social. Cada contexto se responsabiliza em decretar linhas submetidas à jurisdição, porém, o escrito da história no *boden*, exige a reflexão sobre a construção da totalidade porque as escalas territoriais são suscetíveis à mudança. Toma-se esta categoria em virtude da forma como sertão-litoral foi produzido desde os tempos coloniais, sendo assim, entende-se que o conflito perpassa a sua demarcação e os limites são aperfeiçoados nas dimensões escalares.

8.1 Demarcar o limite territorial da Princesa do Sertão

Iniciar uma discussão sobre a demarcação territorial da princesa do sertão impõe a necessidade de situá-la no sertão na perspectiva territorial, portanto explicitar que neste trabalho de tese, a leitura sobre o território parte do princípio da existência de fronteiras demarcadas para emoldurar o poder municipal.

Propor a discussão sobre a formação territorial do sertão, inevitavelmente se coloca diante de duas premissas: uma que diz respeito ao território com base do aparato estatal e a outra refere-se a preocupação com a banalização do uso do conceito no contexto da mundialização do capital. A primeira explica a origem do espaço para exercício do poder e a segunda vincula-se às estratégias do Estado para o exercício da dominação no contexto neoliberal. Se àquela enrijece os limites desse espaço, esta o fragiliza, portanto a complexidade se amplia ao buscar o deslindamento sobre o objeto de análise, tendo em vista que a sua definição é construída, elaborada, desfigurada, transfigurada, sob a multiplicidade de alicerces, atrelados às diversas áreas do conhecimento científico e de interesses geopolíticos. Estes são responsáveis pela produção, também, das múltiplas possibilidades de construção territorial que desafiam a Cartografia.

Se é penosa a tarefa da definição conceitual, selecionar os critérios definitivos para delimitação da escala territorial igualmente exige cautela, então, achar com nitidez os limites e fronteiras do Portal do Sertão e Princesa do Sertão está diretamente associado a dificuldade em encontrar o território de identidade sertaneja.

A delimitação descrita na cartografia de João Guimarães Rosa, por exemplo, traz poesia impregnada de territorialidade respaldada no poder. Pode ser definida como a primeira regionalização impressa no espaço brasileiro. O que dificulta a delimitação é a grandiosidade desse território que tomou dimensões continentais já no período colonial, desembocando no Tratado de Madrid e, impõe dificuldades de compreensão a quem quer abarcar os limites sertanejos, deste sertão que é do “tamanho do mundo”. Rosa (2006, p. 25) mostra que o

Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. (...) (...) Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos.

O contexto em que se estabelece a formação territorial da Princesa do Sertão é terminantemente fértil a obstar a compreensão da realidade complexa que se estrutura ante aos olhos do colonizador e também do colonizado. Território colonial formado antes do existir colonial, Brasil que emerge dos desejos da realeza, em folhas de papel escritas em Tordesilhas, que mapeou, cartografou, e posteriormente tomou em propriedade. A problemática central gravita em torno de uma busca: encontrar o território do sertão, seus limites e fronteiras. Para obter resposta deve-se situar o lugar da gênese territorial, explicar em quais condições foram concebidas, assim como as relações de poder, portanto, Feira de Santana e a abrangência que lhe fez de Princesa do Sertão, Portal do Sertão, Território de Identidade Portal do Sertão e Região Metropolitana.

Este território foi encontrado, traçado, delimitado em Tordesilhas, em 1494: antes o que se tinha era lugar do outro, pertencia àqueles que os portugueses denominaram de índios no momento da consolidação do processo de colonização. Diversas questões ainda estão por ser respondidas. Primeiro, de qual território está-se falando? Do território brasileiro/baiano/feirense. Ora, se este se constitui uma

condição espacial, é então categoria universal e permanente e também categoria histórica na visão de Santos (1986), assim, preexiste à colonização.

Estas afirmações remetem ao *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira. Neste documento encomendado pelo rei D Manuel I de Portugal em 1480 ao cosmógrafo português que consequentemente tornou-se um dos negociadores do Tratado de Tordesilhas, continha detalhes da viagem com roteiros da visita cartografados em coordenadas geográficas da terra do “brazil”, espaço medido em graus, achado muito antes da visita de Pedro Álvares Cabral, naquele abril de 1500. Verdadeiro mandado de busca por território “grandemente povoado”, registro da terra extensa, tamanho que despertava cobiça sobre um povo que habitava em territorialidade singular, mas distante historicamente da condição de Estado-Nação. A terra é tomada mediante saques e morte, marcando o início de uma geopolítica e geoestratégia.

(...) portanto bem-abemturado Príncipe temos sabido e visto como no terceiro anno de vosso Reynado do hano de nosso senhor de mil quatrocentos nouenta e oito donde nos vossa alteza mandou descobrir há parte oucidental passando alem há grandeza do mar oceano honde he hachada e navegada huma tam grande terra firme com muitas grandes Ilhas ajacentes a ella que se estende a satenta graaos de ladeza da linha equinocial contra ho pollo artico e posto que seja asaz fora he grandemente pauorada e do mesmo circulo equinocial torna outra vez e vay alem em vinte e oito graaos e meo de ladeza contra o pollo antratico e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longuura que de huma parte nem de outra nom foy uisto nem sabido ho fim e cabo dela (...). (CARVALHO, 1991, p. 182-183).³⁹

O sertão aí está na delimitação do cosmógrafo, mas é assinalado através do litoral, porque tem por conteúdo o desejo de posse do espaço que situa atrás da costa. Dois espaços que se unem do lado ocidental do atlântico para pertencer ao bem-aventurado príncipe.

³⁹ (...) e portanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto com no terceiro ano do vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde no Vossa Alteza mandou descobrir a parte oucidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada ua tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas ajacentes a ela que se estende a satenta graos de ladeza da linha equinocial contra o polo ártico e, posto que seja assaz fora, é grandemente povoada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez e vai além em vinte e oito graos e meio de ladeza contra o polo antrático, e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de ua parte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e cabo dela; Atualização linguística elaborada por Carvalho (1991, p. 733).

Território pré-delimitado para ser construído *in loco* inicia com a instalação das feitorias, marcas do Estado encravadas no litoral. Porém, a sua condição de ser está na fronteira, em construção⁴⁰. Sempre vistas como pontos isolados na costa, edificações fortificadas, verdadeiros apoios militares para a expansão territorial, serviam de base para a administração das riquezas, porém, tem-se na sua materialidade, além da efetiva presença do Estado português, a institucionalização dos limites orientais da colônia, já prescritos na demarcação de Tordesilhas.

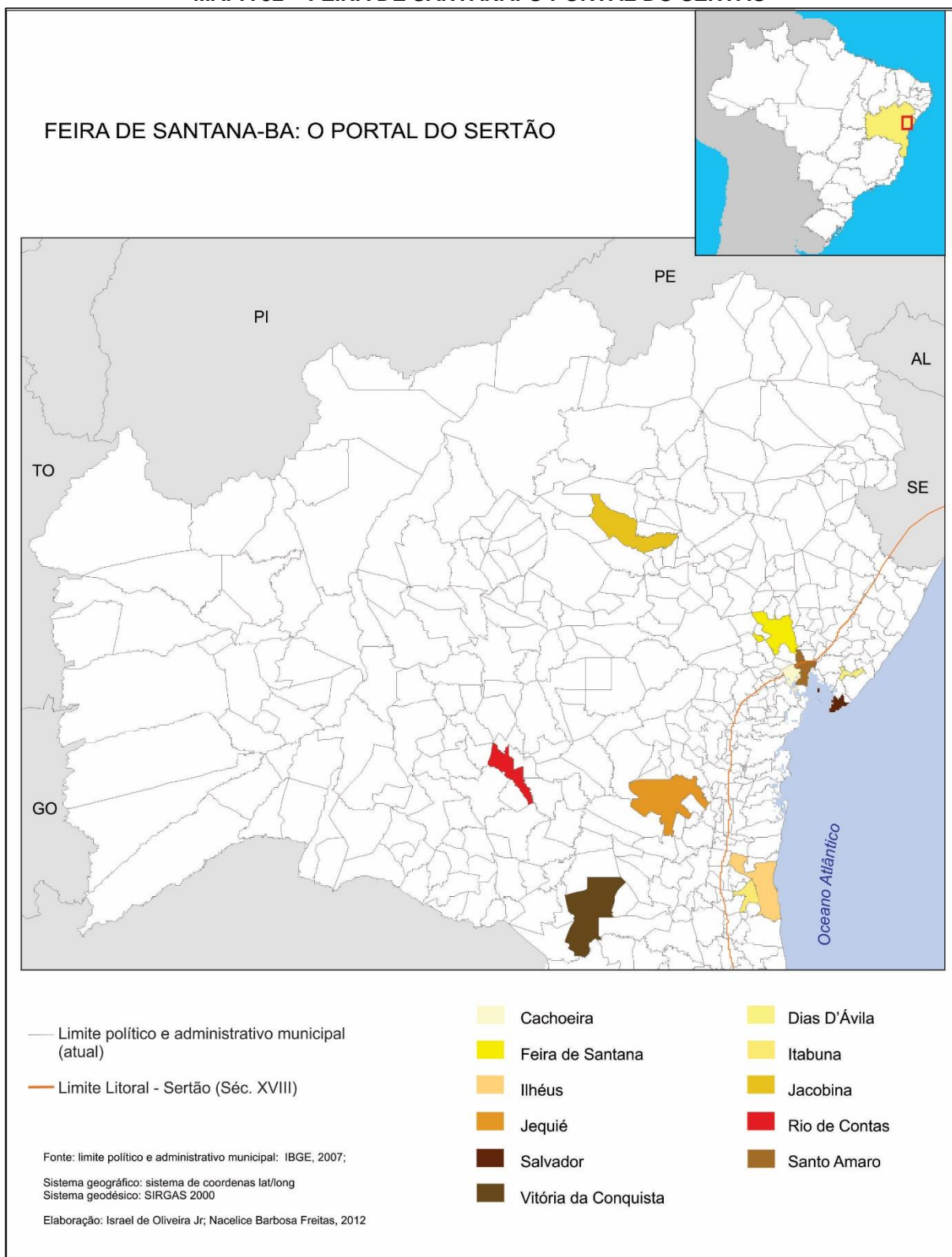
Holanda (1989) discorre sobre a presença francesa, italiana, espanhola e alemã na costa antes da chegada de Pedro Álvares Cabral, e alega que as feitorias, têm pouco significado para o processo de colonização, não conseguindo deixar registros concretos da sua existência. Ora, entendendo-as como pontos anunciadores da demarcação de posse tem-se ao mesmo tempo a essência dessa realidade porque cumpriam a função de abalizar, insculpir na terra, barreiras que impedissem acesso a quem, todavia, almejasse adentrar. Eram bloqueios, indicativos de porta de entrada fechada ao “estrangeiro”, trancas que se faziam existir para perpetrar as trocas mercantis. Sabe-se que enquanto não achavam o ouro nos limites do sertão as fronteiras territoriais no século XVII eram definidas pela pecuária. Nesse contexto, não havia nenhum outro atrativo econômico mais importante para incentivar a fixação da população no interior, porém os registros no tempo-espaço permitem afirmar que ao interiorizar o traçado dos limites acha-se o Brasil, a Bahia, e o território feirense: o Portal do Sertão. (MAPA 32).

Souza (1997) corrobora com esta posição. Ultrapassar as fronteiras litorâneas implicava encontrar-se com a nacionalidade genuinamente brasileira, fazendo com que o sertão venha a ser mais Brasil que o litoral, posto que apresenta em seu conteúdo socioespacial molduras interioranas, de uma sociedade debruçada para o oeste, ao contrário do litoral que se inclinava ao encontro do mar-oceano. Sendo assim, não é em vão que projetam no sertão a solução dos dilemas nacionais. “O sentimento de brasilidade tanto quanto as riquezas das quais depende a independência nacional devem ser adquiridos na marcha rumo aos sertões centrais”. (SOUZA, 1997, p. 155). Nessa perspectiva, é no sertão que se faz a nacionalidade da nação brasileira - este não é apenas um espaço que recebe um nome carregado

⁴⁰ Para a análise territorial numa perspectiva geográfica deve-se, então, conferir atenção especial as feitorias com discussão imprescindível para a explicação da relação entre Estado e território, preocupação geográfico-geopolítica desde os escritos de Friedrich Ratzel.

de estigmas e estereótipos, imersos em preconceitos que escondem a brasilidade presente nesse território construído entre Tordesilhas em 1494 e em Madrid em 1750.

MAPA 32 – FEIRA DE SANTANA: O PORTAL DO SERTÃO



Explicar o território sertanejo é identificar o Brasil, a Bahia, localizar os limites feirenses, conquanto ao ser contradição do litoral, todo o interior pode ser a sua fronteira, portanto “a região imaginada como sertão tem significado político e material para seu contraponto geográfico”. (SOUZA, 1997, p. 163).

Os escritos que o fazem corresponder ao atraso, oposição ao litoral, são na realidade uma forma de negar o princípio da nacionalidade de classificação dos espaços traçando mapas que se contrapõem ao real.

Souza (1997, p. 156) explica que:

Categorias de demarcação e qualificação da configuração geográfica estão no centro das representações do Brasil. Fala-se de lugares nomeados de sertão e litoral para informar sobre a realidade e os sonhos que situam a nação brasileira em sua particularidade.

Cada caminho percorrido, seja com o gado, ou recolhendo ouro e pedras preciosas, prescrevem mapas dos roteiros da brasilidade. Limites construídos externamente, demarcadas sob o princípio do *uti possidetis*. Interior grandioso, guardando talvez um futuro promissor, porém fragilizado em sua concretização por apresentar baixas densidades demográficas dos núcleos urbanos. No litoral as cidades consolidadas e portos movimentando a economia colonial garantia segurança às fronteiras: povo e território no existir colonial. Nos limites litorâneos predominam os conflitos com a metrópole impondo a questão territorial na busca pelos processos de independência: Independência da Bahia, Confederação do Equador, etc.

Raffestin (1993, p. 164, grifo do autor) assegura que “toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota”. Limites, determinação de território (...) “limite, a fronteira a *fortiori*, seria assim a expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência, ser modificada ou até ultrapassada”.

Habitantes da terra encontrada, que tinham clara noção de posse, da mesma sucumbiam em meio às guerras de redefinição dos limites. Para este autor, a noção de limites e fronteiras muda no transcorrer da História, porque, este apesar de se constituir em algo concreto, inscrito no espaço ao mesmo tempo se apresenta como significado, podendo ser “visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território”, determinando uma área de extensão ou ação. Sendo

assim, associa-se a relação de poder, um aviso sobre a existência do território. “Sem dúvida, todo sistema de limites é convencional, mas desde o momento em que foi pensado, colocado no lugar e que funcione, ele não é mais arbitrário, pois facilita o enquadramento de um projeto social, aquele mesmo de uma sociedade”. (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Diretamente articulados ao modo de produção, se fazem assentados em relações determinadas, ou seja, políticas, sociais, econômicas, culturais. Limites que são registros da permanência e existência de fronteiras, mapas escritos no solo, na vida real dos habitantes da terra antes da colonização. Fronteiras que são registros de um manifestar coletivo pré-existente. Nessa perspectiva, os habitantes da *terra brasiliis* tinham consciência da posse da terra, desde o litoral ao mais profundo sertão, e a cada investida portuguesa remarcavam seu termo, para ser posteriormente apossado, no ritmo das buscas interioranas.

Neves (2012, p. 43) registra que a “primeira incursão do colonizador pelos Sertões saiu de Ilhéus em 1555, sob o comando de Francisco Bruza Espinosa” seguiu pelas margens dos Rios hoje denominado como: Pardo, Verde Pequeno e Verde Grande, chagando-se ao São Francisco, porém, “a conquista e a ocupação desse território somente se completariam na transição para o século XIX, depois da derrota dos botocudos e de outros povos que habitavam o território intermediário dos Rios Doce e de Contas.” Para o autor, a historiografia não dá a devida atenção às guerras particulares perpetradas, por exemplo, sob o comando de Francisco Dias d’Ávila e Antônio Guedes de Brito, além de outros conflitos. Não se tem “registros documentais apenas vagas referências”, das diversas expedições de guerra, como as de:

Diogo de Oliveira Serpa (1651), Gaspar Rodrigues Adorno (1651-1654) e Tomé Dias Lassos (1856). Mas os tapuias continuaram na ofensiva, e a guerra contra eles desdobrou-se em várias frentes: do Orobó (1657-1659), de Aporá (1669-1673) e do São Francisco (1674-1679). (NEVES, 2012, p. 43).

As informações que se têm sobre os povos que habitavam a terra resultam dos relatos dos colonizadores e viajantes, um olhar de fora, permeado pelos conflitos, guerras ao mesmo tempo, estratégias de pacificação num contexto de

extrema desigualdade⁴¹. A área onde atualmente se localiza Feira de Santana era habitada pelos índios Paiaiás, descendentes dos Kiriris que pertenciam a nação Tapuia, tendo registros de aldeamentos em Irará, e nas regiões do Paraguaçu.

O sertão da Bahia inserido no processo de consolidação do capital mercantil, atende aos interesses das metrópoles que têm ambições planetárias especialmente no período historicamente demarcado pela união das coroas ibéricas, entre 1580 e 1640, permitindo que a ocupação transformasse a coroa portuguesa após a Restauração em um grande Império. Período entre o Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madrid, responde aos saques, destruições e guerras entre portugueses franceses e tribos indígenas, denunciando um período de corrupção e grilagem das terras para a implantação do território português no Brasil. Outra forma específica de delimitação é a apresentação e caracterização como espaço da pobreza e do atraso, somente acreditada por aqueles que não conhecem a sua geografia. A imensidão territorial, colocada como extensão não aferível e desconhecida, mecanismo utilizado para tragar a materialização do sertão.

Na visão de Ivo (2012, p. 17).

As riquezas dos sertões não residiam apenas em metais e pedras preciosas. O imenso espaço dilatado de terras abrigava outros valores relacionados à criação de gado e à produção de alimentos. Tornar-se proprietários destas terras significa ascender na hierarquia colonial ao controlar os destinos daqueles que impediam a interiorização dos interesses metropolitanos.

Essas riquezas garantiam constantes entradas atreladas a demarcações de fronteiras desde 1555, e intensificado no período entre 1580 e 1640. Após 1640 o território brasileiro reflete os impactos dos conflitos europeus, porém o período é abalizado por significativa expansão territorial em direção ao oeste da ocupação do litoral norte até o Amapá, com a mesma lógica militar do século anterior.

Wehling e Wehling (1994, p. 113 e 118) afirmam que:

Além da lógica militar, a expansão territorial no século XVII efetivou-se através do processo de povoamento, mais modesto e lento. Mais vilas foram fundadas em Pernambuco e no Recôncavo baiano, mas a predominância da atividade açucareira impediu uma ocupação efetiva mais extensa.

⁴¹ Quanto a localização das tribos indígenas, segundo Mott (2012), os Tupinambá habitavam no Recôncavo e cercanias da Baía de Todos os Santos, e no sul da Bahia os Pataxós.

Delimitar o território da Princesa do Sertão traz embutida a complexidade sobre a sua essência, o seu significado, portanto imprimir fronteiras, confere-se em ultrapassar as atuais abordagens, romper com a leitura cultural sobre o mesmo, afirmar sobre a sua concreticidade, no sentido de construí-lo enquanto escala de perpetração do poder.

Neves (2012, p. 39), localiza o sertão incluindo a delimitação regional e mostra que há uma generalização sobre o seu significado, quando é classificado como todo “território interior” do Brasil, expressando a pluralidade socioespacial,

(...) numa equiparação a ideia de ‘região’ exposta como espacialização destacada num continente, país ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, natureza da produção, espécies de bens comercializados, formações étnicas, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, ‘sertão’ exprime condição de território interior de uma região, ou de uma unidade administrativa interna.

A definição do espaço, torna-se nesses escritos uma delimitação em que as fronteiras estão abalizadas pela flexibilidade e mobilidade e ausência de fixidez, porque, está em qualquer lugar do interior. Esta é uma reflexão resultante da própria definição conceitual trazida da língua portuguesa, porém ao relacioná-lo a região, nele se encontra o poder, o *regere*, portanto a divisão político-administrativa, delimitação inerente ao poder. A certeza da localização no interior é geralmente assinalada pelo desconhecimento, certeza da existência de espaços de dominação, portanto território.

No processo de formação territorial de Feira de Santana não haverá possibilidade de demarcação dos limites municipais, especificando as condições sertanejas, mas quando estes são instituídos, são localizados: Portal do Sertão, Princesa do Sertão: registro nítidos dos sintomas da essência sertaneja. Trata-se, entretanto, de inscrever na geografia, um novo conteúdo espacial, enriquecendo o arcabouço teórico-conceitual, porém correndo riscos os quais são submetidos àqueles que se arvoram em ultrapassar as verdades já ditas e sedimentadas.

Moraes (2009) levanta a questão da localização, e, ao abordar a delimitação do sertão, afirma não ser isso possível, pois se trata de “um ‘outro’ geográfico”: este “outro” é impassível de demarcação. Ao buscar situar os contornos sertanejos,

revela a fixidez da paisagem, porém as fronteiras não são identificáveis. Aponta em direção contrária ao que se discute nesta tese, que é a limitação concreta deste território, registrando que “o sertão não se qualifica, do ponto de vista clássico da geografia, como um tipo empírico de lugar”. (MORAES, 2009, p. 87).

É mais contundente ainda, asseverando que:

O sertão não é, portanto, uma obra da natureza. Não há um espaço peculiar, cuja naturalidade própria, permita uma tipologização consistente da localização sertaneja. Se bem que a prevalência de elementos naturais na composição paisagística apareça, amiúde, com um atributo associado à sua identificação: o sertão como um lugar onde predomina o ritmo dado pela dinâmica da natureza, onde o elemento humano é submetido às forças do mundo natural.

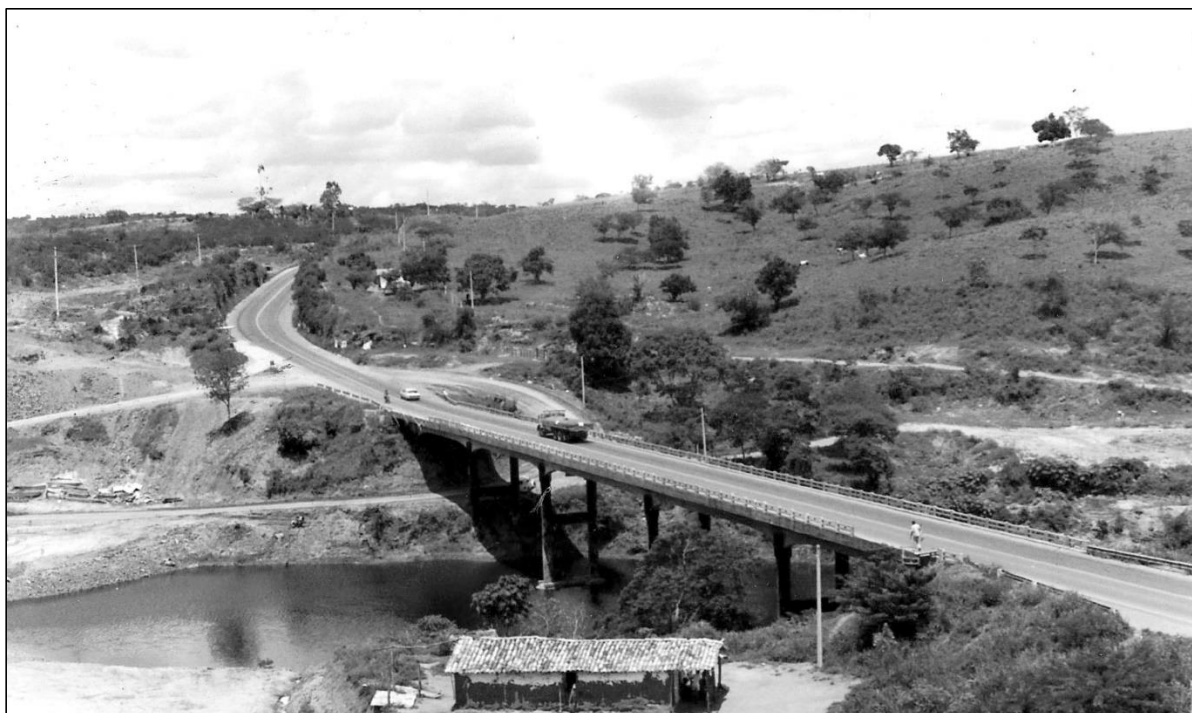
(...)

Não há construções específicas (ou o seu adensamento) que lhe conferem singularidade. Antes, a ausência de tais elementos é que aparece como fator de distinção em sua delimitação. (MORAES, 2009, p. 87).

Pretende a delimitação do espaço, região, lugar justificando que não são as “atividades produtivas” que o qualifica, além disso, não é “materialidade criada” pela sociedade, sendo assim também “não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares”. Nesse sentido, é “um símbolo imposto - em certos contextos históricos - a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar com um qualificativo local básico no processo de sua valorização”. (MORAES, 2009, p. 88 e 89). A abordagem regional aparece quando indica a paisagem e os aspectos da natureza como critério de demarcação, justificativa para desconsiderar os limites, mas, por exemplo, os índios aldeados se moviam invariavelmente, cotidianamente, adentrando, ampliando os ângulos hiperbólicos do espaço, tornando palpável cada ponto representativo do poder e dominação. O aldeamento então, situado nos limites sertanejos, pode ser considerado, espaço concretamente delimitado, indicativo de uma territorialidade. O autor remete a pensar sobre o poder do Estado e a sua ânsia por demarcações territoriais, pois o sertão estava nitidamente demarcado na *Bula Inter Coetera*; Estado e Igreja, no contexto da transição do feudalismo para o capitalismo, unem-se para concluir um constructo territorial, posteriormente redesenhado em Tordesilhas. O texto da Bula papal revela o dom religioso, conferido em Roma, em 4 de maio de 1493, de seccionar o planeta para distribuir aos “Reis e Príncipes Católicos”, e, levando em consideração as dificuldades

técnicas, traçar, naquela época, as linhas que delimitam possessões telúricas, pode afirmar que eram limites territoriais. Feira de Santana, sob esse viés está previamente delimitada, demarcadas as fronteiras que no porvir lhe conferem a qualidade de município. Em que pese as especificidades, delimita-se o território do Portal do Sertão, da Princesa do Sertão com linhas que são feirenses, da feira de gado e caminhos. A foto 25 permite identificar o caminho que cruzava o rio Jacuípe conferindo acesso, ao sertão pela via que atualmente é a BR 116-Sul,

FOTO 25 – CAMINHO PARA O SERTÃO PELA ANTIGA PONTE DO RIO JACUIPE



Fonte: Acervo do fotógrafo Antonio Magalhães.

O território municipal em 1833 compreendia parte da freguesia São José das Itapororocas, Santa Ana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão. Os dois últimos, foram mais tarde desanexadas para constituir os territórios de Ipirá e Pedrão, e a Lei Provincial Nº 1320, de 16 de junho de 1873, concedeu a condição de cidade à sede municipal, denominando-a Comercial Cidade de Feira de Santana. Nome que foi modificado através dos Decretos Estaduais 7.455 e 7.479, de 23 de junho e de 8 de agosto de 1931, respectivamente simplificando o nome para Feira. Porém, em 1938, o Decreto Estadual nº 11.089 de 30 de novembro de 1938 determina o atual topônimo de Feira de Santana. O quadro 2 inclui os Decretos e Resoluções Provinciais, Leis Estaduais que trazem informações sobre a formação territorial de Feira de Santana.

QUADRO 2 - FEIRA DE SANTANA: FORMAÇÃO TERRITORIAL

| ANO | DOCUMENTO LEGAL | SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA |
|------------|--|--|
| 1696 | — | Freguesia criada com o nome de Feira de Santana, subordinada ao município de Cachoeirinha |
| 1832 | Decreto de 13/11/1832 | Elevada à categoria de Vila de Feira de Santana |
| 1833 | Decreto de 13/11/1832 | Instalação do município em 18/09/1833 |
| 1857 | Resolução Provincial Nº 657, de 16/12/1857 | Criação dos Distritos de Almas e São José das Itapororocas, e anexados ao município de Feira de Santana |
| 1859 | Resolução Provincial Nº 737 de 18/05/1859 | Criação do Distrito de Remédio da Gameleira e anexado ao município de Feira de Santana |
| | Lei ou Resolução Provincial Nº 742, de 06/06/1859 | Criação do Distrito de Santa Bárbara e anexado ao município de Feira de Santana. |
| | Resolução Provincial Nº 756, de 16/06/1859 | Criação do Distrito de Bomfim e anexado ao município Feira de Santana |
| | Resolução Provincial Nº 794, de 13/07/1859 | Criação do Distrito de Humildes e anexado ao município de Feira de Santana |
| 1873 | Lei Provincial Nº 1320 de 16/06/1873 | Feira de Santana é elevada à categoria de cidade com o nome de Comercial Cidade de Feira de Santana |
| 1877 | Lei Provincial Nº 1795, de 03/07/1877 | Criação do Distrito de Bom Despacho e anexado ao município de Feira de Santana |
| 1879 | Lei ou Resolução Provincial Nº 1907, de 28/07/1879 | Criação do Distrito de Tanquinho e anexado ao município de Feira de Santana |
| 1913 | Lei Estadual Nº 978, de 26/07/1913 | Criação do Distrito de São Vicente e anexado ao município de Feira de Santana |
| 1931 | Decretos Estaduais Nºs 7455, de 23/06/1931 e 7479, de 08/06/1931 | O município de Feira de Santana passa a denominar-se Feira |
| 1938 | Decreto Estadual Nº 11089, de 30/11/1938 | O município de Feira volta a denominar-se Feira de Santana |
| | | O Distrito de Remédio da Gameleira passa a denominar-se Ipuçu, |
| | | O Distrito de Bomfim passa a denominar-se Itacuruça |
| | | O Distrito de São José das Itapororocas passa a denominar-se Maria Quitéria |
| 1943 | Decreto Estadual Nº 141, de 31/12/1943 | O Distrito de São Vicente passa a denominar-se Tiquaruçu |
| | | O Distrito de Bom Despacho passa a denominar-se Jaguará |
| | | O Distrito de Itacuruça passa a denominar-se Bomfim da Feira |
| 1944 | Decreto Estadual Nº 12978, de 01/06/1944 | O Distrito de Almas passa a denominar-se Anguera |
| | | O Distrito de Santa Bárbara passa a denominar-se Pacatu |
| 1952 | Lei Estadual Nº 506, de 28/11/1952 | O Distrito de Tanquinho é desmembrado de Feira de Santana e elevado a categoria de município |
| 1953 | Lei Estadual Nº 628, de 30/12/1953 | O povoado de Jaíba passa a ser Distrito e anexado ao município de Feira de Santana |
| 1954 | Acórdão do Superior Tribunal Federal, de 13/09/1954 – Representação Nº 214 | É extinto o município de Tanquinho e seu território volta a pertencer a Feira de Santana |
| 1958 | Lei Estadual Nº 1019, de 14/08/1958 | O Distrito de Tanquinho é desmembrado de Feira de Santana e é elevado à categoria de município |
| 1961 | Lei Estadual Nº 1558, de 20/11/1961 | O Distrito de Anguera é desmembrado de Feira de Santana e elevado à categoria de município |
| | Lei Estadual Nº 1576, de 14/11/1961 | O Distrito de Santa Bárbara é desmembrado do município de Feira de Santana e elevado à categoria de município. |
| 1983 | Lei Estadual Nº 4224, de 26/12/1983 | O distrito de Ipuçu passa a denominar-se Governador João Durval Carneiro |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadessat/historicosidades/decretos.

Em 18 de setembro de 1833, ocorreu o Auto de Instalação, Posse e Juramento à Câmara Municipal da Nova Vila do Arraial de Santa Anna da Feira, termos escritos na Ata da primeira Sessão Ordinária (FIGURA 4). O texto do documento registra que:

Aos dezoito dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e trinta e tres neste arraial de Santa Anna da Feira, onde por virtude das ordens do Excellentissimo Senhor Presidente desta Provincia, e Decreto de 13 de Novembro do anno passado de mil oitocentos e trinta e dois: Foi vindo o Presidente da Camara Municipal da Villa de Nossa Senhora do Rosario do porto da Cachoeira, o Tenente Luiz Ferreira da Rocha commigo Secretario da mesma, para efeito de se dar posse aos Vereadores que vão formar a Camara Municipal da nova villa, a que se eleva o dito arraial, da Feira de Sant'Anna, dividida pelo mesmo Excellentissimo Senhor Presidente em conselho por virtude do Codigo do processo Criminal, em a qual nova villa ficam compreendidas as freguesias de S. José das Itapororocas, Santa Anna do Camisão e Santissimo Coração de Jesus do Pedrão, desanexadas do Termo da referida Villa de Cachoeira, como se vê do Edital do Exmo. Sr. Presidente de 18 de Maio do corrente anno, e seu officio de igual data. E sendo no mesmo Arraial da nova dita Villa e casa designada, presentes os Vereadores eleitos, (...) ⁴²

Em 1850 a Comarca de Feira de Santana compreendia uma extensão territorial que atingia os limites de Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, São Domingos, Gavião, Capela do alto Alegre, Pintadas, Ipirá, Serra Preta, Anguera, além de Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Candeal, Ichu, Tanquinho e Santa Bárbara, uma grande área de influência, comprovando a sua posição de porta de entrada no sertão. (MAPA 33). Se comparada ao processo de formação territorial da Bahia, Feira de Santana pode ser considerada de origem recente, pois o município foi considerado uma unidade política em 1873. A sede do município, ora criado, compreendia a área de 12.000 Km², quando desligada do município de Cachoeira, e foi escolhida para este fim por ser a maior comunidade da região e a mais importante sob o ponto de vista socioespacial. Poppino (1968, p. 25), adverte que a

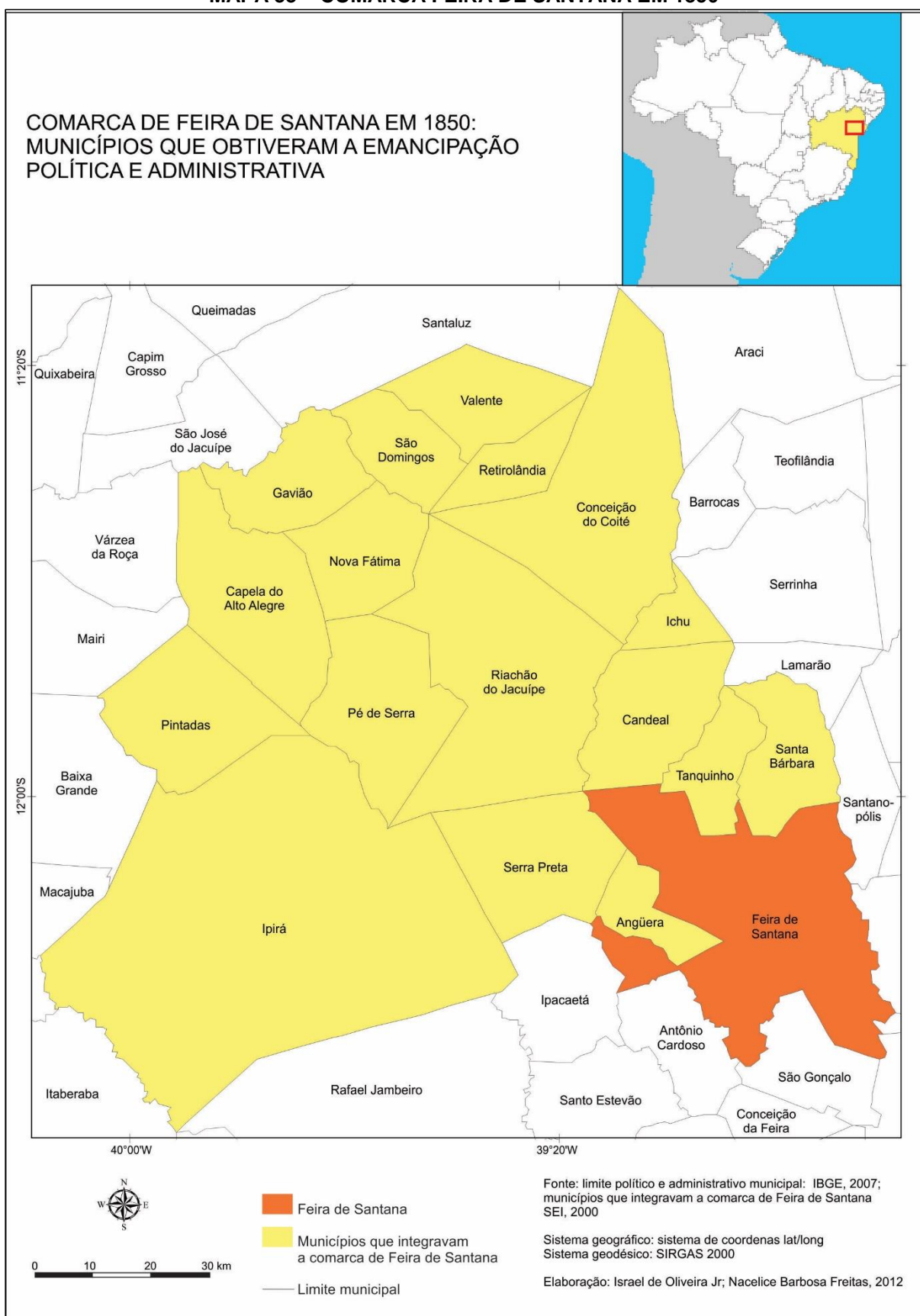
decisão de organizar o novo município, contudo, não se baseava somente em considerações políticas. O povoado de Feira de Santana fôra escolhido para sede do novo governo porque era a comunidade maior e mais importante de uma região consideravelmente vital para a economia baiana.

⁴² Ata da primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal em 18 de setembro de 1833.

FIGURA 4 – AUTO DE INSTALAÇÃO, POSSE E JURAMENTO À CÂMARA MUNICIPAL DA NOVA VILA DO ARRAIAL DE SANTA ANNA DA FEIRA – PÁGINA 1 DO TEXTO ORIGINAL

Auto de de instalação, posse e juramento,
à Câmara Municipal da nova villa do
Arraial de Santa Anna da Feira. — (Em de-
seito dias do mês de Setembro do anno de mil oitenta
e cinco e findo a ter nesta villa de Santa
Anna da Feira, por ordem dos senhores
Excellêssimos Senhores Presidentes desta Província, e
decretos de 13 de novembro do anno passado de mil oitenta
e cinco e findo a dois; foi vindo o Presidente da Ca-
mara Municipal da villa de Nova Santa Anna do Pa-
roco de São da Cachoeira o Sr. Manoel Luis Ferreira
do Racho amigo Secretário da mesma para effectuar
a de de dar posse aos Consueiros, que hão propozido
Câmara Municipal da nova villa a que se eleva
o dito arraial da Feira de Santa Anna, devido pelo
mesmo Excellêssimo Senhor Presidente com o me-
chepa original do Edital do Juiz do Juiz Criminal, em
a qual nova villa ficam comprehendidas as freguesias de S. José das Ilhóporocas, Santa Anna e Ca-
misão, e Santíssimo Coração de Jesus do Boque, das
amozadas do termo da referida villa da Cachoeira,
com a v. do Edital do Excellêssimo Senhor Presi-
dente, de 18 de Maio do corrente anno, e seu offício de
igual data. E sendo no mesmo arraial da nova
villa ouia a causa designada, presentes os Consueiros
eleitos, o capitão coronel de Paixão Paes de Costa,
o Brando Sr. José Rios da Silva Tamyris, com
~~o Brando Sr. José Rios da Silva Tamyris~~
Cláudio, Teodoro Carlos Almonte, o Brando
coronel Paulino de Azevedo, e o capitão Jacinto de
Pereira de Azevedo, e ellei defensor habido Presidente
da Câmara da villa de Cachoeira, e juramento de
Santo Evangelho em um livro de ellei, em que

MAPA 33 – COMARCA FEIRA DE SANTANA EM 1850



8.2 O Território de Identidade Portal do Sertão: produção da identidade sertaneja

Os estudos sobre o sertão são significativos no que concerne a sua delimitação como espaço, lugar, região e mesmo paisagem, porém, a busca de informações para elaboração desta tese, trouxe a certeza que ainda são frágeis as explicações geográficas sobre a sua delimitação enquanto território. A discussão tem por propósito tanto a especificação territorial, quanto a análise sobre a relação que o Estado faz entre ações e governamentais, planejamento regional e a questão territorial.

A forma como o Estado se apropria do espaço para implantação de políticas territoriais, na realidade, tem nessa prática a inviabilização da compreensão sobre a essência do território quanto ao seu conteúdo geográfico. Assumindo a função de legislador, gestor, distribuidor de espaços, tenderá transformar os recursos de valor-de-uso e em valor-de-troca, quando o objetivos socioespaciais visam o fortalecimento político no contexto neoliberal. Cabe nessa perspectiva o entendimento sobre a essencialidade geográfica: o território, especificamente o Território de Identidade Portal do Sertão.

Comprovar a existência da identidade territorial como produto que demarca os limites fronteirados do Território de Identidade Portal do Sertão exige, entretanto, o esforço teórico cuidadoso para não deteriorar a concepção geográfica de território, sob viés da Geografia Política, porque, a Geografia Cultural coaduna com a definição de território que denota múltiplas territorialidades. Em tempos de mundialização do capital, deve-se ter cuidado para não cair no campo da indefinição e fragilização do conceito, ou mesmo a sua banalização.

A definição do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2003), para o conceito revela a necessidade de fortalecimento do Estado sob o viés da gestão. No texto, explicita-se uma tentativa desconstrução da essência territorial, porque ao elencar características espaciais, impõe uma listagem de atribuições, fazendo crer que, no momento de implantar a gestão mediatizada pela identidade, este despe-se de contexto de poder e passa a ser o lugar da união de interesses. Partindo dessa premissa, território,

(...) é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2003, p. 32).

Categoria de análise revestida de essência geográfica, é Espaço, mas não especificamente, Espaço Geográfico aquele que é o objeto da ciência, apesar de ser objeto de análise da mesma. Quer-se dizer que em sendo espaço, não necessita para sê-lo, despir-se de suas especificidades epistemológicas para se firmar no âmbito dessa ciência. A definição nessa direção traz desalento aos interesses da Ciência Política, Economia, Antropologia, etc. e enfraquece o entendimento a partir das relações de poder político, quando coloca-se o emaranhado de atribuições propostos pelo MDA (2003). É espaço físico, ao mesmo tempo integra a contradição campo-cidade e nele encravam-se paisagens determinadas pelo ambiente, economia e sociedade, porque é totalidade espacial, porém, os limites georeferenciados e tornados fronteiras - que são locais de mandos - não terão laços fortalecidos pela identidade e coesão cultural, mas por relações sociais, alicerçadas na divisão social do trabalho numa sociedade de classes.

Outra questão que distorce a base conceitual é a afirmação que considera a “população com grupos sociais relativamente distintos”: a definição de população é usada pelo MDA (2003), como abstração, negando o tema básico definidor da sociedade capitalista que é questão de classe. Numa sociedade de classes, apoiada no modo de produção capitalista não há relativização da diferenciação, há luta dos contrários, luta de classes. As relações não se fazem por meio de “processos específicos” - seja no âmbito social, econômico, ou mesmo cultural - porque o prisma é a manutenção e perenização do capital.

O enredo territorial tecido pelo MDA (2003), assenta-se na trama do capital interessado em esculpir a economia espacial sob uma visão linear e cartesiana, tendo as dimensões espacial e econômica apresentadas em um plano, tomando a forma de uma planície isotrópica, atuando em todas as direções harmoniosamente, escamoteia, contudo a contradição: a intenção do Estado é convencer àqueles que estão sob sua circunscrição.

No território definido para contextualização do neoliberalismo, a interferência do capital é para promover a equabilidade dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, alcunhada de identidade. No centro do debate repousa o imperativo de aprofundar a discussão sobre o conceito, porque o Estado Nacional, necessita desfigurar o espaço que é a razão da sua existência - o território - fazendo-o assumir a forma de escala local de implementação da sua administração, porquanto o

Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; (...). É antes de tudo um produto das sociedades, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com lei própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não se consegue conjurar. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1987, p. 191).

A definição de Território ora prescrita tem duplo desígnio: por um lado, legitimar o poder do Estado neoliberal, no contexto da mundialização do capital, tendo em vista a crise do capital que implica em seu enfraquecimento econômico, por outro, transfigurar este espaço de poder mediante a fragilização dos laços sociopolíticos, para ampliação do poder político estatal. Enquanto isso, a identidade, desprende-se do Lugar, migra para o Território, burlando a topofilia que nasce do elo afetivo entre o sujeito e o lugar, e é fundamentalmente importante para a sua consolidação; compreende-se então que, território é lócus de conflito.

A totalidade é compreendida, sob o viés da multidimensionalidade, porque cada território compreende uma totalidade com totalidades internas,

Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica, etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosas de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidade rurais. (FERNANDES, 2008, p. 279).

Sendo assim, os diversos significados conferidos ao território sempre foram expressos a partir das relações de poder, seja do Estado ou do capital, assim como, dos diferentes sujeitas instituições etc. Dessa forma, ao refletir sobre as políticas

territoriais, torna-se necessário apreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade, porque quando o território é concebido como uno, isto é, apenas como espaço de governança, negligencia-se os distintos territórios que constituem como espaço de governança. Na essência desse conceito constam quatro princípios básicos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Direcionado por esses princípios, é importante enfatizar as relações entre os territórios como espaço de governança ou de propriedade.

Na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial. Segundo ele, no mundo moderno constituem áreas de dominação “estatal” e, mais recentemente, “estatal nacional”. (MORAES, 2000, p. 19).

Território relaciona-se à defesa, proteção, cuidadosamente tratada pela coroa portuguesa e descrita no Regimento de Tomé de Souza em 1548.

E pela muita confiança que tenho em vós, que em caso de tal qualidade e de tanta importância me sabereis servir com aquela fidelidade e diligência, que se para isso requer, hei por bem de vos enviar por governador às ditas terras do Brasil, no qual cargo e assim no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte, da qual fortaleza e terra da Bahia vós haveis de ser capitão: ⁴³

Estas são determinadas por políticas de desenvolvimento; portanto quem define a política define a forma de organização, então, cada território compreende uma totalidade. Defende ampliação para o significado do conceito tendo em vista o princípio da multidimensionalidade.

8.3 O Território de Identidade Portal do Sertão: identidade por decreto

O teor social da ciência geográfica promove certo distanciamento em relação ao conteúdo território: espaço de luta para a sobrevivência se estabelece com *lócus* do conflito, lugar político essencialmente geográfico. Se é geopolítico como então conceber a sociedade sem o território? Esta relação, sociedade-espaço (territorial), é a essência da Geografia, do reconhecimento sobre o conteúdo político do espaço e

⁴³ Regimento de Tomé de Souza. Almerim, 17/12/1548. Lisboa AHU, código 112, fls. 1-9. Disponível em: <http://lcmad.fllch.usp.br>. Acesso em: 12/12/2011.

o conflito que lhe é inerente, tem sua gênese no modo de produzi-lo. A relação sociedade-espço se interpõe e é condição para a existência do Estado. Ratzel (1882/1990, p. 73, grifo do autor) ao discutir sobre a importância do território para a consolidação do território nacional, afirma:

Que o território seja necessário à existência do estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política*; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo ter qualquer fundamento seguro.

Território, *lócus* de poder, o Estado é o poder em-si, necessita, portanto do solo como sua propriedade, para garantia de sobrevivência do povo, que inevitavelmente será colocado à prova se sofrer “perdas” territoriais, pois habitar, viver no solo apropriado pelo outro é sintoma explícito de decadência. Esse espaço de relação social e política tem significativa importância até para os povos nômades, apesar desta vinculação ser fragilizada se comparada aos sedentários, questão básica observada perspicazmente pelo colonizador e tomada como referência para açambarcar o solo indígena e construir outra territorialidade, na perspectiva da construção de um projeto de nação. Terras que o colonizador adicionou ao território português, decorrente do conhecimento concedido pelas narrativas curiosas e emocionadas dos relatos de conquistas; escritos com o olhar sorrateiro em direção ao desconhecido, textos que eram verdadeiros inventários reais. Todas as decisões geopolíticas, cabiam nos mesmos, e deles germinavam através de letras impressas no papel como símbolos timbrados da dominação e para dominação. Nesse turno, ocorre a destruição da identidade para a construção de uma identidade que é negação.

Estreitar os vínculos implica em fortalecimento da sociedade que o apropria e garante a sua sobrevivência, quando o papel do Estado é conferir proteção à sociedade, tendo como objetivo principal garantir a manutenção dos limites territoriais circunscrevendo fronteiras, enfim, não permitir as “violações vindas de fora”, evitando, portanto a redução do “tamanho” territorial. (RATZEL, 1882/ p. 76).

Os “encontrados” não se achavam instituídos no tipo de Estado do colonizador – invasores que eram, tomavam para si a terra chã que se enquadrava nos moldes primitivos da organização social.

Quando avança além da *gen*, o incremento do território não pode ser considerado senão com incremento do Estado. Quando mais as gens se ligam entre si com o objetivo de ataque ou de defesa, a nova unidade que se forma não é senão um *Estado*. (RATZEL, 1882/1990, p. 77, grifo do autor).

A delimitação dos Territórios de Identidade na Bahia remete ao pesquisador à discussão sobre Identidade Territorial, ou pelo menos, a busca da informação sobre o contexto definidor do Portal do Sertão. Cabe, portanto, a elaboração de uma resposta concisa a seguinte questão: ao que corresponde a identidade de um grupo social convivendo em um território produzido em bases capitalistas?

Castells (1999) afirma que a identidade é um caminho para entender a política mais significativo que a geopolítica e a economia. Numa sociedade de classes onde as diferenças estão centradas no poder econômico, na noção de posse, no valor de troca, no mundo da mercadoria, a diferenciação está diretamente vinculada ao lucro capitalista.

A emergência da discussão da identidade na pós-modernidade, remete a ideia de fragmentação dos grupos para ao mesmo tempo uni-los, tendo em vista interesses comuns. Isso é explicável e entendível quando se trata de setores sociais, que buscam interesses e valorização social, num mundo demarcado pela mundialização do capital.

Para Haesbaert (1999, p. 172)

(...) toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.

A problemática está na relação identidade territorial *versus* identidade social. A identidade territorial se reafirma no espaço e se reveste de caráter social, porém ao mesmo tempo o caráter social pode desvincular-se do espaço, e o território deixa de ser um dos seus referenciais, sendo assim, pode existir sem o referencial espacial.

Dessa forma, não há como conceber a gênese da identidade a partir de uma determinação legal, porque em todos os aspectos é construção histórica e remete a relação espaço-sociedade, quando diversidade e diferença são referências para

garantir a vida social, ou seja, é definida por meio elementos que caracterizam a existência humana.

8.3.1 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE REVELA A ESCALA DE PODER

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) criada em 2003, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), tem por objetivo desenvolver ações que propendam a promoção do desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil, estabelecendo como prioridade a Agricultura Familiar. Coloca com principal desafio ético eliminar a fome e a miséria, como desafio social retirar parte da população brasileira da pobreza, definindo para isso, um percentual em torno de 25% do total, visando estimular a inclusão destes no que denomina processo de desenvolvimento, mediante o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

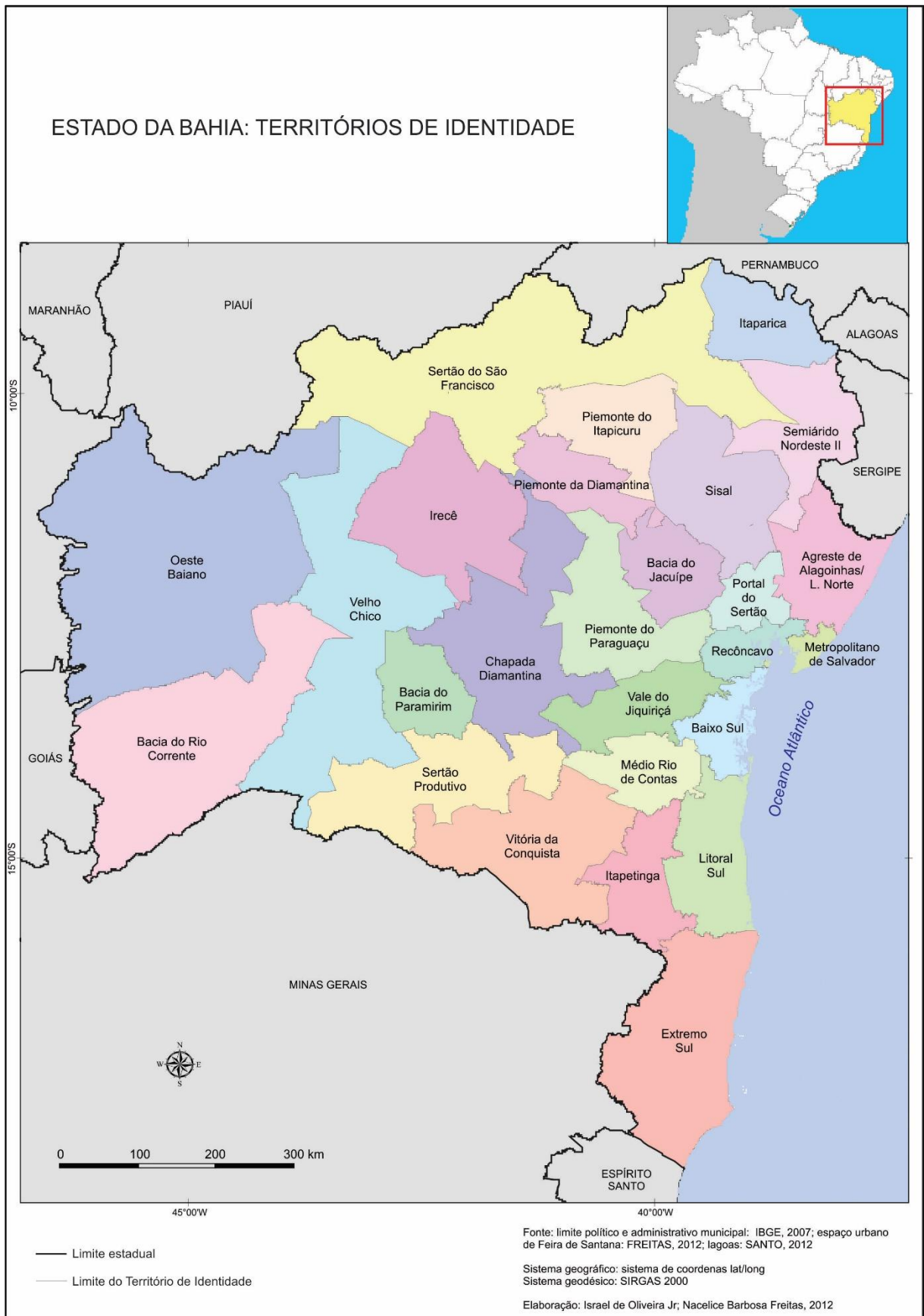
Na visão do MDA, o PRONAT, tem por meta “promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia”. (MDA). A proposta de criação dos Territórios de Identidade todavia, tem a abordagem territorial do desenvolvimento como referência para a implementação das políticas públicas.

O Decreto Nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, é responsável pela criação dos Territórios de Identidade na Bahia, que conseqüentemente vai contar inicialmente com 25 Territórios de Identidade, além da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Atualmente este número foi ampliado para 27, em decorrência da divisão do Território de Identidade Extremo Sul, onde alguns municípios se desligaram e formou o Território de Identidade Costa do Descobrimento, decisão descrita na Resolução Nº 5, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) de 25 de maio de 2011. (MAPA 34).

Assim, o Art. 1º do Decreto Nº 12.354 determina que:

Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal.

MAPA 34 - ESTADO DA BAHIA: TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE



O enfoque territorial é utilizado como justificativa e estratégia de integração socioespacial, mercado e políticas públicas, tendo a equidade, solidariedade, justiça social, respeito as diferenças, valorização cultural, inclusão social e ideia de pertencimento, como elementos fundamentais para a ampliação da cidadania.

A forma como o Estado pensa o desenvolvimento territorial é fundamentalmente contraditória, primeiro porque o território é definido como escala de poder ao mesmo tempo de desenvolvimento. Tal posição põe em xeque o enfoque territorial partindo do princípio que, para implantação desse processo torna-se necessário a integração dos espaço e clareza na definição das políticas públicas. A contradição se aprofunda quando as relações sociais são implementadas por “atores e agentes” não sujeitos inseridos na luta de classes. Enquanto isso, o respeito à diversidade, a solidariedade e justiça social estão programadas para produzir uma sociedade específica que é assentada no modo de produzir espaço fincado no capital. Ora, no modo de produção capitalista, o início e o fim é o mercado, o lucro, antítese da equidade e justiça social, porque habita na luta de classes.

No que diz respeito a inclusão social, esta coloca-se como falácia, conquanto escamoteia a base social da desigualdade combinada inerente ao capitalismo, porque para produzir riqueza é necessário a produção da contradição, a pobreza. Além disso, pergunta-se: inclusão em que direção? Social, política, econômica, ou cultural? Esta implica em que forma de distribuição dos recursos. As respostas induzem ao argumento que não é possível nesta sociedade todos integrarem o mesmo espaço que seja caracterizado pela equidade da distribuição de riquezas. Outrossim, para o Estado, a inclusão está amparada na participação e distribuição das políticas de crédito, denominadas de políticas públicas, quando a base para a construção da cidadania é fragilizada pela consolidação da sociedade de consumo.

Na origem da formação dos Territórios de Identidade situa-se a relação Estado, território e sociedade e a formação está diretamente associada à implementação daquilo que o Estado denomina políticas de desenvolvimento.

Parágrafo 1º do Decreto Nº 12.354 explicita que:

Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como

o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

A identidade emana do aparato estatal, em gabinetes, e não apenas dos anseios populares, ou mesmo da sociedade civil organizada. O referido Decreto indica também que a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), é o órgão responsável pelo Programa Território de Identidade, com a função de elaborar as “estratégias de desenvolvimento territorial sustentável”, integrando e compatibilizando políticas públicas tendo em vista o desenvolvimento territorial, e também ampliou os mecanismos de participação popular no sentido da gestão territorial, além da valorização da diversidade geográfica, econômica e sociocultural das populações.

O desafio é minimizar a pobreza, aproximando a população de políticas públicas efetivas. Como o Estado é para o capital, estas se revestem em políticas de crédito com o nome de Bolsa Família, Aposentadoria, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aceleração do Crescimento, (PAC), etc., tornando evidente que no modo de produção capitalista há um problema central que é a impossibilidade do Estado resolver os problemas da desigualdade socioterritorial/espacial, porque o desenvolvimento é Desigual e Combinado, para que seja possível a reprodução ampliada do capital.

Nas décadas de 1960 e 1970 a Região era o foco norteador da implantação do desenvolvimento. Naquele contexto, o estado atuava na Região mediante Planejamento Regional com orientação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), colocando o programa de modernização industrial como referência para o desenvolvimento, e na atualidade passa-se ao território, ao planejamento do desenvolvimento sustentável. Planejamento que expõe a crise do capital, mostrando a fragilidade do Estado em elaborar um plano e projetos que solucionem a questão da desigualdade.

Feira de Santana terá a industrialização alicerçada nos objetivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que seguia as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, tendo nos economistas estruturalistas os seus principais teóricos. Em 1970, é classificada com espaço da Região Nordeste destinado a receber as determinações do planejamento regional. O processo é registrado pelo vereador José Falcão da Silva que tece

comentários a respeito do desenvolvimento brasileiro e sobre a “industrialização de Feira de Santana graças a nova política implantada por João Durval Carneiro” (ATA DA 32ª SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, 20/06/1969, p. 36-v).

O poder público local naquele momento era promotor e regulador do desenvolvimento econômico regional, sugerindo e determinando a extensão das políticas públicas e implantação dos projetos, tanto quanto as relações inter e inter-regionais. As dimensões político-econômicas do território, além de atender a lógica do capital, estão subjugadas às estratégias do sistema do capital em nível global. Assim, a valorização do território é definida pela capacidade que tem em se efetivar o campo de ação do poder local/regional obedecendo aos modelos externos de desenvolvimento. A importância conferida à industrialização e a intervenção estatal, naquele contexto era tal, que o vereador Manoel da Costa Falcão apresenta

o Requerimento nº 45/69, solicitando à direção do Banco do Nordeste do Brasil um levantamento estatístico da situação das indústrias desta cidade (...) declarando que caso o BNB atenda a esta solicitação muitos benefícios trará às indústrias feirenses. (ATA DA 37ª SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, 21/10/1969, p. 49-v).

A preocupação em preparar a cidade para receber a industrialização moderna estava sempre em evidência nas Sessões da Câmara Municipal. Cabe registrar que em 1970, sucedeu-se em Feira de Santana alguns desabamentos, que foram noticiados pela imprensa. O vereador José Falcão da Silva, mostra-se receoso diante do ocorrido, assegurando que o evento poderia afastar investimentos públicos a serem aplicados na industrialização. Asseverou que, os (...) “desabamentos ocorridos em nossa cidade (...) causou matéria de primeira página do jornal ‘Tribuna da Bahia’ editado em Salvador.” Afirma ainda que, “o referido artigo valeu para desfazer todo trabalho do Plano Integrado, [PDLI] para desfazer tudo quanto de fez para projetar esta cidade, para atrair para aqui as indústrias porque ninguém acredita em uma cidade ameaçada.” Alegou que tornava-se necessário um pronunciamento “sério e decisivo que seja dado pelo sr. Prefeito, do contrário, todo o seu trabalho, todo o seu interesse, será posto por terra”. Continuou declarando que “o sr. Prefeito deve fazer um pronunciamento sobre a real situação dos estudos dos esgôtos para a sua implantação em Feira de Santana (...) e que estava cansado de

estudos e reestudos e que se defina urgentemente o problema.” (ATA DA 9ª SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, 06/05/1970, p. 116-v e 117).

Foi com o objetivo de corrigir as desigualdades regionais que em 1959 estruturou-se um órgão de planejamento regional - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) - como parte de um projeto nacional que tinha por meta implementar o planejamento regional. A criação no governo de Juscelino Kubitschek tem por base a proposta desenvolvimentista, e a reprodução ampliada do capital. A proposta racionalista da SUDENE, sustentada no ideário Cepalino, ou seja, desenvolvimento como resultado/resultante da industrialização, beneficia a expansão do capital industrial, localizado no Centro-Sul, promovendo a concentração/centralização do capital, porque a implantação de indústrias subsidiárias na Região Nordeste, funcionou como uma transfusão de técnicas e capacidades empresarial, quando o empresário se favorecia da utilização de recursos e mão-de-obra de baixos custos, isto ainda associado aos incentivos fiscais e financeiros, principalmente a partir de 1965. O processo de industrialização em Feira de Santana foi também definido mediante planejamento, sendo implantado em 1970, o Centro Industrial do Subaé (CIS), criado através da Lei Municipal Nº 690 de 14 de dezembro de 1970. Atualmente é uma Autarquia do governo Estadual, mas resultou do projeto elaborado no âmbito municipal, ou seja, uma iniciativa local. São instalados dois Distritos – CIS-Tomba às margens da BA 502, e o CIS BR 324 margeando a mesma: as duas portas de entrada para o sertão, para quem vem do litoral.

O texto do Art. 1º da referida Lei consta que:

Fica instituído o Centro Industrial do Subaé entidade autárquica com personalidade jurídica e patrimônio próprio sede e fôro na Cidade de Feira de Santana e que integrará a estrutura da Prefeitura Municipal, diretamente vinculada ao Chefe do Poder Executivo do Município. (JORNAL FEIRA HOJE, 19/12/1970, p. 2).

A proposta de desenvolvimento industrial, voltava-se para a incorporação do interior do Estado ao processo no nível nacional, quando para instalação do CIS em Feira de Santana as indústrias se beneficiaram, buscando financiamentos do Fundo de Investimento para o Nordeste (FINOR), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco do Nordeste (BNB), entre outros. Nesse contexto é a Região o local de consolidação e realização do planejamento: projetos, políticas públicas e ações

movimentavam-se em direção desse espaço, a profundando a Divisão Regional do Trabalho no espaço brasileiro. Oliveira (2008a, p. 142) tomando as palavras de Paul Baran, afirma, que ‘não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento.’

Para o autor:

O planejamento emerge aqui como uma ‘forma’ de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução ampliada do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem rumo a uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da ‘integração nacional”. (OLIVEIRA, 2008^a, p. 149).

Nesse período a presença da SUDENE em Feira de Santana, demonstra a extensão e a força do poder local, os laços com o poder central. Na época os jornais locais noticiavam com frequência as ações e visitas dos representantes desse órgão, anunciando a importância local/regional da Princesa do Sertão. Com matéria intitulada “Diretor da SUDENE veio conhecer Feira de Santana” o jornal Folha do Norte assim anuncia:

O Dr. Leonidas Alves da Silva Filho, Diretor da Assessoria de Cooperação Internacional da SUDENE, órgão sediado em Recife, esteve na última segunda-feira, nesta cidade, tendo sido recebido pelo Prefeito João Durval Carneiro, com ele conversando demoradamente acerca do plano de industrialização de Feira de Santana, já em pleno andamento. O ilustre visitante, que aqui veio para conhecer de perto as condições locais com vistas à implantação do Centro de Desenvolvimento Industrial, para assistência técnica às pequenas e médias indústrias, mostrou-se bastante impressionado com os sinais do progresso de nossa cidade e com os dados que lhe foram mostrados pelo Prefeito, louvando o entusiasmo do chefe do Executivo feirense em sua luta no sentido de atrair para Feira novos investimentos. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 09/08/1969, p.1).

A participação do Estado na economia representava garantias financeiras para a instalação das indústrias, especialmente as de capital multinacional. Esse se posicionava como avalista em termos econômicos e políticos do projeto de desenvolvimento; era proprietário e empresário em diversos setores, tais como, nas atividades de transportes, produção e refino de petróleo, etc. controlando a maior parcela do setor siderúrgico, de energia elétrica. Atuava no controle social, atingindo

o proletariado, rebaixando e arroxando os salários, além de fixar os preços, as taxas de juros. Dessa forma consolidava a função do Estado como pressuposto geral da acumulação capitalista.

A política territorial que surge na Bahia na primeira década do século XXI, substitui o planejamento regional, da década de 1960, porque tem por objetivo alcançar o mesmo caminho anteriormente traçado pelo Estado através da SUDENE, qual seja a reprodução ampliada do capital. Em Feira de Santana na década de 1970 a implantação do CIS visava tão somente a consolidação das propostas da CEPAL, do desenvolvimento regional, mediante modernização industrial. O que estava em pauta é o discurso do desenvolvimento para viabilizar a correção das desigualdades regionais; tratava-se na realidade da distribuição desigual e combinada das riquezas de forma tal, que imprimia uma divisão regional do trabalho específica do capital.

Em janeiro de 2007 o Estado da Bahia adota os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, substituição às regiões econômicas, portanto uma substituição de lugares que preexistem, enquanto espaço geográfico, mas programados para serem amplamente utilizados pelo capital. A política de desenvolvimento territorial da Bahia, assim assimilada pelos contornos do Território de Identidade Portal do Sertão, tem sua gênese em 2005, mediante um autodiagnostico sem critérios objetivamente definidos. Território emerge como base do aparato estatal tendo origem no espaço para exercício do poder, porém, esse próprio Estado, ao tratar do planejamento territorial, altera o uso do conceito no contexto da mundialização do capital, devido as estratégias que necessita para o exercício da dominação. Os planos e projetos são direcionados ao poder local, para funcionalidade da reprodução do capital. O desenvolvimento territorial é explicado sob o viés sistêmico, apresentando uma dimensão econômica e também ambiental. O objetivo principal situa-se na busca da equidade e do desenvolvimento regional/local. A abordagem gira em torno do fortalecimento da cidadania, respeito aos direitos humanos e gestão participativa na implementação de políticas públicas. A inclusão social e o livre acesso aos serviços públicos são compreendidos como direito fundamental, assim como, a valorização cultural e étnica. A sustentabilidade ambiental confere a ideia de harmonia entre desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental, fato que se considera inviável no capitalismo. (FLUXOGRAMA 4).

FLUXOGRAMA 4 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA VISÃO SISTÊMICA



Elaboração: Freitas, Nacelice Barbosa. 2013.

Desenvolvimento territorial de dimensão econômica e ambiental, caminhos delineados para equilibrar o planejamento na visão do Estado neoliberal. Propõe-se que as populações antes pobres, passam a integrar o sistema do capital, mediante gestão participativa, no âmbito regional/local, enquanto o território se transforma no palco para encenação das políticas públicas e projetos propositivos para a cidadania. Independente da corrente de pensamento tomada como base para a análise do território, não se tem como negar que ele está diretamente relacionado à relação de poder. Por exemplo, temer o inimigo fragiliza o poder territorial deslocando um povo do seu solo, do *lócus* de moradia e da alimentação, da sobrevivência: este é o espaço da condição do existir, podendo conferir autonomia

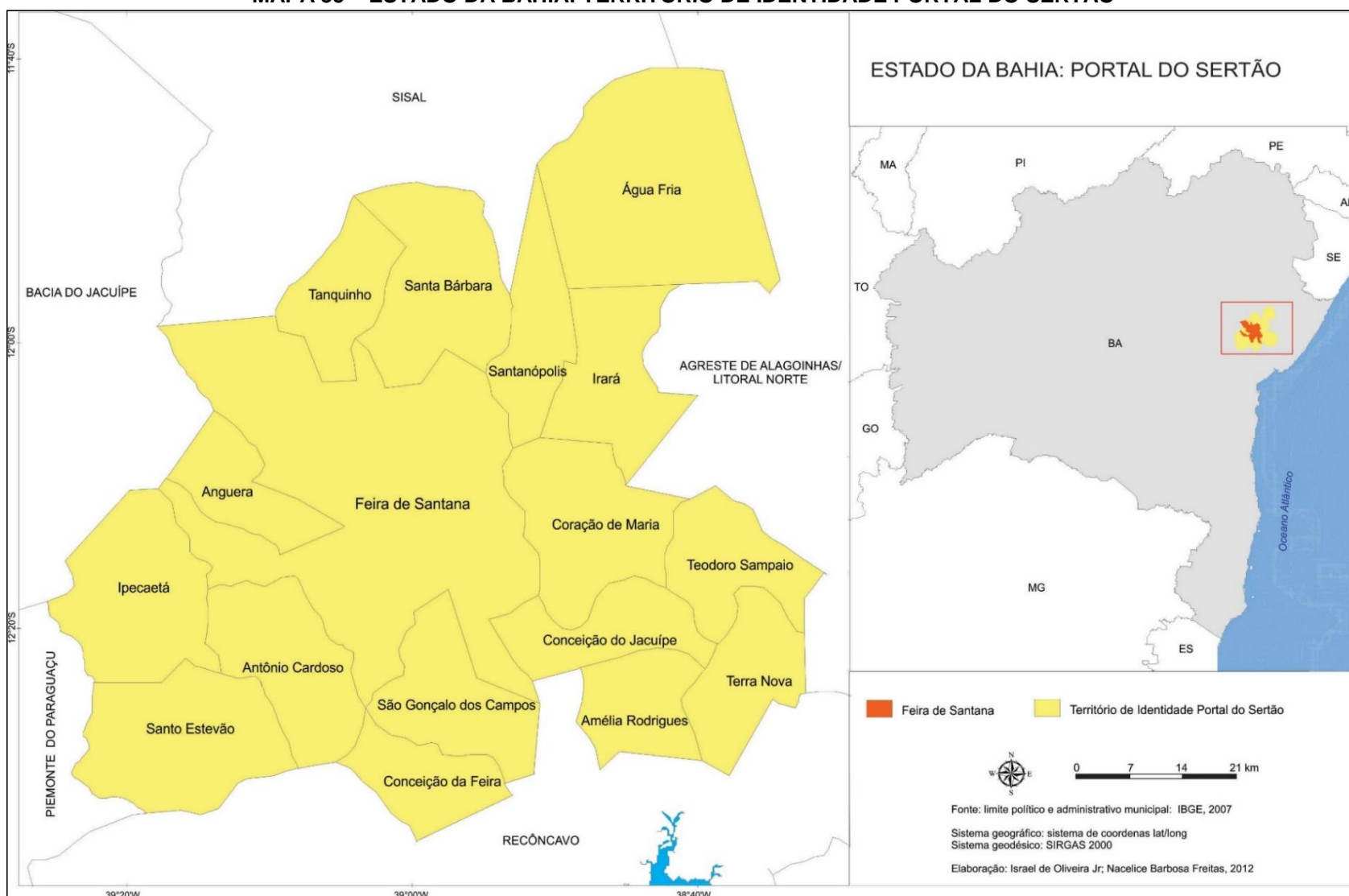
ou subordinação. Território que atualmente é portal do sertão tem a identidade de parte da Bahia, que não se reconhecia como palco de solidariedade, lugar de colaboração e promoção do desenvolvimento econômico e social e assentamento de agrupamento social, porque foi construído em tempos pretéritos mediante guerras planejadas n'além mar.

Para a implementação das políticas públicas no Território de Identidade, tem-se a Agência de Desenvolvimento Territorial (ADT), com a função de articular o poder público nas escalas federal, estadual e local, e a sociedade civil, isto é, promover a interlocução entre os diversos setores, e o do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Portal do Sertão (CODES-Portal do Sertão), além do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Portal do Sertão (CDS – Portal do Sertão) que tem por função executar os Projetos. Visando construir elementos explicativos sobre o Território de Identidade Portal do Sertão, realizou-se entrevista com a agente de desenvolvimento territorial e a secretária executiva do Território de Identidade Portal do Sertão. Ao ser questionada sobre a estrutura do Território de Identidade Portal do Sertão a Agente de Desenvolvimento Territorial informou que o conta com 17 municípios, mas apenas 14 são consorciados, entre os três que não integram o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Portal do Sertão (CDS – Portal do Sertão), está Feira de Santana. (MAPA 35).

Toda a burocracia está sediada nesse município: a sede do Consórcio, da ADT e também do Colegiado Territorial, e segundo as informações obtidas durante a entrevista, a escolha da localização foi “por uma questão de logística”. Decisão que contou com o apoio de todo grupo. A seleção dos municípios que participam do mesmo foi também realizada mediante o diálogo entre poder público local sociedade civil organizada e entidades de classe, definindo a localização e proximidade como um dos critérios de integração.

Se um dos critérios de decisão sobre os municípios integrantes do Território de Identidade Portal do Sertão é a localização, então como explicar a situação do município de Teodoro Sampaio? Este é um exemplo dos equívocos cometidos pelo Estado, tanto na escala federal quanto estadual e local no que se refere a classificação da identidade como elemento definidor do Território. A alternativa utilizada, não explica, pelo contrário, exclui a possibilidade de o delimitar.

MAPA 35 – ESTADO DA BAHIA: TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO



O desenho instituído para o Território de Identidade Portal do Sertão é um exemplo clássico de que no substrato territorial o que se impõe são as relações de poder. Segundo a Agente de Desenvolvimento Territorial uma das dificuldades da articulação territorial é a distância entre a teoria e prática de trabalho oriundo da organização da sociedade civil, porque há “dificuldades em ampliar os espaços de discussão no sentido de instituir o exercício da cidadania mediante o diálogo e construir um espaço democrático”. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

A participação polêmica do município de Teodoro Sampaio atualmente vem sendo discutida, pois definem a sua identidade em bases litorâneas e sua proximidade com o Recôncavo, então não se sente identificado com o sertão, demonstrando que a definição da identidade não se deu em bases sólidas. Tratando da questão a secretária executiva do Território de Identidade Portal do Sertão afirma que:

Naquele momento [das discussões] na empolgação, naquele momento da criação do Território, tanto Teodoro Sampaio como (...) outra região se empolgou, porque foi coisa nova, uma discussão na época muito boa muito forte, onde a gente tinha algumas dificuldades - não só Feira, como outros municípios – das políticas públicas. Mas quando se juntou todo muito achou importante ser criado e quis ficar no Território Portal do Sertão, mas desde o início que se pensava, Teodoro Sampaio (...) Teodoro Sampaio desde a sua criação ficou. Naquela época quem participava era o poder público e eles disse que não ia ficar fora do Território (...) mas, já havia a sinalização desde a época, deles fundarem um Território, qualquer tempo, porque não identificava com a realidade nossa. (ENTREVISTA - SECRETÁRIA EXECUTIVA-).

A polêmica que vem sendo pautada no município, segundo a entrevistada se refere à negação da identidade sertaneja, então a sua inserção no Território de identidade Portal do Sertão desvincula-se do fazer territorial.

Em 2005, ano de decisão sobre a implantação do Território de Identidade Portal do Sertão, apenas o poder público do município de Teodoro Sampaio contribuiu com as discussões. Não houve, portanto nenhuma participação popular nem de entidades de classe. A eleição municipal - outubro de 2012 - retirou o grupo político, e o que assume a prefeitura municipal, reivindica a não participação no Território “por não se sentir identidade sertaneja”. (ENTREVISTA – SECRETÁRIA EXECUTIVA).

O planejamento para o desenvolvimento a partir de uma identificação coloca-se com direcionador das políticas públicas para fortalecimento dos laços de solidariedade, e de acordo o MDA da sustentabilidade. Esse critério determina que planos e projetos são coletivos, abalizados pelo grupo e destinados aos interesses do grupo. A situação do município de Teodoro Sampaio é emblemática e comprova a fragilização dos laços porque, mesmo recebendo as vantagens econômicas e políticas do planejamento, este não planeja o seu desenvolvimento tendo em vista a identidade. A Agente de Desenvolvimento Territorial ainda afirmou que:

a qualquer momento é possível o município de Teodoro Sampaio sair e migrar para o Recôncavo. Não há nenhuma definição legal sobre a mesma, inclusive que já houve um diálogo com o intento de solucionar o problema, mas até o momento nada foi decidido. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

As duas lideranças entrevistadas deixam claro que não há uma burocracia rígida sobre a estruturação dos Territórios de Identidade no que se refere à seleção dos municípios integrantes.

Só é necessário uma avaliação por parte do Colegiado do Território, e enviar a documentação de solicitação para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) para que se realize a homologação após avaliação conclusão de um parecer. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

Ao ser questionada se já houve “migração” de algum município, a Agente de Desenvolvimento Territorial afirmou que “já houve a ampliação do número dos Territórios, mas não migração”. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

A Secretária Executiva e a Agente de Desenvolvimento Territorial e informaram sobre divisão de um deles, pois os integrantes não se sentiam contemplados além de ser um território muito extenso. Se referem a divisão do Território de Identidade Extremo Sul e formação do Território de Identidade Costa do Descobrimento. Sobre esta divisão a Agente de Desenvolvimento do Território de Identidade Portal do Sertão, informou que:

se a extensão se apresentava com um problema para o planejamento, preferiram reduzir e, de fato, se a lógica é, dividir a Bahia para a gente melhorar as ações, os Territórios também têm que ser um pouco mais reduzidos em termos de número e de extensão. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

Citou o exemplo do Território de Identidade Portal do Sertão com um número de 17 municípios, ou seja, é avaliado como grande em número de municípios, mas tem-se uma vantagem que é a proximidade dos mesmos, além da posição de Feira de Santana, com uma equidistância com relação a todos os integrantes que facilita a articulação territorial. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

A definição dos Territórios de Identidade, então, resvala até a Região, na perspectiva do *Regere* do império romano: dividir para administrar, para implementar o planejamento mediante política territorial, manifestando a mesma essência do planejamento regional de tempos pretéritos.

Estas avaliações desnudam a essência do território, locus de lutas, conflito, embate, guerra, luta de classes, espaço abalizador do poder. Feira de Santana é o exemplo nítido de ruptura de identidade sertaneja, um demonstrativo de que na arquitetura do poder o critério identidade deve ser encarado com reticências. Diversos equívocos são cometidos ao desenhar o Portal do Sertão: primeiro o litoral está presente nos seus contornos com a presença de Teodoro Sampaio; segundo, Feira de Santana está fora do contorno sertanejo com a não participação do poder público local que não se identifica, não reconhece a Território porque dele não contribui para a sua construção e consolidação, indo de encontro a definição do MDA.

Segundo a entrevistada “Feira de Santana vai além de uma questão política, que de fato existe, [pois] é uma cidade que todos nós sabemos que é oposição a este governo⁴⁴”. (ENTREVISTA – AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL). A sua opinião segue em direção a importante reflexão sobre a política de desenvolvimento territorial. Conforme a Agente de Desenvolvimento Territorial entrevistada, houve avanços na implantação do Território de Identidade Portal do Sertão quanto as ações e as discussões são desenvolvidas de forma

⁴⁴ A entrevistada se refere a atual gestão estadual eleita em outubro de 2010.

apartidárias, mas afirma que “Feira de Santana não consegue enxergar isso”, não exercitando a prática reflexiva de separar política de governo e política de Estado, porque as diferenças partidárias funcionam como escamas que cobrem os olhos dos líderes políticos atualmente no poder, impedindo-o de exercer o planejamento territorial para os problemas específicos à realidade municipal.

O governo municipal eleito em outubro de 2012 anula qualquer possibilidade de construção territorial identitária porque reconhece os indícios de acessibilidade e escolha dos locais de luta e no anseio da vitória coloca-se enquanto adversário, buscando tanto quanto este posicionar-se “do lado do sol”.

Ao ser questionada sobre a importância do desenvolvimento territorial para o Território de Identidade, considera que é “fundamental para o desenvolvimento territorial, mas afirmou que, como

cidadã de Feira de Santana, percebo que houve um crescimento econômico, mas não desenvolvimento econômico. Isso é retrato, não é só de Feira de Santana, é retrato da Bahia e até do Brasil.” Crescimento não é desenvolvimento, porque política territorial visa o desenvolvimento, mas aliado ao crescimento, também, que é necessário. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

Explicou que no município de Feira de Santana,

tem um grupo que está ligado tanto ao crescimento econômico, ao capital que não acredita nesse modelo de desenvolvimento. É um governo local que não enxerga que é possível empoderar a sociedade civil sem ser contra ao governo estadual. (ENTREVISTA - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

Percebe-se na avaliação da Agente de Desenvolvimento Territorial que “empoderamento” é sinônimo de conscientização da posição dos sujeitos na sociedade, conquanto a política territorial traga a possibilidade da divulgação das informações, e as vezes o poder público se sente “coagido com isso”. Diante disso, explica que Feira de Santana não pretende (...) ter um modelo de desenvolvimento. Eles [prefeitura municipal] têm receios desses espaços econômicos democráticos que a gente chama de participação. A situação apresentada denuncia o explícito conflito territorial, e a manifestação da diferenciação nas diversas escalas de poder. (AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – ENTREVISTADA).

As duas escalas de poder subsistem pelo forte atrito territorial para manutenção de todo aparato estatal e o poder local não reconhece o Território de Identidade Portal do Sertão ao governar o sertão. Se nega a conceder o “empoderamento da sociedade civil”, não concordando com a participação necessária a posição dos sujeitos numa sociedade que se pretende democrática. Sentindo-se “coagidos” quando se trata de participação popular, tendo a certeza que se defronta com a divisão/distribuição de poder.

A experiência sertaneja do Território de Identidade Portal do Sertão é notória ao ser explicada como um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, aquele que emana dos interesses coletivos, do diálogo entre Estado e Sociedade no contexto democrático, na opinião das entrevistadas. Conforme a Agente de Desenvolvimento Territorial expõe nas respostas da entrevista: “o Território deve ser comandado pela sociedade civil, porque é demandado pela sociedade e quem executa os projetos é o Consórcio”.

O que se pode concluir é que o poder público de Feira de Santana cumpre efetivamente a sua função política, destruindo o sertão ao tempo que nega a extensão do seu poder sertanejo. Este sertão descrito em território de identidade, pode ter os limites traçados em birôs municipais, encontram-se trancafiados nas geometrias das salas que abarcam, abraçam, recebem o conteúdo burocrático do poder público local.

O sertão aqui é outro, não é aquele da fortaleza do homem sertanejo medida por Euclides da Cunha, não está em toda parte, como desejava João Guimarães Rosa, mas necessitando desatramancar, porque obstruídos estão os canais que conduzem ao respirar sertanejo.

Feira de Santana, nessa perspectiva é território, garantindo a posição de grande porta de entrada, e saída de interesses inerentes à realidade do mercado e articulação, com o capital, mas não é escala sertaneja quando entra em confronto com os ingredientes do sertão, não tem identificação na presença/ausência do município de Teodoro Sampaio, claramente escala litorânea, geograficamente muito mais litoral que sertão. Percebe-se que este foi definido enquanto condição social, econômica, entendendo que a política de desenvolvimento territorial assume a identidade que emana dos gabinetes e não dos anseios populares, nem mesmo dos movimentos sociais ou sociedade civil organizada. Identidade territorial delimitada

em Tordesilhas Moderna, sobre novos acordos e projetos e identidade cultural balizada pelo econômico.

Para Theis (2008, p. 13)

(...) desenvolvimento no território é desenvolvimento territorial – um processo de produção, distribuição, trocas e consumo, mas também um processo referido a condutas, hábitos e valores, individuais e coletivos condicionado pelas relações de poder em que entram os indivíduos, os grupos e as classes sociais, que se encontram num dado espaço geográfico concreto.

Entendendo que o Estado, tanto na escala nacional, quanto estadual e local no Brasil apresenta um movimento territorial, tendo como referência o poder local, isto é, espaços locais de dimensão política e econômica. A relação com a identidade traz complexificação com a articulação destes na escala global *versus* local, tendo em vista a construção de múltiplas territorialidades. Esta reflexão tem por objetivo atingir uma definição de identidade do sertão, numa área de transição sertanejo-litorânea que se construiu portal no contexto propalado pela multidimensionalidade do território.

As estratégias de desenvolvimento são estruturadas sob o ponto de vista sistêmico e envolvem a questão social tão cara à gestão do Estado. O desenvolvimento territorial tem por base o viés produtivista, onde a valorização social está fundamentada na participação no mercado, mesmo que seja a “economia solidária”, nomenclatura dada pelo Estado neoliberal à capacidade que têm as organizações comunitárias de serem incluídas do sistema do capital.

Observando sobre a relação entre planejamento e desenvolvimento a secretária executiva do Território de Identidade Portal do Sertão, considera que a experiência é positiva, mas precisa-se “melhorar em termos de planejamento (...) e muito”, enfatizando que “uma outra coisa que precisa melhorar dentro do Território é a participação do poder público junto com a sociedade civil, com os rurais, para um melhor desenvolvimento das suas ações (...)”. Refere-se portanto sobre a não participação da prefeitura municipal de Feira de Santana, na atual gestão, alegando que o poder público local não está a favor do planejamento territorial, e considera todos os representantes do Território como oposição ao seu governo. Ressalta que são sempre convidados a participar das reuniões e assembleias e não comparecem, e afirma que o prefeito de Feira de Santana integra

Um grupo que é contra o desenvolvimento para com os trabalhadores rurais; esse grupo nunca, eles apostaram, e nunca aposta num desenvolvimento para a zona rural para os pequenos agricultores (...). Não faz nenhum esforço pra que nós agricultores familiar melhore na sua renda, no conhecimento (...) (ENTREVISTA – SECRETÁRIA EXECUTIVA).

Avalia que o referido grupo dá pouca atenção ao Território, identificando como “uma questão política”. E diz que gostaria que eles participassem, que todos participassem “independente de raça, de cor, de religião de partido político.” (ENTREVISTA – SECRETÁRIA EXECUTIVA).

De definição complexa, a identidade territorial se reveste de diferentes conotações a depender da ciência que está sustentando a discussão: a Antropologia leva em conta aspecto social ou coletivo, a Psicologia se preocupa com as questões referentes a identidade individual ou pessoal, além disso, segundo Haesbaert (1999), pode estar relacionada a objetos e a pessoas. Outro aspecto a ser considerado é o fato paradoxal de implicar em igualdade e semelhança entre dois objetos ou pessoas diferentes, tendo em vista a busca da construção de projetos comuns para uma totalidade socioespacial.

Trazer estas abordagens sobre a identidade, tem por propósito expor as contradições na definição da identidade territorial para gestão econômica, sob viés do planejamento regional, que tem com expectativa básica a reprodução ampliada do capital, a partir da exploração da mais-valia absoluta e relativa, fator essencial para fazer cair por terra qualquer possibilidade de costura entre semelhanças fragmentadas ou igualdade que preexistem a diferenciação. Por outro lado o que revela a identidade de forma mais efetiva? E como encontrar a essência da sua definição em todo o grupo de forma tal que ela o torne verdadeiro e autêntico? Como encontrar um sentido geral e comum? São questões que colocam definição da identidade territorial numa condição paradoxal a tal ponto que Haesbaert (1999, p. 173), refletindo sobre a questão indica que, se “a identidade do indivíduo é dificilmente encontrada e, mais dificilmente ainda, revelada, uma identidade mais ampla, envolvendo um grupo de indivíduos ou mesmo uma ‘cultura’ ou ‘civilização’, pode ser uma temeridade”.

Repleta de essência simbólica, e portanto de subjetividades, tanto no plano individual quanto coletivo, como manter os elementos que os unem no contexto da reprodução do capital, que existe e se mantém alicerçado no seio das disputas

territoriais? As preocupações do autor demonstram a necessidade de cuidados em relação à vinculação da identidade territorial, como fator de referência e definidor de políticas públicas e planejamento econômico regional. Além disso, qual seria o tamanho e as dimensões territoriais em relação ao tamanho e dimensões da identidade do grupo que lhe faz parte, considerando-se que esta delimitação está diretamente respondente a delimitação de outras identidades, trazendo à tona a problemática das escalas territoriais.

Considera-se que a fragmentação nacional no sentido da construção da nação é significativamente fortalecida no Brasil, e revela a incapacidade do Estado-nacional em promover, ou mesmo permitir a unidade nacional, tendo em vista a necessidade de construção de um projeto de nação essencialmente brasileira. Nessa perspectiva, entende-se que a construção da identidade diz respeito a busca de reconhecimento de si frente ao outro, tratando-se da alteridade como lugar/momento de atrito e oposição, que pode terminar em diálogo, mas também, em conflito, pois esta se efetiva sustentada pela dinâmica das relações sociais capitalistas.

A interação e interdependência do outro, tão necessária ao existir estava terminantemente eliminada, excluída do projeto de produção do território colonial. Os textos da Bula *Inter Coetera*, do Tratado de Tordesilhas, da Carta de Pero Vaz de Caminha, do Regimento de Tomé de Souza e do Tratado de Madrid, não contém conteúdo de alteridade, mas de dominação e é para isso que importava o belicismo de João Peixoto Viegas nas terras tomadas..

Essa é a interpretação que interessa para atender aos objetivos desta tese. Táticas de guerra, confrontos marcos territoriais, abertura de caminhos que sobrepõem às aldeias. Assim também a delimitação dos Territórios de Identidade, que germinam dos Territórios Rurais que pululavam no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Analisando os números referentes a população total, urbana, rural e taxa de urbanização no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), constata-se que é temerário a classificação da identidade territorial desse sertão, diferenciado e espaço de diferenciação. (TABELA 12).

A identidade é explicada como fator único de união, do encontrar o outro na condição de harmonia: um reconhecendo-se no outro. As diferenças entre os

municípios que o integram demonstram que o Estado nas escalas, nacional e estadual, desconsidera os elementos integrantes da identidade colocando o pesquisador diante de uma extensa e complexa pauta de discussão porque, a busca pelos critérios definidores e necessários à burocracia do Estado, fragilizam e fragmentam o conteúdo identitário.

TABELA 12 – TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO: POPULAÇÃO TOTAL URBANA E RURAL EM 2010

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO TOTAL | POPULAÇÃO URBANA | POPULAÇÃO RURAL | TX. DE URB. % |
|------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------|
| Feira de Santana | 556.642 | 510.635 | 46.007 | 91,7 |
| Santo Estêvão | 47.880 | 27.690 | 20.190 | 57,8 |
| São Gonçalo dos Campos | 33.283 | 16.505 | 16.778 | 49,6 |
| Conceição do Jacuípe | 30.123 | 23.539 | 6.584 | 78,1 |
| Irará | 27.466 | 11.246 | 16.220 | 40,9 |
| Amélia Rodrigues | 25.190 | 19.957 | 5.233 | 79,2 |
| Coração de Maria | 22.401 | 9.400 | 13.001 | 42,0 |
| Conceição da Feira | 20.391 | 13.137 | 7.254 | 64,4 |
| Santa Bárbara | 19.064 | 8.669 | 10.395 | 45,5 |
| Água Fria | 15.731 | 5.777 | 9.954 | 36,7 |
| Ipecaetá | 15.331 | 2.637 | 12.694 | 17,2 |
| Terra Nova | 12.803 | 11.488 | 1.315 | 89,7 |
| Antônio Cardoso | 11.554 | 3.225 | 8.329 | 27,9 |
| Anguera | 10.242 | 4.326 | 5.916 | 42,2 |
| Santanópolis | 8.776 | 1.684 | 7.092 | 19,2 |
| Tanquinho | 8.008 | 5.711 | 2.297 | 71,3 |
| Teodoro Sampaio | 7.895 | 6.341 | 1.554 | 80,3 |
| TOTAL | 872.780 | 681.967 | 190.813 | 78,1 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE -2010).

Feira de Santana diferencia-se tanto no que se refere à escala territorial, quanto ao conteúdo socioespacial/territorial. Em 2010, contando com 556.642 habitantes, lidera em tamanho populacional do conjunto de municípios no Território de Identidade, em que o segundo maior – Santo Estêvão - conta com uma população igual a 47.880, correspondente a 8,60% do seu total. Enquanto isso, Teodoro Sampaio, o município com menor população – 7.895 habitantes – contribui com número correspondente a 1,4% da população de Feira de Santana. As respostas da entrevista conferidas pela agente de desenvolvimento territorial evidenciam que, a discussão sobre identidade, está atrelada especialmente ao espaço, na compreensão da sociedade civil organizada, representantes municipais, isto é, são principalmente pelas características naturais – clima, relevo, vegetação, hidrografia, geomorfologia – que determinam a identidade.

Que conteúdo identitário encontrar entre Feira de Santana, Ipecaetá e Santanópolis ao se comparar a taxa de urbanização. Que tipo de planejamento territorial destinado ao espaço urbano poderiam alcançar estes municípios em harmonia e equidade? O primeiro apresenta um percentual maior que 91% de população morando na cidade, enquanto os outros dois têm números inferiores a 20%. Como então efetivar o encontro entre território e planejamento para o Território de identidade com realidades socioespaciais tão opostas?

Pelo que foi possível notar nas respostas, durante a entrevista é que, mesmo tendo-se uma leitura bem ampla sobre esta questão, para os representantes dos municípios que integram Território de Identidade, além da ideia de pertencimento, o principal critério definidor relaciona-se as questões naturais. Em sua opinião esta não se refere apenas ao “fator climático, geomorfológico, vai além de tudo (...) dos serviços, do comércio, da saúde (...) da logística”.

Quanto trata da relação de Identidade com o território, traz à tona a questão da construção das fronteiras, exemplificando a relação socioespacial/territorial entre Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos que, em expressivo processo de conurbação, os habitantes dos limites entre os dois municípios, porém no morando no território do segundo, tem o sentimento de pertencimento vinculado ao primeiro, por conta dos serviços prestados pela prefeitura municipal de Feira de Santana àquela comunidade. “Identidade vai também no sentido do avanço das cidades”, segundo a agente de desenvolvimento territorial. Afirma também que “se Teodoro Sampaio se sente contemplado pelo Recôncavo é porque alguma coisa daquela região (...) eles se sentem de pertencimento aquela região”.

Conclui-se que a Identidade Territorial se faz existir no plano burocrático, mas a sua construção é no lugar e quando esta transita pelo território é para revelar que este é o espaço consignatário de disputas e confrontos, todavia, de poder. As diversas escalas espaciais de poder, apresentam nitidamente, as estratégias neoliberais de escamoteamento da realidade territorial ao se fazer presente na organização para implementação do desenvolvimento territorial, confusão, contradição do Estado nacional capitalista e que não se amplia no sentido da coesão socioterritorial.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das razões que impulsionou a realização desta tese foi o desafio de explicar a formação territorial de Feira de Santana, trazendo a totalidade espacial sertanejo-litorânea como base para o desenvolvimento da discussão. Faz-se necessário retomar o início da mesma para lembrar este desafio qual seja a relação espaço-tempo, analisando Feira de Santana na perspectiva escalar.

Colocou-se o objeto de estudo o sertão e o litoral, escolhendo Feira de Santana como limite territorial, contorno espacial que permite estabelecer demarcação de fronteiras sertanejo-litorâneas. Os percursos metodológicos foram expostos como forma de definir o caminho que se devia seguir, tornando possível a elucidação do objeto desta investigação. A escolha do materialismo dialético como método visou à aproximação entre a teoria e a realidade investigada, no sentido de fundamentar a explicação sobre o espaço estudado, e localizá-lo no sertão, não para colocá-lo como diferente do litoral na perspectiva da separação, mas constituindo especificidade sob o viés da totalidade espacial, que é a síntese, desigualdade combinada e condição essencial do modo de produção capitalista.

O processo de investigação tornou possível perceber as profundas transformações no espaço urbano, quando se tratou da relação passado-presente. Cada contexto histórico-geográfico contribuindo para firmar a cidade como Princesa do Sertão, fazendo com que o epíteto, colocado em momento político oportuno trouxesse na pretensão de caracterizá-la como segunda maior cidade da Bahia, a condição de ser Princesa.

Esta análise foi considerada importante porque o intuito de Ruy Barbosa de agradar os feirenses – os habitantes do sertão – fez com que a insígnia de Princesa, no instante em que foi dado, não coincidissem com a realidade concreta, quando, por exemplo, toma-se o conteúdo populacional como critério definidor da dimensão da cidade e do município. Na década de 1940 situava-se na 5ª posição no âmbito do Estado entre os municípios mais populosos, e o título honorífico foi concedido em 1919 – somente a partir de 1950 vai ocupar o 2º lugar em tamanho populacional. Porém a posição de Princesa já estava, enquanto condição *a priori*, passado-presente do espaço sertão. Na proximidade com a costa, lugar da rainha – a capital do estado – tem-se a reserva de valor para valorização do litoral/Recôncavo, lócus

de acumulação primitiva, constatando-se que o espaço-geográfico é categoria universal e permanente e também categoria histórica como afirma Santos (1986).

Encontram-se a geografia do sertão e do litoral, na perspectiva da diferenciação/igualização, observando a necessidade que existe em ampliar o debate sobre este espaço, tendo em vista a forma como o capital se estabelece desde o período colonial à atualidade para imprimir uma determinada formação territorial.

A construção/criação do sertão baiano antecede ao capitalismo, mas, permanecendo no capital, porque reproduzido no interior deste o modo de produção. Instituiu-se um desafio: pensar a importância econômica e política da localização geográfica de Feira de Santana, enquanto Princesa do Sertão e Portal do Sertão. Chegou-se a conclusão que as duas denominações não têm base científica, nem surgiram de sistematização teórico-conceitual, contudo, as explicações conferidas aos termos nesta tese revela a necessidade que se tem de se referenciar a partir de notas explicativas alicerçadas na ciência. Esta situação não inviabiliza a compreensão sobre a sua localização no sertão, seja como porta de entrada/saída, ou dividindo a sua posição como segundo maior município do Estado da Bahia em tamanho populacional, denotando que estes termos visibilizam uma hierarquia socioespacial. Sendo assim, sub-reptício ao significado está a relação com Salvador, a capital, mas também, como representação do litoral.

Feira de Santana será realidade concreta no século XVII, município fundado em bases espaciais sertanejas, nesse sentido, espaço criado para a acumulação do capital, respondendo ao nome que recebeu em 16 de junho de 1873: Cidade Comercial de Feira de Santana, um mercado, lugar simbolicamente definido pela compra e venda do gado, inserido, portanto, na trama do capital comercial fundante do território.

Espaço/sertão, produzido nos primórdios da colonização, teve destruída as relações não-capitalistas de produção ao mesmo tempo em que foi utilizado para fundar os alicerces do capitalismo. Espaço para a circulação do capital mercantil, transmutou-se em *locus* da expansão geográfica para novas regiões, fortalecendo o comércio exterior, com a exportação de mercadorias, o que Marx e Engels (2007, p. 43) denominam de “mercado mundial”, porque o capital é mundial.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

(...)

Ao invés de antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de clima mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações.

O estudo apontou para a certeza que Feira de Santana não pode mais ser definida como espaço isolado, lugar longínquo, distante do litoral porque é sertão: é valor do espaço, lócus de reprodução do capital, Geografia e História alicerçada na produção do espaço que se projetou no sertão, (des)configurando a ideia de atraso. Este Portal do Sertão é Princesa do Sertão, sede de Região Metropolitana, espaço urbano que aspira a possibilidade de existência do campo, refletindo aquilo que o capital denomina de “progresso”.

Nesse espaço, diferenças foram construídas, enquanto história e geografia, registro das contradições socioespaciais, sendo assim, buscou-se exprimir como o sertão/litoral se estabeleceu enquanto escala de análise para explicar o valor do espaço no contexto do modo de produção capitalista. Vistos e assimilados sempre de forma separada, espaços paralelos, dois lugares juntos, mas seguindo cada um a sua própria trilha em busca do mar, da porta de saída/entrada, dos pontos de escoamento da produção. A leitura da totalidade permitiu reconhecer que Feira de Santana, esta porta do sertão é espaço contíguo do litoral, difere dele, mas se iguala abrindo as possibilidades de sua chegada ao interior, separação que é tão somente produção da diferença geográfica, ou seja, produção de escala espacial.

As diferenças geográficas então situadas, tanto no nível interno, quanto externo, são consideradas, desde quando se busca a compreensão do local à dimensão regional, nacional e internacional, formando um mosaico geográfico.

Esse mosaico é ele mesmo um ‘palimpsesto’ – composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros (...) algumas camadas têm maior saliência que outras (...) Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas. (HARVEY, 2006, p. 111).

Espaços que se transformam através do tempo-espaço: sobre o sertão da pecuária, a escrita do litoral da cana-de-açúcar, ao mesmo tempo recebendo a fixação gráfica da linguagem representativa da *plantation* que produz ouro doce, enquanto as patas das boiadas superpõem aos rabiscos, escrevendo novo texto para compor o capítulo da formação territorial, tergiversado por combinações, arranjos e imagens, uma mnemônica, registrando as mensagens redigidas pela sociedade que fixam à memória acontecimentos do passado-presente.

O desenvolvimento desta pesquisa, portanto permitiu vislumbrar que, ler o espaço numa perspectiva dialética é uma tarefa de profunda complexidade uma vez que na totalidade, visualizam-se as diversidades geográficas, enquanto respostas aos/dos processos sociais, políticos, econômicos e históricos em constante movimento de transformação escalar, tanto no plano interno, quanto externo. A velocidade destas transformações segue o ritmo da História concomitante à construção da Geografia, e se no período colonial esta se projetava de forma lenta, no contexto da mundialização do capital as transformações são mais rápidas devido ao desenvolvimento das forças produtivas e elevação permanente do nível tecnológico, impactando o sertão-litoral que às vezes não se reconhecem, porquanto a aproximação dos espaços, e a diminuição do tempo, interferem na localização das fronteiras entre ambos.

Constatou-se que sertão e litoral são escalas espaciais que denunciam o desenvolvimento geográfico desigual, totalidade contraditória, e compreender as diferenças/desigualdades é o melhor atalho para entender o desenvolvimento geográfico desigual na esfera do capitalismo.

A escala entendida como categoria de análise para explicação da diferenciação espacial tornou possível, através da mesma, imprimir uma nova linguagem para a compreensão das diferenças que são resultantes da forma como a sociedade produz espaço. Espaço e sociedade imbricados numa totalidade repleta de especificidades que são construídas historicamente – passado-presente materializados em cada lugar. Nesse sentido, “a produção da escala é um lugar de luta política”.

Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas,

sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. (HARVEY, 2006, p. 111).

A leitura da relação espacial do sertão-litoral foi utilizada para compreensão do termo no contexto atual, observando-se que é tão somente uma atualização sobre a definição de diferenciação. Novos conteúdos políticos e econômicos são inscritos no espaço, objetivando o aprofundamento do processo; Planejamento Regional ou Planejamento Territorial inclusos no Território de Identidade são exemplos da forma como o Estado se coloca quando se versa sobre o entendimento da realidade a partir da escala, seja ela nacional, regional ou local, por exemplo, nas décadas de 1960 e 1970 este problema era abordado pelo Estado no sentido de buscar respostas para o os “desequilíbrio regionais” ao relacionar as diferenças socioeconômicas entre as escalas nacional e regional. Conclui-se que as diferenciações eram abordadas sob o viés da fragmentação e separação, pedaços do espaço separados, isolados e não analisados como especificidade de uma totalidade espacial. Assim, a Região Nordeste era classificada como atrasada em relação ao Centro-Sul, hierarquiza-se no que se refere ao desenvolvimento: a primeira colocada numa posição de inferioridade diante da hegemonia econômica desta última, portanto, diferenciações tratadas com desigualdade uma perspectiva dual, razões inversas, contrárias e não antítese e contradição.

O marco dessa investigação rejeitou este enfoque, porque se posicionou no sentido de explicar as especificidades escalares, a partir do movimento da totalidade socioespacial, sob a ótica da divisão regional e territorial do trabalho no capitalismo. Vale ressaltar que Oliveira (2008) elabora importante reflexão sobre a forma em que o Estado trata a questão nacional/regional, colocando, por exemplo, a Região Nordeste frente ao Centro-Sul, e indica a necessidade de uma leitura a partir da divisão territorial do trabalho e das contradições do capital, que inevitavelmente promove o conflito entre as Regiões, esses espaços socioeconômicos produzidos sob o viés do modo de produção capitalista.

A Princesa do Sertão se insere nesse processo, e, tendo consolidado o poder e o valor do espaço agropastoril, ocorre o descoroamento dessa condição, mas, perpetua-se o status de princesa mediante o comércio e a indústria. O planejamento regional determinante do desenvolvimento perpetrado pelo Estado capitalista a

colocou no lugar de destaque em nível nacional por meio da industrialização nos moldes da CEPAL.

Partindo-se do pressuposto que sertão é terra chã, chão carregado de estigma proveniente da leitura de uma sociedade que vive a aparência, percebeu-se que a sua essência é perdida mediante aparência, conquanto a relação Sociedade-Natureza, fundamento da ciência geográfica, não é apropriada como base metodológica para se enxergar a totalidade.

Constatou-se que Feira de Santana, está localizada no lugar considerado vazio na observação do colonizador que aqui chegou para levar território sertanejo à Europa, prova cabal que tal condição é colocada pelo olhar estrangeiro. Sertão: descrito como vazio, o espaço repleto de seres humanos denominados índios, povos que foram arrancados da terra, no instante em que testemunhavam os desígnios da colonização. Aqui encontrados livres, foram escravizados, corrompidos, porque ao mesmo tempo parceiros dos diversos aspectos desse processo. Trabalharam na terra chã, para em momento subsequente trazer para o sertão a Princesa do Sertão que se constitui Portal do Sertão, ingrediente que a coloca no centro do Território de Identidade Portal do Sertão e Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS).

A análise sobre a geografia sertaneja possibilitou afirmar que o sertão é o esse espaço traspassado pela ignomínia, é estranho à realidade sertaneja construída pelo colonizador. Sertão que é confundido com aspereza, ser rude, duro, seco, oposição, distante da maciez, umidade e doçura do litoral, traz em Feira de Santana a possibilidade de negação porque a consolidação de realidade, trazendo as benesses litorâneas que aqui chegavam e saíram com o gado, se fixaram com a feira, o comércio e a indústria a torna região que vai se situar no Agreste. É o descoroamento da princesa que reage para consolidar a reprodução ampliada do capital: de chão passa a território, rompendo com a ideia de vazio porque é lócus do processo de valorização do espaço, produção do espaço sobre os pilares do modo de produção capitalista.

Observou-se que o espaço sertanejo é visto como lugar do esquecimento, distanciamento, contrário ao existir humano porque cheios de homens bárbaros, bravios, gentios no passado, e no presente pelos rudes filhos da semiáridade. Espaço insígnia de pobreza, miséria e fome, de homens sem fé católica, então considerado sem civilização. Esses homens habitantes das fronteiras interioranas produziram o

espaço que não suporta outro existir, porém são derrotados em seus intentos, porque na implantação do projeto mercantil a mercadoria prevalece a qualquer sentimento de pertencimento ou relação identitária. Porém, foi possível assinalar que estando localizada nesse sertão, Feira de Santana, indica que, enquanto sertão, integra a totalidade sertanejo-litorânea, manifestando caracterização da secura e umidade, quando é cidade representativa da contradição riquezas *versus* pobreza.

O estudo do espaço feirense sob o viés da diferenciação permitiu abalizar que diferenças, desigualdades, diversidade, aparecem como adorno da sociedade que está para ser gestada no século XVIII e se apresenta como novidade no conjunto que compõe o aparato da modernidade. O feirense surgiu e lançou o seu germinar no solo sertanejo, condição *a priori* do ser sertão, processo que situa-se no cerne da colonização. Sendo assim, pode-se afirmar que o colonizador ao arrumar as bagagens da viagem, geopoliticamente descrita e planejada para imprimir a dualidade sertão-litoral, defrontou-se com uma totalidade que preexiste, enquanto valor de uso, e que no propósito mercantilizador do espaço, foi transmutada em valor de troca nas terras d' além Paraguaçu. O território do “achamento” de Pedro Álvares Cabral, manifesta-se como terra de acolhida ao colonizador, este que chegou para administrar o território do outro, exigir reconhecimento do estrangeiro – o dono do território usurpado mediante sangrentas guerras.

Ah o sertão! Todo interior é sertão. Sim. Não estando no litoral, é sertão. Espaços recônditos produzido em moldes primitivos, para ser desmantelado em ultramar, desenhado em fronteiras descritas externamente, cumprindo a agenda colonizadora, é consolidado como *locus* da reprodução ampliada do capital. Então, desde a origem sua reprodução é mundial, porém se distribui especificando os lugares: global-local, fragmentando-se se separa em meio à totalidade, e organiza um jogo em que as forças contrárias se unem forjando uma homogeneização, mas a realidade é reveladora das diferenciações geográficas nas diversas escalas.

Chesnais (1996, p. 32) discutindo a mundialização do capital, reflete sobre esse tema, e expõe sobre como a reprodução do capital produz desigualdade porque “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”. O intercâmbio comercial traz como tendência a marginalização de países dos espaços em função da hegemonia

de outros. Tomou-se essa discussão como mais uma comprovação da função do capital na produção do espaço, isto é, perpetuar e garantir a desigualdade combinada, inerente e necessária a sua sobrevivência. Feira de Santana, nesse sentido, impõe superioridade de rainha quando se observa a sua posição na Região Metropolitana de Feira de Santana e Território de identidade Portal do Sertão, porque na trama capitalista, situa-se como espaço de concentração e centralização do capital ao nível regional.

A importância em elaborar uma reflexão sobre a dualidade/desigualdade a partir da escala no contexto da mundialização do capital trouxe à tona uma questão geográfica que desde as décadas de 1960 e 1970 tenta responder as diferenças entre os níveis de desenvolvimento econômico entre os diferentes lugares que mantêm relação de interdependência.

Este estudo permitiu a elaboração de uma reflexão sobre a depreciação do sertão em relação ao litoral avaliando como historicamente construída, com elementos que escamoteiam a contradição, porque, se o espaço geográfico se estabelece enquanto totalidade, sertão e litoral, não são lugares que se repelem, pois constituem diferenciação, desigualdade combinada necessária ao cumprimento da agenda capitalista.

A realização da investigação trouxe uma certeza: o espaço feirense, por se constituir sertão não é inferior, não se contrapõe ao litoral, e a análise alicerçada nos pilares da dialeticidade, evidencia que Feira de Santana é também litoral ao ser sertão, está dentro dele, faz parte da sua construção, porquanto totalidade na produção do mesmo. Tal reflexão foi possível porque ao analisar a construção de Brasília, por exemplo, cidade que é símbolo do processo de interiorização brasileira, porém, contribuinte da construção do sertão como representação do moderno, da expansão em direção ao solo Amazônico, o desconhecido da busca do valor do espaço, denunciador da necessidade de aproximar-se das fronteiras e limites do oeste, olhar para além dos Andes, uma nova forma de buscar o outro lado do mar-oceano Atlântico – o Oceano Pacífico.

Todo percurso da tese seguiu em direção a firmar a posição de Feira de Santana no sertão, e retirar de Cachoeira a condição de Portal do Sertão. A denominação de Princesa do Sertão é conveniente para os que queriam propagar o seu poder político, então, onde começa e termina este território? Situa-se no âmbito da

circulação capitalista, iniciada em bases mercantilistas, estruturantes do espaço de valorização nos adaptes da acumulação primitiva. Achar o município é defrontar com o território definido para as lutas e dominação.

Sabe-se sobre a necessidade do aprofundamento teórico-metodológico e conceitual relacionados a Feira de Santana no seu lugar sertão, mas os estudos desenvolvidos durante a pesquisa ultrapassaram os limites das páginas lidas, impulsionando para uma reflexão crítica, sobre a relação sertão-litoral na perspectiva geográfica. Nesse sentido, torna-se evidente que é impossível elaborar uma leitura sobre a realidade sem assumir uma postura teórica e metodológica que seja condizente com a prática que se deseja construir, e tem por meta a transformação. Este é o desafio no contexto da sociedade capitalista quando o Espaço e Tempo se estabeleceram como categorias analíticas fundamentais para a explicação da realidade centrada na mercadoria, pois tais conceitos se referem à nossa condição de existência, ou seja, a relação Sociedade-Natureza mediante a luta de classes.

Outra questão que foi considerada é a situação de Feira de Santana, enquanto área de transição climática. A sua localização no Agreste considerou-se fator condicionado a leitura da divisão regional de bases possibilistas, mas quanto a relação sertão e litoral: é sertão.

Um fato colocado analisado como preponderante durante o estudo é a relação de Feira de Santana com a pecuária, tendo em vista que:

As fazendas de gado representaram outro importante fator de expansão territorial no século XVII. Enquanto não se descobriu ouro no interior, não houve outro atrativo econômico suficientemente forte para fixação das populações. O açúcar, o pau-brasil, o tabaco e a agricultura de subsistência limitaram a colonização a, no máximo, algumas dezenas de quilômetros do litoral. Foi o gado o primeiro fator da interiorização brasileira, já sob a forma de ocupação e não mera predação, como ocorrera no caso das bandeiras e apresamentos de índios. (WEHLING e WEHLING, 1994, p. 118, grifo do autor).

Estas foram importantes para a expansão territorial quando analisadas as condições de circulação e a relação com a produção de mercadorias para exportação, então:

As fazendas de gado tinham evidente vantagem sobre os latifúndios de açúcar. Eram necessários pouco capital e pouca mão-de-obra

para manter uma grande propriedade, enquanto a agricultura exigia investimentos maciços, além de conjuntura internacional favorável para a obtenção de bons preços de venda. (WEHLING e WEHLING, 1994, p. 118).

Conclui-se que a análise sobre a valorização do espaço exige reflexão sobre uma questão central da teoria marxiana que é o significado do valor. Partindo da abordagem teórica que tem por meta analisar o processo de produção do capital, explicita-se que não importa a forma, como foi concretizado, se direta, indiretamente, ou para a subsistência ou utilizada como meio de produção, porém, que isso ocorre tendo por base o contexto histórico, é construído, numa perspectiva que engloba a relação tempo-espaço, estando confrontados valor-de-uso e valor-de-troca. Estes numa relação qualitativa/quantitativa, serão igualizados mediante a criação de uma terceira mercadoria equivalente: a moeda.

Teve-se como objetivo continuar a tarefa de elaborar um quadro teórico que sirva de base para o entendimento geográfico sobre o sertão-litoral. Uma vez definida a explicação sobre as dualidade/desigualdade territoriais e espaciais, passou-se a analisar a dimensão econômica, explicitando onde o sertão se insere na trama capitalista, tendo em vista a produção do espaço. Parte-se da premissa que a acumulação capitalista não se distribui uniformemente no espaço, estabelecendo diferenças e desigualdades, ou o desenvolvimento desigual onde as suas raízes situam-se no padrão de acumulação que é ao mesmo tempo contraditório, pois busca abarcar a totalidade espacial.

A contradição, entretanto, assume uma forma particularizada de hierarquizar os espaços “diferentes”, escamoteando a realidade, o que comprova a necessidade de uma leitura alicerçada na escala. Ao incluir o sertão e o litoral enquanto escala de análise nessa discussão, registrou-se a importância da leitura escalar, diante da tendência à interpretações pautadas na dualidade e desigualdade.

Conteúdo com significativos reflexos na formação territorial, a reprodução do espaço está diretamente relacionada, a apropriação através do processo que tem o espaço como *lócus* de produção de valor no território, traspassado pelo conflito. Este precisa, contudo, ser explicado como par dialético em relação ao litoral. A dualidade, que a leitura alicerçada em Leon Trotsky, explica o desigual e combinado, justifica a problematização sertaneja/litorânea, sertão e litoral, par dialético da totalidade

O estudo sobre o tema permitiu reconhecer que localizar o sertão, é uma questão geográfica de suma importância, pois desde o período colonial há diversas posições quanto à sua demarcação afirmando ser possível precisar seus limites. A definição dos marcos sertanejos, no entanto, é feita com mais nitidez e segurança quando se fala da margem direita do rio São Francisco, rio que está sempre presente nos escritos, seja como via de circulação, ou, fronteira natural, no oeste da Capitania da Bahia.

Esta tese teve por objetivo gerar uma contribuição geográfica no que se refere ao conhecimento da formação territorial do sertão-litoral, propondo realizar uma interpretação do real no sentido de entendê-lo na perspectiva espacial/territorial. Feira de Santana, como espaço de análise se estabelece enquanto vereda do capital, porta de entrada para o território, ao mesmo tempo em que garante o escoamento da produção, entendida e explicada como representativo da totalidade. Porta de entrada do sertão, ou agreste, e sertão, porque se localiza no interior.

Ao selecionar a escala geográfica que serviu de base para o desenvolvimento da pesquisa, e definindo as questões para análise, observou-se estar diante de uma problemática espacial de fundamental importância: onde se inicia e terminam as suas fronteiras? Como o espaço foi produzido tendo em vista as relações contraditórias de competição e cooperação, de que forma deveria ser definida enquanto escala? A busca das respostas consistia em elucidar se seria possível pensar na emergência de uma formação territorial que representasse a totalidade espacial.

Grandezas de sertão, veredas do capital que se iniciam no litoral, formando territórios lastreados na divisão do trabalho. A cidade de Feira de Santana escolhida como escala local, serviu de base para verificação de que os espaços não são fixos, com fronteiras rígidas, ou limites estanques, pois se alargam e se encolhem para atender a dinâmica da reprodução ampliada do capital. Então, afirma-se que a análise escalar serviu para responder questões geográficas essenciais para a compreensão da relação interespaial ao mesmo tempo que serviu de instrumento metodológico para explicar a totalidade. O sertão dimensionado pela escala geográfica, não é recorte espacial, porém espaço/território definido para o aprofundamento da investigação.

Quanto a materialização do desenvolvimento desigual Harvey (1982) expõe que o capitalismo só se desenvolve em espaços de nítidas diferenciações, produzidos para distanciar geograficamente espaços que anteriormente estavam igualizados enquanto natureza, afirmando que as forças capitalistas corroem formas pré-capitalistas transformando-a, produzindo configurações espaciais.

Geographical differentiations then frequently appear to be what they truly are not: mere historical residuals rather than actively reconstituted features within the capitalist mode of production. It is important to recognize, then, that the territorial and regional coherence that it is at least partially discernible within capitalism is actively produced rather than passively received as a concession to 'nature' or 'history'.⁴⁵(HARVEY, 1982, p. 416).

Em síntese, as diferenciações geográficas, portanto são construídas historicamente, conquanto diretamente submetidas a dinâmica do modo de produção capitalista, determinantes da separação dos espaços, fragmentando-o territorialmente, regionalmente, etc. para compor a totalidade contraditória. Dialética resultante da valorização do espaço, evidenciando o desenvolvimento desigual e combinado determinador de fronteiras e limites que se expandem se encolhem, alargam ou estreitam, obedecendo ao ritmo do capital, *"the upshot is that the development of the space economy of capitalism is beset by counterposed and contradictory tendencies."*⁴⁶ (HARVEY, 1982, p. 417).

Tais barreiras precisam ser superadas, porque no processo de fragmentação, está sub-reptícia a produção do valor do espaço, expressão da oposição de forças contrárias promotora da concentração geográfica do capital. Sendo assim, não haverá possibilidade de equilíbrio espacial, mas, sobretudo de antagonismos e *"they are the coherent product of diverse intersecting forces operating within the overall unity of the circulation process of capital."*⁴⁷ (HARVEY, 1982, p. 419).

⁴⁵ Diferenciações geográficas seguidas freqüentemente parecem ser o que eles realmente não são meros resíduos históricos do que como ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista.

É importante reconhecer, então, que a coerência territorial e regional, que é pelo menos parcialmente visível dentro do capitalismo é produzida ativamente em vez de passivamente e recebido como uma concessão à "natureza" ou "história". (Tradução da autora).

⁴⁶ O resultado é que o desenvolvimento econômico do espaço no capitalismo é atormentado por tendências contrapostas e contraditórias. (Tradução da autora).

⁴⁷ Eles são o produto coerente de diversas forças de interseção que operam dentro da unidade que caracteriza o processo de circulação do capital. (Tradução da autora).

Após tantos meandros percorridos, concluiu-se que sertão/litoral é escala local formada inicialmente para acumulação do capital mercantil, lócus primário da acumulação primitiva, reserva de valor para ampliação do capital financeiro. Não se reproduz fora dos contextos geográficos pautados na diferenciação espacial; escravidão, ouro, expropriação e comércio, porque serviram para subsidiar as desigualdades internas e externas. Sertão é o outro do litoral e de si mesmo, na medida que atende a fluidez capitalista. Estes são requisitos básicos das relações de dominação do espaço e da sociedade, quando a conquista do território brasileiro/baiano/feirense é revestida de desejos de apropriação do espaço e da natureza, numa manifestação eloquente da paixão capitalista.

Partiu-se da hipótese de que sertão e litoral é totalidade espacial concluindo-se que a diferenciação entre estes, no contexto que Chesnais (1996) denomina de mundialização do capital é condição única e necessária para a realização da acumulação. Não se trata do sertão definido por Euclides da Cunha e João Guimarães Rosa, nem do litoral definido por Jorge Amado, mas dos limites que são fincados no solo pelo capital e que devem ser ultrapassados por ele mesmo, circular as diversas escalas – global, nacional, regional e local – ao mesmo tempo em que se concentra geograficamente.

A questão urbana foi colocada para explicar a urbanização sertaneja sob o viés da totalidade. A extensão do fenômeno urbano em Feira de Santana chama atenção na perspectiva teórico-prático. Tal problema impôs-se no sentido metodológico para que fosse possível expor a sua completude, tendo em vista que, ultrapassar os contornos da cidade, dependendo-se dela para ser analisado, dessa forma, complexifica a precisão dos seus limites, assim como, a sua morfologia. Nesse sentido, a importância em explicar o fenômeno urbano no sertão teve por meta descrever uma realidade que se amplia permanentemente, acompanhando a trama do capital, é fundamentalmente obediente e submissa ao seu ritmo porque a escala urbana herda do capitalismo o desenvolvimento desigual, isto é, a diferenciação geográfica, a separação objetiva entre campo e cidade. Partindo dessa análise compreendeu-se a centralização do capital, sendo que, as diferenciações internas ao espaço determinam as características sobre as quais se produziu a expansão urbana no sertão. Urbanização que é prospecto de

diferenciação no interior da cidade e decorre da divisão do trabalho, fator que deságua na valorização do espaço.

A leitura realizada sobre as transformações urbanas que ocorreram em Feira de Santana permitem inferir que o urbano se sobrepôs ao rural, afirmando-as que desde a segunda metade do século XIX, até a atualidade é possível observar a tendência do crescimento urbano e o processo de urbanização obedecendo a dinâmica da modernização, tanto na escala nacional, como estadual e local. Constatou-se que tais transformações em Feira de Santana - esse espaço sertanejo, que emerge e se estabelece como território - permitem traçar os percursos socioespaciais desenhados pelas direções da história das ruas, avenidas, bairros, distritos e subdistritos, construídos em bases concretas, enquanto trabalho vivo, produção do espaço, relação tempo-espaço porque é construção histórico-geográfica. A produção do espaço foi compreendida e explicada, enquanto reprodução, contextos que garantem à redefinição da cidade, assim como, as especificidades do processo de urbanização.

Tendo em vista que o estado da Bahia expõe uma particularidade quanto a formação territorial, quando a colonização prioriza a forma urbana em relação ao rural, podendo-se afirmar sobre a existência de uma população urbana desde o século XVI, no alto da escarpa de falha, às margens da Baía de Todos os Santos, no momento em que se inicia o crescimento urbano a partir da Cidade do Salvador. O colonizador nesse período fundava núcleos urbanos dispersos no território, porém, concentrados no litoral. Feira de Santana, entretanto, tem o urbano originado nos alicerces rurais: a pecuária é o pilar do processo urbano.

Tanto no litoral quanto no interior, seguiu a dinâmica das transformações econômicas, contudo, no século XIX, é possível abalizar a sua aceleração. No entanto, desde o início do século XVI, observa-se que este é lastreado na contradição, porque destrói/constrói o conteúdo espacial “achado” pelo colonizador, que para instalar o urbano força os povos aqui encontrados a se interiorizar, distanciando-os do mesmo. Isso pode ser afirmado quando se localizam as cercas de pau-a-pique no entorno da Cidade do Salvador. A partir de Feira de Santana constatou-se que o urbano aqui se estabelece sem cercas, com fronteiras mais democráticas, abertas ao viajante que trazia o gado, além disso, difere do litoral quanto a especificidade urbana, porque, apesar do conteúdo comercial (urbano) da

feira do gado, a característica mais marcante é a pecuária, imprimindo uma origem urbana, marcada particularmente pelo campo.

A leitura dos dados populacionais permitiu concluir que a Princesa do Sertão se posiciona nacionalmente para confrontar com o litoral quanto a este elemento, porque, se os números representam valor no/do espaço, entende-se que o tamanho populacional atual, por exemplo, maior que oito capitais brasileiras, segundo as informações do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), confirma a sua importância tanto na escala local, regional, quanto nacional.

O Recôncavo nessa tese foi identificado como litoral, não especificamente pela localização geográfica, mas, especialmente pela relação espacial com o sertão no momento de consolidação do capital mercantil. Tomando Feira de Santana como objeto identificou-se que antes, este espaço olhava para fora, e a princesa que se pretendia rainha do sertão era impedida a ascender ao posto, pela posição geográfica de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que, situada às margens do rio Paraguaçu, encontrava-se nas cercanias do litoral. O crescimento da feira, todavia, obriga o Recôncavo a fazer o movimento em direção ao sertão, situando a cidade de localização sertaneja para margear o rio, e se constituir Portal do Sertão.

Analisar o urbano implicou em explicar a formação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), porquanto as propostas governamentais de divisões regionais se valem de critérios que têm por justificativa aspectos naturais e econômicos, porém na sua concretude político-administrativa existem para o Estado perpetuar o controle do espaço.

A explicação sobre a produção do espaço urbano sertanejo/litorâneo como resultado da relação sociedade-espaço permitiu concluir que o processo se estabelece na contradição, imprimindo uma estrutura espacial que expõe a desigualdade socioespacial inerente ao modo de produção capitalista, porque a cidade se estabelece como forma espacial, materialidade/materializada na trama do capital. Feira de Santana, portanto, é espaço produzido nas fronteiras sertanejo/litorânea para a manifestação concreta das diferenciações.

Sendo assim, o estudo realizado confirma a Teoria que a cidade é produto social, e busca explicar a sua produção como resultante da contradição de classes,

determinando a concretização da desigualdade combinada necessária à manutenção das odes capitalistas, assim como, das diferenciações porque se constitui tempo registrado no espaço definindo escalas espaciais. Chega-se a conclusão que a especificidade urbana de Feira de Santana, se apresenta como uma particularidade, qual seja, o intenso crescimento horizontal da cidade, fato que a faz se aproximar espacialmente do campo de tal forma que é inevitável a submissão deste último ao processo de urbanização. A cidade se expandiu partindo do centro, se estendendo em todas as direções, porém as fontes hídricas sempre se apresentam como fundamentais para o abastecimento de água para a população porque a expansão do urbano é mais significativo nas áreas que contam com abundância de água e presença do lençol freático.

A finalização desta tese mostrou que abordar o sertão como território aponta para um desafio, porque discutir este conceito coloca o investigador diante da complexidade imposta, entre a dificuldade de explicá-lo tendo por referência o arcabouço antropológico para responder sobre a questão cultural, e o da ciência política que se inclina a definir as relações de poder. Dessa forma, o território, analisado sob o viés geográfico se apresenta como problemática epistemológica há muito tempo colocando os estudiosos que tratam da relação Sociedade-Natureza numa situação complexa, porquanto se trata da definição espacial no âmbito de uma ciência que nasce se debatendo na busca da elucidação sobre a sua essência científica. Além disso, a Geografia, originada no determinismo–possibilismo encontrava-se com o seu primeiro impasse que conduzia ao encontro da dificuldade, conquanto, contradição que dirigia a aproximação do próprio objeto de análise quando a totalidade é inerente à essência do mesmo.

Formação territorial que está vinculada à datações fundamentalmente importantes para a História que tem o positivismo em sua base e que foi analisada sob o ponto de vista contextual. Nesse sentido, a leitura do texto do *Esmeraldo de Situ Orbis*, do Tratado de Tordesilhas, Carta de Pero Vaz de Caminha, documentos históricos extremamente relevantes para a demarcação territorial, comprovam que a formação territorial brasileira ocorre antes do “achamento” de Pedro Álvares Cabral, e está além do sertão-Brasil, porque este preexiste a colonização.

Analizou-se o período anterior a 1500, centrando nas assinaturas do Tratado de Tordesilhas em 1494, e isso permitiu afirmar que o território já tinha sido tomado

pelos portugueses antes do “achamento” de Pedro Álvares Cabral, e o colonizador por ter certeza da posse n’ além mar, chega na terra *brasilis* denomina os povos encontrados de índios, e no processo de apropriação estabelece os conflitos territoriais.

Tem-se a certeza que diversas questões ainda precisam de respostas, mas o que se pretendeu nessa tese foi evidenciar a questão territorial na Bahia/Feira de Santana, tendo o sertão/litoral como escala de análise para especificação da realidade geográfica.

A investigação conduziu a uma questão classificada como referência básica para a análise territorial, tratada como relação sertanejo-litorânea que é a formação da nação brasileira. Esta gira em torno de explicitar, onde se situa o Brasil, onde o Brasil é mais Brasil, e qual a contribuição do sertão para a especificação, porque o litoral é colocado pela literatura e imaginário social como lugar de superioridade em relação ao interior, então o sertão está depreciado nessa classificação. Porém, o litoral olha para fora do Brasil, se posiciona a favor do processo de colonização, contribuindo principalmente para a expansão da metrópole. Já o interior, produzindo o espaço sertanejo para a coroa portuguesa, se responsabilizava também para produzir o Brasil porque ultrapassava-o. Foi entendido que o fato de voltar-se para dentro e produzir um Brasil prioritariamente brasileiro, seja um dos fatores contributivos da depreciação do sertão, dele se constituir como o habitat de seres adjetivados como rudes, ignorantes, ou seja, sertanejos. Ultrapassar os limites litorâneos significava encontrar-se com a nacionalidade essencialmente brasileira, tornando o sertão mais Brasil que o litoral, principalmente porque expõe conteúdo socioespacial de significados interioranos próprios de uma sociedade voltada para o oeste diferente do litoral que pendia em direção ao mar-oceano. Dessa forma, não é sem razão que colocam o sertão como responsável pelas respostas aos problemas nacionais.

Conclui-se que é no sertão que se produz uma nacionalidade brasileira porquanto este não é somente um espaço que se incumbiu de carregar uma nomenclatura repleta de estereótipos e múltiplos significados, que estão imersos em preconceitos e escondem a brasilidade nele presente, isto é, a essência do país Brasil. Feira de Santana se inclui nesse lugar, considerado por muitos estudiosos como espaço de localização imprecisa, indefinida, de fronteiras fragilizadas.

Buscou-se nesta tese confirmar que a carga de estigma, responsável por colocar o lugar da acumulação primitiva e reserva de valor – o sertão – como inferior ao litoral, pretende negar que litoral e sertão é um par dialético, unidade contraditória da realidade espacial/territorial. Esta produção, o conduz a ser chão transformado em território, onde a ideia de vazio foi ao longo do espaço-tempo, conteúdo essencial para o processo de valorização do espaço. Território produzido por dois povos – índios e portugueses – possui significação diferenciada, tendo nas fronteiras e limites históricos e geograficamente construídos, a essência do conflito, iniciado no fato dos primeiros possuírem valor-de-uso e o segundo trabalhar para produzir valor-de-troca.

Pode-se inferir que não existem definições acabadas sobre os mesmos, portanto, esta tese se constitui um caminho aberto para ampliar a discussão em questão. Assumiu-se o desafio de considerar o território como espaço geograficamente definido, produzido, tendo por base o conflito, e o sertão, lugar de acumulação primitiva para a valorização do espaço do litoral produzindo uma infinidade de riquezas, desde a agricultura para subsistência, fumo, algodão, gado, ouro e pedras preciosas. É espaço de enriquecimento, antes lócus da acumulação do capital mercantil, atualmente da reprodução ampliada do capital, nesse sentido, é território constituído a partir das lutas de classes: enfim, termo de guerras e conflitos.

A guerra entre tribos, as lutas entre os índios e portugueses, era a única condição para a apropriação da terra. Sesmeiros recebiam as glebas em prêmio pela vitória nos conflitos contra aqueles que eram donos da extensão territorial brasileira. Recebiam pedaço de chão como pagamento por serviços prestados à coroa portuguesa, uma doce resposta ao sucesso previamente programado.

O estudo também mostrou que a leitura sobre o sertão é extremamente importante no que diz respeito à sua delimitação como espaço, lugar, região e mesmo paisagem, mas na construção das informações verificou-se que ainda são frágeis as respostas geográficas sobre a sua delimitação territorial. Constatou-se que a análise territorial carece de investimento histórico-conceitual lastreado na ciência geográfica, porque quando se trata do papel do Estado no que concerne as ações governamentais, especificamente o planejamento regional delimitação territorial defronta-se com equívocos quanto a conceituação.

Território foi compreendido como locus de conflito, espaço de perpetração do poder, local de implantação de políticas públicas. O estudo mostrou ainda que o Estado neoliberal, traz embutido na implantação dessas políticas a fragilização do conceito de território, principalmente quando o critério de definição é a identidade territorial. Embora use este conceito, este passa a ser em sua concretude, espaço de poder local, tendo em vista que pretende o desenvolvimento territorial. Para confirmar essa avaliação, a análise sobre a delimitação dos Territórios de Identidade na Bahia direcionou a pesquisa para a discussão sobre a essência da identidade territorial. Isso foi comprovado no momento da busca dos elementos “identificadores” do Território de Identidade Portal do Sertão. Tornou-se necessário a elaboração de uma resposta à questão quanto a construção da identidade de grupo alicerçada em bases capitalistas. Assim, o desenvolvimento territorial foi abalizado enquanto falácia porque território é, sobretudo, locus de poder do Estado, mediante apropriação territorial.

A identidade territorial sertaneja, portanto, é germinada no aparato estatal, no interior dos gabinetes e muito superficialmente emana dos anseios populares, ou mesmo da sociedade civil organizada, porque a relação Estado e sociedade no contexto da reprodução ampliada do capital, tem por meta a consolidação do neoliberalismo, escamoteado pelo discurso do desenvolvimento territorial. Colocada pelo Estado como elemento definidor dos contornos do território no sertão, observou-se fragilizada a essência sertaneja, porque funciona para atender os trâmites burocráticos, quando a sua construção se processa no lugar e quando se encaminha para assumir o conteúdo territorial revela que o espaço é consignatário de lutas e, conflitos e disputas, consolidando o poder. Conclui-se que, as diversas escalas espaciais demonstram a concretude das estratégias do Estado neoliberal para escamotear a realidade territorial no instante em que se faz a elaboração do discurso do desenvolvimento territorial.

Na atualidade este é apropriado pelo Estado para a consolidação do neoliberalismo que coloca o desenvolvimento territorial como realidade possível. Avaliando o desenvolvimento regional e comparando os seus aspectos com a proposta do desenvolvimento territorial, chegou-se a conclusão que este projeto torna-se inviabilizado, ou pelo menos fragilizado no âmbito do território de

identidade, em decorrência das dificuldades de nele estabelecer laços de solidariedade, tendo em vista a trama do capital.

A dinâmica das transformações nas fronteiras, entretanto, persegue o nível de desenvolvimento das forças produtivas, enquanto as inovações tecnológicas, especialmente nos transportes e comunicação constantemente aprofundam e ampliam “rivalidades e alianças geopolíticas”. (HARVEY, 2006, p. 109).

Conclui-se que o descoroamento da Princesa do Sertão, é processo viabilizado pelo modo de produção capitalista, e a partir da feira - em Feira de Santana - faz cumprir o percurso de valorização do espaço. Expande transmutando chão em território aproximando-se do litoral mediante reprodução ampliada do capital, coroa-a rainha do sertão, produz espaço/territorial que faz sertão brilhar ao longe.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Brigueit, 1960.

ABREU, João Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

AB'SABER, Aziz Nacib. et al. **História geral da civilização brasileira**. Época colonial: do descobrimento à expansão territorial. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

ALMEIDA, José Antonio Pacheco de. **Estudo morfodinâmico do sítio urbano de Feira de Santana-BA**. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana. Santa Rita, 2006.

ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Campânia Editora Nacional, 2004.

_____. **O sertanejo**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sertanejo.html>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151. 1995.

ANDRADE, Celeste Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de História Colonial**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec-IPESP, 1995.

_____. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI Tamás. (org.). **História Econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANTONIL, André João (1649-1716). **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1997.

BAHIA, Juarez. **Setembro na Feira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, e Tecnologia. **Comportamento Demográfico e Divisão Territorial do Estado da Bahia de 1940 a 1970**. Salvador: Fundação de Pesquisa (CPE), 1976, Vol. 1.

BAHIA. **Mapa de Estradas do Estado**. São Paulo: O Guia MAPOGRAF. Escala 1cm=12,5. S/d.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Plano Diretor do Centro industrial do Subaé**. Salvador, 1985.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Os Kariris de Mirandela**: um grupo indígena integrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Série Estudos Baianos. Nº 6. 1972.

BANDEIRA, Moniz. **O feudo**: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARRETO, Marialvo. **Princesa do Sertão**: a excentricidade da expansão do sítio urbano de Feira de Santana e seus condicionantes. Monografia (Progressão de Carreira do Magistério Superior) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2002.

BASTOS, Filinto Justiniano Ferreira. **Recordações e Votos**. Conferencia realizada no Theatro Sant' Anna. Festejos á Excelsa Padroeira da Cidade de Feira de Sant' Anna. Bahia. Oficinas das "Duas Americas". 1917.

BECKER, Bertha. K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático/ UFBA, 1989.

_____. **A paisagem urbana e o homem**: memórias de Feira de Santana. Feira de Santana: Editora/UEFS, 2006

BOEHRER, George C. A. **Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil por José Bonifácio de Andrada e Silva**. Agência Geral do Ultramar. Lisboa, 1963.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL, **Anuário Estatístico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Brasília, 2009.

_____. _____. **Urbanização de Favelas**: a experiência do PAC, Brasília, 2010.

CALDAS, Gessiene Oliveira. **Espaços urbanos** – uma produção popular – Qualificação e requalificação do bairro George Américo. Feira de Santana 1987-1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira**. (edition critique et commentée). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **La urbanización dependiente em América Latina**. In: CASTELLS, Manuel. (org.). Imperialismo y urbanización em América Latina. Barcelona: Gustavo Gili S. A., 1973, p. 7-26

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1996.

CASTRO Josué de. **Geografia da fome**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CEBALLOS, Sara Gonzalez. **La política de escalas em Bilbao**: la construcción sócio-política de um área metropolitana. Tese (Doutorado em Sociología) Departamento de Sociología1/ Soziologia1 Sailsa, Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea, País Vasco, 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Teorias e Técnicas em Geografia Agrária**. Anotações de Aula. NPGeo-UFS. São Cristóvão. Semestre 2009.1.

_____. **Espaço e tempo como categorias analíticas no modernismo e pós-modernismo sob o olhar de David Harvey**. Anotações de aula. NPGeo-UFS. São Cristóvão, 2009.2.

_____. **Tópicos Especiais em História do Pensamento Geográfico**. Anotações de Aula. NPGeo-UFS. Semestre 2010.1. São Cristóvão, 2010a.

_____. **Relação campo cidade.** Anotações de Aula. NPGeo-UFS. São Cristovão. Semestre 2010.2. São Cristovão, 2010b.

CUNHA, EUCLIDES. **Os sertões.** 9. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2007.

DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: DAVIS, Kingsley. Et al. **A urbanização da humanidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-35, 1972.

DIAS, Wilson José Vasconcelos. et al. **Territórios de Identidade:** um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2006.

DOLFUSS, Oliver. **A análise geográfica.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

FEIRA DE SANTANA. **Anuário estatístico.** Feira de Santana. CDL, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios dos territórios. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Movimento socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA.** Ano 8, n. 6. Jan/Jun. 2006.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos tupinambá.** São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora UnB, 1989.

FREITAG, Barbara. **Capitais migrantes e podres peregrinos.** O caso do Rio de Janeiro. Campinas: Papius, 2009.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra:** agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. Feira de Santana: Editora UEFS, 2011.

FREIRE, Felisberto. **História territorial do Brasil:** Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. Vol. I

FREITAS, Nacelice. Barbosa. **Urbanização de Feira de Santana:** influência da industrialização 1970 – 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

_____. Urbanização e Modernização Industrial das Cidades médias da Bahia: um olhar sobre Feira de Santana. In: LOPES, Diva Maria Ferlin e HENRIQUE, Wendel. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

_____. Estado, desenvolvimento territorial e políticas públicas na Bahia. In: ANDRADE, Eliziário Souza e SILVA, Francisca de Paula Santos da. (Orgs.). **Estado e políticas públicas: a construção do consenso neoliberal**. Salvador: Eduneb, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1976.

GALVÃO, Renato de Andrade. Os povoadores de Feira de Santana. **Stientibus**. Feira de Santana, vol. 1 jul/dez. p. 25-3, 1982.

_____. Como se pretendeu impedir o progresso do arraial de Feira de Santana. **Panorama**. p. 58-60, 15 jun. 1984.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**. UNAMA. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br>>. Acesso em 15 fev. 2012.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOFREDO FILHO. **Poema da Feira de Sant'Ana**. Salvador: S. A. Artes Gráficas/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1977.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: ensaios sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GONZÁLEZ, Sara. La Geografia escalar del capitalismo actual. **Revista Pegada**, vol. 6, n 1. Jun. 2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GOULART, José Alípio. **Brasil do boi e do couro**. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 169-190. 1999.
HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

_____. **Espaços de esperança**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

Hobsbawm, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de.; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização**: a época colonial. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo I, v. 1. 1989.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos de Estatística Teórica e Aplicada. **Características demográficas do Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

_____. _____. **Censos Demográficos**. 1960, 1970, 1980, 1991, 2010.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos LTDA, 1969.

_____. Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LIMA, Eliany Dionizio. **A feira livre na mediação campo-cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

LIMA, Lucas Gama e CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A produção do espaço e da escala pelo capital. **Contra a Corrente**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

LINHARES, Maria Yedda Leite. A pecuária e a produção de alimentos na Colônia. In: SZMRECSÁNYI Tamás. (Org.). **História Econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LOBÃO, Jocimara Souza Britto. **Análise socioambiental na região semiárida da Bahia**: geoprocessamento com subsídio ao ordenamento territorial. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**. N. 74. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Franklin de C. B. **Feira de Santana** - Álbum. São Paulo: Cacimbinha, 1966.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil; meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato; (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MADER Maria Elisa Noronha de Sá. **O vazio**: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII. Dissertação (Mestrado História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas LTDA., 1979.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos, econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro I. vol.1. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Vol. 2. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **O dezoito Brumário e as cartas a Kugelmann**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Teorias da Mais-valia**. O capital. Livro 4, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br>. 1998. Acesso em: 15 jan. 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A valorização do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987

_____. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. (Org.) **Ratzel**. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.

_____. O sertão: um “outro geográfico”. **Revista Terra Brasilis**. Anos III – IV, n. 4-5. Território. Rio Janeiro, 2002-2003.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Anablume, 2009.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTT, Luiz. **Os índios do sul da Bahia**: população, economia e sociedade (1740-1854). Salvador. EDUFBA, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcadia, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Almocafres, bateias e gente de pequena esfera: o ouro no povoamento e ocupação econômica do sertão da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico-Histórico da Bahia**. Salvador, 2006.

_____. Sertão recôndito, polissêmico, e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). **Sertões adentro**: viagens nas caatingas séculos XVI a XIX. p. 16-57. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Orgs.). **O campo no século XXI**. O território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução**; Elegia para uma reli(gi)ão: Sudene, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008a.

_____. **Crítica a razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008b.

OLIVEIRA, Sidney. **Desenhando a idéia de uma “Avenida Feliz”**: imagem das histórias e memórias da Avenida Senhor dos Passos: Editora UEFS, 2013.

PMFS; SERFHAU; BNH; COPLAN. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**. (PDLI) Feira de Santana: PMFS, SERFHAU, BNH, COPLAN, v. 1 e 2, 1968.

PEDREIRA, Pedro Tomas. **Município de Feira de Santana**: das origens às instalações. Salvador: Revista Alfa Gráfica e Editora, 1883.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2000.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

SANTANA, Pilar Costa de. **Memórias e curiosidades de Feira de Santana**. Feira de Santana: Grafinort, s/d.

SANTOS, Lara de Melo dos. **Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

SANTO, Sandra Medeiros. **A água em Feira de Santana**: uma análise do Bairro da Rocinha. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

_____. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana-Bahia (1940-2010).** Tese (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador:** estudo de Geografia Urbana. São Paulo: EDUSP; Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.). **Recôncavo da Bahia:** sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994a.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994c.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Por uma Geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Geografía y economía urbana em los países subdesarrollados.** Barcelona: Oikos-tau, S. A., 1973.

SANTOS, Ruy. **Feira de Santana, a grande porta de entrada do sertão baiano.** Conferência pronunciada da inauguração da Biblioteca Arnold Silva. 1959. Feira de Santana/Museu Casa do Sertão.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia:** um breve histórico. Salvador, 2001.

SILVA, Catia Antonia da. Tendências da metropolização e dissociação entre construção teórico-conceitual e política. In: SILVA, Catia Antonia da.; FREIRE, Désirée Guichard.; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Metrópole:** governo, sociedade e território. p. 299-402. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, vol. I. 1919.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello.; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig.; LEÃO, Sônia de Oliveira. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, Kingsley. et al. **A urbanização da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-51. 1972.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, Capital e Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 132-159. 2000 a.

_____. Geografía, diferencia y las políticas de escala. São Paulo. **Terra Livre**. Ano 18, n. 19. jul/dez. p.127-146. 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2003.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 1997.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: <<http://people.ufpr.br>>. Acesso 22 dez. 2012.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Reconstituindo a história da Região Metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, Catia Antonia da.; FREIRE, Désirée Guichard.; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de.; **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, p. 27-40, 2006.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil – 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, v. II, 1981..

_____. **Através da Bahia**: excertos da obra Reise in Brasilien. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 118, 1938.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu Savério.; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. (Org). **Cidades médias: espaços em evolução** São Paulo: Expressão Popular, p. 9-20, 2007.

_____. A produção do espaço urbano: diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS Ana Fani. A.; SOUZA, Marcelo Lopes.; SPOSITO Maria encarnação B. **A produção do espaço urbano: agentes, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 123-145, 201.

SUN-TZU. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. **Excursões na Província da Bahia de Julius Naeher: a terra e a gente da Província brasileira da Bahia**. Salvador: Cian, v 1. 2011.

_____. **Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX**. Salvador: Cian, v 2. 2011.

THEIS, Ivo M. Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas. – breve introdução. In: THEIS, Ivo M. (Orgs). **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. 2008.

TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **História da Revolução russa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VAINER, Carlos B. Lugar, Região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Estudos Urbanos Regionais**. v. 8 . 2. nov. 2006.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Salvador: transformações e permanências (1548 - 1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VILHENA, Luis dos Santos. **Cartas soteropolitanas e brasílicas**. 2. ed. Anot. Braz do Amaral. Imprensa Oficial do Estado, 1922.

_____. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, v.1. 1969a.

_____. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, v.2. 1969b.

WEHLING, Arno.; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

OUTRAS FONTES

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **32ª Sessão Ordinária**. 20 de Junho de 1969.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **37ª Sessão Ordinária**. 21 Outubro de 1969.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **39ª Sessão Ordinária**. 23 de Outubro de 1969.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **9ª Sessão Ordinária**. 06 Maio de 1970.

AUTO DE INSTALAÇÃO, POSSE E JURAMENTO À CÂMARA MUNICIPAL. Nova Vila do Arraial de Santa Anna da Feira. **Ata da primeira Sessão Ordinária**. 18 de setembro de 1833.

BULA. **Bula Inter Coetera**. Roma. 4 de Maio de 1493. Disponível em: <<http://www.info.Incc.br>>. Acesso em 12 out. 2010.

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. **Carta a El Rei D. Manuel**. Arc. Nac. da Torre do Tombo - Portugal, gav. 8, maç. 2, nº 8. Disponível em: <<http://pt.wikisource.org/wiki>>. Acesso em 12 out. 2010.

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. Ministério da Cultura. **Carta a El Rei D. Manuel**. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <<http://objdigital.bn.br>>. Acesso em 12 out. 2010.

DECRETO Nº 12.354 de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá Outras Providências.

JORNAL. As inaugurações de hoje. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 16 jan. 1926. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. O progresso Rodoviário da Feira. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 23 fev. 1935. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. Inaugurado com solenidade o maior mercado de gado do Brasil, em Feira. **Folha Do Norte**. Feira de Santana, 28 fev. 1942. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. Visita á Kalilandia. **Folha Do Norte**. Feira de Santana, 28 fev. 1942. Caderno 1, p. 1.

JORNAL Esgotos para a Feira. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 9 mar. 1957. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. Iniciada da construção das casas populares. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 31 ago. 1968. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. URBIS adquire terreno para construir mil casas. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 14 dez. 1968. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. Ministro inaugurará casas populares: dia 23. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 19 jul. 1969. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. Diretor da SUDENE veio conhecer Feira de Santana. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 09 ago. 1969. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. A Feira – Bagunça Homérica. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 24 ago. 1976. Caderno 1, p. 2.

JORNAL. Avenida presidente Dutra recebe mercúrio. **Feira Hoje**. Feira de Santana, 26 set. 1970. Caderno 1 p. 10.

JORNAL. Iluminação da Presidente Dutra. **Feira Hoje**. Feira de Santana, 07 nov. 1970. Caderno 1, p. 2.

JORNAL. Subaé. **Feira Hoje**. Feira de Santana, 19 dez. 1970. Caderno 1, p. 2.

JORNAL. George Américo. **Feira Hoje**. Feira de Santana, 29 nov. 1987. Caderno 1, p. 1.

JORNAL. Deputado luta pela implantação da Região Metropolitana de Feira. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 18 set. 2009. Caderno Municípios, p. 1.

LEI COMPLEMENTAR Nº 14 de 8 de Junho 1973. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza.

LEI COMPLEMENTAR Nº 35 de 6 de julho de 2011. Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana.

LEI COMPLEMENTAR Nº 75 de 20 de Junho de 2013. Fixa os Limites Interdistritais, Amplia o Perímetro Urbano e Delimita 06 (seis) Novos Bairros do Distrito Sede do Município de Feira de Santana e dá Outras providências.

REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA. Assinado pelo rei D. João III, em 17 de dezembro de 1548. Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br>>. Acesso em 18 out. 2012.

REGISTRO DA CARTA DE SESMARIA de Terras e Campos Jacoipe, e Agoa Fria sitas na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 6 de Junho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 47.

REGISTRO DA CARTA DE SESMARIA das Terras e Campos das Itapororocas, Jacoipe e Agoa Fria então na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 3 de Julho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 46v.

TRATADO DE TORDESILHAS. Tordesilhas, 7 de Junho de 1494. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em 18 out. 2013.

APÊNDICES

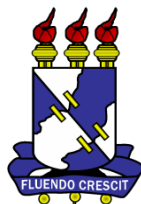


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

APÊNDICE A - ENTREVISTA – PROF. FRANKLIN MACHADO. HISTORIADOR E JORNALISTA

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Professor Franklin Machado, sabe-se do seu conhecimento histórico sobre Feira de Santana, o Sr. poderia falar sobre os limites das sesmarias da Bahia que deram origem ao município?
2. Quais as tribos indígenas que habitavam esta região no período colonial?
3. O Sr. Poderia falar sobre a origem da Fazenda Santana dos Olhos d' Água e da Igreja Matriz - Catedral de Santana?
4. Que a relação que o Sr. faz entre a origem do município de Feira de Santana e a pecuária?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**APÊNDICE B - ENTREVISTA – PROF. MARIALVO BARRETO – PROFESSOR DO
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DA UEFS**

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Prof. Marialvo o Sr. desenvolveu um estudo sobre a excentricidade do crescimento urbano de Feira de Santana. Poderia explicar o que significa excentricidade do crescimento urbano?
2. Que relação o Sr. faz entre crescimento urbano e os recursos hídricos em Feira de Santana?
3. Sabe-se da importância dos recursos hídricos para a origem de Feira de Santana, em sua opinião qual a importância nas nascentes e lagoas e o lençol freático para a expansão urbana?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**APÊNDICE C - ENTREVISTA – AGENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
E SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
PORTAL DO SERTÃO**

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. A Sra. poderia informar como está estruturado o Território de Identidade Portal do Sertão?
2. Em sua opinião que relação há entre desenvolvimento territorial e Território de Identidade?
3. A Sra. poderia explicar de que forma foi definida a participação do município no Território de Identidade Portal do Sertão? Quem participou do processo? De que forma?
4. No momento de organização e estruturação do Território de Identidade Portal do Sertão como foi discutida a identidade sertaneja? Quais os principais aspectos relacionados para essa definição?

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA – ORTOGRAFIA ORIGINAL

Snõr

posto que o capitam moor desta vossa frota e asy os outros capitaães screpuam a vossa alteza a noua do acha mento desta vossa terra noua que se ora neesta naue gaçom achou, nom leixarey tambem de dar disso minha comta a vossa alteza asy como eu milhor poder ajmda que pera o bem contar e falar o saiba pior que todos fazer, pero tome vossa alteza minha jnoramçia por boa comtade, a qual bem çerto crea que por afremosentar nem afear aja aquy de poer ma is ca aquilo que vy e me pareceo. / da marinha jem e simgraduras do caminho nõ darey aquy cõ ta a vossa alteza porque o nom saberey fazer e os pilotos deuem teer ese cuidado e por tanto Snõr do que ey de falar começo e diguo. /

que a partida de belem como vosa alteza sabe foy seg^a feira ix de março, e sabado xiii do dito mes amtre as biij e ix oras nos achamos antre as canareas mais perto da gran canarea e aly amdamos todo aquele dia em calma a vista delas obra de tres ou quatro legoas. e domingo xxij do dito mes aas x oras pouco mais ou menos ouuemos vista da jlhas do cabo verde .s. da jlha de sã njcolaaõ, seg^o dito de P^o escobar piloto e a noute segujmte aa seg^{da} feira lhe amanheçeo se perdeo da frota Vaasco datayde com a sua naao sem hy auer tempo forte nem contrairo pera poder seer. fez o capitam suas diligências pera o achar a huías e a outras partes e nom pareceo majs. E asy segujmos nosso caminho per este mar de lomgo ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxj dias dabrill que topamos alguús synaaes de tera seemdo da dita jlha seg^o os pilotos deziã obra de bj^e lx ou lxx legoas, os quaaes herã mujta cam tidade deruas compridas a que os mareantes chamã botelho e asy outras a que tambem chamã rrabo dasno / E aa quarta feira segujmte pola ma nhaã topamos aves a que chamam fura buchos, e neeste dia a oras de bespera ouuemos vista de terra .s., primeiramente d huú grande monte muy alto e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de terra chaã com grandes aruoredos, ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pascoal e aa tera a tera da Vera cruz. mandou lamçar o p rumo acharam xxb braças e ao sol posto obra bj legoas de terra surgimos amcoras em xix braças amcorajem limpa. aly jouuemos toda aquela nou te, e aa quimta feira pola manhaã fizemos vella e segujmos dir.^{tos} aa terra e os naujos pequenos diã te himdo per xbij xbj xiiij e ix braças ataa mea legoa de terra omde todos lançamos amcoras em dir.^{to} da boca d huú Rio e chegariamos a esta amcorajem aas xiiij xij oras pouco mais ou menos e daly ouuemos vista d homeës q amdauam pela praya obra de x ou bij biij seg^o os naujos pequenos disseram por chegarem primeiro. aly lançamos os batees e esquifes fora e vieram logo todolos capitaães das naaos a esta naao do capitam moor e aly falaram. e o capitam man dou no batel em terra nicolaaõ coelho pera veer aqle Rio e tanto que ele comecou pera la dhir acodirã pel praya homeës quando dous quando tres de maneira que quando o batel chegou aa boca do Rio heram aly xbiiij ou xx homeës pardos todos nuus sem nenhuúa cousa que cobrisse suas vergonhas. traziam arcos nas mãos e suas see tas. vijnham todos Rijos pera o batel e nicolaaõ coelho lhes fez sinal que posessem os arcos, e eles os poseram. aly nom pode deles auer fala nem antẽ dimento que aproueitasse polo mar quebrar na costa. soamente deu;hes hum barete vermelho e huúa carapuça de linho que leuaua na cabeça e huú sombreiro preto. E huú deles lhe deu huú sombreiro de penas daues

compridas com huíia copezinha pequena de penas vermelhas e pardas coma de papagayo e outro lhe deu huí ramal grande de comtinhas brancas meudas que querem parecer daljaueira asquaes peças creo que o capitam manda a vossa alteza e com isto se volues aas naaos por seer tarde e nom poder deles auer mais fala por aazo do mar. /

a noute segujmte ventou tamto sueste com chuuaçeiros que fez caçar as naaos e especialmente a capita na. E aa sesta pola manhaã aas biij oras pouco ma is ou menos per conselho dos pilotos mandou o ca pitam leuamtar amcoras e fazer vela e fomos de lomgo da costa com os batees e esquife amarados per popa comtra o norte pera veer se achauamos al guíia abrigada e boo pouso omde jouuesemos pera tomar agoa e lenha. nom por nos ja mjinguar mas por nos acertarmos aquy. e quando fizemos vela seriam ja na praya asentados jumto cõ o Rio obrra de lx ou lxx homeës que se jumtaram aly poucos e poucos. fomos de lomgo e mandou o capitam aos nauios pequenos que fosem mais chegados aa terra e que se achassem pouso seguro pera as naaos que amaynasem. E seendo nos pela costa obra de x legoas domde nos leuamtamos acharam os ditos nauios pequenos huí aReçife com huí porto dentro muito boo e muito seguro com huã muy larga entrada e meteramse dentro e amaynaram. e as naaos aRibaram sobreles, e huí pouco ante sol posto amaynarom obra d huíia legoa do areçife e ancoraramse em xj braças. E seendo Aº lopez nosso piloto em huí daqueles nauios pequenos per mandado do capitam por seer homem viuo e dee stro pera jssso meteose loguo no esquife a somdar o porto demtro e tomou em huíia almaadia dous daqueles homeës da terra mançebos e de boos cor pos, e huí deles trazia huí arco e bj ou bij seetas e na praya amdauam mujtos cõ seus arcos e seetas e nom lhe aproueitaram. trouueos logo ja de noute ao capitam omde foram Recebidos com muito pra zer e festa. /

a feiçam deles he seerem pardos maneira dauerne lhados de boös Rostros e boos narizes bem feitos. am dam nuus sem nenhuíia cobertura nem estimam ne nhuíia coussa cobrir nem mostrar suas vergonhas, e estam açerqua disso com tanta jnocemçia como teem em mostrar o Rostro. traziam ambos os beiços de baixo furados e metidos per eles senhos osos doso bramcos de compridam d huíia mão travessa e de grosura d huí fuso dalgodam e agudo na pôta coma furador. metemnos pela parte de dentro do bei ço e o que lhe fica antre o beiço e os demtes he feito coma Roque denxadrez e em tal maneira o trazem aly encaxado que lhes nom da paixã nem lhes tor ua a fala nem comer nem beber. os cabelos seus sam coredios e anduã trosquiados de trosquia alta mais que de sobre pemtem de boa gramdura e Rapados ataa per cjma das orelhas, e huí deles trazia per baixo da solapa de fonte a fonte pera detras huíia maneira de cabeleira de penas daue ama rela que seria de compridam d huí couto muy basta e muy çarada que lhe cobria o toutuço e as ore lhas a qual amdaua pegada nos cabelos pena e pena com huíia comfeiçam branda coma çera e nõ no era de maneira que amdaua a cabeleira muy Redomda e muy basta e muy jgual que nõ fazia mingoa mais lauagem pera a levantar o ca pitam quando eles vieram estaua asentado em huíia cadeira e huíia alcatifa aos pees por estrado e bem vestido com huí colar douro muy grande ao pescoço e sancho de tora e simam de miranda e nj colaa coelho e aires corea e nos outros que aquy na naao com ele himos asentados no chaão per esa alcatifa / acemderam tochas e emtraram e nõ fizeram nhuíia mençam de cortesia nem de falar ao capitam nem a njmguem pero huí deles pos olho no colar do capitam e começou daçenar cõ a mão per a terra e depois pera o colar como que nos dizia

que avia em tera ouro e tambem vio huú castical de prata e asy meesmo acenaua pera a tera e entã pera o castical como que avia tambem prata / mostrarã lhes huú papagayo pardo que aquy o capitam traz tomaramno logo na mão e acenaram pera a terra como que os avia hy / mostraranlhes huú carn.^{ro} nom fizeram dele mençam. mostraranlhes huúa g^a casy aviam medo dela e não queriam poer a mão e despois a tomaram coma espantados / de ranlhes aly de comer pam e pescado cozido, confeitos fartees mel e figos pasados não quiseram comer daquilo casy nada e alguúa coussa se a prouauam lamçauamna logo fora. trouueranlhes vinho per húa taça, poseranlhe asy a boca tã malaues e não gostarã dele nada nem o quiseram mais. trouueramlhes agoa per huúa albarada tomaram dela senhos bocados e nom beberam, soom.^{te} lauarã as bocas e lam çaram fora. Vio huú deles huúas contas de Rosairo brancas açenou que lhas desem e folgou muito com elas e lançouas ao pescoço e despois tirouas e enb rulhouas no braço e acenaua pera a tera e entã pera as contas e pera o colar do capitam como que dariam ouro por aquilo. / Isto tomauamonos asy polo de sejarmos, mas se ele queria dizer que leuaria as contas e mais o colar isto nom queriamonos emtender porque lho nom aviamos de dar e despo is tornou as contas a quem lhas deu e entam estira ranse asy de costas na alcatifa a dormir sem teer nenhuúa maneira de cobrirem suas verginhas as quaaes nom erã fanadas e as cabeleiras delas bem Rapa das e feitas. o capitã lhes mandou poer aas cabeças senhos coxijs e o da cabeleira precuraua asaz polla nom quebrar e lançaranlhes huú manto ã cima e eles con sentiram e jouueram e dormjram. / ao sabado pola manhaã mandou o capitã fazer vella e fomos demandar a emtrada a qual era muy lar gua e alta de bj bij braças e entraram totalas naaos demtro e amcoraramse b bj braças / a qual amcorajem dentro he tam grande e tam fre moッサ e tam segura que podem jazer dentro neela mais de ij^c nauios e naaos. e tanto que as naaos foram pousadas e amcoradas vieram os capitaães todos a esta naao do capitam moor e daquy mandou o capitã a njcolaa coelho e bertolameu dias que fo sem em terra e leuassem aqueles dous homeës e os lei xasem hir com seu arco e seetas aos quaes mādou dar senhas camisas nouas e senhas carapuças ver melhas e dous Rosairos de contas brancas doso que eles leuauam nos braços e senhos cascauees e senhas canpainhas. e mandou cō eles pera ficar la huú manço bo degradado criado de dom joham teelo a que chamã a^o Ribeiro pera amdar la com eles e saber de seu viuer e maneira e a mym mandou que fose com nicolaa coelho. / Fomos asy de frecha djr.^{tos} aa praya / aly acodiram logo obra de ij^c homeës todos nuus e com arcos e seetas nas mãos. aqueles que nos leuauamos acenaramlhes que se afastasem e posesem os arcos e eles os poseram e nom se afasta uam muito. / abasta que poseram seus arcos e em tam sairam os que nos leuauamos e o manço bo degradado cō eles. os quaaes asy como sairam nom pararam mais nem esperaua huú por outro senõ a quem mais coreria e pasarã huú Rio que per hy core dagoa doçe de muita agoa que lhes daua pe la braga e outros mujtos cō eles e foram asy corêdo aalem do Rio antre huúas moutas de palmas onde estauam outros e aly pararom e naquillo foy o degradado com huú homẽ que logo ao sair do batel ho agasalhou e leuouo ataa la e logo ho tornaram a nos e com ele vieram os outros que nos leuamos os quaaes vijnham ja nuus e sem carapuças E entam se começaram de chegar mujtos e emtrauam pela beira do mar pera os batees ataa que mais nom podiam e traziam cabaaços dagoa e tomauam alguús barijs que nos leuauamos e em chianos dagoa e trazianos aos batees. não que eles de todo chegasem a bordo do batel mas junto cō ele lançauãno da mão e nos tomauamolos e pe diam que lhes desem alguúa coussa. leuaua nj colaa coelho cascauees e manjlhas e huús daua huú cascauel e a outros huúa manjlha. de man^{ra} que com aquela emcarua casy

nos queriam dar a mão. Dauños daqueles arcos e seetas por son breiros e carapuças de lñho e por qualquer coussa que lhes homẽ queria dar / daly se partirã os outros dous mançebos que nom os vimos mais / amdauam aly muitos deles ou casy a maior parte que todos traziam aqueles bicos doso nos beiços e alguús que amdauam sem eles traziam os beiços furados e nos buracos traziam huús espelhos de pao que pareçiam espelhos de boracha e alguús deles traziam tres daquelles bicos, s. huú na me tade e os dous nos cabos, e amdauam hy outros quartejados de cores, .s., deles ameeade da sua pro pia cor e ameeade de timtura negra maneira dazulada e outros quartejados descaques. / aly am dauam antreles tres ou quatro moças bem moças e bem jentiis com cabelos mujto pretos conprjdos pelas espadoas e suas vergonhas tam altas e tã çaradinhas e tam limpas das cabeleiras que de as nos muito bem olharmos nom tinhamos nhuúa vergonha. / aly por emtam nom ouue mais fala nẽ emtendimento cõ eles por a berberja deles seer ta manha que se nom emtendia nem ouuja njngẽ. / açenamoslhe que se fosem e asy o fizeram e pasa ranse aalem do Rio e sairã tres ou quatro homeës nosos dos batees e encherã nõ sey quantos barrijs dagoa que nos leuauamos e tornamonos aas naaos. / e em nos asy vijndo acerarãnos que tornasemos tornamos e eles mandarom o degradado e nom quiseram que ficasse la cõ eles / o qual leuaua huúa baçiapequena e duas ou tres carapuças verme lhas pera dar la ao S^{or} se o hy ouuese. nõ curarã de lhe tomar nada e asy o mandaram com tudo e entam bertolameu djaz o fez outra vez tornar que lhes dese aquilo. e ele tornou e deu aquilo ã vista de nos aaquelle que o da prim^a agasalhou e entam veosse e trouemolo. / este que o agasalhou era ja de dias e amdaua todo por louçaynha cheo de penas pegadas pelo corpo que pareçia a seetado coma sam sebastiam. outros traziã cara puças de penas amarelas e outros de vermelhas e outros de verdes. e huúa daquelas moças era toda timta de fumdo a cima daquela timtura a qual certo era t~bem feita e tam Redomda e sua vergonha que ela nom tijnha tam tam graçiosa que a mujtas mulheres de nossa terra vendolhe taaes feiçõis fe zera vergonha por nom teerem a sua como ela. nhuú deles nõ era fanado mas todos asy coma nos e com jsto nos tornamos e les foramsse / aa tarde sayo o capitã moor em seu batel cõ todos nos outros e com os outros capitaães das naaos em seus batees a folgar pela baya a caram da praya mas njmguem sayo em tera pelo capitam nom querer sem embargo de njmguem neela estar soomente sayo ele com todos em huú ilheeo grande que na baya esta que de baixamar fica muy vazio pero he de todas partes caercado dagoa que nõ pode ninguem hir a ele sem barco ou a nado. aly folgou ele e todos nos outros bem huúa ora e m^a e pescaram hy amdando marinheiros com huú chimchorro e mataram pescado meudo nõ mujto e entã voluemonos aas naaos ja bem noute. / ao Domjngo de pascoela pola manhaã detremj nou o capitam dhir ouujr missa e preegaçam na quele ilheeo, e mandou a todos los capitaães que se corejesem nos batees e fosem cõ ele e asy foy feito. / mandou naquele ilheeo armar huú esperauel e dentro neele aleuantar altar muy bem core gido e aly com todos nos outros fez diser missa a qual dise o padre frey amrique em voz entoada e oficiada com aque;a meesma voz pelos outros padres e sacerdotes que aly todos heram. / a qual missa seg^o meu parecer foy ouujda per todos cõ mujto prazer e deuaçom. aly era com o capitam a bandeira de xpõs com que sayo de belem a qual esteue senpre alta aa parte do auamjelho. / acabada a missa desuestiosse o padre e posese em huúa cadeira alta e nos todos lamcados per esa area e pregou huúa solene e proueitossa preega çom da estorea do auanjelho. e em fim dela tra utou de nossa vjnda e do achamento desta terra cõ formandose cõ o sinal da cruz so cuja obediencia vijmos a qual ueo mujto a proposito e fez mujta

deuaçom. em quanto esteuemos aa amisa e aa pregaçom seriã na praya outra tanta jente pouco mais ou menos como os domtem cõ seus arcos e seetas os quaaes amdauam folgando e olhandonos e asentaramse. e despoois dacabada a misa aseẽ tados nos aa pregaçom aleuantaranse mujtos deles e tanjeram corno ou vozina e começaram a slatar e dançar huũ pedaço, e alguũs deles se metiam em almaadias duas ou tres que hy tijnhem as quaaes nõ sam feitas como as que eu ja vy. soom^{te} sam tres atadas jumtas e aly se metiam iij ou b ou eses que queriam nõ se afastando casy nada da terra senõ quanto podim tomar pee. acabada a pregacom moueo o capitã e todos pera os batees cõ nosa band^{ra} alta e encarcamos e fomos asy todos contra terra pera pasarmos ao longo per ondeles estauam hj ndo bertolameu dijz em seu esquife per mãdadb do capitam diamte cõ huũ paa d huũ almaa dia que lhes o mar leuara pera lho dar e nos todos obra de tiro de pedra tras ele, como elles viram ho esquife de bertolameu dijz chegarãse logo todos a agoa metendose neela ataa onde mais podiam, acenaranlhes que posesem os arcos e muytos deles os hiam logo poer em terra e outros os nõ punham. amdaua hy huũ que falaua muito aos outros que se afastassem mas nõ ja que mamym parecece que lhe tijnhem acatamẽto nẽ medo. este que os asy amdaua afastando trazia seu arco e setas e amdaua tj mto de timtura vermelha pelos peitos e espadoas e pelos quadriis coxas e pernas ataa baixo e os vazios com a bariga e estamego era da sua propia cor e a timtura era asy vermelha que a agoa lha nom comya nem desfazia, ante quando saya da agoa era mais vermelho. sayo huũ homem do esquife de bertolameu dijz e amdaua antreles sem eles emtenderem nada neelle quanta pera lhe fazerem mal, senom quan to lhe dauam cabaaços dagoa e acenavã aos do esquife que saiem em terra. cõ jsto se volueo bertolameu dijz ao capitam e viemonos aas naaos a comer tanjendo tronbetas e gaitas sem lhes dar mais apresam e eles tornaramse a asentar na praya e asy por entam ficaram neeste ilheo omde fomos ouuir misa e pregaçã espraya mujto a agoa e descobre mujta area e mujto cascalhaao. forã alguũs em nos hy estã do buscar marisco e nom no acharom, e acharã alguũs camaroões grosos e curtos. / antre os quaaes vinha huũ muito grande camarã e muito frosso que em nehuũ tenpo o vi tama nho. tambem acharom cascas de bergoões e da meijeas mas nom toparã com nehuũa pçea jnt^{ra} e tanto que comemos vieram logo todos capi taães a esta naao per mandado do capitã moor com os quaaes se ele apartou e eu na conpanhia e preguntou asy a todos se nos parecia seer bem mandar a noua do achamento desta terra a vosa alteza pelo nauio dos mantiimentos pera a melhor mãdar descobrir e sber dela mais do que agora nos podiamos saber por hirmos de nosa viagem e antre mujtas falas que no caso se fizeram foy per todos ou a mayor parte dito que seria mujto bem e njsto comcrudiram. e tanto que a concrusam foy tomada preguntou mais se seria boo tomar aquy per força huũ par destes homeẽs pera os mandar a vosa alteza, e leixar aquy por eles outros dous destes degra dados. a esto acordaram que nom era necesa reo tomar per força homeẽs, porque jeeral costume era dos que asy leuauom per força pera algũa parte dizerem que ha hy todo o que lhe preguntan, e que mjlhor e mujto mjlhor enformaçom da terra dariam dous homeẽs destes degradados que aquy leixassem. do que eles dariam se os leuasem por seer jente que ninguem emtende nem eles tam cedo aprẽ deriam a falar pera o saberem tambem dizer que mujto mjlhor ho estoutros nom digam quando ca vosa alteza mandar. e que por tanto nom curasem aquy de per força tomar ninguem nem fazer escandolo pera os de todo mais amã sar e apaceficar. senom soom^{te}leixar aquy os dous degradados quando daquy partisemos. / e asy por melhor parecer a todos ficou detreminado. / acabado jsto dise o capitam que fosemos nos ba tees em terra e

veersia bem o Rio quejando era, e tam bem pera folgarmos. Fomos todos nos batees em tera armados e a bandeira comnosco eles amdauam aly na praya aa boca do Rio omde nos hiamos e ante que chegaseos. do emsino que dantes tijnham poseram todos os arcos e acenavam que saisesmos e tanto que os batees poserã as proas em terra pasarãse logo todos aalem do Rio o qual nõ he mais ancho que huú jogo de manqual e tanto que desenbarcamos alguús dos nosos pasaron logo o Rio e foram antrelles. e alguús agua rdauam e outros se afastauam. pero era a cousa de maneira que todos amdauam mesturados. eles dauam deses arcos com suas seetas por sonbreiros e carapuças de linho e por quall quer cousa que lhes dauam. pasaram aalem tamtos dos nosos e amdauam asy mestura dos com eles que eles se esquiuaum e afasta uanse e hianse deles pera cima onde outros estauam e entã o capitam fezese tomar ao colo de dous homeës e pasou o Rio e fez tornar todos. a jente que aly era nÓ seria mais ca aquela que soya. e tanto que o capitã fez tornar todos vieram alguús deles a ele nõ polo conhecerẽ por s.^{or} ca me parece que nõ entendem nẽ tomauã djsso c.^{to} mas por que a jente nossa pasava ja pera aquem do Rio. aly falauam e traziam mujtos arcos e continhas daquelas ja ditas e Resgatauã por qualquer cousa. em tal maneira que tro uueram daly pera as naaos muitos arcos e see tas e comtas e entam tornouuse o capitam aaquem do Rio e logo acodirã mujtos aa beira dele aly verjees galantes pimtados de preto e verme lho e quartejados asy pelos corpos como pelas pernas. que certo pareciam asy bem. / tambem andauam antreles iij ou b molheres moças asy nuas que nom pareciam mal antre as quaaes amdaua huúa com huúa coxa do giolho ataa o quadril e a nadega toda tinta daquela tintura preta e o al todo da sua propia cor. out^a trazia anbolos giolhos cõ as cur uas asy timtas e tambem os colos dos pees. e suas vergonhas tam nuas e com tamta jno çemçia descubertas que nom avia hy nenhuúa vergonha. tambem andaua hy out^a molher moça com huú menjno ou menjna no colo atado com huú pano nõ sey de que aos peitos que lhe nõ parecia senom as perninhas. mas as pernas da may e o al nõ trazia nehuú pano. e despois moueo o capitam pera cjma ao longo do Rio que anda senpre a caram da praya e aly esperou huú velho que trazia na mão húa paa dalmaadia. falou estãdo capitã com ele perante nos todos sem o núca njnguem emtender nem ele a nos quanta cousas que lhomem preguntaua douro que nos desejaumos saber se o avia na tera. trazia este velho o beiço tam furado que lhe caberja pelo furado huú gram dedo polegar e trazia metido no furado huúa pedra verde rroim que çarava per fora aquele buraco e o capitã lha fez tirar e ele nom sey que diaabo falaua e hia cõ ela pera a boca do capitam era lha meter. esteuemos sobriso huú pouco Rijmdo e entam enfadouse o capitã e leixouo. e huú dos nossos deulhe pola pedra huú sonbreiro uelho nõ por ela valer algúa coussa, mas por mostra, e despois a ouue o capitam. creio pera cõ as outras cou sas amandar a vosa altesa. / amdamos per hy veendo a Ribeira a qual he de mujta agoa e mujto boa ao longo dela ha mujtas palmas nõ muito altas em que ha mujto boos palmj tos. colhemos e comemos deles mujtos entã tornouuse o capitã pera baixo pera a boca do Rio on de desenbarcamos e aalem do Rio amdauã mujtos deles camçando e folgando huús ante outros sem se tomarem pelas mãos e faziãno bem pasouse emtam aalem do Rio diego dijz alx^e que foy de sacauem que he homé grãçioso e de prazer e levou comsigo huú ga yteiro noso com sua gaita e meteose cõ eles a dançar tomandoos pelas mãos e eles folga uam e Riam e amdauam cõ ele muy bem ao soõ da gaita. despois de dançarem fezilhe aly amdando no chaão mujtas voltas lige iras e salto Real de que se eles espantauam e rriam e folgauam muito, e com quanto os co aquilo muito segouro e afaagou, toma uam logo huúa esquiezeza coma monteses e foranse pera cjma. E entã o capitã

pasou o Rio cõ todos nos outros e fomos pela praya de longo himdo os batees asy a
 caram de terra e fomos ataa huúa lagoa grande dagoa doce que esta jumto com a
 praya por que toda aquela Ribeira do mar he apaulada per cjma e saay a agoa per
 mujtos lugares e depis de pasarmos Rio foram huús bij ou biiij deles amdar antre os
 marinheiros que se Recolhiã aos ba tees e leuaram daly huú tubaram que
 bertolameu diiz matou e leuauualho e lanço ou na praya abasta que ata aquy como
 quer que se eles em alguua parte amansasem logo d huúa mão pera a outra se
 esqujuauam coma pardaaes de ceuadoiro e homẽ nom lhes ousa de falar Rijo por se
 mais nom esqujuarem e todo se pasa como eles querem pelos bem a mansar. ao
 velho cõ que o capitam falou deu huúa carapuça vermelha e com toda a fala que cõ
 ele pasou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se espedio que começou de
 pasar o Rio, foise logo Recatando, e nõ dous que o capitã teue nas naaos a que deu
 o que ja dito he nunca aqui mais pareçeram, de que tiro seer jente bestial e de
 pouco saber e por ysso sam asy esqujuos. eles porem cõtudo andam mujto bem
 curados emujto limpos e naquilo me parece aimda mais que sam coma aves ou
 alimareas monteses que lhes faz ho aar melhor pena e melhor cabelo que aas
 mansas. porque os corpos seus sam tam limpos e tam gordos e tam fremosos que
 nõ pode mais seer e isto me faz presumir que nõ teem casas nem moradas em que
 se co lham e o aar a que se criam os faz taaes. nem nos ajinda ata agora nom vimos
 nenhuúas casas nem maneira delaa. mandou o capitam aaquelle degradado Aº
 Ribeiro que se fosse outra vez com eles, o qual se foy e andou la huú boom pedaço
 e aa tarde tornou-se que o fizeram eles vijr e nõ quiseram la consentir e deramlhe
 arcos e seetas e nõ lhe tomaram nhúa cousa do seu, ante dise ele que lhe tomara
 huú deles huúas continhas amarelas que ele leuaua e fogia com elas e ele se
 queixou e os outros foram logo apos ele e lhas tomaram o tornaranlhas a dar e
 emtam mã darãno vijr. dise ele que nom vira la antre eles senom huúas
 choupanjnhas de Rama verde e de feeitos mujto grandes coma damtre doiro e
 mjnho e asy nos tornamos aas naaos ja casy noute a dormjr aa seg^{da} feira depois de
 comer saimos todos ã terra a tomar agoa. / aly vieram emtam muitos mas nõ tamtos
 comaas outras uezes e traziã ja muito poucos arcos e esteuerã asy huú pouco
 afastados de nos, e despois poucos e poucos mestu raranse cõnosco e
 abraçauamnos e folgauam e alguús deles se esqujuauam logo. / aly da uam alguús
 arcos por folhas de papel e por al gúa carapucinha velha e por qualquer cousa e em
 talmaneira se pasou a cousa que bem xx ou xxx pessoas da nosas se forã cõ elles
 onde outros mujtos deles estauam com moças e molheres e trouueram de la muitos
 arcos e baretes de penas daues deles verdes e deles amarelos de que creo que o
 capitam hade mãdar amostra a vossa alteza. / e segº deziã eses que la foram
 folgauam com eles. / ne este dia os uimos de mais perto e mais aa nosa vontade por
 andarmos todos casy mesturados e aly deles andauam daquelas timturas
 quartejados outros de meetades outros de tanta feiçam coma É panos darmar e
 todos com os beijos furados e muitos cõ os osos neeles e deles sem osos. / traziã
 alguús deles huús ourjços verdes daruores que na cor querjam pa reçer de
 castinheiros senõ quanto será mais e mais pequenos e aqueles herã cheos dhuús
 grãos vermelhos pequenos que esmagandoos antre os dedos fazia timtura muito
 vermelha da que eles amdauam timtos e quanto se ma is molhauã tanto mais
 cermelhos ficauam, todos andam Rapados ataa cjma das orelhas. / e asy as
 sobancelhas e pestanas. / trazem todos as testas de fonte a fonte timtas da timtura
 preta que parece huúa fita preta ancha de dous dedos. E o capitã mandou aaquelle
 degra dado aº Ribeiro e a outros dous degradados que fosse amdar la antreles e
 asy a dº diiz por seer homẽ ledõ com que eles folgauam. / e aos degradados

mandou que ficasem la esta noute. / Foramse la todos e andaram antreles e segundo eles diziam foram bem huúa legoa e mea a huúa pouoraçom de casas em que averia ix ou x casas as quaaes deziã que eram tam compridas cada húa comeesta naao capitana. / e herã de madeira e das jlhargas de tauoas e cubertas de palha de Razoada al tura e todas em huúa soo casa sem nhuú Repar timento tijnham de dentro mujtos esteos e de steo a esteo huúa Rede atada pelos cabos ã ca da esteo altas em que dormjam e debaixo pera se aqueantarem faziam seus fogos e tijnha ca da casa duas portas pequenas huúa ã huú cabo e out^a no outro. / e deziã que em cada casa se colhiam xxx ou R pesoas e que asy os achauam e que lhes dauam de comer da quela vianda que eles tijnham, .s. / muito j nhame e outras sementes que na terra ha "q eles comem, e como foy tarde fezerãnos logo todos tornar e nom quiseram que la ficass nhuú e ajnda seg^o eles deziã queriãse vijr cõ eles. Resgataram la por cascauees e por outras cousinhas de pouco ualor que leuauam pa pagayos vermelhos mujto grandes e fremo sos, e dous verdes pequenjnos e carapuças de penas verdes e huú pano de penas de mujtas cores maneira de tecido asaz fremoso seg^o vosa alteza todas estas cousas vera porque o ca pitam volas hade mandar seg^o ele dise. e com jsto vieram, e nos tornamonos aas naaos. / aa terça feira depois de comer fomos ã terra dar guarda de lenha e lauar Roupa. / estauam na praya quando chegamos obra de lx ou lxx sem arcos e sem nada. / tamto que che gamos vieramse logo pera nos sem se esquj uarem, e depois acodiram muitos que se riam bem ij^e todos sem arcos e mestura ramse todos tanto com nosco que nos aju dauam deles a acaretar lenha e meter nos batees e lujtauam com os nosos e tomauam mujto prazer. / E em quanto nos faziamos a lenha faziam / dous carpinteiros huúa grande cruz dhuú paaos que se omtem pera ysso cortou. / mujtos deles vijnham aly estar cõ os carpjnteiros e creio que o faziã mais por veerem a faramenta de ferro com que a faziã, q por veerem a cruz porque eles nõ teem cousa que de fero seja e cortam sua mad^{ra} e paaos com pedras feitas coma cunhas me tidas em huú paaos antre duas talasmuy bem atadas e per tal maneira que andam fortes seg^o os homeës que omtem a suas casas deziã porque lhas vjram la. / era ja a conuersaçam deles com nosco tanta que casy nos toruauam ao que aviamos de fazer. / E o capitã mandou a dous a dous degra dados e a d^o dijz que fosem la aaldea e a outras se ouuesem delas nouas e que ã toda maneira nõ se viesem a dormir aas naos ajnda que os eles mandasem e asy se foram, em quanto andauamos neesa mata a cor tar a lenha atrauesauam alguús papa gayos per esas aruores deles verdes e ou tros pardos grandes e pequenos de ma neira que me parece que avera neesta tera mujtos pero eu nom veria mais que ataa ix ou x. outras aves entã nom vimos som^{te} alguúas ponbas seixas e parecerãme ma yores em boa cantidade caas de portugal. alguus deziã que virã Rolas mas eu nõ as vy mas seg^o os aruoredos sam muy mujtos e grandes e dimfimdas maneiras nõ douido que per ese sartaão ajam muj tas aures. E açerqua da noute nos volue mos peraas naaos com nossa lenha. / eu creio S^{or} que nõ dey ajmda aquy conta a vosa alteza da feiçam de seus arcos e seetas. / os arcos sam pretos e conpridos e as seetas cõ pridas e os feros delas de canas apara das seg^o vosa alteza vera per alguus que creio que o capitã a ela ha demuier / aa quarta feira nõ fomos em terra por que o capitam andou todo o dia no naujo dos mantimetos a despejalo e fazer levar aas naaos jssso que ca da huua podia levar. eles acodiram aa praya muitos seg^o das naaos vimos que seriam obra de iij^e seg^o sancho de toar que la foy dise. / diego dijz e a^o Ribeiro o degradado a que o capitã omtem mandou que em toda maneira la dormisem volueranse ja de noute por eles nom quererem que la dormisem e troueram papagayos verdes e outras aues pretas casy coma pegas senõ quãdo se

sancho de toarRecolheo aa naao querianse vijr com ele alguuns mas ele nō quis
 senō dous mǎ cebos despostos e homeēs de prol. / mandouos esa noute muy bem
 pemsar e curar e comeram toda vianda que lhes deram e mandoulhes fazer cama
 de lençooes seg^o ele disse e dormiram e folgaram aquela noute e asy nō foy mais
 este dia que pera screpuer seja aa qujm̃ta feira derad^{ro} dabril comemos logo casy
 pola manhaã e fomos em terra por mais lenha e agoa e em querendo o capitam sair
 desta naao chegou sncho de toar com seus dous ospedes e por ele nō teer ajnda
 comjdo poseranlhe toalhas e veolhe vianda e comeo. os ospedes asentarānos em
 senhas cadeiras e de todo o que lhes deram come ram muy bem esppecialmente
 lacam cozido frio e aRoz nō lhes deram v^o por sancho de toar dizer que o nō bebiam
 bem. acabado o comer metemo nos todos no batel e eles cō nosco. deu huu grom
 ete a huu deles huua armadura grande de porco montes bem Reuolta e tanto que a
 tomou meteo a logo no beijo e porque se lho nom queria teer deram lhe huua
 pequena de cera vermelha e ele corejeio lhe detras seu aderemço pera se teer e
 meteo a no bei ço asy Reuolta pera cima e vijnha tam comtente com ela como se
 teuera huúa grande joya tanto que saymos em terra foise logo cō ela que nō
 pareço hy mais. andariam na praya quando saymos biiij ou x deles e dhi a pouco
 começaram de vijr, e pareçeme que vijnram este dia aa pra ya iiij^o ou iiij^{c1}. traziã
 alguus deles arcos e seetas e todolos deram por carapuças e por quall quer cousa
 que lhes dauam. comiam cō nosco do que lhes dauamos e bebiam alguus deles v^o e
 outros nō podiam beber mas pareçeme que se lho ave zarem que o beberam de boa
 vomtade. / andauã todos tam despostos e tam bem feitos e falantes cō suas
 timturas que pareciam bem. / acaretauam desa le nha quamta podiam com muy
 boas uomtades e le uauãna aos batees e amdauam ja mais mansos e seguros antre
 nos do que nos amdauamos antreles foy o capitã com alguus de nos huu pedaço per
 este aruoredado ataa huúa Ribeira grande e de muita agoa que a noso parecer era
 esta meesma que vem teer aa praya em que nos tomamos agoa. / aly jouuemos huú
 pedaço bebendo e folgando ao longo dela antrese aruoredado que he tanto e
 tamanho e tam ba sto e de tantas prumajeēs que lhe nō pode home dar comto. ha
 antrele mujtas palmas de que colhemos mujtos e boos palmjtos. quando saymos do
 batel dise o capitã que seria boo hirmos direitos aa cruz que estaua emcostada a
 huúa aruore junto com o Rio pera se poer de manhaã que he sesta feira e que nos
 poseese mos todos em gíolhos e a beijasemos pera eles veerem ho acatameto que
 lhe tijnhamos. / e asy o fizemos E estes x ou xij que hy estauam acenaramlhes que
 fezesem asy e foram logo todos beijala. / pareçeme jente de tal jnoçencia que se os
 homem emtendese e eles a nos que seriam logo christaaãos porque eles nō teem
 nem emtendem em nhuúa creemça seg^o pareçe. E portanto se os degradados que
 aqui am de ficar aprenderem bem a sua fala e os em tenderem. / nom doudo seg^o a
 santa tençam de vosa alteza fazeremse xpãaos e creerem na nossa samta fe, aa
 qual praza a nosso Snōr que os traga porq certo esta jente he boa e de boa
 sijnpresidade e enpremarsea ligeiramēte neeles qualquer cru nho que lhes quiserem
 dar e logo lhes nosso S^{or} deu boos corpos e boos Rostros comaa boos homeēs, e
 ele que nos per aquy trouue creo que nom foy sem causa e portanto Vosa alteza
 pois tanto deseja acreçentar na santa fe catolica, deue emtender em sua salua çam
 e prazera a deos que com pouco trabalho sera asy / eles nom lauram nem criam
 nem ha aquy boy nem vaca nem cabra nem ovelha nem g^a nem out^a nhuúa alimarea
 que costumada seja ao viuer dos homeēs nē comē senō dese jnhame que aquy ha
 mujto e desa semente e fruitos que a tera e as aruores de sy lançam, e com jsto
 andam taaes e tam Rijos e tã nedeos que o nō somo nos tanto com quanto trjgo e
 legumes comemos. em quanto aly este dia am daram senpre ao soō dhuú tanbory

nosso dançarã e bailharã cõ os nossos, ã maneira que sam muito mais nosos amjgos que nos seus. se lhes homẽ acenaua se queriã vijr aas naaos fazianse logo prestes pera jssõ ã tal maneira que se os homẽ todos quisera comuidar, todos uieram. porem nõ trouuemos esta nou aas naaos senom iijj ou b .s. / o capitã moor dous e simão de miranda huũ que trazia ja por paje e aires gomez outro asy paje. os que o capitam trouue era huũ deles huũ dos seus ospedes que aa primeira quando aquy chegamos lhe trouuerã, o qual veo oje aquy vestido na sua camisa e com ele huũ seu jrmão os quaaes forã esta noute muy bem agasalhados asy de vianda como de ca ma de colchoões e lençooes polos mais amansar. / E oje que he sestis feira primeiro dia de mayo pola manhaã saymos em terra cõ nossa bandeira e fomos desenbarcar acjma do Rio contra o sul onde nos pareçeo que serja mjlhor cantar a cruz pera seer milhor vista, e aly asijnou o capitã onde fezesem a coua pera a cantar. e enquanto a ficarã fazendo. / ele com todos nos outros fomos pola + abaixo do Rio onde ela estaua. trouuemola da ly cõ eses Relegiosos e sacerdotes diante cantã do maneira de precisam. herã ja hy alguũs de les obra de lxx ou lxxx e quando nos asy virã vijr, alguũs deles se fõrã meter debaixo dela ajudarnos. pasamolo Rio ao longo da praya e fomola poer onde avia de seer que sera do Rio obra de dous tiros de beesta. aly andando nysto vijnjram bem cl ou mais. chentada a cruz cõ as armas e deuisa de vosa alteza que lhe prim.^o pregaram armaram altar ao pee dela. aly dise misa o padre frej amrique a qual foy camtada e ofeçjada per eses ja ditos. aly esteueram cõ nosco a ela obra de l ou lx deles asentados todos em gíolhos asy coma nos e quã do veo ao avanjelho que nos erguemos todos ã pee cõ as mãos leuantadas, eles se leuantaram cõ nosco e alçarom as mãos, estando asy ataa seer acabado, e entam tornaranse a asentar co ma nos. E quando leuantarom a deus que nos posemos em gíolhos, eles se poseram todos asy co ma nos estauamos cõ as mãos leuantadas, e em tal maneira asesegados que certefico a vosa alteza que nos fez muita deuaçom. esteuerã asy cõ nosco ata acabada a comunhõ e depois da comunham comungaram eses Re legiosos e sacerdotes e o capitam cõ alguũs de nos outros. alguũs deles por o sol seer grãde ã nos estando comungando aleuantarãse e outros esteuerã e ficarom. / huũ deles homẽ de l lb anos ficou aly cõ aqueles que fica ram. aquele em nos asy estamdo ajumtaua aqueles que aly ficaram e ajnda chamaua outros. este andando asy antreles falando lhes acenou cõ o dedo pera o altar, e depois mostrou o dedo pera o ceeo coma que lhes dizia alguũa cousa de bem e nos asy o tomamos. acabada a misa tirou o padre a vestim^{ta} de cjma e ficou na alua e asy se sobio junto cõ ho altar em huũa cadeira e aly nos preegou do auanjelho e dos a postolos cujo dia oje he trautando ãfim da preegaçom deste voso prosegujmẽto tã santo e vertuoso que nos causou majs de uaçam. eses que aa preegaçã senpre esteueram estauã asy coma nos olhando pera ele. e aqle que digo. / chamaua alguũs que viesem peraaly. alguũs vijnham e outros hiamse e acabada a preegaçom trazia njcolao coelho mujtas cruces de estanho com cruçufiços que lhe ficarom ajnda da out^{ra} vijnda e ouuerã por bem que lançasem a cada huũ sua ao pes coço. pola qual cousa se asentou o padre frey anrique ao pee da cruz e aly a huũ e huũ lançaua sua atada em huũ fio ao pescoço fa zendolha primeiro beijar e aleuantar as ma ãos. vijnham aisso muitos e lançarãmas to dos que serjam obra de R ou l. e isto aca bado era ja bem huũa ora depois de meo dja, viemos aas naos a comer onde o capitã tro uue cõsigo aquele meesmo que fez aos out^{os} aquela msotramça pera o altar e pera o ceeo e huũ seu jrmão com elle ao qual fez muj^{ta} homrra e deulhe huũa camisa mourisca e ao out^{ro} huũa camisa destoutras. / e seg^o o que a mym e a todos pareçeo, esta jemte nõ lhes faleçe out^{ra} cousa pera seer toda xpaã ca entende rēnos, porque asy tomauam aquilo que nos

viam fazer coma nos meesmos, per onde pareçeo a todos que nhuúa idolatria në adoraçom teem. E bem creio que se vosa alteza aquy mandar quem mais antreles de vagar ande. / que todos serem tornados ao desejo de vosa alteza. / e pera isso se alguem vjer não leixe logo de vijr clerjgo pera os bautizar porque ja emtã mais conhecimêto de nossa fe pelos dous degradados, que aquy ã treles ficam os quaaes ambos oje tambien co mungaram antre todos estes que oje vierã não veo mais que huúa mulher moça a qual esteue senpre aa missa, aa qual deram huú pano com que se cobrise e poserãlho daRedor de sy, pero ao asnetar não fazia memorea de o mujto estender pera se cobrir. asy S^{or} que a jnoçẽ cia desta jemte he tal que a dadam não seria majs quanta em vergonha. ora veja vosa al teza quem em tal jnocemçea viue, ensinam dolhes o que pera sua saluaçom perteeçe. / se se cõ uerteram ou nom. acabado isto fomos asy perante eles beijar a cruz e espedimonos e vj emos comer. / creio Snõr que com estes dous degradados que aquy ficam ficam / mais dous grometes que esta noute se saíram desta naao no esquj fe em terra fogidos os quaaes não vierã majs e creemos que ficaram daquy nosa partida / esta terra S^{or} me parece que da pomta q mais contra o sul vimos ataa out^a ponta que contra o norte vem de que nos deste porto ouuemos vista, sera tamanha que auera neela bem xx ou xxb legoas per costa. traz ao lomgo do mar em algüas partes grandes bareiras delas vermelhas e delas bramcas e a terra per çima toda chaã e mujto chea de grandes aruoredos. de pomta a pomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa pelo sartaão nos pereceo dom mar mujto grande porque a estender olhos não podiamos veer senõ tera e aruoredos que nos parecia muy longa tera. neela ataagora não podemos saber que aja ouro nem prata nem nhuúa cou sa de metal nem de fero, nem lho vjmos. / pero a terra em sy he de muito boos aares asy frios e tenperados coma os dantre doiro e mjnho por que neste tenpo dagora asy os achauamos coma os de la. agoas sam muitas infimdas. Em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem. pero o mjilhor fruto que neela se pode fazer me parece que sera salvar esta jemte e esta deue seer a principal semente que vosa alteza em ela deue lamçar. E que hy não ouuese ma is ca tẽer aquy esta pousada pera esta naue gaçom de calecut, abstarã, quanto majs desposiçã pera se neela conprir e fazer o que vossa alteza tamto deseja .s. acrecentam^{to} da nosa santa fe / E neesta maneira S^{or} dou aquy a vosa alteza do que neesta vosa terra vy e se aalguú pouco a lomguey, ela me perdoe, ca o desejo que tij nha de vos tudo dizer mo fez asy poer pelo meudo. E pois que Snõr he çerto que asy neeste careguo que leuo como em outra qual quer coussa que de vosso seruiço for uosa alteza ha de seer de my mujto bem seruida, a ela peço que por me fazer simgular merçee mã de vijr da jlha de sam thomee jorge do soiro meu jenro, o que dela receberey em mujta merçee. / beijo as mãos de vosa alteza. deste porto seguro da vosa jlha da vera cruz oje sesta feira prim.^o dia de mayo de 1500

Pero uaaz de camjnha